



ANAIIS DO SEMINÁRIO DO NUPE
XI SEMINÁRIO DO NUPE: 35 ANOS DE (RE)EXISTÊNCIAS DA
PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Edição 5, 2023, ISSN: 2595-8534, Volume 01

22 a 24 de novembro de 2023

Serrinha, Bahia

Organização:

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva
Jeane Ferreira de Oliveira
Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira
Maria Claudete Marques Barbosa Estrêla

EdUnB
Editora da Universidade do Estado da Bahia

Grupos de Pesquisa:



GASB
GEO(BIO)GRAFAR



LEPEGE
NEDER



Serrinha, 2023

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

Adriana dos Santos Mormori Lima
REITORA

Dayse Lago de Miranda
VICE – REITORIA

Isabelle Sanches Pereira
DIRETORA DO DEDC XI

Marize Damiana Moura Batista e Batista
DIRETORA SUBSTITUTA

Gildaite Moura de Queiroz
COORD. DO COLEGIADO DE PEDAGOGIA

Ivan dos Reis Cardoso
COORD. DO COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Carlos Rangel Portugal Pereira
COORD. DO COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso
COORD. DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO – NUPE

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ailton Oliveira Miranda
Bruno Leonardo Gonçalves e Castro
Bruno Trabuco Pedreira Oliveira
Carlos Rangel Portugal Pereira
Daise Maria Silva dos Santos
Diego Melo dos Santos
Dilzete da Silva Mota Ramos
Fernando de Sousa Nunes
Geivson Santos dos Anjos
Geovana Santos Cedraz
Idnéia de Santana Santos Coutinho
Ione Goés da Silva
Isaura Santana Fontes
Isabelle Sanches Pereira
Ivan dos Reis Cardoso
Jeane Ferreira de Oliveira
Jones Costa Lima
José Silenaldo do Nascimento
Joyce Cruz Pinheiro
Juliana Melo Leite
Jussara Fraga Portugal
Karla Cruz Bacelar dos Santos

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

Kerlon Santana de Azevedo
Lucas de Carvalho Cardoso
Lúci Ana Gonçalves Rosa
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva
Marcos Antônio Lima de Jesus
Maria Amparo Ribeiro da Silva
Maria Cezarela Oliveira Carvalho
Maria Claudete Marques Barbosa Estrêla
Maria Helena Brandão Silva
Maria Telma Silva Gonçalves
Marize Damiana Moura Batista e Batista
Marlon Santos Barros
Nayane Sepúlveda Suzart
Nelia de Mattos Monteiro
Patrícia Júlia Souza Coelho
Poliana Santana dos Santos
Simone Santos de Ribeiro
Tássio Lima de Santana
Telma Regina Batista Nascimento
Thiago Brandão Oliveira
Vanessa Araújo Santo

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Dra. Ana Cristina de Mendonça Santos (UNEB)
Profa. Ma. Ana Cristina S. de Oliveira Pereira (UNEB)
Prof. Dr. Bruno Leonardo Gonçalves e Castro (UNEB)
Prof. Me. Carlos Rangel Portugal Pereira (UNEB)
Profa. Ma. Claudene Ferreira Mendes Rios (UNEB)
Prof. Dr. Cleber de Souza Couto (UNEB)
Profa. Dra. Dilzete da Silva Mota Ramos (UNEB)
Prof. Me. Edson Barreto Lima (UNEB)
Profa. Ma. Elivânia Reis de Andrade Alves (UNEB)
Profa. Ma. Elizabete Bastos da Silva (UNEB)
Profa. Ma. Gelcivânia Mota Silva (UNEB)
Profa. Ma. Gildaite Moura de Queiroz (UNEB)
Profa. Dra. Glauce Maciel Barbosa Pereira (UNEB)
Profa. Ma. Isabel de Jesus Santos dos Santos (UFRB)
Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira (UNEB)
Profa. Dra. Isaura Santana Fontes (UNEB)
Prof. Dr. Ivan dos Reis Cardoso (UNEB)
Profa. Dra. Ivonete Barreto de Amorim (UNEB)
Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos (UNEB)
Prof. Me. Jean da Silva Santos (UNEB)
Prof. Me. Joao Evangelista dos Santos Filho (UNEB)
Profa. Ma. Jocely Santos Caldas Almeida (UNEB)

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

Profa. Ma. Josianne da Silva Lima (UNEB)
Profa. Dra. Jucelia Macedo Pacheco (UNEB)
Prof. Dr. Júlio César Gomes Santos (UNEB)
Profa. Dra. Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso (UNEB)
Profa. Dra. Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Profa. Esp. Lucimeire Lobo Almeida (UNEB)
Prof. Me. Luiz Rogerio de Lima Macêdo (UNEB)
Prof. Dr. Macário Protazio Costa Junior (UNEB)
Profa. Ma. Madryracy Ferreira C. M. Ovídio (UNEB)
Prof. Esp. Manoel Silva Santos Filho (UNEB)
Analista Universitária Dra. Marcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva (UNEB)
Profa. Dra. Márcia Torres Neri Soares (UNEB)
Profa. Dra. Marize Damiana Moura B. e Batista (UNEB)
Profa. Ma. Miriam Barreto de A. Passos (UNEB)
Profa. Dra. Mônica Moreira de O. Torres (UNEB)
Profa. Ma. Nayana Sepúlveda Suzart (UNEB)
Profa. Dra. Patrícia Júlia Souza Coelho (UNEB)
Profa. Ma. Renata Adrian Ribeiro S. Ramos (UNEB)
Prof. Dr. Renato Leone Miranda Leda (UNEB)
Profa. Dra. Selma Barros Daltro de Castro (UNEB)
Profa. Dra. Simone Santos de Oliveira (UNEB)
Profa. Ma. Telma Regina Batista Nascimento (UNEB)
Profa. Esp. Urania Maria Vieira Alves (UNEB)
Prof. Dr. Valdemiro Lopes Marinho (UNEB)

DIAGRAMAÇÃO

Jeane Ferreira de Oliveira

MONITOR (A) VOLUNTÁRIO (A)

Aine Candace de Jesus M. da Silva
Alane Pâmela Lopes Aquino
Ana Cleide Pinto da Anunciação
Ana Ruth Amaro da Silva
Ananda Bruna Lopes de Aquino
Angélica Pereira dos Santos
Antônio Moacy de Oliveira Mota Júnior
Ariane Silva de Jesus
Beatriz Rodrigues Miranda Matos
Bonifácio Carvalho Santos
Camila Santos da Silva
Daniele da Silva Santos Moura
Douglas Rodrigues Miranda de Matos
Edileuza Souza de Jesus
Eliziana Barreto Teixeira
Érico Ribeiro Santos
Fábio Pereira dos Santos
Fernanda Victória Pinheiro Santiago
Geisa Brito Santana



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO



XI SEMINÁRIO DO NUPE
35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Henrique Silva Mota
Iolanda Bispo Santiago
Íris Torres Estrela Amorim
Janete Silva Santos
Janiele Moura Souza
Josélia Souza de Jesus
Jozeane Pereira da Silva
Jucilene de Jesus Silva
Kelly Silva Santos
Laís Samara Ferreira dos Santos
Maires Santos Alves
Marcondes Santos da Silva
Maria Isabel dos Santos
Marlon dos Santos Barros
Mikaely Raiane Santos Chaves
Patrícia Souza de Jesus
Rafaela Falcão Nunes
Rafaias de Jesus Queiroz
Railane da Conceição Ferreira
Rosilane Paixão da Conceição
Selma Silva de O. Santos
Syndi Moame Paixão
Taise de Jesus Queiroz
Thifany de Jesus Oliveira
Uemerson de Jesus Batista
Vanessa Santos Ferreira
Wagner Sena de Jesus



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Maria Claudete Marques Barbosa Estrêla - CRB/ BA 806

Seminário de Pesquisa e Extensão do NUPE Campus XI (11: 2023: Serrinha, BA)
Anais do XI Seminário do NUPE: 35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E
EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO, 22 a 24 de novembro de 2023,
Serrinha. / Organizado por Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso, Márcia
Raimunda de Jesus Moreira da Silva, Jeane Ferreira de Oliveira, Ana Cristina
Pereira de Oliveira Silva e Maria Claudete Marques Barbosa Estrêla. – Serrinha: 2023.

Evento realizado pela: Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação
Campus XI, Núcleo de Pesquisa e Extensão – Serrinha-Ba.

1. Pesquisa - Congressos. 2. Iniciação Científica - Congresso. 3. Educação -
Congressos. I. Santos, Janeide Bispo. II. Universidade do Estado da Bahia.

CDD: 001.4

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

SUMÁRIO

	Página
Apresentação	18
Objetivos	19
Eixos Temáticos	22
Programação Geral	24

ARTIGOS			
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	Página
Eva Cristina do Carmo Araújo Marcia Torres Neri Soares	UNEB	A DEFICIÊNCIA À LUZ DAS EXPECTATIVAS FAMILIARES: UMA DISCUSSÃO CURRICULAR	30
Rafael de Souza Ferreira Denise Santos de Jesus Wallefe Santana Silva Oliveira Manoel Alves de Oliveira	UNEB	A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS DISPUTAS DAS FRONTEIRAS COM O NARCOTRÁFICO	43
Ana dos santos nunes Glauce Maciel Barbosa Pereira	UNEB	SEGUNDAS HISTÓRIAS: ESCOLA, MEDIADORES DE LEITURA E ESPAÇOS DE CONHECIMENTO	55
Juliana Melo Leite Iolanda Bispo Santiago Geosmar Teixeira Leite Carine Junqueira Silva	UNEB	RECONSTRUINDO O AMANHÃ: TROCANDO EXPERIÊNCIAS, DESCORTINANDO POSSIBILIDADES PARA OS INTERNOS DO CONJUNTO PENAL DE SERRINHA – PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA	66
Ana Bolena de Luna Siqueira Antonia Janaina Rodrigues da Silva Edson Wanderley Taborda Marivania Sousa Lima	UNEB	AS PLATAFORMAS DIGITAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS NO COTIDIANO DE ALUNOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS COMO FERRAMENTAS AUXILIARES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	78
Elaine Santiago Junqueira de Queiroz Nívia Lima Souza Madryracy Ferreira Coutinho Medeiros Ovídio	UNEB	ESCRITA DE UMA MEMÓRIA QUE NÃO SE APAGA - RELATO DAS EXPERIÊNCIAS EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	87

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Maria Dilma dos Santos Ana Cristina de Mendonça Santos	UNEB	METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS MÉTODOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	99
Marlon dos Santos Barros Valdemiro Lopes Marinho	UNEB	LETRAMENTOS E VIVÊNCIAS ACADÊMICAS CONSTITUIDAS NA UATI: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS COM OS IDOSOS NA UNEB, CAMPUS XI- SERRINHA	112
Lucas Oliveira Santos Bruna Pinto Pastor Caroline Pastor Carneiro Aderilson de Anunciação Oliveira	FARESI	O ESTIGMA DA LOUCURA E SEUS IMPACTOS NA BUSCA PELO TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL: UM DIÁLOGO A PARTIR DA TEORIA DE MICHEL FOUCAULT	120
Érica O. Magalhães Izabela de Matos Silva Maria Eduarda Kevylla Lima Rodrigues	UNEB	O PROGRAMA PIBID E OS BENEFÍCIOS NA FORMAÇÃO DE GRADUANDOS EM LICENCIATURA EM GEOGRAFIA	132
Débora de Matos Santos Aderilson Anunciação de Oliveira	FARESI	VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA DESCONSTRUÇÃO DA CULTURA DO CONSENTIMENTO SEXUAL	143
Maria Raquel de Carvalho Cardoso	GETEL/UNEB	IMPORTÂNCIA DO DIREITO AMBIENTAL NA PREVENÇÃO A CONDUTAS LESIVAS AO MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO EM COMUNIDADES RURAIS	155
Millena Carneiro Lima	UNEB	TECENDO O FUTURO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO ACESSO À MORADIA DIGNA E SERVIÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES BRASILEIRAS	164
Erico Ribeiro Santos Renato Leone Miranda Léda	UNEB	IMAGINÁRIO REGIONAL E FUTEBOL: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA COPA DO NORDESTE	175
Alana Marques de Oliveira Ma. Maria da Paz de Jesus Rodrigues	UNEB	OLHAR CRÍTICO À AGENDA 2030: UMA BREVE DISCUSSÃO DA INADEQUAÇÃO DE MORADIA NAS CIDADES DO TERRITÓRIO DO SISAL	185
Rafael de Souza Ferreira Glauce Maciel Barbosa Pereira	UNEB	FORMAÇÃO DOCENTE NA EJA: DESAFIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURAS NA UNEB/CAMPUS XI	198

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Railda dos Santos Araújo Jusceli Maria O. de C. Cardoso	UNEB	O ENSINO DA ARTE NA EDUCACAO INFANTIL: INSPIRAÇÕES PEDAGÓGICAS RECOLHIDAS NO INSTAGRAM	210
Maria Raquel de Carvalho Cardoso Jusceli Maria O. de C. Cardoso	UNEB	A DEFECTOLOGIA VIGOSTSKIANA: CONTRIBUTOS PARA AS PRÁTICAS INCLUSIVAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE	223
Victor Igor Mota Ramos Roseane Carmo		AGROECOLOGIA: PROPOSTA PARA OBTENÇÃO DE UMA GASTRONOMIA SUSTENTÁVEL	235
Tailes Santos da Silva Adriana Carneiro da Silva Nívia Valéria Carneiro Rosas Vencimento	UNEB	RESILIÊNCIA EM TEMPOS DIFÍCEIS: COMO A REALIZA JÚNIOR VIVENCIOU E ATUOU DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19	246
Giovanna Marget Menezes Cardoso Mascarenhas		A ESCUTA DO CORPO: A POTÊNCIA DE UMA VOZ SEM PALAVRAS	258
Caroline Pastor Carneiro Lucas Oliveira Santos Bruna Pinto Pastor Aderilson de Anunciação Oliveira	FARESI	A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ATRAVÉS DO OLHAR DA GESTÃO SOBRE SUA PRÁXIS	270
Erica de Jesus Santos Marivania Sousa Lima	UNEB	DESAFIOS E POSSIBILIDADES: NARRATIVAS DE EGRESSAS DO CURSO DE PEDAGOGIA (PARFOR/SERRINHA-BA)	282
Gilsimar Cerqueira de Oliveira	UNEB	ENTRE MAPAS E BALÕES: EXPLORANDO A GEOGRAFIA POR MEIO DOS QUADRINHOS PARA ESTIMULAR O PENSAMENTO ESPACIAL.	296
Joel Gomes dos Santos Júnior Leonardo Firmo Gilsimar Cerqueira de Oliveira	UNEB	DA IDEIA AO NEGÓCIO: CEAPE E O MICROCRÉDITO COMO PONTE PARA O EMPREENDEDORISMO	307
Levi Menezes Varjão	Faculdade Brasileira de Teologia	INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: SERÁ QUE É POSSÍVEL?	317
Caroline Biscardi de Araújo Selma Barros Daltro de Castro	UNEB	GESTÃO ESCOLAR: INTERSEÇÕES ENTRE FUNDAMENTOS, AÇÃO PROFISSIONAL E CONTEXTO PANDÊMICO NO MUNICÍPIO DE NOVA SOURE-BA NO ANO LETIVO DE 2020	331

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Jéssica Jesus de Melo Bruna Mota Poliana Santos	UNEB	O LÚDICO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM: JOGOS E CARTOGRAFIA APLICADOS AO ENSINO DE GEOGRAFIA	344
Genilson da Silva Santos Édila Damiao da Mota Lavinny dos Santos Costa Marize Damiana M.B. e Batista	UNEB	O USO DE JOGOS COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO PIBID: UMA EXPERIÊNCIA NA EJA	354
Thifany de Jesus Oliveira Jozeane Pereira da Silva Marize Damiana M. B. e Batista	UNEB	PIBID EM GEOGRAFIA: FORTALECENDO A FORMAÇÃO DOCENTE PARA UM ENSINO CONTEXTUALIZADO E CRÍTICO	366
Tâmires Lima da Silva Morais		PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO COITÉ/BA: INTERVENÇÕES URBANAS E SEUS DESDOBRAMENTOS SOCIOESPACIAIS	376
Mariana Moreira dos Santos Fabiele dos Santos Ferreira Rita de Cássia Santana de Oliveira	UNEB	EXPERIÊNCIAS FORMACIONAIS NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR	387
Manuela Evangelista da Silva Jussara Fraga Portugal	UNEB	NARRATIVAS E GEOGRAFIA: UMA HISTÓRIA REESCRITA POR MÃOS NEGRAS	400
Prof.ª Dr.ª Dilzete da Silva Mota Ramos	UNEB	LINGUAGENS, ALFABETIZAÇÃO E EXPERIÊNCIAS DE LETRAMENTOS	409
Bianca de Araújo Ferreira Wallefe Santana Silva Oliveira Marize Damiana M. B. e Batista	UNEB	A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL	419
Valdir Santos Jaques	Universidad San Lorenzo	RELACIÓN ENTRE ENVEJECIMIENTO Y ACTIVIDAD FÍSICA: POSIBILIDADES Y DEMANDAS PARA EL EDUCADOR FÍSICO	429
Solange Marques Rodrigues	Diretoria de Ensino – Região de Mirante do Paranapanema – SP	LUDICIDADES: PRÁTICAS FUNDAMENTAIS TAMBÉM NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS EDUCADORES	448
Andreciane Calçada de Oliveira Telma Regina Batista Nascimento	UNEB	A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA: O QUE NOS DIZEM OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL?	465
Jusceli Maria O. de C. Cardoso	UNEB	PROTÓTIPOS DIDÁTICOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O QUE SÃO? A	489

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

		QUE SERÁ QUE SE DESTINAM?	
Diego Calçada Rigaud Felix Renato Leone Miranda Léda	UNEB	A GEOGRAFICIDADE DO CIBERESPAÇO	501
Vanessa Pereira de Cerqueira Ana Cristina de Mendonça Santos	UNEB	A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E SEU USO NO CONTEXTO DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA ESCOLA NA CIDADE DE ÁGUA FRIA, BA.	514
Noélia Aragão de Almeida Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira	UNEB	TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE AULAS REMOTAS	526
Aline Matos Santos Adriana Carneiro da Silva	UNEB	RELATO DE EXPERIÊNCIA DE MONITORIA VOLUNTÁRIA: APRENDENDO A LER A MIM MESMA	539
Janine Carvalho dos Santos Maria da Paz de Jesus	UNEB	POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL: DISCUSSÃO SOBRE O EFEITO PÓS PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	549
Iara Neres da Silva Telma Regina Batista Nascimento	UNEB	ESTUDANTES CAMPONESAS/ES NA ESCOLA URBANA: SOBRE DESAFIOS E RUPTURAS	561
Maria Cezarela Oliveira de Carvalho Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso	UNEB	BORDANDO OS FIOS DAS MEMÓRIAS E AFETIVIDADES : UMA VIVÊNCIA EM PESQUISA-FORMAÇÃO NO CENÁRIO DA UATI-CAMPUS XI.	585
Fabio Rogerio dos Santos Souza Alexandre Siles Vargas Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva Rozenilde Lima da Silva	UNEB	USO DO PIXTON PARA PRODUÇÃO DE HQ'S NA DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.	594
Rozenilde Lima da Silva Alexandre Siles Vargas Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva Fabio Rogerio dos Santos Souza	UNEB	A INFLUÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO USO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM	611
Alexandre Siles Vargas Rozenilde Lima da Silva Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva Fabio Rogerio dos Santos Souza	UNEB	MEMORIAL COLETIVO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DIGITAL UNEAD/UNEB: UMA REFLEXÃO SOBRE NOSSO PERCURSO ACADÊMICO	624

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

Alexandre Siles Vargas Fabio Rogerio dos Santos Souza Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva Rozenilde Lima da Silva	UNEB	O USO DA PLATAFORMA PIXTON: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL	635
ENSAIOS			
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	Página
Camila Ferreira dos Santos Marcia da Silva Bomfim Maria Alice da Silva Xavier	UNEB	DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL: ARGUMENTOS CONTRÁRIOS SOBRE A EXISTÊNCIA DO PRECONCEITO	646
Joyce Cruz Pinheiro	UNEB	ARTE E CRIAÇÃO NA TERCEIRA IDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA UATI.	650
Antonio Vilas Boas Ana Clara do Vale Mendes	UNEB	MUITO MAIS QUE JOGOS OU INIBIDORES DAS "INDISCIPLINAS": SIGNOS COMO ELEMENTOS POTENCIALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO E DAS APRENDIZAGENS	654
Alana Cerqueira de Oliveira Barros Jussara Fraga Portugal	UNEB	ENTRE LETRAS, MELODIAS E CANÇÕES: O LUGAR NA MUSICALIDADE DE LUIZ GONZAGA	658
Jeane ferreira de Oliveira Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso	UNEB	VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ACESSO A COTAS NA UNIVERSIDADE: EXERCÍCIOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO?	662
Milena Caldas Luciana Peleteiro Nadjanara Lopes	CAPENE - Serrinha/BA	CONSTRUINDO LINGUAGENS ALTERNATIVAS PARA ALUNOS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTAS (NÍVEL 3 DE SUPORTE) COM COMPROMETIMENTO VERBAL.	666
Arina Junqueira Silva Cleudson Alves Rosa Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso	UNEB	DESCONSTRUINDO O BULLYING E CYBERBULLYING: DO MUNDO REAL AO VIRTUAL	669
Nayana Sepúlveda Suzart Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva	UNEB	CONSTRUINDO PONTES INCLUSIVAS: A LUDICIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO DE/PARA TODOS/AS	674
Suelen Menezes dos Santos Maria Lisiane Oliveira de Queiroz Milena Caldas de Assis Souza	UNEB	INCENTIVANDO SABERES: "O LÚDICO COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM	680

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL

		DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Nayana Sepúlveda Suzart Luciana Lima dos Santos	UNEB	EXPLORANDO HORIZONTES: A EXPERIÊNCIA LÚDICA DO/A EDUCADOR/A EM CONSTANTE FORMAÇÃO	684
Aiala Carneiro Ramos Jusceli Maria O. de C. Cardoso	UNEB	PAPEIS E FUNÇÕES ASSUMIDOS PELOS MEDIADORES ESCOLARES¹: UM ESTUDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	689
Solange Marques Rodrigues		MEMÓRIAS DE EDUCADORES SOBRE A LUDICIDADE NOS SEUS PROCESSOS FORMATIVOS	694
Fernando de Souza Nunes	UNEB	UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM SERRINHA-BA: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEDIADORA DA ENVELHESCÊNCIA	699
Elivânia Reis de Andrade Alves Isaura Fontes Andréa Batista dos Santos Lopes Marcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva	UNEB	PARQUE DOS PNEUS: BRINCAR AO AR LIVRE CONTINUA SENDO DIVERTIDO	707
Lucas de Carvalho Cardoso	NAAPA/NAI UNEB	AÇÃO PSICOEDUCATIVA NA ESCOLA DO CAMPO: CÍRCULOS DE ESCRIVÊNCIAS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DA ROÇA, DA CAATINGA.	711

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

CANTO PARA JOVEM CAMPUS SERRINHA

Meu jovem Campus Serrinha,
Analogicamente às pessoas,
O vejo jovem, de vigor configurado;
Boa fase crescente, tal qual lua: Inclusiva, cognitiva, colaborativa.
De ações capilares e pulverizadoras
Pairastes nas Serrinhas da Bahia:
São 35 anos de registros históricos,
Caminhos traçados, tracejados com lágrimas e sorrisos,
Garimpagem de quilate profissional regada à cidadania.

Meu jovem Campus, filho de Morena Bela;
Alimentado por peitos fartos de sonhos
Que vão se tornando reais e intencionais.
Espalha-se nas terras secas, nas serras interioranas,
Aprendente da força de bravos sertanejos viventes.
Espalha-se em apêndices, veias que viram veios,
Caminhos de chão batido ou asfalto curtido,

Para este Campus, casa de mãe,
Migram como pêndulos sujeitos do sisal identidade,
De territórios bem configurados, de comunidades.
Vem gente das fronteiras porosas,
Das Barrocas e Lamarão,
Dos Jorros termais e Águas Fria,
Das águas Biritingas, como saindo das canas doces;
Dos Tanquinhos, Tanques Grandes e Serras Pretas.
Vem Santos e Santas de fé:
Santa Bárbara, Conceição, Santana e Fátima,
Vem São Domingos e gente dos Canudos de Conselheiro.
Vem gente Valente, contente, guerreiros.

Poetas das Letras: de Euclides da Cunha e Castro Alves;
Vem povo das aves, de Tucanos e Andorinhas;
Dos Pombais, dos Retiros e Teofilândias.
De Araci e Mucugê, vem gente de Irará;
De Creguenhem, de Quijingue e Tracupá.
Vem gente de muitos lugares: Vem das matas do Recôncavo,
Das Muritibas e da Cruz das Almas;
Aqui estamos: escrevinhando versos e prosas,
Em rodas de conversas e rodas de samba
E tecendo conhecimentos.

Meu jovem Campus Serrinha,
Hoje é dia de festa,

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

Não detalharei as dores,
À flor ou não da pele, em processos de cura;

Meu jovem campus XI,
Falarei de Cristinas,
Desses meninos e dessas meninas fortes,
De Anderson, Fernandos e Uilmas.
Falarei de Vânicas, de Jandirobas, frutos e Andirobas,
Isabelles, Jucelis, Julietas, Rosas e Violetas,
Falarei de jardins, florais e beija-flores,
Falarei de Amparos e confortos,
De contornos, confrontos e dialéticas;
De acolhimentos, e pertencimentos,
De casa de Ensino, Pesquisa e Extensão,
De Casa jovem de Educação.

Ivan dos Reis Cardoso
Professor Adjunto da Universidade do Estado
da Bahia Campus XI Serrinha; Licenciado em
Geografia pela UCSAL, Mestre em Ciências
Agrárias pela UFRB
Dr. em Difusão do Conhecimento pela UFBA
icardoso@uneb.br

Texto poético de versos livres escrito em comemoração aos 35 anos do Campus XI Serrinha – BA, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Homenagem a este Departamento de Educação que vem desenvolvendo projetos em várias áreas do conhecimento, principalmente nos temas relacionados à Administração, Geografia e Pedagogia em um viés de qualidade profissional e pessoal de cada pessoa, quer da comunidade acadêmica e do entorno que tem acesso ao Campus diretamente ou pelas redes da tecnologia.

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL
BAIANO**

E temos mais homenagens ao CAMPUS XI

Quem é a Uneb no Campus XI Serrinha?

Por: Professora Dra. Isaura Santana Fontes

Seu corpo humano! Servidoras, servidores e estudantes. Servidores que atuam na docência e na gestão dos diversos setores de atendimento, funcionamento e estrutura unebiana. Assim, o que é hoje este campus universitário diz muito do que as pessoas, em sua atuação profissional são e fazem. Nós somos a universidade.

Reza a lenda, que tudo começou por desejos da iniciativa privada, noutra versão conta-se que gestores públicos da região, do estado da Bahia e do Planalto Central disputaram a implantação e a sua não implantação no final da década de 80. Penso que venceu o povo. Entre interesses de diversas cores, nasceu a Faculdade de Educação de Serrinha com o curso de Pedagogia, com um currículo projetado em algum dos gabinetes Unebianos, por uma mente brilhante e bem-intencionada que nos legou tanto!!!

Foi importante nascer com um curso para atender a formação docente voltada para as infâncias, nossa maior riqueza! As crianças! Seguida a sua criação, A FES, Faculdade de Educação de Serrinha, passa a ser habitada por gentes. Corpos críticos e inteligentes que a ela se integram, e sem jamais a ela se acomodar, com ela muitos se implicam, se incomodam e a vão recriando em suas rotinas, eventos, cotidianamente fazendo acontecer a emergência de outros cursos, como o de Administração e Geografia. Cada um destes cursos incorporam novas ideias e modos de atuação profissionais que fazem mudar o contexto e suas dinâmicas internas e externas desta já consolidada Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão universitárias. Criamos aqui também um polo da UNEAD que oferta diversos cursos à distância.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

E como os castelos que nascem dos sonhos pra no real achar seu lugar, como nos inspira Montenegro, nós nos forjamos através de embates internos e externos na defesa de uma sociedade na qual as crianças possam ser ouvidas e suas falas, necessidades e direitos possam ser a régua e o compasso a dar linha às políticas da educação, às políticas de estado e às ações efetivas e afetivas que delas emanem para que o direito não seja um privilégio baseado em cores, gêneros, idades ou poderes econômicos.

E nessas lutas, hoje somos uma instituição mais inclusiva. Mais dialógica, mais próxima dos movimentos sociais, mais cuidadosa com as pessoas. Entretanto, temos muitos desafios. A ampliação da oferta de nossos cursos é um dos nossos desafios. Outro desafio diz respeito à consolidação e ampliação da pós-graduação, no formato das especializações, do mestrado e do doutorado que vem chegando com uma grande potência em direção a excelência. Mais um desafio, é o da relação entre a oferta dos cursos presenciais com a Educação on-line.

E por fim, não encerrando os inumeráveis desafios, quero encerrar a minha fala dizendo que para cada desafio e para cada avanço, nós dependemos de pessoas, com suas características individuais, com seus modos de ser e estar no mundo, mais precisamos que mais do que elas existam, que elas interajam, que elas se amem, que elas se respeitem, que elas se cuidem, que cuidem umas das outras. Ou seja, que nós, as pessoas que desde de dentro da universidade e desde fora dela, construam espaços e tempos de colaboratividade, solidariedade, respeitabilidade, e porque não dizer, de amorosidade. Pois sozinhas, nem nascemos. Quanto mais chegamos a algum lugar é por que “dependemos de tanta, muita diferente gente, cada pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas” como me disse um dia tal de Luiz.

E assim, em meu nome, em nome de toda minha família com toda a nossa ancestralidade, com a licença e a bênção de minha mãe, eu agradeço.

Em nome da Faculdade de Educação de Serrinha, pedindo licença a sua primeira equipe gestora, eu agradeço.

Em nome do Departamento de Educação Campus XI, pedindo licença a atual diretora Isabelle Sanches e toda sua equipe, eu agradeço.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

E em nome da Universidade do Estado da Bahia, pedindo licença a professora Adriana Marmorì, e toda a equipe gestora, aqui representada pela professora Elivânia Andrade, eu agradeço:

Obrigada à dona Dodô e a todas as famílias que acolheram, acolhem, e acolherão a Uneb no território do Sisal, e nos demais cantos da Bahia,

Obrigada a Kailaine e demais estudantes de ontem, de hoje, e de amanhã desta universidade,

Obrigada a Flavinha e a todas as pessoas que cuidaram, cuidam e continuarão a cuidar de nós nesta universidade,

Obrigada a Sr. Nery e a todas as pessoas que cuidaram, as cuidam e as que continuarão a cuidar de nossa segurança de dia e de noite,

Obrigada a Ives a todos os motoristas que nos conduziram, mesmo durante a pandemia levando exames e vacinas para salvar vidas, e continuam a nos conduzir para nos formar e formarmos em conjunto uma sociedade de saberes diversos,

Obrigada Claudete e a todo corpo técnico administrativo desta universidade que tanto serviço prestou, presta e continuará prestando a estas comunidades locais e a nossa sociedade,

E por fim, a professora Norma Neide e a todo corpo docente desta universidade que se formou, se forma e continuará se formando em comunhão,

Agradecemos todas as pessoas que fazem da Universidade do Estado da Bahia o que ela é, com todas as suas possibilidades e convidamos a quem ainda não é unebiano a ocupar o seu espaço no seio desta Universidade se quer pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e participativa para continuar fazendo ciência com e no interior da Bahia, em diálogo com a capital, com e no nordeste brasileiro, em diálogo com as demais regiões do país, com e na América do Sul, em diálogo planetário, comigo, com você e todas as pessoas que entrarem nesta roda, com sua etnia, condição, idade, peso, gênero, fé, sonho, e vontade de conhecer, de fazer ciência, filosofia, educação, tecnologia e um planeta no qual a vida pulse com mais amor e a paz seja consequência.

APRESENTAÇÃO

O Seminário do Núcleo de Pesquisa e Extensão é um evento anual do Departamento de Educação (DEDC), Campus XI - Serrinha da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), organizado e realizado pelos diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O Seminário deste ano, 2023, pretende além de celebrar os 35 anos de (re) existência do Departamento de Educação, CAMPUS XI, no Território do Sisal baiano, fortalecer a trajetória da extensão e da pesquisa, assim como pretende dar espaço para socialização dos conhecimentos produzidos, pelos diversos sujeitos e grupos de pesquisa constituídos, no Departamento de Educação.

Além disso, também visa a ser espaço de aprofundamentos teóricos e metodológicos com vistas a dialogicidade entre os estudantes, docentes, pesquisadores e a comunidade externa frente ao contexto e demandas que afloram no cenário contemporâneo.

Assim, será busca de todas as atividades propostas e que, em conjunto constituem o Seminário do NUPE, alavancar as discussões, debates, escutas e o exercício polifônico das vozes dos atores e atrizes sociais que edificam a história do CAMPUS XI, seja na condição de servidores, técnicos, docentes, discentes, egressos e colaboradores que estão imersos no território onde o CAMPUS XI tem suas raízes fincadas.

Sendo assim, o coletivo de pessoas que edifica as ações do Núcleo de Pesquisa e Extensão, dialoga, partilha e colaborativamente constrói a história da pesquisa e extensão no CAMPUS XI e nos territórios onde atuamos, de modo que, ao propor a realização do XI Seminário do NUPE, trabalhamos incessantemente para que o ensino, a pesquisa e extensão resista e se comprometa, sobretudo, com a educação pública, a escola de educação básica e com a classe trabalhadora.

Neste sentido, este evento pretende tornar públicas as ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas no contexto do departamento destacando o papel político, social, humano da Universidade do Estado da Bahia, em especial o CAMPUS XI, no Território do Sisal.

Comissão Organizadora do XI Seminário do NUPE

JUSTIFICATIVA

A urgência em se construir uma proposta que congregue ações que visam a vivificar a trajetória histórica da UNEB no contexto serrinhense, no que tange a evidenciar o impacto positivo que tal instituição de ensino, pesquisa e extensão tem gerado ao longo dos anos, se justifica por vários motivos.

Entre vários motivos, salientamos o papel relevante que a UNEB tem desempenhando no território do semi árido e do Sisal, como instituição que tem se destacado pela ação constituída em torno da política de formação de docentes, no âmbito dos curso de Licenciaturas em Pedagogia, Geografia, como também no cerne da Administração de Empresas, com o curso de ADM, contribuindo, decisivamente, para as transformações sociais que se operam, paulatinamente nos contextos das comunidades interioranas, onde os CAMPUS se inserem.

Além do mais, as proximidades celebrativas dos trinta e cinco anos de trabalho construído da UNEB na região, precisam ser efetivados e celebrados em torno da história da própria UNEB, na singularização do CAMPUS XI.

Com isso, detectamos a necessidade de re-contarmos a história do CAMPUS XI, evidenciando a sua implantação, os primeiros anos da gestão e a afirmação de uma instituição de ensino superior num cenário de tantas urgências e emergências de temáticas complexas e iladas aos desafios sócio-educativos impostos pelo novo tempo, em que ainda vivenciamos as mazelas herdadas da pandemia do covid.

Através das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, tem a UNEB /Campus XI por objetivos a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento socioeconômico da região e do país, visando, especificamente, em sua área de competência:

- ✓ Produção e crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando o seu acesso e difusão;
- ✓ Participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas nos seus diversos níveis de complexidade;
- ✓ Formação e capacitação de profissionais;

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

- ✓ Participação e contribuição para o crescimento da comunidade em que se insere a resolução de seus problemas.

Como função indissociável do ensino e da extensão e instrumento de produção de novos conhecimentos, as atividades de pesquisa desenvolvidas pela UNEB buscam atender aos objetivos da Universidade e as necessidades da comunidade onde estão inseridas as suas Unidades, principalmente no que diz respeito ao conhecimento e possíveis soluções das problemáticas locais.

Têm-se realizado estudos sobre inclusão escolar, alfabetização, o analfabetismo, fome, saúde, gestão, administração, geografia e preservação do ambiente, *bem como de problemáticas de inclusão sócio-educacionais e temáticas voltadas a questões administrativas procurando desenvolver um trabalho coerente com os postulados da Universidade com a estrutura teórica dos conhecimentos institucionalizados e uma prática que contemple em seu bojo a participação efetiva da sociedade.*

Com o objetivo de registrar, divulgar e valorizar a produção científica, a UNEB/Departamento de Educação CAMPUS XI – tendo o NUPE como setor coordenador/articulador da catalogação das ações de pesquisa e extensão planeja a publicação de um catálogo de pesquisa, contendo o registro resumido dos trabalhos desenvolvidos pela comunidade acadêmica desta Instituição ao longo dos últimos 35 anos, em um trabalho de levantamento do acervo documental, consulta aos idealizadores dos projetos de pesquisa e extensão realizados.

Assim, através do efetivo exercício da docência (*contemplando o eixo Pesquisa – Extensão – Ensino*) onde a formação docente é sempre objeto de estudos, podemos salientar que, no período de vinte anos, temos acumulado um capital cultural extenso, o qual necessitará ser evidenciado, trazendo-se à tona, com o intuito de divulgar todo esse conjunto de trabalhos, pesquisas, ações de ensino e extensão, ao mesmo tempo em que contaremos e recontaremos a história da implantação e da afirmação do CAMPUS XI na cidade e na região, configurada como território do sertão.

Sendo assim, *este Seminário, o XI, busca promover a criação de espaços-*



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

tempos diferenciados, e terá como meta, trazer a polifonia de vozes dos que fizeram e *ainda* fazem acontecer a história de uma instituição pública que, paulatinamente, vai edificando com a força do seu trabalho, os ideais de educação pública, gratuita e de qualidade.

OBJETIVOS

GERAL:

- ✓ Promover um espaço/tempo singular, marcado pela polifonia de vozes dos atores e atrizes sociais que constituíram e continuam a construir a história do CAMPUS XI mediante as ações de ensino, da pesquisa e da extensão efetivados ao longo dos trinta e cinco anos de atividades do Departamento de Educação do CAMPUS XI demarcados no Território do Sisal baiano, assim como em conexão com outros territórios como: Portal do Sertão e Semi árido.

ESPECÍFICOS:

- ✓ *Socializar a construção* sobre a história do *processo de* implantação e da afirmação do CAMPUS XI no contexto da cidade de Serrinha;
- ✓ Evidenciar a produção acadêmica do CAMPUS XI, no que concerne ao exercício do processo de ensino, pesquisa e extensão acumulados ao longo dos 35 anos de trabalhos acadêmicos;
- ✓ Fomentar a participação e o diálogo ativo com a comunidade externa favorecendo a consolidação de parcerias institucionais;
- ✓ Historicizar a trajetória acadêmica do CAMPUS XI ao longo dos últimos 35 anos *de sua existência*, evidenciando *sua* importância no semi-árido baiano.
- ✓ Divulgar a produção acadêmica do CAMPUS XI acumulada ao longo dos 35 anos
- ✓ Promover um diálogo entre diversos segmentos que constituem o corpo Universitário: equipe docente, discentes, técnicos administrativos, gestores em torno das ações comemorativas dos 35 anos de trabalho da UNEB na cidade de Serrinha.
- ✓ Promover o debate sobre educação e contemporaneidade, assim como, fazendo emergir outras temáticas que se derivam e pulsam no seio das comunidades das quais o CAMPUS XI, faz parte;
- ✓ Apresentar a produção do conhecimento do Departamento de Educação da UNEB (Serrinha) para a comunidade interna e externa como um ato de resistência ao longo destes 35 anos de existência;

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

- ✓ Ampliar o diálogo com a Educação Básica, os movimentos sociais, a rede de economia solidária, os sindicatos e as organizações governamentais e não governamentais do Território do Sisal, através dos trabalhos apresentados nas sessões de comunicação e posters, bem como nas rodas de conversa;
- ✓ Oportunizar as condições para publicação das experiências científicas e extensionistas;
- ✓ Fortalecer as redes e grupos de investigação e cooperação no âmbito departamental, interdepartamental e interinstitucional;
- ✓ Integrar a comunidade da discussão, planejamento e desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão no DEDC/XI.

PROGRAMAÇÃO GERAL XI SEMINÁRIO NUPE

35 anos (Re)existência da pesquisa e extensão no Território do Sisal

22/11/2023 – Manhã

7:30h às 8:30h	Credenciamento
8:30h às 9:10h	Programação Cultural
9:00h às 9:30h	Abertura Oficial: <i>Professora Dra. Isabelle Sanches-Diretora do DEDC Campus XI/UNEB</i> <i>Professora Dra. Jusceli Maria Cardoso – Coordenadora do NUPE</i>
10:00 às 10:30h	Apresentação do grupo de pesquisa FORMACI Professoras: <i>Rita de Cássia Cliveira</i> <i>Elivânia Reis de Andrade Alves e Isaura S. Fontes.</i>
10:30h às 11:45h	Conferência de abertura: Pesquisa- formação/ Formação- pesquisa: criação de saberes e heurística formacional Palestrante: <i>Prof. Dr. Roberto Sidney Macedo</i> Mediadora: <i>Prof. Selma Regina Batista Nascimento</i>
8:30 às 11:45h	PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA: Sessão de pôsteres digitais e impressos Exposição Digital: Artenatureza – Produção da Brinquedoteca Criação
8:30 às 11:45h	PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Circuito de Oficinas Pedagógicas: Processos de Alfabetização Público: Professores, estudantes, interessados Oficinas 1,2,3,4 (Pavilhão Milton Santos) e sala 01- Segundo andar Coordenação: <i>Professora Dra. Dilzete Mota</i>

22/11/2023 – Tarde

13:30h às 14:00h	Programação cultural
14:00 às 15:30h	GASP em foco Grupo Ambiente, Sustentabilidade e Paisagem (GASP): Pesquisa, extensão e ensino, discutindo a sustentabilidade, o espaço e a inserção da comunidade nas atividades acadêmicas Mediação: <i>Prof. Dr. Bruno Leonardo Gonçalves e Castro</i> Projetos de extensão e pós-graduação: pós-graduação PPAGT Revista AYIKA Projeto Carcará Youthmappers Quartas ambientais LACARD e o GASP Experiências: Projetos de pesquisa e extensão *Levantamento e caracterização espeleológica de cavernas não carbonáticas no município de serrinha/BA – <i>Esp. Kelly Sandra Ramos Santos Silva</i> * Degradação das APAS do oeste da Bahia - <i>Prof. Dr. Bruno Leonardo Gonçalves e Castro</i>

	<p>* Educação ambiental e mapeamento participativo no ensino fundamental II em Retiroândia/BA - <i>Esp. Ediléia Oliveira dos Santos</i></p> <p>* Educação ambiental e etnobotânica em Santa Bárbara - <i>Prof. Ms. Isabela Camargo Rodrigues</i></p> <p>* Mapeamento colaborativo na Escola - <i>Prof. Dr. Renato Leda</i></p>
15:30h às 17:00h	<p>Sessões de comunicações Espaços de Diálogos e Práticas – EDP</p>
13:30 às 16:30h	<p>PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Ateliê pedagógico: Ludicidades e Letramento Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino da Língua Portuguesa</p> <p>Professoras <i>Maria Cezarela C. Carvalho</i> e <i>Jusceli Maria Cardoso</i> <i>Local: Sala de aula U2- Segundo andar</i></p>

22/11/2023 – Noite

19:00h	<p>Programação cultural GEPEDRU em debate</p>
19:30 às 21:00h	<p>Oportunidades de pesquisa: um estudo integrado de Administração e Geografia <i>Profª Dra. Keila Petronília Lopes</i></p>
21:00 às 22:00h	<p>Sessões de comunicações Espaços de Diálogos e Práticas – EDP</p>
19:00h às 21:00h	<p>PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Oficina Coordenação: <i>Bruno Leonardo Gonçalves e Castro</i></p>

23/11/2023 – Manhã

6:00 às 8:30 h	<p>Programação Cultural</p>
8:30h às 10:30h	<p>GEOBIOGRAFAR em foco Formação e trabalho docente em múltiplos contextos: narrativas em movimento. Profª <i>Dra. Poliana Marina Mascarenhas Magalhães</i>, pesquisadora GEPPE (Núcleo de Pós-Graduação Gastão Guimarães). Profª. <i>Claudene Ferreira Mendes Rios</i> (Professora Assistente da UNEB/Campus Xi, grupo de pesquisa GEOBIOGRAFAR)</p> <p>Mediação: <i>Ana Cristina Silva de C. Pereira.</i> Vitrine Literária: GEOBIOGRAFAR: <i>Construindo memórias, registrando histórias.</i> Mediação: <i>Simone Ribeiro Santos</i></p>

10:30 às 11:30h	Sessões de comunicações Espaços de Diálogos e Práticas – EDP
8:30h às 11:00h	PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Circuito de Oficinas Pedagógicas: Linguagens Público: crianças do 1º ao 5º ano: Escola Creunita Brizolara Oficinas 1,2,3,4 (Pavilhão Milton Santos) e sala 01- Segundo andar <i>Coordenação: Professora Dra. Dilzete Mota</i>

23/11/2023 – Tarde

13:00 h às 14:00	Programação Cultural EPODS, MPIES, GEPERCS e LIPEGE em foco
14:00h às 15:30h	Conferência: Políticas de fundos e financiamento da Educação Básica no Brasil: novos contextos para formação e atuação dos profissionais de educação <i>Maria Aparecida Silva de Menezes</i> (Servidora do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GEPPOLE), na UFBA, é também associada as entidades acadêmicas e científicas ANPED, ANPAE e FINEDUCA) <i>Mediação: Prof. Dra. Patrícia Júlia Souza Coelho</i>
15:30h às 17:00h	Sessão de comunicação (Oficinas Pedagógicas PRP linguagem cartográfica) Sessão de comunicação EPD – Espaço de Diálogos e Práticas
14:00h às 16:30h	PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Minicurso: Introdução a audiodescrição <i>José Gleidson Araújo</i> <i>Catiane de Santos Pereira</i> <i>Lucas de C. Cardoso</i> <i>Poliana Santana</i> Público: estudantes do curso de Braille
14:00h às 16:30h	Circuito de oficinas – PRP – Geografia Tema: Linguagem cartográfica Oficinas 1, 2, 3 <i>Mediadoras: Professoras Simone Oliveira e Jussara F. Portugal</i> <i>Sala 2, 3, 4 – Pavilhão Milton Santos</i>

23/11/2023 – Noite

19:00 às 19:30 h	Programação cultural
19:30 às 21:00h	<p>GETEL em foco Colóquio: Inclusão e acessibilidade na educação: O que temos aprendido nestes 35 anos? Palestra: <i>Dra. Patrícia Carla da Hora Correia</i> Mediação: <i>Maria Cezavela C. Carvalho e Júlio Cesar Gomes.</i> Convidados/as: <i>Patrícia Lútião IF-Baiano</i> <i>Maria Vanelma Damiano Mota -NAAPA</i> <i>Maria José Araújo Lopes-CAPENE</i> <i>Márcia Raimunda de J. M. da Silva-NAI</i> <i>Marijoice dos Santos Cardoso Lima-Coordenação de Educação Especial-SEMED</i></p>
21:00 às 22:00h	<p>Sessões de comunicações Espaços de Diálogos e Práticas – EDP</p>

24/11/2023 – Manhã

8:00 às 8:30 h	Programação Cultural
8:30 às 10:00h	<p>NEPEJA/ GEPEJA em foco Tertúlia Literária: Entrelaçamentos da Literatura com as infâncias e a juventude. Professoras: <i>Dra. Alana de Oliveira Freitas El Fahl</i> <i>Cibele C. Queiroz</i> <i>Luciana Maria Ávila Carvalho</i> Mediação: <i>Professora Dra. Glauce Maciel Barbosa Pereira</i></p>
10:00 às 11:30h	<p>Sessão de Contação de histórias Convidada: <i>Luciana Maria Ávila Carvalho</i> Mediação: <i>Professora Dra. Glauce Maciel Barbosa Pereira</i> Lançamento de livro: <i>Alana de Oliveira Freitas El Fahl.</i> <i>Luciana Maria Ávila Carvalho</i></p>
8:00 às 11:00h	<p>PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA <i>Projeto Sinais de Inclusão: Circuito de Oficinas.</i> Salas de aulas 1,2,3,4 Coordenação: <i>Professora Juscely Maria de C. Carvalho Cardoso</i></p>
8:00 às 11:00h	<p>Expobrinçar! Interação com brinquedos produzidos pelos acadêmicos – 3º semestre de Pedagogia Coordenação: <i>Professora Nayana Sepúlveda Suzart</i></p>

24/11/2023 – Tarde

13:30 às 14:00h	Programação Cultural
14:00 às 15:30h	<p>ENTRELAS em foco 20 anos da lei 10.639/2013 e 20 anos de cotas – uma conversa Entre Elas</p> <p><i>Raílda Neves Souza</i> (Coordenadora pedagógica do Centro Educacional São Felipe; Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela UFRB)</p> <p><i>Geovania Silva do Nascimento</i> (Graduado em Letras - UEFS Mestre em Estudos Linguísticos - UEFS)</p> <p>Mediadores/as: <i>Isabelle Sanches Pereira</i> (Profª Dra. DEDC XI serrinha/UNEB, Líder do Grupo de Pesquisa Entre Elas- Educação e Culturas)</p> <p><i>Uilma dos Santos Rodrigues</i> (Graduanda em Licenciatura em Pedagogia/DEDCXI Serrinha/UNEB)</p> <p><i>Marcondes Santos da Silva</i> (Graduando em Licenciatura em Pedagogia/DEDCXI Serrinha/UNEB)</p>
16:00 às 17:00h	<p>PROGRAMAÇÃO SIMULTÂNEA Circuito de Oficinas e Minicurso -Tema: Educação Antirracista com a turma do 1º semestre.</p>
14:30 as 16:30h	<p>Expobrinçar! Interação com brinquedos produzidos pelos acadêmicos-3º semestre de Pedagogia Coordenação: <i>Professora Nayana Sepúlveda Suzart</i></p>

24/11/2023 - Noite (Remoto)

Plataforma Microsoft Teams - Teremos único link para acesso

17:30 às 20:00h	<p>Conferência de Encerramento: (REMOTO) As tecnologias como potencializadoras da pesquisa e da extensão no Território do Sisal Convidado: <i>Profa. Dra. Mary Valda Souza Sales</i> Mediação: <i>Profa. Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira</i></p>
20:00 às 21:00h	Sessão de Comunicações (REMOTA)



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

ARTIGOS

A DEFICIÊNCIA À LUZ DAS EXPECTATIVAS FAMILIARES: UMA DISCUSSÃO CURRICULAR

Eva Cristina do Carmo Araújo

Universidade do Estado da Bahia
evacristina2110@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares

Universidade do Estado da Bahia
mtsoares@uneb.br

RESUMO

Este artigo é oriundo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus XI – Serrinha/BA*. A pesquisa teve como questão norteadora: como as expectativas de famílias de estudantes com deficiência podem interferir na compreensão sobre seu desenvolvimento e participação nas atividades curriculares? e como objetivo geral “analisar expectativas de famílias de estudantes com deficiência quanto ao seu desenvolvimento e participação nas atividades curriculares apresentadas no contexto escolar”. Foram oportunas as contribuições teóricas de Magalhães (2002), Queiroz (2010), Magalhães; Soares (2016); Araújo; Soares (2021) e Oliveira (2021). Por meio da metodologia de pesquisa de campo realizou-se entrevistas semiestruturadas com mães de crianças com deficiência da Escola Municipal Progredir. O estudo indicou algumas expectativas de participação no currículo escolar, porém consideradas tímidas, se pensadas sob a função social da escola. Concluímos sobre a importância em conceber novas formas de ver a deficiência, afinal essas expectativas, aliadas às concepções, podem refletir-se nas práticas curriculares. Também é importante a escola estar atenta a ações intervenientes no processo de desenvolvimento e inclusão escolar.

Palavras-chave: família; deficiência; currículo escolar; inclusão; expectativas.

INTRODUÇÃO

A família existe em todas as sociedades e se apresenta como origem da esfera social de interação do indivíduo. Em colaboração com outras esferas sociais, devem buscar garantir o bem-estar de seus membros e da comunidade como um todo (Oliveira, 2021).

Compreendemos, desse modo, a parceria entre a família e escola como de extrema importância, não apenas quanto ao desenvolvimento da aprendizagem, mas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO a integralidade dos seres humanos, haja vista a família desempenhar o primeiro papel na formação humana.

Um levantamento realizado acerca de pesquisas existentes sobre a relação família e escola no Curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) - *Campus XI* - Serrinha-BA, até o ano de 2022, permite depreender a importância da pesquisa relatada neste artigo, pois este está pautado nas expectativas de famílias quanto ao desenvolvimento e participação de seus filhos(as) com deficiência nas atividades curriculares da escola, enquanto, os demais trabalhos encontrados no período anterior, trazem a questão da ausência familiar no contexto educacional e a importância dessa relação para a construção de aprendizagem do educando.

Com efeito, consideramos o público da Educação Especial – modalidade definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) – como atinente aos estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação, porém, escolhemos tratar apenas a deficiência como representativa desse público, tendo em vista a abordagem já enfatizada em outros estudos, como comprova Araújo e Soares (2023).

Nessa perspectiva, o estudo ancora-se no entendimento da inclusão educacional no sentido de não deixar nenhum estudante, desde o início de sua vida escolar, fora do ensino regular e, que as instituições tenham um modelo de organização voltado às necessidades de todos os indivíduos se estruturando em função dessas especificidades acolhendo todos, sem exceção (Mantoan, 2003).

Por seu turno, consideramos o currículo escolar em sua dimensão subjetiva de formação de identidades, como um artefato de constrangimento do nosso comportamento produzindo sentidos (Lopes; Macedo, 2011). No acesso ao conhecimento historicamente acumulado, faz-se necessário observar as condições de aprendizagem de todos os estudantes (Araújo; Soares, 2021) e, nesse sentido, ainda enfrentamos desafios para garantir tal proposta inclusiva.

Também este estudo tem relação com nossa participação como bolsista do projeto “Concepções de educação especial e currículo escolar: um estudo sobre a produção acadêmica educacional brasileira”, entre os anos de 2019-2020, por meio

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO do Programa de Iniciação Científica (IC) da Uneb, Edital nº 014/2019 (UNEB, 2019), e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). A participação na IC possibilitou uma primeira aproximação com concepções de educação especial e deficiência, dentre outras.

Nossa imbricação com o tema também decorre de experiências familiares com um sobrinho com deficiência e a preocupação decorrente com as expectativas dirigidas a ele. Para tanto, a metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, conforme Severino (2007). A pergunta norteadora do estudo compartilhado foi delimitada em como as expectativas de famílias de estudantes com deficiência podem interferir na compreensão sobre seu desenvolvimento e participação nas atividades curriculares? Portanto, o objetivo geral da pesquisa, parcialmente apresentada, foi analisar as expectativas de famílias de estudantes com deficiência quanto ao seu desenvolvimento e participação nas atividades curriculares apresentadas no contexto escolar.

Para fins de organização, além desses escritos introdutórios, na seção intitulada *Base Teórica: a importância da relação família e escola*, apresentamos as contribuições teóricas acerca da temática e iniciamos as primeiras interlocuções com o objetivo de nossa pesquisa. Em sequência discutimos a *Metodologia* e os *Resultados e Discussões* para finalmente, tecermos as *Considerações Finais*. A seguir, iniciamos com o aprofundamento do tema à luz das produções teóricas.

BASE TEÓRICA: A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Para escrita desta seção, tomamos por base um levantamento bibliográfico realizado no *google* acadêmico e em outras obras físicas relacionadas à temática acerca de expectativas familiares e inclusão educacional de estudantes com deficiência.

Com base nas leituras, a família à espera de um novo membro é marcada por expectativas e idealizações, por vezes, é uma família a projetar nesse indivíduo seus sonhos e desejos futuramente, assim, “o lugar da criança na família é determinado pelas expectativas que os progenitores têm sobre ela” (Fiamenghi; Messa, 2007, p. 239).

Quando essa família descobre o novo membro/filho diferente do esperado, sonhado, idealizado, ela é acometida por uma onda de sentimentos e emoções, haja vista não conviver com alguém “igual” as demais pessoas da família. Essa descoberta amedronta, entristece e causa questionamentos infinitos (Queiroz, 2010). Nesse momento, estes, se sentem perdidos, inseguros, culpados e fracassados e “começam a questionar o porquê deste acontecimento ter ocorrido com eles, sentindo-se como se todas as expectativas e planos em função do filho tivessem desmoronado (Queiroz, 2010, p. 54).

Essa sensação da família também é indicada por Amaral (1985, p. 77-78) como o processo de luto pois “[...] o estado psíquico vivido pela família é de perda, de morte mesmo. “Morte” do filho desejado e idealizado. Assim, para tornar possível receber o filho real faz-se, então, necessário viver o processo de luto daquele filho “perdido”.

Diante disso, percebe-se a importância da união familiar frente à chegada do filho com deficiência, afinal essa família deve e precisa criar mecanismos para a criança desfrutar de seus direitos e ter uma participação ativa na sociedade. Segundo Szymanski (2010, p. 22) “é na família que a criança encontra os primeiros “outros” e, por meio deles, aprende os modos humanos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito.” Ou seja, assim como a escola, a família também desempenha parte importante na função de educar.

Dessa forma, partindo da percepção da importância da relação família-escola na atuação como agentes transformadores na vida do educando, Oliveira (2021, p. 207) destaca o papel da família do estudante com deficiência, e enfatiza,

a família, como principal apoio do deficiente, é responsável por proporcionar as possibilidades de acesso e permanência desse indivíduo nas diferentes esferas da sociedade; dentre elas no âmbito educacional, uma vez que o processo de educação de um indivíduo, seja ele deficiente ou não, é capaz de mudar a sua realidade.

Diante da fala da autora, nota-se a grande responsabilidade das famílias no processo de inclusão do educando. Desse modo, sua atuação pode afetar de forma positiva ou negativa no seu futuro cabendo à família criar mecanismos para ajudar na formação de um agente ativo na sociedade, na busca constante de condições

favoráveis para ele e do direito à educação, muitas vezes reduzido e “[...] confundido com vaga na escola, acesso ao transporte, ao uniforme e à merenda escolar” (Castro; Regattieri, 2010, p. 36).

Essa situação é exacerbada com o estudante com algum tipo de deficiência, quando famílias e profissionais da escola “parecem adotar uma atitude de pouca expectativa e exigência quanto ao processo escolar do educando aceitando que “o pouquinho que eles fazem já está bom”, afinal “pelo menos eles estão na escola se socializando” (Pletsch; Glat, 2011, p. 200).

Em nossa perspectiva de análise “[...] o modo como enxergamos o aluno e as expectativas que temos sobre ele acaba impactando nas práticas que dirigimos para eles e, conseqüentemente no seu desenvolvimento” (Moysés, 2001, p. 35). Partindo dessa perspectiva, é importante e necessário demonstrar interesse pela vida escolar dos filhos, pois as práticas educativas também são feitas direta ou indiretamente sob olhares e concepções, como ressalta Magalhães (2002, p. 25):

A forma de conceber a pessoa com deficiência é fator determinante na consecução de práticas educativas, isto é, concepções pautadas em estereótipos, preconceitos tendem a enfatizar as dificuldades da pessoa com deficiência relegando à segundo plano suas potencialidades e podem ser fatores impeditivos.

É importante a família adotar uma visão crítica sobre as propostas pedagógicas para seus filhos no ambiente educacional. Ao compreender a importância das expectativas familiares de seus filhos na perspectiva da inclusão escolar, chama-nos atenção as compreensões acerca da deficiência atreladas às concepções de currículo apresentadas nesse estudo.

Geralmente a deficiência é vista apenas à luz do modelo médico, desconsiderando todos os aspectos sociais existentes, diante disso, Diniz (2007, p. 9) define a deficiência como “[...] um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. Para ela, a concepção de deficiência vai além dos fatos médicos, haja vista ser produzida constantemente pela ausência de acessibilidade e oportunidades.

No tocante à discussão curricular e a participação dos estudantes com deficiência,

o lugar ocupado pelos estudantes com deficiência evidencia modos de participação e exclusão escolar rebatendo nos modos como o currículo escolar é organizado e, especialmente, na forma como lidamos com as necessidades desses estudantes, se possibilitamos, ou não, seu acesso, participação e desenvolvimento acadêmico. (Magalhães; Soares, 2016, p. 328).

Partindo dessa percepção, reafirmamos ser essencial ter um currículo capaz de permitir a aprendizagem e o progresso dos estudantes, considerando, principalmente, aqueles com um tempo e um percurso diferente dos demais. Também é mister considerar a necessidade de todos - escola, família, comunidade - estarem engajados nesse processo de escolarização para/no desenvolvimento desses indivíduos.

METODOLOGIA

Em campo, inicialmente, foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a diretora da escola e, a partir do seu aceite, pudemos realizar a investigação na Escola Municipal Progredir (EMP), nome fictício atribuído à escola, *lócus* de nossa pesquisa.

Posteriormente, ela se disponibilizou a nos passar uma lista com a quantidade de estudantes com deficiência da escola, um total de três estudantes, como também, intermediar o contato com as mães desses estudantes, com o intuito de fazer o convite para participar da entrevista conosco.

As mães entrevistadas possuem perfis jovens, Ester de vinte e oito anos com, apenas, um filho de oito anos. A criança possui hiperatividade, déficit intelectual e transtorno na fala; Ana, com quarenta e quatro anos e dois filhos, um deles de sete anos tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Rute de trinta e três anos, com dois filhos: um de nove anos com diagnóstico de TEA.

Para o tipo de estudo realizado, com a coleta de dados por meio de entrevistas, utilizou-se as orientações para levantamento de dados conforme Pereira *et al* (2018). Para análise de dados, escolhemos a abordagem proposta por Bardin (2011), por considerarmos categorias de análise, intituladas de eixos de discussão. Favoreceu a construção dessa análise, o trabalho desenvolvido anteriormente na IC.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Assim, na análise realizada, algumas evidências identificadas coadunaram para definição de dois eixos de discussão a saber: I - sobre o direito à aprendizagem; II – sobre condições e participação no currículo escolar, como apresentaremos na seguinte seção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A EMP é uma escola pública municipal de Biritinga-BA, *lócus* de pesquisa do estudo aqui problematizado. Esta, constitui-se em uma instituição de pequeno porte com atendimento apenas para estudantes do primeiro ao quarto ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O nome Progredir foi atribuído em razão de compreendermos um movimento interno da escola para o entendimento acerca da inclusão escolar, mas a necessidade de intensificar/progredir nas ações para garantia desse direito, pois, precisamos – escola investigada e cada um de nós – viver o desejado por uma das mães da pesquisa: “Progredir!”.

Conforme a diretora da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMP (Escola Municipal Progredir, 2012-2015) ainda estava em fase de reformulação, no entanto, o Referencial Curricular Municipal encontrava atualizado. Tivemos acesso aos dois documentos e foi possível perceber no PPP (2012- 2015), disponibilizado para análise, um breve olhar sobre a importância da família na formação do educando com deficiência e seu entendimento sobre o direito a uma Educação Inclusiva.

Quanto ao Referencial Curricular Municipal de Biritinga (2022), este, defende a concepção de Educação Inclusiva como um “direito de todos a educação, com oportunidades iguais de acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes, com e sem deficiência (Biritinga, 2022, p. 40). O documento também assume não possuir uma política pública “que de fato atenda as demandas da Educação Especial na prática das vivências do contexto regular de ensino e que as escolas ainda não estão adaptadas para incluir dignamente todos os estudantes, além disso há necessidade de mais profissionais com formação nesta área” (Biritinga, 2022, p. 41). O Referencial, portanto, sinaliza a importância da formação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO no tocante à inclusão, afinal “é necessário o município oferecer formação continuada aos profissionais da educação em todos os níveis e funções” (Biritinga, 2022, p. 41). A partir de uma análise mais aprofundada dos documentos, foi possível perceber uma tímida exposição das ações/propostas para uma educação inclusiva.

Quanto à entrevista, foi realizada com três mães de perfis jovens, com poucos filhos e vivenciam a maternidade sozinhas, exceto, uma com a ajuda do companheiro (padrasto da criança) quando ele pode. Há uma preponderância das atribuições delegadas as mães, pois apenas uma das entrevistadas conta, parcialmente, com a ajuda do genitor no cuidado e educação dos filhos. Em linhas gerais, elas assumem essas responsabilidades sozinhas (Queiroz, 2010).

Embora discretas, por salientarem contentamento com o fato de estarem matriculados na escola, e apesar da influência na crença da socialização como suficiente, as mães entrevistadas apresentam algumas expectativas importantes sobre o direito à aprendizagem, como iremos ilustrar.

I – Sobre o direito à aprendizagem - Quando questionadas sobre as expectativas relacionadas ao desempenho escolar e o direito à aprendizagem de seus filhos, as mães entrevistadas assim se colocaram:

Meu sonho é ver ele lendo umas palavrinhas e eu não vi ainda. (Dona Ana, entrevista, 26 de outubro de 2022).
A escola já supre as necessidades dele, mas eu quero que sempre melhore. (Dona Ester, entrevista, 19 de outubro de 2022).
Eu gostaria que a escola **trabalhasse mais na questão da leitura com ele**. (Dona Rute, entrevista, 31 de outubro de 2022. Grifos nossos).

As falas das mães indicam desejarem um pouco mais das formas de participação de seus filhos. Elas entendem a necessidade da escola adotar novas/melhores práticas pedagógicas para aprendizagem de seus filhos. Em contrapartida, dona Ester afirma já haver uma correspondência de suas expectativas ao oferecido pela escola. Nesta fala e em outras, como as doravante compartilhadas, identificamos expectativas mais comportamentais observadas na proposta educacional representadas por meio das falas das mães.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ele gosta muito de vir para escola. Quando não vem começa a chorar, se a escola fosse ruim, ele não faria isso. (Dona Ester, entrevista, 19 de outubro de 2022.)

Ela [a professora] me fala que as vezes que ele é até melhor em questão de comportamento e fazer as tarefinhas que as outras crianças que não têm a deficiência. (Dona Ana, entrevista, 26 de outubro de 2022).

Implicitamente às falas, identificamos concepções comumente encontradas no contexto educacional, por exemplo, a ideia de tendo uma deficiência dever apresentar problemas comportamentais e, quando isso não ocorre, passar a ser elogiado em comparação aos demais.

É ponto comum nas falas das mães, o fato de seus filhos, embora de idades e turmas diferentes, não estarem alfabetizados. Aspecto a coadunar para uma problemática ainda não suficientemente enfrentada no campo educacional, como indica outro estudo “A alfabetização foi o segundo aspecto mais esperado, indicando que cerca de 1/3 dos alunos ainda não estavam alfabetizados. Os pais partilhavam do desejo de o filho aprender a ler e a escrever como forma para acessar bens culturais, como, por exemplo, o livro” (Lima; Mendes, 2011). Tal compreensão nos fez identificar aspectos relativos ao currículo, como direciona o próximo eixo.

II – Sobre condições de participação no currículo escolar.

Como iniciado na discussão do eixo anterior, existe, um entendimento sobre a necessidade de investimento na formação docente. Para dona Rute, a escola precisa ir além da sua formalidade dispondo de profissionais capazes de acolher e oportunizar o desenvolvimento da criança dentro de suas particularidades.

Além disso, como dissemos anteriormente, existe uma compreensão sobre a necessidade do profissional de apoio, com formação condizente para a ação ensejada. A entrevistada reconhece o direito de seu filho a um profissional de apoio garantido na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e expressa sua insatisfação com a troca contínua desses profissionais na EMP.

As mães também mencionam a respeito da ausência dos profissionais da Sala de Recursos Multifuncionais da EMP, na oportunidade em gozo de licença prêmio. Já a fala de dona Rute, traduz um alerta importante sobre as atividades de seu filho: “Não estava levando pra casa. Ele gosta mais de pintar, então fazia na

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO escola". (dona Rute, entrevista, 31 de outubro de 2022). Poderíamos nos perguntar se seu filho realmente gosta mais de pintar e quais foram os investimentos realizados para sua participação no currículo proposto para as demais crianças. O filho de dona Rute, por exemplo, tem 09 anos e está matriculado em uma turma de quarto ano. Podemos refletir se o pintar é o esperado por outras mães da turma e de como seria apreciado como aprendizagem requerida, para seus filhos, com essa idade e nesse ano de ensino.

Como pode ser observado neste estudo, é importante conhecer as expectativas das mães de estudantes com deficiência pois seu entendimento acerca dos direitos da criança e as exigências feitas na instituição de ensino são algumas das ferramentas importantíssimas capazes de refletir positivamente ou negativamente na/para promoção de uma educação inclusiva. Dessa forma, reconhecer essas expectativas para estudos sobre educação inclusiva é relevante e necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é fundamental no processo de escolarização de seus filhos, principalmente, quando se refere ao indivíduo com deficiência, pois ocupa a função de ajuda-los a desfrutar de seus direitos como participantes ativos na sociedade.

Na instituição pesquisada, embora as expectativas das mães em relação a escolarização de seus filhos revelem sentimentos de gratidão pelo recebimento da criança no espaço escolar e um conformismo, estas também desvelam alguns desejos em relação a formas de participação de seus filhos no currículo escolar, a exemplo disso é quando elas destacam o interesse pela alfabetização das crianças, evidenciando, assim, a necessidade da escola integrar novas práticas pedagógicas para contemplar estes estudantes.

As mães também expõem suas expectativas quanto aos profissionais da instituição. Essas, entendem a necessidade de investimento para a formação continuada dos profissionais atuantes na Escola Progredir.

Foi possível identificar, desse modo, algumas expectativas de participação no currículo escolar, porém consideradas tímidas, se analisadas à luz da função social da escola. É preciso conceber novas formas de ver a criança com deficiência, haja vista essas expectativas, aliadas às concepções sobre deficiência poderem refletir-

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO se nas práticas curriculares. Ademais, é fundamental a escola estar atenta a ações intervenientes no processo de desenvolvimento e inclusão escolar.

É preciso destacar não podemos responsabilizar a escola por essa problemática, afinal é necessário compreender o enfrentamento a essas situações no campo das políticas públicas, da promoção de garantias importantes como investimento em formação inicial e continuada; profissional de apoio; AEE; dentre outros aspectos impossíveis de serem resolvidos ou assumidos unicamente por essa instituição.

Assim sendo, este estudo é relevante para todos interessados e ávidos por uma educação inclusiva, pois nos mostrou como as percepções a respeito das crianças com deficiência podem ser problematizadas na consecução de práticas inclusivas. Este, também, nos chamou a atenção para a necessidade de mudança no currículo escolar para a inclusão de todos, sem exceções. Acreditamos na possibilidade de realização de outros estudos, pois as expectativas teorizadas têm relação com nossas concepções e, portanto, podem e devem ser alargadas para não minimizarmos ou empobrecermos o currículo a ser oferecido a todo e qualquer estudante.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules**. São Paulo: Robel Editorial, 1995. (Série Encontros com a Psicologia.).

ARAÚJO, Eva Cristina do Carmo; SOARES, Marcia Torres Neri. O Currículo Escolar (des)velado no campo da Educação Especial: reflexões para o ensino em turmas comuns. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e24440, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24440>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIRITINGA. **Referencial Curricular Municipal**. Educação infantil e Ensino fundamental, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. DUTRA, Cláudia Pereira. ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. v. 1: / coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: 2004.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdos: Lei nº 13.146/2015.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: **UNESCO**, MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192. Acesso em: 26 set. 2022.

ESCOLA MUNICIPAL PROGREDIR. **Projeto Político Pedagógico**. (2012-2015).

FIAMENGHI JR., Geraldo A.; MESSA, Alcione A.. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 236-245. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 28 set. 2022.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Traduções para as palavras diferença/deficiência**: Um convite à descoberta. In: MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org). **Reflexões sobre a diferença**: Uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 21-34.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva; SOARES, Marcia Torres Neri. Participação e exclusão no currículo escolar: a deficiência como marca definidora das (in)capacidades dos estudantes. Piracicaba: **Comunicações**. v. 23 n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/comunicacoes/article/view/2935/1839>. Acesso em: 10 out. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MOYSÉS, M. A.A. **A instituição Invisível**: Crianças que não aprendem na escola. Campinas: Mercado de letras, 2021.

OLIVEIRA, Nathália Dias Pereira Alves. **Análise do desenvolvimento da política inclusiva de deficientes no ensino superior**: caracterização e percepções no âmbito institucional, estudantil e familiar. Viçosa, MG: UFV, 2021. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/29019/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 193–208, 2012. DOI: 10.26512/lc.v18i35.3847. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3847>. Acesso em: 28 set. 2022.

QUEIROZ, Gildaite Moura de. **Concepções de deficiência**: histórias de mães cuidadoras que participam do centro de apoio pedagógico de Feira de Santana –

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Bahia. Salvador, 2010. Disponível em:
http://www.cdi.uneb.br/site/wpcontent/uploads/2016/01/gildaite_moura_de_queiroz.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Marcia Torres Neri. **Currículo escolar e inclusão de estudantes com deficiência: diálogos com uma escola pública**. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SZYMANSKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 2. Ed. Brasília: Liber Livro, 2010. UNEB. Edital nº 014/2019. Referente às inscrições para apresentação de propostas às bolsas de Iniciação Científica (IC) e de Iniciação Tecnológica (IT). Salvador, Uneb, 2019.

A GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS DISPUTAS DAS FRONTEIRAS COM O NARCOTRÁFICO

Rafael de Souza Ferreira¹

Universidade do Estado da Bahia
rafaelsferreira99@outlook.com

Denise Santos de Jesus²

Universidade do Estado da Bahia
denysantoshy10@gmail.com

Wallefe Santana Silva Oliveira³

Universidade do Estado da Bahia
wallefesantanaoficial@gmail.com

Manoel Alves de Oliveira⁴

Universidade do Estado da Bahia
maaoliveira@uneb.br

RESUMO

As fronteiras da Amazônia caracterizam-se como áreas de foco de tensão e conflito, diante da atuação de vários agentes que buscam aproveitar da geopolítica que a área Amazônica permite, para expandir seus comércios e relações para além das fronteiras estabelecidas pelo Estado, como é o caso do narcotráfico, que atua em redes que estão para além das fronteiras brasileiras, criando uma nova fronteira dentro do território e demarcando poder. Portanto, este trabalho tem como objetivo discutir brevemente as análises acerca da geopolítica do narcotráfico na Amazônia brasileira e suas redes de influência. Problematizando os impactos da atuação do narcotráfico nessa região e como influencia no acirramento de conflitos em outras regiões brasileiras. Para tanto, foi utilizado de revisão bibliográfica e análises de dados secundários publicados em sites específicos que contribuíram para a construção dos resultados dessa pesquisa. Diante dos resultados obtidos, percebe-se que as fronteiras Amazônicas têm um papel geoestratégico muito importante para atuação desse grupo tanto para comercializar como para transportar. Diante disso, destacamos a importância da presença do Estado em suas fronteiras territoriais na inibição dessas práticas.

Palavras chave: Amazônia; fronteira; geopolítica; narcotráfico.

INTRODUÇÃO

Para a geopolítica as fronteiras são consideradas um dos mais importantes elementos do Estado, sendo compostos por elementos de extrema relevância para compreensão da globalização, e de como esta não é homogênea. As fronteiras se tornam mais, ou menos, flexíveis de acordo com os interesses políticos e econômicos envolvidos no processo.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Dessa forma, o narcotráfico diante da globalização, atua em rede e em pontos estratégicos, como a área da Amazônia que favorece a sua rota de comércio ilegal, pois é um local com diversas vantagens para sua atuação, desde da proximidade das fronteiras com os países produtores das substâncias ilícitas, ao meio de esgotamento dessa produção encontrada na região, como uma vasta cobertura vegetal, diversos canais fluviais e rodovias que ligam/interligam ao destino a ser comercializada e consumida. O que faz da Amazônia um local totalmente estratégico do ponto de vista da geopolítica, para atuação das redes ilegais. Nesse sentido, a pesquisa tem por finalidade apresentar uma breve análise acerca da geopolítica do narcotráfico na Amazônia brasileira e suas redes de influência, e de modo específicos buscamos discutir os conceitos de territórios, fronteiras e geopolítica no contexto de atuação do narcotráfico; apresentar a importância da geopolítica da Amazônia para o narcotráfico; discutir as possíveis implicações sociais, política e econômica para o território; apresentar dados da rota de tráfego do narcotráfico na fronteiras amazônicas. Nesse sentido, problematizamos os impactos da atuação do narcotráfico nessa região e como influencia no acirramento de conflitos em outras regiões brasileiras.

A pesquisa foi fruto de requisito parcial de avaliação do componente curricular: Geografia Política, ministrado pelo docente Manoel Alves de Oliveira e orientado pelo mesmo e a escolha pela temática justifica-se pela importância de relacionarmos a parte teórica da disciplina com a realidade brasileira, sobretudo nas fronteiras amazônicas, a importância geopolítica nessas áreas e suas implicações para todos os territórios que extrapolam as fronteiras do Estado e as possíveis contribuições que essa pesquisa possa proporcionar para ampliar as discussões e futuras pesquisas da área.

O trabalho está subdividido em quatro sessões: primeiramente, traça-se uma discussão conceitual sobre o uso do território e da geopolítica da atuação do narcotráfico nas fronteiras amazônicas brasileiras; no segundo momento a importância da Amazônia para a geopolítica e atuação do narcotráfico; em seguida discute-se sobre as redes de atuação do narcotráfico e implicações em conflitos locais no território brasileiro e, por fim; apresenta-se dados estatísticos sobre as apreensões de drogas nos Estados fronteiriços com outros países na Amazônia legal, além das considerações finais e referências.

ASPECTOS NORTEADORES DA INVESTIGAÇÃO

A presente escrita, foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e análise das obras dos principais autores que abordam a temática em discussão, tais como Couto (2002), Fonseca (2017), Rodrigues (2015), entre outros.

Além disso, foi realizado um levantamento de dados secundários para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa e nas discussões dos resultados.

UMA ABORDAGEM TEÓRICA E CONCEITUAL DO USO DO TERRITÓRIO E A GEOPOLÍTICA NA ATUAÇÃO DO NARCOTRÁFICO NAS FRONTEIRAS AMAZÔNICAS BRASILEIRAS.

Para entender as dinâmicas que envolvem o território Amazônico nas suas disputas e conflitos do narcotráfico nas suas fronteiras, faz-se necessário revisar alguns conceitos teóricos que envolvem essa problemática em discussão, como a geopolítica, uma vez que, é fundamental sua compreensão para discutir as estratégias e geopolítica desenvolvidas no território da Amazônia por parte do narcotráfico.

Dessa forma, Fonseca, (2017) citando Arcassa (2011), aborda a geopolítica na perspectiva de Ratzel. Outro assim

[...] à proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas referentes à ação do Estado sobre o espaço. Esses autores desenvolveram teorias e técnicas que operacionalizavam e legitimavam o imperialismo, isto é, discorriam sobre as formas de defender, manter e conquistar os territórios. Os autores mais conhecidos dessa corrente foram: Kjéllen, Mackinder e Haushofer (Arcassa, 2011 *apud* Fonseca, 2017, p. 33).

A geopolítica constituiu-se na relação de poder sobre o território, da soberania do Estado com seu território e no avanço de conquista sobre outro, acontece principalmente mediante as ações e as estratégias realizadas pelo Estado, que corresponde ao organismo político de um determinado país, mas que não se limita somente a soberania do Estado, ao modo de outras organizações dentro do Estado, como as organizações criminosas, grupos terroristas, entre outros agentes que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO disputam território dentro e fora do seu Estado.

Em suma, a Geopolítica é o nexos entre os variados grupos de estratégias apoiadas pelo Estado para auxiliar a administração de seu território, que muitas vezes buscavam não somente a manutenção de suas posses, mas também a possibilidade de anexar novos territórios (Fonseca, 2017, p. 29).

Percebe-se que o território é um elemento essencial nas discussões da geopolítica, tendo em vista que o território nessa concepção significa soberania, poder, dominação, conquista e expansão. Nesse sentido, Rodrigues, destaca que:

Ratzel trouxe o debate sobre território para a Geografia, definindo-o como estrato geográfico sobre o qual o Estado exercia seu poder, na forma de ocupação e apropriação dos recursos naturais e sociais e, conseqüentemente, na proteção de suas fronteiras (Rodrigues, 2015, p.148).

Isto significa dizer que o território é definido, segundo Ratzel, a partir da relação de poder e apropriação do Estado com o território e seus recursos disponíveis. Por isso, o Estado deve proteger suas fronteiras que delimitam seu território para garantir sua soberania e expandir essas para conquistar mais território e assim aumentar o desenvolvimento da sua nação.

Para tanto, Castro *apud* Rodrigues (2015, p. 148), ressalta que: “As relações de poder supõem assimetrias na posse dos meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias”.

Ou seja, a apropriação ou a dominação de um território significa estabelecer poder e estratégias tanto para aumentar sua dominação quanto para defender seu território. Nesse sentido, a proteção das fronteiras é fundamental para manter a defesa de um determinado território. Logo, a fronteira se configura como um lugar de tensão e conflitos, seja na defesa do seu território ou na ampliação das fronteiras. Segundo Liberato 2007 *apud* Gonçalves e Liberato, 2007, afirmam que:

É importante salientar que as fronteiras dos territórios são em sua grande maioria simbólicas e que a demarcação dessas, ou seja, a fixação dos limites territoriais, é decorrente das lutas incessantes entre os vários grupos para ocupar cada vez mais espaço, seja esse último físico e/ou simbólico (Liberato, 2007 *apud* Gonçalves e Liberato, 2015, p. 96).

Dessa forma, as fronteiras não são fixas nem definitivas, mas algo mais

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dinâmico, fluido. Ele designa uma frente de expansão conflituosa a partir da sua área de extensão e apropriação na demarcação de novos territórios, como por exemplo, a ocupação de grupos sociais a um determinado território, não sendo necessariamente territórios distintos entre Estados.

No atual contexto do processo de globalização, no qual fragmenta os territórios e desconsidera as fronteiras com abertura das mesmas para os fluxos e redes da globalização, como o capital, mercadorias, entre outros. Levando as transformações das fronteiras dos territórios dos Estados a submissão dessa nova ordem mundial. Fonseca, 2017, ressalta que:

Com o avanço dos processos de globalização notamos que o mundo passa a ser mais fluido, ou seja, a circulação se torna mais rápida, os pontos (nós) de interconexões se tornam mais numerosos e espalhados por todo globo, os preços e os tempos das viagens e das mensagens reduzem drasticamente. Assim, o território deixa de ter aquele limite rígido, o que leva a uma mudança na natureza dos Estados Nacionais (Fonseca, 2017, p. 107).

Diante dessa conexão e fluxo promovido pela globalização, encurtaram-se as distâncias entre os territórios e Estados e possibilitando uma perda no controle das fronteiras, como por exemplo, Estado brasileiro nas fronteiras Amazônicas, sobretudo para a atuação do narcotráfico, que configura como um comércio ilegal de drogas tóxicas (ou narcóticos) em grandes quantidades, a exemplo de substâncias entorpecentes (maconha, morfina, cocaína, craque etc.). Ao qual tem gerado instabilidade na segurança pública para essa região com grandes conflitos na disputa territoriais e fronteiriças.

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA PARA A ATUAÇÃO DO NARCOTRÁFICO.

A região da Amazônia brasileira compreende uma grande área que equivale a 4.196.943 km², possui uma floresta considerada a maior floresta tropical do mundo abrigando uma rica biodiversidade, além da maior bacia hidrográfica e seu principal rio, o Amazonas.

Nesse sentido, a região Amazônica, dispõe de uma infinidade de recursos que despertam interesses de vários atores sociais, levando o território ao foco de tensão e conflitos pela posse e apropriação desses recursos, uns pelas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sobrevivência (os povos indígenas), outros pela expansão do capital e produção (agronegócio) e outros pela sua localização estratégica e privilegiada para rotas de comércios ilegais (narcotráfico).

O narcotráfico aproveita os recursos naturais da Amazônia para articular sua rede de atuação e de rotas de trânsito para deslocar suas mercadorias ilegais, através de rios, contando com uma cobertura natural da floresta densa Amazônica, além de uma região pouca povoada com um esvaziamento populacional, facilitando assim sua instalação e a proximidade com os principais países produtores das drogas. Como afirma Couto (2014):

A Amazônia destaca o Brasil como área de trânsito, os rios da região são frequentemente aproveitados por embarcações carregadas de cocaína pronta para ser consumida ou para ser beneficiada, pois a dificuldade de manter um controle mais rígido da entrada da droga pela Amazônia está em sua grande floresta latifoliada, fechada, com uma população que sobrevive em meio às desigualdades sociais, expropriação, abandono do Estado etc. Além disso, há de se ressaltar que imensos vazios demográficos acompanham as fronteiras amazônicas, sobretudo aquelas próximas aos principais produtores de coca, onde os narcotraficantes implantam laboratórios de processamento da droga e inserem a população ribeirinha pobre no esquema das redes, se apresentando como oportunidade, e nesse sentido algumas pessoas passam a desempenhar o papel de atravessadores (ou mulas), contribuindo para a articulação das redes e ao mesmo tempo fazendo parte do sistema ilegal" (Couto, 2014, P. 813).

Diante disso, a Amazônia torna-se um espaço privilegiado para as ações estratégicas das redes do narcotráfico, aproveitando os recursos do espaço Amazônico a favor do comércio do narcotráfico, que conta com uma fragilidade pública na segurança tanto nas fronteiras como no território.

Outra questão colocada por Couto, é a baixa densidade demográfica, sendo 28,1 milhões de habitantes em 2020, o que representa 13% da população brasileira e 5,6 habitantes por km² na densidade demográfica da região, destacando a grande vulnerabilidade socioeconômica presente nessa, consequências da ausência do Estado em assistência pública para essas pessoas, que vêm como alternativa de sobrevivência ou de oportunidade de renda.

Nesse sentido da globalização, destaca-se as rotas de tráfegos das drogas, com outros países produtores, como Bolívia, Colômbia e Peru, que transportam e utilizam do território brasileiro para expandir o comércio da substância, sendo um

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO local estratégico, pois as hidrografias que conectam os territórios dos países da bacia sul-americana, principalmente os países produtores da maconha, permitindo assim o escoamento dessa mercadoria sem muitas dificuldades, adentrando no território brasileiro e ser distribuída para ser comercializada e consumida.

É de se considerar também que o Brasil possui uma imensa faixa de fronteira com esses países produtores de maconha e cocaína, como destaca Couto 2020.

Outro fato a ser considerado é a imensidão da fronteira brasileira, pois o país apresenta uma região fronteiriça na América do Sul de aproximadamente 8,5 milhões de km² de área terrestre e 4,5 milhões km² de área marítima; são 16.886 km de fronteiras, dividindo limites com nove países sul-americanos e um território ultramarino francês. Em relação à Amazônia, ela corresponde a uma floresta latifoliada úmida, esta que cobre a maior parte da bacia amazônica da América do Sul, abrangendo 7 milhões de km², tendo 5,5 milhões cobertos pela floresta tropical (Couto, 2020, p. 371).

Dessa forma, a segurança pública brasileira precisa criar ações e estratégias que possam contribuir para a segurança das fronteiras e diminuir as ações do narcotráfico nessa região, e, ao mesmo tempo, impedindo que essas mercadorias cheguem no comércio ilegal brasileiro.

A ATUAÇÃO DO NARCOTRÁFICO E SUAS IMPLICAÇÕES EM TENSÕES NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Diante do exposto anteriormente, as consequências geradas pelo tráfico são vistas como um problema global em vários países. E que durante a alguns séculos e até os dias atuais o tráfico de drogas é utilizado como uma forma de ganhar dinheiro ilegal, através da lavagem incomensuráveis de dólares, através do sistema financeiro mundial.

O narcotráfico contemporâneo do território brasileiro tem se estabelecido enquanto uma das atividades do crime organizado que causa grandes consequências sócio-políticas, principalmente em áreas metropolitanas. Esse fenômeno está vinculado ao crescimento afrontoso do crime global e a formação de redes entre preponderantes organizações criminosas com movimentação em todo planeta. E essas organizações envolvem um conjunto de cidades que sofrem interferências das relações de poder de narcotraficantes e facções que estão correlacionados com narcotraficantes de outros países, dificultando assim a defesa

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sobre o território e desafiando até mesmo a segurança nacional. Dessa forma, Marinho, (2008) *apud* Couto, (2018, p. 72), destaca que:

A produção, o tráfico e o uso indevido de drogas têm alcançado grande magnitude internacional. O narcotráfico tem adquirido conotações particulares, pois a ilegalidade da indústria da droga induz a geração de aspectos peculiares, tais como, o crime organizado, a violência e a corrupção, que acabam por tramitar pela sociedade como valores naturais, pertinentes ao funcionamento normal do Estado.

As redes ilegais do narcotráfico são denominadas como “classe perigosas” pois tornam-se uma forte base para o crime organizado, envolvendo setor vulnerabilizado da economia ilegal, e por isso tem sua forma estratégica para a produção, distribuição e consumo da droga e conseqüentemente acaba gerando assim, competitividade entre os determinados grupos, pois território é poder, e ampliar áreas de poder significa manter a soberania sobre um determinado território.

É importante destacar que os crimes organizados em vários estados, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, esses tipos de crimes sempre procura manter o controle rigoroso sobre o seu território, não só impossibilitando os outros grupos de acessá-lo, mas, também, controlando parte da vida comunitária. E é denominada como a “cultura da droga” num espaço social abandonado pelo Estado, no qual as políticas públicas visam atender apenas a interesses do mercado.

Nesse contexto, entende-se que as organizações criminosas aproveitam dos desinteresses do estado em criar mecanismos para tentar combater as redes de crimes organizados, pois o mesmo cuida da segurança pública de forma isolada, sem articulações nacionais, ocasionando assim o aumento da capacidade de expansão desses grupos. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o tráfico de drogas gera diversos aspectos negativos, principalmente para os moradores que vivem nessas áreas sem nenhum tipo de segurança.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentro da exuberante vegetação da Floresta Amazônica encontra-se uma vasta extensão que se estende além das fronteiras do Brasil, abrangendo um conjunto de nações conhecidas como Pan-Amazônica ou Amazônia internacional. Esta região, conhecida por sua biodiversidade incomparável e abundância de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO recursos, tornou-se um ponto focal de discórdia entre várias partes interessadas nos últimos anos. Particularmente, ao longo de sua extensa fronteira com os países vizinhos, surgiram conflitos sobre a utilização da terra, já que essas nações também reivindicam uma parte da Amazônia dentro de seus territórios.

Como Estratégia de Defesa o estado Brasileiro tem adotado alguns programas, o Projeto Calha Norte (1986) e do Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazonia) (2001), além do OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), mas, segundo Couto (2014), no que diz respeito ao combate ilegal, ainda há uma certa fragilidade, pois:

O contrabando de ouro e de diamante, a biopirataria, a grilagem de terras e o desmatamento ilegal, somando-se com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro, são hoje atividades que desafiam o poder do Estado-Nação e colocam sob ameaça a soberania brasileira e o controle de fato (e não de direito) da região. As políticas de defesa nacional ainda encontram muitas dificuldades para garantir definitivamente uma ação mais presente do poder público no que diz respeito ao combate às redes ilegais (Couto, 2014, p. 811).

Na compreensão de Couto (2020), o relatório de 2016 do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a “economia das drogas” é retratada como uma indústria legítima que gerou cerca de US\$ 870 bilhões em receita durante a última década do milênio anterior. Isso se traduz em aproximadamente 1,5% da riqueza total produzida globalmente, o que equivale ao Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, constitui cerca de 40% dos lucros gerados por outras atividades ilícitas orquestradas pelo crime organizado, como comércio de armas de fogo, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro.

Além disso, o narcotráfico é beneficiado pelos recursos naturais da Amazônia, como a hidrografia da região, uma vez que serve de meio para os transportes fluviais para transportar suas mercadorias ilícitas. Vale ressaltar que desde o início do projeto SIVAM, os traficantes de drogas têm contado cada vez mais com o transporte marítimo. Consequentemente, vários métodos de transporte são empregados, incluindo o transporte fluvial em embarcações de pequeno e médio porte, o transporte aéreo por meio de aviões e o transporte rodoviário, conforme ilustrado no mapa abaixo.

Ampliação de rotas utilizadas pelo tráfico



Fonte: Couto , 2014.

Com base na pesquisa de Couto em 2020, fica evidente que os principais desafios para a segurança regional são os altos níveis de criminalidade e a falta de controle efetivo dos estados vizinhos sobre os crimes transnacionais. Esses crimes transnacionais incluem o tráfico de armas, pessoas e substâncias ilícitas. É importante observar que as principais ameaças à segurança regional não decorrem da possibilidade de conflitos em grande escala entre os estados.

A cooperação apresenta vantagens e desvantagens, como acontece com o caso da OTCA. Uma vantagem é que ela tem o potencial de ir além de questões específicas, como segurança, para abranger uma série de outras áreas. Isso abre a possibilidade de ação coletiva em resposta a problemas compartilhados. No contexto da comunidade internacional, a cooperação pode levar à busca de objetivos comuns e ao fortalecimento de esforços coletivos. É crucial para o Brasil, como a nação com a maior porção da Floresta Amazônica, salvaguardar seus interesses.

DROGAS APREENDIDAS NO BRASIL NA AMAZÔNIA LEGAL

De acordo com dados disponibilizados pela Polícia Federal em 2022, observa-se que nos Estados da federação a apreensão de drogas na fronteira da Amazônia Legal em 2022, a maconha e o Skank são as drogas que mais foram apreendidas no Brasil, sendo 14.586,8 kg de cocaína, 7.009 kg de maconha e 796 kg de Skank. Em todo o Brasil foram apreendidos cerca de 44.470 kg de cocaína, 147.269,6 kg de maconha e 1215,3 kg de Skank. Portanto, a cocaína apreendida na Amazônia Legal dos estados que fazem fronteira com outros países é cerca de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO 48,80% de toda a cocaína apreendida no Brasil, o Skank chega a 52,67% e a maconha a 4,99%. Diante do exposto, percebe-se a importância das fronteiras amazônicas para o transporte das drogas tanto para adentrar ao país quanto rota para outros países, assim cabe ao Estado criar estratégias de segurança pública para garantir uma fiscalização maior nas mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a perspectiva apresentada, os principais obstáculos para garantir a segurança ao longo das fronteiras amazônicas são duplos. Em primeiro lugar, há a questão do subdesenvolvimento nas áreas de fronteira, resultando em cidades habitadas por populações particularmente suscetíveis à vulnerabilidade. Em segundo lugar, o estabelecimento de um tratado de cooperação no âmbito das relações internacionais representa um desafio significativo. Esse tratado exigiria esforços de colaboração entre os vários países que abrangem a extensa região amazônica. Nos dias atuais, é evidente que essa ampla rede de integração também é explorada para fins ilícitos, abrangendo atividades como transporte ilegal de ouro e diamantes, apropriação não autorizada de recursos biológicos, extração ilegal de madeira, tráfico de drogas, e o tráfico de seres humanos.

REFERÊNCIAS

- COUTO, Aiala Colares. **AMEAÇA E CARÁTER TRANSNACIONAL DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 – online), Belém, v. 05, n. 02, p. 64-81, jul./dez. 2018.
- COUTO, Aiala Colares. OLIVEIRA, Isabela de Souza. **A GEOGRAFIA DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, Vol. 3, Nº 1, pp. 52 - 64, 2017.
- COUTO, Aiala Colares O. **FRONTEIRAS E ESTRUTURA ESPACIAL DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA**. Boletim Gaúcho de Geografia, Vol. 47 nº 1, 2020.
- _____. **GEPOLÍTICA, FRONTEIRA E REDES ILEGAIS NA AMAZÔNIA**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 807-815.
- FONSECA, Helena Rizzatti. **Geografia política**. Londrina: Editora e Distribuidora

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Educacional S.A., 2017. 168 p.

GONÇALVES, Israel Monteiro. LIBERATO, Rita de Cássia. **A Geografia Política e suas múltiplas abordagens** – o sistema territorial e uma precisão teórico-conceitual das fronteiras. Ágora. Santa Cruz do Sul, v.17,n. 01, p. 87-97, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, Aline Lima. **FRONTEIRA E TERRITÓRIO**: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. revista produção acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ nurba – n. 2 (dezembro, 2015), p. 139-157

POLÍCIA FEDERAL, **Drogas apreendidas por UF - Série histórica de 1995 a 2022 (até junho)**, Ministro da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/drogas_apreendidas_por_uf.pdf/view>. Acesso em: 06/07/2023.

SEGUNDAS HISTÓRIAS: ESCOLA, MEDIADORES DE LEITURA E ESPAÇOS DE CONHECIMENTO

Ana dos Santos Nunes²

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

anasnunes74@gmail.com

Glauce Maciel Barbosa Pereira³

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

gmpereira@uneb.br

RESUMO

O presente artigo discute a importância da leitura, bem como o papel do mediador no processo de formação de leitores dentro e fora dos espaços escolares. Nesse sentido, esse artigo resulta da reflexão sobre as contribuições da leitura para a formação do senso crítico, a partir das interações texto e leitor e dos intercâmbios de leitura vivenciados nas aulas do componente TEC I - Leitura, Oralidade e Escrita, do curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB - DEDC - UNEB, Campus XI - Serrinha - BA, salientando a importância do hábito leitor para dilatação de nossa percepção sobre o mundo real. Abordam-se, assim, questões ligadas às mesmas categorias: leitura, mediação e formação do leitor, com o intuito de promover reflexões a respeito dessa temática através da pesquisa bibliográfica com base em Gil (2002). Para tanto, esse texto está consubstanciado nas discussões teóricas desenvolvidas por Freire (1982), Larossa (2007), Lois (2010), Nunes e Santos (2020), Petit (2009), Sant’Anna (2013), Versiani; Yunes e Carvalho (2012) e Yunes (2013). Este artigo foi solicitado pela professora, Glauce Maciel, que ministrou o componente acima citado, no intuito de registrar as aprendizagens e reflexões sobre os temas abordados durante a monitoria de ensino que foi vivenciada na turma do 3º semestre do ano de 2023.

Palavras-chave: leitura; mediação em leitura; formação de leitores.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais avançada e voltada para o mundo tecnológico midiático, a leitura é uma atividade que tem sido cada vez mais substituída por outros meios de entretenimento e comunicação.

Sabe-se que no Brasil, grandes são os índices de pessoas que não possuem

² Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia – Universidade do Estado da Bahia – UNEB - DEDC – CAMPUS XI – SERRINHA – BAHIA. Monitora do componente curricular, TEC I: Leitura, Oralidade e Escrita.

³ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – DEDC – CAMPUS XI – SERRINHA – BAHIA.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO o hábito de ler na sociedade, visando a necessidade da formação de possíveis leitores. O artigo está alicerçado nos princípios da metodologia da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca analisar determinadas temáticas, para responder ou refutar às suas perguntas de pesquisa. Nesse sentido,

A pesquisa bibliográfica é feita com base em material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p.17).

Os referenciais teóricos que compõem esse eixo discursivo tratam da mediação da leitura no processo de formação do leitor, por entender a importância de formar sujeitos capazes de interagir com mundo com bases em convicções teóricas que fortaleçam sua apreciação crítica sobre o mundo. Dessa forma, esse artigo visa refletir sobre a importância dos processos de mediação leitora, assim como estimular a formação do hábito leitor por parte do educador, vislumbrando potencializar o processo de ensino e aprendizagem e discutir a percepção da leitura como um recurso indispensável para formação cidadã.

Com o intuito de refletir sobre as seguintes questões norteadoras: Como mediar a leitura? Qual a importância das bibliotecas para ampliação do número de leitores? A formação leitora contribui para ampliação da consciência crítica? Lançamos mão de textos escritos por diversos autores que abordam temas relacionados à leitura, à mediação da leitura e também à criação de novas bibliotecas que podem auxiliar no processo de formação de futuros leitores.

MEDIAÇÃO DE LEITURA E FORMAÇÃO DO LEITOR

As discussões sobre leitura, formação de leitores e mediadores de leitura têm sido urgentes e necessárias na atualidade no campo da educação brasileira. Há muito que o Brasil vem arrastando essa carga deficitária que se traduz em baixos índices de leitores que coloca o país no ranking desfavorável, ocupando a 52ª posição, atrás de países como Albânia e Cazaquistão, segundo dados da Pesquisa PIRLS (Estudo Internacional de Leitura) desenvolvido pela Associação Internacional para a Avaliação de Conquistas Educacionais (IEA).

Nessa esteira, temos acesso aos resultados da Pesquisa Retratos da leitura

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO no Brasil, na 5ª Edição, realizada em 2019, cujos dados revelam uma queda no número de leitores; “Na base de dados da pesquisa, dos 8.076 entrevistados, 4.270 são leitores, 2.335 são leitores de literatura e 2.559 dos respondentes leem literatura exclusivamente em “outros formatos”.(p.70) “No tocante à motivação, 26% dos leitores afirmam que leem porque gostam, e essa é sua principal motivação para ler” (p.73) “Dentre o corpo docente entrevistado pela pesquisa, 80% são leitores, 43% são leitores literários e 52% estão lendo atualmente.” (p.74)

Sob esse prisma, vários fatores devem ser levados em conta para entender o atraso da leitura nos brasileiros e pensar em estratégias que possam contribuir para a mudança favorável desse quadro. Nessa linha de pensamento, infere-se que urge a necessidade de que essas discussões sobre incentivo à leitura, formação de leitores e mediadores de leitura sejam engendradas nos espaços acadêmicos nos Cursos de Pedagogia, tendo em vista que dali sairão pedagogos que trabalharão diretamente com crianças desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental.

Ao falar em leitura, o que primeiro se imagina são as páginas de um livro ou até mesmo o emaranhado de palavras de um texto, no entanto, no livro *Manual de reflexão sobre as boas práticas de leitura*, as autoras falam sobre a percepção de ler e as suas diversas maneiras de leitura. Segundo elas,

ninguém aprende a ler nos livros: todos aprendemos a ler lendo o mundo à nossa volta. Lemos na natureza o tempo que vai fazer, ou em que estação do ano estamos; lemos nos rostos e gestos dos que nos cercam se estão felizes, tensos, tristes, irritados; lemos sinais, placas, imagens; lemos cores, sons; usamos nossos cinco sentidos no ato de ler o mundo e somente por isso, um dia, aprendemos a ler as palavras escritas (Versiani; Yunes; Carvalho, 2012, p.17).

Desse modo, é possível perceber que ler vai além da leitura de escrita e envolve vários sentidos presentes no nosso cotidiano. Segundo o conceito de leitura de Freire, o ato de ler não se limita apenas à decodificação das letras do alfabeto, mas também a interpretação de maneira que nos faça relacionar o texto com a realidade vivenciada, resultando na percepção de mundo.

Para que o processo de leitura aconteça, deve ser considerada toda a realidade e as experiências do indivíduo, afinal, a visão crítica de cada um pode ocasionar diversos modos de interpretação. A leitura do mundo interfere de maneira direta na leitura da palavra, resgatando memórias trazendo sentidos para o texto lido. De acordo com Freire, “a leitura da palavra, da frase, da sentença, jamais

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO significou uma ruptura com a 'leitura' do mundo". Com ela, a leitura da palavra foi a leitura da "palavramundo" (Freire,1982).

Para que o indivíduo possa iniciar a vida leitora, que é essencial no processo de aprimoramento de conhecimentos e melhoria na capacidade de aprendizado, é necessário considerar as vivências e levar em conta que existem diversas maneiras de ler e não apenas a leitura da escrita que, conseqüentemente, deve ser adquirida após a leitura de mundo como cita Paulo Freire; "O ato de ler implica sempre na percepção crítica, interpretação e reescrita do lido" (Freire,1982,p.14).

Muitas crianças não tem acesso a livros e bibliotecas por serem considerados artigos de luxo, e sua condição socioeconômica acaba impossibilitando a aquisição de materiais destinados à leitura. Além disso, muitas vezes, as escolas, que seriam o lugar onde as crianças teriam acesso aos livros, acabam considerando uma biblioteca como algo desnecessário, usando o ambiente para outras atividades ou até mesmo fazendo o desuso desses espaços.

Uma forma de aproximar os livros do leitor é por meio da mediação, que basicamente soluciona o problema daqueles que desejam ter acesso aos livros, mas que não têm poder aquisitivo ou até mesmo que não têm acesso pela falta de informação. Para auxiliar na formação leitora, é importante que o indivíduo tenha a ajuda de um mediador que o seduza à leitura de maneira constante, tornando o ato em um empenho rotineiro.

O professor como mediador do processo de formação do leitor deve primeiro se tornar um professor leitor para que, então, desperte no aluno o desejo pela leitura. O mediador precisa ser um leitor com hábitos que o torne capaz de influenciar e inspirar, afinal, não é possível convencer alguém sobre algo com o qual não tenhamos uma experiência real. De acordo com Larrosa (2007, p. 129), "pensar a leitura como formação implica pensá-la como uma atividade que tem a ver com a subjetividade do leitor: não só com que o leitor sabe, mas aquilo que ele é". Nessa lógica, é preciso, antes de tudo, desenvolver em si mesmo essa relação íntima com o livro tornando-se num autêntico leitor que vive experiências constantes de leitura, para poder convencer o aluno de que ler é bom! Por esse veio discursivo a autora Michéle Petit (2009, p, 25.) no livro A Arte de Ler, afirma que:

Qualquer pessoa pode se transformar em um mediador de leitura se for determinada, se dispuser de um pouco de tempo e de um vínculo com uma instituição ou uma comunidade para garantir a continuidade

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
ao trabalho (Petit, 2009, p,25).

Nessa perspectiva, qualquer indivíduo que possui as características citadas pela autora pode se tornar um mediador, capaz de estimular o gosto pela leitura tanto nos espaços escolares quanto nas comunidades (Petit, 2009). Ainda segundo essa autora também situações que acabam dificultando a formação de leitores, a exemplo do ingresso precoce no mundo do trabalho que acaba prejudicando a formação de jovens e crianças que precisam trabalhar para se manterem e ajudar nas despesas de casa. Para esses indivíduos, a leitura passa a ser uma atividade desinteressante e cansativa.

A leitura deve ser valorizada como processo de educação, no entanto, a insistência por parte de alguns professores que os alunos consigam ler um número cada vez maior de páginas também é um dos fatores que dificultam a formação leitora, pois faz com que alguns indivíduos não consigam desfrutar o real sabor da leitura e a cobrança faz com que muitas obras sejam lidas, mas não sejam apreciadas de maneira prazerosa, uma vez que o processo de leitura, se desenvolvido de maneira eficaz, contribui para que o indivíduo desenvolva o pensamento crítico e se manifeste dentro da sociedade.

Para que o professor, no papel de mediador de leitura, consiga formar futuros leitores, é necessário que, desde a infância, o hábito de ler seja praticado. As histórias lidas e ouvidas na infância causam nas crianças uma sensação de pertencimento criando laços entre quem narra e quem ouve as histórias. Como mediador, é importante também que o professor consiga identificar as dificuldades e necessidades dos alunos, trabalhando esses aspectos de maneira didática.

Existem inúmeras atividades que podem facilitar a vida do professor no trabalho de mediação, uma dessas atividades capazes de motivar a leitura é a contação de histórias, que pode acontecer tanto em casa quanto no ambiente escolar. Contar histórias de maneira divertida, fazendo encenações desperta a criatividade do aluno, causando curiosidade, estimulando o desenvolvimento intelectual e ampliando sua criatividade linguística.

A leitura realizada de forma consciente, levando em conta a realidade do aluno pode contribuir para que o mesmo se interesse por determinado assunto e sinta a necessidade de ler para se manter bem informado ou entretido. Para que a leitura desperte a curiosidade, ela precisa ser envolvente, relacionada a temas que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
condizem com a realidade ou temas que o leitor tenha maior identificação.

Durante o período da educação infantil, é importante que a criança tenha contato com literaturas que sejam capazes de transformá-las em futuros leitores. O gosto pela leitura e a facilidade de escolher obras a serem trabalhadas em sala de aula é de grande importância para promover a interação na turma, levando em conta que o indivíduo leitor tende a ampliar seu vocabulário e desenvolver habilidades cognitivas com maior facilidade e rapidez.

No entanto, ao ler e refletir a respeito de algumas obras, é possível afirmar que o papel de mediador não é função apenas do professor e, sim, de todo e qualquer indivíduo que sinta a necessidade de influenciar e auxiliar pessoas no processo de aquisição do hábito de ler. Exemplo de mediadores são os bibliotecários, que destinam seus dias à organização e conservação de acervos, e que se dedicam ao conhecimento de obras que muitas vezes nem foram lidas, mas que o seu entendimento acaba ajudando na escolha do outro que tem a intenção de tomar gosto pela leitura.

A falta de tempo é uma das justificativas mais comuns entre as pessoas que não possuem o hábito da leitura, a correria da vida e as obrigações diárias acabam dificultando o processo de leitura daqueles que de certo modo a consideram uma das atividades menos importantes do dia.

Sob esse viés, a dificuldade na formação de leitores surge desde a infância, quando as primeiras leituras estão relacionadas a práticas maçantes realizadas por professores do ensino fundamental que trabalham a língua portuguesa de maneira desestimulante se valendo dos textos, apenas sob o pretexto de extrair deles aspectos gramaticais da língua esquecendo-se de explorar o prazer que há no ato de ler.

Na maioria das vezes um sujeito se torna leitor porque, quando criança, costumava presenciar cenas dos pais, irmãos e até avós, lendo livros ou simplesmente porque ainda na infância gostava de ouvir histórias para dormir. Isso mostra tanto a importância dos pais que servem como exemplo, quanto a relevância de professores que, depois da família, pode ser considerada uma das maiores inspirações para criança na sua formação cultural. Dessa maneira: “A leitura é uma arte que se transmite, mais do que se ensina” (Petit, 2009, p.14).

Em uma sociedade tão diversificada, é comum que em uma sala de aula existam experiências variadas de acordo com a realidade social de cada indivíduo.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ao trabalhar um tema que fale sobre acontecimentos vivenciados diariamente, é comum que o aluno tenha o interesse em buscar entender melhor determinados acontecimentos. Falar sobre a realidade do leitor pode causar uma identificação entre o autor e quem lê a obra.

De acordo com Yunes (2013, p.10): “pensar é que nos pede a leitura, pensar e decidir, pensar e opinar, pensar e agir. Sem leitura não há educação, sem leitura não há cidadania”. Para essa autora, os mediadores são como “guias que abrem caminhos às viagens de cada um para o bosque do conhecimento”.

Para que nasça o desejo pela leitura, ela precisa ser interessante e prazerosa. A leitura por obrigação desmotiva, ler o que não se gosta, o que foge da sua realidade ou o que não consegue extrair sentido acaba impedindo que o hábito da leitura seja criado.

Como citado anteriormente, uma das atividades capazes de promover o gosto pela leitura é a contação de histórias, que formam memórias afetivas profundas e desenvolvem a imaginação. Se pararmos para analisar, tudo é leitura. As pessoas costumam julgar os analfabetos, não levando em conta que os mesmos leem o mundo de maneiras variadas, mas a ignorância acaba impedindo que sejam reconhecidos.

A atividade da leitura deve ser praticada diariamente para que, em um determinado momento, vire hábito, e o indivíduo passe a realizá-la sempre e sentir prazer ao fazer, porém costuma ser um exercício repudiado pela maioria ao ler por obrigação, de fato, cansa e se torna chato, por sua vez, tudo que é chato ninguém gosta de fazer.

É preciso despertar o gosto e o encanto pela leitura, por isso é importante que as escolas sempre trabalhem temas voltados à leitura. A escola tem o papel de orientar, organizar e tornar a leitura um ato de prazer, sem imposições, sem obrigações, desde os anos iniciais, tentando introduzi-la na vida das crianças de maneira distensa e significativa.

As histórias lidas ou contadas devem despertar a imaginação das crianças promovendo a reflexão sobre o mundo. Assim, esses sujeitos precisam aprender a separar o imaginário do real, a realidade vivida por ele da realidade dos contos de fadas.

Ao ler uma literatura, é preciso que o leitor se envolva com o texto, entre no mundo da ficção e consiga fugir da realidade, dando vida aos personagens. Os

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
textos literários são os que emocionam, que trazem sentimentos e que ensinam trazendo conhecimentos, dando ênfase ao imaginário, abrindo espaços para diversas interpretações.

IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS NA PERSPECTIVA DE AMPLIAR O NÚMERO DE LEITORES

Ao observar a sociedade é possível notar a inacessibilidade a livros e bibliotecas, gerando a necessidade da criação de novos espaços com o intuito de atender o público que busca adquirir maiores conhecimentos, capazes de participar com frequência de ações que movimentam a sociedade na qual estão inseridas, mas que infelizmente acabam tendo contato com livros apenas no ambiente escolar, o que pode ser considerado como um fator que dificulta a formação de uma geração leitora.

A implantação de novas bibliotecas é uma ação que pode auxiliar no aumento do contato com os livros não somente no ambiente escolar. E para que a biblioteca funcione de maneira adequada, influenciando a formação de novos leitores, é essencial que no ambiente tenha a presença de um profissional capacitado encarregado de atender o público que frequenta o espaço. Dessa forma,

A biblioteca é um importante instrumento para a construção e ampliação do conhecimento, pois o aluno que recebe o incentivo de frequentá-la desde a educação básica passa a reconhecer sua importância para a sua formação social e intelectual" (Nunes; Santos, 2020, p.8).

A escola deve destinar um espaço físico para que seja construída a biblioteca de maneira que a mesma torne-se convidativa para que os alunos se sintam motivados a frequentar e consigam suprir suas necessidades de leitura, complementando e reforçando conteúdos trabalhados em sala de aula. Para que a biblioteca funcione, é fundamental também que o bibliotecário, que goste de ler, contagie os alunos, trabalhe em parceria com o professor, que assume o papel de estimulador e o bibliotecário se encarrega da organização e garantia de acessibilidade. Perante o exposto,

As pesquisas propostas pelo professor ampliam o conhecimento sobre os conteúdos aprendidos em sala de aula e neste contexto a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
participação do bibliotecário torna-se fundamental para orientar os alunos a buscar informações usando os suportes disponíveis na biblioteca. (Nunes; Santos, 2020, p.7).

É preciso que o bibliotecário trabalhe de maneira eficiente e não de forma apática, para que seja um mediador da leitura, o profissional deve ser antes de tudo um leitor, capaz de mostrar seu conhecimento e suas experiências adquiridas ao realizar leituras.

As bibliotecas escolares quase sempre são desprovidas desse profissional e acabam fazendo o uso de funcionários da escola que precisam cumprir carga horária e por isso passam a ser responsáveis pela organização e administração do local. Existem as bibliotecas necessitadas de um bibliotecário e também localidades que além da ausência do bibliotecário sentem os impactos por não conseguirem ter acesso a acervos.

A falta de acessibilidade a livros em áreas carentes das grandes cidades, que geralmente ficam afastadas dos grandes centros urbanos, força o indivíduo a não praticar o hábito da leitura. Uma ação capaz de reverter esse quadro é a implantação de bibliotecas comunitárias, que costumam ser criadas por causa da inexistência das bibliotecas públicas nessas áreas mais carentes, e que são, na maioria das vezes, constituídas por doações e trabalhos comunitários daqueles que se dedicam em ajudar a localidade onde residem.

O contato com a literatura pode transformar a vida de indivíduos que sentem os impactos da vida difícil nas comunidades e se as escolas se dedicarem mais à exposição de conteúdos que incitem a leitura desde a infância, de maneira que possa agregar na formação intelectual, futuramente, conseguirá formar indivíduos leitores capazes de mediar a prática da leitura. Segundo a autora Lena Lóis (2010, p.28),

Diversas pesquisas e autores renomados revelam na literatura oral sua primeira fonte de contato com o livro e com o texto escrito. Entretanto, todos são unânimes ao associar essa experiência à outra: essas histórias possuíam um lugar especial e permanecem até hoje na memória, não somente pela beleza de seu texto, ou alegria musical, mas por terem sido apresentadas pelas mãos do afeto, por alguém representativo na vida da criança.

A fala da autora mostra o quanto a prática da leitura é essencial para que a criança crie boas memórias da infância e a contação de histórias contribui para criar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
um vínculo entre os textos e o leitor, gerando identificação e despertando o prazer pela leitura.

Ainda de acordo com Lena Lóis, “as palavras da literatura revelam seu poder naquilo que há de mais humano em nós: a metáfora e a capacidade de transcender a realidade” (Lois, 2010,p.30), a criança precisa ter o contato com a leitura para que consiga superar suas limitações de cada fase e despertar a imaginação. Toda e qualquer realidade pode ser trabalhada em sala de aula por meio de metáforas capazes de nomear as emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a mediação é fundamental no processo de formação de novos leitores, levando em conta a necessidade do auxílio profissional para que o indivíduo seja capaz de aprimorar suas escolhas e bases de leitura, nesse sentido, infere-se que o mediador é encarregado de auxiliar o leitor e o profissional que trabalha na biblioteca escolar tem a incumbência de estabelecer parceria com o professor para que juntos possam alcançar objetivos traçados em sala de aula.

É possível afirmar também que a leitura serve como alicerce para a formação intelectual e, quando a mesma é trabalhada de maneira inadequada, na infância, acaba causando um estranhamento e fazendo com que a criança passe a não gostar de praticar o ato de ler, o que futuramente pode trazer prejuízos na vida do possível leitor.

Destarte, faz-se *mister* afirmar que o diálogo travado nesse artigo, com diversos autores, ressalta a importância de estimular a formação leitora nos sujeitos, fomentar as possíveis mediações no campo da leitura, assim como salientar a relevância da construção de novos espaços destinados às bibliotecas no processo de formação leitora, dessa forma, essas análises podem ser utilizadas em futuros trabalhos que visem discutir sobre as nuances do processo de formação do hábito leitor nas escolas.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo. Cortez Editora, 1982.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Editora Atlas S.A.2002.

LAROSSA, Jorge. **Literatura, experiência e formação**. Entrevista. In: COSTA, Marisa Vorraber, et al. **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

LOIS, Lena. **Teoria e Prática da Formação do Leitor: Leitura e Literatura na Sala de Aula**. Porto Alegre: Editora ABDR, 2010.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. **Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores**. maio de 2020.

PETIT, Michèle. **A Arte de Ler: Ou Como Resistir à Adversidade**. Tradução: Arthur Bueno e Camila Boldrini. Editora 34, 2009.

VERSIANI, D.B. YUNES, E. CARVALHO, G. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura**. São Paulo: UNESP, 2012.

YUNES, Eliana Lucia Madureira. Um Ensaio para pensar Leitura. **Verbo de Minas**. Juiz de Fora, v.14.n.23.p.5-18, jan./jul.2013.

ZOARA, Failla et al. **Retratos da Leitura no Brasil**. GTM Editores Ltda, 2019.

**RECONSTRUINDO O AMANHÃ: TROCANDO EXPERIÊNCIAS,
DESCORTINANDO POSSIBILIDADES PARA OS INTERNOS DO CONJUNTO
PENAL DE SERRINHA – PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA**

Juliana Melo Leite

UNEB

jusilva@uneb.br

Iolanda Bispo Santiago

UNEB

yollanda721@gmail.com

Geosmar Teixeira Leite

UNEB

geosmar.leite@mpba.mp.br

Carine Junqueira Silva

UNEB

carinejunqueira@gmail.com

Márcia de Jesus M. da Raimunda

UNEB

mjesus@uneb.br

RESUMO

O Projeto de Extensão Reconstruindo o Amanhã sinaliza um mundo de possibilidades. Desafia o recriar e descortinar novos saberes no processo de formação junto às ações de Cultura, Arte, Esporte e Lazer no Sistema Prisional Baiano, frente à articulação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Ministério Público e a Secretaria de Administração Penitenciária Ressocialização do Estado da Bahia, no âmbito de cooperação técnica celebrado entre as partes e abertura pública de edital. Foram ofertadas duas oficinas para o Conjunto Penal de Serrinha (CPS): Organização de Eventos e Futebol. Para compor a equipe foi necessário uma Gestora de Polo, dois professores para cada oficina e dois discentes da UNEB para acompanhar cada uma das oficinas. Entre os objetivos traçados para o CPS, presídio de segurança máxima, destacamos: Acolher os sujeitos, internos do CPS; sensibilizar os sujeitos de direito para a ressignificação das regras sociais a partir das regras protocolares de organização de eventos e regras desportivas/futebol; ressignificar saberes; possibilitar troca de conhecimentos necessários ao retorno do convívio social. O projeto está ancorado em Calmon (2021), Freire (1967, 1983) Soares (2011).

Palavras-chave: extensão; ressocialização; eventos; futebol; presídio.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Reconstruindo o Amanhã sinaliza um mundo de possibilidades. Criam-se pontes de desejos para todos os sujeitos que fazem parte

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de um projeto para além de suas formações acadêmicas e profissionais. Desafia ao recriar e se formar no processo de formação junto as ações de Cultura, Arte, Esporte e Lazer no Sistema Prisional Baiano, frente a articulação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com o Ministério Público (MP) e a Secretaria de Administração Penitenciária Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP), no âmbito de cooperação técnica celebrado entre eles, para atendimento aos polos de funcionamento localizados em Salvador (03 polos), Simões Filho (01 polo) e Serrinha (01 polo).

O Edital nº 061/2023 foi lançado para toda sociedade baiana. Para o município de Serrinha foram ofertadas 2 oficinas: Organização de Eventos e Futebol, sendo que para compor todo o quadro, a equipe deveria ser composta por 1 (uma) Gestora de Pólo, 2 (dois) professores para cada oficina respectivamente e 2 discentes da UNEB para acompanhar cada uma das oficinas.

Entre os objetivos traçados para o Conjunto Penal de Serrinha (CPS), que é bom ressaltar, trata-se de um presídio de segurança máxima, destacamos: Acolher os sujeitos, internos do CPS; sensibilizar os sujeitos de direito para a ressignificação das regras sociais a partir das regras protocolares de organização de eventos e regras desportivas/futebol; possibilitar o acesso e a troca de conhecimentos necessários ao retorno do convívio social a partir da troca de experiências vivenciadas nas oficinas.

Serrinha é uma cidade que está localizada na Região do Sisal acerca de 180km de Salvador, capital baiana. Com área territorial de 583,314km², população estimada em 80.435 pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), assistimos cotidianamente seus avanços e crescentes fragilidades que vem resultando no agravamento de contextos de vulnerabilidades e exclusões sociais, na maioria das vezes impulsionada pela inércia dos poderes públicos em não efetivar políticas públicas interventivas capazes de promover a mudança social.

O projeto de extensão vem de alguma forma preencher tais lacunas identificadas pelas equipes dos órgãos envolvidos e que nutrem um esperança por um mundo mais justo e igualitário. "Esperançar" no sentido de ação, como já dizia Paulo Freire, o Patrono da Educação no Brasil. A equipe em Serrinha ratifica que a educação é um direito de todos, seja em espaços formais ou não formais.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO O Conjunto Penal de Serrinha é um estabelecimento (presídio) de segurança

máxima que foi inaugurado no ano de 2006 e fica localizado na BR 116 KM 407, Distrito de Carnaúbas, Serrinha – BA, destinado à custódia de presos que cumprem pena em regime fechado e provisórios, provenientes de todas as Comarcas do Estado, conforme o disposto no Provimento da Corregedoria Geral de Justiça nº 03/2014 e suas alterações.

O Departamento de Educação (DEDC XI) em Serrinha, Bahia, foi o décimo primeiro campus da UNEB a ser implantado. Atualmente possui três cursos de graduação, dois cursos de pós-graduação lato sensu e um stricto sensu. Desde a sua configuração departamental, inúmeros projetos e ações de extensão tem sido efetivado e ofertado na cidade e região. É um campus atuante nas ações de extensão universitária, pois compreende o pilar do ensino, pesquisa e extensão de forma genuína e como direito a todos que desejem desfrutar das possibilidades ofertadas pela universidade.

O Ministério Público atua no Sistema Prisional com a responsabilidade de contribuir diretamente para a construção de um sistema capaz de atender as demandas dos encarcerados ao tempo em que demanda do Estado o dever de uma efetiva resposta para a garantia constitucionalmente assegurada àqueles sob a tutela deste Estado. Atua ainda como fiscal da execução penal para a garantia do fiel cumprimento das penas aplicadas

A oficina de Organização de Eventos propomos refletir sobre o conceito de eventos, origens dos eventos, a classificação dos eventos, planejamento de eventos, estratégias de comunicação e marketing, contratação de serviços, bem como cerimonial, protocolo e etiqueta “sem frescura” e ao final das oficinas organizarmos um evento de escolha dos cursistas, dentro das possibilidades que dispusermos.

Na oficina de futebol, teremos a oportunidade de, aproveitando do grande interesse pela prática, apresentar reflexões acerca da importância da convivência social respeitando-se as regras, além de abordarmos também a necessidade do reconhecimento de todo o arcabouço de premissas para o retorno ao convívio social.

BASE TEÓRICA

Segundo Calmon (2021), o processo de ressocialização é a ação de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO reintegrar uma pessoa novamente ao convívio social por meio de políticas humanísticas, tornando-se sociável aquele que desviou por meio de condutas reprováveis pela sociedade e/ou normas positivadas. Nesta seara, proporcionar aos privados de liberdade possibilidades para a efetivação deste processo de ressocialização e garantir que sua dignidade seja reestabelecida no retorno ao convívio social.

Cada vez mais a extensão universitária vem preenchendo lacunas de políticas públicas que deveriam ser pensadas e efetivadas pelo estado. De tal forma, o Projeto Reconstruindo o Amanhã pretende possibilitar através de oficinas de Organização de Eventos e de Futebol parte da “justa reparação do direito” de maneira efetiva e afetiva através de redes dialógicas e colaborativas, utilizando de meios educacionais para a tessitura das ações a serem desenvolvidas durante os encontros nos espaços não formais de educação, como os sistemas prisionais.

Sendo o Conjunto Penal de Serrinha um estabelecimento de segurança máxima, e a tentativa em assegurar a educação não formal aos que ali se encontram, elucidamos que a Educomunicação poderia trazer elementos para realização do projeto. Educomunicação é o conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais, não formais e informais, mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão.

Educomunicação é essencialmente práxis social, originando um paradigma orientador da gestão de ações em sociedade [...] Tem lógica própria, daí sua condição de campo de intervenção social. No caso, a universidade – com suas pesquisas e sua docência – tem muito a identificar e a desvendar (Soares, 2011, p. 13-14).

Aqui acrescentamos a extensão como outro pilar essencial a ser identificado e desvendado conjuntamente aos demais, pesquisa e ensino, pois é através da extensão universitária que as Instituições de Ensino Superior (IES) cumprem também a sua função social junto à comunidade. É papel da universidade e dos educadores compreenderem a educomunicação como práxis social e caminho de inovação das práticas sociais que ampliam as condições de expressão dos sujeitos.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Efetivar intervenções educativas e sociais se faz necessária para a cidade de

Serrinha na Região do Sisal, uma vez que um Presídio de Segurança Máxima, como que temos localizado geograficamente na cidade, traz consigo pessoas oriundas de outras regiões do país com costumes e saberes diversos. Para além dos sujeitos privados de liberdade e por consequência familiares para a região, traz também sujeitos que prestam serviços à comunidade carcerária. Nesse sentido, as oficinas estruturadas nos princípios de cultura, arte e lazer são meios humanizantes a que todo cidadão tem direito.

Em um sentido mais amplo, eventos de forma geral, envolvem pessoas tanto na sua organização e planejamento quanto na sua culminância. Sendo assim, ter noções sobre o tema, perpassando sempre pelas artes é mais uma forma de oportunizar aos privados de liberdade à novas possibilidades emancipatórias para o mundo do trabalho ao término do cumprimento de sua pena, ou até mesmo protagonizar na organização de atividades/eventos internos entre eles nos momentos específicos para fins de lazer e reconstruir seus amanhãs.

Destacamos que através dos tópicos cerimonial, protocolos e etiqueta “sem frescura” será possível que os cursistas tenham contato com regras de comportamento que podem auxiliá-los em “posturas condizentes” com ambientes e ocasiões sociais, para além de eventos festivos. De mesmo modo, aplica-se às regras para a oficina de futebol, partidas de jogos e entendimento de suas regras e valores.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Este estudo se trata do relato de experiência vivenciada pela equipe de execução do projeto de extensão Reconstruindo o Amanhã, que se debruçou para o entendimento da proposta do edital e tessitura do projeto para elaboração das oficinas ofertadas no Conjunto Penal de Serrinha. Para além, trata-se também de uma pesquisa de natureza qualitativa com base empírica, perpassando pela pesquisa de intervenção do tipo pesquisa-ação, inspirada em Thiollent (1986).

Durante todo o mês de agosto de 2023 foi ofertado pela equipa de gestão do Projeto Reconstruindo o Amanhã momentos de formação entre as equipes dos polos prisionais que iriam efetivar o projeto. Muitas vivências foram relatadas, visto que as coordenadoras do projeto “guarda-chuva”, as Professoras da UNEB, Andreia Betânia, Kátia Barbosa e Ana Lago já possuíam larga experiência em ações de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
extensão universitária em espaços prisionais na cidade de Salvador.

Os conteúdos a serem abordados foram apresentados levando em consideração os sujeitos sociais e suas subjetividades sempre na perspectiva de estabelecer relações dialógicas, horizontalizadas cujos saberes serão primordialmente acolhidos e reconhecidos a fim de construir novos conhecimentos que transitem pelas oficinas de Organização de Eventos e de Futebol.

Após listarmos e avaliarmos o significado das ações que iríamos propor junto a comunidade carcerária, encontramos fundamento frente à perspectiva de Thiollent (2006, p. 155), que consolida:

A construção do conhecimento ocorre em cada tipo de atividade dos projetos de extensão:

- nos diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições;
- nas ações formativas para membros dessas comunidades ou instituições;
- nas ações formativas para alunos, professores e técnicos administrativos da universidade;
- nas ações informativas ou mobilizadoras em públicos mais amplos;
- e
- nas ações concebidas e planejadas pelos próprios participantes a partir de sua identidade e de sua situação.

Ressaltamos também, a importância do compartilhamento destes saberes entre os envolvidos para o fortalecimento das relações não apenas durante as atividades, mas também para além da experiência durante a privação de liberdade.

A Oficina de Organização de Eventos está ancorada na metodologia do Círculo de Cultura com base em (Freire, 1967). Todos os encontros estão sendo precedidos pela área de intervenção educacional por meio das artes, seja uma música, um texto um poema com rodas de diálogos sobre o sentimento de atravessamento ou reflexão do entendimento sobre o tema. Em cada dia de oficina recapitulamos o conteúdo abordado no encontro anterior e sempre partindo da perspectiva do interno.

O Círculo de Cultura é um método criado por Freire que parte do pressuposto da construção do conhecimento por meio do diálogo, fator básico e necessário a prática pedagógica democrática, emancipatória e a chegada do desvelamento crítico. Fazer entender às intencionalidades das práticas e discursos.

A área de intervenção educacional por meio das artes, tem como campo fundante as Artes, tão necessárias para subjetivação das nossas práticas diárias.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ela pretende dialogar com os sujeitos utilizando as linguagens artísticas, tecendo uma comunicação através da emoção.

Para a oficina de eventos foi proposto o seguimento de etapas conforme o conteúdo programático, que desejamos cumprir e que foram descritas no quadro 01.

Quadro 01

Mês	Semana	Previsão
Agosto	2ª semana	Formação
	3ª Semana	Formação
	4ª semana	Início das Oficinas - Possibilidade de Ingresso no SP - Abertura
	4ª ½ Semana	Início das Oficinas - Possibilidade de Ingresso no SP - Início das Oficinas - Levantamento de Conhecimentos Prévios
Setembro	1ª semana	Início das Oficinas - Levantamento de Conhecimentos Prévios
	2ª semana	Oficinas - Sensibilização para o tema Eventos
	3ª Semana	Oficinas - Conceito de eventos
	4ª semana	Oficinas - Origens dos eventos
Outubro	1ª semana	Oficinas - classificação dos eventos
	2ª semana	Oficinas - planejamento de eventos
	3ª Semana	Oficinas - estratégias de comunicação e marketing
	4ª semana	Oficinas - contratação de serviços
Novembro	1ª semana	Oficinas - cerimonial
	2ª semana	Oficinas - protocolo
	3ª Semana	Oficinas - etiqueta "sem frescura
	4ª semana	Culminância do projeto – Evento escolhido pelos cursistas
Dezembro	1ª semana	Encerramento do projeto - avaliação e relatórios
	2ª semana	Encerramento do projeto - avaliação e relatórios

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

A oficina de futebol tem base empírica sendo desvelada de modo colaborativo e participativo com estratégias direcionadas tanto para a autoaprendizagem quanto para a aprendizagem coletiva. Foram aplicados exercícios para desenvolvimento de agilidade e capacidades físicas inerentes à prática do futebol. Foram realizados diálogos sobre o filme PELÉ ETERNO, com o objetivo de construir reflexões acerca das possibilidades oferecidas pelo futebol para uma vida com mais dignidade. Também desenvolvemos discussões sobre a importância das regras não apenas do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
futebol como também das regras sociais para uma convivência social harmônica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendemos que é primordial compreendermos o viés básico adotado pela Secretaria de Administração Penitenciária Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP) em conjunto com os demais órgãos proponentes do projeto, sobretudo o envolvimento da universidade frente às incertezas educacionais estabelecidas em presídios. Este projeto vem garantir um modelo alternativo de tratamento aos apenados em Serrinha.

A extensão universitária cumpre seu designo genuíno através de projetos como este aqui relato junto à fator comunitário, pois a comunidade local desempenha papel fundamental na ressocialização do sujeito.

Consideramos que os encontros que aconteceram até o momento vem nos instigando a desenvolver novos projetos para a comunidade local. Percebemos que no CPS as turmas são participativas e demonstra interesse pelos temas abordados. Todas as atividades planejadas foram desenvolvidas a contento e dentro do planejamento elaborado.

Embora tenhamos muitos pontos positivos, não poderíamos deixar de relatar a insatisfação dos internos quanto a estrutura física da sala de aula onde acontecem os encontros, pois o local é muito pequeno sem ventilação natural e nem mecânica adequados. A sala é dividida em dois espaços separados por. Não possui banheiro nem para os internos nem para professores. Há uma dificuldade de comunicação entre os agentes penitenciários e os professores em caso de necessidade urgente. Os internos necessitam de equipamentos adequados para a prática de esportes, para minimizar danos físicos durante às partidas de futebol.

Entre as atividades da oficina de eventos foi possível perceber o interesse pelas artes visuais e artesanatos. Um dos internos fez um desenho de uma mulher indígena. Ao concluir o desenho refletimos junto a toda turma sobre a contextualização do que havia desenhado e sobre as políticas públicas voltadas aos Povos Originários e meio ambiente.

Quadro 02: Registro de atividades

Atividade: Desenho Livre



Local/turma: Conjunto Penal de Serrinha

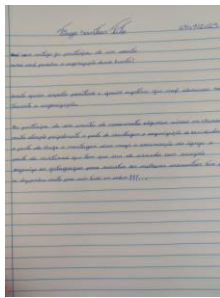
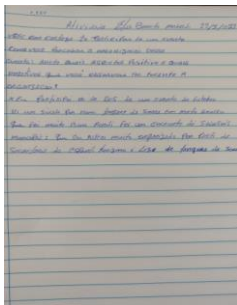
Data da realização: 29/09/2023

Descrição resumida: Desenho livre em folha apropriada para desenho. Um cursista apresentou interesse e habilidades pelas artes, de tal forma, levei o material específico sob a autorização do CPS e incentivei o desenho livre. Ao final falamos um pouco sobre cuidar da natureza e Povos Originários, partindo dos próprios colegas.

Objetivo da atividade: Posterior exposição de trabalhos e artes desenvolvidas nas oficinas no Seminário do NUPE do DEDC XI.

Público-alvo: Embora o desenho tenha sido realizado por 1 Cursista (Vinícius), todos os colegas incentivaram e aplaudiram o desempenho.

Quantidade de participantes: 08

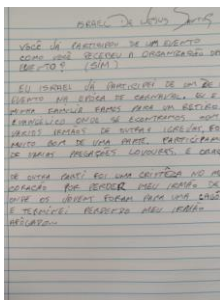


Data da realização: 29/09/2023

Descrição resumida: Atividade em sala de aula

Objetivo da atividade: Sondar evento marcante em suas vidas e lembrar de pontos positivos e negativos na organização do evento.

Quantidade de participantes: 08



Atividade: Encontro de abertura	Local/turma: Pavilhão de visitas, turmas das duas oficinas e comunidade penitenciária
	Data da realização: 15/09/2023 Descrição resumida: Encontro no pavilhão de visita; Abertura do Projeto com as duas turmas (Eventos e Futebol); Objetivo da atividade: Socializar o Projeto com a comunidade prisional Público-alvo: comunidade prisional Quantidade de participantes: Uma média de 37 cursistas, muitos seguranças, e demais trabalhadores do Conjunto Prisional

Fonte: Quadro elaborado pelos autores, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez adentrado ao sistema prisional, o sujeito está passivo a uma série de práticas que influenciarão na sua percepção de mundo e de si mesmo.

Pautada na ressocialização do sujeito, por meio da valorização humana, consideramos que as oficinas de eventos e de futebol ofertadas no Conjunto Penitenciário de Serrinha sirvam de exemplo a outros presídios, sobretudo os de segurança máxima, para que resultem no rebaixamento dos índices de reincidência criminal.

A prática do projeto de extensão pode servir de experiência positiva e ser tomada como exemplo de possibilidades de ressocialização de indivíduos, ora invisibilizados pela sociedade por cometerem ações criminosas, ainda assim são pessoas são dignas de direitos.

Ainda estamos no processo e desde já reiteramos a inclusão de estudantes bolsistas da UNEB como forma de oportunizar a prática da licenciatura em espaços não formais de educação como uma proposta para suas formações acadêmicas, pois desperta o interesse em descobrir como é realizado o processo educacional de pessoas privadas de liberdade no complexo prisional, como funciona os espaços de sala de aula para detentos e ver na prática como a educação propriamente dita em espaços não formais de aprendizagem se efetiva e aqui vislumbramos cidadãos mais conscientes do seu papel em sociedade.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A pertinência do projeto enfatiza a reconstrução da vida de cada um dos sujeitos envolvidos no projeto, e que irá ressoar por suas idas e vindas a partir das experiências trocadas e que poderão ecoar para novas descobertas e possibilidades de trajetória pessoal e profissional se assim desejarem.

REFERÊNCIAS

A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO, E SUA IMPORTÂNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO. Disponível em

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-sua-importancia-na-ressocializacao.htm> Acesso em 09 de agosto de 2023.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em:

<https://www.academia.org.br/.../nova-palavra/educucomunicacao>. Acesso em: 6 jul. 2021.

ALMEIDA, Ligia Beatriz Carvalho de. Projetos de intervenção em educomunicação. Disponível em:

http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_interven_o_da_educo/1.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS EM EDUCOMUNICAÇÃO. Disponível em:

<https://www.abpeducom.org.br/educucom/conceito/>.

Brasil (1988). **Constituição Federal de outubro de 1988.** Publicada no Diário Oficial da União.

CALMON, J. V. Análise do Processo de Ressocialização com Foco à Reinserção do Indivíduo na Sociedade. 2021.

ESPORTE, ESSENCIAL PARA A EXECUÇÃO PENAL. Disponível em:

<https://www.migalhas.com.br/depeso/363758/esporte-essencial-para-a-execucao-penal> Acesso em: 09 de agosto de 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas.

Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-836, 2011.

Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>.

FREIRE, Paulo. Educação como prática para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos

Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOCIALIZAR E RESSOCIALIZAR DETENTOS EM PRESÍDIOS. ESTE É O CAMIONHO. Disponível em <https://www.metropoles.com/ponto-de-vista/socializar-e-ressocializar-detentos-em-presidios-este-e-o-caminho> Acesso em: 09 de agosto de 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

**AS PLATAFORMAS DIGITAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS UTILIZADAS NO
COTIDIANO DE ALUNOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS COMO
FERRAMENTAS AUXILIARES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Ana Bolena de Luna Siqueira

UNEB

anabluna@gmail.com

Antonia Janaina Rodrigues da Silva

UNEB

Janainajp2009@hotmail.com

Edson Wanderley Taborda

UNEB

ewtaborda@gmail.com

Marivania Sousa Lima

UNEB

vansousa_lima@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Pode-se explanar que a tecnologia surge quando o homem entende que necessita de ferramentas para facilitar suas tarefas do cotidiano, seja para se defender dos predadores, seja para lhe auxiliar no processo de aquisição de alimentos. Em outros termos, a tecnologia é o conhecimento empregado pelo homem para atingir um determinado fim. (Sandroni, 1999, p. 54).

Conforme o homem aprimora seus conhecimentos, as ferramentas tornaram-se mais elaboradas, o que permitiu ao homem maiores chances de sobrevivência e desenvolvimento físico e intelectual. Exemplificando: A imagem ao lado retrata um javali pintado há mais de 45.500 anos, a qual seria a obra de arte figurativa mais antiga do mundo. Segundo as lições de Aristóteles (384 - 322 a.C.), esse processo de aperfeiçoamento tornou o homem um animal político e social.



Em termos cronológicos, a tecnologia surge, considerando as primeiras

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO criações tidas como tecnológicas, cerca de dois milhões de anos antes de Cristo, dentre os instrumentos podemos citar machados e lanças, os quais eram utilizados para se defender dos animais.

Em contexto educacional, a tecnologia sempre esteve presente pois ela foi transmitida de diferentes maneiras, seja por meio da escrita, pinturas rupestres, de pai para filho etc., ou seja, a tecnologia faz parte da história, em todos os seus aspectos, uma vez que, o homem é um ser social. Para Silva (2003) *apud* Longo (1984), a "tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos empregados na produção e comercialização de bens e serviços". Diante deste posicionamento, observa-se que a educação e as tecnologias sempre estiveram lado a lado.

Atualmente, entende-se que a tecnologia contribui para o processo de ensino de diferentes formas e meios. Seja por intermédio das inovações tecnológicas que aparecem quase todos os dias, por meio de plataformas de ensino, ambientes virtuais de aprendizagem - AVAs, ou até mesmo por meio de tecnologias digitais.

A metodologia utilizada na construção deste capítulo se define como uma pesquisa qualitativa com um estudo de caso e, para a coleta das informações, foram realizadas revisões bibliográficas em livros, 'e-books', artigos publicados em periódicos, e 'websites' oficiais como dispositivos de investigação sobre as potencialidades das plataformas digitais e tecnologias digitais utilizadas no cotidiano de alunos e professores como ferramentas auxiliaadoras no processo de ensino e aprendizagem, além de distinguir os limites estabelecidos pela ética e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD em ambientes universitários. Nesse sentido, as palavras-chave norteadoras foram: educação; dispositivos móveis e fixos; tecnologias digitais; educadores; história e dados pessoais.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.183) a pesquisa bibliográfica tem "a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto". Dessa forma, a revisão bibliográfica permite ter uma dimensão de tudo o que já foi discutido sobre determinado tema, além de servir de base para novas controvérsias e reflexões que possam ser levantadas em torno do mesmo tema.

Assim, intenta-se neste capítulo compreender as potencialidades das plataformas digitais e dos dispositivos digitais utilizados em ambiente educacionais por docentes e discentes, bem assim se esses ambientes (virtuais ou físicos) estão

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO adequados aos limites éticos e de segurança dos dados desses usuários. Assim buscaram-se lições de autores que oportunamente pesquisaram essas potencialidades, a segurança de dados e as limitações éticas. Somou-se aos doutrinadores a perspectiva do direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, de que trata a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), no art. 5º, Inciso LXXIX, o qual materializado por meio da Lei



Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem assim pesquisas isoladas e outras fontes de informações que de alguma forma pudessem viabilizar melhor compreensão e fundamentação sobre o exposto.

CLASSIFICAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS UTILIZADAS POR PROFESSORES E ALUNOS NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR

Nos últimos anos tem crescido a utilização de ferramentas on-line, por professores, a fim de preparar aulas ou atividades do dia a dia para sala de aula englobando ilustrações, fotos, vídeos, questões de provas entre outros (Revista Educação, 2014). Tais ferramentas são oferecidas juntamente com informações para sua utilização em plataformas digitais (Chaussard, 2021), as quais são identificadas como “infraestruturas digitais que possibilitam a interação de dois ou mais grupos” (Srnicek, 2017, p. 25).

Nesse contexto e em busca de incentivar o aprendizado no meio digital em diversos idiomas a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio de dicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), fornece informações sobre uma lista de aplicativos, de plataformas e de recursos educacionais gratuitos em diversas categorias baseados na educação à distância das quais citam-se os Sistemas digitais de gerenciamento de aprendizado (por exemplo Google Classroom e Moodle), sistemas construídos para uso em telefones celulares (Ustad Mobile e kaiOS são exemplos), plataformas de cursos on-line abertos (Massive Open Online Courses - MOOCs, Coursera etc.), conteúdo de aprendizado autodirigido (YouTube, Geekie etc.), aplicativos de leitura móvel

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO (Biblioteca Digital Global, Worldreader, Kindle, dentre outros), plataformas de colaboração que suportam comunicação de vídeo ao vivo (Teams, WhatsApp e Telegram são exemplos), ferramentas para professores criarem conteúdo digital de aprendizagem (EdPuzzle e Thinglink exemplificam essas tecnologias) (UFPB, 2020).

Plataforma

Digital

Entendemos as plataformas digitais como recurso, em contexto educacional, educacional que permite conexão entre a comunidade educacional e corpo estudantil, com o intuito de que eles se conectem ao ambiente educacional e interagem entre si, buscando criar algum valor de troca... em outras palavras, as plataformas digitais auxiliam alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem.



IMAGEM via: MindQuest Educação S.A. [S. 1], 2019.

Em paralelo, observa-se uma busca por classificar as tecnologias digitais, uma espécie de taxonomia dessas tecnologias na educação com o intuito de auxiliar os docentes no momento de escolher, diante de uma variedade de ferramentas, a que melhor se adequa aos seus objetivos (Zednik, 2020).

Esta mesma autora propõe a classificação dessas ferramentas abordando autoria (permite criar conteúdo e informações); busca, armazenamento e socialização (permite encontrar, guardar e compartilhar); emissividade virtual (permite a imersão no mundo virtual assemelhando-se ao mundo real); tecnologia assistiva (permite uma maior autonomia, aprendizagem bem como inclusão digital); e gestão de tarefas (permite administrar, organizar, tarefas do dia a dia).



Saiba Mais

Para saber mais sobre o uso da Tecnologia na Educação acesse os vídeos.

- Mídias digitais na sala de aula: <https://www.youtube.com/watch?v=8QZPChfSW0Q>
- Tecnologia na Educação: <https://www.youtube.com/watch?v=IzsHAiCvxR8>

TECNOLOGIAS DIGITAIS MAIS UTILIZADAS POR ALUNOS E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Dentre as plataformas mais utilizadas em universidades, em estudos síncronos, destacam-se o Zoom, que propõe salas de aulas facilitadoras no aprendizado contemporâneo até mesmo reuniões, tarefas administrativas e aulas virtuais e híbridas; o Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle), uma das espécies de AVA, propõe a criação de cursos online sendo muito utilizada como ferramenta de aprendizado entre professores e alunos; aLumina, que oferta mais de 50 opções de cursos à distância de forma gratuita e aberta, além disso ofertando certificados; e Google for Education, que propõe auxiliar alunos e professores a serem mais eficientes e produtivos inclusive com experiências imersivas (FGI, s.d.).

Ao explorar-se tecnologias digitais baseadas na internet, verifica-se como ferramentas crescentes de auxílio no processo de aprendizagem no ensino superior os smartphones, tablets, leitores eletrônicos e apps móveis (Aresta; Pedro; Santos, 2015; Stevenson; Hedberg, 2017; Giorgieva; Smrikarov; Georgiev, 2011) contribuindo para a comunicação entre estudantes e professores e, entre os pares (Becker et al., 2017).

Figura 1: Mídias digitais móveis e fixas



Fonte: depositphotos.com

Em pesquisa realizada com universitários da UFPI e UFRA sobre o acesso à

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO internet ou se têm acesso em suas residências durante o período de Pandemia, verificou-se que cerca de 63% acompanharam as aulas por meio do notebook, 29% pelo smartphone, 7% por meio de computador desktop e tão somente 1% por meio de tablet, demonstrando, inclusive, os desafios da comunidade universitária (Zierer et al, 2021).

Por meio de estudo realizado por Lamana et al (2021) com universitários de Minas Gerais, observa-se que os principais aplicativos utilizados foram WhatsApp, Instagram, Google Meet, Facebook, Telegram, Zoom entre outros. Ainda assim, a utilização é maior para distração e entretenimento (98%), seguido de relatos do uso para bate papo (87,2%) e para estudos (86,5%).

LIMITES ÉTICOS E UTILIZAÇÃO DE PLATAFORMAS DIGITAIS/TECNOLOGIAS DIGITAIS EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS.

A Pandemia trouxe impactos, principalmente no setor educacional, levando à necessidade de profissionais e instituições se reformularem. Com isso, o uso de plataformas e ferramentas impulsionou a internet para o interior das casas de docentes e estudantes, sendo vista também como uma oportunidade pedagógica (Boto, 2020). Nessas circunstâncias, com mudanças do aprendizado presencial para o online emerge uma pauta para debates: a privacidade de dados e segurança dos docentes e discentes (Junqueira, 2020).

De acordo com o Artigo 6 da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, os usuários ou clientes de instituições, inclusive as de ensino, precisam sempre serem avisados de forma clara, precisa e acessível sobre os procedimentos a seguir no tratamento dos seus dados pessoais. A partir das formas de captura com que essas informações entram nas instituições onde são armazenadas, com que finalidades, quais controles são aplicados, se há compartilhamento com terceiros - mesmo que sejam membros do mesmo grupo - se há mundialização (usual no uso de nuvem), na forma como é descartado, que deve atender aos padrões de descarte seguro. (Pinheiro, 2020). Isso porque, para Almeida et al, (2020), é de grande importância que se verifique se os princípios éticos, segurança e privacidade estão sendo respeitados de modo a minimizar ou até desestimular, juntamente com a LGPD, que indivíduos mal-intencionados capturem e utilizem dados para fins inapropriados.

Contudo, é importante frisar que para instituições de ensino e pesquisa,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO existem exceções a serem acatadas. As quais estão expressas no art. 4º, que estabelece os casos em que a lei não é aplicada no tratamento de dados pessoais. Para fins educacionais, o art. 7º, IV e art. 11, II, c) adverte que o tratamento de dados pessoais, com destaque em informações sensíveis, só pode ser realizado nos estudos da organização de pesquisa, para manter, sempre que possível, o anonimato dos dados pessoais.

CONCLUSÕES

Tem-se por essa pesquisa que o contexto pandêmico impôs a implementação, sem o necessário tempo para maiores digressões, de inúmeras tecnologias que embora já disponíveis na seara da educação, entretanto, demandam a efetiva utilização e depuração. Disso, compreende-se que as melhores dessas tecnologias ainda estão em fases de testes, inviabilizando indicar uma ou outra como mais apropriada - são inúmeras - mas atrevem-se os pesquisadores a sugerir as que ofereçam recursos sem ônus às instituições públicas de ensino, aos discentes e docentes e que, para tanto, solicitem aos usuários dados exclusivamente necessários para prestar serviços dessa natureza.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Angélica Oliveira; ALVES JUNIOR, Alvim; CANATO, Robson Leandro Carvalho; ALBARDEIRO, Sérgio Tadeu; MARQUES, Viviane Cristiane. **Ética, segurança e privacidade na educação à distância durante a pandemia no Brasil**. Rev. InovaEduc, Campinas, SP | n.7 | p.1-28 | ago. 2020 |ISSN 2316-6991. Acesso em: 9 ago. 2022.

ARESTA, Mónica; PEDRO, Luís; SANTOS, Carlos. **Mobile learning and higher education: a theoretical overview**. Journal of Mobile Multimedia, Gistru, v. 11, n. 1-2, p. 147-156, Apr. 2015. Acesso em: 9 ago. 2022.

ARISTÓTELES. **ÉTICA A NICÔMACO**: Poética. 4. ed. São Paulo, SP.: Nova Cultural, 1991. 375 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br> ou <https://bityl.co/DdVo>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BECKER, Samantha Adams et al. **NMC horizon report: 2017 higher education edition**. Austin: The New Media Consortium, 2017. Acesso em: 9 ago. 2022.

BONILLA, J. M. H. EL País. **Javali pintado há 45. 500 anos é a obra de arte figurativa mais antiga do mundo**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-01-14/javali-pintado-ha-45500-anos-e-a-obra>

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de-arte-figurativa-mais-antiga-do-mundo.html>. Acesso em 01 ago. 2022.

BOTO, C. **A educação e a escola em tempos de coronavírus**. Jornal da Universidade Estadual de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-educacao-e-a-escola-em-tempos-de-coronavirus/> Acesso em 24 Jul 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 05 out. 1988. Acesso em: 9 ago. 2022.

_____. **CÂMARA DOS DEPUTADOS. Marco legal da proteção de dados pessoais é sancionado**; lei entra em vigor em 2020. Agência Câmara de Notícias Disponível em: www.camara.leg.br/noticias/543434-marco-legal-da-protECAo-de-dados-pessoais-e-sancionado-lei-entra-em-vigor-em-2020/. Acesso em 01 ago. 2022.

_____. **Lei n. 13.709**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Acesso em: 9 ago. 2022.

CHRIS. **ELearning made easy - about us - moodle online learning**. Disponível em: <<https://moodle.com/about/>>. Acesso em 3 ago. 2022.

DEPOSITPHOTOS. **Tablet pc, mobile phone, notebook and hd tv**. 11 jul. 2013. Imagem n. 27995235. Disponível em: <https://br.depositphotos.com/27995235/stock-photo-tablet-pc-mobile-phone-notebook.html>. Acesso em 1 ago. 2022.

FACULDADE DE GESTÃO E INOVAÇÃO. **4 Plataformas de ensino síncrono mais utilizadas pelas Instituições de Ensino**. Disponível em: <https://www.faculdadefgi.com.br/post/4-plataformas-de-ensino-sincrono-mais-utilizadas-pelas-instituicoes-de-ensino> Acesso: 24 jul 2022.

GEORGIEVA, Evgenya S.; SMRIKAROV, Angel S.; GEORGIEV, Tsvetozar S. Evaluation of mobile learning system. Procedia Computer Science, Durham, v. 3, p. 632-637, 2011. Acesso em: 8 ago. 2022.

IMAGEM via: **Mind Quest Educação S.A.** [S. l.], 2019. Disponível em: <https://projetointegracao.nute.ufsc.br/blog/wp-content/uploads/2019/04/Thumbcuradoria-e1554916306155.jpg>. Acesso em: 8 ago. 2022.

JUNQUEIRA, E.S. **Vigilância em Tempos de Educação à Distância. Outras Palavras. Jornalismo de Profundidade e pós capitalismo**, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/vigilancia-em-tempos-de-educacao-a-distancia/> . Acesso: 24 Jul de 2022

LAMANA, BB et al. **A influência digital no meio universitário - Sul de Minas Gerais. Research**. Society and Development, v. 10, n. 10. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18598>. Acesso em: 8 ago. 2022.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
LONGO, W. P. **Tecnologia e soberania nacional**. São Paulo : Ed. Nobel, 1984.

MARCONI M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**.
Editora Atlas S.A. 5ª edição, 2003.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Qual o impacto da LGPD em instituições de ensino e pesquisa?**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.rmp.br/noticias/qual-o-impacto-da-lgpd-em-instituicoes-de-ensino-e-pesquisa>. Acesso em: 9 ago. 2022.

REVISTA EDUCAÇÃO. 12 plataformas para professores compartilharem e publicarem conteúdos digitais. **Revista Educação**. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2014/11/07/12-plataformas-para-professores-compartilharem-e-publicarem-conteudos-digitais/> Acesso: 24 Jul 2022.

SANDRONNI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. Acesso em: 9 ago. 2022.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017. Acesso em: 9 ago. 2022.

STEVENSON, Michael Eric; HEDBERG, John Gordon. **Mobilizing learning**: a thematic review of apps in K-12 and higher education. *Interactive Technology and Smart Education*, Bingley, v. 14, n. 2, p. 126-137, 2017. Acesso em: 1 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). UNESCO. **Lista de Aplicativos, Plataformas e Recursos Educacionais para o Aprendizado no Meio Digital**. Disponível em: <http://www.ccen.ufpb.br/ccen/contents/noticias/unesco-disponibiliza-lista-de-aplicativos-plataformas-e-recursos-educacionais-para-ajudar-no-aprendizado-no-meio-digital>. Acesso: 24 jul 2022.

VOCÊ sabe a diferença entre plataforma e ferramenta de e-commerce?. [S. l.], 9 jul. 2012. Disponível em: <https://acontecedoagora.com.br/marketing/voce-sabe-a-diferenca-entre-plataforma-e-ferramenta-de-e-commerce>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ZEDNIK, Herik. **Taxonomia das Tecnologias Digitais na Educação**: aporte à cultura digital na sala de aula. Sobral-CE: Editora SertãoCult, 2020. Disponível em: <https://editorasertaocult.com/taxonomia-das-tecnologias-digitais-na-educacao-aporte-a-cultura-digital-na-sala-de-aula/> Acesso: 24 de jul 2022.

ZIERER, MS, ALBUQUERQUE, LP, SÉRVULO, KBLM, SILVA, AFS. **Impactos da utilização de plataformas digitais para a aprendizagem de universitários durante a pandemia da COVID-19**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20688>. Acesso em: 1 ago. 2022.

**ESCRITA DE UMA MEMÓRIA QUE NÃO SE APAGA - RELATO DAS
EXPERIVIVÊNCIAS EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA
PESSOA IDOSA**

Elaine Santiago Junqueira de Queiroz¹

Universidade do Estado da Bahia
elsantijunqueira@gmail.com

Nívia Lima Souza²

Universidade do Estado da Bahia
nivalimasouza0@gmail.com

Madryracy Ferreira Coutinho Medeiros Ovídio³

Universidade do Estado da Bahia
madrycoutho@hotmail.com

RESUMO

Em quais aspectos as narrativas potencializam a qualidade de vida dos idosos inseridos nas instituições de longa permanência? Essa é a discussão que desenvolvemos neste artigo a partir das contribuições teóricas de Bosi (1994), Furini; Lite; Perlini (2007), Caldas; Veras, (2010). A pesquisa e o Estágio foram realizados em uma instituição de longa permanência para idosos, localizada em Serrinha-Ba, cujo objetivo principal foi contribuir para estímulo da memória e valorização da pessoa idosa, bem como a implantação de ações pedagógicas, baseadas especialmente no respeito as narrativas de vida, experiências e saberes. Metodologicamente, esta pesquisa de campo de caráter exploratório e abordagem qualitativa, pois trata das subjetividades e singularidades dos sujeitos da pesquisa. Os dispositivos de produção de dados foram as rodas de conversas, entrevistas semiestruturadas e a oficina, realizadas de forma presencial. Os achados da pesquisa revelam importância do Educador Social nas instituições de longa permanência a pessoa idosa e a construção da valorização das narrativas, contribuindo para o fortalecimento indenitário e a melhoria da saúde mental da pessoa idosa pela troca e comunicação de experiências com outras gerações.

Palavras-chave: narrativas; experivivências; instituição de longa permanência; idosos.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar reflexões advindas da experiência de Pesquisa e Estágio desenvolvido no Componente Curricular Pesquisa e Estágio I – Espaço Não Escolar, do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI/Serrinha, sob orientação da Professora Dra. Madryracy F. Coutinho Medeiros Ovídio e tem como objetivo principal a reflexão e o debate sobre a importância de utilizar narrativas de vida, experiências e saberes para potencializar a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
qualidade de vida e bem-estar de idosos inseridos na Associação Fraternal de
Acolhimento Social (AFAS).

As motivações para planejar ações com as pessoas idosas inseridas na Associação Fraternal de Acolhimento Social (AFAS) aconteceram em dois momentos distintos: o primeiro ocorreu a partir das atividades de pesquisa realizadas neste local, com oportunidade de fazer um contato direto com o espaço, conhecer as pessoas idosas e o que elas necessitam para potencializar a qualidade de vida, e o outro foi quando houve o processo de planejamento do Projeto de Ação Pedagógica para Estágio em Espaços Não Escolares, fortalecendo o interesse e o desejo em vivenciar com as pessoas idosas ações no espaço da AFAS, tão importante para acolhimento da pessoa idosa no município de Serrinha-Ba.

O desenvolvimento de ações com as pessoas idosas na instituição de longa permanência (ILPI) exige do educador, uma postura aberta não só para flexibilização metodológica, mas principalmente epistemológica, por esta razão, desponta o seguinte questionamento: em quais aspectos as narrativas podem potencializar a qualidade de vida das pessoas idosas inseridas nas instituições de longa permanência?

Para responder a essa questão primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema, tendo como principais teóricos Bosi (1994), Furini; Leite; Perlini (2007), Caldas; Veras (2010), Camaro; Kanso (2010) os quais utilizamos para fundamentação teórica; depois foi realizada a pesquisa de campo na instituição de longa permanência da pessoa idosa, AFAS, no município de Serrinha-Bahia.

Na realização da pesquisa de campo de caráter exploratório, adotamos a abordagem qualitativa e utilizamos como instrumentos de recolha de dados observações/anotações, entrevistas e rodas dialogais, tomando como sujeitos da pesquisa um grupo de pessoas idosas composto por homens e mulheres, a coordenadora da Instituição e equipe de apoio.

O artigo encontra-se dividido em cinco partes: inicialmente, apresentamos a introdução com algumas considerações sobre a experivivência de pesquisa e Estágio em instituição de longa permanência a pessoa idosa; posteriormente apresentamos a discussão sobre cuidados com a pessoa idosa e suas narrativas de memórias, tecendo aproximações e perspectivas futuras. Na sequência, é apresentada a metodologia explicitando os percursos e condução do trabalho, com os procedimentos utilizados na realização da Pesquisa e Estágio em espaço não

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO escolar, posteriormente apresentamos os resultados e discussões comentando as interpretações, opiniões e implicações, a partir da literatura sobre o tema. Finalizamos apresentado as considerações e sistematizações da produção, com as principais conclusões buscando sinalizar possibilidades de continuação da pesquisa.

CUIDADOS COM A PESSOA IDOSA E SUAS NARRATIVAS DE MEMÓRIAS: APROXIMAÇÕES E PERSPECTIVAS:

Conforme apontam os estudos atuais, a pessoa idosa tem que ser amparada, acolhida, estimulada a desenvolver ações de lazer, protegida, amada e ter todos os seus direitos garantidos, pois continuam sendo cidadãs sociais. A garantia desses direitos está determinada na legislação com o advento do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, considerada uma das maiores conquistas da população idosa brasileira, reforçando a importância do cuidado de toda a sociedade com o idoso.

Posteriormente foi sancionado o Projeto de Lei nº 3.646, de 2019, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. A lei alterou o nome do Estatuto do Idoso para Estatuto da Pessoa Idosa.

Conforme justificativa do projeto de lei, o termo “pessoa” lembra a necessidade de combate à desumanização do envelhecimento. Essa terminologia reflete a luta dessas pessoas pelo direito à autonomia e à dignidade. Assim, é possível dizer que a medida contribui para refletir a importância da pessoa idosa na sociedade, para combater o preconceito que existe contra o envelhecimento e trazer dignidade e respeito a essa parcela da população.

Essa visão é enfatizada pela Política Nacional do Idoso que prevê que “a família, a sociedade e o Estado devem assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (Furini; Leite; Perlini, 2007). Compreende-se, assim, que não é uma questão meramente de responsabilidade pessoal do idoso a forma como vai envelhecer.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

É característico, em todos os países do mundo, que o cuidado dos idosos seja feito por um sistema informal, que inclui a família, amigos, vizinhos e membros da comunidade. Geralmente, é uma atividade prestada voluntariamente, sem remuneração, e é a família que predomina como alternativa nesse sistema (Caldas; Veras, 2010).

A primeira entidade responsável pelos cuidados diretos tanto da pessoa idosa como do espaço domiciliar da mesma é a família. As mulheres, normalmente que se responsabilizavam pelos cuidados com os idosos, fossem elas esposas, filhas, netas, irmãs, sobrinhas, cunhadas. Com alteração do papel da mulher no mercado de trabalho, onde estas deixam o espaço domiciliar para trabalhar, assim como seus maridos, os idosos estão sendo deixados sozinhos e acabam tornando-se um entrave no corrido dia-a-dia familiar, sobretudo, quando exigem cuidados especiais. Exatamente, nesse momento, quando os filhos não conseguem conciliar suas atividades laborais e o cuidado com a pessoa idosa, buscam por instituições de longa permanência, tornando-se uma opção para as pessoas idosas.

O atendimento ao idoso deve ser, preferencialmente, na modalidade não asilar, porém naquelas situações em que os idosos não possuem condições que garantam sua própria sobrevivência é responsabilidade do Estado manter instituições para abrigar estas pessoas. Além disso, a Política Nacional do Idoso norteia ações que visam ao desenvolvimento dos idosos, garantindo autonomia e independência no atendimento de suas necessidades específicas – autossuficiência, saúde, moradia e segurança – conforme preconiza a Lei número 8.842/94. (Furini; Leite; Perlini, 2007).

A análise da legislação demonstra uma nítida tendência de substituição dos espaços asilares por outros mais pós-modernizados, como centros e grupos de convivência do idoso, e outros programas e instituições de tempo parcial dispostos em Lei, como direitos inerentes ao envelhecimento digno e salutar.

O envelhecimento da população e o aumento da sobrevivência de pessoas com redução da capacidade física, cognitiva e mental estão requerendo que os asilos deixem de fazer parte apenas da rede de assistência social e integrem a rede de assistência à saúde, ou seja, ofereça algo mais que um abrigo. Para tentar expressar a nova função híbrida dessas instituições, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia sugeriu a adoção da denominação Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). (Camaro; Kanso, 2010)

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Nesse sentido, observa-se que no Brasil há o surgimento de uma demanda cada vez maior de pessoas idosas para as ILPI, com a redução da natalidade e da mortalidade infantil, ligada ao aumento da expectativa de vida da população apresentada nos resultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidenciando que urge a necessidade de um olhar mais minucioso e atualizado para essa parcela específica da população.

Nas instituições de Longa permanência dos idosos, torna-se relevante a construção de um espaço de valorização das narrativas, promovendo aproximação com a memória particular e coletiva. Halbwachs (1990) explica o entrelaçamento entre a memória individual e coletiva, como resultado da relação dos indivíduos em seus grupos sociais mais contextualizada e definida, contribuindo para o fortalecimento indenitário do idoso e do grupo.

Os idosos, habitualmente, rememoram o passado com prazer, revivendo as tradições e relatando os acontecimentos dos quais participaram se tornando espontaneamente “contadoras de histórias” (Brandão; Smith; Sperb; Parente, 2006). Como afirma Bosi (1994), uma das funções sociais do idoso, nem sempre valorizada, é recordar e contar para os mais jovens a sua história, revelando o que fizeram e aprenderam. Desse modo, eles tornam-se a memória da sua família, dos seus grupos e da sua sociedade.

Outro ponto a ser realçado, diz respeito à importância da revisão da vida para os idosos, como afirma Berger (2003), a revisão de vida corrobora para colocar a vida em perspectiva e contribui para os mais velhos interligar suas vidas com o futuro, à medida que contam suas histórias às gerações mais novas. A pessoa idosa, nesse esforço, rememora e narra várias passagens de sua vida, relembrando os pontos altos e baixos da sua trajetória pessoal e compara o passado com o presente, renovando os elos com as gerações passadas e para estreitar os laços como os mais jovens. Assim, enquanto as lembranças são (re)vividas, (re)interpretadas e (re)integradas num processo que envolve passado, presente e novas perspectivas para o futuro, auxiliam a pessoa idosa para um melhor entendimento do desenrolar de toda a sua existência.

Portanto, a revisão da vida apresenta-se como uma ferramenta útil para a saúde mental das pessoas, à medida que envelhecem por permitir a troca e a comunicação de experiências com outras gerações, além de favorecer orientações e sugestões práticas para problemas cotidianos. Infelizmente, nas sociedades atuais,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
cada vez mais se perde o valor da transmissão de experiências e saberes, em detrimento das informações rápidas e mutantes oferecidas pelas novas tecnologias.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Na realização das atividades de campo de caráter exploratório, adotamos a abordagem qualitativa e utilizamos como instrumentos de recolha de dados observações/anotações, entrevistas e rodas dialogais, tomando como sujeitos da pesquisa um grupo de pessoas idosas composto por homens e mulheres, a coordenadora da Instituição e equipe de apoio da mesma. Os dados foram produzidos através da participação por um período de um mês, na vida desses idosos, acompanhando-os durante duas vezes na semana.

A metodologia foi construída nas interações sociais entre as pessoas idosas, os cuidadores e os mediadores das oficinas fundamentada na sensibilidade, criatividade e imaginação, utilizando-se de estratégias pedagógicas para a construção de um espaço de aprendizado, de discussão, reflexão e de construção de memórias. Lembrar da juventude, da maturidade e da velhice significa para as pessoas idosas dizer quem são e como construíram suas experiências de trabalho, de família, de escolarização e de lazer.

Além da roda de conversas, utilizamos como metodologia para estimular o trabalho de memória, as oficinas, tendo a narrativa e expressão criativa como um modo de acessar e explorar a memória e, assim, com mediação das artes e dos jogos, incluindo várias atividades, tais como desenho, pintura, música, movimento, dança oferecendo uma oportunidade de autoexpressão, ancorada na própria experiência de vida da pessoa idosa. O uso de recursos lúdicos e artísticos, tem se mostrado como elemento capaz de estimular e enriquecer o processo ao contarem suas histórias.

A conexão entre os momentos de interação lúdica e artística e os momentos de troca de experiências e histórias de vida foi realizada a partir das seguintes oficinas:

A primeira oficina "**Quem sou eu? Tecendo por trás dos panos NARRATIVAS DE SI**", utilizada para o conhecimento dos participantes e proporcionando interação entre as mediadoras e os idosos com a construção da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO colcha de retalhos, concedendo-lhe a oportunidade de falar e ser ouvido em um processo terapêutico.

A segunda “**Narrando e jogando**”, teve como ponto de partida o jogo de bingo como instrumento de animação, divertimento, lazer e convívio, trazendo benefícios como retardar o quadro de demências mais agravantes, além de estimular a capacidade de raciocínio e socialização.

Já a terceira oficina “**juntando os pedaços das narrativas de si**” retornará as narrativas de vida com a volta da colcha de retalhos para a conclusão, além de esculturas feitas através de massinha de modelar que contam e recontam as suas histórias de vida. Nesta oficina, foi ofertada a pintura e a utilização da massinha de modelar, porém somente a pintura chamou a atenção dos mesmos que pintaram de diversas formas a flor impressa em preto e branco no papel A4 sulfite, a massinha só foi utilizada por uma idosa que implementou a massinha nas pétalas da flor. Essas pinturas também ficaram à disposição dos idosos para eles se recordarem do que fizeram.

Por fim, a quarta oficina foi avaliação do trabalho feito, através da roda dialogal na qual houve questionamentos sobre: **O que mais gostou? O que faria novamente? O que menos gostou?** Além disso, houve um circuito de jogos, como: dominó, dama e baralho promovendo o encontro intergeracional entre as estudantes do curso de Pedagogia e os idosos, permitindo a criação de espaços de escuta entre as gerações e, concomitantemente, novas relações com o tema do envelhecimento.

Nessa oficina, as pessoas idosas, demonstraram interesse em voltar a estudar, visto que só conseguiram estudar até a quarta série, além de falarem sobre como aprenderam a jogar com seus familiares, amigos (as) e em outras instituições que fizeram parte.

As atividades desenvolvidas durante as oficinas, abriu espaços para uma sucessão temporal de acontecimentos repletos de vai-e-vem, de antes e depois. Nesse processo, até mesmo o silêncio, o não dito, ganhou importância, representando uma parada para reflexões e/ou reorganização do pensamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

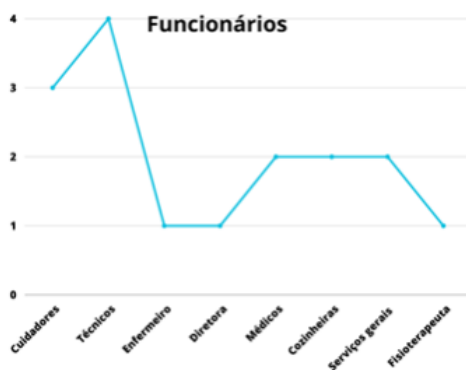
35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Estar presente na instituição de longa permanência foi de suma importância para os processos formativos das pesquisadoras, pois demonstrou a essencialidade de ter um Pedagogo em espaços não escolares, ou seja, nesse caso, como a função de Educador Social. Já que é nítido que mesmo que os sujeitos estejam em senescência, eles continuam em construção e necessitam da aproximação com atividades lúdicas e pedagógicas sejam elas internas ou externas, pois o educador social deve:

[...] ser capacitado para trabalhar junto com os sujeitos da Educação Social para além da especificidade técnica que este educador pode ter, transitando e conhecendo os saberes pertinentes à promoção cultural do sujeito. Isto implica em extrapolar, por exemplo, técnicas de jogos e brincadeiras, capoeira, esportes em geral, artes (Souza et al., 2014, p. 84).

Nesse sentido, nas instituições de longa permanência como a AFAS, é imprescindível haver um educador social, pois apesar de ser uma equipe multidisciplinar de funcionários que fazem seu trabalho com excelência, as questões relativas ao lazer e entretenimento dos idosos não são da responsabilidade destes e por muitas vezes os internalizados, segundo a fala da técnica de enfermagem e do cuidador em entrevista “ficam sem fazer nada”, sendo que as atividades para a distração e que liberam hormônio da felicidade como serotonina e ocitocina também fazem parte do cuidado da saúde dos idosos.

Gráfico 1 - Quantidade de funcionários



Fonte: Elaborado

pesquisadoras

pelas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Conforme o gráfico apresentado, AFAS dispõe de uma equipe de 16 funcionários, sendo a maioria da área da saúde: 3 cuidadores, 4 técnicos de enfermagem, 1 enfermeiro-chefe, 1 diretora, 2 médicos, 2 cozinheiras, 2 serviços gerais e 1 fisioterapeuta, mas não tem em seu quadro de funcionários contratados o Educador Social, apesar de a AFAS está despreparada para lidar com questões pedagógicas junto aos idosos de forma mais efetiva. Esse fato torna necessária a condução de estudos que valorizem o educador social em instituições de longa permanência para pessoas idosas.

A quantidade de internalizados na instituição chega a trinta e sete (37) pessoas idosas, sendo dos mais variados graus e doenças. Dos trinta e sete idosos, vinte são do sexo masculino e dezessete são do sexo feminino, com idade variando de 42 a 100 anos. Diante deste quadro, é importante observar que o interno mais novo tem a idade de 42 anos, porém há outros que vão até 59 anos e que não se configura idoso, Art. 1. É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (Brasil, 2003, p. 1).

Nos casos exclusivos dos internos que não se enquadram dentro da Lei, eles estão presentes na instituição a pedido da família, pois obtêm transtornos mentais como depressão, esquizofrenia etc. Por fim, a mais velha da instituição tem uma grande longevidade com um século de idade. O mais novo e a mais velha não participaram das oficinas, mas as pesquisadoras tiveram uma boa interação com eles e respeitaram o seu espaço e desejo, já que ali é o ambiente de conforto e segurança para eles.

Importante ressaltar que as políticas públicas existentes são muito recentes e ainda estão em processo de implementação. Os órgãos públicos que deveriam contribuir e apoiar o desenvolvimento de instituições como as de longa permanência para idosos (ILPI) muitas vezes, se restringem a cobrar, julgar e multar. Na realidade, as políticas públicas voltadas para os abandonados, excluídos, como estão escritas na teoria, resolveriam uma grande parte dos problemas que podemos observar nas nossas visitas. A questão é que na prática elas ainda não acontecem como deveriam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas analisadas nesse artigo resultaram das interações entre idosos –homens e mulheres e funcionários da AFAS do município de Serrinha-Ba e as estudantes de graduação do curso de Pedagogia/ CAMPUS XI/SERRINHA, da Universidade do estado da Bahia (UNEB), realizadas em 2023. Gostaríamos de tecer algumas reflexões sobre as interações sociais que envolvem sujeitos em posições sociais diferenciadas. Nas conversas individuais, nos encontros semanais e nas entrevistas realizadas na AFAS notamos uma boa receptividade das pessoas idosas, o que além do que podemos chamar de boa educação e simpatia, reflete a carência deste grupo social em ser ouvido e que muitas vezes, não encontram pessoas dispostas a ouvi-los, a dar atenção às tantas histórias que querem ser contadas. O gesto das estudantes de dedicação e atenção propiciaram aos idosos criarem laços de amizade e de confiança. Poderíamos dizer, que nas interações entre as estudantes e os idosos havia práticas de reciprocidade com sentimento de gratidão, trocas de saberes, informações e saberes.

Durante a experiência de Estágio, pudemos perceber que, apesar da população brasileira estar em pleno processo de envelhecimento, a sociedade atual está despreparada para lidar com esse tema.

Para nós, essa experiência de pesquisa e Estágio foi extremamente enriquecedora, tanto para a vida profissional quanto pessoal. Apesar da angústia nas primeiras visitas, perceber que podemos fazer algo por essas pessoas, por meio das nossas pesquisas, ao nos sentirmos afetados com o sofrimento do outro, nos estimulou a seguir em frente com sentimentos sequenciados de emoção, amor, cautela, solidariedade, medos e sonhos. Conhecer não só o espaço, mas também interagir com os internos nos proporcionou uma elevação de cunho científico e humanizado.

A experiência nos deu o desígnio de evolução intelectual principalmente em torno da função de Educador Social e também da análise da necessidade de debater academicamente a temática dos benefícios do educador social atuando em ILPI. Ficamos felizes com a trajetória do estágio, com sua conclusão, com a maioria dos objetivos terem sido atingidos e as dificuldades e possíveis empecilhos terem sido superados de modo que fomos nos adaptando aos idosos.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Pensar nos internos dessas instituições é também cuidar de nosso futuro, pois estamos sujeitos ao envelhecimento. Quando damos voz a esses sujeitos muitas vezes invisibilizados cuidamos de nós mesmos, deles e de nossos familiares. A educação pode e deve proporcionar essas experiências e a humanização que tanto almeja-se em sociedade e convívio coletivo. É notório, que, o corpo pode até envelhecer e enrijecer, mas a mente continua funcionando e o conhecimento pode continuar sendo desenvolvido e ser base para o lazer e saúde mental, dando mais qualidade de vida às pessoas institucionalizadas.

Por fim, concluímos que a proposta de oficina pode ser utilizada com diversos públicos, se adaptado, o que mostra sua eficiência quanto ao potencial que as narrativas de história de vida apresentam para detalhamento e aprofundamento das experiências e significações realizadas pelos mais diversos segmentos ao longo de suas trajetórias. Urge a necessidade de um olhar mais cuidadoso para essa nossa população idosa, o que nos instiga a continuar desenvolvendo ações/projetos e a promover pesquisas com uma visão mais ampliada da situação de vida destes sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, L.; SMITH, V.; SPERB, T. M.; PARENTE, M. A. M. P. **Narrativas Intergeracionais**. Psicologia: Reflexão & Crítica, vol. 19, o. 1, p. 98-105. 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política nacional do idoso**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1998.

_____. **Estatuto do idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso/Ministério Saúde** - 3. ed, 2.reimpr - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BERGER, K.S.. **O Desenvolvimento da Pessoa da Infância à Terceira Idade**. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALDAS, C. P.; VERAS R. P. Capítulo 12 – **O lugar do idoso na família contemporânea e as implicações para a saúde**. IN: Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas. TRAD, L. A. B. (ORG). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** Rev. bras. estud. Popul., São Paulo, v.27, n.1, p.233-235, jan-jun, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva* São Paulo: Vértice, 1990.

PERLINI, N. M. O. G.; LEITE, M. T.; FURINI, A. C. **Em busca de uma instituição para a pessoa idosa morar: motivos apontados por familiares.** Rev Esc Enferm USP, 41 (2): 229- 236, 2007. www.ee.usp.br/reeusp/

METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS MÉTODOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Dilma dos Santos

UNEB

madsantos3@gmail.com

Ana Cristina de Mendonça Santos

UNEB

acmendonca@uneb.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre o uso das Metodologias Ativas na mediação dos processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil, pois estas, quando bem utilizadas pelos professores, ajudam na promoção da autonomia e criticidade das crianças. Buscou refletir sobre o processo das práticas pedagógicas mais utilizadas na educação infantil, tendo como objetivo geral: *investigar as contribuições das metodologias ativas para os processos de ensino e de aprendizagem da educação infantil*. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, buscou-se trabalhos científicos realizados por diversos autores citados no trabalho, como: Borges e Alencar (2012), Berbel (2011), Brasil (1998), Bastos (2006), Pereira (2012), Sobral e Campos (2012), Masseto (2010) e Bowel e Eison (1991) entre outros como: Berbel (2008); Gallagher (1997), Resnick e Klopfer (1989), Krapp (2012), Bergmann e Sams (2018) e Barseghian (2011). Este estudo se justifica pela importância de buscar conhecer e encontrar estratégias que possibilitem ao professor uma práxis reflexiva e que esta seja um meio de estímulo ao desenvolvimento crítico-reflexivo dos estudantes. Como resultados, os autores investigados defendem que o ensino pode ser potencializado e aprimorado com o uso das Metodologias Ativas, sendo que tais metodologias proporcionam o desenvolvimento de habilidades tais como: maior autonomia, o exercício da criticidade e o envolvimento dos alunos através dos diferentes tipos de Metodologias Ativas, como: aprendizagem baseada em problema; aprendizagem por Projetos; a gamificação, e a sala de aula invertida.

Palavras-chave: metodologias ativas; educação infantil; mediação pedagógica; práxis reflexiva.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a educação institucionalizada das crianças menores de seis (6) anos vem passando por processos de reestruturações e adequações. A busca incessante por métodos de ensino que demonstrem serem mais eficazes em relação à aprendizagem na educação infantil desafia o docente a procurar novas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
metodologias para atender as exigências do contexto educacional no qual está inserido.

Para tanto, faz-se necessário adequar novas posturas, novas estratégias e práticas pedagógicas que levam o discente a ser o maior responsável pelo seu processo de aprendizagem, deixando de ser apenas um mero receptor que ouve o professor, para assumir sua autonomia. Torna-se fundamental inserir atividades criativas, elaboradas para que as crianças se envolvam de forma ativa e participativa, para que haja uma maior interação em sala de aula.

Os estudos sobre os benefícios da escolha adequada das práticas pedagógicas através das Metodologias Ativas desenvolvida na aula de educação infantil são uma crescente na área da linguística aplicada, o fato de se conceber a importância e o papel protagonista do aprendiz a fim de desenvolver competências múltiplas vem sendo apontado como um dos principais fatores para o êxito na aprendizagem.

As discussões sobre a aprendizagem centrada no aluno e as mudanças que devem ocorrer na forma dos professores ensinar vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos não apenas no ensino de educação infantil, mas, em todas as áreas, já que, dentre estas discussões está o fato de que o professor pode ajudar o aluno a ser mais autônomo, estimulando nestes estudantes o desejo e curiosidade para aprender, além do estímulo ao desenvolvimento da criticidade, e é neste contexto que surgem as Metodologias Ativas como mais um instrumento de auxílio ao trabalho do professor.

Dessa maneira, o problema proposto para esse estudo foi: **como as Metodologias Ativas podem de fato contribuir para o aprendizado das crianças?** E tem como objetivo geral: investigar as contribuições das Metodologias Ativas para os processos de ensino e de aprendizagem da educação infantil. Apresentando-se como objetivos específicos: conceituar metodologias ativas; identificar os principais tipos de metodologias ativas adequadas para o uso em aula de educação infantil e discutir como essas metodologias podem contribuir na formação autônoma e crítica dessas crianças,

O presente trabalho foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica documental, descritiva de caráter qualitativo, e está organizado em quatro seções:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
introdução; capítulo teórico; metodologia. Resultados e por fim, as considerações
finais.

REDE DE CONCEITOS DE METODOLOGIAS ATIVAS

Essa seção apresenta a definição das Metodologias Ativas, pensadas pelos teóricos investigados, e suas possibilidades de emprego na prática educativa. Na perspectiva de Borges e Alencar (2012) podemos entender Metodologias Ativas (MA) como formas de desenvolver o processo do aprender que os professores utilizam no âmbito escolar ou acadêmico, na busca de conduzir a formação crítica de seus alunos. A utilização dessas metodologias pode favorecer a autonomia do educando, despertando a curiosidade, estimulando tomadas de decisões individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante.

De acordo Berbel (2011), as Metodologias Ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, que ainda não foram considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Quando consideradas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, dentre outras.

Nessa perspectiva, as Metodologias Ativas se apresentam como um modelo de ensino no qual o aluno é participante ativo de sua própria aprendizagem, por meio das relações sociais e do ensino em um viés crítico e reflexivo. Assim, como vemos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a autonomia moral e intelectual é uma capacidade a ser desenvolvida pelos alunos, e seu desenvolvimento se dá em função de uma prática educativa exercida coerentemente com essa finalidade. O desenvolvimento da autonomia como princípio educativo considera a atuação do aluno, valoriza suas experiências prévias, buscando essencialmente a passagem progressiva de situações em que é dirigido por outras pessoas a situações dirigidas pelo próprio aluno. (Brasil, 1998, p. 89)

Perante esta reflexão, é possível inferir que o aluno é o protagonista de sua própria aprendizagem e está no centro assumindo uma postura ativa. Essa posição possibilita ao aluno a reflexão, o posicionamento de forma crítica, bem como a tomada de decisão, tanto individual quanto coletiva, preparando-o para o exercício

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de cidadania e para profissão futura. Ratificando esta premissa Berbel (2011) afirma que:

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercer a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro. (Berbel, 2011, p. 29).

Neste mote, fomenta no discente a auto iniciativa, o exercício da responsabilidade, do compromisso, da reflexão, da criticidade e das resoluções de problemas conduzindo-o a novos conhecimentos. Nesse contexto, o estudante ocupa o centro das ações educativas e a aprendizagem é construída pelos meios afetivos e intelectuais. Para Bastos (2006), o conceito de metodologias ativas se define como um “processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema.” (Bastos, 2006, p. 10). Segundo o autor, o professor deve atuar como um facilitador para que o aluno faça pesquisa, reflita e decida por ele mesmo o que fazer para alcançar os objetivos.

Pereira (2012) complementa definindo por Metodologia Ativa todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante. Contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula. De acordo com Sobral e Campos (2012), as Metodologias Ativas, são concepções educativas que estimulam processos de ensino-aprendizagem críticos e reflexivos, nos quais o educando participa e se compromete com seu aprendizado. Os métodos propõem a elaboração de situações de ensino que promovam uma aproximação crítica do aluno com a realidade; a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafios; a disponibilização de recursos para pesquisar problemas e soluções; a identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas à situação e a aplicação dessas soluções.

Fortalecendo este debate para Masetto (2010), Metodologias Ativas são situações de aprendizagem planejadas pelo professor em parceria com os alunos que provocam e incentivam a participação, postura ativa e crítica frente à aprendizagem. Pressupõe maior e mais efetiva interação entre alunos e professores,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO onde ocorre troca de ideias e experiências de ambos os lados e em alguns casos o professor se coloca na posição do aluno, aprendendo com ele.

Segundo Bowel e Eison (1991) supõe-se que todo o aluno que estiver ouvindo uma aula já estaria envolvido com a aula e com um “método ativo”. No entanto, para que as Metodologias Ativas realmente provoquem nos estudantes a reação esperada, os alunos devem ir muito além do que só ouvir passivamente as aulas. Neste processo, tanto discente quanto professor devem participar dos processos de ensino e de aprendizagem, fazendo críticas e refletindo sobre o tema abordado em aula, aproximando a crítica da realidade.

Todos os autores estudados afirmam que a utilização das Metodologias Ativas na sala de aula é vital, pois causa um poderoso impacto quanto a aprendizagem do aluno. Isso porque ela tende a envolver o aluno ativamente, por meio de atividades de instrução, as quais fazem com que o aluno pense sobre o que está fazendo, a intenção dessa metodologia é fazer com que os alunos se engajem em tarefas de pensamento de ordem superior como análise, síntese e avaliação. Neste processo os estudantes devem também ler, escrever, discutir e se envolverem na resolução de problemas, se tornando responsável pelo seu aprendizado, deixando de ser uma figura passiva no processo pedagógico tradicional, em que ouve, observa e reproduz as informações transmitidas pelo docente.

Sobretudo para as crianças da educação Infantil, o aprendizado só será significativo se houver a sua interação com aquilo que está sendo explorado, ou seja, não adianta estudar sobre algo que a criança nunca viu ou ouviu falar, sem que ela veja, experimente ou sinta relações com a sua vida. Conforme Dewey “a educação precisa formar cidadãos competentes e criativos, capazes de direcionar a sua própria liberdade. Tendo como proposta principal, a aprendizagem pela ação ou aprender fazendo.”

As semelhanças marcantes, de acordo os autores, sobre Metodologias Ativas abordam o estudante como agente e construtor do seu próprio conhecimento: tornando-se um aluno ativo e participativo em suas atividades e com o controle de seu aprendizado e tem como consequência o desenvolvimento de sua autonomia e assumindo uma postura crítica e co-participativa durante o processo de ensino. Outra semelhança é o papel assumido pelo professor como mediador, facilitador, orientador e não mais de fonte de informação e transmissor delas. A seguir

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO abordaremos os principais exemplos de metodologias ativas encontrados na pesquisa.

PRINCIPAIS EXEMPLOS DE METODOLOGIAS ATIVAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

No estudo realizado encontramos alguns exemplos de metodologias mais utilizados:

Aprendizagem baseada em problema(PBL)

O objetivo desta estratégia de ensino é fazer com que os alunos aprendam através da resolução colaborativa de desafios, pois ao explorar soluções dentro de um contexto de aprendizagem específico, essa metodologia incentiva a habilidade de investigar, criar e refletir.

Segundo Berbel (1998), as Metodologias Ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o aluno, pois diante do problema, ele, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. A problematização pode levá-lo ao contato com as informações e à produção do conhecimento, principalmente, com a finalidade de solucionar os impasses e promover o seu próprio desenvolvimento. Ao perceber que a nova aprendizagem é um instrumento necessário e significativo para ampliar suas possibilidades e caminhos, o aluno em questão poderá exercitar a liberdade e a autonomia na realização de escolhas e na tomada de decisões.

Já Gallagher (1997) e Resnick e Klopfer (1989) afirmam que em geral, o PBL é um método eficaz para habilidades de resolução de problemas dos alunos. No qual os alunos farão fortes ligações entre conceitos, quando aprendem fatos e habilidades, trabalhando ativamente com informações em vez de receber informações passivamente. Nessa perspectiva, é possível entender que a Aprendizagem Baseada em Problemas renuncia ao conhecimento já elaborado para aprender a pensar e raciocinar sobre ele e com ele formular soluções para os problemas de estudo.

Na Educação Infantil a resolução de problemas, deve ser constante na vida da criança. O educador precisa elaborar problemas simples e objetivos evitando

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
pistas falsas ou que a atenção mude de foco. Deverá manter uma linguagem popular e próxima da realidade da criança. A cada desafio vencido garantir para o próximo um grau de complexidade. E um dos principais, ser motivador, despertar o interesse da criança, elaborar um bom problema e valorizar o conhecimento prévio do estudante. O educador deve ter claro para si mesmo quais os objetivos que deseja alcançar com a sua criança.

Aprendizagem por projetos

A metodologia de aprendizagem por projetos é baseada em propostas em que os estudantes são estimulados a desenvolver as suas competências, o seu pensamento crítico, o seu protagonismo e suas habilidades, tudo isso integrando diferentes conteúdos.

Aprender através de um projeto é diferente de realizar um projeto. O ponto de partida para trabalhar com esse modelo é o interesse dos alunos, já que os mesmos, por meio de experiências, precisam desenvolver competências necessárias para que sejam capazes de criar um projeto demandado pelo professor. Sendo assim, ele se torna um recurso de aprendizagem, com o objetivo de adquirir conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para ser concluído com êxito.

Segundo Dewey (1859-1952), “O aprendizado se dá quando compartilhamos experiências, e isso só é possível num ambiente democrático, onde não haja barreiras ao intercâmbio de pensamento”. O professor deve planejar o projeto com foco em qual tipo de experiência que ele deseja proporcionar aos seus alunos, ao mesmo tempo, deve guiá-los durante um intenso processo de pesquisa, mediar os conflitos e impasses dentro da turma, sugerir caminhos e estar constantemente questionando as tomadas de decisões dos alunos.

Esta metodologia é uma das mais conhecidas na educação infantil, ela pode ser realizada como projeto de ensino, onde a escola ou professor lança o tema, procurando atender a uma necessidade a ser trabalhada com os alunos. Ou o projeto de aprendizagem, onde a turma define por interesse.

Gamificação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O termo gamificação se refere a utilização de jogos com a intenção de melhorar o compromisso e a motivação dos estudantes no processo de aprendizagem, este conceito nasceu junto ao setor empresarial, porém, na contemporaneidade está inserido em temas educacionais. Dentre as estratégias para a promoção da aprendizagem está o reconhecimento das conquistas através de pontos, sinais, quadros de líderes e acompanhamento de progresso.

De acordo com Krapp (2012, p.10): “Gamificação é o uso da mecânica, estética e pensamento dos jogos para envolver as pessoas, motivar a ação, promover a aprendizagem e resolver problemas”.

Com presença cada vez maior de tecnologias e mídias digitais a utilização dos jogos e as aulas roteirizadas com a linguagem de gamificação, estão cada vez mais, presentes na escola e são estratégias importantes de encantamento e motivação para uma aprendizagem mais rápida e próxima da vida real.

O uso de jogos permite criar situações de experiências práticas para desenvolver habilidades de inteligência emocional e social. É importante ressaltar que o jogo é uma atividade intrinsecamente motivadora, na qual existe o compromisso com o trabalho, com a equipe e com a aprendizagem em si, é um elemento lúdico importante para a promoção do desenvolvimento do aluno, não é jogar por jogar, há um sentido, um objetivo a ser alcançado através do jogo proposto pelo professor.

A Gamificação na educação infantil também é um dos métodos mais utilizados. Como nos demais anos da educação básica, os educadores utilizam de jogos para desenvolver habilidades e competências em determinadas áreas do conhecimento. No entanto, é preciso alguns fatores para que esta ferramenta tenha significado para o estudante, para que realmente o conhecimento seja efetivo. A criança pequena se apropria dos conteúdos programáticos na sua totalidade através da vivência, e o jogo desde que bem explorado, com regras claras, com um olhar crítico do educador, aliado sempre a sua intencionalidade, reiterando-o em diversas situações o aprendizado será mais significativo.

Assim, cabe enfatizar a potencialidade o jogo para promover uma aprendizagem mais significativa, visto que a motivação interna, o protagonismo e a diversão são essenciais para participação qualitativa. Entretanto, é pertinente alertar que a gamificação é apenas mais uma estratégia que, se bem elaborada e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO articulada com o contexto da escola e com o perfil dos alunos, tende a ser bastante exitosa.

Sala de aula invertida

Na sala de aula invertida, como indica o próprio nome, é uma proposta de inversão das aulas tradicionais, o tempo de aula é aproveitado para debate, exercícios práticos, resolução de dúvidas, interação com os colegas, porque o conteúdo é passado para o aluno anteriormente, diminuindo assim, a quantidade de aulas teóricas e expositivas. Ela envolve a descoberta e experimentação em casa e, em seguida, os alunos podem levantar mais hipóteses e buscar mais informações na sala de aula ou vice-versa.

De acordo os autores, Bergmann e Sams (2018) "... a inversão da sala de aula estabelece um referencial que oferece aos alunos uma educação personalizada, ajustada sob medida às suas necessidades individuais".

Nesta metodologia o aluno lê e se apropria dos conteúdos em sua casa, anota suas dúvidas, para quando chegar à escola, o tempo com o professor será destinado para sanar as dúvidas que surgiram durante a leitura e estudo previamente feito, como também realizar trabalhos e atividades correspondentes ao assunto estudado anteriormente, assim o tempo é bastante otimizado e exige que o aluno também se prepare com antecedência.

Como afirma Barseghian (2011), a proposta de sala de aula invertida trata da utilização da tecnologia no aprimoramento e no processo de aprendizagem, de maneira que o tempo na sala de aula seja mais bem aproveitado. Para isso, o professor prepara os materiais didáticos da aula e disponibiliza-os antes da aula, por meio de ferramentas tecnológicas, incentivando que os alunos façam a leitura.

A sala invertida busca antecipar informações aos estudantes antes de serem trabalhadas em sala de aula com o professor, sendo uma forma de fazer o estudante apropriar-se antecipadamente dos conteúdos, permitindo que o espaço da sala de aula seja de debate e discussões, acerca de dúvidas e questionamentos sobre conteúdos já lidos e estudados pelo aluno. Nesse tipo de metodologia o aluno é motivado a ser protagonista do seu próprio aprendizado, tendo o professor como facilitador e orientador na produção de seu conhecimento.

Assim, o professor deixa de ser o detentor e reproduzidor do conhecimento para ser criador de ambientes de aprendizagem e facilitador do processo pelo qual o aluno adquire conhecimento. Ele também passa a ter o papel de instigar o lado pesquisador do aluno, mostrando como buscar fontes confiáveis para a realização de seus estudos.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Esta pesquisa foi feita a partir de uma proposta de pesquisa bibliográfica documental e de caráter qualitativo, tratou sobre metodologias no processo de ensino da educação infantil, porém é também classificada como descritiva, pois, se propôs a constatar, verificar e expor as diferentes Metodologias Ativas que podem ser utilizadas no ensino de crianças pequenas, e visou identificar as estratégias de aprendizagem presentes nestas metodologias.

A pesquisa bibliográfica sistemática no desenvolvimento das ciências e da análise de fenômenos exerce um papel muito importante, já que esta normalmente é o primeiro passo que permite o pesquisador confirmar as suas motivações de pesquisa. Conhecer o panorama sobre o tema pesquisado deve ser o ponto de partida para que o pesquisador siga seus próprios caminhos.

Como afirma Lakatos: “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (1993, p.183). Já a abordagem qualitativa se traduz por aquilo que não pode ser mensurável, levando em consideração a subjetividade e a particularidade dos sujeitos.

Foram feitas análises e reflexões a partir de estudos realizados por outros teóricos e para, este recorte, a pesquisa bibliográfica requer algumas etapas para construção de sentidos; observação; indagação; interpretação; reflexão e análise dos dados encontrados. Assim, para a realização do estudo foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tema através da busca na base de dados do Google Acadêmico, colocando como critério de seleção do estudo a palavra “Metodologias ativas”. Foi encontrado 242 mil artigos dentro deste primeiro filtro; a seguir utilizamos o filtro “metodologias ativas na educação infantil” e encontramos 1 artigo; e por fim aplicou-se critério de alguns artigos científicos e autores indexados

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO na internet, dos últimos anos, publicados em língua portuguesa, limitando o percentual de 4 artigos, 2 monografias, 1 revista e um livro estudados nesta pesquisa. O critério de escolha dos mesmos foram feitas aleatoriamente a partir das leituras dos resumos, e assim selecionados de acordo com a temática da pesquisa.

Após a leitura dos títulos selecionados, refletimos sobre os conceitos; classificação das metodologias ativas e contribuições destas para a prática educativa da educação infantil nas perspectivas dos diferentes autores ali encontrados. Para análise dos dados optamos pela descrição e organização de tabelas comparativas apresentado as análises e conceitos dos diferentes autores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada revelou que todos os autores estudados consideram que a metodologias ativas como importante alternativa metodologia para a mediação do processo de ensino e aprendizagem.

Quando estudamos as propostas existentes nas Metodologias Ativas percebemos o quanto estas influenciam de forma positiva nos processos de ensino e de aprendizagem ao favorecer a participação, a motivação, a concentração e atenção, estimulando nos alunos a curiosidade, autoconfiança e autonomia, pois, proporciona ao aluno condições e liberdade de expressar-se enquanto sujeito ativo dentro do seu processo de aprendizagem.

Os tipos de metodologias ativas mais utilizadas segundo os autores são: aprendizagem baseada em problema; aprendizagem por Projetos; a gamificação, e a sala de aula invertida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a importância das Metodologias Ativas e a inserção das estratégias de ensino como prática pedagógica do professor de educação infantil nos processos de ensino e de aprendizagem nos mostrou como uma concepção educacional que coloca os estudantes como principais agentes de seu aprendizado é importante, pois percebe-se, que através dela, o estímulo à crítica e à reflexão, incentivadas pelo professor que conduz a aula, propicia ao aluno um aprendizado de uma forma mais participativa. Também nos faz perceber que a mediação pelo uso

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de metodologias ativas, proporciona o aprender a aprender, centrando-se nos princípios de uma pedagogia crítica, reflexiva e interativa.

Os objetivos propostos na introdução deste trabalho, como definir e classificar os principais tipos de Metodologias Ativas adequadas para o uso em aulas de educação infantil, foram alcançados e apresentados neste texto, porém, por se tratar de um tema relevante tanto para professores em formação quanto para aqueles que já estão exercendo sua profissão, certamente este tema não se esgota aqui nesta investigação podendo ser mais aprofundada em pesquisas futuras, assim, nosso desejo é que esse documento inspire outras análises.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Rita S. **Emoção na sala de aula**. São Paulo: Papyrus, 1999.
- BASTOS, Celso C. da. Metodologias ativas. **Blog educação e medicina**. 24 fev. 2006.
Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com/2006/02/metodologias-ativas.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BERBEL, Neusi A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan. /jun. 2011.
- BONWELL, Charles. C; EISON, James. A. **Aprendizagem ativa: criando entusiasmo na sala de aula**. 1. ed. Washington: The George Washington University, Escola de Educação e Desenvolvimento Humano, 1991.
- BORGEYJ7S, Tiago S; ALENCAR, Gidélia. Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**, ano 3, n. 4, p. 119-143, jul./ago. 2014.
- CUNHA, Andréia et al. Inovações na prática pedagógica: formação continuada de professores para competências de ensino no século XXI. Edição Especial – **Metodologias Ativa**, São Paulo, 2018.
Disponível em: https://www.cresceremrede.org.br/Guia_metodologias_ativas.pdf. Acesso em 28 de abrr. 2023.
- FERRAZ, Ana Paula C. M. do; BELHOT, Renato V. **Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais**. *Gestão & Produção*, v. 17, n. 2, p., 2010.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/gp/a/bRkFgcJqbGCDp3HjQqFdqBm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

GALLAGHER, S. A. Aprendizagem baseada em problemas: de onde veio, o que faz fazer, e para onde vai? **Revista da Educação dos Superdotados**, v. 20, n. 4, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. de. **Metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MASETTO, Marcos. **Metodologias ativas e o processo de aprendizagem na perspectiva da inovação**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL PBL, 2010, São Paulo. Anais. São Paulo, 2010.

_____. Metodologia da problematização e sua contribuição para o plano da práxis. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 7, p. 7-17, nov. 1996.

MASETTO, Marcos T; ABREU, Maria Celia. **O professor universitário em aula: práticas e princípios teóricos**. 5. ed. São Paulo: MG Ed. Associados, 1985.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 10 v.

MORAN, José. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE. Disponível em: fce.edu.br/tabuleirodonorte/campus_tabuleiro/coordenacao-de-pesquisa-e-extensao/grupos-de-pesquisa/metodologias-ativas-e-ensino-de-linguas-matel/sugestoes-de-leitura/metodologias-ativas-para-uma-aprendizagem-mais-profunda-jose-moran.pdf/view. Acesso em 05 de jun. 2023.

PEREIRA, Rodrigo. **Método Ativo: Técnicas de Problematização da Realidade aplicada à Educação Básica e ao Ensino Superior**. In: VI Colóquio internacional. Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, SE. 20a 22setembro de 2012.

RESNICK, L. B.; KLOPFER, L. E. **Rumo ao currículo de pensamento: pesquisas cognitivas atuais**. **Alexandria**: Association for Supervision and Curriculum Development, 1989.

SOBRAL, Fernanda. R.; CAMPOS, Claudinei José G. **Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa**. Ver. Esc. Enferm. USP, v. 46, n. 1, p. 208-218, 2012.

SILVA, Marcos. Indicadores de interatividade para o professor presencial e on-line. **Revista Diálogo**. 2004.

**LETRAMENTOS E VIVÊNCIAS ACADÊMICAS CONSTITUIDAS NA UATI:
EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS COM OS IDOSOS NA UNEB, CAMPUS XI-
SERRINHA**

Marlon do Santos Barros
Discente do curso de Pedagogia
UNEB, CAMPUS XI
Monitor UATI
marlonbarros768@gmail.com
Valdemiro Lopes Marinho
Docente da UNEB, CAMPUS XI
Colaborador UATI, CAMPUS XI
miromarinho60@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência vivenciado no projeto de extensão intitulado: Meio Ambiente: experimentando a qualidade de vida na terceira idade, do Programa da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI). O objetivo deste é promover palestras, encontros, intercâmbios com outros centros de convivência e visitas a diversos ambientes; bem como proporcionar aos idosos participantes da UATI uma melhor qualidade de vida, desenvolver no idoso as suas habilidades, a partir dos recursos do meio ambiente, descrever ações realizadas no programa e suas repercussões na formação acadêmica dos autores, durante o período da oficina, além de delinear as contribuições da UATI na vida de seus integrantes. Amparou-se na metodologia qualitativa. As atividades pedagógicas desenvolvidas no programa da UATI da UNEB Campus XI, permitem um diálogo significativo e contribuições de autores na temática abordada. Nesta perspectiva, foi possível identificar como a metodologia e a afetividade adotada no desenvolvimento das ações, possuem influências positivas nos aspectos biopsicossociais dos sujeitos. O momento de atuação no programa possibilitou a experiência e ampliação do conhecimento, diante do ensino e aprendizagem na perspectiva de aperfeiçoamento das práticas interventivas, estabelecendo o contato direto com a realidade e suas demandas.

Palavras-chave: letramento; terceira idade; ações pedagógicas; qualidade de vida; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Este estudo consiste em um relato de experiência de caráter descritivo, apresentando aspectos vivenciados em um projeto de extensão, durante o período de atuação como monitor deste.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
O programa Universidade Aberta À Terceira Idade (UATI), através da oficina:

Meio Ambiente: experimentando a qualidade de vida na terceira idade, oriundo da Universidade do Estado da Bahia Campus XI, tendo como público alvo pessoas acima de 60 anos do município de Serrinha - BA, que já permeiam pelo processo de envelhecimento e sofrem com os declínios decorrentes do mesmo. De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2017 o número de idosos no Brasil cresceu 18% e em 5 anos ultrapassou os 30 milhões, esse crescimento ocorreu em todos os estados da federação. De acordo com Maria Lúcia Vieira, gerente de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), essa tendência de aumento da população idosa não está ocorrendo apenas no Brasil, mas em todo mundo.

Nesse contexto, emerge a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), considerada, desde a sua concepção, um programa de educação continuada com ênfase na troca de saberes; de extensão universitária e não formal, visando articular a instituição com essa importante parcela da população – o que justifica a realização do referido trabalho.

Em Serrinha, a UATI, objeto de estudo deste trabalho, pertencente ao Núcleo da Universidade Aberta à Terceira Idade (NUATI), vinculada a Pró-Reitora de Extensão (PROEX), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), possui a missão de atuar junto aos idosos do município promovendo diversas atividades. Discutir sobre a população idosa nos remete a lembrar sobre o processo de envelhecimento, em que o corpo físico, psicológico e motor sofre alterações como a perda de memória e começa a diminuir o ritmo e suas habilidades, não respondendo mais satisfatoriamente aos comandos emitidos pelo cérebro com o mesmo potencial de quando era jovem, dentre outros aspectos. Neste sentido, pensar e planejar atividades que favoreçam um processo de envelhecimento com melhor qualidade de vida, tem se constituído em planos de ações estratégicas de políticas públicas.

É perceptível o crescimento, tanto nos grandes centros como em pequenos municípios, na demanda dessa população por atividades que favoreçam seu bem-estar físico, mental e social, visando uma melhor qualidade de vida durante o envelhecimento e, conseqüentemente, maior expectativa de vida. Uma das recomendações da OMS é que se faça urgente a integração dos idosos, cada vez mais, à vida moderna, com atividades que lhes favoreçam melhor bem estar.

Nessa perspectiva as atividades na oficina de Meio Ambiente: experimentando a qualidade de vida na terceira idade, foram pensadas e elaboradas de modo que, exercite o físico, a mente e as capacidades psicomotoras de maneira sociocultural, contribuindo na autonomia, autoestima, bem estar e qualidade de vida dos sujeitos munícipes. Todavia, ações com esta vertente não são condizentes com o número de indivíduos desta faixa etária do município. Sendo perceptíveis lacunas em políticas públicas, designadas para o desenvolvimento de programas sociais, que promovam a inserção e permanência de uma totalidade de pessoas na terceira idade. Benedetti, Gonçalves e Mota (2007) ponderam em sua pesquisa, que há uma crescente implantação de programas em atividades físicas para idosos, contudo, a iniciativa e desenvolvimento destes acontecem quase sempre pelas universidades.

Os estudos de Dátilo e Tavares (2012); Dátilo e Marin (2015) ratificam tal apontamento, ao expressarem que a ampliação das Universidades da Terceira Idade no Brasil são marcadores fortes do crescimento e visibilidade da velhice no panorama nacional, influenciando positivamente em toda a conjuntura que envolve o processo de envelhecimento.

BASE TEÓRICA

Nota-se no cenário nacional um crescimento populacional deste público. Diante disso, há a necessidade de atender as demandas existentes no processo de envelhecimento, instituindo também a universalização do processo de ensino e aprendizagem entre distintas gerações. Partindo deste pressuposto, Dátilo e Marin (2015) avaliam a ampliação das atividades desenvolvidas nas Universidades Abertas À Terceira Idade, sinalizando que esta permite ao idoso a aquisição de novos conhecimentos e a uma permuta constante de experiências entre os membros do grupo e a comunidade acadêmica.

O processo de envelhecimento acontece para todo indivíduo no seu tempo e diante da especificidade de cada um, entretanto, um dos fatores determinantes e inerentes ao envelhecimento são o estilo e a qualidade de vida desse sujeito. Segundo Schneider e Irigarayo (2008), o envelhecimento deve ser compreendido através da influência de múltiplos fatores, como gênero, classe social, cultura, padrões de saúde individual e coletiva na sociedade, entre outros, que pode

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estabelecer diferentes aspectos em cada indivíduo. Corroborando com este indício Civinski, Montibeller e Braz (2011, p.166 e 167) relatam que: “o processo de envelhecimento varia bastante entre as pessoas e é influenciado pelo estilo de vida e por fatores genéticos do indivíduo”.

Vai manter essa afirmação?

Neste sentido, a UATI tem desenvolvido ações educativas de caráter permanente, com o propósito de estimular e garantir a reflexão sobre as diversas concepções de velhice no cenário da contemporaneidade, sob a ótica da Pedagogia Social, como preconiza Caliman (2010), enquanto “[...] uma ciência sensível à dimensão da sociabilidade humana, ou seja, que se ocupa particularmente da educação social de indivíduos historicamente situados” (p. 343).

Diante das inúmeras possibilidades de práticas corporais e mentais a serem ofertadas para a terceira idade, a oficina: Meio Ambiente: experimentando a qualidade de vida na terceira idade, desenvolvida pelos autores, optou por desenvolver atividades intelectuais, físicas, ambientais, culturais etc, de maneira que o espaço harmônico e com fortes laços afetivos, tornam-se um chamado para uma nova vida, uma vida de inúmeras possibilidades, longe da solidão e da tristeza.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O presente estudo utiliza-se de uma metodologia qualitativa, com caráter descritivo, originado de um relato de experiência vivenciado pelos autores, durante o período de atuação no programa da UATI. Na pesquisa qualitativa, Alves (2007, p. 58), define que: “o pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão”.

No que tange ao relato de experiência, Cavalcante e Lima (2012, p.96) enfatizam que:

O relato de experiência é uma ferramenta de pesquisa descritiva que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica.

Trata-se de um olhar qualitativo, que aborda a problemática delineada a partir de métodos descritivos e observacionais, descrevendo aspectos mais profundos (Lakatos e Marconi, 2011). O letramento foi uma das ferramentas utilizada, para

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dialogar com a temática acerca da terceira idade (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos). O programa agrega à essa faixa-etária, porém com aspectos inerentes ao processo de envelhecimento, proporcionando a ampliação do conhecimento fundamentado.

Nesse sentido, considerando a realidade brasileira, podemos afirmar que os idosos que participam da Universidade Aberta À Terceira Idade na região do Sisal – UATI, UNEB, fazem parte da parcela de idosos brasileiros, contemplados com programas de políticas públicas voltadas especificamente para a população idosa. Felizmente, como uma experiência muito exitosa, observadas a satisfação e felicidade presente entre os idosos que participam do programa, melhorando, consideravelmente, sua qualidade de vida.

O desenvolvimento das atividades possibilita ao idoso a aquisição de novos conhecimentos e a troca de experiências entre os participantes e a comunidade acadêmica. A UATI na região sisaleira, iniciou suas atividades no ano de 2008 e oferece atividades como palestras, oficinas, encontros, viagens, passeios, intercâmbios com profissionais da UNEB e de outras instituições. Os temas são variados sugeridos pela equipe em parceria com a coordenação. São diversas atividades a exemplo de: dança, jogo da memória, literatura, arte plástica, aula de atividades físicas, direitos dos idosos, da família, contação de história, seguidos de debates sobre o meio ambiente e sua importância na qualidade de vida das pessoas, de modo que, pelo menos, três dias da semana, sejam oferecidas atividades para que os idosos participem de acordo com sua disponibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma das propostas da oficina de Meio ambiente é promover a interação ambiental e social do público alvo através de práticas corporais, recreação, palestras, confraternização e diálogo entre os participantes, de modo que ocorra a satisfação pessoal e a construção social durante o envelhecimento. Tendo consonância com Carrié e Simões (2007, p.82), pois afirmam que: “uma das maneiras de intervir positivamente no processo de envelhecimento é o envolvimento em atividades físicas, culturais, sociais, entre outras”.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

De modo a desenvolver atividades e atitudes que promovam o empoderamento das pessoas idosas, fornecendo conhecimentos e informações que contribuam para posicioná-las criticamente nos campos sociais, políticos e econômicos, com o propósito de valorização da velhice como uma etapa de plenitude.

No que tange aos resultados obtidos, referentes aos dados sociodemográficos, mais de 98% do público é do sexo feminino e 2%, masculino. A maioria mora com a família; Quanto ao tempo de frequência à UATI, algumas estão desde o início da sua implantação. Os dados mostram a predominância do sexo feminino e confirmam o que foi dito por Dátilo e Tavares (2012), Ordóñez e Cachione (2011), Cótica (2011) e Cavalcante et al. (2010): a presença feminina nas Universidades da Terceira Idade é marcante. Apesar da UATI não conseguir abranger toda a população acima dos 60 anos, o município pode idealizar outras ações tendo como parâmetro o que ocorre na UNEB.

O planejamento e estrutura das aulas ocorrerem de maneira linear, a finalidade é captar elementos ou fatores que influenciam na vida do participante, e desse modo, prescrever os exercícios e práticas mais adequadas. Andreotti e Okuma (1999) ressaltam que, os programas de Educação Física, principalmente, destinados para idosos, devem ter como princípio as avaliações, pois, estas permitem fazer um diagnóstico mais preciso das capacidades dos indivíduos. Diante das atividades realizadas, foi possível identificar alguns benefícios da prática na capacidade funcional e na prevenção durante o processo de envelhecimento, segundo os dados obtidos. Análogos a esta evidência, Vieira, Aprile e Paulino (2014), manifestam que, a prática regular de exercícios físicos ocasiona inúmeros benefícios à saúde, em todas as suas dimensões, pelo maior controle das comorbidades e das quedas que acontecem comumente na população idosa.

A sociabilidade também aumentou nas atividades em dupla ou grupo, pois o contato com o outro promove a confiança no meio em que vive, dessa forma, auxilia no desenvolvimento e ludicidade da aula. A afetividade com a turma foi de fundamental importância para que eles se sentissem acolhidos.

Há participação nas atividades desenvolvidas, revelam a busca por uma experiência que proporcione momentos de aprendizagem, lazer e confraternização, a medida em que eles relatam suas experiências dentro e fora da UATI, fica evidente o quanto esse programa tem contribuído nas suas vidas. Pessoas que outrora se

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diziam tristes, solitárias, hoje dizem encontrar na UATI, uma motivação para seguirem em frente. Isso demonstra que o próprio idoso, ao se conscientizar de seu espaço na sociedade, terá de si mesmo uma visão mais otimista, considerando-se produtivo, útil, capaz de ações significativas para a sociedade na qual está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a monitoria foi possível verificar como a metodologia e a afetividade adotada no desenvolvimento das atividades, influenciaram nos resultados e no modo como essas atividades são vivenciadas pelos integrantes da oficina, sendo estes significativos para que a inserção e permanência dos idosos ocorressem. A atuação dos autores na oficina possibilitou a experiência e ampliação do conhecimento, diante do ensino e aprendizagem, demonstrando a potencialidade dessa população que está crescendo consideravelmente, perante a consonância entre as exigências advindas das modificações no aspecto populacional e sua qualidade de vida.

A relevância dos projetos de extensão é proeminente para o estudante, pois, essa articulação com o campo profissional, oportunizará ao acadêmico conhecê-lo com o olhar de pesquisador, analisando e descobrindo as suas especificidades e propondo soluções para os possíveis desafios, em uma construção contínua e recíproca de novos saberes. A partir da temática discutida, sugere-se que sejam cometidos outros estudos acerca da influência de grupos ativos direcionados para a terceira idade e sua corporeidade, almejando a implantação de mais programas na UNEB e em outros locais de Serrinha e região com o intuito de atender mais pessoas da terceira idade. Importa, então, considerar a relevância da criação de políticas públicas destinadas à implantação de iniciativas que, como as Universidades Abertas à Terceira Idade, atuem elevando a qualidade de vida dos idosos, por favorecer a convivência social e a aprendizagem contínua, ajudando a alavancar a autoestima, a inclusão e o estabelecimento de novos objetivos de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias**: um estudo passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

CAVALCANTE B.L.L.; LIMA U.T.S. **Relato de experiência de uma estudante de Enfermagem em um consultório especializado em tratamento de feridas.**

Journal of Nursing Health. Pelotas (RS) 2012 jan/jun;1(2):94-103.

CÓTICA, C. S. **Percepção de envelhecimento e finitude no final da vida Adulta tardia.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 201213, ago. 2011.

DÁTILO, G. M. P. D. A.; MARIN, M. J. S. **O envelhecimento na percepção de Idosos que frequentam uma universidade aberta da terceira idade. Estudo Interdisciplinar Envelhecer.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 597-609, 2015.

DÁTILO, G. M. P. de A.; TAVARES, F. da C. **Percepção da importância da Participação de idosos em uma Universidade Aberta da Terceira Idade.** Revista Equilíbrio Corporal e Saúde. V. 4, n. 1, p. 28-41, 2012.

DÁTILO, G. M. P. D. A.; TAVARES, F. da C. **Percepção da importância da Participação de idosos em Uma Universidade Aberta da Terceira Idade.** Revista Equilíbrio Corporal e Saúde. 2012;4(1):28-41.

MATSUDO, S. M. **Atividade física na promoção da saúde e qualidade de vida No Envelhecimento.** Ver. Bras. Educ. Fís. Esp. São Paulo, v.20, p.135-37, set. 2006.

**O ESTIGMA DA LOUCURA E SEUS IMPACTOS NA BUSCA PELO
TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL: UM DIÁLOGO A PARTIR DA TEORIA DE
MICHEL FOUCAULT**

Eixo 4: Movimentos Sociais, Questões Socioespaciais e Resistências Contra Hegemônicas;

Lucas Oliveira Santos

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
psi.lucasoliveira@gmail.com

Bruna Pinto Pastor

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
brunapinto.psi@gmail.com

Caroline Pastor Carneiro

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
psicarolinepastorc@gmail.com

Aderilson de Anunciação Oliveira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
aderilsonpsi@gmail.com

RESUMO

A loucura sempre esteve em pauta nos movimentos sociais, sendo pejorativamente criticada e excluída. O estigma da loucura cria preconceitos e discriminação, levando ao isolamento e à negação de tratamento. Além disso, as barreiras práticas, como falta de acesso a profissionais e custos elevados, tornam difícil buscar tratamento psicológico. Portanto, o estudo objetiva discutir o estigma da loucura e as suas consequências na busca pelo tratamento em saúde mental, a partir da análise dos estudos de Foucault, questionando qual o impacto social do estigma da loucura. Esse estigma gera barreiras no acesso ao tratamento e afetam significativamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. Logo, justifica-se investigar e discutir essas questões para sensibilizar a sociedade, desenvolver políticas de saúde mental mais eficazes e promover a igualdade no acesso a serviços de saúde mental.

Palavras-chave: estigma da loucura; tratamento da loucura; tratamento em saúde mental; Michel Foucault; história da loucura.

INTRODUÇÃO

A loucura¹ é um construto social que vem sendo tratada de diversas formas ao longo da história da humanidade. Carregada de preconceitos e estigmas, foi-se constituindo ao longo dos anos um olhar negativo a cerca deste fenômeno, colocando o sujeito considerado “louco” não mais como um ser de direitos, mas como um objeto de estudo da medicina e sujeito do estado (Silveira; Braga, 2005). Desse modo, desde a Grécia, o comportamento de estigmatizar as pessoas vem

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sendo naturalizado pela sociedade (Bussinguer; Arantes, 2016). É um rotulo que acaba por usufruir das pessoas a sua dignidade, reforçando a exclusão social e tirando a possibilidade da busca pelo tratamento.

Nota-se que a loucura ainda se encontra com tabus e preconceitos ao ser tratada socialmente. Em geral, o pouco que se sabe, ou pelo menos se fala, em relação à loucura, ainda causa desconforto as pessoas. Portanto, o estudo visa analisar estas relações sociais ao abordar o tema da loucura, a fim de entender, qual o impacto social do estigma da loucura?

Atualmente, compreende-se a necessidade de uma assistência adequada aqueles que possuem um transtorno mental, explicado por causa multifatorial, onde o tratamento tem como finalidade a remissão dos sintomas (Elkis, 2007; Nascimento; Leão, 2019). Diante disso, procura-se pensar a questão da loucura sob um olhar inclusivo, defendendo os direitos das pessoas com transtornos mentais, a qual tem como objetivo geral: discutir o estigma da loucura e as suas consequências na busca pelo tratamento em saúde mental, tensionando o impacto social do estigma da loucura. Assim como os objetivos específicos: investigar as consequências psicológicas e emocionais do estigma da loucura em indivíduos que apresentam transtornos mentais; analisar as estratégias e campanhas de combate ao estigma da loucura e avaliar sua eficácia na sociedade brasileira.

Neste sentido, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de práticas capazes de reduzir os preconceitos associado aos cuidados com a saúde mental, visto que uma das manifestações decorrentes do estigma associado à saúde mental é, precisamente, o desestímulo em busca de tratamento e a subsequente adesão a esse tratamento pelo tempo requerido (Bussinguer; Arantes, 2016). O que se torna uma grande barreira para a recuperação desses pacientes, podendo agravar ainda mais o quadro, tendo em vista que o ideal é a preconização de intervenções preventivas. Desse modo, é evidente o quanto os cuidados com a saúde mental é parte fundamental da vida do ser humano, e mesmo que esteja abalada, jamais deverá ser um motivo para a exclusão social.

BASE TEÓRICA

A loucura sempre teve sinônimo pejorativo ou carregou consigo preconceito e desconhecimento frente a sociedade. Todavia, na atualidade nos deparamos com

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

diversas pessoas que buscam a fuga da investigação em relação as suas condições metais por terem a crença que o diagnóstico as tornaria loucas. Deste modo, a busca por suporte profissional é adiada, se apresentando, geralmente, quando o adoecimento já traz incapacidades para a sua rotina diária. Foucault (1972) busca em seu livro *História da Loucura na Idade Clássica* explicar a loucura a partir do final da idade média trazendo alguns fatores históricos e sociais do que se entendia por loucura naquele período. Em seu primeiro capítulo, tece a intrínseca relação da loucura com a lepra e o famoso “nau dos loucos”.

Pós idade média a lepra desaparece e os inúmeros leprosários começam a ser descontinuados. Haviam muitos locais, principalmente na Europa, as quais eram tratadas pessoas doentes pela lepra. Chegou a haver mais de 2 mil leprosários só na França e 43 deles dentro da diocese de Paris (Foucault, 1972). “A partir da alta Idade Média, e até o final das Cruzadas, os leprosários tinham multiplicado por toda a superfície da Europa suas cidades malditas. Segundo Mathieu Paris, chegou a haver 19.000 delas em toda a cristandade” (Foucault, 1972, p. 7).

A lepra foi um mal desconhecido naquela época e, por haver muitos doentes, a sociedade passou a ter medo da mesma. É com o fim da lepra que a sociedade comemora, afinal, o “desconhecido” foi embora. “As pessoas gostam de celebrar o desaparecimento da lepra: em 1635, os habitantes de Reims fazem uma procissão solene para agradecer a Deus por ter libertado a cidade desse flagelo” (Foucault, 1972, p. 7). No lugar da lepra, a loucura ganhava espaço.

Muito se teve desenvolvido e estabelecido, pelos teóricos, do que seria a loucura. Foi por volta do sec. XVIII que a loucura toma um *status* diferente das concepções místicas, morais e religiosas, passando a ser compreendida mediante saber médico “passível de cura” (Silveira; Braga, 2005, p. 593). É nesse sentido que a loucura toma nome e forma, sendo concebida, pelo saber psiquiátrico, como “psicose” e posteriormente, como a esquizofrenia (Costa Júnior; Medeiros, 2007).

Esse saber, no entanto, se encontra de forma muito simplista do que é a esquizofrenia, uma vez que a psiquiatria, na época, taxava a mesma pelo viés biofísico e puramente orgânico (Costa Júnior; Medeiros, 2007). Então, mais adiante, surgem concepções psicológicas da loucura resultantes de fatores “puramente psíquicos” (Costa Júnior; Medeiros, 2007). Há também inúmeros conceitos e teorias do que seria a loucura, desde vieses filosóficos com a Fenomenologia, a estudos de Winnicott, Freud e Lacan com a psicose.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Por fim, entende-se a loucura a partir da perspectiva histórico-social, muito presente em Foucault (1972) quanto a seu entendimento da loucura como “construção social”, fiel a razão e vice-versa, constituindo um a outro, nutrindo um a outro; “Em grande escala, tudo não passa de Loucura; em pequena escala, o próprio Todo é Loucura. Isto é, a loucura só existe com relação à razão[...]” (Foucault, 1972, p. 38). Outrossim, a loucura é difícil de ser conceituada, abrangendo estigmas sociais e acadêmicos, construções individualistas do louco e demais aspectos.

Apesar dos progressos existentes ainda há uma vasta gama de desafios no âmbito da saúde mental. Sua trajetória tem sido caracterizada por inúmeras lutas no que se refere as práticas que transgridem os preceitos dos direitos humanos. Um exemplo notório desta situação está denunciado por Daniela Arbex (2013) no livro *Holocausto Brasileiro*, que minuciosamente retrata, através de relatos dos sobreviventes, a saga de milhares de vidas que experimentaram todas as iniquidades sociais perpetradas por uma instituição que, supostamente, perseguia objetivos de “higiene/limpeza social”.

O Hospital Colônia, como foi chamado o maior hospício do Brasil, localizado na cidade de Barbacena, Minas Gerais, foi fundado em 1903, com o objetivo de ser um hospital psiquiátrico (Arbex, 2013). Nessa época, pouco se falava em saúde mental, e menos ainda se compreendia como de fato poderiam tratar as pessoas com transtornos mentais. E nessa miríade de expectativas o hospital acabou sendo visto como uma fonte de esperança para inúmeras famílias que, muitas vezes, apresentavam dificuldades para compreender e auxiliar indivíduos em sofrimento psicológico. No entanto, o que inicialmente aparentava ser um local de promissora expectativa, acabou por se transformar em um dos mais notórios exemplos de violação dos direitos humanos no país.

Em 1930, o hospital que foi projetado para abrigar duzentas pessoas, tinha mais de 5 (cinco) mil. Nele, mais de sessenta mil vidas foram perdidas, e cerca de 70% não tinha nenhum diagnóstico de doença mental (Arbex, 2013). Eram mulheres, prostitutas, muitas vezes grávidas, pessoas que foram abusadas sexualmente, alcoólatras, homossexuais, meninas que perderam virgindade antes do casamento, homens e mulheres que perderam seus documentos, pessoas consideradas tímidas, pobres, negros, crianças que eram rejeitadas pelos pais, pessoas em situação de rua, dentre outros (Arbex, 2013).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Os pacientes do Hospital Colônia eram mandados para lá muitas vezes por meio de trens, apenas com a passagem de ida. Enfrentavam condições extremamente adversas, suportando o frio, a fome e a sede, comiam ratos, bebiam urina ou água do esgoto, não tinham camas para dormir/descansar, muitas vezes dormiam em capins, enquanto a falta de assistência adequada contribuía para que enfermos falecessem sem o devido cuidado (Arbex, 2013).

No decorrer da obra, dentre as diversas narrativas apresentadas, é perceptível a citação do psiquiatra Ronaldo Simões Coelho, descrevendo:

O que acontece no Colônia é a desumanidade, a crueldade planejada. No hospício, tira-se o caráter humano de uma pessoa, e ela deixa de ser gente. É permitido andar nu e comer bosta, mas é proibido o protesto qualquer que seja a sua forma (Arbex, 2013, p. 14-15).

Esses indivíduos eram submetidos a uma ampla variedade de torturas, incluindo restrição física por meio de amarras em camas, sujeitos a procedimentos de eletrochoque, resultando em um número considerável de óbitos e graves lesões (Arbex, 2013). Este cenário começou a ser mudado – lentamente - apenas duas décadas mais tarde, quando a Reforma Psiquiátrica foi ganhando forças.

No final da década de 70, diversos movimentos relacionados à saúde mental fizeram denúncias de abusos que eram cometidos em instituições psiquiátricas e evidenciaram a necessidade de uma reforma. Deste modo, surge o movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, com o objetivo de acabar com os manicômios e combater a ideia de que é preciso isolar pessoas em sofrimento mental. Visando assegurar os direitos dessas pessoas, oferecendo um tratamento adequado e humanizado, fortalecendo os vínculos familiares, sociais e jamais isolando, como antes era feito (Alencar; Rolim; Leite, 2013).

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O presente artigo se trata de uma revisão bibliográfica, a qual Lakatos e Marcone (2003, p. 183) afirma que “[...]abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.[...]”, com o objetivo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de sintetizar acerca da história da loucura, sua trajetória aos dias atuais e os impactos causados durante todos estes anos.

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo-quantitativa, com referência ao método de pesquisa exploratória. Para Gil (2008), as pesquisas exploratórias compreendem de levantamentos bibliográficos e entrevistas com públicos que possuem experiência relacionada ao problema investigado. Ademais, tratando-se dos levantamentos bibliográficos, Lakatos e Marconi (2003, p. 183) conceituam que essa revisão é composta por “[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]”.

Dentre alguns bancos de dados que utilizados tem-se: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e PubMed. Dentre os critérios de inclusão dos estudos, destacam-se aqueles redigidos em português e inglês, dos anos 2013 a 2023, sob os descritores: “Estigma da loucura”, “Tratamento da Loucura”, “Tratamento em Saúde Mental”, “Michel Foucault” e “História da Loucura”. Trata-se de um total de 1,110 artigos encontrados e um total de 23 selecionados em todos os descritores. Foucault e o Holocausto Brasileiro fundamentam o referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante séculos a loucura era vista com “bons olhos” por parte da sociedade, sendo compreendida livremente pela população, bem como peça artística nas ruas da Europa; menos os “estranhos”, eles não eram tolerados e foram escorraçados em navios, sozinhos, sem rumo (Batista, 2013; Foucault, 1972). Esse fator de exclusão não acabou. A sociedade tende a se afastar (e afastar) dos desiguais (dos loucos!), sob estigmas pejorativos de “fraqueza, desonestidade ou perigosidade” (Batista, 2013, p. 6), “[...]nefasto, incapaz, um ‘não ser’, legitimando-se a condição de ‘não cidadão’, ‘não sujeito’” (Bussinguer; Arantes, 2016; Nascimento; Leão, 2019, p. 116).

O estigma é como um quadro, que marca e emoldura o sujeito em um estereótipo social que, em todos os casos, carrega um fator negativo (Rocha; Hara; Paprocki; 2015), onde “[...] retira da pessoa sua personalidade” (Bussinguer; Arantes, 2016, p. 11). Muitos são os fatores que percorrem o processo de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estigmatização, tais como: “[...]racial, religiosa, física, devido a alguma doença ou anomalia genética ou condição social[...]” (Bussinguer; Arantes, 2016, p. 12).

E nesse paradigma estigmatizante, Goffman (2004 *apud* Bussinguer; Arantes, 2016, p. 12) citará três tipos: “as deformidades físicas; as culpas de caráter individual e os tribais ou de raças”, e no contexto da loucura, o estigma que se encaixa é o da culpa de caráter individual. Nesse sentido, o autor argumentará que frequentemente perpetuamos estigmas no âmbito social, utilizando expressões como “aleijado”, “bastardo”, “retardado”, esse último muito associado à loucura.

Para além da sociedade civil, a classe da saúde também carrega estigmas, advindas de processos desestruturados da formação e capacitação técnica-pessoal, a qual pode-se citar: (1) uma lacuna na providência de serviços e tratamentos, mediante um processo de resistência por parte do profissional, (2) um sentimento de impotência e futilidade correlação ao tipo da patologia apresentada (nesse sentido, a loucura), e uma (3) formação enviesada do profissional de saúde (Batista, 2013).

O pior do estigma não é somente o papel dele advindo do público externo, tal qual os profissionais de saúde criam contra o sujeito, mas sim o estigma internalizado, costurada na própria pele, subjetiva, interna. Esse estigma internalizado ocorre em decorrência da cadeia de significantes que lhes são atribuídos, na qual o sujeito concorda e aplica em si mesmo tais representações de cunho autodepreciativo sobre sua condição clínica (como a loucura), acarretando uma série de fatores como a “[...]diminuição da autoestima e da autoeficácia, além de sentimentos de culpa, angústia, raiva e autorreprovação” (Bussinguer; Arantes, 2016, p. 12), agravando ainda mais os sintomas da “loucura”. “A exclusão dos enfermos condiz com a fantasia de que os outros são sadios” (Rocha; Hara; Paprocki; 2015, p. 592).

Há também os estigmas presentes nos ambientes familiares, que representa um impacto significativo no usuário adoecido, criando barreiras, aumentando a vulnerabilidade e a internalização de atitudes negativas, além de promover sentimentos de fragilidade, desvalorização e discriminação (Nascimento; Leão, 2019). “Não. Eles [família] não ‘tão’ me ajudando. Muito pelo contrário, estão me culpando das coisas, me falam as coisas que eu não preciso ouvir, me colocam numa situação difícil[...]” (Nascimento; Leão, 2019, p. 111, adição do autor).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Romper com os paradigmas sociais estabelecidos é fundamental para o desenvolvimento de competências e potencialidades de todos, em especial do “louco”, ainda mais estigmatizado pela sociedade. No estudo de Nascimento e Leão (2019, p. 111), a fala de um(a) dos(as) entrevistados(as) mostra a potência que é a reparação dos danos e a necessidade de trabalhar de forma ética e humanitária frente ao louco estigmatizado, e expõe: “Antigamente eles falavam assim: ‘os doidos são incapazes’. Que a gente era incapaz. Nunca pensei que eu ia mexer com violão, mexer com pintura, que eu tinha talento... Era doido. Mostrei o contrário”. Mostrou-se o inverso para aquela sociedade doentia, e não se deixou internalizar pelas incapacitações provocadas pelos demais. Esses trabalhos sociais (artístico, cultural...), muito presente nos Centros de Atenção Psicossociais, funcionam não apenas como ferramenta terapêutica na remissão dos sintomas do usuário, mas como uma espécie de empoderamento e fortalecimento das potencialidades individuais e sociais (Brasil, 2011).

E quem disse que não somos “loucos”? A “loucura”, para além das questões psicopatológicas presentes na esquizofrenia é, antes de tudo, uma construção social. Tão presente no papel da “razão” que sem a própria razão a “loucura” não existiria²: “[...]a loucura dos homens não é nada diante da razão suprema que é a única a deter o ser; e o abismo da loucura fundamental nada é, pois está só é o que é em virtude da frágil razão dos homens”, pois a “loucura” só tem valor e sentido no campo da razão, a qual “cria” e “nutri” como é o ser “louco”, numa tentativa desenfreada de estigmatização, exclusão e higiene social (Foucault, 1972, p. 38, grifo nosso).

Não há razão forte que não tenha de arriscar-se à loucura a fim de chegar ao término de sua obra, **não existe um grande espírito sem uma ponta de loucura...**

E que:

A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta (Foucault, 1972, p. 41).

E no Brasil, o “nau dos loucos” de Foucault (1972) eram os trens carregados de pessoas com destino a Barbacena: “Está chegando mais um “trem de doido” — gritou um funcionário do hospital” (Arbex, 2013, p. 24), funcionário este disseminador

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de estigmas. Registra-se que “Sessenta mil pessoas perderam a vida no Colônia. [...] pelo menos, duas gerações de inocentes em 18.250 dias de horror” (Arbex, 2013, p. 24), acontecendo o mesmo na Europa: “Esses loucos são alojados e mantidos pelo orçamento da cidade, mas não tratados: são pura e simplesmente jogados na prisão” (Foucault, 1972, p. 15). Se é que podemos chamar aquelas condutas de “tratamento”:

Acontecia de alguns loucos serem chicoteados publicamente [...]. As cidades escorraçavam-nos de seus muros; deixava-se que corresse pelos campos distantes, quando não eram confiados a grupos de mercadores e peregrinos. [...] são pura e simplesmente jogados na prisão (Foucault, 1972, p. 13-16).

A exclusão dos “loucos” mostra que eles são, ainda vivos, seres mortos (Foucault, 1972). Assim, a exclusão por parte dos profissionais de saúde persiste. Em uma revisão integrativa sobre o estigma dos enfermeiros aos doentes psiquiátricos, resultou que os profissionais ainda têm medo por não saberem como lidar com os pacientes e por assimilar a loucura com perigo (Santana; Silva; Cabral, 2022).

É curioso o estigma do “louco” como perigoso. Em um estudo na cidade de São Paulo, cerca de 74% da população afirma que o “louco” é perigoso para si e para os outros (Menezes Neto *et al.*, 2021), no entanto, uma pesquisa sueca demonstrou que a chance de um “louco” sofrer alguma violência é de 3 a 4 vezes maior que um ‘não louco’ (Sariaslan *et al.*, 2020), e que essa população tem “[...] 17 vezes mais chances de sofrerem violência sexual e 140 vezes de serem furtados (Menezes Neto *et al.*, 2021).

Esses estigmas, advindos de uma falta de treinamento técnico, metodológico e pessoal (Batista, 2013), incidem em um distanciamento da assistência aos usuários, ao passo que não gera um vínculo terapêutico com os pacientes (Santana; Silva; Cabral, 2022), fator de extrema relevância para o tratamento dos mesmos.

Portanto, é através desse entendimento que a humanidade, despindo-se dos preconceitos e estigmas sobre o “louco”, passa a compreendê-lo e apoiá-lo em suas batalhas internas e externas, para a remissão dos sintomas, diminuição dos estigmas e (re)educação social frente ao “louco”.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ressignificar o entendimento acerca da “loucura”. Sob o peso do estigma, o “louco” é acometido pelos mais diversos tipos de violência, exclusão, incompreensão social, invisibilização, e por um processo perverso, maldoso e desumano. A sociedade deve compreender que as diferenças existem e que é fundamental aceitar e respeitar essa diversidade para prosperar como uma comunidade. A denúncia emerge como uma ferramenta significativa na redução dos estigmas, permitindo identificar quais “[...]fontes que promovem o aparecimento ou continuidade destes estereótipos[...]” e, por meio da denúncia, a capacidade de atenuar essas questões problemáticas (Barrantes *et al.*, 2017, p. 24).

Nesse presente artigo, compreendeu-se como o estigma da “loucura” é um segregador social, e pode gerar uma série de consequências nefastas para o sujeito em adoecimento psicológico, como aumento do *stress* e da angústia, diminuição do funcionamento psicossocial, “[...]sentimentos de raiva, tristeza e desencorajamento e, conseqüentemente, depressão, ansiedade e baixa autoestima[...]” bem como desinteresse dele na busca por tratamento (Oliveira; Azevedo, 2014, p. 227).

Por fim, a sutileza da explicação de Foucault (1972) sobre o olhar que a sociedade tem com o “louco”; Foucault (1972) coloca o louco como “um espelho” para os ‘não loucos’, pois as vezes as pessoas mentem, enganam a si e aos outros, e vivem de acordo com falsa crença ou ilusões. O louco é alguém que revela essas ilusões e hipocrisias:

Se a loucura conduz todos a um estado de cegueira onde todos se perdem, **o louco, pelo contrário, lembra a cada um sua verdade;** na comédia em que todos enganam aos outros e iludem a si próprios, ele é a comédia em segundo grau, o engano do engano (Foucault, 1972, p.19, grifo nosso).

E que a loucura é, em sua profunda raiz, uma essência de sabedoria, pois “Este saber, tão inacessível e temível, o Louco o detém em sua parvoíce inocente” (Foucault, 1972, p. 26).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A.V. de.; ROLIM, S.G.; LEITE, P.N.B. **A História da Loucura**. Id online Revista de Psicologia, 2013 - ISSN 1981-1179.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**. – 1. ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARRANTES, F.J.; VIOLANTE, C.; GRAÇA, L.; ARORIM, I. **Programa de Luta conta o Estigma**: resultados obtidos na formação nos profissionais da Saúde Mental. Porto: Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, 2017.

BATISTA, L.T.M.B. **Os profissionais de saúde e o estigma da doença mental**. Dissertação de Mestrado em Medicina, U-Porto, 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011(*)**. Brasília: gabinete do ministro, 2011.

BUSSINGUER, E.C.; ARANTES, M.L. **O estigma da loucura como fator usurpador da dignidade humana**: uma análise na perspectiva do direito à saúde. Interfaces Científicas - Direito, 2016. DOI: 10.17564/2316-381X.2016v4n2p9-20.

COSTA JÚNIOR, F. da.; MEDEIROS, M. **Alguns conceitos de loucura entre a psiquiatria e a saúde mental**: diálogos entre os opostos. Psicologia USP, 2007.

ELKIS, H. **A remissão em esquizofrenia é possível?**. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo), v. 34, p. 160–163, 2007.

FERREIRA, M. dos S.; CARVALHO, M.C. de A. **Estigma associado ao transtorno mental**: uma breve reflexão sobre suas consequências. RIES, Caçador, 2017.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MENEZES NETO, J.B. de.; SILVA, E. de S.M. e; FIGUEIRA, G.M.; SOUZA, J.C. **The stigma of mental illness among students and health professionals**. Research, Society and Development, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12899.

NASCIMENTO, L.A. do.; LEÃO, A. **Estigma social e estigma internalizado**: a voz das pessoas com transtorno mental e os enfrentamentos necessários. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar. 2019, p.103-121.

OLIVEIRA, A.R.F.; AZEVEDO, S.M. **Estigma na doença mental**: estudo observacional. Lisboa: Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, 2014.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Uma em cada 100 mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS**. Brasília- Distrito Federal, 2021.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
ROCHA, F.L.; HARA, C.; PAPROCKI, J. **Doença mental e estigma**. Rev Med Minas Gerais, 2015.

SANTANA, M.J.; SILVA, G.M.A. da.; CABRAL, L. da S. **Estigma da loucura e implicações no cuidado de enfermagem aos pacientes psiquiátricos na unidade de emergência**. Revista Ciência (In) Cena. Salvador. Bahia. 2022.

SARIASLAN, A.; ARSENEAULT, L.; LARSSON, H.; LICHTENSTEIN, P.; FAZEL, S. **Risk of Subjection to Violence and Perpetration of Violence in Persons With Psychiatric Disorders in Sweden**. JAMA Psychiatry. 2020;77(4):359-367. doi:10.1001/jamapsychiatry.2019.4275 Published online January 15, 2020.

SILVEIRA, L.C.; BRAGA, V.A.B. **Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. 4, p. 591–595, jul. 2005.

O PROGRAMA PIBID E OS BENEFÍCIOS NA FORMAÇÃO DE GRADUANDOS EM LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Érica O. Magalhães¹

Izabela de Matos Silva²

Maria Eduarda Kevylla Lima Rodrigues³

Discentes DEDC Campus XI

RESUMO

Este artigo explora os benefícios do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no processo de formação de graduandos em Licenciatura em Geografia. O PIBID é uma iniciativa do governo brasileiro que visa melhorar a qualidade da formação de professores, envolvendo estudantes de graduação em projetos de iniciação à docência. A problemática que induziu este estudo foi: De qual forma o programa PIBID proporciona benefícios no processo de formação dos graduandos em licenciatura em Geografia em seu processo de formação? Neste contexto, discutiremos como o programa contribui para o desenvolvimento profissional dos futuros professores de Geografia, promovendo uma experiência prática e reflexiva em sala de aula, fortalecendo sua identidade profissional e preparando-os para os desafios da educação geográfica.

Palavras-chave: geografia escolar; PIBID; docência; ensino; formação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intenção abordar a sistematização de ideias acerca de um estudo realizado sobre a atuação do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) no processo de formação da docência de um graduando em licenciatura em geografia. O programa tem como finalidade o enriquecimento e valorização da formação de docentes que possam ser inseridos na rede de ensino público da educação básica. Ao integrarem-se ao programa os bolsistas possuem uma remuneração monetária, no qual reverbera em uma ajuda para que o discente consiga manter-se inserido na universidade.

O ensino brasileiro ao longo dos tempos vem ocorrendo várias transformações, onde, nos dias de hoje suas políticas educacionais estão sendo desenvolvidas para melhor discutir o papel educacional na formação da cidadania fazendo uma relação do cidadão com o mundo. O professor vem agindo como um portador de conhecimentos para auxiliar os alunos no seu crescimento e desenvolvimento como pessoa.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

No processo de formação docente a maneira mais comum de mostrar o conhecimento que foi adquirido ao longo da formação, são os estágios curriculares. Porém, atualmente o governo federal vem ofertando programas que auxiliam o estudante na formação no nível superior. Um deles é o PIBID-Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que oportuniza o aluno de licenciatura a expor seus conhecimentos e adquirir práticas pedagógicas na sua graduação.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da formação de professores no Brasil. Através desse programa, os graduandos em Licenciatura em Geografia têm a oportunidade de vivenciar a prática docente desde cedo em suas trajetórias acadêmicas. Essa experiência proporciona benefícios no processo de formação dos futuros professores, contribuindo para a qualidade do ensino de Geografia nas escolas brasileiras.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. (Holanda et al. 2013 apud Decreto N° 7.219, 2010).

Programas como o PIBID são extremamente importantes para a formação de professores, aproximando os formandos de uma realidade onde eles não estão habituados, onde, ele fará parte dessa realidade ao longo de sua carreira. Neste contexto, é necessário explicar os objetivos do programa: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como conformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura. (CAPES, 2018)."

A geografia busca entender o espaço geográfico como um todo. Ensinando vários conceitos ligados ao cotidiano, é de fundamental importância para a formação crítica do aluno as aulas de geografia. Onde, é preciso desenvolver as habilidades e a capacidade de assimilar os conhecimentos adquirido com a construção de valores morais e ético dos alunos.

É notável uma parceria entre a universidade, o programa e a escola básica; os alunos ingressos contam com o auxílio de uma coordenadora da sua universidade além da supervisora que tem um papel fundamental em orientá-los em suas atuações no âmbito escolar. É possível afirmar que é uma experiência única onde o discente consegue elevar a qualidade da formação inicial como professores nos cursos de licenciatura, correlacionando a teoria que é transmitida no mundo acadêmico com a prática, promovendo essa articulação entre educação superior e educação básica.

A Geografia nas escolas busca desenvolver o senso crítico dos educandos a fim de que estes possam atuar de maneira reativa e propositiva perante as injustiças sociais, ou seja, promove uma aprendizagem prática com intenção emancipatória. Quando este ensino adquire uma abordagem transposta à perspectiva tradicional, os educandos adquirem saberes para agir conscientemente em seus contextos de vida social, política e cultural, são capazes de desenvolver atitudes positivas em favor da justiça social e adquirem autoconfiança e independência. (Barbosa, 2016)

A inserção aos conhecimentos geográficos na vida do indivíduo é considerada primordial, pois a mesma está atrelada a todo momento em suas atividades cotidianas. Considerada uma disciplina abrangente pois apresenta abordagens que envolvem aspectos sociais, geopolíticos e culturais. Os discentes têm a oportunidade de associarem os saberes empíricos da sua visão de mundo adquiridos em sua vivência com os conteúdos escolares que lhe são oferecidos. E os resultados são bem mais gratificantes se o professor conseguir associar o conteúdo trabalhado com a realidade dos alunos, pois eles se interessam mais,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
interage e contribui para uma troca enriquecedora por base do diálogo entre o aluno e o professor.

Dessa forma serão capazes de contribuir na formação de uma sociedade melhor e mais justa, pois a educação é de fato transformadora. E os conhecimentos geográficos contribuem para que isso aconteça, quando o aluno consegue desenvolver uma criticidade dos fatos e acontecimentos sejam eles locais ou global, ele passa a enxergar o mundo com um novo olhar, adquire princípios éticos que o cidadão deve ter.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem desempenhado um papel fundamental na melhoria da formação de professores no Brasil. Através desse programa, os graduandos em Licenciatura em Geografia têm a oportunidade de vivenciar a prática docente desde cedo em suas trajetórias acadêmicas. Essa experiência proporciona benefícios no processo de formação dos futuros professores, contribuindo para a qualidade do ensino de Geografia nas escolas brasileiras.

A EXPERIÊNCIA PRÁTICA EM SALA DE AULA

Um dos principais benefícios do PIBID para os graduandos em Geografia é uma oportunidade de vivenciar a prática em sala de aula. Durante as atividades do programa, os bolsistas têm a chance de planejar, ministrar aulas e interagir com os alunos do ensino básico ou até mesmo ensino médio. Essa vivência prática enriquece a formação dos graduandos, permitindo que eles compreendam melhor as complexidades do ensino de Geografia na prática.

A experiência prática em sala de aula também ajuda os graduandos a desenvolver habilidades de comunicação, gestão de sala de aula e adaptação a diferentes contextos educacionais. Eles aprenderão a lidar com os desafios reais, como a diversidade de alunos e a necessidade de personalizar o ensino para atender às necessidades específicas de cada turma.

Ensinar não se trata apenas de levar conhecimentos e conteúdo. Formar também não é apenas um ato para moldar algo ou alguém. Não existe ensino sem decência. Vai além de palavras. Só existe ensino quando este resulta num aprendizado em que o aprendiz se tornou capaz de recriar ou refazer o que lhe fora ensinado (Freire, 2002, p, 37).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Os meios de ensino metodológicos de educação vêm se modificando ao longo do tempo. Antes, as aulas eram monótonas e os conteúdos passados de maneira massiva no quadro, com a professora falando e os alunos apenas ouvindo, hoje, a realidade é outra, a interatividade do aluno com o professor e os demais alunos, expondo opiniões críticas se faz necessária, e o uso das tecnologias são fatores essenciais que agregam auxiliando no ensino.

No PIBID, pode-se observar as muitas barreiras encontradas no ensino da Geografia. Por ser uma disciplina enxergada por muitos como insignificante para o futuro profissional, o professor precisa buscar meios para ultrapassar essas barreiras que são encontradas durante esse processo, como por exemplo, a falta de motivação por parte dos discentes para aprenderem os conteúdos de geografia. Para tornar as aulas mais atrativas, os professores de geografia necessitam buscar novas práticas pedagógicas, afim de despertar o interesse de seus alunos.

E dessa forma que o ingresso consegue aprimorar ainda mais o seu processo de formação como professor, pois não existe uma receita pronta é necessário a teoria mas a prática é primordial, pois não adianta manter-se apenas nas teorias sem ir em uma sala de aula; e não se pode ir assumir uma sala de aula sem conhecimentos, requer o exercício da profissão e tanto a teoria quanto a prática caminham lado a lado no campo educacional.

REFLEXÃO E APRENDIZADO CONTÍNUO

Além da prática em sala de aula, o PIBID promove uma reflexão constante sobre a prática docente. Os graduandos participam de encontros e discussões com seus supervisores e colegas bolsistas, onde podem compartilhar experiências, desafios e estratégias de ensino. Essa reflexão é fundamental para o desenvolvimento profissional, pois os graduandos aprendem a avaliar e aprimorar suas abordagens pedagógicas.

A capacidade de refletir sobre a prática docente e buscar constantemente maneiras de melhorar o ensino é uma habilidade crucial para os futuros professores de Geografia. Ela os prepara para serem profissionais mais eficazes e comprometidos com a qualidade da educação geográfica.

O mundo está se reinventando a todo o tempo. As tecnologias vêm

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO transformando a forma como nos comunicamos, trabalhamos e aprendemos. E por isso, precisamos sempre evoluir, desenvolvendo a habilidade contínua de aprender, desaprender e reaprender.

Refletir a prática docente é um dos grandes objetivos do PIBID, o programa traz uma interação entre o aluno da rede pública de ensino básico e os graduandos do programa, eles mediam o processo de ensino e incentivam, através da comunicação, o conhecimento prévio dos discentes, instigando-os a buscar conhecimentos para se tornarem melhores profissionais no futuro.

Mediar não significa tão somente, efetuar uma passagem, mas intervir no outro polo, transformando-o. A mediação na esfera educativa guarda o sentido da intervenção sob inúmeras formas, desde as modalidades mais amplas —como a mediação sociopolítica a escola pratica sendo parte do fenômeno educativo face aos alunos que se formam —às modalidades que se inserem no âmbito da prática pedagógica, onde se posiciona, primordialmente, o professor como mediador (Maheu, 2001, p. 45 -grifo nosso).

A oportunidade de vivenciar essa experiência junto com profissionais que já atuam na área, e ver de perto essa dinâmica da prática docente no âmbito escolar, faz o acadêmico refletir sobre qual tipo de profissional ele pretende ser, pois, a realidade encontrada hoje, pode ser diferente no amanhã, quando ele estiver de fato atuando da profissão. Ao considerarmos o aprendizado contínuo, devemos lembrar que essa figura é essencial na formação do indivíduo como profissionais e cidadãos que lutam por seus direitos perante a sociedade, visando que a cidadania nos é roubada e negada a todo instante.

Além disso o supervisor(a) que é o responsável em direcionar os graduandos nesse processo instruir os seus estagiários a exporem conteúdos, elaborarem exercícios e provas, montarem os planejamentos de suas aulas, correção de atividades, elaboração de questionários; enfim todas as práticas de um docente que já atua na profissão, sendo uma experiência bastante relevante para os bolsistas.

Inúmeros são os desafios enfrentados pelos professores durante a formação acadêmica e em seu campo de atuação, creio que um deles seja a dificuldade recorrente de se compreender a relação existente entre a teoria estudada na universidade e a prática docente. (Hawerrot, 2018)

Vale ressaltar que é o desafio para os graduandos conseguirem correlacionar as aprendizagens adquiridas na academia com os conteúdos propostos pelas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
escolas públicas; e o PIBID faz essa mediação oportunizando aos discentes
praticarem esse exercício.

FORTELECIMENTO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

O profissional é formado por combinações técnicas e por experiências pessoais de um profissional, ou seja, é um conjunto de qualidades que forma a identidade do profissional, o tornando único e diferente.

O PIBID também desempenha um papel importante no fortalecimento da identidade profissional dos graduandos em Geografia. Ao vivenciar a prática docente, os bolsistas desenvolvem uma compreensão mais profunda de sua futura profissão. Eles passam a se identificar como professores e a compreender o impacto positivo que pode ter na vida dos alunos.

Essa identidade profissional fortalecida motiva os formandos a serem professores mais comprometidos e engajados, interessados em enfrentar os desafios da profissão e contribuir de forma significativa para a educação geográfica. Também, juntamente com os coordenadores

Pensando nisso, juntamente com os bolsistas do PIBID e com auxílio dos coordenadores e professores de geografia da Escola, aprendemos a desenvolver uma identidade profissional, por meio de intervenções em sala de aula, oficinas pedagógicas, visando o aprendizado mutuo entre os graduandos em geografia e alunos do ensino médio. Essa interação é de extrema importância na construção do conhecimento geográfico, tanto para os bolsistas do PIBID quanto para os alunos, onde, permitiu as duas partes, colocarem em prática toda a teoria obtida no decorrer do curso e do ano letivo.

A partir do momento em que o professor tem a consciência de sua função, ele busca constituir ações em que impere a autonomia e crie oportunidades de desenvolver práticas pedagógicas capazes de sustentar as obras. O professor, ciente de sua importância, busca meios para o exercício crítico de seus objetivos, de forma a desenvolver a capacidade de despertar e envolver o aluno em todo processo de aprendizagem. (Vaz; Borges; Mendes, 2020)

Faz parte do processo de formação o discente atuar em sala de aula para poder ressignificar os seus métodos e práticas, refletir de fato qual o tipo de profissional que ele deseja se tornar futuramente. É necessário repensar os

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO caminhos que estão sendo percorridos, tentar dá o melhor de si, assumir responsabilidade e compromisso com suas obrigações, afinal um professor é considerado mediador entre o aluno e uma boa parte de seus conhecimentos adquiridos; é um transmissor de informações que devem ser mais coerentes possíveis, pois está formando seres pensantes que mais a frente irá contribuir de forma mais direta na sociedade.

Por meio da educação o professor é capaz de induzir seus alunos a desenvolverem suas potencialidades e habilidades, na expectativa de uma sociedade melhor.

PREPARAÇÃO PARA OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

O PIBID prepara os graduandos em Geografia para os desafios da educação geográfica no Brasil. Eles adquirem habilidades práticas, desenvolvem uma base teórica sólida e aprendem a lidar com as complexidades do ensino da disciplina. Isso é fundamental, considerando a importância da Geografia para a compreensão do mundo contemporâneo.

Diante as técnicas de um mundo globalizado, onde, o educador precisa inovar e inserir técnicas voltadas para o avanço das tecnologias, das quais são rapidamente superadas por outras mais modernas e rápidas, os recursos didáticos aos poucos vão sendo substituídos.

A escola e sociedade exigem dos docentes novas atitudes: a) assumir o ensino como mediação, b) obter uma prática interdisciplinar, c) persistir no empenho de auxiliar os alunos de forma crítica, de associar conteúdo e realidade, d) desenvolver nos alunos uma capacidade comunicativa, e) reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula, f) valorizar a diversidade cultural, g) investir na atualização científica, h) saber orientar os alunos em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas, a si próprios (Libâneo, 2000).

O educador de Geografia é um privilegiado, pois, pode fazer instrumentos interessantes e trabalhos de campo. Tirando o aluno da sala de aula, das tecnologias, do livro didático, e o inserindo em locais ricos de uma beleza natural para estudar a área ambiental ou fazer visitas a locais históricos, museus ou até mesmo fazer um trabalho de campo em um espaço urbano para compreender a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estrutura, as formas e as funções dos fixos e fluxos da cidade. Dessa forma, a uma série de lugares em que a geografia pode agir, fazendo com que o professor de geografia transite por todos esses espaços geográficos. Já que é um componente onde o efeito visual e o e as ilustrações despertam o interesse do aluno e o ajuda na compreensão do conteúdo que está sendo abordado.

Considerando que a sociedade sofre o processo de mudanças constantes, é excepcional que o professor que atua na área da Geografia esteja sempre atualizado sobre os acontecimentos contínuos diários e que esteja preparado para atualizarem isso em sala de aula. Requer a aquisição de novos conhecimentos constantemente, aprimorando o seu currículo sempre, suas fontes de conhecimentos para que possa está enriquecendo ainda mais as suas contribuições na aprendizagem de seus alunos atendendo às demandas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) desempenha um papel fundamental na formação de graduandos em Licenciatura em Geografia. Através da experiência prática em sala de aula, reflexão constante, fortalecimento da identidade profissional e preparação para os desafios da educação geográfica, o programa proporciona benefícios significativos no processo de formação dos futuros professores. Como resultado, os formandos estão mais bem preparados para desempenhar um papel essencial na promoção de uma educação geográfica de qualidade no Brasil.

Aplicar novos métodos nas escolas é fundamental para o desenvolvimento de professores e alunos. Junto com o PIBID, os alunos da educação básica ganham no desenvolvimento da aprendizagem e os universitários podem vivenciar de forma prática toda a teoria vista nas salas de aula universitárias, e não apenas contar com o estágio obrigatório oferecido ao final do curso. Não há dúvida de que este programa é crucial para o desenvolvimento do ensino básico e superior no Brasil. Todas as ações tomadas durante o tempo como bolsista, contribui para a formação, e proporciona uma experiência única e duradoura através de um processo, de refletir, revisar e construir a partir do conhecimento adquirido, o que permite melhorar as ações propostas, além de possibilitar refletir as abordagens em sala de aula.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O programa é muitíssimo importante, onde, ele vem potencializando o processo e a jornada pela universidade, provocando e enriquecendo os saberes e valores para todos, valorizando o processo e não só os resultados. É possível afirmar que os graduandos em licenciatura em geografia têm o desempenho positivo em relação ao PIBID, que só contribui ainda mais em seu processo de formação. Proporcionando a experiência de acompanhar e realizar o papel do professor nos momentos de prática; tendo contato com os alunos da rede pública. Além de aprender a lidar com os desafios que o discente pode enfrentar e deve saber lidar com seja qual for a situação.

Requer que o bolsista compreenda tamanha a importância de sua formação como futuro docente de Geografia, e busque exercer a sua prática pedagógica com êxito; trabalhe sempre com a excelência buscando dar o melhor de si sempre e ser um profissional qualificado e atualizado. Reflita sempre como um agente transformador e que consiga inovar sempre as suas estratégias metodológicas instigando cada vez mais os alunos a participarem de maneira enriquecedora das aulas e possam a vim escolherem a educação como base para suas ações que precisam contribuir como agente social no espaço.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria. **A Geografia na escola: espaço, tempo e possibilidades.** Revista de Ensino de Geografia, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82 a 113 jan./jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES,** Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/educacaobasica/capespibid>. Acesso em 26 de out de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Dorghislany Souza; SILVA, Camila Sibelle Marques da. **A contribuição do PIBID na formação docente: um relato de experiência.** XI Encontro Nacional de Educação Matemática; Sociedade Brasileira de Matemática. Curitiba- PR pp. 1-10, 2013. Disponível em:
http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/701_486_ID.pdf, Acesso em 26 de out de 2023.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
MAHEU, Cristina d'Ávila. **Decifra-me ou te devoro**: o que pode o professor frente
ao manual escolar? Tese. (Doutorado em Educação) –Universidade Federal da
Bahia. Salvador, 2001. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/>. Acesso em: 27
de out 2023.

WERROT, Anna. **O PIBID e a escola pública**: possibilidades e contribuições para a
aprendizagem da docência. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Pedagogia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p
59. 2018

X Fórum Nacional NEPEG, 10, 2020, Goiânia/GO. **A formação do professor de
geografia**: ferramentas didáticas-pedagógicas utilizadas no processo de ensino-
aprendizagem em geografia. p.11. 2020

**VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA DESCONSTRUÇÃO DA
CULTURA DO CONSENTIMENTO SEXUAL**

Débora de Matos Santos

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
psi.deboramattos@gmail.com

Aderilson Anuniação de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
aderilsonpsi@gmail.com

RESUMO

A violência tem sido um importante objeto de estudo nas últimas décadas, especialmente a que se configura como sexual. Sabe-se que a sua reprodução na sociedade tem adoecido muitas comunidades e, conseqüentemente, gerado muitas teorias acerca do fenômeno. O presente trabalho tem por objetivo refletir a respeito das possíveis contribuições das/os psicólogas/os escolares na desconstrução da cultura do consentimento sexual. Além de tencionar sobre os impactos desta cultura para a manutenção das diversas formas de violência na escola, traz ainda uma discussão a respeito da relevância da educação sexual na escola como estratégia de prevenção às múltiplas violências sexuais.

Palavras-chave: violências sexuais; corpos infantojuvenis cultura do consentimento sexual; psicologia escolar.

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, a violência tem sido um importante objeto de estudo para teóricos que almejam compreender a complexidade deste fenômeno. No Brasil, esses estudos começaram a ser discutidos a partir da década de 1970. Por mais que a violência seja considerada uma questão de saúde pública, a área da saúde não é a única responsável pelo seu enfrentamento (Coelho; Silva; Lindner, 2014).

É importante demarcar que fenômenos desta natureza possuem ramificações diversificadas e podem ser classificadas com diferentes tipologias. A violência sexual, desse modo, é considerada um tipo de violência silenciosa e dissimulada, uma vez que atinge milhares de vítimas de ambos sexos, em sua maioria, dentro de um contexto incestuoso (Florentino, 2015).

Quando praticada contra crianças e adolescentes, esse tipo de violência se torna ainda mais lesivo, podendo prejudicar, em nível psíquico, o desenvolvimento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO social, cognitivo e emocional. Evidencia-se que os crimes sexuais acometidos a esse público abrangem uma série de elementos que manifestam a sua existência, desde contatos diretos (penetração, estimulação da genitália, sexo oral) à atos sem contato físico (produção de fotos, exposição a material pornográfico, assédio, exibicionismo, etc.) (Hohendorff; Patias, 2017).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fundação José Luiz Egidio Setúdal e o Instituto Médico Legal de uma capital do Nordeste, os números de denúncias registrados apontam que pessoas com vagina são as principais vítimas de agressores sexuais, tendo, na maioria dos casos, um laço afetivo com o abusador, o que torna a problemática ainda mais silenciosa e preocupante.

Cabe salientar, sobretudo, que a preocupação quanto a prevenção das múltiplas violências sexuais se dão através dos impasses e dos desafios que são colocados à sociedade no que se refere a proteção infantojuvenil e ao seu processo de desenvolvimento. Desse modo, faz-se necessário ressaltar que ao falar sobre o combate aos crimes sexuais, não se pode eliminar as inquietações que cercam a sexualidade infantojuvenil (Oliveira; Cruz, 2015).

Um dos espaços em que se deve falar sobre a sexualidade infantojuvenil para além da perspectiva biológica é a escola. Tornar a temática uma pauta importante na educação de crianças e adolescentes, onde possa ser tratada como um assunto positivo e natural, tem sido discutido, inclusive, na psicologia escolar. A figura de psicólogas/os escolares nesse processo construtivo pode auxiliar no desenvolvimento sexual saudável desses sujeitos, uma vez que a sexualidade se dá, também, nesse espaço (Manfio *et al.*, 2020).

Logo, este trabalho objetiva refletir a respeito das possíveis contribuições das psicólogas/os escolares na desconstrução da cultura do consentimento sexual, além de tencionar sobre os impactos desta cultura para a manutenção das diversas formas de expressão da violência e reforçar a relevância da educação sexual na escola como estratégia de prevenção às múltiplas violências sexuais.

BASE TEÓRICA

A concepção social do que vem a ser a infância nem sempre esteve presente na nossa sociedade. Neste sentido, pode-se inferir que a infância, bem como as outras fases do desenvolvimento humano, trata-se de um construto social (Papalia,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO (2013). Ela só passou a existir em meados dos séculos XVIII e XIX, com o movimento denominado Iluminismo⁴, no qual o papel da criança no contexto social, despertado pela mudança cultural e outros fatores, passou a ser enxergado de outra forma, conquistando uma visibilidade maior ao longo da história e estabelecendo nas relações sociais uma consciência coletiva acerca dos cuidados infantis que antes eram ignorados.

Antes de ser percebida como uma pessoa em desenvolvimento e necessitada de cuidados especiais, a criança era submetida a inúmeras atividades inadequadas, incluindo jogos sexuais e programas vulgares, considerados “apropriados” até a Idade Média, uma vez que elas eram tratadas como pequenos adultos pelos mais velhos.

Não havia discriminação na maneira como o adulto se relacionava com a criança, embora essa realidade tenha passado a ser repudiada e encarada como um ato de violência contra crianças e adolescentes com o passar do tempo, onde surgiram reformas humanísticas e políticas, como a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes (CDC), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, que reconhece as crianças como pessoas merecedoras de cuidado e proteção devido ao vulnerável processo de desenvolvimento em que estas se encontram (CFP, 2020).

No entanto, mesmo com as transformações sociopolíticas para a proteção integral do público infantojuvenil, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, pouco se avançou no sentido de prevenir e amenizar os efeitos desse fenômeno, uma vez que essa violência ocorre de forma silenciosa não apenas por não apresentar, na maioria dos casos, marcas físicas, mas também pela incompreensão da vítima no que tange a agressão sofrida (Aded *et al.*, 2006 *apud* Cogo *et al.*, 2011).

É possível perceber, ao longo da história, que as diferenças comportamentais e biológicas estabeleceram uma infeliz desigualdade entre os sexos, incluindo, também, a discrepância na educação para “meninos” e “meninas”⁵, que, por sua vez, são instigados a se portarem de acordo com as normas “apropriadas” para o seu

⁴ O Iluminismo, também conhecido como o “Século das Luzes”, surgiu na segunda metade do século XVIII com o objetivo de enfatizar a razão e a ciência como formas impulsionadoras para o ser humano conquistar sua liberdade intelectual (Silva, 2007).

⁵ As aspas são para demarcar os gêneros atribuídos socialmente às pessoas de acordo com o seu sexo biológico, não às identidades de gênero.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sexo biológico. O ensino oferecido às “meninas” era pautado na ideia de servir ao marido e procriar, enquanto os “meninos” eram colocados em um lugar de visibilidade social (Felipe, 2014).

De acordo com os artigos publicados pelo Dr. Arthur Ramos (1940 *apud* Felipe, 2014), a sexualidade infantil era considerada uma questão perigosa e preocupante, devendo passar por um rigoroso controle para que as manifestações de prazer da criança não fossem estimuladas. Diante disso, observa-se que a falta de informação sobre as questões sexuais era e ainda é enxergada como uma forma de proteger a criança de comportamentos sexuais precoces.

Até os dias atuais, inclusive, a sexualidade de crianças e adolescentes ainda é um tema polêmico e naturalmente tratado como uma questão repressiva (Melo *et al.*, 2010). Compreende-se que o desconhecimento da sociedade quanto à sexualidade infantojuvenil interfere diretamente na elaboração de estratégias que combatam a violência sexual e garantam os direitos sexuais desse público (Hazeu, 2004).

É comum que as crianças demonstrem curiosidades sexuais ao longo do seu desenvolvimento e sintam a necessidade de serem tocadas, acariciadas e abraçadas, uma vez que esse comportamento corresponde às etapas de um bom desenvolvimento da sexualidade infantil. Espera-se que crianças e adolescentes conheçam o próprio corpo através da exploração da genitália, como gestos masturbatórios, no sentido de se conectarem intimamente com o seu sexo (Hazeu, 2004).

É importante destacar que esse comportamento sexual inerente na infância quando relacionado às violências sexuais é interpretado erroneamente como um convite ao adulto para a execução do ato, fazendo com que a sexualidade infantil seja mesclada à sexualidade adulta através de um controle cultural e patriarcal que foi estabelecido sobre os corpos infantis (Hazeu, 2004).

Frente ao exposto, é importante entender, preliminarmente, a noção de consentimento existente na sociedade quando interligada às práticas sexuais. Compreende-se que as relações sexuais entre duas pessoas só devem ser normatizadas quando elas sabem o que estão consentindo, isto é, qualquer tipo de contato sexual que ocorra sem o consentimento de ambas partes é considerado ilegal. Logo, o sexo entre um adulto e uma criança é imediatamente apontado como um ato de criminalidade, pois a criança não tem consciência da violência sofrida,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO além de ser considerada uma pessoa vulnerável e tutelada (Souza, 2015).

É válido demarcar que as crianças estão vivenciando o estágio piagetiano conhecido como estágio pré-operatório⁶, o que significa que elas se envolvem no pensamento simbólico com mais frequência, não sendo capazes de usar a lógica. Nessa fase, as crianças conseguem criar representações mentais de coisas que, para elas, são significativas, mas têm dificuldades para entender a perspectiva do outro (Papalia, 2022). Trazendo esse pensamento piagetiano para dentro das violências sexuais, constata-se que as crianças têm consciência dos toques do abusador, mas não possuem conhecimento para entender que se trata de um contato abusivo.

Vale salientar, inclusive, que o silêncio da vítima é usado como um subterfúgio para justificar a ocorrência de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, servindo de objeto de ameaça por parte do agressor, que abusa de uma posição de poder e autoridade a fim de conquistar a atividade sexual desejada.

Além disso, quando o silenciamento que permeia a vítima é compreendido como uma opção, a dominação existente entre o abusador e a criança passa a ser ignorada. O corpo da pessoa vitimada torna-se o principal objeto de dominação por parte do agressor, o que acaba por aniquilar a subjetividade da criança, afetando a sua identidade e a sua autonomia (Farias, 2005).

É significativo trazer, inclusive, que o corpo representa a subjetividade e a expressão humana, podendo ser compreendido como uma construção histórica e cultural e percebido como a principal cerne de desejo, manipulação e investimento pela sociedade, tornando-o alvo de transformações exacerbadas e de expectativas ideais (Ferraz; Serralta, 2007 *apud* Soares; Barbosa, 2020).

Partindo do pressuposto de que a psicologia exerce um compromisso ético com as diretrizes legais das políticas públicas em que a profissão está inserida, as suas contribuições para a educação sexual devem ser desempenhadas em interface com as questões sexuais interligadas às relações humanas, considerando as emoções, as reflexões, a autonomia das crianças e adolescentes e a capacidade de discernimento quanto a própria sexualidade (Moura et al., 2011).

Dessa forma, Ribeiro (2008) ressalta que:

⁶ Na teoria de Piaget, esse estágio ocorre dos 2 anos aos 7 anos, sendo o segundo maior estágio do desenvolvimento cognitivo (Papalia, 2022).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Falar de sexualidade nem sempre é fácil, geralmente acabamos falando sobre atos sexuais, funções do corpo humano, métodos, anticoncepcionais, prevenção de doenças. Falar da sexualidade não como uma questão pessoal e privada, mas como uma produção histórica, uma questão social e política, na qual se exercem relações de poder (p. 125).

A figura da/o psicóloga/o surge, nesse contexto educacional, como um agente de natureza acolhedora que tem por objetivo mediar esse processo e valorizar a diversidade humana, tendo um olhar sensível às questões voltadas para a sexualidade e todos os fenômenos que a envolvem (Santana et al., 2016).

Nesse sentido, nota-se a importância da Psicologia Escolar em trabalhar as questões voltadas para a sexualidade infantojuvenil como uma manifestação orgânica da subjetividade humana, enfatizando o seu espaço de expressividade. Essa perspectiva também está atrelada ao corpo como a principal fonte de expressão, autonomia e prazer, jamais o controle, o poder e a posse de outrem sobre os corpos infantojuvenis, “naturalmente” impostos pelo sistema patriarcal (CFP, 2019).

Nessa perspectiva, a educação sexual escolar surge como uma ferramenta capaz de oferecer autonomia e empoderamento da criança e da/o adolescente sobre o seu próprio corpo, fazê-la reconhecer os seus direitos e entender sobre consentimento e prevenção de violências sexuais dentro de um processo que favoreça a construção do indivíduo (Lima, et al., 2021).

A educação sexual não deve ficar restrita às questões biológicas, geralmente associadas aos paradigmas desejáveis pela sociedade, mas uma formação que envolve a individualidade de cada sujeito e se estabelece através de seus prazeres e anseios. Faz-se necessário proporcionar momentos de reflexão e discussão nas salas de aula, não só para transmitir informações voltadas para a educação sexual, mas para dar voz às/aos jovens que estão em processo de construção de identidade e autonomia.

Ao abordar a temática, a/o profissional de psicologia e toda equipe interdisciplinar devem ter uma atenção especial, bem como cuidado com a linguagem empregada no diálogo a fim de evitar que o espaço que deveria ser de proteção, se torne um espaço de perpetuação das violências e conseqüentemente acabe eliciando na pessoa vitimada sofrimentos que culminem no desenvolvimento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de traumas mais severos (Magni; Correa, 2015).

Dada a complexidade que o tema se apresenta nas instituições de ensino e os moldes que o cercam, torna-se urgente e indispensável o comprometimento de psicólogas/os no processo de reconstrução de espaços humanizadores e formativos, considerando a realidade dos indivíduos que fazem parte desse sistema em suas múltiplas variações e a pluralidade de fenômenos subjetivos que movimentam as relações interpessoais (Maia et al., 2012).

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico-reflexivo, a qual Severino (2007 *apud* Sousa; Oliveira; Alves, 2021) descreveu como:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 3).

Portanto, para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se a SciELO (Scientific Eletronic Library Online)⁷ e a PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia)⁸ como as principais bases de dados, entretanto, pesquisas complementares foram feitas em outras fontes para embasar o conteúdo, tais como: Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, Ministério da Saúde, Instituto de Geografia e Estatísticas.

Para as buscas nas supracitadas plataformas foram usados os seguintes descritores: “violência sexual contra crianças e adolescentes”, “cultura do consentimento”, “Psicologia Escolar” e “educação sexual escolar”.

Diante da ausência de materiais que combinem todos os descritores mencionados, utilizou-se como critério de inclusão materiais que verssem sobre a cultura do consentimento sexual como um fator dominante nas reproduções das múltiplas violências sexuais; que sejam pesquisas que abranjam crianças e

⁷ Site: <<https://www.scielo.org/>>

⁸ Site: <<https://pepsic.bvsalud.org/>>

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO adolescentes de acordo com a faixa etária proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que faça interconexão com a práxis da psicologia escolar no que se refere a promoção de saúde mental.

Com base nos referidos descritores, foram localizados 1661 artigos, sendo 49 selecionados. Sendo assim, têm-se como critérios de exclusão um recorte temporal, no qual foram escolhidos materiais produzidos entre o período de 2002 à 2022, e materiais que não se aplicam à proposta de discussão do trabalho nem respondam às perguntas norteadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que as/os psicólogas/os inseridas/os nesse contexto possuem um grande desafio: sensibilizar os familiares a respeito da importância de abordar a sexualidade com crianças e adolescentes, levando em consideração a subjetividade de cada sujeito, as capacidades cognitivas, a faixa etária e os cenários culturais que as rodeiam, na tentativa de rever conceitos prévios associados ao tema e desenvolver uma escuta atenta e sensível quanto aos sinais de violências sexuais.

Demarcamos que lidar com crenças e costumes que foram socioantropologicamente naturalizados, especialmente quando estão interligados à religião, também requer um olhar crítico ao processo de construção social sobre as temáticas que atravessam e tensionam o cotidiano escolar. As percepções heterossexistas e conservadoras a respeito da educação sexual, onde os temas voltados para a sexualidade infantil são enquadrados em um pensamento negativo e moralista, também carecem de uma atenção minuciosa (Garzon; Silva, 2022).

A ausência de entendimento por parte da vítima devido ao escasso debate sobre as questões da sexualidade infantojuvenil contribui para a invisibilidade da agressão e a “permissão” da pessoa vitimada, visto que não há ações educativas suficientes sobre a sexualidade.

O olhar sobre os aspectos da sexualidade contribui para a formação de pessoas empoderadas e detentoras de informações que lhes protegem. Por conseguinte, faz-se necessária a compreensão de que crianças e adolescentes possuem condições cognitivas de tomar consciência sobre si e o mundo, portanto inseri-los neste cenário, não apenas como intermediários, mas como protagonistas, é fundamental para que elas se emancipem e possam atuar ativamente na

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO construção de espaços dialógicos nos quais a sua subjetividade seja cuidada, respeitada e valorizada como pessoas de direitos (CFP, 2019; CFP, 2020).

É importante salientar que a expressão sexual de um/a adolescente, sobretudo, é uma consequência dos estímulos recebidos na infância e no ambiente, podendo ser afetivo, negligente, violento ou neutro (Febrasgo, 2017). Portanto, o comportamento sexual precoce e mal desenvolvido pode apresentar condições nocivas para os aspectos socioemocionais e se manifestar como impeditivos para o consentimento consciente do/a adolescente, uma vez que eles/as podem não perceber a situação pela qual passam como abusiva.

Isso ocorre porque o cérebro de um/a adolescente ainda está em processo de estruturação e, devido a esses padrões de desenvolvimento cerebral, eles/as tendem a ser mais imprudentes e propensos a comportamentos de riscos. Nessa fase, adolescentes lidam com mudanças corporais, hormonais e identitárias, que os/as tornam mais sensíveis à aceitação dos seus pares e aos estímulos ambientais, visto que as estruturas cerebrais ainda estão em formação (Papalia, 2022).

No entanto, há muitos desafios a serem superados no que se refere à libertação sexual, uma vez que a sociedade ainda está enraizada nas antigas prescrições de gênero e orientação sexual, que acabam colocando a sexualidade em um lugar de constrangimento. Devido a essas convicções, as violências sexuais contra crianças e adolescentes continuam se manifestando às sombras de uma sociedade patriarcal e passando despercebidas por muitos que desconhecem os seus sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste trabalho, as crianças e as/os adolescentes tiveram de enfrentar situações perturbadoras ao longo do tempo até serem percebidas como pessoas detentoras de direitos. Esse processo histórico naturalizou as violências sexuais cometidas a elas, uma vez que, entre os séculos XVIII e XX, eram vistas como pequenos adultos. Por mais que tenham surgido reformas sociais e políticas para proteger esse público, as violências sexuais continuam se multiplicando nos contextos familiares e extrafamiliares (inclusive dentro do ambiente escolar) nos dias atuais, trazendo diversos prejuízos socioemocionais para as pessoas vitimadas.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Como foi demarcado ao longo deste trabalho, falar sobre educação sexual nas instituições escolares pode ajudar crianças e adolescentes a desmistificar tabus e preconceitos em torno da temática, além de prevenir que as violências sexuais sejam naturalizadas em seu ciclo social, tendo em vista que a cultura do consentimento contribui para que essas agressões passem despercebidas e se sobreponham ao sofrimento das vítimas.

Apesar de saber que a sexualidade é uma condição constituinte do sujeito, tratá-la nas escolas é uma tarefa difícil, dada a falta de domínio das/os profissionais de educação e às concepções equivocadas que associam o tema diretamente às práticas sexuais. Desse modo, a Psicologia Escolar se apresenta, nesse contexto, como colaboradora para a implementação das políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes, além de contribuir para a formação continuada de professores a respeito da referida temática.

O olhar atento e sensível da Psicologia Escolar, ao acessar o ambiente da escola, pode contribuir para o desenvolvimento de práticas preventivas, protetivas e fortalecedoras no que diz respeito aos atravessamentos vivenciados pelos agentes que estão no cotidiano da escola objetivando a promoção de saúde mental destes. É importante acessar as crianças e adolescentes através de intervenções que possibilitem a abertura de diálogo, desfazendo as amarras de terror e/ou proibições que cercam a temática da sexualidade.

No entanto, não nos parece pertinente que as intervenções fiquem restritas aos estudantes, visto que, culturalmente, as famílias tentem cotidianamente assumir o controle sobre a maior parte dos comportamentos de suas/seus filhas/os.

Destaca-se que este trabalho não teve por objetivo esgotar as discussões a respeito da cultura do consentimento, nem do papel da/o psicóloga/o escolar frente a tal questão. Outrossim, diante da escassez de materiais sobre a temática supracitada reforça-se a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas a respeito dela, bem como a relevância de atuarmos enquanto sociedade no combate a cultura do consentimento sexual.

REFERÊNCIAS

COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G.; LINDNER, S. R.; **Violência: definições e tipologias.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

COGO, K. S. et al. **Consequências psicológicas do abuso sexual infantil.**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Unoesc e Ciência, v. 2, n. 2, p. 130-139. Joaçaba, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. 67 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. – 2. Ed. – Brasília: CFP, 2020. 76p

FARIAS, T. M. S.; NANTES, E. S. AGUIAR, S. M.; **Fases psicosexuais freudiana. Simpósio sexual de educação sexual**. Paraná, 2015

FEBRASGO. **Sexualidade na adolescência**. v. 2, n. 3, p. 03-84. São Paulo, 2017.

FELIPE, J. **Infância, gênero e sexualidade. Educação e Sexualidade**. Porto Alegre, 2014.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. Rev. Psicol., v. 27, n. 2, p. 139-144. Minas Gerais, 2015.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)**. São Paulo, 2021.

GARZON-MONROY, A. M.; SILVA, K. L. **Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. São Paulo, 2022.

HAZEU, M. **Direitos sexuais da criança e do adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento República de Emáus. Pará, 2004.

HOHENDORFF, J. V.; PATIAS, N. D. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo**. Barbarói, n. 49, p. 239-257. Santa Cruz do Sul, 2017.

MAIA, A. C. B. et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. Psicologia em Estudo. São Paulo, 2012. MANFIO, A. et al. **O papel da escola diante ao abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes**. São Paulo, 2021.

MANFIO, A. et al. **O papel da escola diante ao abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes**. São Paulo, 2021.

MELO, E. R. et al. **Criança e adolescente: direitos, sexualidades e reprodução**. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP. Ed. 1, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, I. J.; CRUZ, C. A. B. **Abuso sexual: uma reflexão sobre a violência**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contra crianças e adolescentes. Revista Científica do ITPAC, v. 8, n. 1. Sergipe, 2015.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, R. **Desenvolvimento Humano**. Ed. 14, Porto Alegre, 2022.

_____. **Desenvolvimento Humano**. Ed. 12, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, P. R. C; SILVA, F. F; MAGALHÃES, J. C; QUADRADO, R. P, **Educação e Sexualidade**: identidade, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, homofobia. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

SILVA, J. B. **O Iluminismo**: a filosofia das luzes. Feira de Santana, 2007.

SOARES, M. D.; BARBOSA, J. F. **O corpo ideal**: representação de corpo na subjetividade e contemporaneidade. Rev. Bras. Psico. e Educ., v. 22, n. 1, p. 238-254. Araraquara, 2020.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 64-83. Uberlândia, 2021.

SOUZA, E. **Como romper os ciclos de violência**. Revista de Psicologia Especial. Ed. Mythos, São Paulo, 2015.

**IMPORTÂNCIA DO DIREITO AMBIENTAL NA PREVENÇÃO A CONDUTAS
LESIVAS AO MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO EM COMUNIDADES RURAIS**

Maria Raquel de Carvalho Cardoso

Graduada em Direito
Pesquisadora do GETEL-UNEB
E-mail: raquel@outlook.com

RESUMO

Trata-se de um estudo exploratório inicial, efetivado por meio de um trabalho de campo, de cunho qualitativo, que buscou efetivar uma radiografia de práticas exercidas por agricultores, em suas comunidades, no que tange a condutas lesivas ao meio ambiente. Para isso, efetivamos uma incursão em campo, observando comunidades rurais na cidade de Serrinha, no ano de 2022. O estudo nos oportunizou a tecer algumas considerações sobre a importância de levar a conhecimento das pessoas, sobretudo nas comunidades rurais, as informações quanto ao Direito ambiental e suas interfaces em relação ao fomento de práticas preservacionistas e ecologicamente assertivas. Dentre várias ponderações reflexivas, evidenciou-se a necessidade de construção de ações socioeducativas, informando aos agricultores quanto a Lei de Direito ambiental, como forma de formação dos sujeitos numa perspectiva eco responsável pelo meio ambiente.

Palavras- chave: direito; ambiental; educação; intervenção; socioambientais; eco responsabilidade.

RESUMEN

Se trata de un estudio inicial exploratorio, realizado a través de un estudio de campo, de carácter cualitativo, que buscó realizar una radiografía de las prácticas realizadas por los agricultores, en sus comunidades, respecto de conductas nocivas al medio ambiente. Para ello, realizamos una salida de campo, observando comunidades rurales de la ciudad de Serrinha, en el año 2022. El estudio nos dio la oportunidad de hacer algunas consideraciones sobre la importancia de concientizar a las personas, especialmente en las comunidades rurales, sobre información sobre el entorno del Derecho y sus interfaces en relación con la promoción de prácticas conservacionistas y ecológicamente asertivas. Entre varias consideraciones reflexivas, se destacó la necesidad de construir acciones socioeducativas, informando a los agricultores sobre la Ley de Derecho Ambiental, como forma de formar sujetos en una perspectiva eco-responsable con el medio ambiente.

Palabras clave: derecho; ambiental; educación; intervención; socioambiental; eco responsabilidad.

INTRODUÇÃO

Durante o percurso formativo no Curso de Direito, desenvolvemos diversas interfaces entre o ensino e a pesquisa, sendo que alguns componentes efetivamos estudos relativos a Direito ambiental, onde pudemos debater sobre a legislação ambiental, bem como tivemos o a oportunidade conhecer sobre as leis e sanções aplicadas aos vários delitos cometidos contra o meio ambiente.

De acordo com os estudos desenvolvidos, os textos lidos e a leitura dos dispositivos de arcabouço legal inerente a legislação, pudemos acessar a várias informações importantes as quais nos foram bastante úteis para compreender e interagir com a área do direito ambiental, tão necessária aos dias atuais.

Assim, por meio dos estudos que efetivamos, fomos mobilizados a fazer uma investigação exploratória inicial, onde fomos a campo, observar situações de delitos cometidos contra o meio ambiente, registrando tais delitos em forma de fotografias. “*pari passo*”, consultando a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605/fevereiro de 98 pudemos fazer inferências sobre as possíveis sanções e penalidades impostas pela referida lei.

O trabalho teve como objetivos: identificar, nas comunidades rurais, possíveis condutas lesivas cometidos contra o meio ambiente, no âmbito da fauna e da flora local, descrever tais práticas e verificar, à luz da legislação, quais seriam os possíveis encaminhamentos no tocante a prevenção a tais infrações ambientais.

No entanto, a concluir o trabalho de campo, identificamos uma problemática que carece de estudos futuros: De que modo, enquanto cidadãos, poderemos interferir, para coibir ações lesivas ao meio ambiente. Percebemos assim, que o tema em questão é profundo e requer contínuos estudos e ações de intervenção social e ambiental para contribuir com a edificação da cultura socioambiental responsável pelos ecossistemas da Terra.

REFLEXÃO TEÓRICA

Nos dias correntes, temos assistido à amplitude dos debates quanto as questões ambientais, haja vista as sérias consequências climáticas reverberadas nos eventos adversos em extremos, como as ondas de calor e frio antagônicas que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO as populações do planeta Terra têm vivenciado.

Os fenômenos de desordens climáticas têm mostrado e visibilizado para o mundo o quanto as questões de preservação dos ecossistemas, dos diversos biomas precisam ser postas em prática. Vários encontros mundiais discutem as questões ambientais o que, em certa medida, tem ajudado a população planetária na construção de pautas de preservação ambiental.

No entanto, a urgência nas ações de cuidados, planejamentos e práticas conservacionistas reclamam por posições mais contundentes quanto aos crimes e condutas lesivas ao meio ambiente, o que de certo modo, encontra ecos no arcabouço jurídico a saber a Lei 9.605 de 12/02/1998. Conhecida como Lei dos crimes ambientais.

A Lei 9.605/98, também conhecida como **Lei dos Crimes Ambientais**, foi criada durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, e foi responsável por determinadas modificações no Direito Ambiental Brasileiro. Muitas condutas as quais eram encaradas juridicamente apenas como contravenções foram, a partir da promulgação da Lei, tratadas como crimes. Além disso, a Lei dos Crimes Ambientais passou a prever a responsabilização penal de pessoas jurídicas e estabeleceu quais seriam os atos lesivos ao meio ambiente e ao ecossistema, preocupando-se em proteger o patrimônio artístico-cultural, e estabelecer a maneira correta de responder pelas lesões, seja no âmbito penal ou administrativo. (Wikipedia, 2024)

Dentro do arcabouço jurídico, encontramos na Lei 9.605/1998 possibilidades de efetividade de ações que venham a coibir condutas predatórias e lesivas ao escopo ambiental.

[...] além dos cuidados ambientais diretamente no que tange aos ecossistemas, à fauna e à vegetação protegidas pela Lei 9.605/98, esse dispositivo da Legislação Penal também visa proteger a saúde pública, o espaço urbano e o patrimônio artístico, histórico e cultural; tendo em vista que condutas danosas ao meio ambiente causam desequilíbrio climático e/ou prejuízos ao consumo no que tange aos recursos naturais essenciais para a manutenção da vida e da saúde populacional. Ademais, do art. 62 ao art. 65, a Lei tipifica penalmente algumas condutas prejudiciais ao patrimônio artístico, histórico e cultural. (Wikipedia, 2024)

Ademais, para além de estabelecer sanções, a Lei em tela, também tem como viés a preservação ambiental, posto que serve de bússola para edificação de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO práticas educativas que orientem as pessoas com relação a preservação ambiental.

Com certo sentido, as práticas socioambientais precisam estar atreladas ao sistema jurídico, no entanto, carecem de serem pautadas pela educação ambiental.

A Lei de Crimes Ambientais é uma das principais legislações na área do Direito Ambiental no Brasil. Ela visa não apenas punir e coibir condutas criminosas em relação ao meio ambiente, como também promover a preservação e reparação das áreas que sofreram danos. (Fachini, 2022, p.1)

Seguindo a perspectiva de Fachini (2022) entendemos o Direito Ambiental, sobretudo os dispositivos legais como instrumentos de educação, pois somente por meio das ações educativas, poderemos reverter as questões lesivas ao meio ambiente, muitas vezes, cometidas por pessoas que não tiveram acesso a chamada educação ambiental.

Neste escopo, vislumbramos a perspectiva de atrelar a difusão do disposto na Lei, como assevera o Direito ambiental brasileiro a chamada Educação Ambiental sobretudo considerando a Lei de nº 9795/99 (Lei de Educação Ambiental) a qual determina, em todos os níveis de educação, em espaços formal e não formal, a obrigatoriedade da prática de Educação Ambiental, bem como a formação continuada para os professores em atividades para que consigam atender aos princípios da legislação.

Educação Ambiental aqui entendida, de acordo Printes (2012) como “um processo coletivo, longo, recíproco, no qual os indivíduos se eduquem em comunhão mediatizados pelo ambiente.”, ou seja, uma educação que recupere valores, discuta pontos de vista e que seja transformadora. (Simões e Cardoso, 2029, p.32-33)

Para Lindner (2012) o compromisso real da escola é o de formar cidadãos conscientes e comprometidos com o bem coletivo, para além disso, o autor acredita que o ser humano deste século deve se apropriar do seu meio, absorver ações, criar um “sistema orgânico e equilibrado”, para isto ser possível os professores e formadores de opinião devem debater e repensar os valores atuais, de acordo o autor.

De tal maneira, urge que consigamos efetivar práticas socioeducativas, sejam elas em espaços escolares, quanto em espaços não escolares, posto que, o conhecimento, o estudo, a difusão das práticas em conservação, preservação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ambiental, precisam alcançar ecos de ações efetivas, pois o caos ambiental se anuncia a cada momento.

Posto isso, asseveramos o que dizem Simões e Cardoso (2019)

Devemos educar para que se tornem cidadãos que levem a sério as questões ambientais e percebam a importância das nossas mudanças de hábitos para a preservação do ambiente. Trata-se de uma educação para que torne o educando cidadão planetário, termo que surge levando em consideração o conceito de cidadania, de acordo Moraes (2016), o termo cidadania planetário surge da consciência de que, independente de nacionalidade ou do contexto em que vivemos, todos os indivíduos fazem parte de um mesmo planeta, que precisa de cuidados e necessita ser valorizado e amado. (Simões e Cardoso, 2019, p.33)

Destarte, enfocando a ideia de um cidadão que se implica e se engaja nas ações comprometidas com o meio ambiente, acreditamos que o sistema legal, aliado a educação socioambiental poderá contribuir de modo efetivo com a preservação ambiental e a construção de uma cultura planetária, eco sustentável e responsável.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E REFLEXÕES ANALÍTICAS

Mesmo se caracterizando com uma incursão inicial, ou seja, um trabalho de campo, de cunho exploratório de partida, consideramos a importância de asseverar o caminho metodológico pelo qual efetivamos o estudo de campo.

Para isso, acolhemos como abordagem do estudo a perspectiva qualitativa pois o trabalho efetuado na área da pesquisa foi entendido como um estudo exploratório inicial e de campo, usando-se, para tais técnicas de coleta de dados, as observações.

A abordagem qualitativa se constitui como perspectiva coerente para nortear o estudo sobre as relações entre os atores sociais e as demandas do uso das TICs, como dispositivos pedagógicos no processo educativo sendo que abrange muitos aspectos inclusive os subjetivos, os quais, na abordagem quantitativa não são contemplados pois tal perspectiva se volta para dados mensuráveis a partir de recursos e técnicas predominantemente estatísticos.

O interesse do pesquisador está em retratar como um determinado problema se manifesta nas atividades e nas interações cotidianas; - o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
atenção do pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa em capturar a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas; - a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Os estudos se consolidam basicamente de baixo para cima, por isso, é dispensável hipóteses antecipadas, mesmo assim, devem existir um quadro teórico que oriente a coleta e análise dos dados. A pesquisa qualitativa envolve a descrição de dados obtidos pelo pesquisador através do contato direto com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes diante dos fatos que envolvem o contexto social, visto que suas raízes têm origem na fenomenologia, metodologia que apresenta diferentes variáveis investigativas. (Bogdan; Biklen, 1994, p. 47).

Em razão do objeto, da natureza dos objetivos anunciados para o estudo, foi necessário adentrar no contexto natural e real onde acontecem as relações entre os sujeitos e o meio ambiente.

Em incursão feita a duas comunidades rurais, no ano de 2022, localizadas na cidade de Serrinha, efetivamos uma observação sistemática, usando para isso, protocolo de estudo, alicerçado na Lei 9.605/ 1212/1998, no que tange a identificação de conduta lesivas ao ambiente, foram percebidas algumas ações, as quais sistematizamos por meio de uma tabela.

Tabela 01: Inventário de condutas lesivas ao meio ambiente

Atitude prejudicial ao ambiente	Fauna	Flora	Local	Tipo de ecossistema
Prisão de animais silvestres em gaiolas/cativeiro	x	x	Comunidade rural X	terrestre
Poluição ambiental: lixão a céu aberto	x	x	Lixão/zona rural	Terrestre/aquático
Poluição ambiental: por depósito de lixo hospitalar	x	x	Comunidade rural y	Terrestre
Maus tratos a equinos	x		Comunidade rural y	Terrestre
Queimadas sem controle	x	x	Comunidade rural X	Terrestre ambiental/ ar
Desmatamento sem controle	x	x	Comunidade rural K	Terrestre
Assoreamento de córrego/riacho	X	x	Comunidades diversas	Aquático

Fonte: Dados catalogados pela pesquisadora, 2022

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Asseveramos que não foi nossa intenção a detecção e identificação, ou mesmo denúncia de pessoas com conduta delitivas, mas sim, construir uma breve amostragem das ações predatórias e lesivas ao meio ambiente para assim, ser indutora de discussões mais profundas para levar á cabo uma política de ações socioambientais responsáveis pelo meio ambiente. Logo, por razões éticas, não será necessário revelar nomes das localidades tampouco de pessoas que colaboraram com nosso inventário.

O que verificamos “in locum” trata-se de uma fotografia, ao nosso olhar, recorrente em muitas comunidades, posto que, há uma carência muito grande de ações que informem, e construam com os sujeitos nestas comunidades, pautas de preservação ambiental, informando-os quanto aos prejuízos que as condutas lesivas podem provocar no presente e no futuro para o meio ambiente e consequentemente para as pessoas.

O estudo exploratório, de cunho inicial, nos permitiu o contato direto com a realidade investigada, demarcando as vivências que os agricultores têm construído, ao longo dos anos, com os modelos de exploração do meio, com o sentido da produção agrícola.

No entanto, dadas as situações conjunturais em que o mundo enfrenta, em termos das desordens climáticas e o fenômeno do aquecimento global, torna-se crucial que a Educação ambiental seja constituída em instituições escolares camponesas assim como a todos os espaços não formais onde seja possível dialogar, interagir, e difundir informações sobre ecologia e possibilidade de convivências entre agricultura e conservação ambiental.

Tudo será possível, por meio da educação, das ações socioeducativas que se direcionem a ajudar as pessoas a reflexão e construção consciente de práticas de uso, convivência em espaços ambientais, cujas práticas sejam assertivas quanto a manutenção dos recursos naturais.

CONCLUSÃO

Percebemos com este trabalho que no município de Serrinha, infelizmente, as pessoas da comunidade e o poder público local ainda não têm constituído práticas ambientais ecossustentáveis, onde pudemos ver problemas ambientais de várias formas contra a fauna e a flora sem contudo, haver qualquer tipo de ação educativa e ou

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO coibição. Como vimos, por exemplo o lixão a céu aberto, numa comunidade, ficando o depósito de lixo localizado perto de escolas, causando transtornos aos moradores e o pior, o risco de endemias.

Outro grave problema percebido contra a fauna local são os maus tratos cometidos por carroceiros quando fazem uso inadequado da força animal sem, contudo, propiciar aos seres, o descanso e alimentação, ou mesmo a oferta de água. Vimos animais sendo manejados de modo inadequado e tratados como se tal ato fosse o mais normal possível.

Outra situação grave detectada foi a prisão e a manutenção de aves silvestres em cativeiro, fato condenado pelas entidades e proibido por lei.

Enfim, pudemos verificar, num simples levantamento feito, que, Serrinha carece de ações voltadas a educação ambiental e conscientização popular, também que inspirem o poder público local e organizações civis na busca pela ações eco responsáveis e assertivas no que tangem a proteção ambiental.

Sendo assim, concluímos este estudo, verificando a necessidade de ações voltadas a informação e a divulgação mias efetiva da lei de crimes ambientais assim como, a carência de ações de intervenção no campo do direito ambiental aliadas a efetivação de intervenções socioeducativas no que tange a educação ambiental das pessoas.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Cordex v. 12, p. 47- 51 (Coleção Ciências da Educação), 1994.

BRASIL, **LEI nº 9.605/12/02/1998**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em 09/12/2023

FACHINI, Tiago. **Lei de Crimes Ambientais: tipos e penas previstas na Lei 9605/98**, 06/12/2022. Disponível em:
<https://www.projuris.com.br/blog/lei-de-crimes-ambientais/>

PRINTES, Rodrigo Cambará. 10. **Unidades de conservação, Educação Ambiental e negociação de conflitos**. In: LISBOA, Cassiano Pamplona; EUNICE, 51, Aitalsaia Kindel (orgs). Educação Ambiental: da teoria à prática. Porto Alegre: Mediação, 2012. Páginas 137-142.

SIMÕES, Luana Mota CARDOSO, Jusceli Maria O. de C. **Um Estudo Colaborativo:**



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Literatura Como Dispositivo para Fomentar a Educação Ambiental Contextualizada
na Caatinga. Trabalho de Conclusão de Curso, Colegiado de Curso de Pedagogia,
UNEB, DEDEC XI, Serrinha, 2019, 60 pág.

Sites acessados:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Crimes_Ambientais

TECENDO O FUTURO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO ACESSO À MORADIA DIGNA E SERVIÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES BRASILEIRAS

Millena Carneiro Lima⁹

Universidade do Estado da Bahia
E-mail: adm.millenacarneiro@gmail.com

RESUMO

O rápido crescimento urbano no Brasil tem gerado uma demanda crescente por moradia digna e serviços públicos essenciais. Este estudo investiga como a falta de habitação adequada impacta direitos fundamentais como trabalho, educação e saúde. A pesquisa, de caráter qualitativo, realiza uma revisão bibliográfica de 2019 a 2023, explorando obras de Maricato (2015), Romagnolli (2012), Pisarello (2003) e outros autores. Utilizando descritores específicos, foram analisadas teses e dissertações da CAPES para aprofundar o conhecimento. A pesquisa busca subsidiar políticas públicas eficazes, promovendo melhorias nas condições habitacionais e na qualidade de vida urbana, destacando-se pela relevância social e acadêmica. Em síntese, os estudos analisados sublinham a importância de uma política habitacional que leve em conta não apenas a quantidade, mas também a qualidade das moradias e a integração delas em bairros com infraestrutura adequada.

Palavras-chave: moradia; infraestrutura; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

No último século as cidades brasileiras cresceram de maneira acelerada e na maioria delas as pessoas passaram a construir seus espaços sem pensar que estavam há arquitetar também a cidade. Com o crescimento da industrialização a cidade foi crescendo de maneira desordenada e sem planejamento, na maioria das vezes, impulsionada pelo êxodo rural a população visava na cidade a esperança de um futuro melhor.

Em outras palavras, diante da urbanização crescente e na busca por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, a procura pelos grandes centros intensificou a demanda por moradia. No entanto somente moradia não é o

⁹ Aluna especial do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia. Graduada em Administração e especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia, especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Universidade Estácio de Sá.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO suficiente é necessário também acesso aos serviços públicos essenciais: educação, saúde, transporte e lazer, conforme reza o artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988, no que diz respeito à habitação digna, condições de infraestrutura do empreendimento e aos aspectos simbólicos do acesso à habitação.

Acrescenta-se a isso o ônus excessivo do aluguel e a quantidade de famílias numerosas que dividem o mesmo domicílio onde na maioria das vezes não possui infraestrutura suficiente para comportar todos os habitantes, diante disso o acesso à moradia passou a ser um problema público e virou objeto de vários estudos.

Diante dessa problemática, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a falta de habitação digna impacta o acesso aos direitos fundamentais, como trabalho, integridade física, educação, saúde, privacidade, vida familiar e participação política? Assim, essa pesquisa tem como objetivo geral: Este estudo, de caráter qualitativo, se configura como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do conhecimento e tem como objetivo central identificar estudos sobre o acesso a moradia digna e aos serviços públicos essenciais nas cidades brasileiras, no espaço temporal de 2019 a 2023.

Tendo em vista a contextualização da problemática do déficit habitacional no Brasil, a presente pesquisa se justifica dada a importância de garantir ao cidadão brasileiro o acesso à moradia digna conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 88, além disso a constituição também prevê em seu artigo 23 como sendo da competência comum da União, Estados, Distrito Federal, e Municípios a promoção de programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais.

Esta pesquisa visa contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes, buscando melhorar as condições de habitação e elevar a qualidade de vida da população urbana brasileira. Além de identificar desafios e oportunidades significativas, ela oferece benefícios como a produção de relatórios que podem subsidiar pesquisas futuras e servir como base para gestores.

Nas próximas seções, serão mencionados os conceitos e reflexões - sob a ótica de diversos autores como Maricato (2015), Romagnolli (2012), Pisarello (2003), dentre outros que embasaram esta pesquisa. Em seguida foram utilizados descritores relacionados a pesquisa visando encontrar trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante um período de cinco anos (2019-2023), que pudessem

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contribuir e ampliar as discussões aqui estabelecidas. Após a análise e discussão dos resultados serão expostas as considerações finais.

BASE TEÓRICA

O acesso à moradia pode ser considerado um problema histórico no Brasil principalmente para as populações de baixa renda. A urbanização acelerada de acordo com Maricato (2015) tem privado de direitos a população urbana, isso porque o processo de urbanização no Brasil segue a lógica da cidade mercadoria, favorecendo assim os produtores imobiliários sem o devido planejamento territorial e sem a devida preocupação com o cidadão.

Assim a localização se torna condicionante do valor da moradia devido a fatores como: distância do local de trabalho, acessibilidade e facilidades de locomoção, acesso a serviços e infraestrutura, vizinhança, qualidade do ambiente, entre outros. De acordo com Almeida (2011) às características locais são fatores externos que podem ser favoráveis ou não na valorização de um imóvel.

A criação de políticas públicas para auxiliar na redução do déficit habitacional começou a fazer parte da agenda pública em 1964, em seguida com a Constituição Federal de 1988 trouxe o direito à cidade que seria reforçado com surgimento da Lei 10.257/2001 nomeada Estatuto das Cidades que de acordo com Santos Júnior e Montandon (2011) trazem uma série de ferramentas que buscam com a democratização do espaço e do processo de gestão, como IPTU progressivo, por exemplo.

Diante de uma crise internacional que afetou diversos países no ano de 2009, o governo brasileiro decidiu impulsionar a economia através do incentivo à construção civil, conforme pontua Romagnoli (2012) com a aprovação da medida provisória nº459 foi instituído o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, no qual o governo federal transfere recursos para as construções das habitações voltadas para população de baixa renda.

Ao analisarmos a fala de Rolnik (2015) na qual afirma que a moradia significa a inserção em um bairro, ou seja, em um pedaço da cidade com infraestrutura completa, com acesso direto e fácil a equipamentos de educação, saúde e culturas, a oportunidade de desenvolvimento humano e emprego, percebe-se que ao fornecer moradia digna existem outros fatores que devem ser levados em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO consideração.

Maricato (2015) complementa essa ideia ao afirmar que não há como pensar a habitação sem considerar o saneamento, o transporte. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transportes precários, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menores oportunidades de emprego (particularmente de emprego formal), menores oportunidades de profissionalização e difícil acesso ao lazer.

Assim, Pisarello (2003) ainda acrescenta que a privação do acesso à moradia digna pode ocasionar no acesso restrito a outros direitos essenciais para o cidadão tais como: o direito ao trabalho, à integridade física, à educação, à saúde, à privacidade, à vida familiar e à participação política. Assim a falta de moradia não só afeta sua vida doméstica, mas também tem um impacto profundo em sua capacidade de exercer diversos outros direitos e participar ativamente na sociedade.

Os autores mencionados concordam em si quanto à necessidade de um aparato de infraestrutura para as moradias populares, bem como a garantia aos serviços públicos. Além disso, oferecem uma visão abrangente das complexidades que envolvem o acesso à moradia digna, desde a urbanização desordenada até os impactos da falta de habitação adequada nos direitos fundamentais e a valorização dos imóveis com base em fatores locais. Suas análises ressaltam a necessidade de abordagens integradas e políticas públicas eficazes para enfrentar esses desafios no contexto urbano brasileiro.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O método de pesquisa escolhido é qualitativo, conforme descrito por Demo (2011), destacando-se por sua ligação intrínseca com a práxis. Este estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado do conhecimento e tem como objetivo central identificar estudos o acesso à moradia digna e serviços públicos nas cidades brasileiras, no espaço temporal de 2019 a 2023.

As buscas foram realizadas em outubro de 2023, utilizando como fonte de busca principal o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada a Plataforma.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Para isso foram utilizados descritores relacionados a pesquisa realizada visando encontrar trabalhos que pudessem contribuir e ampliar as discussões aqui estabelecidas.

Com base na taxonomia proposta por Vergara (2001), quanto aos fins, essa pesquisa se classifica como exploratória; quanto aos meios, como pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, pois pretende ampliar o conhecimento na área e subsidiar outras pesquisas sobre o assunto.

A pesquisa será bibliográfica, pois terá seu embasamento teórico em livros, dissertações e anais de eventos. A análise de conteúdo, fundamentada na metodologia de Bardin (2002), envolveu a compreensão e organização dos conteúdos dos artigos científicos resultantes da pesquisa do Estado do Conhecimento. Esses conteúdos foram posteriormente relacionados aos princípios do referencial teórico, estabelecendo conexões significativas entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura foi conduzida para contextualizar os objetos de pesquisa no atual cenário teórico e epistemológico, referido como estado do conhecimento. Conforme Morosini e Santos (2021), esse método envolve a sistematização e análise das produções científicas relacionadas a um tema específico, utilizando repositórios de pesquisa e descritores, que funcionam como palavras-chave.

Portanto, ao utilizar os seguintes descritores “o acesso à moradia digna e serviços públicos nas cidades brasileiras”, identificamos um total de 3 publicações no recorte temporal dos últimos 05 anos. As pesquisas de Vernice (2023), Neto (2022) e Andrade (2022) abordam diferentes aspectos das questões habitacionais no Brasil, incluindo a inadequação das políticas existentes, desafios enfrentados por assentamentos precários e alternativas inovadoras para garantir moradia digna para a população de baixa renda. Cada um contribuiu com uma perspectiva única para repensar o problema habitacional no país.

Quadro 1 - Artigos científicos selecionados no portal de periódicos da CAPES, 2019-2023

AUTORES/ ANO	TIPO/ INSTITUIÇÃO	TÍTULO	OBJETIVO
-------------------------	------------------------------	---------------	-----------------

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

VERNICE, R. R. L. (2023)	MESTRADO/ UEM	(Re)pensando a política habitacional: a moradia como serviço público no contexto das cidades médias	Identificar os desafios para repensar a política habitacional, de modo que a moradia seja vista como serviço público permanente e uma alternativa para população de baixa renda (0 a 3 s.m.).
NETO, P. C. DA R. (2022)	DOCTORADO/ UNIFOR	Outorgas onerosas urbanísticas como mecanismos de financiamento da política de regularização fundiária urbana de interesse social: estudo de caso do município de Fortaleza – Ceará	Analisar a potencialidade de aplicação dos recursos provenientes das contrapartidas financeiras em Outorgas Onerosas Urbanísticas do Direito de Construir e de Alteração de Uso como ferramenta de promoção do acesso à moradia digna, por meio da Regularização Fundiária de Interesse Social (Reurb-S) para os cidadãos inseridos nos assentamentos precários, com o escopo de proporcionar uma ambiência de justiça social urbana através da redução das desigualdades no ambiente cidadão.
ANDRADE, C. B. M. (2022)	MESTRADO/ UNIRIO	As políticas públicas de provisão habitacional e os desafios para concretização do direito à moradia no Brasil	Uma reflexão sobre o direito à moradia digna, com enfoque nas políticas públicas de provisão habitacional, a fim de discutir os diversos desafios contemporâneos que envolvem a concretização desse direito no cenário habitacional brasileiro.

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados dos Periódicos CAPES (2023).

Em face da análise dos trabalhos, destacaram-se as seguintes categorias: a) planejamento urbano excludente e desafios legais b) desigualdade sociais no acesso a moradia. Os escritos de Andrade (2022) e Vernice (2023) se inserem na primeira categoria, os autores abordam as consequências da urbanização acelerada e como isso torna um fator de exclusão para a população de baixa renda.

Para Andrade (2022) as consequências da urbanização acelerada negligenciada e do planejamento urbano excludente, geraram um cenário habitacional complexo e defasado no país. As políticas públicas de provisão habitacional foram deficientes para minimizar o déficit habitacional, justamente porque os corolários das disfunções que foram geradas não se resolvem apenas com a realização do “sonho da casa própria”.

Nesse ínterim Vernice (2023) aponta que um dos desafios de enfrentamento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO do problema perpassa pela especulação imobiliária:

Ainda na ótica neoliberal de condução das políticas urbanas, a elevação do preço da terra, resultado de uma especulação imobiliária cada vez mais intensa, além de estar transformando o espaço urbano num palco de disputas e interesses divergentes, tem excluído também a parcela da população que não tem condições de arcar com as despesas do mercado habitacional, da possibilidade de acesso à terra. (Vernice, 2023, p.81).

As palavras de Maricato (2015) corroboram as discussões das políticas habitacionais no Brasil historicamente estiveram vinculadas aos interesses do setor imobiliário, resultando em especulação imobiliária e exclusão urbana. Essa observação sublinha as implicações sociais e econômicas da especulação imobiliária enfatizando como as políticas urbanas desfavoráveis podem agravar a desigualdade e restringir o acesso à habitação para muitos cidadãos.

Vernice (2023) nos diz que para encontrar soluções aplicáveis aos problemas sociais decorrentes da exclusão dessas áreas dos serviços urbanos oficiais é necessário abordar essas questões sem negar o passado ou propor uma reconstrução completa, levando em consideração os contextos socioculturais e os recursos públicos limitados, ao destacar a necessidade de aproveitar os instrumentos existentes, como os previstos no Estatuto da Cidade, a autora nos sugere que:

(...) é necessário que se tenha uma ação conjunta do município, estado e união. Deve haver recursos suficientes no Fundo Municipal de Habitação para essa destinação, e não apenas para contratar construtoras e incorporadores (poder privado) a fim de construir 'casa própria' em massa à mercê do mercado imobiliário. (Vernice, 2023, p.172)

Nesse sentido os autores Andrade (2022) e Vernice (2023) propõe repensar a política habitacional, explorando alternativas como Locação Social e Propriedade Coletiva da Terra. Além disso Andrade (2022) aponta outros desafios a serem enfrentados: a consolidação da segurança jurídica do imóvel, as condições de habitabilidade, o entorno da moradia, o acesso à infraestrutura e serviços públicos, a oferta de lazer e cultura, a adequação cultural, o custo economicamente acessível que não comprometa outros direitos fundamentais

É mais do que isso, Maricato (2015) pontua que a dificuldade em obter acesso a terrenos regulares para habitação é uma das principais razões para o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO rápido aumento de favelas e loteamentos ilegais nas áreas periféricas das cidades.

A autora observa que uma parcela significativa da população brasileira, em alguns municípios chegando a alcançar até 50%, vive em moradias que estão à margem da legalidade ou em situações irregulares.

É nesse mesmo contexto que se insere a pesquisa de Neto (2022) inserida na categoria: *desigualdade sociais no acesso a moradia*, o autor destaca que a falta de moradia digna ocasionou a formação e apropriação de áreas urbanas precárias, conhecidas como assentamentos precários e irregulares, que surgiram à margem do planejamento urbano e que isso foi associado ao crescimento populacional nas cidades.

Além disso em seus estudos Neto (2022) aponta que falta de provisões habitacionais dignas e de todo o pacote de necessidades básicas afetam tanto a população como o meio ambiente e perpetuam as formas de desigualdade urbana e a inefetividade da justiça social nas cidades brasileiras.

Os estudos de Neto (2022) e as análises de Rolnik (2015) convergem ao destacar que a habitação implica na integração em uma parte da cidade com infraestrutura completa e fácil acesso a serviços educacionais, de saúde e culturais, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento humano e emprego, torna-se evidente que a provisão de moradia digna envolve considerações mais amplas.

Todos os autores convergem na necessidade de repensar as políticas habitacionais e utilizar instrumentos existentes, como previsto no Estatuto da Cidade, para proporcionar moradia digna à população de baixa renda. Eles enfatizam a importância de uma abordagem integrada, considerando não apenas a construção de habitações, mas também a segurança jurídica do imóvel, habitabilidade, acesso à infraestrutura e serviços públicos, e a adequação cultural, visando a redução das desigualdades urbanas e a promoção da justiça social nas cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do último século, o rápido crescimento das cidades brasileiras ocorreu de maneira desordenada, impulsionado pelo êxodo rural e pela busca por melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. Nesse processo, a falta de planejamento urbano levou a um cenário habitacional complexo e defasado,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO exacerbando o déficit habitacional e ampliando as desigualdades sociais.

A procura por moradia digna não se restringe apenas à construção de casas; ela está intrinsecamente ligada ao acesso aos serviços públicos essenciais, como educação, saúde, transporte e lazer, conforme estabelecido no artigo 6º da Constituição Brasileira de 1988. A falta de habitação adequada não apenas impacta a vida doméstica, mas também limita o acesso a outros direitos fundamentais, como trabalho, integridade física, educação, saúde, privacidade, vida familiar e participação política.

Diante dessa problemática, esta pesquisa buscou identificar estudos sobre o acesso à moradia digna e aos serviços públicos essenciais nas cidades brasileiras entre 2019 e 2023, com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. Os estudos analisados, realizados por diversos autores, convergem na necessidade de repensar as políticas habitacionais no Brasil. As políticas urbanas historicamente estiveram ligadas aos interesses do capital imobiliário, resultando em especulação imobiliária e exclusão urbana.

A valorização da moradia está intimamente ligada à localização, acessibilidade, infraestrutura, qualidade do ambiente e oportunidades de emprego, destacando a complexidade do problema habitacional. O Programa "Minha Casa, Minha Vida", implementado como resposta à crise de 2009, buscou mitigar o déficit habitacional, transferindo recursos para a construção de habitações voltadas para a população de baixa renda.

No entanto, os autores ressaltam que somente construir moradias não é suficiente. É essencial considerar a integração dessas habitações em bairros com infraestrutura completa, proporcionando acesso a serviços educacionais, de saúde e culturais, além de criar oportunidades de desenvolvimento humano e emprego.

A especulação imobiliária, intensificada pela lógica neoliberal, tem excluído parcelas da população do acesso à terra e ao mercado habitacional. Para superar esses desafios, é fundamental uma abordagem integrada, envolvendo ação conjunta do município, estado e união.

Em síntese, os estudos analisados sublinham a importância de uma política habitacional que leve em conta não apenas a quantidade, mas também a qualidade das moradias e a integração delas em bairros com infraestrutura adequada. A promoção da justiça social nas cidades brasileiras requer uma visão abrangente e a utilização eficaz dos instrumentos existentes, como os previstos no Estatuto da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Cidade, visando não apenas a construção de habitações, mas também a melhoria da qualidade de vida da população urbana. Essas análises fornecem uma base sólida para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas mais eficientes e inclusivas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. F. G. de. **Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil**. 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ANDRADE, C. B. M. **As políticas públicas de provisão habitacional e os desafios para concretização do direito à moradia no Brasil**. 2022 144 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2002.rial do CCJP.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2023.
- _____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regula os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/10/2023.
- DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARICATO, E. Brasil, cidades. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 204p.
- MARICATO, E.. **Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MOROSINI, M. C. SANTOS, P.K. **O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para Além de uma Revisão Bibliográfica**. V.33.Revista Panorâmica, 2021.
- NETO, P. C. da R. **Outorgas onerosas urbanísticas como mecanismos de financiamento da política de regularização fundiária urbana de interesse social: estudo de caso do município de Fortaleza – Ceará**. 424 f. Tese (Doutorado em Direito Constitucional) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2022.
- PISARELLO, G. **Vivienda para todos: um derecho em (de) construcion**. El derecho

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO a uma vivenda digna adecuada como derecho exigible. Barcelona: Icaria Editorial, 2003. 284p.

ROMAGNOLI, A. J. **O programa “Minha casa, Minha vida” na política habitacional brasileira:** continuidade, inovações e retrocessos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, 2012.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 423.

SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (org.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades; IPPUR/UFRJ. 2011. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br>. Acesso em: 15/10/2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VERNICE, R. R. L. **(Re)pensando a política habitacional:** a moradia como serviço público no contexto das cidades médias. 2023 203 f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Maringá.

**IMAGINÁRIO REGIONAL E FUTEBOL:
UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA COPA DO NORDESTE**

Erico Ribeiro Santos
ericoribeiroer10@gmail.com
Renato Leone Miranda Léda
Universidade do Estado da Bahia
renatolmleda@gmail.com

RESUMO

O imaginário geográfico acerca da região Nordeste remete a um espaço marcado historicamente como sendo um lócus de adversidades, onde o fenômeno da seca e as condições de semiaridez seriam o principal motivo de disparidades socioeconômicas, e constitui a base de discursos e narrativas de cunho ideológico pelas antigas elites políticas e oligárquicas regional, sendo parte estratégia para atrair recursos financeiros por parte do governo federal, visando o “combate” a seca e promover o desenvolvimento da região. Esse imaginário é expandido para as demais regiões do Brasil através da política e outros mecanismos sociais se transformando em uma “verdade absoluta” que persiste no contexto atual, não mais sobre o domínio das elites, mas como algo incorporado as raízes do território e população nacional. A compreensão da formação histórica e econômica do Brasil e do Nordeste são pressupostos para a análise do imaginário geográfico atrelado ao futebol, de modo que o desenvolvimento desigual das regiões a partir da inserção do capitalismo nos diferentes meios de produção, de forma seletiva, intensifica as disparidades econômicas em diversos campos de ação, inclusive no esporte. O papel dos veículos de imprensa e comunicação nacional é aqui destacado como mecanismo de transmissão dos jogos e notícias do futebol, estabelecendo hierarquias entre os clubes e as competições que reforçam o imaginário geográfico dos torcedores nordestino.

Palavras-chave: imaginário geográfico; região; futebol; copa do nordeste.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de inquietações através de vivências de jogos de futebol. Um olhar atento de um nordestino que acompanha o futebol brasileiro em especial a Copa do Nordeste nos principais veículos de imprensa e comunicação nacional, através de programas de esportes, *lives* em plataformas de *streaming* coberturas em pré-jogos e reportagens em jornais, sobretudo aqueles que abordam com maior frequência jogos dos clubes da região Nordeste, assistindo em TV aberta e canais fechados, vivências essas que conduzem a algumas indagações e discussões a respeito do fenômeno do futebol no Brasil e o tratamento jornalístico

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diferenciado com os clubes do Sudeste e Sul em relação aos clubes das demais regiões.

O futebol no contexto da “questão regional” no Brasil, diz respeito à construção histórica e as transformações da hegemonia das forças político-econômicas do Sudeste sobre as demais regiões do país e como o futebol, malgrado suas particularidades como fenômeno sociocultural, se enquadra e manifesta tal hegemonia do centro de poder onde este se situa no território nacional.

A hegemonia é uma forma política e cultural de prevalecer de elites político-econômicas sobre a sociedade, através do exercício de uma liderança, por meio do qual se disputam posições de poder e de influência política e moral (valores) na busca do consentimento de amplos setores da sociedade. Muito mais do que imposição e dominação arbitrárias, o exercício da hegemonia se faz pela disseminação sistemática de discursos e narrativas capazes de conquistar “corações e mentes” e serem assimiladas/reproduzidas em amplos segmentos da sociedade, sobretudo entre aqueles que estejam em posições sociais subalternas e/ou territorialmente situados nas periferias.

A construção histórica das assimetrias regionais, na condição de relações centro-periferia, em suas dimensões social, econômica, política e cultural, constitui o cenário e o horizonte explicativo que permitirá fundamentar a compreensão da geografia do futebol no Brasil, suas desigualdades e contradições.

Partindo dessa perspectiva propõe-se discutir imaginário regional e futebol numa estabelecendo uma análise geográfica da copa do Nordeste.

Para melhor embasamento teórico e conceitual esse estudo, que faz parte de uma pesquisa em andamento, será desenvolvido sob o prisma dos conhecimentos geográficos, busca compreender o imaginário regional do/acerca do Nordeste, criado e estabelecido a partir de discursos e narrativas sobre o fenômeno da seca e as condições de semi-aridez do clima, imaginário geográfico construído sobre o espaço nordestino através das antigas elites políticas e oligárquicas regionais, que objetivavam com isso chamar atenção do governo federal da época, com o intuito de atrair recursos financeiros para investimentos em políticas públicas e desenvolvimento da região. Há um esforço na busca da compreensão sobre como e por que o imaginário geográfico do Nordeste construído historicamente e expandido ao país, tenha permanecido impregnado nas representações sociais de modo que se estendeu para as relações e a dinâmica própria do Futebol atrelando o entendimento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
acerca da região à condição natural do espaço nesses os discursos disseminados.

Há ainda uma tentativa de explicar o imaginário geográfico difundido entre os torcedores nordestino, de forma que boa parte da população/torcedores tenha preferência em torcer por clubes de outras regiões. Nesse aspecto, os conhecimentos produzidos no campo da comunicação sobre futebol e transmissões esportivas será de grande relevância para a compressão desse tema aqui abordado tendo em vista o papel significativo de influência desempenhado pelos principais veículos de imprensa e comunicação nacional ao dar maior enfoque e visibilidade aos clubes do Sudeste e Sul, regiões centralizadoras de investimentos e da acumulação de capitais no Brasil.

O tratamento jornalístico esportivo, por mais tendencioso ou bairrista que seja, a hierarquia estabelecida entre os clubes está correlacionada ao maior número de troféus conquistados, o que é um fato inerente. Desse modo é necessário pontuar que existem dois níveis de análise: 1) a concentração notória dos troféus em poucos clubes do SE (principalmente), que de certo modo expressa a centralidade econômica na divisão inter-regional do trabalho (e do capital) no país, e, 2) a “máquina” da mídia que produz e reproduz um imaginário amplamente dominado pelo protagonismo dos “grandes” clubes de uma região em detrimento aos demais] deve-se ainda levar em consideração a maioria das sedes das principais emissoras de TV estão localizados no Rio de Janeiro e São Paulo, logística que favorece uma maior cobertura dos clubes locais, além disso são cidades que exercem centralidade na economia nacional, se tornando uma espécie de vitrine para modernização e investimento do capital estrangeiro.

Compreende-se, então, a mídia como mecanismo que dissemina, reproduz, ou não, o imaginário geográfico, agora atribuído ao espaço do futebol e ao torcedor nordestino. Através da prática do futebol é possível buscar elementos que possibilite a compreensão acerca da realidade, levando em consideração não apenas os acontecimentos histórico e geográfico, mas também o próprio cenário do esporte permeado pelo capitalismo, por disputas acirradas e grandes rivalidades entre os times, onde as diferenças entre os torcedores tornam-se elementos também de acirramento.

O futebol se constitui como um elemento cultural incorporado na sociedade sendo importante para a compreensão de relações socioespaciais e socioculturais, a partir da prática do futebol em competições de diferentes escalas geográficas, em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO especial a Copa da Nordeste, competição essa que será um dos elementos que subsidiarão ao desenvolvimento e estudo neste trabalho. É a partir da reflexão sobre as interações entre o futebol, mídias sociais, cultura e o espaço no Brasil e no NE que se pretende dar vazão a inquietação que motiva a proposta desta pesquisa.

Partindo dessa premissa, compreendendo que o fenômeno da seca contribuiu para os discursos criados e estabelecidos no imaginário da população nordestina, mas propriamente estendido e assimilado na sociedade brasileira em geral levando em consideração que os discursos das antigas elites políticas e oligárquicas também perpassam a compreensão da prática do futebol no contexto atual em sua dimensão espacial. A partir de tais premissas, emergem, então, as seguintes inquietações:

- a) A localização/situação geográfica do Nordeste no sentido simbólico espacial, estando associado ao clima semiárido e ao fenômeno da seca, se constitui como elementos que influenciam na prática do futebol e na visão que os profissionais do esporte e a população/torcedores de outras regiões do país tem em relação aos clubes nordestinos?
- b) O fato de a Copa do Nordeste ser desprestigiada pelos principais veículos de imprensa nacional, que promovem maior visibilidade e protagonismo aos campeonatos do eixo Sudeste, influencia para que uma significativa parcela da população do Nordeste, adepta ao futebol, escolha torcer por clubes do Sudeste e/ou Sul do Brasil?
- c) Como os discursos das antigas elites política e oligárquicas nordestina, dotados de imaginário geográfico, se constituem enquanto permanências no contexto atual, estendendo-se às relações socioespaciais e culturais do futebol?
- d) Porque os principais clubes nordestinos mesmo tendo uma significativa parcela de torcedores, e alguns serem considerados tradicionais no futebol brasileiro e mesmo quando atuantes na primeira divisão, não recebem os mesmos tratamentos que os clubes e torcedores do eixo Sudeste/Sul, nos principais veículos de imprensa e comunicação nacional?

A par dessas questões, o objetivo geral da pesquisa é compreender o imaginário geográfico dos torcedores nordestinos em relação aos times pelos quais torcem em face à dinâmica socioespacial do futebol brasileiro, levando em conta, como já mencionado, o papel dos veículos de comunicação e a perspectiva dos torcedores nordestinos em relação aos clubes desta e de outras regiões. Nesse

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
último aspecto, a pesquisa se desdobrará num trabalho de campo com entrevista
para a análise de uma amostra de torcedores no Território de Identidade do Sisal
(BA).

JUSTIFICATIVA

A pertinência desta pesquisa se manifesta no sentido de discutir o imaginário sobre o espaço da região Nordeste, como parte específica do imaginário espacial compartilhado na cultura brasileira, o qual fornece uma matriz interpretativa da realidade sobre o espaço social (BONFIM, 2019), e que, de modo particular, tendo origem histórica entre as elites da região e seus próceres intelectuais, se expandiu para as demais regiões brasileiras através de discursos e narrativas das antigas elites políticas e oligárquicas do Nordeste, assim como por meio de manifestações literárias e artísticas regionalistas. Nesse sentido a busca por embasamentos teóricos possibilita uma análise sobre a construção desse imaginário e sua permanência opera como deturpação e preconceito em relação ao espaço e o povo nordestino. O futebol se constitui como elemento indissociável da sociedade incorporado na cultura brasileira, e, portanto, constitutivo do espaço social.

Se faz relevante uma análise da construção do imaginário no contexto futebolístico do Nordeste, em especial a Competição regional de futebol Copa do Nordeste, no sentido de contemplar o imaginário geográfico dos torcedores em relação aos times pelos quais torcem em face a dinâmica socioespacial brasileiro, analisando o papel de influência dos principais veículos de imprensa e comunicação nacional funcionando como mecanismo que reforça o imaginário dos torcedores, assim sendo a pertinência dessa pesquisa se justifica no entendimento do imaginário geográfico persistente da região Nordeste, contextualizando com o fenômeno do futebol no Brasil e NE, a partir do desenvolvimento regional desigual com a inserção do capitalismo nos diferentes meios de produção. É a partir de reflexões sobre as interações entre o fenômeno do futebol, cultura e o espaço no Brasil e no NE que se pretende dar vazão a inquietação que motiva a proposta desta pesquisa.

REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O levantamento bibliográfico dessa pesquisa inicia-se com a busca em livros

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de autores clássicos da geografia, artigos científicos, periódicos, sites eletrônicos, revistas de futebol e jornais, partindo de uma perspectiva teórico conceitual e da categoria de análise da geografia, região. Mediante essas informações a busca por referencial se deu através de pesquisa por palavras-chave e conceitos sobre Imaginário geográfico, futebol, Copa do Nordeste, região, regionalidade, veículos de imprensa, comunicação, cultura e identidade. Os estudos de Rogério Haesbaert sobre região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas contribuem para o entendimento do conceito de região. Francisco de Oliveira na obra *Elegia para uma Re(li)gião* onde é destacado os conflitos sociais existentes no Nordeste e as disparidades regionais de crescimento a partir de influências das elites políticas e oligárquicas nordestina para a construção do imaginário geográfico da região atrelado ao fenômeno da seca. Berta K. Becker e Claudio A.G. Egler com o livro *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo* seus estudos embasaram importantes reflexões sobre as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional, contribuições importantes tendo em vista a compreensão sobre as fases da economia brasileira, e a importância da região Nordeste para o cenário econômico nacional se constituindo como a principal região açucareira no Brasil-colônia. A obra de Celso Furtado *formação econômica do Brasil* possibilita uma compreensão acerca do processo histórico de formação da economia brasileira. Iná Elias de Castro e Durval Muniz de Albuquerque Júnior legaram importantes contribuições a respeito da região Nordeste, os vínculos entre território e representação política. O artigo intitulado *Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste* onde Castro, aborda os discursos políticos que se espalharam no Brasil disseminando a concepção do Nordeste como espaço desigual ainda não superado, além de trazer em sua obra importantes reflexões sobre o conceito de imaginário, onde discute, a ideia que se cria sobre o espaço como determinante das relações. A divisão territorial do trabalho se constitui enquanto conceito e categoria de análise importante para essa pesquisa, pois é através da inserção do capital nos diferentes meios de produção que implica uma divisão territorial do trabalho, desse modo o capítulo I do livro *Os clássicos da economia* intitulado "A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas", de Adam Smith criador do conceito divisão do trabalho fazendo-se necessário o entendimento desse conceito dentro do modo de produção capitalista. Os estudos de Santos em sua obra *A natureza do espaço*, capítulo V contribui para o estudo divisão territorial do trabalho, natureza e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO seus recursos e o artigo Divisão territorial do trabalho e nova regionalização de Léa Goldenstein e Manuel Seabra possibilita discussão sobre a definição do conceito divisão territorial do trabalho a inserção do capital nos diferentes meios de produção. O artigo *#Onordestemerece um #Nordestelivre: Futebol e identidade regional na TV Esporte Interativo* apresenta informações relevantes sobre o futebol nordestino, em especial a Copa do Nordeste e os torcedores. A monografia com o tema “*Direitos de transmissão de evento esportivo: reflexões jurídicas sobre o cancelamento do clássico Atletiba*” de Matheus Fernandes Pereira, contribui com aspectos histórico do futebol brasileiro direitos de transmissão, o futebol nos diferentes meios das telecomunicações, além de outras obras consultadas e endereço de site esportivos eletrônicos.

Desse amplo conjunto de referências busca-se extrair os subsídios necessários para compreender, de forma mais consistente possível, a geografia desigual do futebol brasileiro em suas conexões com a própria dinâmica igualmente desigual de formação social e territorial do país, em especial no que concerne à divisão inter-regional do trabalho, e os modos como uma significativa parcela dos torcedores nordestinos, expressam e representam, em suas escolhas e concepções, a aludida trama e dinâmica desigual do futebol.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos e sua operacionalização, a pesquisa está organizada em quatro etapas:

Na primeira, já em curso, são desenvolvidas leituras no campo de estudo sobre origens do futebol e futebol no Brasil, em seguida a fundamentação se dará sobre o entendimento da construção do imaginário geográfico na região Nordeste a partir do desenvolvimento econômico desigual das regiões especificamente na linha da abordagem geográfica.

Na segunda etapa, será realizado levantamento dos programas jornalísticos especializados em temas esportivos de audiência nacional, buscando identificar o número de matérias e o tempo dedicado as coberturas de times do Nordeste no campeonato brasileiro.

Na terceira etapa da pesquisa, será realizada coleta de informações primárias através de questionários em formulários convencionais direcionados a torcedores

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO baianos do Território do Sisal, especificamente na cidade de Serrinha, nos dias de feiras livres, tendo em vista que a mesma cidade exerce uma centralidade econômica microrregional e onde se encontram os principais órgãos em relação os municípios que compõe o Território do Sisal.

Na quarta e última etapa será utilizada a aplicação de formulário através da ferramenta Google *forms* na plataforma digital X (antiga Twitter), *posts* com uso de *hashtags* direcionados às páginas de futebol com o selo de verificação, além de perfis oficiais de times participantes da primeira divisão do campeonato brasileiro, com o intuito de alcançar o máximo de usuários possível. Haverá ainda a escolha de 5 perfis de clubes participantes da Copa do Nordeste, que não atuam na primeira divisão do brasileiro em 2023.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O desenvolvimento da pesquisa até o momento permitiu delinear a abordagem preconizada, a qual se pauta na premissa de que existe uma espécie de “divisão inter-regional do trabalho” no futebol no Brasil, eminentemente desigual e correspondente, mas não necessariamente idêntica, à divisão socioeconômica que opõe e articula, centros e periferias, em diversas escalas. Essa dinâmica socioespacial “material” que distingue os “grandes clubes”, sobretudo do Sudeste, das demais agremiações de outras regiões é, por sua vez, alimentada e robustecida pela sistemática produção “simbólica” das representações sobre o futebol, os clubes e as competições nacionais e regionais, por parte da mídia, cujos principais veículos estão também concentrados hegemonicamente em empresas de comunicação sediadas, basicamente, nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, difundindo informações e juízos que, com grande probabilidade, exercem grande influência sobre torcedores “consumidores” desses conteúdos e os predispõem a adotar esses “grandes” como seus clubes “do coração”, resultando daí, e da combinação desses fatores, o fato de que, por exemplo, 50 a 70% dos nordestinos torcem por times de outras regiões.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. EGLER. A.G. Claudio. **Uma nova potência regional na economia mundo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.2006.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

BONFIM, Alexandre Mesquita Silva. **Em busca do imaginário espacial: uma articulação entre Castoriadis e Lefebvre**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: ROZENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). Paisagem, imaginário e espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, v., p. 103-133. Disponível em <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf>. Acesso em 30/10/2023.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

FERNANDES, Hévilla Wanderley. **A questão nordestina: Estado, região e futebol**, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24214?locale=pt_BR. Acesso em: 30/10/2023.

HAESBAERT, Rogério. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4553781/mod_resource/content/1/3.haesbaert.pdf. Acesso em 30/10/2023.

LEITE JÚNIOR, Emanuel. **Questão Regional e a falácia da Copa do Brasil "democrática"**, 2021. Disponível em <https://ludopedio.org.br/arquivancada-a-questao-regional-e-copadobrasil-democratica>. Acesso em 30/10/2023.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia. A noção da região no pensamento geográfico** 5.ed. São Paulo EDUSP:2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra S.A. 1993.

PEREIRA, Matheus Fernandes. **Direitos de transmissão de evento esportivo: reflexões jurídicas sobre o cancelamento do clássico Atletiba**. Orientador: Edvaldo Sapia Gonçalves. 2018. 79 f.TCC. (Graduação) – Curso de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/40319479/Aspectos_contratuais_dos_direitos_de_transmiss%C3%A3o. Acesso em: 25 set.2023.

VASCONCELOS, Artur Alves de; Abreu, Domingos. **#Onordestemerece um #Nordestelivre: Futebol e identidade regional na TV Esporte Interativo**. Esporte e Sociedade. Niterói, n. 25, 2015. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/crfb/acervo/695344>. Acesso em:30/10/2023.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

WITTER, José. **Futebol um fenômeno universal do século XX.** [s.n] In: Carrano, Paulo. **Futebol paixão e política.** DP&A, 2000.Rio de Janeiro.

**OLHAR CRÍTICO À AGENDA 2030: UMA BREVE DISCUSSÃO DA
INADEQUAÇÃO DE MORADIA NAS CIDADES DO TERRITÓRIO DO SISAL**

Alana Marques de Oliveira
UNEB

alana.marques047@gmail.com

Ma. Maria da Paz de Jesus Rodrigues
UNEB

mprodrigues@uneb.br

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar os encadeamentos relacionados à questão da moradia nos espaços urbanos, considerando como este impasse se irrompe nas cidades do Território do Sisal, tudo isso buscando refletir até que ponto a Agenda 2030 pode ser um instrumento de transformação das problemáticas socioespaciais que afligem as pequenas cidades ou meramente um objeto de perpetuação das relações capitalistas. Os procedimentos metodológicos adotados para a obtenção dos resultados, foram, levantamentos bibliográficos, pesquisas documentais e consultas em órgãos públicos, como o IBGE. Ademais, analisar a insurgência e o agravamento dos problemas urbanos, como aqueles relacionados à moradia, torna-se objeto relevante para a compreensão das relações que configuram o espaço urbano na contemporaneidade, o que evidencia a urgência das discussões levantadas pela Agenda 2030. Contudo, tratar de problemas urbanos, sem colocar em questão o processo histórico e contínuo de exploração do trabalhador, a apropriação da terra e o seu uso por agentes hegemônicos, e a concentração de renda, faz das discussões da Agenda 2030 um amontoado de ideias utópicas, sobretudo quando estipulada sua aplicabilidade para o contexto brasileiro.

Palavras- Chave: agenda 2030; cidades pequenas; moradia; território do sisal

INTRODUÇÃO

As cidades são um construto social, local da confluência de inúmeras culturas, diversos modos de vida, variadas proposições políticas, que se enveredam na produção dos espaços urbanos. Por ora esta produção é marcada pela semelhança acerca do modo como os espaços urbanos são concebidos, principalmente quando se trata da atuação de agentes como o Estado, a indústria, os latifundiários e promotores imobiliários (Corrêa, 1995), mas, em contrapartida, há divergências que subsistem na produção desses espaços, e muitas vezes são ocasionadas pelos fatores culturais, religiosos, econômicos ou até mesmo através

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO da influência do espaço rural no modo de vida dos cidadãos.

Ao longo do tempo, as cidades vêm adquirindo papéis que divergem consideravelmente das funções políticas e religiosas que eram atreladas a elas no tempo passado (Sposito, 1988). As funções desenvolvidas pelas cidades na contemporaneidade são dotadas de uma complexidade que está ligada à ascensão capitalista após o declínio feudal. Nos países desenvolvidos, tais funções se acentuaram a partir do século XVIII, sob fortes influências da Revolução Industrial, que impulsionou significativamente o processo da urbanização. Já nos países subdesenvolvidos, a estruturação do fenômeno da urbanização ocorreu de forma mais tardia, no decorrer do século XX. No Brasil, este processo começa a se conformar a partir dos ditames de uma economia agroexportadora, e é acentuado ainda mais a partir da Segunda Guerra Mundial, período que se destacou pela intensa presença do capital internacional na economia, fator responsável pela intensificação da industrialização.

Com a desconcentração industrial e refuncionalização das cidades, que aconteceu no Brasil a partir de 1980, principalmente no que se refere às regiões mais desenvolvidas do país como a região Centro-Sul, as cidades pequenas também começaram a fazer parte de modo mais ativo da economia do país, tendo também a modernização da atividade agrícola corroborado significativamente para a reestruturação urbana destas cidades (França, 2021).

Essas novas configurações e ordenamentos modificaram consideravelmente os arranjos socioespaciais das pequenas cidades, sobretudo naquelas inseridas em áreas de agronegócio ou com desenvolvimento de atividades que alteram suas dinâmicas como a mineração e o turismo, potencializando o agravamento de diversos problemas urbanos, como, a questão do lixo urbano, da poluição, mobilidade urbana, a questão da moradia em áreas irregulares e a violência. Contudo, as cidades pequenas com menor dinamismo econômico não ficaram inertes, também sofreram alterações em suas dinâmicas intraurbanas, mesmo que em menores proporções.

Impulsionados pelos desafios gritantes que eclodem nas cidades mundiais, principalmente aquelas que fazem parte da rede urbana de países subdesenvolvidos, como o Brasil, a ONU (Organizações das Nações Unidas) lança

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO na Agenda 2030¹⁰, com objetivos e metas que buscam sanar os transtornos socioespaciais que caracterizam as cidades.

Sobre a Agenda 2030, Zeifert, Cenci, e Manchini (2000, p.32) afirmam que

A Agenda 2030 é uma proposta para pensar alternativas ao modelo excludente em vigor, promotora da justiça social, trazendo aspectos importantes quanto a seus objetivos, seus interesses e afinidades políticas, bem como das faces indissociáveis do desenvolvimento sustentável no aspecto econômico, social e ambiental

Em relação à cidade, a Agenda 2030 apresenta o Objetivo 11 denominado “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, o qual prediz “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”

A primeira meta do Objetivo 11, que consiste em: “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas”, será usada como ponta pé para fundamentar as discussões. No entanto, cabe ressaltar que as implicações relacionadas à urbanização das favelas não terão uma dimensão destacável neste artigo, visto que este fenômeno não traduz de maneira expressiva a realidade das pequenas cidades que compõem o recorte espacial desse estudo, embora haja autores que consideram que as pequenas cidades estão passando por um processo de favelização.

Neste trabalho, considerou-se como recorte de análise as cidades do Território do Sisal¹¹, onde tomando por base a realidade brasileira, e a maneira como o processo de urbanização vertiginosa culminou para o aumento de moradias em áreas inadequadas, buscou-se analisar centricamente como as problemáticas envolvendo a habitação se irrompe nas cidades do Território do Sisal, apontando as singularidades que esta questão adquire nestes pequenos centros urbanos. Todos esses levantamentos serão observados com base nos discursos dos objetivos e

¹⁰ A Agenda 2030, consiste em um plano global, que envolve os 193 Estados-Membros que fazem parte da ONU, onde buscam atingir até 2030 um mundo sustentável, sem pobreza, onde a vida seja defendida e garantida na sua totalidade, sem objeção de raça, sexo, etnia, gênero ou religião, tudo isso levando em consideração 17 objetivos e 169 metas a serem seguidas por todos os países.

¹¹ O Território do Sisal é um dos 27 territórios de identidade do estado da Bahia. Ele é composto por 20 municípios, sendo eles: Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candeal, Cansanção e Itiúba. É um território predominantemente rural, marcado por intensas desigualdades e baixos indicadores econômicos.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
metas da Agenda 2030, evidenciando até que ponto a mesma pode ser um
instrumento de transformação social ou permanência das relações capitalistas.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Os procedimentos metodológicos adotados para a confecção deste trabalho foram o levantamento bibliográfico, a partir de revisões em livros, teses e artigos científicos, e a pesquisa documental, realizada através de documentos oficiais como a Constituição Federal, e a Agenda 2030. Como também consultas de órgão federais como o IBGE, os quais forneceram dados elementares que possibilitaram análises históricas comparativas, como também, auxiliaram na reflexão e embasamento das problemáticas discutidas durante o trabalho, e na identificação dos principais aspectos que caracterizam os objetos de análises. Esses referenciais se caracterizam por garantir a originalidade do trabalho, possibilitando através de bases teóricas genuínas, um arcabouço de informações valedouras. Para o alcance dos objetivos e resultados contidos neste trabalho as informações adquiridas através das literaturas, foram analisadas sob um rigor crítico e reflexivo que regimenta os estudos geográficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A questão da moradia está fortemente atrelada ao desenvolvimento histórico da humanidade. A mesma é indispensável à manutenção da vida, proteção da família, perpetuação de costumes e tradições familiares, sendo assim peça fundante na construção social e identitária do indivíduo

Sposito (1988), declara que desde os primórdios o homem utilizava-se de cavernas para morar, procriar, expressar as suas artes e culturas, estando esse fato diretamente ligado à questão do sedentarismo, que se tornou mais marcante no período neolítico. O ato do homem fixar-se em um local, e ali desenvolver os seus hábitos, foi uma questão crucial para o surgimento das aldeias e, logo após, as cidades.

A Constituição Federal Brasileira também vai tratar a questão da moradia como algo imperioso para a sustentabilidade da vida humana. O Art.6º da Constituição esclarece: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." (Brasil, 2015, p.06)

A declaração universal dos direitos humanos, no Art.25º, também vai tratar da questão da moradia quando declara que: "Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários"

Embora o exercício da lei exalte a questão da moradia como sendo um elemento prioritário no que concerne ao desenvolvimento humano na sua integralidade, um dos principais gargalos enfrentados pela população de baixo poder aquisitivo nos espaços urbanos é o acesso à moradia digna. Estima-se que cerca de 59 milhões de pessoas na América Latina e Caribe vivem em moradias inadequadas.

O número crescente de pessoas residentes nas cidades, principalmente nas metrópoles, exigia uma organização política e espacial satisfatória que pudesse garantir a toda população o acesso a bens básicos como moradia, saúde, educação, saneamento básico, redes de transporte e comunicação. No entanto, essas mudanças estruturais não aconteceram de maneira concomitante ao crescimento demográfico. Com isso, os problemas urbanos insurgiram de forma potente, dentre eles, o déficit e a inadequação de moradia, que escancararam as desigualdades sociais nestes espaços.

É frequente nas literaturas discussões acerca dos desafios que as metrópoles enfrentam em relação aos inúmeros problemas urbanos, principalmente no que se refere à questão da moradia. Mas, como os problemas urbanos se manifestam nas cidades pequenas, visto que as mesmas também estão inseridas no processo de produção capitalista do espaço, que continuamente favorecem e desfavorecem grupos sociais? Os seus desafios se assemelham àqueles enfrentados pelos grandes centros urbanos? Quanto às medidas governamentais tomadas para minimizar essa cruel realidade, será se de fato elas buscam resolver os problemas relacionados à questão habitacional?

De acordo com o IBGE (2018), o Brasil possui 5570 cidades, sendo que 4.037 cidades são consideradas pequenas, o que é equivalente a 82,4% das unidades urbanas.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A pequena cidade é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal. Reconhecemos que inúmeras vilas e povoados têm funções urbanas, mas o padrão dominante diz respeito à presença da função político-administrativa. Ser sede municipal significa certo poder de gestão de um dado território, o município, para o qual a presença de instituições e serviços públicos, além do acesso a tributos estaduais e federais tornam-se essenciais. Associada a essa função político-administrativa, seja de forma causal ou em consequência, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias e à prestação de serviços. (Corrêa, 2011, p.6)

Em relação a rede urbana do Território do Sisal, ela é toda composta por cidades pequenas. Essas cidades são possuidoras de um baixo quantitativo populacional. Nelas residem cerca de 249.167 pessoas (IBGE, 2010). Elas também apresentam um dinamismo econômico pouco eminente, forte dependência do espaço rural, elevada dependência dos serviços oferecidos por centros urbanos mais desenvolvidos, como saúde, educação e também se caracterizam por serem dependentes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Por conta desses atributos, que por vezes parecem tão distantes das configurações dos centros urbanos das cidades médias e grandes, pode-se pensar erroneamente que as cidades do Território do Sisal são espaços de poucos ou nenhum problema urbano que venha comprometer o bem estar e o direito dos cidadãos. Contudo, esse julgamento não condiz com a realidade que se apresenta nestas cidades.

A concentração fundiária, o avanço da especulação imobiliária, e as práticas políticas como o clientelismo e o coronelismo, fizeram das pequenas cidades espaços também de desigualdades e conflitos, que se caracterizavam até então somente em cidades médias e grandes. A questão da moradia, por exemplo, é um dos desafios que circundam os pequenos espaços urbanos.

No caso das pequenas cidades, a questão da moradia deve ser analisada sob uma considerável particularidade que provém da sociabilidade entre as pessoas, assim como uma maior proximidade dos agentes políticos com a sociedade local (Moreira, 2010). Esta aproximação entre as pessoas e o poder público, muitas vezes faz com que o déficit habitacional em tais cidades seja pouco expressivo, ou nulo, já que o poder público tende atuar de maneira mais incisiva antes que essa problemática venha ganhar maiores proporções (Fresca, 2001)

Contudo, embora haja essa afirmação, não se pode cair na fabulação de

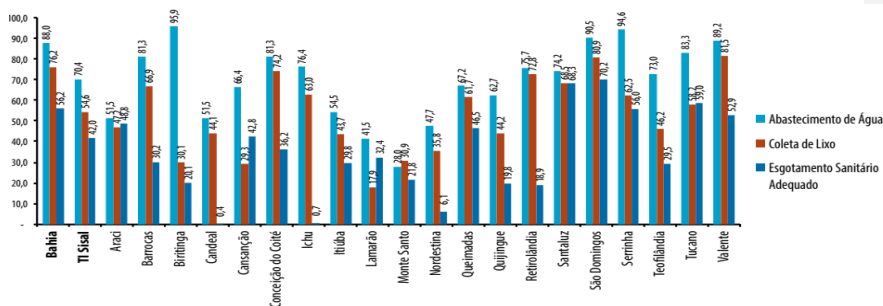
35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO achar que nas cidades pequenas não existem problemas com moradias. Embora, tenha uma ausência do déficit de moradia na maioria das cidades pequenas, essa característica não omite as práticas políticas clientelistas, bem como a implantação de loteamentos de autoconstrução para população pobre (Fresca, 2001). Com isso, esta população padece constantemente com os problemas de inadequação habitacional e precariedade das moradias rústicas/improvisadas.

A questão da moradia no Território do Sisal, está muito mais atrelada à inadequação habitacional do que propriamente aos processos que envolvem o déficit habitacional. (Bahia, 2013).

A inadequação habitacional consiste naquelas moradias que não possuem um ou mais de um serviço de infraestrutura básica em rede, tais como iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, além da inadequação fundiária e dos domicílios sem banheiro de uso exclusivo (Bahia, 2013 p 31)

Em relação às características da inadequação dos domicílios urbanos, no Território do Sisal, o Gráfico 1 apresenta um panorama geral acerca dos índices de esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água, sendo que nenhuma cidade contém uma cobertura completa desses serviços.

Gráfico 1 – Abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário adequados nas cidades do Território do Sisal



Fonte: SEDUR, 2015

Apesar de todas as cidades do Território do Sisal, não disponibilizarem de forma satisfatória os serviços básicos urbanos para toda população, o Gráfico 1, mostra que dentre elas, existem aquelas que apresentam maior precariedade nessas ofertas. Em relação ao esgotamento sanitário, Candeal atende apenas 0,4%

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dos domicílios urbanos, este é o menor índice em relação às demais cidades.

Quando se trata da coleta de lixo, Lamarão apresenta o menor índice, com 17,9% dos domicílios atendidos. Já em relação ao abastecimento de água, Monte Santo é a cidade que mais padece em relação a ausência desse serviço, apresentando apenas 28% dos domicílios que dispõem de abastecimento.

Levando em consideração esses atributos, o Território do Sisal apresenta um índice de 34% de inadequação habitacional urbana (Gráfico 2).

Gráfico 2: Inadequação habitacional no Território do Sisal



FIGURA 4 – INADEQUAÇÃO TOTAL – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

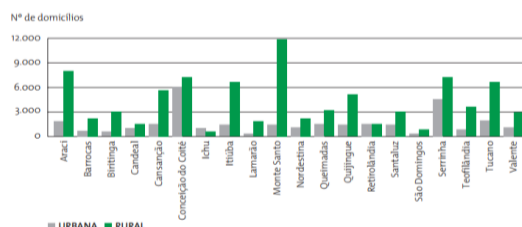


FIGURA 5 – INADEQUAÇÃO HABITACIONAL POR MUNICÍPIO – TI SISAL
Fonte: SEDUR/PLANEHAB, 2013

Fonte: SEDUR, 2015

Percebe-se portanto, que a questão da moradia nas cidades do Território do Sisal envereda para uma discussão mais ampla envolvendo a concentração fundiária, favores políticos, a renda da terra e a especulação imobiliária, que estão diretamente associadas à precariedade das condições de moradias, ausência de serviços básicos de saneamento e as deficiências infraestruturais do entorno. Desse modo, embora o déficit habitacional seja baixo em tais cidades, a população com menor poder aquisitivo ocupa parcelas de terra cada vez mais distantes do centro da cidade, em locais que são desprovidos dos serviços essenciais como saúde, educação e segurança, áreas sem saneamento básico e sem pavimentação. Moreira (2010), ainda continua afirmando que

Ademais, os atuais padrões de desenvolvimento tem resultado na degradação socioambiental que aflige, sobretudo, as classes de menor poder aquisitivo, como a falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas, destruição de recursos naturais, poluição do meio ambiente, condições precárias e insalubres de habitação, entre outros. (Moreira, 2010, p 135)

E, neste contexto de desigualdade extrema, que a Agenda 2030 insurge

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO como documento elementar, que deve nortear as práticas dos estados membros em relação à busca pela sustentabilidade e solidariedade global, tudo isso, por meio de objetivos e metas que devem ser seguidas por todas as instâncias dos países.

A ONU (2015) declara que os objetivos e metas presentes na Agenda 2030, estabelece uma visão ambiciosa e transformadora, pois prevê a extinção da pobreza, da fome e da violência, onde todas as formas de vida possam prosperar. Além de reclamar um mundo com acesso equitativo e universal à educação de qualidade, em que todos os direitos humanos sejam respeitados, entre eles a água potável e o saneamento, como condições para uma vida mais digna. Na qual, o alimento seja suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Assim como, a energia seja acessível, confiável e sustentável.

Para compreender a urgência dessas discussões levantadas na Agenda 2030, é necessário analisar algumas das características que marca a contemporaneidade.

Em nenhum momento da história houve uma tamanha produção de riqueza, mas uma riqueza concentrada. De acordo com dados do CNN Brasil, em 2021, os 10% mais ricos da população global controlam 76% da riqueza mundial. Em contraste, os 50% mais pobres possuem apenas 2%. No que se refere a habitação, 1 bilhão de pessoas vivem em moradias precárias no mundo, segundo a ONU

Nunca na história houve produção de tanto alimento, são cerca de 3,8 bilhões de toneladas anuais em todo mundo, mas para quem são esses alimentos, se mais de 828 milhões de pessoas passam fome no mundo?

Em relação à educação, à ciência, à informação, nunca esteve tão acessível. Mas acessível para quem, se ainda há no mundo cerca de 743 milhões de adultos iletrados e cerca de 37% não têm acesso à internet?

Torna-se notório, que a grande questão a ser debatida não está relacionada a ausência ou existência de quantitativo adequado de alimentos, muito menos se a tecnologia existente é suficiente para dar conta da dinamicidade dos fenômenos, ou se há ou não há espaços disponíveis nas áreas centrais que possibilite a construção de casas para as pessoas de baixa renda. Todas essas ideias são funestas. O problema a ser enfrentado está relacionado à ordem estrutural da economia, assim como a fatores políticos estruturais que retroalimentam as relações de desigualdades, que se baseia na concentração fundiária, mercantilização do solo, exploração da mão de obra e concentração de renda. Tudo isso sendo alimentado

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO por meio dos cenários constantes de crises, que cada vez mais levam a linha da pobreza milhares de pessoas.

Sobre este sistema econômico, Mota (2013) afirma

A parte trágica desse cassino global está no recrudescimento das desigualdades sociais e na intensificação das crises cíclicas do capitalismo, trazendo uma série de infortúnios a milhares de indivíduos e suas famílias, enquanto são pagas enormes bonificações aos operadores financeiros por sua habilidade de incrementar as rendas capitalistas. (Mota, 2013, p 58)

Diante dessas abordagens, como superar a realidade calamitosa de inadequação domiciliar urbana do Território do Sisal?

Os objetivos e metas da agenda 2030 apontam algumas direções, no entanto, este documento é composto de princípios e diretrizes que não traz metas, tampouco meios para a efetivação dessas propostas que foram levantadas. Essa realidade colabora diretamente para que os governos federais, estaduais e municipais se escusem de viabilizar a organização urbana das cidades. Assim, continuam a elevar-se a concentração fundiária, especulação imobiliária e o arcabouço de práticas coronelistas.

Apesar dos objetivos e metas apresentados na Agenda 2030 serem bastantes sedutores e propícios para tratar a realidade socioespacial, eles não colocam em questão o cume da problemática: O modo de produção capitalista, que entre outros elementos se baseia principalmente na concentração de renda, fenômeno propulsor das desigualdades socioespaciais.

Como a questão da especulação imobiliária é expressa pelo documento? De que maneira o documento aborda a concentração fundiária? A resposta para essas questões será sempre uma incógnita, pois a ausência de críticas contundentes acerca do modelo de produção vigente evidencia as permanências de interesses de grupos hegemônicos que se beneficiam constantemente com a realidade de desorganização e pobreza existente nas cidades.

Portanto, na Agenda 2030 “evidencia-se o que deveria ser feito, mas sem explicitar como nem quando – ou o que deveria ser mais prioritário –, nem quem deverá assumir responsabilidades para sua execução, tampouco havendo menções sobre os meios para seu financiamento” (Balbim, 2018, p. 25)

Percebe-se então, que as propostas e metas lançadas na Agenda 2030, só

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO serão alcançadas se de fato houver uma mobilização na busca do rompimento dos ditames que regem o modo de produção econômica atual. O ato de produzir nas relações contemporâneas está inerente ao processo de exploração, usurpação e alienação. Exploração esta, que pode ser concebida a partir da exploração do trabalhador, como também a exploração dos recursos naturais, assim como a usurpação do direito a recursos básicos e indispensáveis à vida humana, como segurança alimentar e hídrica, direito à saúde, habitação e educação de qualidade.

Caso as propostas e metas que compõem a Agenda 2030 não caminhe sob esta direção, elas continuarão sendo uma utopia, e a Agenda 2030 só será mais um instrumento de captação de recursos públicos para beneficiar empresas privadas e os agentes do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da urbanização, potencializado pela globalização, gerou transformações expressivas na dinâmica urbana das cidades mundiais. As transformações ocorridas nas redes de transportes, comunicações, fluxos de pessoas, informações e mercadoria, usos da terra urbana, bem como a interação entre diferentes espaços urbanos, geraram novas espacialidades que engendraram novos significados às cidades contemporâneas. Significados estes que perpassam pela lógica da cidade enquanto mercadoria.

Essa relação direta entre a cidade e a produção do capital, continuou possibilitando a ascensão de grupos sociais privilegiados, e de forma concomitante a negação de direitos de grupos sociais historicamente desfavorecidos, como os negros, as mulheres, os idosos e as crianças, mas também todos aqueles que não são detentores do capital. Essa relação dualista intensificou as disparidades na questão de acesso à moradia adequada, à educação de qualidade, saneamento básico, saúde e segurança.

Atualmente, as cidades pequenas vêm se inserindo de forma cada vez mais notória no processo de produção socioespacial de acordo com os moldes capitalistas. Isso vem fazendo emergir nestes espaços urbanos, inúmeros problemas, dentre os quais estão aqueles relacionados à habitação, onde a população de baixa renda é forçada a residir em locais inapropriados. Logo, se faz urgente as discussões levantadas pela Agenda 2030, que propõe objetivos e metas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO que buscam sanar essa realidade e tornar os espaços urbanos espaços democráticos e sustentáveis. Contudo, ao tratar da moradia sem colocar em questão o processo histórico e contínuo de expropriações e contradições alimentadas pelo sistema econômico de produção, faz das discussões da Agenda 2030 um aglomerado de propostas incapazes de efetivar as transformações nos espaços urbanos

REFERÊNCIAS

BALBIM, R. **A Nova Agenda Urbana e a Geopolítica das Cidades**. A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação, Brasília: Ipea, 2018.

BAHIA (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Estudos para implementação do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária- PLANEHAB**. Salvador: SEDUR, 2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015,

CORRÊA, R.L. **O espaço urbano**. 3ed. São Paulo: Editora Ática, 1995

_____. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, p. 05 -12, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871> Acesso em 01 de abril de 2023

Estudo do BID revela que América Latina e o Caribe enfrentam um déficit de habitação considerável e crescente. IADB, 2012. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt> Acesso em: 29 de março de 2023

FRESCA, T. M. Em Defesa dos Estudos das Cidades Pequenas no Ensino de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34. 2001. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10212>. Acesso em: 29 de março de 2023

FOME CRESCE NO MUNDO E ATINGE 9,8 DA POPULAÇÃO GLOBAL. ONU News, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1794722#:~:text=O%20relat%C3%B3rio%20Estado%20da%20Seguran%C3%A7a,da%20pandemia%20de%20Covid%2D19>. Acesso em 02 de abril de 2023

FRANÇA, I.S. **Pequenas cidades, problemas urbanos e participação social na perspectiva da população local**. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 15, n. 1, p. 218 – 237, abr/2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/64370/36963> Acesso em: 28 de março de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**, Rio de Janeiro, 2020.

ONU revela que mais de um bilhão de pessoas vivem em favelas e moradias precárias. Notícia Preta, 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/um-bilhao-vivem-favelas-moradias-precarias-onu/> Acesso em: 29 de março de 2023

MAIS DE UM TERÇO DA POPULAÇÃO MUNDIAL NÃO TEM CONEXÃO COM A INTERNET SEGUNDO A ONU. G1, 2021 Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/12/01/mais-de-um-terco-da-populacao-mundil-nao-tem-conexao-com-a-internet-segundo-a-onu.ghtml> Acesso em: 02 de abril de 2023

MOREIRA, O. J. **Segregação urbana em cidades pequenas: Algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 20, p. 133-142, 2010 <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20617>. Acesso em: 31 de março de 2023

MOTA, L.A. **Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008**. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, v.1, nº 1, P.51-64, 2013. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3647/2323>. Acesso em 30 de março de 2023.

Organização das Nações Unidas (ONU). 2015. <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em: 26 de março de 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 26 de março de 2023

Sinopse do Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8> Acesso em: 01 de abril de 2023

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. 16ed. Editora Contexto, 1988

SOARES, Beatriz; MELO, Nágela. **CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS NO ESTUDO DESSAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS**. In: organizadores. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador, , SEI, , 2010 (p. 229-247).

ZEIFERT, A. P. B.; CENCI, D. R.; MANCHINI, A. **A justiça social e a Agenda 2030: Políticas de desenvolvimento para a construção de sociedades justas e inclusivas**. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, São Paulo. v.8 n. 2, p. 30-52, 2020

FORMAÇÃO DOCENTE NA EJA: DESAFIOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURAS NA UNEB/CAMPUS XI

Rafael de Souza Ferreira¹²

Universidade do Estado da Bahia

rafaelsferreira99@outlook.com

Glauce Maciel Barbosa Pereira¹³²

Universidade do Estado da Bahia

gmpereira@uneb.br

RESUMO

A presente pesquisa ressalta a importância de ampliar os currículos das licenciaturas contemplando as discussões teórico metodológicas da Educação de Jovens e Adultos, doravante EJA. Portanto, o escopo deste artigo é refletir sobre a formação dos discentes dos cursos de Licenciaturas da Universidade do Estado da Bahia - UNEB – Campus XI - sediada em Serrinha na Bahia. Para tanto, o desenvolvimento da pesquisa se constituiu em revisões bibliográficas acerca do tema sob a luz das contribuições dos autores; a saber: Fernandes e Gomes (2015); Bezerra (2013); Ataíde (2015). A metodologia usada nesta pesquisa foi a pesquisa de campo de abordagem qualitativa, e teve como instrumento de coleta de dados um questionário semi estruturado aplicado aos discentes, sujeitos dessa pesquisa, que cursam a graduação de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Geografia. Os resultados dessa pesquisa apontam a necessidade de acrescer mais componentes nos currículos das licenciaturas aludidas que discutam a EJA, assim como sejam promovidas atividades extracurriculares que contemplem esse tema, visando alargar o conhecimento dos futuros profissionais que atuarão nessa modalidade, viabilizando assim, uma formação que atenda às especificidades desse segmento.

Palavras chave: docente; EJA; formação.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa está centrada na perspectiva de discutir a formação discente para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo em vista que

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia. DEDC - CAMPUS - Serrinha.

Monitor de Extensão do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos - NPPEEJA/ Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos -GPPEEJA.

² Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia. DEDC - CAMPUS XI - Serrinha. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos - NPPEEJA - Universidade do Estado da Bahia

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO esse é um campo de atuação profissional de muitos dos futuros docentes que estão cursando Licenciaturas. Partindo desse pressuposto, busca-se refletir sobre a formação dos discentes da Universidade do Estado da Bahia do Campus XI, nos cursos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, acerca da EJA. E de modo mais específico, busca-se caracterizar a EJA; Identificar o nível de compreensão dos estudantes no que se refere à modalidade EJA; Refletir sobre a formação curricular dos cursos de graduação da UNEB-Campus XI no que diz respeito à temática EJA; Compreender como o carência das discussões formativas na EJA, podem implicar na atuação dos futuros profissionais dessa modalidade.

O interesse por essa temática surgiu diante das discussões suscitadas a partir das palestras, seminários e oficinas temáticas voltadas para formação/atualização de profissionais da região de Serrinha – Bahia que atuam com esse público. No ano vigente os professores do Campus XI, membros do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos – NPÉEJA, esse núcleo é consubstanciado pelo Departamento de Educação – DEDC Campus XI em Serrinha, estão desenvolvendo uma série de oficinas no Colégio Estadual Rubem Nogueira, através do Projeto de Extensão, intitulado: III Diálogos Formativos na EJA: Saberes, Ação e Reflexão Docente, que tem possibilitado um contato mais próximo com as nuances dessa modalidade de ensino e como ela se configura na prática. Dessa forma, com base nos cenários reais das graduações em Licenciaturas em Pedagogia e Geografia é que se problematiza a diligência dos currículos desses cursos no que diz respeito à instrumentalização desses futuros profissionais no mundo do trabalho com público com características culturais tão marcadas por suas idiosincrasias.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica e teórica a partir das contribuições de autores que discutem essa temática: Fernandes e Gomes (2015); Bezerra (2013); Ataíde (2015). A segunda etapa do trabalho foi uma pesquisa de campo, na Universidade do Estado da Bahia - Campus XI, Serrinha - Bahia com os discentes do curso de Licenciatura em Geografia e Pedagogia, sujeitos dessa pesquisa, em que foram aplicados questionários impressos contendo questões abertas e fechadas, direcionada à formação acadêmica no segmento EJA. Assim, busca-se, refletir sobre tais dados obtidos por meio desse questionário sobre a formação docente dos sujeitos investigados para sua atuação na EJA.

O trabalho está subdividido em quatro sessões. Na primeira sessão, está uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
breve discussão acerca da EJA. A segunda inclui a discussão sobre a formação de professores para essa modalidade de ensino, já a terceira compreende de modo específico a formação discente nesse segmento de ensino. Por último são apresentadas as conclusões e referências.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos se configura como uma modalidade de ensino da educação básica, portanto, atende desde a alfabetização ao ensino médio, destinada ao público jovem a partir dos 15 anos de idade, adultos e idosos que não concluíram os estudos ou que não tiveram a oportunidade de acesso à escolaridade no ensino regular na idade apropriada. Dessa forma, a EJA significa uma garantia de direito à educação, quando promulgada na década de 1990 através da Lei nº. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual a Educação de Jovens e Adultos – EJA passa a ser considerada uma modalidade de ensino, da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. Na esteira desse pensamento, a EJA pode ser compreendida como sendo,

toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários (Paiva, 1973 *apud* Fernandes e Gomes, 2015, p. 02).

Além disso, é preciso reconhecer a EJA não só com a finalidade de alfabetização, mas para além dela, como um direito fundamental para a constituição de indivíduos críticos, reflexivos e ativos nas propostas de mudanças nas suas realidades de vida. Todavia, a EJA surge em um contexto histórico, como uma educação voltada para alfabetização e preparação de sujeitos para o mercado de trabalho, como afirmam os autores:

a escolarização de jovens e adultos teve início no Brasil quando surge a necessidade de preparar mão de obra para a industrialização do país. Muitos anos se passaram e até hoje luta-se para que a educação seja vista como meio de transformar a realidade existente, formar sujeitos capazes de intervir na sociedade da qual faz parte (Fernandes; Gomes, 2015, p. 01).

Diante de tal afirmação, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ainda luta para romper com essa concepção de educação tecnicista voltada apenas para o mercado de trabalho, ou apenas, a alfabetização, quando esse processo deveria ir para além da codificação e decodificação da língua, dilatando assim as possibilidades de inserir esses sujeitos de direitos num mundo em que pudessem exercer sua plena cidadania.

Isso se deve muito ao perfil dos estudantes que frequentam a EJA, que são rotulados pelo próprio Estado e em alguns casos, pela própria escola, que coloca o estudante em uma condição inferior aqueles que conseguiram concluir seus estudos no período regular, esses que por inúmeros motivos não frequentaram uma agência de conhecimento formal ou desistiram durante seus percursos escolares, são muitas vezes estigmatizados por serem repetentes e sem perspectiva de vida. Esses discursos estereotipados desconsideram a conjuntura de vida desses sujeitos, tendo em vista que os mesmos em sua maioria pertencem a classe trabalhadora, que são mães, pais, donas de casa, que não tiveram acesso à educação por inúmeros motivos, entre eles pode-se destacar, a condição socioeconômica, o trabalho, a distância/ locomoção para escola, questões familiares, entre outros. Porém, quando esses sujeitos retornam ao espaço escolar, são restituídos de seus direitos, enquanto cidadão(ã), portanto, são estudantes e cabe a escola oferecer e garantir as mesmas possibilidades e perspectivas do ensino regular para essa modalidade de ensino, se atentando para o contexto desses sujeitos, uma vez a própria constituição federal do Brasil de 1988 prevê que a “Educação é Direito de Todos”. Ou seja, oferecer uma educação que não esteja apenas voltada para a formação escolar, mas que permita ao estudante desenvolver o raciocínio crítico sobre sua realidade. Na esteira desse pensamento, reitera Freire (1913, p.157):

afirmação fundamental que nos parece dever ser enfatizada é a de que, na alfabetização de adultos, para que não seja puramente mecânica e memorizada, o que se há de fazer é proporcionar-lhe que se conscientizem para que se alfabetizem.

Para tanto, é preciso que o educador esteja atento e preparado para essa modalidade de ensino, pois é um público específico e um contexto de educação diferente da regular, que requer o uso de estratégias didático - metodológicas de ensino adequadas às demandas desses sujeitos. Para tanto é preciso que seja propiciado ao graduando essas discussões sobre a EJA durante todo percurso formativo na academia, possibilitando o aprofundamento dos conhecimentos sobre

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
essa modalidade de ensino. Para que desse modo, o educador da EJA consiga desenvolver um trabalho pedagógico crítico, emancipador, a partir do contexto desses estudantes considerando e respeitando seus repertórios de vida, ou melhor, vivências que tiveram para além da escola, que podem contribuir para a construção do conhecimento de forma significativa em sala de aula, valorizando a historicidade de cada sujeito no processo de ensino e aprendizagem.

Assim sendo, os jovens e adultos retornam à escola com perspectivas de mundo diferentes, saberes diferentes que adquiriram nos espaços não formais e expectativas que a EJA venha fomentar a aprendizagem e a (trans) formação desses indivíduos.

A qualidade do ensino é em sua maioria reflexo da educação oferecida e está diretamente ligada à prática educativa do professor, que necessita estar preparado para trabalhar com esses alunos, pois são pessoas que não tiveram oportunidade de estudar e frequentar a escola regular e buscam por novos saberes, novos conhecimentos da vida e do mundo. Por isso, os profissionais da EJA necessitam de uma formação diferenciada, uma vez que muitos educadores infantilizam sua prática, confundindo a alfabetização de anos iniciais com a alfabetização de jovens e adultos. (Fernandes e Gomes, 2015, p. 03).

Diante dessa afirmação, é preciso repensar a formação acadêmica dos futuros profissionais que possam vir trabalhar nessa modalidade de ensino, atentando-se para garantia de discussões teórica e metodológica sobre a EJA na formação inicial dos discentes, bem como, a realização prática de estágio nessa modalidade, para que os futuros educando possa conhecer de perto a realidade dos sujeitos que estão na EJA e suas especificidades de trabalhar nessa modalidade de educação.

FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos requer profissionais qualificados e preparados para atuarem nessa modalidade, tendo em vista suas especificidades e ao mesmo tempo suas pluralidades que compõem esses espaços educativos na oferta dessa modalidade. Nesse sentido, Fernando e Gomes (2015), vão ressaltar a importância do preparo docente para atuar na EJA.

[...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim, esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (Brasil, 2000 *apud* Fernandes e Gomes, 2015, p. 4, 5).

Além disso, urge a necessidade das Universidades e Faculdades começarem a discutir a EJA dentro da realidade dos sujeitos que a compõem, ou seja, diferenciar da Educação Básica Regular, para uma modalidade voltada para um público específico, por mais que tenham as mesmas etapas de séries escolar, são públicos diferentes que precisam de metodologias e práticas docentes diferentes do contexto do fundamental ou médio do ensino regular, permitindo assim, a compreensão discente em formação da realidade e necessidade da EJA.

Além do mais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, destaca que.

No Brasil, um curso de formação de professores não pode deixar de lado a questão da educação de jovens e adultos, que ainda é uma necessidade social expressiva. Inúmeras experiências apontam a necessidade de pensar a especificidade desses alunos e de superar a prática de trabalhar com eles da mesma forma que se trabalha com os alunos do ensino fundamental ou médio regular. Apesar de se tratar das mesmas etapas de escolaridade (ensino fundamental e médio), os jovens e adultos, por estarem em outros estágios de vida, têm experiência, expectativas, condições sociais e psicológicas que o distanciam do mundo infantil e adolescente, o que faz com que os professores que se dedicam a esse trabalho devam ser capazes de desenvolver metodologias apropriadas, conferindo significado aos currículos e às práticas de ensino. A construção de situações didáticas eficazes e significativa requer compreensão desse universo das causas e dos contextos sociais e institucionais que configuram a situação de aprendizagem dos seus alunos. (Brasil, 2001 *apud* Ventura, 2012, p.75).

A formação de professores precisa estar em uma dimensão que visem atender todas as modalidades e públicos da educação. Pensar a educação para além da padronizada como “comum” com faixas etárias estabelecidas. Esse pensar além, permite ao educador compreender as múltiplas especificidades da educação, de ensinar e de formação de estudantes. Apropriando-se de metodologias que possam ser aplicadas de acordo com as necessidades de cada público da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO educação, onde suas ações e práticas podem contribuir e influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Para tanto, a formação discente para trabalhar com o público de jovens e adultos demanda uma necessidade não só no currículo da formação inicial, que muitas das vezes não estão presente no currículo da Universidade e quando estão são colocadas como optativas, mas que precisa ser buscada ou adquirida através da formação continuada, compreendida como a realização de cursos de especialização, cursos, seminários que promovem a atualização dos conteúdos curriculares de ensino. Para que venham complementar ou auxiliar na deficiência que muitos graduados têm sobre a EJA.

Para que dessa forma, o educador tenha subsídio sobre a EJA para atender a esse público, pois é fundamental respeitar as diferenças encontradas nesta modalidade, seja cultural ou social, mas que precisam ser consideradas, e potencializadas nas discussões no processo de ensino e aprendizagem. Ainda em consonância com Freire (1995, p.30):

Quanto mais houver presente acabrunhador em que o futuro em que o futuro se afoga, tanto menos esperança haverá para os oprimidos e mais paz para os opressores. Daí que a educação a serviço da dominação não possa provocar o pensamento crítico e dialético, mas estimule o pensar ingênuo sobre o mundo.

Caso contrário, sem levar em conta a vivência e experiência desses sujeitos na construção do conhecimento, o docente contribui para uma proposta de educação descontextualizada da realidade dos sujeitos da EJA, uma educação “bancária” como nos alerta Paulo Freire, isto é, o acúmulo de conteúdo desarticulado e acrítico da realidade dos estudantes da EJA, onde os alunos tornam-se espectadores, ou seja, são sujeitos passivos nesse processo de ensino e aprendizagem, tendo suas histórias, experiências, seus saberes desconsiderados na construção do conhecimento, perdendo a relação social e local dos estudantes, bem como sua identidade. Feitas essas problematizações sobre a formação ou não formação docente e discente para atuar na EJA, destaca-se a necessidade de valorização da formação acadêmica dos graduandos para que venha proporcionar um trabalho pedagógico crítico e contextualizado dos estudantes, com a valorização dos saberes populares, como também as experiências que esses alunos carregam consigo.

REVELAÇÕES À PESQUISA

Com base no que foi explicitado anteriormente, essa investigação teve como um dos propósitos discutir a necessidade de ampliação dos currículos de Licenciatura em Geografia e Pedagogia contemplando a modalidade de educação EJA, sendo assim essa pesquisa de campo foi realizada na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI, através do questionário aplicado a 10 discentes contendo questões abertas e fechadas, referentes à sua formação na modalidade de ensino EJA, selecionamos 7 (sete) questões por considerarmos fundamentais para discutir a formação discente para esse segmento de ensino. Desses 10 (dez) discentes, 5 (cinco) encontram-se cursando graduação de Licenciatura em Geografia e 5 (cinco) graduação de Licenciatura em Pedagogia. A pesquisa está balizada nos princípios da pesquisa de campo sob a abordagem qualitativa. Vale salientar que:

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1995, p.21-22).

Os participantes dessa pesquisa foram 09 (nove) do sexo feminino e apenas 1 (um) do sexo masculino, o que representa uma amostra da maioria do público feminino que cursam graduação na Universidade do Estado da Bahia-Campus XI.

Na sequência foi perguntado: “o que você entende sobre a modalidade e ensino Educação de Jovens e Adultos?” Os sujeitos informantes serão apresentados pela letra P acompanhada da numeração sequenciada.

P1: O básico, oferece ensino para o público que concilia trabalho e estudos; P3: É uma modalidade de ensino para auxiliar os jovens e adultos que desistiram dos estudos; P4: Pouco, não tenho muita experiência; P6: É uma modalidade de extrema importância para a educação de jovens e adultos dando uma oportunidade para aqueles que não estudaram; P10: Uma modalidade de educação que requer um olhar atenuado frente às questões metodológicas e de comprometimento docente.

Percebe-se na fala dos pesquisados que nem todos têm um entendimento do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO que seja a EJA e os demais entendem o que significa a EJA e a quem ela destina-se.

Assim, a próxima pergunta selecionada foi, a graduação que você está matriculado oferece algum componente curricular sobre a EJA? Tendo em vista que a resposta dessa pergunta pode intervir na resposta anterior, 100% responderam que o curso oferece sim componente curricular sobre a EJA, entretanto, não é um componente obrigatório da grade curricular do curso de Licenciatura em Geografia, é uma disciplina optativa. Nesse sentido, Neves, Oliveira e Reis vão destacar que:

O currículo dos cursos de licenciaturas tem grande influência e valor na organização do trabalho pedagógico escolar, não somente porque ordenam os conhecimentos a serem socializados pelos professores e apropriados pelos estudantes da Educação Básica, mas porque nele estão implícitas as escolhas, os silêncios e as disputas culturais, sociais e políticas que privilegiam determinados conhecimentos teórico-metodológicos em detrimento de outros, neste caso, os conhecimentos sobre as especificidades dos sujeitos da EJA (2017, p. 09).

Diante disso, percebe-se que a EJA ocupa um lugar de segunda opção, evidenciando assim a falta de importância desse tema no contexto investigado. Ainda de acordo com Neves, Oliveira e Reis, (2017, p. 09):

formar o professor para atuar na EJA está cada vez mais difícil, porque a maioria dos currículos dos cursos de licenciatura não discute a realidade da Educação de Jovens e Adultos, e, quando ofertam alguma disciplina específica, a carga horária não atende a demanda da formação.

Diante desse déficit curricular, foi questionado se a prática docente para o ensino regular deve ser a mesma para a EJA? Justifique:

P1: Não, pois a realidade de jovens e adultos que cursam essa modalidade é diferente; P3: Sim, pois a educação deve ser atendida e voltada para todos, educação de qualidade; P4: Não, pois deve-se considerar as realidades enfrentadas pelo público da EJA; P7: Não, o professor deve compreender a realidade dos seus alunos para conseguir adaptar suas aulas e proporcionar uma melhor aprendizagem. P8: Não, pois as realidades são totalmente diferentes; P9: Não, pois trata-se de realidades diferentes e com faixa etária diferente.

Diante das respostas obtidas, a maioria dos estudantes defendem que a prática docente para o público da EJA deve ser diferente do ensino regular,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO devendo levar em consideração as realidades, vivências, saberes e contextos.

A próxima pergunta foi, você já estudou/participou de seminários, palestras, rodas de conversa, simpósio, monitoria, ofertados pela UNEB – Campus XI sobre a EJA? Conforme os dados obtidos, 80% dos discentes já participaram de seminários, palestras, rodas de conversa, etc, promovido pela Universidade e 20% dos entrevistados não participaram. Uma maneira de suprir as lacunas deixava nos currículos dos cursos em discussão nesta pesquisa, ou seja, ampliar as reflexões sobre a EJA através de seminários, palestras, roda de conversa com os discentes de graduação pode vir a potencializar os conhecimentos desses sujeitos a respeito dessa modalidade, bem como, em possibilitar os mesmos a compreenderem essa realidade de ensino e proporcionar estratégia teóricas e metodológicas a serem desenvolvidas com esse público, para garantir assim uma educação de emancipadora.

Diante desse contexto, em que alguns sujeito dessa pesquisa revelam que os cursos de licenciaturas ofertados por esse campus da UNEB, não propiciam uma formação teórica e metodológica para prática docente na EJA, outra pergunta do questionário ratifica essa revelação à pesquisa; Você acha que isso pode impactar de forma negativa na sua atuação como docente nessa modalidade de educação? 100% dos estudantes responderam que sim, acreditam que essa deficiência teórica e metodológica podem comprometer a formação dos estudantes da EJA, uma vez que sem a formação ou discussão da EJA para os futuros docentes, eles irão para sala de aula dessa modalidade sem o aparato teórico, metodológico, ou seja, fora do contexto da realidade desses estudantes da EJA, uma vez que sua formação foi direcionada para uma outra realidade educacional.

Nesse contexto, perguntamos como eles avaliam a formação na Universidade do Estado da Bahia - Campus XI no que se refere a modalidade Educação de Jovens e Adultos? Os discentes responderam o seguinte: 20% consideram muito boa, 30% boa, 20% razoável e 30% insuficiente. Assim, os estudantes de Pedagogia avaliam como positiva a sua formação acadêmica no que se refere à EJA e os graduando de Geografia consideram como razoável a insuficiente a sua formação voltada para Educação de Jovens e Adultos no âmbito acadêmico.

Diante dos dados apresentados, infere-se que as discussões sobre EJA nas graduações em Pedagogia e Geografia no CAMPUS XI da UNEB ainda são

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO incipientes para garantir uma atuação mais significativa desses discentes nos cenários da EJA, sobretudo no curso de Licenciatura em Geografia em que essa modalidade é completada, apenas com uma disciplina optativa e que raramente é oferecida, além da falta de promoção de discussões sobre a EJA nessa graduação. Tudo isso é provocado pelo não reconhecimento ou tentativa de não reconhecer um campo de conhecimento próprio, para um público específico, com realidades e saberes diferentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a formação inicial na graduação na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI oferece discussões voltadas para a EJA, no curso de Pedagogia com oferta do componente curricular obrigatório, ao mesmo tempo que o Campus XI propicia uma maior participação desses graduandos em eventos promovidos pela instituição. Por outro lado, a formação discente no curso de Licenciatura em Geografia no que se refere ao tema EJA não tem sido fortalecida no currículo, tampouco nos eventos ofertados por esse curso, mesmo sabendo que o licenciado em Geografia pode atuar no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, poderá atuar com esse público. Ademais, reforça-se a necessidade da promoção de eventos sobre a EJA, na UNEB - Campus XI e, sobretudo, a inserção desse componente obrigatório no currículo do curso de Licenciatura em Geografia para que dessa forma os futuros professores tenham condições necessárias para propiciar um ensino e aprendizagem que potencializem a formação cidadã dos discentes dessa modalidade.

REFERÊNCIA

BEZERRA, Jayanne Santos. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**: a importância e a contribuição da afetividade na relação professor-aluno. JOÃO PESSOA, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 29 de Agosto de 2023.

FERNANDES, Rosangela Maria. GOMES, Vilisa Rudenco. **FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA**: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. Instituto Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/461/FORMA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PROFESSORES%20DA%20EJA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/09/2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **À sombra desta mangueira**. Editora Olho d'água: São Paulo, 1995.

MINAYO, M.C.S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEVES, Silvano Conceição. OLIVEIRA, Kalyane Pereira de. REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **O LUGAR DA EJA NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DOS CAMPI VI E XII DA UNEB**. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 2274-2285, 2017.

VENTURA, Jaqueline. A EJA E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NAS LICENCIATURAS. **Revista da FAEBA** - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.21, n. 37, p. 71-82, jan/jun. 2012

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O ENSINO DA ARTE NA EDUCACAO INFANTIL: INSPIRAÇÕES PEDAGÓGICAS RECOLHIDAS NO INSTAGRAM

Railda dos Santos Araújo

Graduada em Pedagogia
UNEB- CAMPUS XI

Railda.araujo18@gmail.com

Professora Jusceli Maria O. de C. Cardoso

UNEB- CAMPUS XI

jcardoso@uneb.br

RESUMO

A educação passa por diversas mudanças e essas requeem um olhar diversificado e reflexivo ao modo que nos instiga a pesquisar e refletir. Neste artigo temos como temática: O ensino da arte na educação infantil: inspirações pedagógicas recolhidas no Instagram. O problema que motivou o estudo foi: como o professor(a) pode utilizar o Instagram como mecanismo de inspirações pedagógicas para as atividades de arte com crianças? Justificamos a edificação do estudo a partir da influência das redes sociais nos processos educativos e a importância para a difusão de saberes e compartilhamento de conhecimento. Foi nosso objetivo geral: refletir sobre a importância da arte para as crianças e o potencial pedagógico que as atividades veiculadas no Instagram podem proporcionar para a Educação infantil. Em relação aos objetivos específicos foram: refletir sobre o conceito e a importância da arte para as crianças. E identificar no Instagram ideias e recursos com potencial pedagógicos para o ensino de artes na Educação Infantil. Para fundamentar o trabalho dialogamos com os autores: Aidar (2023), Araújo (2023), Ferraz e Fusari (2009), Ferreira (2014) Ramme (2009), Ribeiro e Moscon, Pougly e Vilella (2016), Santana (2023). Quanto a metodologia destacamos que o estudo foi de uma abordagem qualitativa ,sendo do tipo estudo exploratório e descritivo utilizando das técnicas de coleta de informações a observação e recolha das atividades por meio de print da tela do celular e também organização de pastas no Instagram, sendo o contexto do estudo restrito a rede social. Em linha gerais, o estudo nos revelou, que o Instagram tem um potencial pedagógico e as atividades encontradas tem o potencial de proporcionar as aulas de artes mais dinâmicas e formativas.

Palavras-chave: arte; educação infantil, redes sociais; instagram.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa exploratória desenvolvida na rede social Instagram, onde foi feita uma breve reflexão de como ele pode ser uma fonte de inspiração pedagógicas e de ideias para as aulas de arte com as crianças. Refletir sobre o uso do Instagram como fonte de inspiração pedagógica é de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
fundamental importância, pois as redes sociais estão cada vez mais presentes na vida das pessoas e elas podem desenvolver importantes funções além do entretenimento.

O ensino da arte é de fundamental importância para as crianças em especial nos primeiros anos da fase escolar, é onde elas terão suas primeiras experiências com atividades diversificadas e essas atividades contribuirão, para a concepção do mundo é representação dos seus pensamentos, emoções, liberdade e desenvolvimento da sua criatividade e essas experiências serão significativas para próximas etapas das vidas delas.

Diane disso a temos a seguinte problemática: como o professor(a) pode utilizar o Instagram como mecanismo de ideias e inspirações pedagógicas para as atividades de arte com crianças? O interesse por essa temática surgiu longo da minha formação no curso de licenciatura em Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia, UNEB Campus XI onde me identifiquei com o componente curricular de Arte e Educação ao longo do segundo semestre e o desejo de pesquisar sobre a arte foi aflorado e devido a minha identificação com a arte e por ter uma alma criativa e ser usuária do Instagram.

Tivemos como objetivo geral: refletir sobre a importância da arte para as crianças e o potencial pedagógico que as atividades veiculadas no Instagram pode, proporcionar para a Educação infantil. E os objetivos específicos foram: refletir sobre o conceito e a importância da arte para as crianças. E identificar no Instagram ideias e recursos com potencial pedagógicos para o ensino de artes na Educação Infantil. O estudo foi ancorado na abordagem qualitativa sendo do tipo exploratório descritivo o instrumento de coleta de dados foi a observação, recolha das atividades por meio de print da tela do celular e organização de pastas de acordo com o tipo de atividade na própria rede social e análise documental como local de pesquisa foi o *ciberespaço* na rede social Instagram realizada no período de maio a junho do ano de 2023.

Para fundamentar o artigo trouxemos reflexões dos seguintes autores: Aidar (ano?), Araújo (2023), Ferraz e Fusari (2009), Ferreira (2014) Ramme (2009), Ribeiro e Moscon, Pougly e Vilella (2016), Santana (2023).O estudo permitiu constatar que o Instagram tem um potencial pedagógico e as atividades encontradas podem proporcionar as aulas de artes mais dinâmicas e formativas.

PONTO A PONTO: O BORDADO DA ARTE NA VIDA HUMANA

Os seres humanos, sempre estiveram rodeados pelos apelos da arte, essa movimentação que nos convida a contemplação e desenvolver habilidade estéticas, seja pelo olhar dirigido ao pôr do sol ou mesmo, ao enxergar o milagre de uma plantinha verde que brota entre rochas ou no asfalto das grandes cidades.

Fato é que, desde os primórdios, os seres humanos sempre estiveram ladeados por manifestações e estímulos para produção da arte, como provam os arqueólogos com as pinturas rupestres, em que os homens e mulheres dos tempos mais remotos conseguiram registrar, nas paredes das cavernas cenas e movimentações e expressão da vida, dos fatos cotidianos da época, produzindo uma das primeiras manifestações da arte: arte rupestres.

Sabemos que as pinturas rupestres são formas de representação que os habitantes dos tempos pré-históricos nos deixaram, por forma de manifestação, usando utensílios típicos assim, produzindo marcas que nos permitem leituras diversas, como a arte se empenha em produzir.

Santana assim ponderou:

Na história da humanidade, a pintura e as artes manuais sempre foram muito valorizadas. Assim, com certeza você conhece a Mona Lisa, de Da Vinci, a Noite Estrelada, de Van Gogh ou as bizarras obras de Pablo Picasso. Todavia, esses são exemplos relativamente recentes desse tipo de arte. Milênios antes disso a humanidade já produzia vários retratos do cotidiano, com povos eternizando seus costumes e tradições em paredes de pedra. Tal movimento é chamado de pintura rupestre, uma das formas mais conhecidas de arte pré-histórica. (Santana, 2023, p.1)

Daí nossa reflexão ser importante, no que tange a demonstrar os pontos de aproximação das pessoas com as manifestações da arte. Assim, falar sobre a arte é também mostrar que esta forma de expressar tipicamente humana, ao longo dos tempos passou por inúmeros processos, constituindo-se as chamadas escolas de artes ou as tendências da arte ou como a literatura especializada nomeia: Os movimentos artísticos.

Se formos nos debruçar sobre os diversos movimentos artísticos constituídos ao longo da história, nos deparamos com diversas posições edificadas, cada uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO representando coletivos, em seus distintos modos de criar, difundir e interpretar a vida em suas diversas formas de representações, sendo elas, visuais, plásticas, dramáticas, literárias. Segundo Aidar:

As manifestações artísticas misturam-se à própria história humana, de modo a constituir um poderoso canal de expressão de sentimentos, emoções e de diálogo. Além disso, ela é mais uma ferramenta utilizada para que uma sociedade revele suas percepções sobre o momento histórico que atravessa, sendo um importante campo de estudo para que se compreenda como nossos antepassados viviam e se relacionavam. Para tornar mais compreensível o entendimento da evolução das artes, esse campo do conhecimento foi dividido em **períodos**. (Aidar, 2023, p.1)

De tal modo, foge ao escopo deste texto, realizar uma análise dos períodos em que são explicadas as movimentações e evolução das artes. No entanto ao falarmos sobre arte como construção humana, é importante pontuar que cada etapa, cada fase da História, teremos movimentos característicos, cada um trazendo sua contribuição para o entendimento e contemplação do artístico.

Então, com certa obviedade, não trataremos aqui de detalhismos da História da Arte, mas demarcar a importância da arte e a presença dos movimentos artísticos na vida das pessoas. No entanto, ainda nos deparamos, mesmo com tantas e tamanhas evoluções da História da Arte, com indagações como: o que é arte?

A educação enquanto processo sistematizado, tem sido influenciada e influencia a sociedade ao longo dos tempos, produzindo movimentos que se alternam e se modificam enquanto transformadores e agentes de mudanças sociais. Entender a amplitude do fenômeno educacional tendo como esteio a construção de uma educação voltada para infância, notadamente nos leva a refletir também sobre as concepções sobre as infâncias que se foram edificando.

Cabe aqui uma reflexão importante quanto a distinção entre os termos: criança e infância, posto que, alguns estudiosos nos alertam para a distinção. Segundo Araújo:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar a diferença entre criança e infância. O dicionário Aurélio define *criança*: "1. Ser humano de pouca idade, menino ou menina. 2. Pessoa ingênua. Criança prematura. Aquela que nasce após completadas vinte semanas de gravidez, e antes do termo desta, e pesando de 500 a 2.299g; *infância*: 1. Período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento à puberdade; puerícia, meninice. 2. As crianças. 3. O primeiro período de existência de uma instituição, sociedade etc."

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Entretanto, quando nos referimos ao termo *criança*, estamos tratando de uma fase cronológica da vida de uma pessoa, ou seja: gente pequena, menino ou menina; já a *infância* tem a ver com as condições em que uma pessoa vive a sua fase de criança em sociedade. (Araújo, 2023, p.1)

Entendendo á luz das ideias levantadas por Araújo, é crucial reposicionar o olhar e a compreensão do que a infância é uma construção social e como tal carece de perspectiva ampla para traduzir as complexidades das pessoas que vivem na fase do ser criança dadas as condições sociais em que convivem. Dito isso, passamos a ponderar sobre a educação que queremos construir para nossas crianças que vivem as infâncias (isso dito no plural mesmo, posto que, coexistem diversas formas de viver a infância no nosso país).Então, torna-se essencial, sempre pensarmos na educação infantil, como aquela que desenhamos com as tintas dos contextos que venham a ser contemplados numa educação democrática, onde de fato caibam todas as crianças em suas diversas infâncias.

Logo, é notório entender que a educação infantil passou por diversas mudanças no decorrer da história antes era atribuída outro sentido, ou seja, ela não era tão valorizada, pois a criança era considerada um adulto em miniatura então não se pensava na criança em si e em uma educação específica para elas, inicialmente o educar das crianças era voltado para o assistencialismo a exemplo existia a roda dos expostos onde as crianças eram deixadas.

A educação escolar faz parte da vida dos indivíduos por um longo tempo, ela é dividida em etapas, sendo a Educação Infantil a inicial, é onde as crianças terão suas primeiras experiências no ambiente escolar, de acordo com a LDB(1996) ,a Educação Infantil é primeira etapa da educação básica, cuja finalidade é o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos de idade, envolvendo aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando participação da família e da comunidade, assim como a LDB existe outras definições de Educação Infantil. A BNCC traz a seguinte definição:

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. BNCC

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Embora existam diferentes definições há pontos em comuns entre os documentos anteriores e os atuais, os atuais possuem um caráter complementar e colaborativo, para os conceitos e as definições já existentes, mas todos contribuem para o processo educativo e de compreensão do que é a Educação Infantil.

Apesar existir várias definições há muitos desafios no ensino de Arte na Educação Infantil que vai desde a falta de materiais nas escolas principalmente as públicas e as metodologias utilizadas por alguns professores pautadas na repetição de copias.

Não se sabe ao certo o porquê do ensino ocorre dessa forma os professores devem refletir sobre suas práticas em aula. De acordo com Ferraz e Funari(2009) [...]para a melhoria da qualidade da educação escolar artística e estética, é preciso que organizemos nossas propostas de tal modo que a arte se mostre significativa na vida das crianças[...].para que isso ocorra atualmente podemos utilizar os recursos disponível para buscar ideias e tornar-se as aulas dinâmicas ,nas redes sociais podemos encontrar inspirações, no Instagram que é analisado nessa pesquisa é uma rede social, onde os professores podem usar para buscar ideias para as aulas de arte.

A BNCC cita cinco campos de experiencias eles podem ser associados a diferentes componentes e áreas do conhecimento, o campo que se associa a Arte é os traços, sons, cores e formas a BNCC diz que:

[...] A Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas. (Brasil, 2018)

A BNCC é um importante referencial para o ensino, porém cabe ao professor buscar estratégias parquê que esse ensino seja efetivado de forma prazerosa e criativa onde as crianças sejam participativas e sujeitos ativos do seu processo de aprendizagem e que essa possa ser significativa para elas.

Diante das ponderações levantadas, nos ocupamos, neste trabalho em compreender a infância como etapa crucial da vida do ser humano, dada as diversidades que a Sociedade e a História estampam neste período basilar para todos e todas. E nossa imersão se deu, questionando o papel preponderante das

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO linguagens artísticas como promotoras dos encontros lúdicos com as infâncias.

Sendo assim tratamos na seção vindoura sobre como as redes sociais podem inspirar os professores, pais, mediadores e todos os profissionais que atuam com as infâncias, a promoção de liberdades, criatividade e livre manifestação do pensamento.

No Instagram tem arte? Tem ideias inspiradoras!

O Instagram é uma rede social muito utilizada atualmente no mundo inteiro, para postagem de foto divulgações de vídeo também é muito utilizada com um objetivo comercial é uma importante ferramenta para o Marketing de empresas e pequenos negócios e lojas virtuais. O Instagram é uma rede social de fácil acesso acordo com Ribeiro e Moscon (2018)

Para obter acesso ao Instagram, basta apenas criar uma conta, ou pelo computador através do site oficial, ou por meio dos smartphones, através do download do aplicativo. Feito isso, o usuário passará a ter acesso às diversas funcionalidades do Instagram. Uma delas é o compartilhamento de fotos, por meio da qual os usuários podem compartilhar fotos que estejam na galeria do celular instantaneamente(...) (Ribeiro; Moscon, 2018)

Sendo assim o Instagram é uma rede social em que as pessoas podem ter de forma simples acesso a compartilhamentos de informações e publicações inicialmente esta rede era focada mais nas postagens de fotos, porém atualmente as funções foram aprimoradas onde existe agora as opções publicação, *story*, *reel* e ao vivo, para criação e divulgação de conteúdos o ao vivo é onde são feitas lives onde a interação ocorre de forma online e depois essa transmissão podem ser salva em forma de vídeo onde outros usuários poderão ver.

O Instagram com a internet de forma geral prende o interesse e atenção dos usuários sugerem as postagens conforme o interesse e pesquisa feita pela pessoa que está na rede por meio de algoritmos, e no Instagram as postagens sugeridas serão mostradas no *feed*, *stories* e na aba explorar nesta pesquisa utilizamos a aba explorar.

Como as coisas estão em constante transformação as redes sociais também mudam podendo ter outros focos não apenas de entretenimento e de venda, mas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO também de construção e produção do conhecimento e esta rede social também pode assumir outras funções e ações, podendo os usuários estar compartilhando e postando conteúdo educativo e criativos, então o Instagram foi utilizado nessa pesquisa como uma fonte de inspiração para selecionar a atividade de artes para crianças.

ABORDAGEM METODOLÓGICA CONSTRUIDA COM AS CORES DA ARTE

Investigar objetos com contornos demarcados em um local “concreto” delimitado por paredes ou estruturas físicas se converte em prática desafiadora. Nosso olhar, desenhou o campo de estudo o cenário virtual, o que nos desafiou de modo aguçado, a estudar posts inspiracionais veiculados no ciberespaço, ou seja, no campo da internet.

Assim, dados os contornos do estudo, delimitados que o estudo, sendo qualitativo seria do tipo exploratório inicial, a partir de uma incursão de estudos, tendo os contornos definidos pela rede social instagram, tendo como objeto colher posts, os quais serviriam para inspirar educadores nas construções de recursos, aulas, metodologias para aproximar as crianças das linguagens artísticas de modo criativo, ativo e colaborativo.

Diante de tal perspectiva, que os estudos qualitativos permitem posto que, os métodos qualitativos dão margem a construção dos dispositivos e recursos de coleta de informações em situações reais em que ocorrem, optamos por edificar o estudo pautando-nos no aporte qualitativo.

A pesquisa foi ancorada na abordagem qualitativa e baseada na perspectiva exploratória e descritiva, sendo feita a observação diariamente no Instagram e colhida as atividades. A pesquisa foi desenvolvida por meio de acesso a rede social diariamente no período da noite entre os meses de maio e junho 2023 inicialmente a busca foi feita na aba explorar no Instagram onde pesquisamos por atividade de pintura e a rede social foi direcionando, para diversas atividades nos dias posteriores, não foi necessário digitar nada na barra de pesquisa, pois a rede já estava mostrando na aba explorar automaticamente conforme as curtidas e as atividades que era salvas nas pastas. As atividades foram escolhidas de forma que pudessem explorar diferentes tipos de materiais e proporcionar a criatividade e imaginação das crianças posteriormente foram divididas em pastas e categorizadas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO para o processo de análise.

OS ACHADOS DA PESQUISA: ENXERGANDO ARTES

Após a observação da rede social encontramos diversas atividades que podem ser utilizadas para as aulas de arte de forma dinâmicas criativas e elas possuem um caráter inovador e diversificado fingindo dos modelos e pinturas convencional baseado somente em copias, as atividades foram selecionadas de forma que as crianças possam desenvolver suas habilidades.

Após uma análise as atividades foram organizadas em pastas conforme suas características em comum e recurso utilizados para desenvolvê-las. As atividades encontradas e salvas foram organizadas em categorias de acordo com as características e tipo do material utilizado, abaixo listamos as atividades no quadro.

Quadro 1: Demonstrativo de atividades encontradas

TIPO DE ATIVIDADE	RECURSO UTILIZADOS	VARIAÇÃO
Atividades com garrafa pet	com Garrafa pet, EVA e tesoura.	Pode ser feita com outros tipos de garrafas além do pet e com rolo de papel higiênico a rolha
Atividade com a forma da mão e dos pés.	com a Tinta cola e papel e lápis.	Pode ser feito com tinta orgânica.
Atividade com linha ou barbante	com linha Linha, barbante, papel, tinta e papelão.	Pode ser feita com cordão de sisal.
Atividade com rolo de papel higiênico	com rolo de Rolo do papel higiênico, tinta barbante e pincel.	Garrafa, papel, papelão
Atividade com massa de modelar	com massa Massa de modelar, papel.	Pode ser feita com massa caseira de farinha de trigo.
Atividade com placa de ovos	com placa Placa de ovos, caneta hidrocor e papel.	Pode ser feita com embalagens de Mantega e também de iogurte

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Atividade com papel colorido	Papel cola, tesoura caneta	Pode ser feita com papel reciclável, papel branco
Atividade com papelão	Papelão tesoura cola, fita adesiva, flores, prendedor, lápis hidrocor.	Pode ser feita com papel comum e cartão
Atividade com palito de picolé	Palito, papel olho móvel, tinta e papel EVA.	Pode ser feita com palito de churrasco, palito de fosforo
Atividade com carimbo	Esponja, tinta e barbante ou elástico.	Pode ser com flores, folhas, laranja, batata beterraba, cebola, cenoura, rolha, saco plástico, rolo de papel higiênico.
Atividade com Materiais orgânicos	Milho, folha de ofício, caneta hidrocor e cola	Arroz, feijão, folhas secas. Fruta e flores.
Atividade com material alternativo	Cola, papal higiênico ou guardanapo, água.	Guardanapos, papel reciclado
Pintura com objetos	Garfo, papel e tinta	Chave, cubo, colheres, escova de dente botões, prato descartáveis.
Pintura com cotonete	Cotonete, tinta e papel.	Algodão
Pintura livre	Tinta, prendedor e algodão	Palito, mãos, pincel, rolo, rodo, caneta hidrocor e lápis de cor.
Pintando com os pés	Tinta, papel e pincel	..
Pintura com canudo	Canudo e tinta.	
Pintura diversificada	Gelo, tinta, areia decorativa detergente e tecido.	Água e corante alimentício, pó de madeira e areia colorida.

Fonte: Quadro síntese construído pelas pesquisadoras, 2023

O quadro supracitado, foi elaborado a partir da recolha de posts veiculados no *instagram*, por meio de conta das pesquisadoras, durante o período definido na metodologia como critério de inclusão. Feita a leitura analítica de todos os posts, que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO previamente selecionamos e arquivamos em pastas virtuais, passamos a selecionar aquelas que mais tinham adesão a educação infantil, chegando as categorias expressas no quadro.

Ao concluir a análise dos materiais encontrados em nossa incursão pedagógica pelo *instagram*, percebemos o quanto as tecnologias digitais podem oferecer para a prática docente. Ao enveredar pelas malhas do tecido cibernético, minhas expectativas ao encontrar posts com potencial pedagógico foram para além das minhas expectativas como usuária de rede social, local do estudo, mas por entender agora o potencial democrático dos conteúdos ali postados. Para uma grata surpresa, a pesquisa efetivada revelou que a rede social, pode ser um aliado para a inspirações dos educadores, sobretudo professores no fazer das práticas pedagógicas, sobretudo quando o desafio é aproximar as crianças das artes.

ARREIMATE FINAL

Ao longo das linhas deste artigo, refletimos sobre a importância da arte para as crianças e o quanto ela contribui para a formação de diversas habilidades e favorecem a criatividade o desenvolvimento, tornando o trabalho do professor significativo para as crianças, colorindo o processo de aprendizagem com as tintas da imaginação, criatividade, proatividade.

Além do mais, identificamos as atividades com potencial pedagógico o que conferiu ao estudo, o status de importância, pois se constitui em importante material que poderá auxiliar os professores nas aulas de arte, pois as atividades analisadas proporcionarão aulas mais diversificadas e dinâmicas contribuindo, para o desenvolvimento de diversas habilidades nas crianças.

Por fim, demonstramos, neste estudo, que as redes sociais, para além do entretenimento, têm potencial para contribuir, com o trabalho do professor, e que outras pesquisas podem surgir a partir dessa em outras áreas do conhecimento. Esperamos que os escritos neste texto, sirvam de inspiração para construção de uma escola leve, colorida, divertida e cheia de aventuras lúdicas, como toda criança merece!

REFERÊNCIAS

AIDAR, Laura. **Entenda a história da arte através dos tempos**. Disponível:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
<https://www.culturagenial.com/historia-da-arte-guia-cronologico/> Acesso em 01. 07.
2023

ARAÚJO, Aldemar Santos de. **Concepção Moderna de infância.** Disponível em:
<https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/a-concepcao-moderna-de-infancia.htm>, acesso em 26 de junho de 2023.

ARAÚJO, Maiele Mota. **Brinquedos e brincadeiras encontradas no Instagram:** possibilidades didáticas para os processos educativos de crianças com deficiência intelectual.

BRASIL. **Base nacional comum curricular.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 13 de junho de 2023.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em 13 de junho 2023.

ELIANA, Pougy. VILELA. **Todas as artes:** volume único: artes para o ensino médio.1, de. São Paulo. Ática,2016.

FERREIRA, Debora Paztto. **Investigações acerca do conceito de arte.**Repositorio.fungos.br p1 -319. 2014 disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9RVFC9/1/tese_final_com_ficha.pdf. Acesso em 01 de junho de 2023.

FERRAZ, Maria Heloísa C.de T. FUSARI, MARIA F.de Rezende. **Metodologia do ensino de arte** :fundamentos e proposições. 2.Ed. Rev. e ampl. São Paulo:Cortez,2009.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte.** 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

PROENÇA, Graça. **História da Arte.** São Paulo: Ed. Ática, 2010.

RAMME, Noeli. **É possível definir arte?** .Analytica. Rio de Janeiro.Vol13n 1, 197-212.09/2009.Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/viewFile/556/510> . Acesso em: 03 de junho 2023

RIBEIRO, Michelle Porto. MOSCON. Daniela. **Reflexões sobre o uso do Instagram na contemporaneidade.** XVII SEPA. Seminário estudantil de produção acadêmica. UNIFACS.2018. Disponível em:
<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/5576/3619>. acesso em 13 de junho 2023.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

SANTANA, Rubens. **Arte pré-histórica**: Saiba tudo sobre a pintura rupestre, 2023.
Disponível em: <https://revistadigital.com.br/arte-pre-historica-saiba-tudo-sobre-a-pintura-rupestre/>. Acesso em 01 de junho 2023

**A DEFECTOLOGIA VIGOSTSKIANA: CONTRIBUTOS PARA AS PRÁTICAS
INCLUSIVAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE**

Maria Raquel de Carvalho Cardoso

raaquelc@outlook.com

Advogada Especialista em Direito imobiliário

Jusceli Maria O. de C. Cardoso

Docente da UNEB, CAMPUS XI

jcardoso@uneb.br

RESUMO

O artigo que apresentamos aos leitores se constituiu a partir da necessidade de reportar aos estudos de Lev Semiovitch Vygotsky, psicólogo e teórico autor de um corpus teórico conhecido como Defectologia, como sendo a Ciência que estuda a estrutura e a complexidade da deficiência. Sendo então um arcabouço teórico relevante para os estudos interdisciplinares da deficiência, como construto social, e não apenas focado no espectro da medicina e das abordagens corretiva e clínicas. Ao estudarmos sobre os movimentos históricos constituídos pelas sociedades no cerne das atitudes e ações referentes as pessoas com algum tipo de deficiência, encontramos ecos importantes no contexto dos estudos de Vygotsky, que se configuram como lastro teórico de grande alcance para subsidiar pesquisas e ações diversas voltadas os movimentos de acessibilidade e inclusão social de todos e todas as pessoas que apresentam necessidades educativas especiais-NEE e ou alguma deficiência. A questão que nos mobilizou a investidura do estudo para construção do presente escrito foi: Quais os pressupostos vigotskianos postulados no corpo teórico da Defectologia tem possibilidades para lastrear as práticas inclusivas? Ademais o estudo se justificou pela necessidade de maior difusão da Defectologia de Vygotsky para nortear estudos e práticas em ações efetivas para fomentar os processos educativos e de inclusão social das pessoas com deficiência ou NEE. Assim, efetivamos uma investigação de metodologia qualitativa, com direção nos estudos bibliográficos, tendo como recorte a busca por trabalhos veiculados em periódicos de acesso aberto, publicados entre os anos 1990-2023, que trouxeram como temática as contribuições dos estudos da Defectologia para o campo da inclusão. Assim, dialogamos com os escritos de: Vygotsky (1998,1983,1984,1989, 2011), Oliveira (2011), Piccolo (2014), Lopes (1996), Costa (2006) Cardoso (2018, 2019, 2020) dentre outros. O estudo efetivado nos permitiu ponderar sobre a necessidade de debates, nos cursos de Graduação, licenciaturas e bacharelados em relação aos estudos desta relevante teoria que efetivamente tem potencial para subsidiar novos estudos e nortear a tessitura de políticas públicas de atenção integral as pessoas com NEE e com deficiências, dentre as quais aquelas que se destinam a inclusão escolar e acadêmica das pessoas.

Palavras- chave: defectologia; inclusão; deficiência; NEE; sociedade

INTRODUÇÃO

As discussões sobre perspectivas de construções de ações de intervenções sociais e Inclusivas apresentam-se permeadas por polêmicas e desafios, embora no cenário brasileiro já tenhamos um corpus de leis, decretos, normas técnicas dentre outros documentos que legislam sobre a justa inclusão e acesso de todos e todas as pessoas a todos os bens, direitos e deveres preconizados na Constituição Federativa do Brasil.

De tal modo, nossas inquietações como pesquisadoras e cidadãs caminham em direção de fomento das práticas de inclusão social, posto que, há que se promover, condições de igualdade para pessoas com deficiências, tendo em vista a inclusão social e cidadã.

Assim, a partir da nossa imersão nos estudos emoldurados no campo das intervenções sociais, nos deparamos sobre a pouca difusão dos postulados edificados por Vygotsky, no campo da Defectologia como teoria que estuda e anuncia uma compreensão multidisciplinar no que diz respeito ao conceito da deficiência. Logo, nos motivamos a efetivar um estudo científico na busca por referenciais para ampliação dos conhecimentos sobre tal corpo científico.

A questão que nos mobilizou a investidura do estudo para construção do presente escrito foi: Quais os pressupostos vigotskianos postulados no corpo teórico da Defectologia tem possibilidades para lastrear as práticas inclusivas? Ademais o estudo se justificou pela necessidade de maior difusão da Defectologia de Vygotsky para nortear estudos e práticas em ações efetivas para fomentar os processos educativos e de inclusão social das pessoas com deficiência ou NEE.

Tivemos como objetivo: Conhecer as especificidades da Defectologia sobretudo os postulados inerentes ao conceito da deficiência assim como as premissas que podem servir de bússola para orientar a elaboração de políticas e práticas de natureza inclusiva no escopo das intervenções sociais.

Para fundamentar teoricamente o estudo, ancoramos nossas incursões dialogais a partir da teoria sócio internacionalismo de Vygotsky (1998) sendo que também nos debruçaremos em leituras e trabalhos publicados em veículos físicos e/ou digitais, que discutem a temática em foco, destacando-se autores como:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Vygotsky (1998,1983,1984,1989, 2011), Oliveira (2011), Piccolo (2014), Lopes (1996), Costa (2006) Cardoso (2018, 2019, 2020) dentre outros.

Em relação aos aspectos metodológicos optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa considerando que tal perspectiva foi a mais adequada para tratar o objeto de estudo sendo que o tipo da pesquisa se direcionou ao estudo bibliográfico, tendo como recorte a busca por trabalhos veiculados em periódicos de acesso aberto, publicados entre os anos de 2000 a 2023, que tragam como temática as contribuições dos estudos da Defectologia para o campo da inclusão.

Em linhas gerais, o estudo efetivado, nos possibilitou chegar a algumas constatações, no sentido de compreender que as discussões postuladas no corpo teórico da Defectologia, continuam sendo contemporâneas posto que, nos possibilitaram a tecer inferências sobre a educação situando-a no cenário de avanços, de surgimento de dispositivos e de mudanças profundas nas formas de pensar e agir, sobretudo pelos desafios de estarmos coabitando uma sociedade em rede na qual o conhecimento está sendo construído colaborativa e processualmente ,onde somos ao mesmo tempo leitores e autores das novas realidades, produtos e saberes

DIÁLOGOS TEÓRICOS

Num contínuo de diálogos inter-relacionais, críticos e multirreferenciais com as teorias circulantes na sociedade contemporânea e com os estudo edificados por Lev Seminovich Vygotsky, inferimos possibilidades de conexões e leituras interdisciplinares profícuas, sobretudo tendo como foco os postulados edificados por Vygotsky (1983,1984 e 1989,2011), nos estudos constituídos na perspectiva da **Defectologia** e no Sócio interacionismo, pois tais campos teóricos possibilitam um (inter) diálogo e norteiam as discussões quanto ao processo de inclusão escolar das pessoas com NEE e ou deficiência, nos postulados em que o renomado psicólogo e pesquisador russo, anuncia e defende como os ideais de uma pedagogia das potencialidades.

Vygotsky denominou de **Defectologia** os estudos sobre a questão da deficiência desenvolvendo trabalhos de pesquisa na área da surdez, cegueira, esquizofrenia, dificuldades intelectuais. O nome, cunhado pelo pesquisador, refere-se

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO a um corpo teórico, a uma teoria que defende o princípio da aprendizagem para todas as pessoas, não importando o tipo ou grau da deficiência, que não se converte em menos valia, mas sim em força motriz mobilizadora das estruturas cognitivas, afetivas, sociais e culturais em busca da aprendizagem e do consequente desenvolvimento do ser humano.

Entendemos como conceito derivante das postulações da Defectologia a emergência da chamada Pedagogia das potencialidades como sendo uma Pedagogia especial, construída e embasada pela Defectologia e pelo Sócio interacionismo de Vygotsky, alicerçando-se as ideias da mediação pedagógica como força motriz, desencadeadora das habilidades dos sujeitos, desenvolvendo-se a chamada zona de desenvolvimento potencial(ou seja, todas as capacidades que o sujeito tem de reservas, adormecidas, e precisam ser potencializadas, desenvolvidas) através das experiências e das interações humanas, sociais e culturais.

Neste aspecto, Vygotsky pontuava que, não importava o “defeito” que a pessoa possuía. Mas sim as enormes potencialidades que lhe caracterizavam para superar as dificuldades orgânicas/biológicas, sociais e afetivas, impostas pela deficiência. Tendopara isso, a Pedagogia um papel essencial, como um coletivo de ajudas mediativas, sistematizadas e capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento do ser.

A Defectologia edificada pelo eminente psicólogo postulava que: “a criança cujo desenvolvimento se vê complicado pelo defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que seus coetâneos normais, mas uma criança que se desenvolveu de outro modo” (Vygotsky, 1989, p.30). Ou seja, para os estudos edificados por Vigotsky, não importa o grau e ou a profundidade de afetação nas funções biológicas do sujeito. A criança terá sempre o potencial para aprender e para desenvolver-se. Resta ao educador, aos pais, encontrar as potencialidades inerentes a cada ser. Nesta ótica, educação da criança com algum tipo de deficiência portanto:

[...] deve basear-se no fato de que simultaneamente com o defeito estão dadas também as tendências psicológicas de uma direção oposta; estão dadas as possibilidades de compensação para vencer o defeito e de que precisamente essas possibilidades se apresentam em primeiro plano no desenvolvimento da criança e devem ser incluídas no processo educativo como sua força motriz (Vygotski, 1989, p. 32).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ainda conceituando Defectologia como Ciência dos defeitos do homem, vamos encontrar subsídios nos trabalhos de Oliveira (2011) quando afirma sobre o percurso de estudos de Vygotsky no âmbito inicial, do que seriam as investigações na área da Educação especial:

Os termos defectologia e criança anormal, utilizados no título e ao longo do artigo, foram mantidos na presente tradução por corresponderem à terminologia utilizada no início do século XX, quando Vygotsky produziu seus textos. Atualmente, seriam equivalentes às expressões deficiência e educação especial e criança com deficiência, respectivamente. Além do interesse histórico e da indiscutível relevância de fazer traduções diretas da obra vigotskiana, destaca-se a postulação do desenvolvimento como um percurso tortuoso, atravessado por rupturas e conflitos, e a tese central do autor de que caminhos indiretos de desenvolvimento são possibilitados pela cultura quando o caminho direto está impedido. Isso teria especial importância no caso das crianças com deficiência. O desenvolvimento cultural seria, assim, a principal esfera em que é possível compensar a deficiência. (Oliveira, 2011, p. 863).

Ancoramos nossas reflexões teóricas no campo da Defectologia, por encontrar nesta, subsídios amplos para discutir a condição da deficiência, não apenas com o olhar limitante, médico e ortopédico, como se processou durante muitos anos, de modo hegemônico nos trabalhos, estudos e pesquisas acadêmicas.

A perspectiva dos estudos em Defectologia nos permite um alargamento das possibilidades de percepção sobre a deficiência, convergindo para a importância das esferas sócio e cultural como elementos importantes para nortear os debates e estudos científicos sobre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Seguindo a perspectiva da Defectologia, Piccolo assevera:

A cultura é um dos elementos do social, ainda que às vezes pareça incorporar toda sua totalidade. É produto da vida social, podendo ser pensada como prática derivada das relações sociais criadas pelo trabalho, ou seja, da natureza transformada pelo homem, estando intimamente ligada ao processo de desenvolvimento humano. Assim, a cultura não anula a natureza, mas a transforma, logo, enfatizar a primazia do cultural sobre o biológico não significa, em hipótese alguma, ignorar a realidade biológica, que faz parte do humano, mas, sim, enfatizar que no desenvolvimento humano ele é entrelaçado cada vez com maior intensidade pela cultura. (Piccolo, 2014, p. 111).

Os estudos de Vygotsky, no escopo da Defectologia, se configuram como corpo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
teórico fértil para ancorarmos nossas ponderações quanto a inclusão das pessoas com deficiência auditiva/ surdez deferindo a estas um olhar multirreferencial, no sentido da assunção/aceitação do fenômeno das identidades e culturas que se edificam entre os povos surdos. Segundo Vygotsky (2011):

Quando surge diante de nós uma criança que se afasta do tipo humano normal, com o agravante de uma deficiência na organização psicofisiológica, imediatamente, mesmo aos olhos de um observador leigo, a convergência dá lugar a uma profunda divergência, uma discrepância, uma disparidade entre as linhas natural e cultural do desenvolvimento da criança. Por si só, entregue a seu desenvolvimento natural, a criança surda-muda nunca aprenderá a falar, a cega nunca dominará a escrita. Aqui a educação surge em auxílio, criando técnicas artificiais, culturais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados às peculiaridades da organização psicofisiológica da criança anormal. (Vygotsky, 2011, p. 867).

As crianças ao nascerem com deficiência , sobretudo com surdez, ou adquirem a condição da surdez ao longo da vida, na maioria das vezes, filhos de pais ouvintes, deparam-se com barreiras para a comunicação uma vez que, não utilizarão a linguagem falada para interagir com seus pares, procurarão outros meios para que haja uma comunicação. Isso, muitas vezes, se processa através de mímicas e outros gestos para a interação ocorrer. É o que Vygotsky chamou de “caminho indireto”, isso quando alguma dificuldade a impede de seguir pelo “caminho direto” que neste caso, seria o aprendizado das primeiras palavras orais para se comunicar.

A estrutura das formas complexas de comportamento da criança consiste numa estrutura de caminhos indiretos, pois auxilia quando a operação psicológica da criança se revela impossível pelo caminho direto. Porém, uma vez que esses caminhos indiretos são adquiridos pela humanidade no desenvolvimento cultural, histórico, e uma vez que o meio social, desde o início, oferece à criança uma série de caminhos indiretos, então, muito frequentemente, não percebemos que o desenvolvimento acontece por esse caminho indireto (Vygotsky, 2011, p. 864).

As pessoas com deficiência, segundo Vygotsky, não são impossibilitadas de se desenvolverem, porém isso dependerá das oportunidades, das experiências e mesmo da sua convivência com os outros no aspecto social. Com tal premissa, percebe-se na teoria de Vygotsky, a força atribuída ao aspecto social como força motriz mobilizadora das aprendizagens e do desenvolvimento dos sujeitos surdos.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para a pessoa com deficiência, os desafios são os de aprender a conviver numa sociedade que se comunica hegemonicamente através da fala oral, relegando a planos secundários, outras formas alternativas de comunicação.

Segundo ainda os postulados anunciados pela Defectologia de Vygotsky há a necessidade de compreensão dos sujeitos que possuem alguma deficiência não apenas “como “diferentes” dos demais seres humanos, mas como seres singulares, diversos porque somos todos dotados de semelhanças e diferenças, de limitações e possibilidades.

Quando pensamos nos caminhos diretos e indiretos na perspectiva inclusiva da pessoa com deficiência, percebe-se que no âmbito social a criança tende abusar estratégias para suprir suas necessidades diante dos fatos, já que muitas vezes o meio social a exclui do processo mesmo que involuntariamente, obrigando assim a esta caminhar sozinha para encontrar formas de conviver com seus pares.

Em sua pesquisa Vygotsky percebeu que a sociedade na época não buscava meios para incluir **pessoas defeituosas**, as quais ele também chamou de **pessoas com defeito ou anormais**. Lembramos que o uso feito por Vygotsky de tais expressões se contextualizam ao momento histórico em que viveu e edificou seus estudos e postulados teóricos. Logo, são expressões que destoam daquelas usuais nos cenários dos dias contemporâneos.

Todo o aparato da cultura humana (da forma exterior de comportamento) está adaptado à organização psicofisiológica normal da pessoa. Toda a nossa cultura é calculada para a pessoa dotada de certos órgãos – mão, olho, ouvido – e de certas funções cerebrais. Todos os nossos instrumentos, toda a técnica, todos os signos e símbolos são calculados para um tipo normal de pessoa. E daqui surge aquela ilusão de convergência, de passagem natural das formas naturais às culturais, que, de fato, não é possível pela própria natureza das coisas e a qual tentamos revelar em seu verdadeiro conteúdo. (Vygotsky, 2011, p. 867).

Seguindo a lógica das pesquisas edificadas no campo da Defectologia, percebe-se que para que haja avanços no desenvolvimento da pessoa com deficiências a educação assume primordial papel sendo considerada força motriz que estimula as estruturas intactas da pessoa, mobilizando forças e constituições de novos arranjos, novas formas de interagir e agir na construção das aprendizagens.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Para Vygotsky, haveria assim uma espécie de compensação do defeito. Ou

seja, o próprio organismo humano, mobilizado pelas forças sociais, psicológicas e culturais seria reorganizado e passaria a operar novas formas de interação com o mundo e com os pares. No caso do sujeito surdo, Vygotsky explica que a lei da compensação do defeito no âmbito da falta da audição, seria pela esfera visual, espacial e mesmo manual.

Por si só, entregue a seu desenvolvimento natural, a criança surda-muda nunca aprenderá a falar, a cega nunca dominará a escrita. Aqui a educação surge em auxílio, criando técnicas artificiais, culturais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados às peculiaridades da organização psicofisiológica da criança anormal. (Vygotsky, 2011, p. 867).

Os estudos Vigotskianos, embora edificados em outros contextos e tempos pretéritos tornam-se contemporâneos e nos inspiram a refletir sobre a evidência do papel social da escola, nos possibilitando uma leitura social da educação como uma construção de perspectiva inclusiva, ou seja, uma sociedade que aprenda com a diversidade humana. Segundo a Defectologia e o sócio interacionismo as aprendizagens humanas se processam por meio das interações sociais, das

partilhas e das construções solidárias, havendo, pois a mediação como sendo uma força que opera e faz fluir o aprendizado.

Nas teorias de Vygotsky, os pressupostos da mediação e da linguagem se constituem em dois campos considerados essenciais para o desenvolvimento humano, sobretudo quando o sujeito é acometido por “um defeito”. Segundo o psicólogo russo, a condição do defeito não deve limitar a ação educativa pela metade. Ao contrário disso, quanto mais cedo a criança for atendida por um programa de atenção especializada (ao que chamou de atenção temprana) quanto mais ricas e intensas forem as experiências e os estímulos que a criança com deficiência receba do meio social como um todo (escola, família, grupos sociais), mais chances terá de aprender e de se desenvolver.

Logo, compreendendo que a deficiência também deve ser analisada como uma construção sócio cultural, que promove nos sujeitos a possibilidade de construção de identidades plurais na imersão das múltiplas culturas, cremos ser pertinente também dialogarmos com os postulados da teoria conhecida no Brasil como sócio interacionismo que, entre tantas premissas postula:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para Vygotsky, a vivência em sociedade é essencial para transformação do homem de ser biológico em ser humano. É pela aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. A criança nasce dotada de funções psicológicas elementares, como reflexos e atenção involuntária, presentes em todos os animais mais desenvolvidos. Com o aprendizado cultural, no entanto, parte dessas funções básicas transformam-se em funções psicológicas superiores, como a consciência, o planejamento e a deliberação, características exclusivas do homem. (Lopes, 1996, p. 34).

Para nortear as discussões contemporâneas quanto a educação especial e atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, torna-se coerente dialogar também com a corrente teórica conhecida como sócio interacionismo de base Vygotskiana, segundo o qual, a aprendizagem se constitui em contextos históricos, sociais e culturais. Segundo os postulados do pesquisador russo as funções psicológicas do sujeito têm origem no social, enfocando-se como primordial o papel desempenhado pela linguagem, pensamento e mediação. Assim, no escopo de tal teoria iremos ancorar a pesquisa, sobretudo nos conceitos básicos atribuídos a linguagem e mediação como construções sócio históricas e culturais, bem como, forças motrizes para a edificação do processo da aprendizagem do sujeito.

A ancoragem das reflexões pela ótica das teorias Vygotskianas se consolida porque aponta o meio social como “responsável” para a constituição das funções psicológicas tendo em vista que a sociedade se constitui como um elo para essa aquisição, desta forma possibilitam trocas e ações nas interações entre os sujeitos. Costa compartilha desse ponto de vista ao enfatizar que:

O indivíduo é constituído socialmente: todas as suas funções psicológicas têm origem social. Suas interações com o meio são construídas a partir de sua inserção em um universo histórico-cultural. A família, escola, comunidade e seus elementos constituintes – pais, irmãos, professores, colegas, amigos – fazem parte desse universo histórico-cultural e servem de elo intermediário entre o sujeito e o objeto de conhecimento. (Costa, 2006, p. 233).

Deste modo, para que o sujeito possa desenvolver habilidades e capacidades através das aprendizagens torna-se necessária a mediação, porque para Vygotsky o desenvolvimento do sujeito se dá a partir de constantes interações mediadas pelo outro e o meio em que está inserido. Rego (1996, p. 61) diz que “quando internalizados

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
esses processos começam a ocorrer sem a intermediação de outras pessoas”.

Sobre a mediação como força/ação para o aprendizado das pessoas, em Vygotsky, este conceito se concretiza como força motriz favorecedora das aprendizagens humanas, além é claro, da farta contribuição teórica quanto à formação da linguagem e do ser humano como um ser plural, constituído harmonicamente pelas esferas psico-sócio-biológico e cultural.

Sendo que a posição de Vygotsky tanto nos estudos de Defectologia quanto no Sócio interacionismo, fertilizam o campo do estudo sobre a possibilidade de mediação, ampliando os olhares dos pesquisadores, através da formulação dos conceitos de Zonas de Desenvolvimento, tanto da zona de desenvolvimento proximal (ZDP), zona de desenvolvimento real (ZDR), o que nos favorece a tecer discussões, sobre a necessidade de construções de diversos caminhos de novos contexto que fomentem aprendizagens de todos e todas as pessoas.

Sendo assim, cremos na pertinência de fundamentar os estudos efetivados numa perspectiva multirreferencial, dialogando com a Defectologia e o Sócio interacionismo uma vez que, tais teorias apresentam em seus postulados coerência em relação a concepção de uma sociedade inclusiva, que busca e se movimenta para assegurar a todos e todas as pessoas os direitos constitucionais de acesso, permanências e aprendizagens coletivas.

CONCLUSÕES

Os estudos da teoria intitulada por Defectologia edificada pelo psicólogo russo Lev. S. Vygotski, nos possibilitaram dialogar com uma visão crítica sobre a emergência nas do conceito histórico cultura da deficiência assim como nos permite compreender as estruturas do “ defeito” humano como construtos sociais.

Logo, as discussões postuladas neste corpo teórico, continuam sendo contemporâneas posto que, nos possibilitaram a tecer inferências sobre a educação situando-a no cenário de avanços, de surgimento de dispositivos e de mudanças profundas nas formas de pensar e agir, sobretudo pelos desafios de estarmos coabitando uma sociedade em rede na qual o conhecimento está sendo construído colaborativa e processualmente, onde somos ao mesmo tempo leitores e autores das novas realidades, produtos e saberes.

Neste sentido, a discussão sobre as construções sociais da deficiência

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO humana continua sendo necessária como ações que promovem reflexão, ações no sentido de produzir, provocar a chamada inteligência coletiva que desconstrói o preconceito, fruto da ignorância, e assume como forma de ação a coletividade e a diversidade humana. Nestes aspectos, a leitura sobre a teoria nomeada como Defetologia desponta como possibilidade fecunda para potencializar as discussões e práticas voltadas para o fomento da educação mediada e implicada pela inclusão de todos e todas as pessoas na chamada escola e sociedade inclusivas

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Juscely Maria Oliveira de Carvalho; *et al.* **Língua brasileira de sinais e empoderamento de mulheres surdas no território do sisal.** Revista Metáfora Educacional (ISSN1809-2705) – versão *on-line*. Editora Dra. Valdeci dos Santos. Feira de Santana – Bahia (Brasil), n. 20 (jan. – jun. 2016), 25 jun. 2016, p. 101-133. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2016.

_____. **A criança com dificuldades na oralidade e a prática discursiva na sala de aula. A travessia do silêncio excludente para a didática da oralidade.** 2006. 106 páginas. Dissertação de mestrado, CELAEE- Centro Latinoamericano de Referência em Educação Especial, CUBA, 2006.a

_____. **Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas inclusivas na cidade de Serrinha,** Brasil, 2017. Tese (Doutorado) Universal Internacional Tres Fronteras. Programa de Doutorado em Ciências da Educação. Asunción. 420p, 2018.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando Limites: A contribuição de Vygotsky para a educação especial,** Rev. Psicopedagogia. vol.23, nº.72 São Paulo, 2006, ISSN 01038486, 232 pg.

LOPES, Josiane. **VYGOTSKY. O teórico social da inteligência.** Revista Nova Escola, ano XI, nº99, dezembro, pgs.33-39, 1996.

MEIRELES-COELHO, Carlos; Izquierdo, Teresa; Santos, Camila (2007). **Educação para todos e sucesso de cada um:** do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca. J. M. Sousa (Org.). Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores. Vol. 2. Universidade da Madeira, 26 a 28 de abril de 2007. (Porto): SPCE, 178-189. ISBN 978-989-8148-21-6.

OLIVEIRA, Marta Kohl, MARQUES, Priscila Nascimento, SALES, Denise (tradução oficial). **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** In. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

OLIVEIRA, João Danilo B de. et all. **A noção de educação inclusiva nas políticas educativas no Brasil e Portugal.** In: MIRANDA, Terezinha Guimarães e FILHO, Teófilo A. Galvão (org.). Educação Especial em contexto inclusivo. Reflexão e Ação. Salvador: EDUFBA, 2011.

PICCOLO, Martins Gustavo. **A defectologia em Vygotski:** do proposto ao pensado na Educação Especial, La defectología em Vygotski: de la propuesta ala idea en la Educación Especial. In: EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires- Año 19 - Nº 192 - Mayo de 2014. <http://www.efdeportes.com/>

VGOTSKY. **Defektologia i ucenie o razvitii i vospitani nennormal'nogo rebenka** [Psicologia do portador de deficiência, teoria do desenvolvimento e educação da criança portadora de deficiência]. In: VLASOVA, T. A. (Ed.). Vygotsky: sobranie socinenii; osnovy defektologii, v. 5 [Obras completas: os princípios fundamentais da educação especial]. Moscou: Pedagogika, 1983a. pp. 166-73, 2003.

_____. **Obras Completas:** fundamentos da defectologia. Tomo V. Tradução de Maria del Carmen Ponce Fernández. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1989, p. 74-87.

_____. **Aprendizaje y desarrollo intelectual en la edad escolar. Infancia y Aprendizaje,** Madrid, n. 27/28, p.105-116, 1984.

_____. Semionovich. **Obras completas, Tomo I, II, III, IV e V.** Editorial Pueblo y educacion, La ciudad de Habana, Cuba 1ª reimpression, 1995.

_____. **A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** [Tradução: Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques] Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861- 870, dez. 2011.

AGROECOLOGIA: PROPOSTA PARA OBTENÇÃO DE UMA GASTRONOMIA SUSTENTÁVEL

Victor Igor Mota Ramos¹
victorigor.ramos18@gmail.com
Prof.^a **Roseane Carmo²**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral discutir sobre a importância da agroecologia, no desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável, em prol do resgate do equilíbrio do ecossistema e da produção de alimentos saudáveis. Aborda aspectos gastronômicos, sociais, culturais dos atuais meios de produção de alimentos, para gerar consciência sobre as mudanças que precisam ser feitas perante agroindústria. Mostra também movimentos de contracultura dentro da gastronomia para promover sustentabilidade e reduzir impactos ambientais que estão assolando o planeta terra. A metodologia utilizada para desenvolver este estudo é uma pesquisa bibliográfica realizada nas produções de CAPORAL, PAULUS E COSTABEBER (2009), COSTA (2010), DIAS (2016), SOUZA, OLIVEIRA E ALVES (2021), dentre outros que vem alertando para necessidade de uma nova perspectiva que tenha como prioridade a manutenção do meio ambiente, sustentabilidade, segurança alimentar, preservação da saúde das pessoas que trabalham diretamente com a agricultura e do consumidor final. Os estudos apontam para urgência na mudança de se produzir e consumir alimentos tendo como proposta a agroecologia, Gastronomia sustentável, a Nouvelle cuisine e o Slow food.

Palavras-chave: agroecologia; sustentabilidade; gastronomia.

INTRODUÇÃO

A agroecologia é uma ciência multidisciplinar que tem foco em produzir alimentos sob uma ótica sustentável (ecológica), utilizando, sobretudo, conhecimentos ancestrais para produção dos mesmos. A agroecologia pauta as relações do homem com natureza e tenta garantir a segurança alimentar.

A abordagem deste artigo, Agroecologia: Proposta para obtenção de uma gastronomia sustentável, enfoca a compreensão da necessidade de ampliar e divulgar conhecimentos sobre a influência fundamental da agroecologia para a sustentabilidade através da produção de alimentos. A pergunta mobilizadora desta pesquisa é: A agroecologia pode resgatar o equilíbrio do ecossistema e produzir alimentos de manejo sustentável?

A escolha dessa temática se deu por conta da necessidade de viabilizar uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
consciência sobre as mudanças que precisam ser feitas perante os moldes
convencionais de se produzir alimentos, bem como a necessidade de introduzir a
gastronomia como agente dessa transformação.

O trabalho está organizado em quatro seções. Na primeira, estão os escritos
introdutórios, na qual é apresentada de forma sucinta a origem, o conteúdo do
artigo e os objetivos. A segunda, Metodologia, informa que a metodologia
bibliográfica foi utilizada para desenvolver a pesquisa e explica como a mesma foi
realizada. A terceira seção, Agroecologia: Proposta para obtenção de uma
gastronomia sustentável, é subdividida em três seções. A primeira, 3.1, Panorama
da Revolução Verde, apresenta o contexto da agroindústria e a promessa da
produção em abundância de alimentos e o fim da fome. Mostra ainda as
características desse modelo de produção. Em seguida, a seção 3.2, Agroecologia:
Projeto sustentável, discorre sobre a agroecologia enquanto a alternativa sustentável
de produção alimentar, de preservação do meio ambiente e de relações de
produções respeitadas. A discussão das implicações da agroecologia para uma
gastronomia sustentável aparece na seção 3.3: Sustentabilidade na gastronomia. Na
quarta seção, Considerações finais, são elaboradas reflexões sobre o alcance e
limitações dos objetivos do trabalho. Algumas sugestões são apresentadas sobre
agroecologia e gastronomia sustentável.

Este trabalho tem como objetivo geral discutir sobre a importância da
agroecologia, no desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável, em prol do
resgate do equilíbrio do ecossistema e da produção de alimentos saudáveis. Os
objetivos específicos são: Discutir os impactos socioambientais causados pelo
agronegócio; apresentar a agroecologia como uma ciência que se une a saberes
ancestrais para produção de alimentos saudáveis e formação de uma sociedade
mais equitativa; mostrar a agroecologia como a principal forma de se produzir
alimentos para obtenção de uma gastronomia sustentável.

Os estudos apontam para urgência na mudança de se produzir e consumir
alimentos tendo como proposta a agroecologia, gastronomia sustentável e o Slow
food (movimento de contracultura dos fast-foods que visam o uso de produtos
naturais, sem uso de ultra processados, valorização de pequenos produtores, tendo
a sustentabilidade como a principal forma de se produzir).

A relevância deste trabalho reside no fato de ser veículo propulsor da
divulgação da necessidade socioambiental de se apresentar a agroecologia como

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
possibilidade sustentável de produzir alimentos saudáveis, preservando meio ambiente através de relações respeitadas.

No âmbito profissional, pode-se atribuir ao trabalho o poder de levar reflexão e tomada de consciência aos profissionais da área de cozinha, aos docentes da área de gastronomia, da agronomia, da nutrição e áreas afins sobre a necessidade de assumir um debate urgente e cotidiano, evidenciando a importância de conceber a agroecologia como alternativa acessível para resgatar o equilíbrio do ecossistema, produzindo alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, proporcionando gastronomia sustentável e qualidade de vida dos trabalhadores e dos consumidores em geral.

METODOLOGIA

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre a agroecologia para desenvolver uma gastronomia sustentável, em favor de preservar os ecossistemas e de produzir alimentos saudáveis. Para desenvolver este artigo foi utilizado a pesquisa bibliográfica, que segundo Souza et al. (2021), é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico, o que necessita aprofundamento, dedicação e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico. Esta metodologia foi escolhida por melhor se adequar os objetivos desta pesquisa.

A abordagem qualitativa foi utilizada para analisar e interpretar as informações nos materiais utilizados, ou seja, artigos e livros, sem pretensão que a análise recaia sobre quantificação de resultados. De acordo com Zanella (2011), o método qualitativo preocupa-se em conhecer a realidade segundo o panorama dos integrantes da pesquisa, sem medir ou utilizar informes estatísticos para estudo dos dados.

O levantamento de referências que abordam a temática vem sendo pesquisado a partir de 2022, quando houve uma implicação do pesquisador com o referido tema. Embora, só a partir de 2023 teve uma sistematização do material lido através de fichamentos e seleção de autores que tenham relevância e estudos na discussão sobre agroecologia.

AGROECOLOGIA: PROPOSTA PARA OBTENÇÃO DE UMA GASTRONOMIA SUSTENTÁVEL

Esta seção, com fins metodológicos, visando melhor compreensão das discussões, é subdividida em três seções. A primeira, 3.1, Panorama da Revolução Verde, apresenta o contexto da agroindústria e a promessa da produção em abundância de alimentos e o fim da fome. Mostra ainda as características desse modelo de produção. Em seguida, a seção 3.2, Agroecologia: Projeto sustentável, discorre sobre a agroecologia enquanto a alternativa sustentável de produção alimentar, de preservação do meio ambiente e de relações de produções respeitadas. A discussão das implicações da agroecologia para uma gastronomia sustentável aparece na seção 3.3: Sustentabilidade na gastronomia

Panorama da revolução verde

Diante do cenário pós II Guerra Mundial, por volta de 1950, com o medo da fome e da escassez, iniciou-se a Revolução verde nos EUA, que anunciava o fim da fome e uma produção agrícola generosa. Este tipo de produção propunha mecanização agrícola, uso de sementes modificadas, intenso uso de insumos industriais, monoculturas, dentre outros, para potencializar a produção. É o modelo mais utilizado atualmente que se mostra extremamente agressivo ao meio ambiente.

As sementes modificadas, segundo Zimmermann, resultam em “alimentos transgênicos, ou seja, as sementes sofrem combinações de materiais genéticos para que sejam mais resistentes a herbicidas, pragas e que obteriam maior produtividade, resolvendo assim o problema da fome”. (2009, p. 86)

Esse cultivo que esvazia a terra de nutrientes, é discutido por Caporal (2009, p. 11), como pode ser observado a seguir: “Os monocultivos, baseados nas práticas e tecnologias da chamada Revolução Verde, tem sido responsáveis por um conjunto de externalidades que levaram a uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade”.

É importante notar que o investimento em monoculturas é uma prática antiga no Brasil. O trecho abaixo mostra o total descompromisso com o ecossistema:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses de sua monocultura intempestiva, destruindo quase inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e entrevando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, degradando, ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região. (Castro, 2006, p. 97).

A monocultura visa produzir apenas uma única espécie agrícola em uma determinada área de produção. Este tipo de cultura causa impactos irreparáveis, como erosão do solo, uso desacerbado de recursos hídricos, intoxicação do solo, dos agricultores e consumidores por agrotóxicos, dentre outros.

Os dados destacados a seguir mostram o prejuízo dessa agricultura que tem por base o uso de agrotóxicos e a produção em larga escala. Pajolla (2022), informa que o agronegócio foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil em 2021, principalmente da Amazônia que teve perda de 59% da vegetação nativa, seguida por Cerrado (30%) e Caatinga (7%).

De acordo com Altieri (2010), a agroindústria está voltada para monoculturas orientadas para exportação, gerando impactos econômicos, ambientais, sociais e também impactos negativos à saúde pública, à integridade dos ecossistemas e à qualidade dos alimentos. Grande tem sido o movimento de exportação de grãos nos últimos anos no Brasil. Conforme o Ministério da Agricultura e Pecuária (2023), as vendas externas do grão do milho cresceram de 3,4 milhões de toneladas em dezembro\2021 para 6,4 milhões de toneladas em dezembro\2022 (+88%).

Esse aumento de produção implica aumento de capital financeiro para os donos da produção e investidores, aumento da tecnologia para crescimento da produção, aumento do uso de agrotóxicos, área extensa desmatada para produção de monoculturas, larga escala de monocultivos não saudáveis.

A Revolução Verde com sua promessa de produzir em abundância produtos agrícolas e, por consequência, solucionar o problema da fome, como foi visto, parcialmente consegue até produzir mais, no entanto, não conseguiu solucionar o problema da fome.

A Revolução Verde tentou despolitizar o debate da fome, naquela época um fenômeno europeu (pós-Segunda Guerra Mundial), atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico-científico, ou seja,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO buscava afirmar a ideia de que só o desenvolvimento técnico e científico seria capaz de resolver o problema da fome e da miséria. Ocorre que a Revolução Verde e suas sementes híbridas e seu mais recente desdobramento com a biotecnologia dos transgênicos e do plantio direto priva a maior parte dos agricultores do acesso à propriedade, situação que, infelizmente, aumenta a insegurança alimentar (Porto-Gonçalves, 2006).

Agroecologia: projeto sustentável

A Agroecologia contrapõe-se aos moldes da Revolução Verde. Ela, por sua vez, está ligada diretamente a ecologia e sustentabilidade. É uma forma ética de se produzir alimentos, com uso de tecnologias limpas, utilização de recursos naturais renováveis e uma tentativa de sanar a insegurança alimentar. Cabe ressaltar que a sustentabilidade é compreendida neste trabalho como método oficial para corrigir os efeitos da crise ecológica (World Commission on Environment and Development – WCED, 1987). Como é possível observar a seguir:

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta de autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais (Leff, 2002, p. 37).

Segundo Alteri (1987), a Agroecologia é definida como “as bases científicas para uma agricultura sustentável”. É de suma importância analisar todo um contexto produtivo: os ciclos da natureza, as transformações de energia, as relações socioeconômicas que podem vir a modificar a atividade agrícola. A Agroecologia introjeta a atuação ecológica que é preciso para uma agricultura sustentável.

A Agroecologia contraria a lógica agrícola convencional, na qual se depreda a natureza para produzir alimentos e produtos para exportação. Esse modelo biodiverso prega a diversificação do cultivo, com emprego de tecnologias de manejo ecologicamente adequado. Enfim, ela visa um molde social justo e financeiramente viável.

A base da Agroecologia no Brasil é a discussão técnica a respeito de se produzir alimentos saudáveis articulada com a questão social. A agroecologia faz uso de técnicas agroflorestais, biodinâmicas, orgânicas. Sobretudo faz uso de saberes ancestrais para cuidar, resgatar e preservar a natureza. E abrange a luta

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO por direitos femininos, sociais e étnicos. A agroecologia também almeja equilíbrio ambiental e equidade social. Essas ideias se fazem presentes no trecho a seguir:

A construção de agriculturas mais sustentáveis precisa ter presente as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade. Não é preciso dizer que isso implica em mudanças estruturais, dentre as quais se destaca a reforma agrária e o acesso aos meios de produção. Implica, também em metodologias participativas, garantias de acesso aos direitos básicos de cidadania, respeito as diferenças culturais, de gênero, de raça, de etnia. Consideração dos valores e visões de mundo dos diferentes grupos sociais e suas relações com a natureza (Caporal, 2009, p. 34).

A Agroecologia concebida dessa maneira mostra a complexidade de sua extensão. Ela permeia os cuidados com a terra, com a forma de produzir alimentos saudáveis e engloba desde relações de produção até questões políticas, sociais e étnicas. Pode se afirmar, por tanto, que essa forma de entender a agroecologia prevê luta pela qualidade das relações e para que a sociedade se beneficie dessa agricultura respeitosa.

Neste contexto, ela se apresenta como a alternativa para obtenção de uma gastronomia sustentável que corrobora para preservação do ecossistema.

Sustentabilidade na gastronomia

Entende-se como gastronomia o aperfeiçoamento da alimentação. A gastronomia vem como meio de se afastar da primitividade no ato e costumes de se alimentar. A gastronomia, no senso comum, é a arte de comer atrelada a conhecimentos que podem vir através de livros, cursos, programas culinários, conhecimentos passados de geração à geração, etc.

Segundo Mennel (1996), a palavra gastronomia foi associada na França e na Inglaterra como a "arte e ciência de comer delicado". Com as primeiras obras literárias de gastronomia foi consolidada como referencia do bom gosto. De acordo com Colloço (2013) "a gastronomia condiz à educação e distinção". No período da Revolução industrial os povos buscavam na gastronomia uma forma de demonstrar sua ascensão (distinguir-se dos demais).

De acordo com Freixa e Chaves (2017), a gastronomia também pode estar associada a técnicas de cocção, serviços, boas maneiras a mesa e ao ritual da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO refeição.

Como foi possível observar, a gastronomia está ligada ao prazer de comer, unida a técnicas culinárias, conhecimentos ancestrais, mas também como forma de mostrar educação e bons costumes à mesa.

Sob essa ótica de gastronomia, pode-se estabelecer relação direta com a agricultura, pois é do campo que vem os insumos a serem utilizados na gastronomia. Ressalta-se que a necessidade das mudanças da produção agrícola implica em uma mudança, também, na forma de se preparar e consumir alimentos. Fato esse que traz a tona o conceito de gastronomia sustentável. Como é possível ver a seguir:

Recentemente, chefs e restaurantes, tem relacionado o ofício da cozinha com questões que, de modo genérico, apontam para uma suposta valorização de produtos sazonais, alimentos regionais, estes em tese teriam um impacto menor sobre os recursos naturais do planeta. Em outras palavras o discurso de sustentabilidade chegou a cozinha (Dias, 2016, p. 17).

Segundo Dias (2016), para se entender a sustentabilidade na gastronomia é preciso conhecer e entender dois movimentos alimentares: Nouvelle Cuisine e Slow food.

De acordo com Bona (2007), a Nouvelle cuisine tem como regra respeitar a sazonalidade dos alimentos o frescor dos insumos. Uso de elaborações mais simples dentro da culinária, molhos e temperos mais leves caracterizam a nouvelle cuisine. Alimentos crus ou com pouca elaboração de cocção são presentes nesse movimento. O movimento valoriza a qualidade dos alimentos com seus sabores, texturas e cores mais próximas ao natural. Pode se fazer um apelo à gastronomia ecológica pois respeita natureza, utilizando ingredientes de acordo com seu tempo natural de colheita, ingredientes saudáveis, leves e naturais. O que pode ser observado a seguir:

Na década de 1970, surgiu uma nova forma de consumir comida. Os cozinheiros franceses optaram por diminuir gorduras e destacar o sabor natural dos alimentos.

(...)

Este movimento gastronômico revolucionou a alta cozinha e contribuiu definitivamente para que a estética e os valores nutricionais se firmassem na gastronomia moderna.

(...)

As refeições em geral ficaram mais leves, com menos açúcar, sal e calorias. Além disso passou-se a utilizar menos gordura, molhos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO carregados e massas grossas, e os vegetais, mais frescos, passaram a ser mais valorizados. (Barufaldi, 2018, p. 2).

O movimento Slow food se iniciou na Itália por volta de 1986, tem como proposta a contra cultura aos fast foods, faz uso de produtos naturais, sem uso de ultra processados, utilizando produtos de pequenos produtores, tendo a sustentabilidade como a principal forma de se produzir alimento, mas também prega o ritual de sentar-se a mesa e apreciar alimento, valorização do tempo de qualidade ao alimentar-se e a qualidade de vida dos indivíduos (saúde e bem estar). É possível entender essas questões no trecho a seguir:

Os parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, inserção social, liberdade, solidariedade, espiritualidade, realização pessoal) e objetivos (satisfação das necessidades básicas, e das necessidades criadas pelo grau de desenvolvimento econômico e social de determinada sociedade: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer) se interrelacionada dentro da cultura para constituir a definição atual da qualidade de vida.

Os conceitos acima, também devem ser aplicados a alimentação. Primeiramente, pela igual necessidade de inseri-la em um contexto amplo de subjetividade (como rituais, o prazer as manifestações de sociabilidade associados a refeição). Em segundo lugar, por contribuir essencialmente para a própria qualidade de vida do ser humano, mais uma vez pelas questões subjetivas e objetivas relacionadas a ela.

Foi por meio da aplicação desses conceitos que surgiu o movimento slow food. Pretende-se associar qualidade do processo alimentar à qualidade de vida, melhorando assim a qualidade de vida do homem. Esta é uma atitude de crítica às condições da vida moderna e ao lugar reservado, por ela, à alimentação (Campos, 2004, p.29).

Essas experiências se apresentam como possibilidades reais de modelos agroecológicos se constituírem como alternativa capaz de viabilizar uma gastronomia mais sustentável, equilíbrio ecológico e qualidade de vida dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral refletir sobre a importância da agroecologia para o desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável que prima pelo resgate do equilíbrio ecológico e pela produção de alimentos. No decorrer

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dos estudos, a partir da observância dos modus operandi usados pelo modelo de produção da Revolução verde, os quais degradam a terra, esvaziando-a de nutrientes, foi identificada a necessidade e urgência, em prol da sustentabilidade do planeta, da implementação da agroecologia, projeto sustentável que viabiliza a formação de uma sociedade mais equitativa onde as diferenças étnicas, culturais, raciais, de gênero, etc, são visibilizadas e respeitadas.

Outro objetivo específico propõe mostrar a agroecologia como principal forma de se produzir alimentos para obtenção de uma gastronomia saudável. Essa ideia foi evidenciada nas seções 3.2 e 3.3, ao apresentarem indicativos da capacidade de a agroecologia produzir alimentos destituídos de produtos químicos, de sementes geneticamente modificadas, da prática perversa da monocultura, visando uma gastronomia sustentável. Nesta perspectiva, outro aspecto relevante diz respeito às experiências nouvelle cuisine e slow food, que apontam para produção e consumo de alimentos mais leves, naturais e saudáveis vindos de pequenos produtores, valorizando o tempo de qualidade ao alimentar-se e a qualidade de vida dos indivíduos, os quais se relacionam à saúde e bem-estar. Assim, pode-se afirmar que os objetivos propostos com esta pesquisa foram alcançados.

A educação emerge como ação imperativa para o entendimento da ameaça que o ecossistema vem sofrendo e da extinção da vida na terra. Neste contexto, a gastronomia precisa ser realimentada com produtos oriundos da agroecologia a favor de garantir uma saúde alimentar, qualidade de vida e garantir um equilíbrio ecológico.

REFÊRENCIAS

BONA, Fabiano. **Comida como obra de arte**: Da revolução futurista à nouvelle cuisine. Revista X. Paraná, v. 2, p. 52-60, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/11776/8367>.

BRASIL. **Ministério da Agricultura e Pecuária**. 17 de janeiro de 2023. [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas#:~:text=As%20vendas%20externas%20do%20gr%C3%A3o,dezembro%2F2022%20\(%2B88%25\)](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas#:~:text=As%20vendas%20externas%20do%20gr%C3%A3o,dezembro%2F2022%20(%2B88%25)). Acessado em: 05 de junho de 2023.

CAMPOS, Karla. **Movimento Slow food**: Uma critica ao estilo de vida fast food. Universidade de Brasília, 2004.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; COSTABEBER, José Antônio.
Agroecologia: Uma ciência do campo da complexidade. Brasília-DF, 2009.

COLLAÇO, Janine Helfst. **Gastronomia: A trajetória de uma construção recente.**
Habitat, Goiânia, v.11, n.2, p. 203-222, jul/dez, 2013. Disponível em:
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitat/article/download/2865/1753>.

COSTA, Ana Alexandra. **Agricultura sustentável I: Conceitos.** Revista de ciências
agrárias. Portugal, p.61-74 2010. Disponível em:
<https://revistas.rcaap.pt/rca/article/download/15872/13812>.

DIAS, Sandro. **Do campo à mesa: Limites e possibilidades de uma gastronomia
sustentável.** Universidade de São Paulo, 2016.

FREIXA, Dolores; CHAVES, Guta. **Gastronomia no Brasil e no mundo.** 1ª Edição,
São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2017.

NUNES, Radilene. **Gastronomia sustentável.** InterAção- Revista Científica da
Faculdade das Américas, São Paulo, v.1, n.1, p.43-59, jan-jun, 2012. Disponível em:
<https://portalidea.com.br/cursos/gastronomia-para-iniciantes-apostila02.pdf>.

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **O slow food e uma nova cultura alimentar.** Soc. e
Cult., Goiânia, v.16, n.1, p.205-207, jan./jun., 2013. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/703/70329744019.pdf>.

PAJOLLA, Murilo. Agronegócio foi responsável por 97% do desmatamento no Brasil
em 2021. Brasil de Fato 20 anos, Lábrea (AM), 19 de julho de 2022. Disponível em:
[https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021#:~:text=O%20estudo%20divulgado%20nesta%20segunda,%25\)%20e%20Caatinga%20\(7%25\)](https://www.brasildefato.com.br/2022/07/19/agronegocio-foi-responsavel-por-97-do-desmatamento-no-brasil-em-2021#:~:text=O%20estudo%20divulgado%20nesta%20segunda,%25)%20e%20Caatinga%20(7%25)).

SOUZA, Angélica; OLIVEIRA, Guilherme; ALVES, Lais. **A pesquisa bibliográfica:**
Princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, Minas Gerais, v.20, n.43, p. 64-83,
08/03/2021. Disponível em:
<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/2336/1441#:~:text=A%20pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica%20%C3%A9%20o,publicados%20para%20apoiar%20o%20trabalho>.

ZANELLA, Carly. **Metodologia de Pesquisa.** 2ª Edição, Santa Catarina: Editora
Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. **Monocultura e transgenia:** Impactos ambientais e
insegurança alimentar. Veredas do direito, Belo Horizonte, v.6, n.12, p.79-100, Julho-
Dezembro de 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/211934062.pdf>.

RESILIÊNCIA EM TEMPOS DIFÍCEIS: COMO A REALIZA JÚNIOR VIVENCIOU E ATUOU DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Tailes Santos da Silva¹

Universidade do Estado da Bahia
taillessantos18@gmail.com

Adriana Carneiro da Silva²

Universidade do Estado da Bahia
adriana@riachao.com

Nívia Valéria Carneiro Rosas Vencimento³

Universidade do Estado da Bahia
valrosas31@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo traz a percepção dos membros da Realiza Júnior em relação ao período pandêmico entre os anos 2020 e 2022, mostrando as ações realizadas pela empresa que tinham como objetivo proporcionar distração, conhecimento e apoio para a sociedade nesse momento difícil. A Realiza Jr. é uma associação estudantil sem fins lucrativos, locada na Universidade do Estado da Bahia no Campus XI. Sendo assim, o foco geral deste trabalho é abordar as ações da referida empresa no período pandêmico, apontando a resiliência em nortear as ações dos seus membros, através de uma análise bibliográfica, documental e estudo de caso, com o uso da técnica de observação participante. Assim, indicando que apesar de estar em período incerto, a Realiza Jr. busca agir contribuindo tanto para a rede acadêmica quanto para a sociedade em geral, de forma resiliente, perspicaz e eficaz através do uso de ferramentas das plataformas digitais.

Palavras-chave: empresa júnior; realiza jr; resiliência; pandemia.

INTRODUÇÃO

Sabendo que o estudo é algo importante e que vem mostrando resultados positivos para a sociedade, nota-se que um projeto de extensão tem um papel importante dado que ele tem como objetivo expandir a visão de um discente, cooperando para seu aprendizado e auxiliando-o na ampliação na sua capacidade de resolver problemas, além de estimular o senso de responsabilidade e o fazendo perceber as diferenças individuais. E ainda, incentiva a cooperação entre os colegas, dando a oportunidade de desenvolver a habilidade de comunicação. (BES et al, 2019)

A Realiza Jr. que é uma associação estudantil formada por estudantes do curso de Bacharelado de Administração da Universidade do Estado da Bahia,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Campus XI, Serrinha, tem como finalidade complementar a aprendizagem em sala de aula, permitindo aos graduandos colocarem em prática os conceitos e teorias que foram abordados no decorrer do curso, favorecendo o seu desenvolvimento pessoal e conseqüentemente o seu futuro desempenho profissional. A Realiza Jr. possui 12 anos de criação, onde vem contribuindo tanto para a formação dos estudantes universitários quanto para o comércio sisaleiro, em vista de estimular a visão empreendedora dos discentes e contribuir socialmente quando realiza atividades de consultoria com preços mais acessíveis.

No período de pandemia, a empresa júnior produziu inúmeras ações e atividades, fazendo uso das plataformas digitais, que tinham como intenção não perder a proximidade entre os próprios membros e entre a associação e a sociedade acadêmica e civil. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar as ações da Realiza Jr. no período pandêmico, através de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória elaborada por meio de uma análise bibliográfica, documental e estudo de caso, com o uso da técnica de observação participante.

Para tal propósito, este trabalho traz primeiramente uma conceituação do movimento empresa júnior e as principais dificuldades enfrentadas durante a pandemia, em seguida mostra como a resiliência dos membros exerceu um papel fundamental na continuidade das atividades da empresa, traz as perspectivas metodológicas, expõe uma contextualização sobre a Realiza Júnior e as ações praticadas pela empresa durante a pandemia, finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas.

O MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR E AS DIFICULDADES PANDÊMICAS

O estudo sempre foi algo estimulado nos jovens em vista da possibilidade de lhes proporcionar desenvolvimento e mais oportunidades. Porém, será que apenas o nível superior resumido a sala é capaz de propiciar a evolução e aprimoramento das habilidades dos universitários? E foi nesse sentido, que surgiu em 1967 em Paris, na França, a primeira empresa júnior. Isso porque os estudantes perceberam a necessidade de colocarem em prática seu conhecimento teórico, uma vez que é nesse momento que serão desenvolvidas as competências necessárias para sua vida profissional. (Gorges, 2018)

De acordo com Macedo (2021, p.1):

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O valor de todo conhecimento humano é inestimável e inigualável. É superior a toda prata e ouro do planeta. Contudo, quando esse mesmo conhecimento é desprovido de prática, ele se torna inócuo e infrutífero. Para que se torne algo realmente valioso, é preciso que seja aplicado nas mais variadas atividades desenvolvidas pelo homem, tornando a sociedade melhor a cada dia.

Desse modo, com a crescente expansão das empresas juniores pelo mundo e com o visível desejo dos jovens em engajar-se ao movimento, o Brasil decidiu aderir ao projeto universitário, e então entre os anos de 1988 e 1989, surge no país as duas primeiras empresas juniores, uma na Fundação Getúlio Vargas e a outra na Fundação Armando Álvares Penteado.

Com a visibilidade das duas primeiras empresas criadas outras surgiram, totalizando sete empresas juniores no ano de 1990. Logo, foi percebido a necessidade de instituir-se uma federação que desse suporte e que assegurasse a continuação dessas associações, emergiu assim a Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo. E posteriormente, surgiram outras federações para dar força ao movimento. Contudo, foi apenas em 01 de agosto de 2003 que surgiu a Brasil Júnior - Confederação Brasileira de Empresas Juniores, justamente quando se comemorava os 15 anos das empresas no Brasil. (Brasil Júnior, 2023)

Segundo a Confederação Brasileira de Empresas Juniores (2023) uma empresa júnior - EJ tem por finalidade o aprimoramento das aptidões dos acadêmicos e de contribuir para o surgimento de novas habilidades e talentos. Ela é uma associação estudantil sem fins lucrativos, ou seja, todos os recursos financeiros obtidos pelas suas atividades são revertidos em capacitação aos membros ou reinvestidos nas próprias ações da empresa. Porém, os benefícios transcendem as paredes educacionais já que a sociedade se beneficia com os serviços, isso porque pequenas e médias empresas podem receber assessoramento com preços abaixo do mercado, mas que não são insuficientes em qualidade.

A participação nesse projeto é facultativa, em vista de ser uma escolha e não uma obrigação durante a graduação. Porém, esse período atuante gera uma percepção real de uma organização, pois geralmente a EJ é dividida em cargos e tem um regimento próprio. Além disso, uma empresa júnior está vinculada à universidade, mas possui certa autonomia na medida em que são os estudantes que tomam as decisões sobre o desenrolar das atividades, recebendo apoio, orientação e instruções dos professores. (Ziliotto, Bertí, 2012)

Numa EJ os universitários têm a oportunidade de desenvolver projetos e atividades

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO que contribuirão para seu desenvolvimento em diversos aspectos, como exemplos a formação de postura profissional e senso crítico que estimulam o pensamento criativo, resultando em proatividade e compromisso com suas ações. Elementos esses exigidos não apenas no mercado de trabalho, mas na convivência em sociedade, o que justifica afirmar que as(os) estudantes juniores têm grande potencial para se destacarem em relação aos demais estudantes, em razão das distintas experiências que vivenciam. (Lima, Campos e Marques, 2016). Isso, especialmente, quando trata-se de um período desafiador como a pandemia da COVID-19.

Resiliência como pilar

Sabe-se que há momentos na vida em que é necessário enfrentar dificuldades e procurar as melhores formas de lidar e contornar a situação. E em uma empresa não é diferente, independente de ser uma associação estudantil ou uma empresa privada seus membros passam por situações em que precisam lidar com fatores externos ou internos que afetam sua saúde física e mental. E é em tal caso, que bons profissionais se destacam, uma vez que mostram sua capacidade de reinventar-se.

A pandemia foi uma adversidade recente e que afetou todas as instituições com ou sem fins lucrativos. E foi nesse contexto, que empresas e pessoas se viram obrigadas a tomarem decisões importantes e drásticas em virtude da incerteza do período. Muitas empresas fecharam, muitos indivíduos foram demitidos e outros se afastaram de suas atividades pelo medo constante de contrair o vírus. Reações compreensíveis em virtude da circunstância que gerou perdas financeiras e aumentou a recorrência de doenças psicossomáticas. (Melo, 2022)

Nesse cenário caótico as empresas juniores também foram afetadas por essas dificuldades, já que com o isolamento e o afastamento, os seus serviços presenciais ficaram comprometidos e o mais provável seria a desistência dos estudantes. Porém, uma característica mostrada pelo grupo de estudantes que compõem a Realiza Jr. (UNEB) foi a resiliência em meio a tantas mudanças, os mesmos ao invés de desistirem, que seria o caminho mais fácil e mais cômodo, escolheram o percurso mais desafiador, permanecerem e se adaptarem ao “novo normal”.

Segundo Coimbra e Morais (2015) ou a pessoa passa a viver com medo em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO frente a uma situação desafiadora ou ela busca novas possibilidades para o seu cotidiano e assim cria novas formas de viver e enfrentar seus desafios. Desse modo, há um processo de resiliência no qual um indivíduo não se deixa amedrontar e paralisar ao lidar com um problema.

Os integrantes da Realiza Júnior - empresa júnior do curso de Administração da UNEB Campus XI-Serrinha, mostraram seu espírito empreendedor quando, ao se depararem com os impasses da crise sanitária, criaram novas formas de exercer suas atividades. Por consequência, procuraram se adaptar o mais rapidamente às plataformas on-lines, tendo-as como pontos de encontro para alinhamento de tarefas. Entretanto, os meios tecnológicos também se transformaram em uma forma de conforto e promoveram proximidade entre integrantes, como será descrito no tópico a posteriori.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A pesquisa científica pode ser definida como um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (Gil, 2012) Assim, esse estudo é exibido sobre uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória realizada através de uma análise bibliográfica, documental e estudo de caso, com o uso da técnica de observação participante.

A abordagem qualitativa é utilizada para analisar os episódios que envolvem os seres humanos e suas relações sociais nas mais variadas conjunturas. Logo, a pesquisa exploratória tem como desígnio permitir maior proximidade com a problemática, levando ao refinamento de ideias ou a confirmação de intuições, de modo que possibilite a utilização de variados aspectos pertinentes ao fato estudado. (Gil, 2002)

Baseado nessa conjuntura foi realizado um estudo de caso na Realiza Jr, na cidade de Serrinha, na Bahia, e a fim de detalhar melhor a análise foi realizado o procedimento da observação participante, método que permite que o investigador relate seu conhecimento empírico a respeito do que está sendo pesquisado. A observação participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. (Correia, 1999).

Assim, foi feito um levantamento da empresa e das ações realizadas pela

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Realiza Jr. durante a pandemia da COVID-19, através das observações sistemáticas sobre o campo de pesquisa para compreender a aplicabilidade das ações e dos projetos nesse período desafiador da sociedade.

A EMPRESA JÚNIOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO UNEB/CAMPUS XI

A Realiza Júnior, que é a empresa júnior do curso de Administração da UNEB - Campus XI, Serrinha, foi criada em 2011 pelos estudantes, em vista da percepção deles da importância da ampliação de seu aprendizado por meio da prática ativa. Assim, ao longo desses 12 anos de percurso, a associação buscou fornecer serviços de consultoria e assessoria empresarial, administrativa, financeira, de marketing e vendas. Além dessas ações, a Realiza Jr. tem desenvolvido atividades voltadas para a responsabilidade socioambiental, que é um dos pilares do projeto de extensão que hoje viabiliza o funcionamento da empresa. Nesse sentido, ações de prestação de serviços e em solidariedade a instituições carentes também fazem parte das vivências estudantis e são estimuladas para que as(os) futuras(os) profissionais sejam pessoas conscientes do seu papel no cuidado com a coletividade.

Todos os serviços prestados pela Realiza Jr. não geram remuneração para seus membros, pois a participação é gratuita e voluntária, com ingresso mediante processo seletivo anual. A gestão da empresa é participativa, contando com o envolvimento de todos os membros nos processos decisórios da empresa. Semanalmente ocorrem reuniões nas quais são tomadas as decisões sobre pautas indicadas por todos os membros.

A empresa é composta por seis diretorias e duas assessorias que têm a função de cuidar da administração e do bom andamento da empresa, sendo estas à presidência, recursos humanos, comercial, marketing, financeiro e projetos. No acompanhamento dos estudantes estão uma professora coordenadora e uma professora supervisora que, juntas, auxiliam na realização de projetos externos, esclarecendo dúvidas e sugerindo possíveis estudos e instruções, bem como no acompanhamento da execução do projeto, visando contribuir com a qualidade das entregas dos serviços.

Durante a pandemia a empresa se manteve ativa, participando e idealizando eventos que trouxeram conforto e proximidade, tanto para os membros quanto para os estudantes e a sociedade.

ATUAÇÃO DA REALIZA JÚNIOR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Foi no trabalho em equipe que os empresários juniores encontraram forças para continuarem atuantes na associação, visto que a empresa se tornou uma rede de apoio. As reuniões (remotas) frequentes possibilitaram a criação de laços entre os estudantes, servindo como instrumento para continuarem juntos. A adaptação ao formato digital não foi fácil, já que não estavam acostumados, mas a necessidade de adequação juntamente com a força de vontade ajudaram na efetivação dos objetivos traçados.

Segundo Ferreira, Kalakun e Scheifleir (2018, p. 120) o que constitui uma organização é a execução de atividades de forma coletiva, ou seja:

Sempre que alguém precisa realizar uma atividade para a qual é necessário recorrer ao concurso de outros, ou sempre que algumas pessoas descobrem que, se unirem as suas forças, conseguirão fazer coisas que seriam impraticáveis se perseguidas por apenas uma delas, o resultado é uma organização que empreende, que aprende e ensina.

O período pandêmico foi a época que a Realiza Jr. mais se movimentou e que idealizou diversas atividades, isso porque os juniores não se deixaram desanimar pelo caos, ao contrário, aproveitaram as vantagens dos meios digitais e produziram muitos conteúdos que ajudaram outros alunos e que contribuíram para a sociedade.

Para Bergamini (2018):

A palavra motivação deriva originalmente da palavra latina *movere*, que significa mover. Essa origem da palavra encerra a noção dinâmica de ação, que é a principal característica do comportamento motivacional que representa o processo a partir do qual as pessoas entram em ação. (Bergamini, 2018, p. 18).

No ano de 2020, fizeram lives e mini cursos de forma remota com o intuito de fornecer conhecimento sobre temas relacionados à administração e que ajudariam as pessoas a se reinventarem. Como foi o caso das lives com o tema: “Bate Papo com...” onde especialistas traziam assuntos relacionados à educação financeira e às mudanças empresariais ocorridas depois da crise sanitária. Assim como o Mini curso sobre marketing, curso essencial em vista do marketing ter sido a ferramenta que possibilitou que inúmeros negócios permanecessem abertos, e que oportunizou visibilidade aos produtos e serviços de muitos que passaram a empreender para

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO conquistar seu sustento.

Nesse mesmo ano, convidaram docentes para dar dicas de leitura, além de fornecerem consultorias onlines e gratuitas para empresas da região, com o intuito de orientá-las nesse tempo de incertezas. Em outras palavras, foi a época em que a empresa mais se dedicou à ações de cunho social, por meio de dicas e doações, ao mesmo tempo em que traziam aconchego à comunidade acadêmica e civil.

Em 2021, ainda em meados da pandemia de COVID-19, foi feita uma roda de conversa sobre “A importância do empreendedorismo no empoderamento das mulheres”, que trouxe a experiência de uma mulher formada em Administração e de outras duas empreendedoras, no qual foi retratada as dificuldades enfrentadas por elas e como superaram. Houve também a apresentação do Case da APAEB mostrando que o Associativismo dá certo e que ele pode ser um caminho viável a ser seguido.

E em maio desse mesmo ano, realizou-se uma palestra sobre “Administrar: como criar, como gerir e como motivar” feita pelo Google Meet e que tinha o intuito de atender empreendedores que pretendiam crescer ou pessoas que queriam abrir suas empresas. Já em comemoração aos 10 anos da Realiza Jr. a empresa realizou a palestra sobre “Como gerir sua carreira” e um Bate-papo sobre a “Vivência na Empresa Júnior” com ex-membros.

Em junho de 2021 foi realizado um “Arraiá Solidário”, com a rifa de um balaio solidário. O valor arrecadado com as vendas foi doado para três instituições sociais carentes: a Associação Protetora dos Animais de Serrinha, a Pastoral da Criança Comunidade Colina Santa e o Projeto Santo Antônio. O sorteio da rifa foi transmitido por meio de live e teve a presença de um forrozeiro para animar o São João on-line.

Nos dias 24 e 25 de novembro de 2021 foi feito a primeira edição do evento “Novembro Negro nas Organizações” para debater temas relacionados ao combate ao racismo estrutural nas organizações públicas e privadas. Este evento mobilizou uma presença grande, mesmo sendo on-line, de alunos e a repercussão dos comentários revelou que os alunos de administração gostaram do tema e despertaram interesse pela discussão, pedindo que mais eventos com a temática fossem realizados. No primeiro dia contou-se com a presença da Profa. Ms. Andressa Ferreira e das egressas do curso Danylla Silva e Mirelle Araújo para tratar de “Empreendedorismo Negro: Você já ouviu falar desse corre?”. No segundo dia recebemos o Prof. Dr. Antônio Pedro Ferreira da Silva, Procurador Federal

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Advogado Geral da União e membro do coletivo Luis Gama para tratar do tema
“Racismo nas Organizações Empresariais: formas de enfrentamento e superação”.

Como no início de 2022 as atividades ainda continuavam sendo elaboradas a distância, a empresa ministrou palestras remotas como a que foi feita relativa aos “Desafios da aplicabilidade na gestão pública: casos reais”, que com a partilha de experiências proporcionou o entendimento das dificuldades dos profissionais que atuam nessa área. Posteriormente, aconteceu outra palestra referente às novas formas de fazer economia através do Associativismo e Cooperativismo.

Em maio de 2022, houve um Workshop com o objetivo de apresentar ferramentas de gestão para facilitar na organização de uma empresa e turbinar as vendas, que tinha como público-alvo empreendedores que gostariam de aprender esses mecanismos para alavancar seus negócios. Além disso, foi produzido mais uma vez o Arraiá Solidário, no qual promoveu distração e arrecadou fundos para duas instituições de caridade, uma sendo o projeto Afro Jamaica da cidade de Serrinha que ensinava percussão e o Centro Missionário de Teofilândia que cuidava de crianças carentes.

Com a intenção de manter uma sinergia entre os membros, em todas as reuniões da equipe, que acontecia de forma virtual, era realizada uma atividade chamada “5 minutos”, no qual, era o momento de refletir e debater sobre a circunstância caótica que o mundo estava vivendo. Essa atividade buscava cuidar da saúde mental dos membros, proporcionando a resiliência tão necessária para a fase pandêmica.

E foi com o objetivo de amenizar os efeitos da longa reclusão, que a Realiza Jr. produziu eventos e movimentou as redes sociais para empreendedores e discentes, visto que permanecer com essa interação mesmo que de longe propiciou momentos apaziguadores e de descontração para as pessoas que passavam por dificuldades econômicas, sociais ou emocionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência aqui relatada visa socializar as nossas ações e colaborar com o aprofundamento da reflexão sobre os impactos da pandemia na comunidade acadêmica.

É fato que, de acordo com o relato aqui exposto, a vivência em grupo nesse

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO período possibilitou mais entrosamento entre os membros e, sem perceber, tornou-se rede de apoio, permitindo que os efeitos da pandemia fossem atenuados, bem como o isolamento social a que estavam submetidos.

Durante esse período de reclusão, houve o aumento da procura discente pela participação no projeto, provavelmente pela possibilidade de contribuir para seu desenvolvimento como estudante e pela oportunidade de estar contribuindo socialmente. Outro aspecto positivo a ser salientado tem a ver com a avaliação do projeto que passou a ser feita de modo coletivo, durante as reuniões virtuais. Neste ítem aprimorou-se a capacidade de escuta, de cuidado, de auxílio entre membros. Foi apreendido a observar mais, respeitar o espaço de fala e o tempo da outra pessoa.

Por fim, almeja-se que a socialização dessa experiência possa contribuir para o conhecimento de todos sobre o que é uma empresa júnior e qual a importância que a Realiza Jr. vem exercendo na UNEB, Campus Serrinha e para toda a sociedade. Assim, reitera-se que a Realiza Jr. ao invés de recuar em um período de incerteza e insegurança, mostrou-se resiliente e perspicaz, já que utilizou desse tempo para produzir e alcançar o máximo de pessoas, fazendo uso de ferramentas que vieram para ficar, as plataformas digitais.

Dessa forma, percebe-se que a Realiza Jr. faz também um papel de formador olhando da perspectiva acadêmica, uma vez que complementa o ensino em sala dos membros, apresentando-os de forma prática às atividades que são típicas em uma vivência organizacional. Além disso, por se tratar de uma empresa júnior do curso de Administração, a entidade acaba trazendo pressupostos essenciais a um administrador, sendo um deles o de se adaptar às adversidades encontradas no caminho, transformando obstáculos em oportunidades de usar a criatividade e inovação.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília W. **Motivação nas Organizações**. 7. ed. São Paulo - SP: Atlas LTDA, 2018. 154 p. E-book. ISBN 9788597017670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017670/>. Acesso em: 15 out. 2023.

BES, Pablo; PEREIRA, Amanda S F.; PESSI, Ingrid G.; et al. **Metodologias para aprendizagem ativa**. Porto Alegre: Sagah Educação S.A., 2019. 239 p. E-book. ISBN 9788595029330. Disponível em:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029330/>. Acesso em: 01
nov. 2023.

BRASIL JÚNIOR. **O que é uma Empresa Júnior?** 2016-2022. Disponível em:
<https://portal.brasiljunior.org.br/educacao/cursos/dna-junior/modulos/11/aulas/7>.
Acesso em: 10 out. 2023.

CORREIA, M. C. (1999). **A Observação Participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem, 13(2), 30-36. Editora da UFRGS, 2006.

EMPRESA JÚNIOR. **Relatório de atividades das empresas juniores da UNEB - 2022**. Universidade do Estado da Bahia. Serrinha, Bahia. 2022. Acesso em: 10 out. 2023.

FERREIRA, Adriana; KALAKUN, Jacqueline; SCHEIFLER, Anderson B. **Trabalho e sociabilidade**. Porto Alegre -RS: SAGAH EDUCAÇÃO S.A., 2018. 150 p. E-book. ISBN 9788595025578. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025578/>. Acesso em: 14 out. 2023.

FREIRE, Rogéria A. **Didática do Ensino Superior: o processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 79 p. E-book. ISBN 9788522123643. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123643/>. Acesso em: 14 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

GORGES, Sabrina; PASSOS, Ana Paula P.; WOLLINGER, Helena. **Competências do administrador: um estudo com acadêmicos do curso de administração no contexto da aprendizagem ativa**. Artigo. 2018. 24 f. Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, Minas Gerais. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5606/560659008004/560659008004.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

LIMA, Gislayne; CAMPOS, Rubya; MARQUES, Gustavo. **A importância de uma empresa júnior: do conhecimento acadêmico às práticas empresariais**. Anais do VII CONCCEPAR: Congresso Científico Cultural do Estado do Paraná / Centro Universitário Integrado de Campo Mourão. Campo Mourão, Paraná. 2016. Disponível em: <https://conccepar.grupointegrado.br/resumo/a-importancia-de-uma-empresa-junior-do-conhecimento-academico-as-praticas-empresarias/480/1083#:~:text=Os%20resultados%20mostraram%20que%20uma,em%20preendedoras%20e%20trabalho%20em%20grupo>. Acesso em: 11 out. 2023.

MACEDO, Gutemberg B de. **Jovens Promissores Hoje, Profissionais de Sucesso Amanhã**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. 157 p. E-book. ISBN 9786555202885. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555202885/>. Acesso em: 15 out. 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

MARIA MACIEL, Márcia; BARBOSA, Edmery; NUNES FILHO, Milton. **Do conhecimento acadêmico às práticas empresariais: o caso da empresa júnior de administração da UFPB.** Artigo. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba. 2007. Disponível em:
<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/7.TECNOLOGIA/7CCSADFCMT02.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

MELO, Paulo. **Saúde mental e pandemia provocam doenças psicossomáticas.** 2022. Disponível em: <<https://cfa.org.br/saude-mental-e-pandemia-provocam-doencas-psicossomaticas/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

SILVA, Adriana; VENCIMENTO, Nívia. **Crise e oportunidades em tempos de pandemia:** Relato das ações da Realiza Jr. no ano de 2020. Artigo. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia. Serrinha, Bahia. 2020. Acesso em 4 out. 2023.

TABOADA, Nina G.; LEGAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. **Resiliência: em busca de um conceito.** Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum. Universidade do Vale de Itajaí. Santa Catarina. 2006. vol. 16, n. 3, p. 104-113. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19807>. Acesso em: 15 out. 2023.

VALADÃO JÚNIOR, V. M.; ALMEIDA, R. C. de; MEDEIROS, C. R. de O. **Empresa júnior: espaço para construção de competências.** Administração: Ensino E Pesquisa. Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD). Rio de Janeiro. vol. 15. n. 4, p. 665-695. 2014. Disponível em:
<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1>. Acesso em: 12 out. 2023.

ZILIOOTTO, Denise; BERTI, Ariete. **A aprendizagem do aluno inserido em empresa júnior.** Revista Conexão UEPG. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa. 2012. vol. 8. n. 2. p. 210-217. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/5141/514151728007.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

A ESCUTA DO CORPO: A POTÊNCIA DE UMA VOZ SEM PALAVRAS

Giovanna Marget Menezes Cardoso Mascarenhas
margett.gio@gmail.com

RESUMO

A escrita deste artigo emerge dos estudos desenvolvidos no curso de Psicoterapia Corporal em Biossíntese, tem como objetivo geral refletir sobre o potencial do trabalho corporal desenvolvido com as técnicas da massoterapia e da Biossíntese no processo de restabelecimento da consciência de si, da retomada da posse do corpo e de suas emoções. Os principais autores que referenciam o texto são: Boadella (1992); Stanley Keleman (1992); Reich (1995) e Hurlia (2023). A abordagem metodológica se fundamenta na perspectiva da autobiografia. Ainda em perspectiva investigativa, as reflexões finais apontam para a necessidade de a pessoa ter uma percepção do seu corpo, o que leva a esta a estabelecer uma nova conexão com o corpo, vejo isso acontecer nas sessões de massagem e nos pós massagem - muitas clientes relatam que se deram conta de ter perdido a conexão com seu corpo, e após as sessões de massagem, terem retomado essa conexão. Essas percepções me fazem desconfiar e ousar pensar na massagem como uma possibilidade terapêutica, uma via de acesso.

Palavras-chave: corpo; mente; processos somáticos

REFLEXÕES INICIAIS...

A vida do corpo é a vida das sensações e emoções. O corpo sente fome real, sede real, alegria real no sol ou na neve, prazer real no ramo das rosa ou na aparência; raiva real, pena real, ternura real, afeto real, paixão real, ódio real, pesar real. Todas as emoções pertencem ao corpo, e são apenas reconhecidas pela mente. (D. H. Lawrence)

Os caminhos que me levaram ao encontro da Psicoterapia Corporal em Biossíntese foram vários e todos importantes e relacionados ao meu percurso em busca do autoconhecimento e da construção de uma nova identidade profissional, nesse sentido a construção de uma profissional massoterapeuta que desenvolvesse a competência de ajudar minhas clientes nos seus processos das dores que envolviam as físicas e as da alma. E nessa busca cheguei à Biossíntese.

Atuando como massoterapeuta e buscando atenuar a dor daquelas pessoas que confiam a mim seus corpos e suas dores, vivi algumas experiências marcantes que me conectava às clientes de forma intensa, mas que gerava em mim inquietas incompreensões, que os estudos técnicos e tradicionais da massagem não

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO conseguiram abarcar.

Os meus conhecimentos como massoterapeuta permitia-me aplicar apenas as técnicas de massagem, vendo a cliente e seu corpo como passivos no processo. Mas o que buscava ia além disso, queria dispor da massagem como recurso terapêutico, como uma terapia eficaz para o alívio das dores físicas mas também para o equilíbrio e entendimento das dores da alma.

No percurso de minhas buscas e aprofundamento de estudos, conheci a Tai massagem e a Ventosoterapia, que me proporcionaram acesso ao conhecimento dos meridianos da Acupuntura nos estudos Tradicionais da Medicina Chinesa; os meridianos são reconhecidos como canais energéticos que conectam os órgãos internos à superfície do corpo. Na Medicina Tradicional Chinesa - MTC, esses canais têm a função de transportar a energia através de todo o corpo – a energia vital – a força da vida. Na MTC os meridianos estão relacionados aos cinco elementos da natureza, a saber: fogo, água, metal, madeira e terra. Há uma relação entre esses elementos e a fisiologia dos órgãos do nosso corpo e conseqüentemente com a nossa saúde física e mental. Cada órgão pertence a um elemento:

- **Fígado:** tem função de drenar e regular a energia do nosso corpo, e como a natureza da madeira é o crescimento, o fígado é, então, pertencente à madeira;
- **Coração:** tem a função de aquecer, por isso o coração pertence ao fogo;
- **Baço:** tem a função de transformar, e como a natureza da terra é de produzir e de transformar todas as coisas, o baço portanto pertence à terra;
- **Pulmão:** tem a função de purificar, e a natureza do metal é justamente a pureza. Por isso, o pulmão pertence ao metal;
- **Rins:** têm a função de comandar a água, e como a natureza da água é umedecer, logo, os rins pertencem à água. (Wang, 2001, p 34)

Ainda, na MTC cada órgão e seu elemento estão relacionados a uma emoção, a saber:

- > Madeira > Raiva > Fígado
- > Fogo > Alegria > Coração
- > Terra > Preocupação > Baço
- > Metal > Tristeza > Pulmão
- > Água > Medo > Rim. (Hurpia, 2023, n.p.)

Aproprio-me na massoterapia da técnica da Ventosaterapia, aplicando as ventosas nos pontos do meridiano e a Tai massagem, na qual toco e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
massageio/pressiono os pontos de maior tensão das minhas clientes. São tipos de abordagens terapêuticas que têm como objetivo harmonizar a energia vital do corpo equilibrando o *yin* e o *yang*; sua base é a medicina tradicional chinesa, fundamentada na teoria dos cinco elementos: água, fogo, terra, madeira e metal, que simbolizam os órgãos internos. Na minha prática avalio esses cinco princípios, que se manifestam nos níveis físicos e psíquicos - raiva, tristeza, melancolia, medo, preocupação - na perspectiva de reequilibrar esses centros energéticos através de massagens nos meridianos e pontos reflexos nos pés.

No processo de aprendizagem dos acupontos na MTC, aprendi por exemplo que pontos situados no antebraço, punho, pés e tornozelos, ajudam a equilibrar os sintomas de ansiedade e que a massagem nestes pontos trazem benefícios para a mente e o coração. Já utilizei uma combinação de pontos – situados no punho - intitulado de **triângulo de Buda**, formado por três pontos (**P9** – nono ponto do meridiano do pulmão; **C7** – sétimo ponto do meridiano do coração e **CS6** – sexto ponto do meridiano da circulação e sexualidade), que pressionados trazem relaxamento, alívio do estresse, equilíbrio emocional e até diminuição da pressão arterial. Assim, venho observando, registrando, experienciando e buscando conhecer mais sobre essas questões, e com uma profunda suspeita das possibilidades da massagem como tratamento terapêutico.

Um outro conhecimento importante e significativo, foi a aprendizagem sobre a fásia – um tecido conectivo constitutivo da nossa unidade sensorial - que está presente na formação de nosso gesto motor desde os movimentos profundos viscerais até a superfície. Ela está intimamente ligada aos nossos estados perceptíveis, é extremamente sensível ao toque, é por meio da estrutural fascial e suas possibilidades de movimentos e engendramentos que nós mantemos posições afetivas, relacionais e subjetivas. Temos a percepção de nossos movimentos internos do corpo e de nossos estados profundos, por conta do tecido conector facial.

A fásia se altera de acordo com o nosso sistema nervoso – emoções que causam lembranças traumáticas afetam a fásia – fazendo com que ela se contraia e se comprima, afetando a circulação normal dos fluidos, da energia vital. Assim, muitas vezes as dores físicas no nosso corpo, são causadas por questões emocionais e travam a fásia e causam os pontos gatilhos – “nós”. Que são desfeitos por meio da manipulação – liberação miofascial.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Importante destacar que na mobilização da fásia, no trabalho realizado pelo massoterapeuta, este possibilita que a pessoa tome noção do seu corpo, entre em contato com ele, muitas vezes a pessoa está desconectada de seu corpo. Contudo, para que a massagem funcione e traga a sensação de bem estar e alívio da dor - massoterapeuta e cliente trabalham em conjunto - faz-se necessário que a pessoa tome consciência corporal, trabalhe a respiração e haja uma ressonância entre os movimentos da massagem e a respiração da mesma.

Estes conhecimentos despertaram em mim a suspeita de que além da relação afetiva, do alívio da dor física, o toque pode permitir o alívio da dor emocional, a partir da investigação tecidual e escuta sensível realizadas pelo massoterapeuta. Assim, deparei-me com a possibilidade de associá-la ao tratamento terapêutico, alinhando-a ao tratamento da terapia psicológica num mesclar de possibilidades para ajudar na melhoria da qualidade psicoemocional da pessoa.

Nesse caminhar – no trabalho com as pessoas que chegam a mim, em busca de alívio para suas dores - fui descobrindo que as essas dores, muitas vezes de origem somática ou visceral, perpassavam os fatores expressos no físico e iam mostrando nos movimentos do corpo padrões psicológicos importantes que me faziam compreender os pontos gatilhos para assim poder proporcionar o bem-estar que estas pessoas buscavam. E todos esses fatores contribuíam para um alívio das dores físicas e emocionais, beneficiando todo o corpo e o sistema nervoso. Eu ia me sentindo conduzida a tornar a pessoa consciente de seu corpo, das suas tensões, da sua respiração e das suas cargas emocionais muitas vezes enraizadas e escondidas sem um olhar cuidadoso para si mesma. E por várias vezes essa conexão foi se fortalecendo e abrindo o caminho para a confiança e o autoconhecimento corpóreo. Cheguei à Biossíntese, e tem sido aqui um lugar de trocas e construção de aprendizado, nos estudos que estão acontecendo no processo, iniciado pela leitura de Anatomia Emocional de *Stanley Keleman* (1992) e Correntes da Vida, de David Boadella (1992). Assim, aquela pequena luz que havia se acendido lá atrás, torna-se um farol que clareia muitas questões e me faz construir a percepção da integração corpo e mente, que as nossas emoções estão fincadas nos nossos corpos, que este corpo reverbera o silêncio de nossa voz, e, se conhecermos os sinais que eles demonstram, poderemos dar voz a este corpo.

Assim, ao longo desse percurso que venho trilhando, posso afirmar que todos os *workshops*, até aqui, têm contribuído de maneira significativa e ampliando o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO alcance desse farol e me ajudando a compreender o que constitui um corpo e uma pessoa de forma integral. Destaco aqui nessa produção o *workshop **Founding e Grounding***, Coord. Eunice Rodrigues, no qual conforme consta no programa da formação em Biossíntese,

- Dá-se ênfase às nossas raízes no corpo e as atitudes em relação ao tempo, espaço, energia. Os principais temas de aprendizagem são: padrões de sustentação do corpo, as tendências de polaridade e as qualidades do impulso em movimento. (Programa de Formação, 2023, *n.p.*)

E o *workshop **Centering I***, também sob a coordenação da sênior Eunice Rodrigues, “A mandala da Biossíntese. Princípios do trabalho com padrões de respiração. Diferentes Tipos de Toques Terapêuticos (Programa de Formação, 2023, *n.p.*)

Ambos ressoaram em minha prática enquanto massoterapeuta, a qual correlaciono com os conhecimentos estudados, a princípio nestes dois *workshops*, visto que a MTC apresenta uma leitura similar às apresentadas por Reich (1995), quanto as sete couraças, em que identifica as couraças que estão comprometidas e atua, com práticas corporais e análise, para que estas se equilibrem, restaurando o fluxo de energia. Em similaridade na MTC, que estagnações causam tensões e outros sintomas, que podem ser físicos e ou comportamentais; as couraças também nos remetem a essa observação.

No *workshop **Centering I*** a importância da respiração e do toque terapêutico na regulação da energia, foi um aprendizado importante e que veio qualificar minha prática, passei a utilizar desses recursos quando atendo minhas clientes, as quais muitas vezes chegam em crise de pânico e com muita dor, sem conseguir respirar e a minha primeira ação sempre é de tocar suas costas - com a permissão destas - buscando o acolhimento e construir um espaço seguro, e trabalhar a respiração, buscando a auto regulação. Boadella(1992) destaca o papel central da respiração no reequilíbrio da energia emocional, através da observação da respiração da pessoa podemos perceber e identificar o que está acontecendo com ela e seu estado emocional. Assim, o autor ressalta que o reequilíbrio emocional está intrinsecamente ligado ao reequilíbrio respiratório, os dois trabalhos são inseparáveis, no processo terapêutico.

Nesse sentido, observo similaridades entre os conhecimentos de práticas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO tradicionais chinesas de massagem e os conteúdos da Biossintese. A perspectiva da Biossintese é a integração da vida, conforme seu criador, Boadella (1992) ela não se constitui um sistema de teoria e método fixo, mas um *continuum* e uma bricolagem¹⁴ de conceitos e práticas bebidas de variadas fontes. Conforme a fala do referido autor:

Minha abordagem terapêutica foi fortemente influenciada não somente por Reich e seus sucessores, mas também por inúmeros profissionais, que enfatizaram a importância, para o entendimento da saúde e da doença, de insights advindos da embriologia e do estudo da vida intrauterina. (Boadella, 1996, *n.p.*)

A Biossintese é uma psicoterapia somática, desenvolvida por David Boadella(1996), a qual tem como objetivo no processo terapêutico “reintegrar a pessoa a um estado de pulsação saudável, na qual as atividades vitais básicas são rítmicas, prazerosas, e funcionam em direção a um contato mais intenso consigo próprio e com os outros” Vejo no conceito de saúde preconizado pela Biossintese a qual é considerado - aspectos somáticos de saúde e aspectos psíquicos da saúde, aspectos espirituais, que se correlacionam com os conceitos da MTC, trabalhados na Tai massagem e da Ventosaterapia.

E é nessa visão holística e integrativa, que percebo o imbricamento da massoterapia com a Psicoterapia Corporal em Biossintese. Penso ser necessário ressaltar, que existem muitas diferenças conceituais e práticas entre massoterapia e a abordagem terapêutica da Biossintese, o que não impede que a massoterapia se nutra da mesma, para qualificar sua prática.

A POTÊNCIA DE UMA VOZ SEM PALAVRAS

A vida da pessoa é a vida de seu corpo
A. Lowen

Tenho aprendido ao longo dos estudos e leituras realizadas que o estado

¹⁴ Conforme argumenta Kincheloe e Berry (2007), a bricolagem científica possibilita abordar o “objeto” investigado sob diversos ângulos – num olhar multirreferencial, o que desse modo viabiliza avanços para questões e dimensões que o circundam. Nessa perspectiva, a bricolagem situa como possível a utilização de visões diversas para a compreensão do fenômeno investigado, considerando, assim, a multiplicidade de leituras que podem iluminar um mesmo fenômeno. Nesse viés, “a bricolagem é oferecida como uma forma prática de construir uma ciência crítica da complexidade” (Kincheloe; Berry, 2007, p. 10)

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
emocional de uma pessoa se revela em seu corpo, se manifesta de diversas formas, no físico, por meio de dores em partes do corpo, problemas de saúde que aparecem, que são nomeadas de doenças psicossomáticas, existe um ditado que diz: Quando a boca cala, o corpo fala, corpo e mente estão totalmente conectados.

Em Anatomia Emocional, Keleman (1985) amplia essa premissa, ao explicitar

[...] a relação entre a forma e as forças genética e social que inibem ou facilitam a conformação de uma vida. A experiência de complexos padrões emocionais, somaticamente configurados fornece uma base para uma vida somática e emocional rica. (Keleman, 1985, p. 13).

Nesse viés, o referido autor explicita que desde o ventre de nossa mãe o nosso corpo vai desenhando sua forma, a partir da genética e ancestralidade, mas também a partir das experiências somáticas vividas por nossa mãe, no processo gestacional. As emoções, a partir dos afetos intrauterinos da mãe, afetam a formação do corpo e da mente do bebê.

Ele analisa como o corpo se organiza e faz para prosseguir. Um aspecto importante que o autor aborda é o fato de que o corpo é planetário e político – não existe um corpo individualizado. “Desse ponto de vista, o corpo é um processo vivo, organizacional que sente, reflete sobre sua própria continuidade. (Keleman, 1985, p.16)”, ainda, “[...] o homem é um organismo em construção” (Idem, ibidem).

Nesse sentido, Keleman(1985), afirma que o corpo produz uma mente para si, ele é continuidade do tecido embrionário, a experiência modula o desenvolvimento do corpo – produzindo uma conversa neuromotora. Pensamento e ação se esboçam no corpo. A estrutura pensa e se se tivermos conhecimento e observarmos sensivelmente podemos aprender a compreender e captar o que o corpo pensa/revela.

Tudo que você viveu está registrado no seu corpo, desde suas vivências no útero de sua mãe e fora dele, seu formato corporal também é resultado dessas vivências, conforme Volpi (2021, p.01) “Mente e corpo são permeáveis às impressões físicas, cognitivas e psicológicas e interagem entre si”. Nesse sentido, Reich (1995) passou a observar a postura corporal, gestos, expressão corporal, tom de voz, entre outros aspectos corporais de seus pacientes e identificou que era possível “ler” o caráter deste nas expressões inscritas no corpo. Reich (1995) identificou bloqueios, tensões nos corpos, em partes específicas, as quais ele denominou de couraças – tensões corporais – retidas nas musculaturas - que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO mantinham memórias “aprisionadas” que impediam o livre fluxo da energia vital. “O corpo sente, aprende, se disciplina, se condiciona e toda vez que isso acontece, as células do cérebro sofrem uma alteração e essa alteração irá refletir em nosso comportamento. (Volpi,2021, p.01)”.

Os fatores externos – agressão, sustos, estresse – mudam/influenciam/modelam nas nossas posturas. Como nós nos posicionamos, e essa postura transmite uma mensagem. A resposta ao externo é imediata e passageira, contudo, se formos colocados constantemente em situações de estresse esta resposta se torna habitual e congelada no nosso corpo.

Reich (1995) propõe a manipulação das couraças como forma de flexibilizar e atingir os bloqueios emocionais inconscientes que causar estagnação no fluxo energético. Boadella (1992, p.17) “ressalta que somente dissolvendo os bloqueios que impedem o livre fluxo dos movimentos é que podemos restaurar nas pessoas a capacidade de se relacionarem com seu ambiente de maneira racional e saudável.” O referido autor, destaca a importância da respiração, para o livre fluxo da energia, ele ressalta que numa criança saudável é visível que a respiração provoca uma mobilidade total do peito e do abdômen. “Uma das primeiras coisas que uma criança aprende, quando está tentando reprimir um sentimento é controlar a respiração. (Boadella, 1992, p. 21)”.

Todo trabalho terapêutico proposto por Reich (1995) tem como base a reorganização da pulsação natural do organismo – o que ele denominou de curva orgástica. Quanto mais vida – na MTC energia vital - circula no corpo, mais saúde a pessoa possui, em todos os níveis - físico, mental, emocional, energético. Havendo desequilíbrio/estagnação para se para voltar a vitalidade se faz necessário flexibilizar as couraças corporais, que são estruturas de proteção emocional desatualizadas.

Nesse viés, o trabalho terapêutico objetiva integrar pensamentos, sentimentos e movimentos corporais, quanto mais integrado esta tríade, mais a pessoa está bem na vida. Em contrapartida, quanto mais desintegrado estão os pensamentos, em relação aos afetos e ao corpo, mais complexo ficam nossas transformações emocionais e a nossa consciência sobre nossas ações. Vale destacar que na Biossíntese, considera-se todo o processo de crescimento terapêutico, sendo este muito mais importante que o resultado ao final. Conforme explicita Boadella (1996, *n.p.*).

A Biossíntese considera o desenvolvimento da pessoa do início da sua

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
concepção - na vida intrauterina - seguindo a vida extrauterina. O conceito central é fundamentado na perspectiva de que existem três correntes energéticas fundamentais - "fluxos vitais" - no corpo que estão associadas às três camadas de células germinativas no embrião a partir das quais se formam os diferentes órgãos. (Keleman, 1992). Essas camadas celulares se desenvolvem simultaneamente e cada uma é responsável por determinadas regiões do nosso corpo havendo uma relação entre o orgânico e o subjetivo, a saber:

Ectoderma - O pensar ligado as nossas percepções de compreensão de mundo. Camada mais externa (*facing*) representada pelos órgãos sensoriais, sistema nervoso, pele, cérebro e nervos, genitais;

Mesoderma - O agir ligado aos nossos movimentos e ações. Camada central (*grounding*) representada pela corrente sanguínea, ossos, coração, músculos, rins e sistema motor;

Endoderma - O sentir ligado as nossas emoções, sentimentos. Camada mais interna (*centring*) representada pelas vísceras, órgãos digestivos, pâncreas, fígado e respiração/pulmão.

Podemos encontrar similaridade na Medicina Tradicional Chinesa – MTC, descritas no início deste artigo, com as descobertas realizadas por Keleman (1992).

Na psicoterapia corporal em Biossíntese, Boadella (1992) organizou o trabalho terapêutico em três métodos primários, que ele denominou **centring**, **grounding** e **facing**. O trabalho terapêutico corporal se dá com o desbloqueio da respiração e dos centros da emoção – **centring**; com a retonificação dos músculos e a integração postural - **grounding** e com a vinculação e a organização da experiência através do contato visual e comunicação verbal - **facing**. A Biossíntese considera em sua prática terapêutica corporal, o olhar para a bioespiritualidade - a capacidade do ser humano de estar com o melhor de si mesmo na vida.

Desconfio que...

Tenho vivido experiências com relatos de clientes que me fazem desconfiar do potencial da massagem como via de acesso para tratar questões emocionais. Venho realizando atendimentos com parcerias de psicólogos que têm encaminhado alguns de seus pacientes e que relatam mudanças corporais e emocionais

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO significativas, após a junção dos dois processos terapêuticos, conforme relato a seguir:

Uma cliente – mulher jovem de 25 anos - chegou até mim, encaminhada por sua psicóloga com relato de ansiedade e pânico em situações que se sentia pressionada – a exemplo de uma avaliação prática de uma prova de concurso.

Já na primeira sessão de massagem, a mesma sentou na maca e começou a tremer e chorar, acolhi o seu choro, toquei nas suas pernas, com permissão da mesma e fiquei ali para ela. Após a mesma se sentir melhor, iniciamos o processo de massagem, onde fui sentindo seu corpo, localizando os pontos de tensões e na massagem busquei desfazer esses pontos – massageie os acupontos que ajudam a controlar a ansiedade e também trabalhei a respiração com ela – ao longo das sessões fui ensinando a mesma a trabalhar a respiração no momento da crise de ansiedade e a se auto massagear nos pontos do **triângulo de Buda**.

Foram ao todo três sessões de massagem, sendo que a última sessão foi um dia antes dela prestar a prova prática do concurso. Como retorno a cliente me mandou uma mensagem informando que conseguiu controlar a ansiedade e obter sucesso na prova prática.

Esse é um, entre vários casos, nos quais me fazem ousar acreditar no potencial da massoterapia como uma via de acesso à promoção do reequilíbrio da energia vital da pessoa.

CONSIDERAÇÕES IN-CONCLUSIVAS

Como “psicomassoterapeuta” em construção, venho cada vez mais buscando desenvolver minhas práticas de forma integrada, acredito que o trabalho corporal desenvolvido desse modo, tem o potencial, com o devido acompanhamento terapêutico, de ajudar o processo de restabelecimento da consciência de si, da retomada da posse do corpo e de suas emoções.

No meu trabalho terapêutico de massoterapia percebo a importância e necessidade da pessoa ser sujeito ativo no processo, da construção do vínculo - massoterapeuta e a pessoa - trabalhar a respiração - ambos, deve existir uma ressonância para que de fato o processo terapêutico do alívio da dor – liberação da fáscia - e o relaxamento ocorra. Aprendi com a Biossíntese a observar o olhar, a respiração, o alinhamento corporal, a fala, a escuta do que lhe trouxe até mim; vou

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO assim me aproximando aos poucos, criando vínculo, de acordo com as permissões – que muitas vezes no início são limitadas e a cada sessão vão se ampliando e com isso melhoras vão acontecendo. Mais do que saber tocar o ponto certo, o massoterapeuta precisa acolher a pessoa e ter uma escuta sensível e saber ouvir o corpo da pessoa – tremores, travamentos, choros espontâneos ao ser tocado em uma determinada parte do corpo, espasmos, etc.

Aqui ousou dizer que há uma similaridade entre a Psicoterapia Corporal em Biossintese, em que em primeiro lugar, numa sessão a pessoa precisa fazer contato consigo mesma, e com base nessa leitura, executar os movimentos posturais que são necessários e funcionais para essa leitura (Rigo,2023, *n.p.*) e massoterapia

Ter uma percepção do seu corpo, leva a pessoa a estabelecer uma nova conexão com este; vejo isso acontecer nas sessões de massagem e nos pós massagem - muitas clientes relatam que se deram conta de ter perdido a conexão com seu corpo, e após as sessões de massagem, terem retomado essa conexão. Essas percepções me fazem desconfiar e ousar pensar na massagem como uma possibilidade terapêutica, uma via de acesso.

Eis meu novo jeito de caminhar, Boadella (1975) criou a Psicoterapia Corporal em Biossintese, e como um ser visionário e excepcional criou a Biossintese como um sistema aberto, que se permite dialogar e expandir/evoluir continuamente seus conceitos e práticas. Talvez seja possível esse diálogo, é apenas uma suspeita, cujo a investigação pretendo aprofundar.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Centro de Biossintese. **Curso Básico**: Programa do Curso ano 2023.

BOADELLA, David. **Correntes Da Vida**: Uma introdução à biossintese. São Paulo, 5ª Edição. Summus Editora.1992

_____. **O que é Biossintese?** Energy and Character, Heiden, v. 17/2, ago. 1996

HURPIA, Maria Rita. **Cinco Emoções e Elementos da MTC**. Instituto de Terapia Integrada e Oriental (ITIO). Disponível: <https://itiomassagem.com.br/mtc/cinco-emoco-es-e-elementos-da-mtc>. Acesso: 21 de setembro de 2023.

KELEMAN, Stanley. **Anatomia Emocional**. São Paulo. Editora, Grupo Editorial Summus, 1992 5ª Edição.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
KINCHELOE, Joe L.; BERRY, K. S. **Pesquisa em educação**: conceituando a
bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007

REICH, W. **Análise do Caráter**. São Paulo. Martins Fontes, 1995

RIGO, Gastón. **Trabalho clínico com leitura corporal**: focalização e desfocalização
do olhar. www.cuerpoentherapie.com.ar. 2023.

WANG, Bing. **Princípios de Medicina Interna do Imperador Amarelo** (Dinastia
Tang – Edição bilíngue). São Paulo. Editora Ícone. 2001.

A PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ATRAVÉS DO OLHAR DA GESTÃO SOBRE SUA PRÁTICA

Eixo 2: Formação, Currículo e Trabalho Pedagógico

Caroline Pastor Carneiro

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
psicarolinepastorc@gmail.com

Lucas Oliveira Santos

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
psi.lucasoliveira@gmail.com

Bruna Pinto Pastor

Faculdade da Região Sisaleira – FARESI
brunapinto.psi@gmail.com

Aderilson de Anunciação Oliveira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
aderilsonpsi@gmail.com

RESUMO

A Psicologia Escolar e Educacional (PEE) vai além do trabalho com as(os) alunas(os), desempenhando um papel crucial no trabalho com docentes, agentes escolares e a gestão escolar. Além disso, a PEE auxilia na coleta e análise de dados, oferecendo informações para tomadas de decisões institucionais, como uma intervenção específica para alguma demanda em questão. A gestão escolar reconhece a importância de promover um ambiente educacional saudável e produtivo, e sobre essa perspectiva, atua em conjunto com a PEE, para promover ações relativas à comunidade escolar. Portanto, o presente artigo visa investigar a percepção da gestão escolar em relação à importância da(o) PEE no contexto acadêmico.

Palavras-chave: psicologia escolar e educacional; gestão escolar e psicologia; intervenções psicológicas em contexto escolar.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Escolar e Educacional (PEE) é uma área da psicologia que permite a inserção de profissionais de psicologia dentro dos ambientes educacionais. Em 11 de dezembro de 2019 foi aprovada a lei de número 13.935 (Brasil, 2019) que enfatiza a importância da prestação de serviços de Psicólogos(as) e de Assistentes Sociais nas redes públicas de educação básica (CFP, 2020), enfatizando o papel desse profissional como um agente escolar.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A função do profissional de psicologia escolar é desenvolver e promover estratégias para o melhor bem-estar da instituição educacional. A psicologia enquanto ciência e profissão pode oferecer uma gama de conhecimentos e conteúdos científicos para o manejo das questões emocionais presente na escola; para a atuação da(o) Psicóloga(o) nas instituições de ensino, se faz necessário compreender o contexto escolar, bem como os aspectos que perpassam os indivíduos inseridos nesse ambiente (Cassinsi, 2007), ademais, visa analisar os métodos e processos de ensino e aprendizagem, as relações interpessoais entre professores, estudantes e familiares, o trabalho com a gestão escolar na articulação de ações, além de promover estratégias para a equipe escolar conseguir lidar melhor com as demandas e desafios (CFP, 2019).

A PEE visa estimular a equipe escolar para tomada de posições políticas com problemáticas sociais. Para Cassinsi (2007), o papel do PEE é ser mediador(a) de um processo dinâmico e reflexivo, e não de resolver problemas. Assim como descreve o Conselho Regional de Psicologia de Alagoas (2020), no dizer que o foco da(o) PEE é na prevenção, proporcionando a reflexão, o olhar crítico, e a conscientização das funções e o compromisso de cada membro que compõe a escola.

Questiona Libâneo (2004) ao dizer que a colaboração entre a gestão escolar e a PEE é mútua e não deve se restringir apenas à literatura. Tais agentes devem manter uma postura constante de investigação em relação aos aspectos sociais, econômicos e psicológicos que perpassam a comunidade escolar. Neste sentido, o desenvolvimento de estratégias deve ser planejadas conforme o contexto em que a sociedade se encontra (Libâneo, 2004).

A gestão escolar está passando por uma evolução em direção a uma abordagem mais democrática, fluída e flexível. Em uma hierarquia de cargos educacionais, a concepção do papel gestão/direção é amplamente reconhecido como o mais significativo na carreira pedagógica.

O fazer da gestão escolar se baseia em uma práxis coletiva, onde Libâneo (2004) apontará as principais responsabilidades da direção pedagógica: orientar e coordenar o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos; desenvolver estratégias para promover um ambiente acolhedor, bem como garantir a eficácia na utilização dos recursos e meios, conforme as demandas da escola. Ademais, cabe aos gestores educacionais promover o processo de participação na tomada de decisões

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO e garantir que essas deliberações se materializem em ações efetivas. Além disso, sua práxis tem em vista instituir e promover relações interpessoais na escola e o fortalecimento de vínculos. Nessa miríade de problemáticas, o estudo tenciona investigar qual a função da gestão escolar para além do trabalho pedagógico e de que forma a psicologia pode auxiliar nessa articulação?

Cabe ainda pensarmos esse papel de maneira crítica. Se analisamos à tradição e à autoridade histórica que acompanham a posição de diretor(a) escolar, a percepção das pessoas sobre o seu fazer é frequentemente moldada por ideias e conceitos emprestados da gestão de empresas (Libâneo, 2004). Isso pode levar a uma abordagem mais burocrática, focada em eficiência e resultados, em vez de uma abordagem mais centrada no ensino e no bem-estar dos estudantes.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é investigar a percepção da gestão escolar em relação à importância da Psicologia Escolar e Educacional no contexto acadêmico. Pretende-se compreender os desafios enfrentados pela gestão para lidar com as questões emocionais no ambiente educacional; apresentar as estratégias utilizadas pela escola para promoção de saúde mental no contexto educacional e destacar a importância da PEE junto Gestão Escolar para o Cuidado em Saúde Mental.

BASE TEÓRICA

Em 1964 é lançado o decreto de número 53.464, onde dispõe sobre a profissão de Psicóloga(o), versando algumas das funções do profissional, como a orientação psicopedagógica (Brasil, 1964). Nesse período, a PEE começa a engatinhar na direção de uma área específica. Nasce como uma “Psicologia Escolar Clínica”, utilizando muito dos testes psicológicos para mensurar a inteligência dos estudantes, bem como adaptá-los/moldá-los aos ambientes escolares, gerando um processo excludente e taxativo do indivíduo (Reger, 1989 apud Rocha; Ribeiro; Christiano, 2018).

Depois de muitas mobilizações de Psicólogos(os), Pedagogas(os) e demais profissionais, a PEE passou a se modificar e tomar outros rumos teórico-práticos, afastando-se da visão clínica e excludente (Dias; Patias; Abaid, 2014). Então a PEE passa a se inserir na escola com um novo horizonte, tratando a(o) aluna(o) de forma mais empática e reconhecendo suas potencialidades; inserindo-se no quadro de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO funcionários, com a possibilidade de articulação com a gestão, participação na construção do Projeto Político Pedagógico e trabalho com os docentes; intervenções grupais e de inclusão dos alunos, dentre outras funções que o PEE presta na escola (CFP, 2019).

A discussão sobre a gestão escolar nos conduz a uma análise profunda da concepção de administração em sua totalidade. Esta reflexão nos possibilita compreender a evolução histórica da administração, considerando que as transformações econômicas e tecnológicas, em conjunto com os princípios, funções e métodos de gestão, exercem influência nas interações sociais e no contexto educacional (Brasil, 2006).

Na literatura, os termos "gestão da educação" e "administração da educação" são utilizados de forma variável, às vezes como termos equivalentes e em outras como termos distintos; em certos momentos, a gestão é descrita como uma parte integrante da administração, enquanto em outros contextos, ela é empregada como um equivalente para gestão, em uma abordagem mais técnica (Bordignon; Gracindo, 2001; Oliveira; Vasquez-Menezes, 2018). Por vezes, é relacionada ao processo político-administrativo da educação.

Os caminhos para a intervenção da(o) PEE devem, portanto, basear-se no entendimento de que os vínculos sociais assumem um papel fundamental no processo interdependente de criação e assimilação de significados e sentidos entre os indivíduos. Essas interações afetam reciprocamente o desenvolvimento dos indivíduos. De acordo com Conselho Federal de Psicologia (2019), para abordar a complexidade das interações interpessoais nos sistemas educativos, a(o) psicóloga(o) adotar uma abordagem preventiva e empática apoiada por conhecimentos psicológicos que enfatizem uma visão onde o ser humano e a sociedade são mutuamente constituídos em suas relações históricas, sociais e culturais.

Compreende-se que a família e a escola são de grande importância para que se tenha um bom desenvolvimento infantil, especialmente ao tratar da construção da aprendizagem do ser em questão. Assim descreve Arcegal (2018), ao dizer que tanto a escola quanto a família, cada uma com suas características próprias, são consideradas instituições educativas fundamentais para a formação do ser humano.

Acerca disso, Arcegal (2018) ressalta-se que uma criança, no dia a dia de seus anos iniciais, terá na instituição familiar as primeiras interações sociais que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO tendem a lhe preparar para todas as outras seguintes, sendo incluído assim, a escola. Logo, a escola é o lugar onde os pais buscam a estrutura adequada para o filho receber aprendizagem em diferentes áreas de conhecimento. É nessa articulação que a gestão faz com a Psicologia, relacionando os aspectos do desenvolvimento humano e das relações familiares, para a construção de uma escola pautada nessa evolução.

Visto isso, a inclusão da Psicologia nos ambientes escolares visa promover um fortalecimento e uma ampliação do fazer docente (e dos demais agentes), ou seja, de reavaliar as práticas pedagógicas, aproximar a família e os alunos da escola, criando assim um vínculo mais significativo baseado no respeito e nas necessidades de todos os indivíduos (CRP-AL, 2020). A(o) PEE, como articulador entre os agentes, tencionará a gestão escolar para essas implementações e mudanças pedagógicas, ao compreender o indivíduo como um ser biopsicossocial; bem como as limitações presentes tanto a níveis institucionais (como materiais escolares, infraestrutura, funcionários, baixo investimento governamental, etc), quanto as problemáticas advindas de violências, questões ideológicas, fatores socioambientais, dentre outros.

Para atuar em PEE é necessário que se tenha capacidade e habilidades para analisar e apreender as múltiplas relações que caracterizam a instituição escolar e os agentes nela envolvidos, além disso, é preciso identificar as necessidades e possibilidades de aperfeiçoamento dessas relações. Com isso, o profissional de Psicologia deve enfrentar o desafio de tomar como alvo de sua atuação a complexidade dos processos interativos que ocorrem na escola (Del Prette; Del Prette, 1996 *apud* Freire; Aires, 2012).

Assim sendo, a atuação junto ao corpo docente e discente, à direção e à equipe multiprofissional, contribuirá para que “aprendam” a resolver seus próprios conflitos do cotidiano de maneira consciente, reflexiva e dialogada; conscientizando a todos sobre a realidade enfrentada diariamente na escola, o qual tende a possibilitar uma melhoria no clima de convivência e no estabelecimento de relações mais saudáveis (CFP, 2019).

Frente a isso, é essencial desenvolver estratégias voltadas para o coletivo e não para os aspectos individualizantes e medicalizantes que só rotulam e silenciam tal comunidade. Nessa perspectiva, o Conselho Regional de Psicologia de Alagoas (2020) tece algumas funções da(o) Psicóloga(o), destacando que esse profissional

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO pode atuar em conjunto aos docentes, auxiliando e desenvolvendo atividades de adaptação às novas demandas; debater e mapear caminhos e meios para a elaboração de aulas, projetos de extensão, ações educativas e roteiros de estudos; colaborar com métodos e ferramentas que visem diminuir a ansiedade e a insegurança da comunidade escolar, frente às mudanças do cenário das aulas presenciais para uma educação remota; promover espaços de falas e acolhimentos para que os indivíduos tragam sobre as suas dificuldades em relação à adaptação ao novo modelo de aulas, ao ensino-aprendizagem, as questões psicológicas e entre outras demandas que surgirem.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O presente estudo se trata de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativa, adotando uma abordagem de estudo de caso único para investigar o olhar da gestão escolar em relação ao PEE nas práticas e ações escolares. A pesquisa de campo foi conduzida com um único participante, possibilidade metodológica explicada por Gil (2002, p. 54) ao enfatizar que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento[...]”.

Foi realizado uma pesquisa nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo para embasamento teórico, selecionando artigos em português, sem delimitação de anos, através dos descritores: “Psicologia Escolar e Educacional”, “Gestão Escolar e Psicologia”, e “Intervenções Psicológicas em Contexto Escolar”.

O método de coleta de dados incluiu uma entrevista semiestruturada, realizado para que se “[...]obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional[...]”, permitindo uma compreensão aprofundada do caso em questão (Marconi; Lakatos, 2003, p. 195).

Os dados foram selecionados, codificados e apresentados discursivamente, tal como explica Marconi e Lakatos (2003, p. 167), através dos métodos de análises, sendo possível expor “[...] a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores[...]”, e assim relacionando os dados com a teoria.

O presente estudo está conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), a qual versa sobre os procedimentos e processos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO éticos durante a pesquisa. Ademais, a participante concordou em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para o processo de entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A investigação dos dados da pesquisa iniciou-se com a coleta de informações, por meio de entrevista semiestruturada realizada no seu local de atuação profissional. A amostra foi constituída por 01 gestora/diretora escolar da rede pública de ensino do ensino fundamental II. Maria¹⁵ relatou em entrevista que possui formação acadêmica em Pedagogia e História e pós-graduação em Metodologia do Ensino; iniciou no cargo de Diretora recentemente, e antes do cargo, atuava como Coordenadora Pedagógica nesta mesma instituição.

Quando indagada sobre os principais obstáculos em seu trabalho, ela destacou que a principal dificuldade reside na extensão da demanda, sendo consideravelmente alta em comparação ao número limitado de membros na equipe de gestão. Ela apontou a necessidade urgente de uma equipe multidisciplinar na escola, incluindo profissionais como psicólogas(os) e assistentes sociais, devido ao aumento significativo de ocorrências de “crises de ansiedade”, “automutilação”, “drogas” e “violências” as quais, segundo ela, têm se manifestado com frequência alarmante. Retrata também que há muitos estudantes em vulnerabilidade social e econômica acessando a escola. Sua fala em relação às dificuldades vai em concordância com o que resulta o estudo de Filippin (2013), ao trazer que a gestão e a equipe gestora encontra inúmeras dificuldades no seu fazer.

Frente a isso, cabe ao município e aos poderes públicos a implementação de mais profissionais no contexto educacional, tendo em vista que as demandas existentes nestes contextos são de diversas naturezas. Ainda de diante do relato da gestora, percebe-se a precariedade de políticas públicas voltadas a promoção de saúde dos agentes da comunidade escolar. Portanto, tais políticas devem ser estruturadas a partir da Lei Federal 13.935/19 (Brasil, 2019), que predispõem a inserção de profissionais de psicologia e de assistente social na educação básica de ensino. Tal lei é um avanço conquistado por meio de mobilização intensa. Embora a

¹⁵ Para preservar a identidade da participante, a mesma será identificada pelo nome fictício de Maria.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
sua aprovação seja um marco, é essencial garantir a sua efetiva implementação.

Isso possibilitaria a elaboração de propostas para a disponibilização de vagas, tanto por meio de concursos públicos pelo poder federal quanto pelos estados e municípios. A presença da(o) Psicóloga(o) no ambiente escolar é fundamental para assegurar o cuidado a todos os membros da equipe escolar.

Ao ser questionada sobre a forma que a equipe costuma lidar com as questões emocionais das(os) alunas(os), ela descreve como sendo uma situação bastante delicada, expõe que têm deixado de resolver as questões burocráticas para conseguir dar ênfase às questões emocionais; a escola realiza encaminhamentos para o hospital, quando ocorrem casos de crises de ansiedade, automutilação e dentre outras demandas. Retrata ainda que a inserção de uma/o psicóloga(o) fixo no contexto educacional é indispensável.

Maria percebe a relevância da(o) Psicóloga(o) no contexto escolar. A gestora menciona:

Vivenciamos isso a todo momento em situações diárias, principalmente nesse contexto pós-pandemia de Covid-19, onde muitos alunos têm graves crises de ansiedade e demonstram a necessidade desse acompanhamento psicológico; o que pode influenciar o adoecimento é a falta de alimentação (sic).

Maria menciona que as maiores dificuldades encontradas durante o ensino remoto foi as poucas condições de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos, a necessidade de cuidado em saúde mental; a fragilidade e vulnerabilidade que vivem boa parte deles, e isso revisitou; a dificuldade de acompanhamento e compreensão de conteúdos e atividades durante as aulas.

Frente a narrativa da gestora podemos compreender que a pandemia da covid-19 acentuaram as desigualdades social, emocional e econômicas. Segata et al. (2021, p. 8) traz em seus estudos que: "De forma direta: a pandemia é um evento múltiplo e desigual", resultando assim em vulnerabilidades emocionais, educacionais, econômicas e entre outras já existentes.

Com isso, articula-se a Psicologia e a Gestão para o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e educacionais das(os) discentes, mas também na elaboração de uma educação diversa, inclusiva e de qualidade. Assim resulta Pentecost e Guzzo, ao afirmar as possibilidades que a(o) profissional de Psicologia pode desenvolver com a gestão, "[...]com o objetivo de realizar uma reflexão crítica

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sobre a concepção de educação que pretendíamos, enquanto coletivo, implementar naquele espaço escolar” (2010, p. 575).

Ademais, a gestora foi questionada acerca das estratégias de desenvolvimento de lazer e habilidades sociais. A mesma traz que a escola oferece a quadra poliesportiva e outros espaços ao ar livre, onde são realizadas ações que perpassam a sala de aula. A escola possui políticas de inclusão; dispõe de sala multifuncional/sala de recursos, esse trabalho é realizado por meio de uma psicopedagoga. Esse é um papel importante da gestão, mencionado por Almeida (2012, p. 26), ao demarcar que uma das funções da gestão é na garantia de condições educacionais favoráveis e de qualidade para o estudante, mediante meios e “[...]recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula”.

Em relação à comunicação da escola com os pais, a diretora cita que é realizada através dos grupos do *WhatsApp* e reuniões, porém, narra que as famílias não costumam ser presentes na escola; expõe ainda que os pais têm livre acesso às questões da escola, podendo opinar. Maria expõe que:

As famílias são mais propulsores da maioria dos problemas psicológicos dos adolescentes da escola; digamos que as famílias em vulnerabilidade social se fosse acompanhada seria muito bom, porém mesmo não tendo a soluções dos problemas, ajudaria esses jovens a sentirem mais acolhidos (sic).

Ferraz (2022) aponta que a família e a escola são dois pilares essenciais no desenvolvimento social, cognitivo e psicomotor de uma criança. Em certos momentos, desempenham funções distintas, mas seu objetivo comum é a formação de cidadãos críticos e reflexivos, capazes de viver em sociedade.

Portanto, segundo Burgos et al. (2021), a família exerce um papel crucial na vida escolar, contribuindo não apenas para o processo educacional, mas também oferecendo suporte emocional, transmitindo valores morais e promovendo uma comunicação aberta e colaborativa. Isso tem o objetivo de impulsionar o progresso e o desenvolvimento do aluno. O autor enfatiza ainda a importância do acompanhamento dessas famílias, com o objetivo de identificar as suas demandas e encaminhá-las para a rede, de modo que a família se sinta motivada, acolhida e com suas necessidades básicas atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Escolar e Educacional, ao ser examinada através da ótica da gestão, revela a importância do papel da psicologia no ambiente educacional. A gestão, ao reconhecer relevância da prática psicológica no contexto educacional, enfatiza a necessidade de uma abordagem biopsicossocial para o desenvolvimento dos estudantes.

Diante do entrelaçamento entre a psicologia e a gestão, é possível promover estratégias e intervenções que têm como objetivo não apenas o progresso acadêmico, mas também o bem-estar emocional, o fortalecimento dos vínculos, a parceria, e o crescimento integral dos agentes da comunidade escolar. A colaboração entre psicólogas(os) e gestoras(es) educacionais é fundamental para implementar práticas eficazes e garantir um ambiente escolar saudável, acolhedor e harmônico para que os participantes do contexto educacional se sintam pertencentes ao ambiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIRA, C.M.M. de. **Desafios da gestão escolar**. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2012.

ARCEGAL, P.F.W. **Relação família e escola e sua influência na aprendizagem da criança**: Uma Revisão De Literatura Integrativa. PsicoFAE. v. 7, n. 1, p. 29-42, Jan./Jun. 2018.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. **Gestão da educação**: o município e a escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, Casa Civil. **DECRETO No 53.464, DE 21 DE JANEIRO DE 1964**. Brasília, 1964.

_____, Comitê Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio. **Saúde Mental na Escola em Tempos de Pandemia**: guia prático para Professoras e Professores. Rio Grande do Sul, 2021.

_____, Ministério da Educação. **Gestão da educação escolar**. 3ª edição atualizada/revisada - 2008. Brasília: Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

_____, Senado Federal. **Lei nº 13.935, de 11 de Dezembro de 2019**. Dispõe sobre

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário oficial da união. 2019.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução N° 510, de 7 de abril de 2016.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares:** uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BURGOS, M. das N.; INÁCIO, A.L.M.; OLIVEIRA, K.L. de.; BAPTISTA, M.N. (2021). **Suporte familiar como possível preditor enfatizadoras estratégias e da motivação para aprender.** Psicologia Escolar E Educacional, 25, e227267, 2021.

CASSINS, A.M. et al. **Manual de psicologia escolar - educacional.** Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CFP, Conselho Federal de Psicologia. **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica:** orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 1. ed. Brasília: CFP, 2020.

_____. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2019.

CRP-AL, Conselho Regional de Psicologia de Alagoas. **Psicologia escolar em tempos de crise sanitária pandemia da Covid-19.** Maceió-AL: Conselho Regional de Psicologia de Alagoas, 2020.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia, identidade social e cidadania:** O espaço da educação e dos movimentos sociais. Educação e Filosofia, 10, 203-223, 1996.

DIAS, A.C.G.; PATIAS, N.D.; ABAID, J.L.W. **Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões.** Psicologia Escolar e Educacional, 2014.

FERRAZ, M.S.F. **A importância da relação família e escola:** reflexões sobre as percepções de pais e professores. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

FILIPPIN, T.M. **Gestão escolar democrática:** dificuldades, especificidades e possibilidades a partir da revista Nova Escola. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), 2013.

FREIRE, A.N.; AIRES, J.S. **A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying.** Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. v. 16, n. 1, p. 55-60, Jan./Jun., 2012.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. Ed. Goiânia:
Alternativa, 2004.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.
ed. - São Paulo : Atlas 2003.

OLIVEIRA, I.C.; VASQUES-MENEZES, I. **Conceito de Gestão Escolar.** Cadernos
de Pesquisa, 2018.

_____. **Revisão de literatura:** o conceito de gestão escolar. Cadernos de
Pesquisa, v. 48, n. 169, p. 876–900, jul. 2018.

PENTEADO, T.C.Z.; GUZZO, R.S.L. **Educação e psicologia:** a construção de um
projeto político-pedagógico emancipador. *Psicologia & Sociedade*; 22 (3): 569-577,
2010.

PETRONI, A.P.; SOUZA, V.L.T. de. **Psicólogo escolar e equipe gestora:** tensões e
contradições de uma parceria. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 34, n. 2, p. 444–
459, abr. 2014.

REGER, R. **Psicólogo escolar:** educador ou clínico? Em: PATTO, M.H.S. (Org.).
Introdução à Psicologia Escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

ROCHA, P.D.; RIBEIRO, B.; CHRISTIANO, A.P. **A atuação do psicólogo
educacional e escolar:** uma análise histórica. VII CIPSI, 2018, ISSN 1679-558X.

SEGATA, J; SCHUCH, P.; DAMO, A.S.; VÍCTORA, C. **A Covid-19 e suas múltiplas
pandemias.** *Horizontes Antropológicos*, v. 27, n. 59, p. 7–25, 2021.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES: NARRATIVAS DE EGRESSAS DO CURSO DE PEDAGOGIA (PARFOR/SERRINHA-BA)

Erica de Jesus Santos¹⁶
Marivania Sousa Lima¹⁷

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal investigar quais os desafios enfrentados por egressas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus XI*, disponibilizado nessa instituição também pelo Plano Nacional da Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR/Serrinha-BA). Como desdobramento, procuramos analisar as novas possibilidades que surgiram na vida pessoal e profissional das egressas colaboradoras pós-conclusão do curso, com base nas discussões de Minayo (2000), Jesus, Amorim e Vitorino (2020), Ramalho, Nuñez, Gauthier (2004), Day (2001) e Nóvoa (2009). A pesquisa configurou-se metodologicamente como qualitativa com estudo de caso e se utilizou do dispositivo das entrevistas narrativas com as quatro colaboradoras. A partir dessas entrevistas, concluímos que, durante o curso de Pedagogia no PARFOR/Serrinha-BA, as egressas enfrentaram muitos problemas pela tripla jornada de trabalho: família, exercício da profissão e formação continuada. Percebemos também que o PARFOR/Serrinha-BA não se resumia a apenas um curso de formação continuada, mas se constituía na realização de um sonho que antes era visto como distante e até mesmo impossível; bem como que a formação continuada proporcionou às egressas do curso de Pedagogia (PARFOR/Serrinha-BA) um verdadeiro empoderamento profissional e pessoal.

Palavras-chave: PARFOR; pedagogia; formação continuada; desafios; empoderamento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal investigar quais os desafios enfrentados por egressas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus XI*, disponibilizado nessa instituição também pelo Plano Nacional da Formação de Professores da Educação Básica

¹⁶ Graduada em Pedagogia (2021). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campos- XI. E-mail: <santoserica863@gmail.com>.

¹⁷ Graduada em Geografia (2013). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campos – XI. Pós-Graduada em Tutoria em Educação a Distância (2015). Universidade Cândido Mendes (UCM). E-mail: <vansousa_lima@hotmail.com>.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO (PARFOR/Serrinha-BA)¹⁸. Destarte, este trabalho se propõe a apresentar uma discussão sobre o processo de formação continuada de educadoras egressas do curso de Pedagogia do **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica** (PARFOR/Serrinha-BA) da UNEB - *Campus XI*.

Ao constatar que, no campo da educação, o educador é uma das peças-chave na oferta do ensino e da aprendizagem de qualidade de um país, apontamos para o fato de que essas peças-chave precisam constantemente imergir-se nas atualizações que surgem em torno da sua profissão. Porém, é na constância que mora o desafio, pois o profissional de educação também tem outros anseios, outras constâncias na vida pessoal. Logo, surgiu a inquietação desta investigação que, de forma geral, busca responder às seguintes questões: *Quais são os desafios que o docente enfrenta na jornada da formação continuada? Quais as possibilidades que surgem no processo de formação continuada e na pós-formação?*

E, para responder a esses questionamentos, nos propomos a analisar as narrativas de egressas do curso de Pedagogia (PARFOR/Serrinha-BA). Para Bolívar et al (2001, p. 55), a narrativa é como “un modo de dar la voz a los profesores y profesoras sobre sus preocupaciones y sus vidas, que – normalmente – ha sido silenciada en la investigación educativa”. É ouvindo essas vozes que somos capazes de compreender o quanto a vida do educador está arraigada de muitas histórias de superações.

O presente trabalho foi estruturado em três partes, além desta *Introdução*: *Metodologia: Tecendo com os teóricos e narrativas* – subdividida em dois momentos: *Narrativas de egressas sobre os desafios enfrentados na formação no curso PARFOR/Serrinha-BA* e *Narrativas de egressas sobre as novas possibilidades que surgiram em suas vidas com o curso de pedagogia do PARFOR/Serrinha-BA*; e, por fim, as *Considerações finais*.

METODOLOGIA

A metodologia desta investigação se define como uma pesquisa qualitativa com um estudo de caso e, para a coleta das informações, foram realizadas

¹⁸ Na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus XI*, o curso de Licenciatura em Pedagogia é ofertado de maneira regular e também pela PARFOR/Serrinha-BA.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO entrevistas narrativas semiestruturada com quatro egressas do curso de Pedagogia (PARFOR/Serrinha-BA). Segundo Minayo (2007, p. 16), é “a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo”. Logo, é na e pela pesquisa que adentramos novos universos e ao mesmo tempo nos fortalecemos porque em algum momento iremos nos identificar com algum desses universos. A partir desta perspectiva, decidimos pela entrevista narrativa, pois sabemos que em algum momento haverá indivíduos que irão encontrar-se com os mesmos desafios e/ou possibilidades aqui relatadas, e encher-se-ão de forças para prosseguir na jornada pela busca da formação continuada.

Ainda sobre a entrevista Batista et al. (2017), nos ressalta que através dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Logo, na entrevista narrativas além da coleta das informações os pesquisadores também vivenciam as emoções dos entrevistados; os gestos corporais, sorrisos e lágrimas. As lágrimas podem ser sinônimo de um sonho realizados (alegria) ou um momento de frustração por ainda não ter realizado o sonho tão desejado (tristeza), reportamos essas características as narrativas no campo da formação continuada.

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2019, o dia, horário e local foi pré-agendado com as colaboradoras egressas do curso de Pedagogia do PARFOR/Serrinha-Ba com a finalidade de deixá-la confortáveis no momento desvelar suas vivencias e experiências sobre o processo de formação no PARFOR alinhada a tripla jornada de trabalho: família, exercício da profissão e formação continuada.

Sendo assim, as egressas colaboradoras desta pesquisa estão representadas por nomes fictícios, partindo do pressuposto de que, ao preservar a identidade do entrevistado, permitimos-lhe fica mais à vontade para expressar-se. Para Minayo (2007, p. 21) “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Quanto ao aporte ético desta pesquisa, ressaltamos que as quatro egressas do curso do PARFOR/Serrinha-Ba ao serem convidadas para participar deste trabalho, aceitaram e assinaram o termo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para os respectivos nomes fictícios, decidimos por representá-las com nomes de predas preciosas brasileiras, sem fazer classificação de valores financeiros, e sim por interpretar os docentes que estão em constante formação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO como pedras preciosas que se alto lapidam, tal como, si deixam ser lapidadas e aos poucos tornam-se verdadeiras joias preciosas com características imperes para no processo de ensino/aprendizagem da educação brasileira.

Destrare as pedras preciosas colaboradoras desta pesquisa estão representadas com os seguintes nomes:

Quadro 01 - Egressas do curso de Pedagogia do PARFOR/Serrinha-Ba

Colaboradora	Idade	Estado civil	Tem filhos?	Carga horária de trabalho	Tempo de atuação profissional
Esmeralda	49	Divorciada	Não	40 horas	23 anos
Água-marinha	38	Solteira	Sim	40 horas	16 anos
Ametista	51	Casada	Sim	40 horas	13 anos
Turmalina Paraíba	31	Casada	Não	40 horas	20 anos

Fonte: Dados oriundos das entrevistas.

TECENDO COM OS TEÓRICOS E AS NARRATIVAS

Ao se comportar como uma das peças-chave do processo de ensino e aprendizagem, o docente muitas vezes se depara com inúmeros desafios para se manter atualizado nas formações e informações que sua profissão exige. Entre esses desafios está o saber trabalhar com as variáveis que a maioria dos professores abarca – família, exercício da profissão e formação continuada:

Os professores estão no centro do processo educativo. Quanto maior for a importância atribuída à educação como um todo - seja com vista à transmissão cultural, à coesão e justiça sociais, ou ao desenvolvimento dos recursos humanos, tão críticos nas economias modernas e baseadas na tecnologia – maior deverá ser a prioridade concedida aos professores responsáveis por essa mesma educação (OCDE, 1998 *apud* Day, 2001, p. 15).

Partindo do viés do autor acima, os professores se tornam os responsáveis pela educação; eles estão no centro do processo educativo e buscam atribuir a devida importância que a educação deve ter. Assim, *o ser professor* é um profissional visado pelos desenvolvimentos (sucessos ou fracassos) que atribuem ao exercício da sua profissão. Nesse contexto, o desafio é trabalhar com as variáveis –

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO família, exercício da profissão e formação continuada – e se manter em um constante sucesso, tanto pessoal e como profissional. Diante disso, a formação continuada pode ficar sempre em segundo plano caso o docente não tenha muito compromisso com *o ser professor*. Por outro lado, o professor pode também se encher de garras e persistências para se manter na busca por novos conhecimentos, práticos e metodológicos com objetivos de ascender na carreira profissional em consonância com a vida pessoal. Porém, sabemos que não será uma tarefa fácil.

Sobre o compromisso do educador com a formação continuada, Jesus al et (2020) afirmam que:

O educador precisa assumir-se como um constante pesquisador, que precisa se inovar e construir novos conhecimentos indispensáveis para a sua formação, não deve se restringir a um tipo de conceito, o qual precisa ser compreendido em diferentes ângulos para melhor entendimento (Jesus al et, 2020, p. 03).

O compromisso do docente de estar em constante qualificação também é elencado no texto da lei base do educador brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), no artigo 62, parágrafo primeiro, afirma que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Brasil, 1996, s.p.). Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) apresenta-se como referência para a oferta e desenvolvimento da formação continuada para educadores pela União, Estados, Municípios e entidades particulares.

A formação continuada deve, portanto, ser uma realidade. E, a partir de agora, vamos imergir nas narrativas das egressas do curso de Pedagogia (PARFOR/Serrinha-BA) com a finalidade de descobrir quais são os desafios enfrentados por elas ao darem continuidade à sua qualificação profissional e manterem-se atualizadas nas mudanças sociais, tecnológicas, políticas e econômicas que refletem nas suas práticas de ensino.

NARRATIVAS DE EGRESSAS SOBRE OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA FORMAÇÃO NO CURSO PARFOR/SERRINHA-BA

No início da formação tivemos algumas dificuldades. Os professores

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

começaram a passar os assuntos, cobrar muitas leituras, eram livros, artigos [...] A gente não tinha o hábito de fazer leituras para nos aprofundar em qualquer assunto. Os professores estavam nos tirando da zona de conforto! Mas, com o tempo fomos nos acostumando. [...] Os Estágios também foram um desafio, pelo fato de ser tudo de acordo com o que os professores passavam. Fazer relatório, seminários apresentação em sala de aula. Para quem estava longe destas práticas há muito tempo foi um impacto (Água-marinha, 2019).

O desafio foi ter os finais de semanas comprometidos, a vida corrida, porque eu era casada, família e tudo. [...] depois que minha mãe faleceu meu marido não entendeu esta fase da minha vida e nos separamos. [...], mas, continuei estudando, não desistir! Porque eu sou daquela estatística, sabe? Que preta e pobre nunca chega nesse nível que eu cheguei! Hoje sou graduada com muito orgulho! (Esmeralda, 2019).

Foram cinco anos! Um sofrimento. Finais de semanas; sexta, sábado, domingo, o dia inteiro presa na faculdade, trabalhando, tomando conta da casa, apresentando trabalhos, lendo artigos e livros. Muitas colegas acabaram se separando dos maridos [...]. Foi uma verdadeira luta! (Amestita, 2019).

Estudar durante os finais de semanas não foi fácil! É precioso ter muita força de vontade, está focada nos seus objetivos. Se você for fraca, você desiste! [...] me agarrei ao sonho de ter uma graduação e lutei até o fim. É claro que houveram muitos dias em que eu só queria descansar, ficar em casa sem fazer nada. Mas isso não era possível para quem tinha um compromisso com sua profissão e consigo mesma (Turmalina Paraíba, 2019).

Bolívar al et (2001) nos revelam que as narrativas são momentos nos quais o indivíduo expressa suas emoções, sentimentos, manifestações culturais e aos poucos vai revelando sua identidade. Nas falas acima, percebemos a emoção em falar sobre as experiências vividas no período da graduação no PARFOR/Serrinha-BA; são essas vivências que tornam as conquistas mais significativas. Ao olharem para trás, as egressas tornam-se uma referência para si mesmas e para outros indivíduos que também lidam com a tripla jornada de trabalho – família, exercício da profissão e formação continuada. Assim, são os paradigmas que tornam as conquistas mais que significativas e passam a ser uma referência para si mesmas e para os outros.

Na fala de Maria, fica explícito que o novo a assustou: *saímos da nossa zona de conforto!* É perceptível a emoção em falar da superação. De quem aos poucos foi se acostumando com a nova rotina de cobranças, prazos para cumprir, responsabilidades que ninguém poderia fazer em seu lugar; e tudo isso associado

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ao medo de falhar, à sensação de não dar conta daquela missão. Maria revela que o fato de ter como formação inicial o Curso Técnico em Magistério a paralisava na ideia de que estava ultrapassada para debater nas discussões lançadas pelos professores na universidade. Mas, com o passar das aulas, foi percebendo que suas ideias não estavam distantes das discussões acadêmicas e que o medo e a insegurança eram as maiores barreiras que não a deixavam se envolver no novo, que também estava presente em sua rotina de docente da educação infantil.

Chica coloca o PARFOR como sinônimo de empoderamento da mulher negra e pobre, pois foi através do curso que ela quebrou o velho arquétipo que a rodeava dentro do contexto social e familiar, no qual o negro não tinha muitas chances de realizações pessoais e profissionais. Em meio a uma crise conjugal e a uma grande perda na família, o falecimento de sua mãe, Chica nos revela uma resiliência inenarrável de enfrentar os problemas familiares vivenciados naquele momento sem desistir da grande conquista de ter um lugar reservado para ela nos bancos da UNEB-*Campus XI* e principalmente de ter se tornado uma negra universitária. Finalizamos este parágrafo com a fala de Chica, pois a mesma também nos representa: “Mas, continuei estudando, não desistir! Porque eu sou daquela estatística, sabe? Que preta e pobre nunca chega nesse nível que eu cheguei! Hoje sou graduada com muito orgulho!” (Chica, 2019).

Laura, assim como Chica, relata os desafios da rotina de estudos associada às responsabilidades de ser mulher, esposa, educadora, filha, amiga. Desafios que se perduraram por cinco anos com muitos questionamentos sobre a decisão de prosseguir ou não com a tripla jornada de trabalho: família, exercício da profissão e formação continuada. Porém, o PARFOR estava em suas vidas como uma realização profissional e um símbolo de conquista pessoal não dava para desistir.

Comungamos com os relatos das entrevistadas, pois, para o professor que está em exercício, não foi/é fácil ter os finais de semanas reservados para os estudos acadêmicos e os planejamentos de aula. Há momentos em que não se percebe se é início ou final de semana ou em qual dia da semana se está; segue-se a jornada pela agenda, observando as datas de entregar os trabalhos, leitura de artigos e livros, apresentações de seminário, mesa redonda e todos os compromissos do calendário letivo. E, para algumas dessas egressas, a exemplo de Maria e Laura, às responsabilidades de ser mãe, esposa e dona de casa, assim como tantas outras educadoras mundo a fora, se junta o sentimento de culpa por

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO não estar cem por cento nas suas atividades domésticas e a todo instante se questionam: *será que estou sendo uma boa mãe? Uma boa esposa e dona de casa?* É neste momento que se necessita do apoio familiar e, quando não vem, o educador é posto nas difíceis escolhas: enfrentar os desafios sozinho, deixar a formação para outro momento ou desistir da carreira de ser professor.

Aline reforça que, além da resiliência de enfrentar os problemas e tirar grandes lições deles, é preciso estar segura dos seus objetivos, ter em mente algo que te move, colocar a formação no PARFOR não só com um dos requisitos da profissão, mas também como uma realização pessoal. Para ela, a força de vontade tem que vir do seu interior, caso contrário a pessoa desiste no primeiro obstáculo e acaba caindo na frustração de ter falhado consigo e se deixa levar pelo sentimento de incapacidade. Sentimento presente em muitos docentes quando, por diversos motivos, não conseguem dar continuidade aos estudos, principalmente ingressar em um mestrado, visto que as vagas ofertadas nas universidades são poucas; e, em meio às tentativas, o docente estaciona na especialização *lato sensu*, sem lograr êxito no tão desejado mestrado. Esses são uns dos gargalos da formação continuada: a oferta é muito pouca diante de grande demanda.

O PARFOR transformou a vida de muitos docentes ao logo dos últimos anos, acrescentando novos significados ao processo de ensino e aprendizagem, às relações com discentes, ao modo de enxergar o potencial de cada um e acreditar mais nas transformações que podem proporcionar na educação brasileira. Considerando isso é que se reforça a importância do profissional da educação está em constante formação, pois é preciso vislumbrar novos ângulos para enxergar a missão da docência, se reinventar e ofertar aos nossos discentes um ensino com metodologias bem elaboradas, abarcando a necessidade de cada um. Nessa perspectiva Gatti e Barreto (2009), ao definirem o processo de formação, colocam que:

O processo de formação é definido como um movimento orientado a responder aos diversos desafios que se sucedem no que se poderia identificar como diferentes fases da vida profissional: o início da carreira, o processo de desenvolvimento e os tempos mais avançados em que o professor consolida sua experiência profissional (Gatti; Barreto, 2009, p. 203).

Mas, é claro que a caminhada da docência não é marcada apenas pelos desafios. O que move esse profissional são as novas possibilidades que lhe dão

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO base para as realizações, bem como oferecem as razões de prosseguir na busca por novos conhecimentos práticos e metodológicos que irão redefinindo seu perfil profissional. Sendo assim, no próximo tópico vamos imergir nas narrativas das egressas sobre os novos horizontes que surgiram em suas vidas durante e após a conclusão do curso no PARFOR/Serrinha-BA.

NARRATIVAS DE EGRESSAS SOBRE AS NOVAS POSSIBILIDADES QUE SURGIRAM EM SUAS VIDAS COM O CURSO DE PEDAGOGIA NO PARFOR/SERRINHA-BA

As novas possibilidades para mim, foram o aprimoramento das minhas práticas pedagógicas. A experiência eu já possuía! E o curso veio aprimorar toda a minha bagagem. [...]. Comecei a trabalhar com novas olhares, novas práticas e obtive grandes resultados em sala de aula. [...] O estágio não formal me propiciou experiência que nunca vivenciei na minha vida de professora, eu sempre ficava fechada na sala de aula. Achei a possibilidade de dar aula em outros espaços. [...] Só estou esperando o diploma para fazer minha Pós-Graduação em Libras (Água-Marinha, 2019).

[...] antes eu tinha um pouco de timidez e era insegura, não conseguia falar em público! Quando o curso terminou percebi o vasto conhecimento que adquiri na educação. E hoje me sinto uma mulher segura tanto na vida profissional como no pessoal [...]. Gostei tanto de estar em formação que continuei estudando! Fiz logo uma Pós-graduação e todos os cursos de formação continuada que a secretaria de educação disponibiliza eu faço (Esmeralda, 2019).

As aulas fizeram com que ampliássemos nossos campos de informações, abertos para as mudanças em sala de aula. Passei a acreditar mais em meus alunos. Hoje desenvolvo um trabalho melhor, pois tive uma qualificação. E isso faz com que eu cresça [...] Depois do curso de Pedagogia do PARFOR percebi a importância de estar sempre fazendo cursos para me renovar nas práticas em sala de aulas e comecei a fazer uma Pós-graduação em Educação Infantil (Amestita, 2019).

Eu já era professora! O PARFOR abriu minha mente, porque você que fez apenas o magistério há muitos anos, você segue naquela linha ultrapassada. Quando entrei no PARFOR a minha visão de professora já foi outra. [...] é como se o horizonte da educação fosse ampliando diante dos meus olhos. E o prazer de trabalhar já foi outro! Fiz o curso de formação continuada que a prefeitura proporcionou, o PACTO e dei início a uma Pós-Graduação logo no último ano do PARFOR (Turmalina Paraíba, 2019).

Para Jesus et al (2020, p. 03), “uma boa formação deve partir do princípio de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO mudança profissional e pessoal, tendo como foco reconfigurar as práticas pedagógicas implantadas e aplicar projetos educativos, com o intuito de promover um ensino de qualidade”. Foi o que percebemos nas narrativas acima, pois a busca pela qualificação profissional também trouxe mudanças significativas na vida pessoal das docentes egressas. Elas foram se enchendo de novos desejos e realizações para a carreira, assim como para galgar novos degraus, os quais agregaram valores para as atividades docentes e benefícios para os discentes.

Na narrativa de Maria, percebemos a mudança no seu perfil profissional. O curso de Pedagogia no PARFOR/Serrinha-BA lhe apresentou novas metodologias de ensino que nunca tinha vivenciado, pois a mesma estava fechada na ideologia de que o ensino e aprendizagem só eram possíveis serem desenvolvidos literalmente em quatro paredes. Assim, o curso lhe mostrou novos espaços de difusão do processo de ensino e aprendizagem, espaços que são marcantes na vida do discente. Em consonância, Ramalho et al (2004) asseguram que:

A formação do professor como profissional de perfil amplo deve garantir uma sólida formação teórica, como ferramenta de reflexão, de crítica e construção da prática para a participação consciente no desenvolvimento de projetos profissionais, sociais e individuais (Ramalho et al, 2004, p. 102).

Nos relatos de Chica, há mais uma vez a inferência do empoderamento que o PARFOR lhe agregou. Ela passou a acreditar em si e hoje se define como uma mulher segura, também controlou a timidez e passou dar a voz à docente com uma qualificação profissional, confiante nas defesas de seus ideais, nos posicionamentos profissionais e pessoais. O PARFOR transformou a vida de Chica positivamente, e, mesmo saindo com alguns arranhões, ela continuou a se aprofundando no campo da docência/pesquisa.

Laura, relata a mudança do olhar sobre os discentes. É como se ela estivesse fechada em apenas uma linha de pensamento na qual colocava os estudantes todos no mesmo patamar de potencialidades cognitivas. O curso lhe trouxe a possibilidade de enxergar os discentes por outros ângulos, com características ímpares, entendendo que “as salas de aula estão cheias de alunos com diferentes motivações e disposições para aprender, com distintas capacidades e provenientes de meios socioculturais diversos” (Day, 2001, p. 17). Considerando isso, o professor precisa estar preparado para identificar as particularidades dos estudantes, e só o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
conhecimento prático não lhe dá tamanho suporte, pois o campo da ciência e da pesquisa a cada dia nos revela novas formas de trabalhar com os velhos e atuais comportamentos, não só dos estudantes, mas também dos professores. Em vista disto, é preciso estar em contato com as atualizações do meio científico, bem como atualizar-se.

Luiza colocar o PARFOR como um despertar profissional. E, a partir disso, inferimos que a mesma tinha conhecimento de que os métodos desenvolvidos em sala de aula estavam ultrapassados e ao mesmo tempo lhe tornavam uma profissional sem entusiasmo, desmotivada. A formação oferecida pelo PARFOR lhe abriu um horizonte repleto de possibilidades inovadoras para trabalhar com seus alunos. Demonstrando que “os professores aprendem naturalmente ao longo de cada carreira. Contudo, a aprendizagem baseada apenas na experiência irá, em última análise, limitar o seu desenvolvimento profissional” (Day, 2001, p. 17). Destarte, dar continuidade a formação é de suma importância para o profissional de educação, pois é nas formações em que ele tem a oportunidades de se reciclar e adquirir novos saberes docentes.

Deste modo, fica explícito o quanto dar continuidade a formação foi promissor na vida pessoal e profissional destas mulheres, docentes, estudantes, mães, dono de casa e entre tantas outras funções que as egressas do PARFOR/Serrinha-Ba nos relataram. Cursar uma graduação na área a qual já obtinham experiência deu-lhes a possibilidade de autoavaliar as práticas docentes desenvolvidas em sala de aula e ao mesmo tempo lhes forneceu mecanismos para a modificação nos momentos que julgaram necessários. No que concerne a vida pessoal, a autoconfiança foi o que aflorou nestas docentes em meio a tantos desafio enfrentados no percurso da tripla jornada: família, exercício da profissão e formação continuada a timidez e o medo de falar em público deu lugar para a autoconfiança e a certeza de que os seus conhecimentos foram aprofundados com muitas leituras, desenvolvimento de pesquisa e muitos debates nos bancos acadêmicos.

Destarte, Barros e Santos (2021), sobre os saberes docentes, afirma que:

Quando nos referimos aos saberes docentes, precisamos levar em conta a identidade dos seus profissionais, considerando que eles possuem sonhos, diferentes perspectivas e uma história de vida, os quais influenciam a forma como esses profissionais ensinam e exercem suas práticas. Assim, as experiências que são adquiridas pelos professores não se dão apenas ao longo de sua formação,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
mas também durante as suas vidas e contribuem para a construção
dos seus saberes (Barros; Santos, 2021, p. 10).

Corroborando com os autores acima, o sucesso do professor é resultado do seu percurso profissional e pessoal, pois ambos são responsáveis pela construção dos saberes docentes. Deste modo, para o professor ter uma boa formação não depende apenas a instituição de ensino a qual ele estuda ou do seu tempo disponível, a vida pessoal conta muito, a rotina, os sonhos, hábitos são paradigmas que vão definindo da identidade deste profissional. Não tem como desligar os desejos profissionais dos pessoais porque um depende do outro para se concretizar. Ressaltamos também que a carreira docente é embasada por muitos sentimentos, emoções, frustrações que terão reflexos no seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo dar voz às falas de egressas do curso de Pedagogia no PARFOR/Serrinha-Ba, particularmente no que diz respeito às dificuldades enfrentadas durante o processo de formação continuada e os êxitos que dele se logrou. Os relatos nos revelaram o quanto foi/é positivo para as egressas entrevistadas a oportunidade de cursar uma graduação e o quanto isso transformou suas vidas profissionais e pessoais, possibilitando-lhes realizar sonhos e provar para si mesmas que são capazes de mudar paradigmas infundados, a exemplo de Chica que se coloca hoje como uma mulher negra graduada graças ao PARFOR. Percebemos também as mudanças nas práticas pedagógicas e a autovalorização enquanto profissional da educação, decorrentes também na formação continuada.

Por outro lado, as falas nos revelam quão grande são os desafios que diversos professores tiveram/têm que enfrentar para se manter na dinâmica da docência em pesquisa e dos compromissos de mulher, esposa, dona de casa, mãe, amiga. Percebemos o quão é cansativo e desafiador para o professor estar em formação, principalmente no PARFOR, por ser desenvolvido aos finais de semana – relatos presente nas narrativas. Talvez seja o momento de se pensar em novas estratégias para os dias e horários de desenvolvimento do curso no PARFOR, pois muitas vezes a árdua rotina se torna um fardo para os docentes, prejudicando-os no processo de aprendizagem, o que conseqüentemente irá se refletir nas suas práticas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO docente. Destarte, finalizamos com a fala de Nóvoa (2009, p. 27) “a educação vive um tempo de grandes incertezas e de muitas perplexidades. Sentimos a necessidade da mudança, mas nem sempre conseguimos deferir-lhe o rumo”.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. V.; SANTOS, N. S. O PARFOR e a reflexão sobre a prática das professoras: a formação profissional das alfabetizadoras. **Revista de Iniciação à Docência**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 6 - 21, 2021. DOI: 10.22481/riduesb.v5i3.8303. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/8303>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.
- BOLIVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDES, M. **La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología**. Madrid: La Muralla, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 jul. 2021.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.
- DAY, C. Ser professor desenvolver-se como profissional. *In*: DAY, C. **Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Portugal: Porto, 2001. p. 15-45.
- GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. A formação continuada em questão. *In*: GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (coord.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 199-235.
- JESUS, K. O.; AMORIM, I. B.; VITORINO, C. C. Ouvindo as vozes dos professores da educação básica: o que queremos de/com formação docente. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, Luziânia, v. 1, n. 1, p. 12-20, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4322/2675-4177.2020.003>
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NÓVOA, A. Professores: o futuro ainda demora muito tempo? *In*: NÓVOA, A. **Professores imagens do futuro presente**. Lisboa: EDUCA, 2009. p. 9-24.
- RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. Um quadro paradigmático para a



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
mudança: a propósito da formação e da profissionalização docente inicial. *In*:
RAMALHO, B. L.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor,
profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2. ed. Porto Alegre: Sulina,
2004. p. 47-96.

ENTRE MAPAS E BALÕES: EXPLORANDO A GEOGRAFIA POR MEIO DOS QUADRINHOS PARA ESTIMULAR O PENSAMENTO ESPACIAL

Gilsimar Cerqueira de Oliveira
Professor Substituto – UNEB Campus XI
Doutorando - PPGM-UEFS
gcoliveira@uneb.br

RESUMO

As ponderações da linguagem visual das Histórias em Quadrinhos- HQs torna-se uma ferramenta discursiva multifacetada, capaz de representar geograficamente as complexidades do mundo, contextualizando fenômenos geográficos em narrativas acessíveis. O presente trabalho tem por meta apresentar alguns resultados preliminares de pesquisa sobre o uso de História em Quadrinhos como recurso didático baseado em uma pesquisa de revisão de literatura. A busca e coleta de dados foi realizada com a utilização de palavras-chaves através do Scopus com restrição da busca por artigos científicos em suas publicações até 2022. Não tivemos muitos retornos de documentos escritos na área da geografia, porém, foi possível perceber a dimensão da abrangência do recuso didático aqui analisado, os textos relativos à geografia que foram encontrados, nos dão indicativos da aplicação didática desse recuso e nos move a continuar as buscas em outra base para que possamos aprofundar as nossas análises.

Palavras-chave: histórias em quadrinhos; geografia; ensino; recurso didático.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional contemporâneo, onde a globalização e as tecnologias digitais transformaram nossas percepções sobre o espaço e o tempo, a habilidade de pensar espacialmente tornou-se crucial. Compreender a interconexão entre diferentes lugares, culturas e fenômenos naturais é fundamental para formar cidadãos conscientes e capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno. No entanto, tradicionalmente, o ensino de geografia esteve muitas vezes restrito a mapas e textos, deixando de explorar métodos inovadores e dinâmicos para envolver os alunos de maneira ativa.

Neste cenário, emerge o potencial revolucionário dos quadrinhos como uma ferramenta pedagógica capaz de transcender as limitações dos métodos de ensino convencionais. Isto é possível, pois a linguagem visual e narrativa dos quadrinhos oferece uma plataforma única para explorar conceitos geográficos complexos, proporcionando aos alunos uma experiência imersiva que vai além das palavras e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO imagens estáticas (Rama, 2009). Ao criar uma síntese entre a arte sequencial e geografia, podemos transformar a aprendizagem em uma jornada interativa e emocionante, onde os alunos são incentivados a explorar, questionar e compreender o mundo ao seu redor de forma crítica.

O presente trabalho tem por meta apresentar alguns resultados preliminares de pesquisa sobre o uso de história em quadrinhos como recurso didático. Para tanto trilhamos aqui uma investigação baseada em revisão de literatura com intuito de entender a sua aplicação para as aulas de geografia. Este trabalho é de fundamental importância para a reflexão do uso estratégico de recursos didáticos que extrapolem os elementos convencionais, como por exemplo o uso do livro didático, que é importante, porém não deve ser o único recurso de leitura e análise que o professor deve lançar mão, além do mais o gênero quadrinhos é uma dos recursos imagéticos presentes em muitos desses livros.

Esta investigação científica, se propõe a analisar profundamente a interconexão desses elementos cruciais, destacando sua importância incontestável na qualidade da educação. A presente pesquisa explora de maneira meticulosa as complexidades desses fatores e sua influência intrínseca no aprimoramento dos processos pedagógicos de ensino e aprendizado de forma a introduzir as discussões sobre este campo de análise como forma de dar continuidade a pesquisas futuras.

BASE TEÓRICA

As histórias em quadrinhos, nascem como expressão artística de cunho comercial e político no jornais, têm raízes profundas na cultura visual humana. Desde seu surgimento no século XIX, inicialmente como tiras humorísticas em jornais e revistas, as histórias em quadrinhos evoluíram consideravelmente ao longo do tempo criando um espaço próprio que influenciou todo o campo dos estudos visuais (Feijó, 1997). A transformação das tiras humorísticas para narrativas complexas e multifacetadas é evidência do seu potencial adaptativo e poder comunicativo que elas apresentam (McCloud, 1993). Ao incorporar elementos visuais e textuais de maneira sinérgica, as hqs se tornaram um meio rico para contar histórias, entender processos de formação das paisagens, explorar temas religiosos, sociais e políticos, bem como expressar ideias filosóficas e emocionais, consolidando-se como uma forma de arte e literatura bastante versátil. Em outro

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO tempo já sofreu proibições por ser considerada subversiva como nos aponta Moya (1993), hoje coloca-se como uma das principais formas de produção artística que serve de base para a imagem-movimento. Dessa forma, ela compõe uma das indústrias mais poderosas do Planeta, a indústria cinematográfica a qual abrange não só a produção fílmica, mas todos os produtos que representam os personagens retratados.

O reconhecimento acadêmico das histórias em quadrinhos como uma forma de arte e literatura, foi um marco importante em sua trajetória. Como nos aponta Vergueiro (2013), à medida que acadêmicos e críticos passaram a analisar e apreciar a complexidade das narrativas visuais, as histórias em quadrinhos ganharam legitimidade como objeto de estudo acadêmico, não obstante sabermos que até os dias atuais ainda enfrentam certos preconceitos no que concerne ao seu uso educacional. Paralelamente, educadores começaram a perceber o potencial pedagógico das histórias em quadrinhos, utilizando-se de sua capacidade em envolver visualmente os leitores enquanto transmitem mensagens educacionais complexas, fazendo delas, um recurso valioso no contexto educacional, sendo gradualmente incorporadas ao material didático.

[...] na utilização de quadrinhos no ensino, é muito importante que o professor tenha suficiente familiaridade com o meio, conhecendo os principais elementos da sua linguagem e os recursos que ela dispõe para representação do imaginário; domine razoavelmente o processo de evolução histórica dos quadrinhos, seus principais representantes e características como meio de comunicação de massa; esteja a par das especificidades do processo de produção e distribuição de quadrinhos; e, enfim, conheça os diversos produtos em que eles estão disponíveis (Vergueiro, 2009, p. 29).

A utilização das histórias em quadrinhos como material didático expandiu-se com o reconhecimento de sua capacidade de estimular a imaginação, a compreensão crítica e a empatia nos alunos. Ao oferecer uma combinação de texto e imagem, as histórias em quadrinhos facilitam a compreensão de conceitos complexos, tornando-os acessíveis a diversos públicos como nos afirma Cirne (1977). Além disso, a sua natureza visual promove a alfabetização visual elemento fundamental para o desenvolvimento e compreensão de significados como nos afirma Serafine (2011), por ser ela uma habilidade crucial em uma era dominada por informações visuais.

No contexto educacional, as histórias em quadrinhos são agora amplamente

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO adotadas para ensinar não apenas literatura, mas também ciências, história, geografia e outras disciplinas até mesmo do campo médico e técnico informacional, expandindo seu papel como ferramenta pedagógica inovadora. Segundo Castrogiovanni (2011), na geografia o raciocínio do domínio espacial é um caminho para nos sentirmos agentes históricos do processo que estamos inseridos. A expressão do pensamento humano se desvela por meio de intrincadas nuances, cuja compreensão transcende a mera percepção e quanto mais praticamos as relações intertextuais possíveis, por exemplo, com o uso e aplicação mediada pelos quadrinhos.

Apesar dos avanços no reconhecimento e adoção das histórias em quadrinhos no contexto educacional, desafios persistem e há uma necessidade contínua de desenvolver diretrizes pedagógicas sólidas para a criação e implementação eficazes das histórias em quadrinhos como um auxílio ao aprendizado dos mais diferentes conteúdos. Além disso, a diversificação das narrativas e personagens nas hqs é essencial para garantir a representação inclusiva e equitativa de diversas culturas e identidades como é possível perceber nas exemplificações trazidas por Luyten (1987).

À medida que as histórias em quadrinhos continuam a evoluir como ferramenta didática, é fundamental considerar cuidadosamente como elas podem ser melhor integradas ao currículo educacional proporcionando uma experiência de aprendizagem enriquecedora e envolvente para os alunos. Costella e Rego (2011, p. 118) apontam que:

O segredo de um professor que faz a diferença está em perceber o brilho nos olhos de seus alunos cada vez que estes crescem na compreensão das complexidades que se apresentam. O professor de Geografia, por sua vez, guarda com satisfação a magia de levar seu aluno a pensar espaços distantes como se estivessem próximos, como se esse distante representasse a continuidade do próprio aluno.

A aprendizagem desempenha um papel central na evolução individual e coletiva, sendo um processo intrínseco à natureza humana e essencial para o desenvolvimento intelectual, emocional e social. É através da aprendizagem que os indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades, valores e competências que moldam seu entendimento do mundo e influenciam suas interações com a sociedade. Além disso, a aprendizagem contínua é fundamental para acompanhar o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
ritmo das rápidas transformações sociais, tecnológicas e culturais, permitindo que as
pessoas se adaptem às demandas de um mundo em constante mudança.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A metodologia adotada nesta pesquisa foi delineada com base na exploração de dados extraídos do Scopus, uma base de dados acadêmicos amplamente reconhecida e respeitada, pois cobre vasta quantidade de periódicos científicos, conferências e fontes acadêmicas, garantindo uma ampla variedade de literatura relevante para os mais diferentes temas de estudo. Estabelecemos no Scopus os critérios de restrição incluindo palavras-chave relacionadas ao tema da pesquisa, limites temporais e tipos de publicações desejadas. Dessa forma, buscamos por artigos publicados até 2022, utilizando da descrição: *comics OR cartoon* OR "sequential art" OR "visual art" AND teach OR "geography teaching" OR "teach geography"*.

Como trajetória da investigação aqui apresentada, foram analisados todos os registros bibliográficos para separarmos os artigos relevantes para nossa pesquisa, incluindo títulos, resumos e informações sobre os autores que nos direcionassem ao uso e aplicação de histórias em quadrinhos como recurso didático aplicados aos conteúdos de geografia. Os artigos selecionados foram submetidos a uma análise detalhada, incluindo a revisão do conteúdo, metodologia empregada, resultados obtidos e conclusões apresentadas com vista a aprofundar a identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura existente para propiciar o avanço de estudos mais avançados futuramente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a busca realizada obtivemos um retorno de 201 documentos publicados de 1969 até 2022. Com base no título e *abstracts* dos trabalhos, encontramos apenas 02 que tinham relação com o ensino de geografia, porém achamos pertinente analisar alguns dados encontrados quanto ao uso de recursos visuais que em sua estratificação que nos apontam as tendências de trabalhos desta natureza. Das principais áreas as quais os trabalhos se destinam, temos os conteúdos voltados às ciências sociais com 42%, artes e humanidade 18,5% seguido por

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO medicina 9.6%, outros com 8.3% e psicologia 7.4% só para citar os cinco principais em temas em numéricos. No que concerne as fontes de publicação (figura 01), podemos perceber a área de educação em destaque.

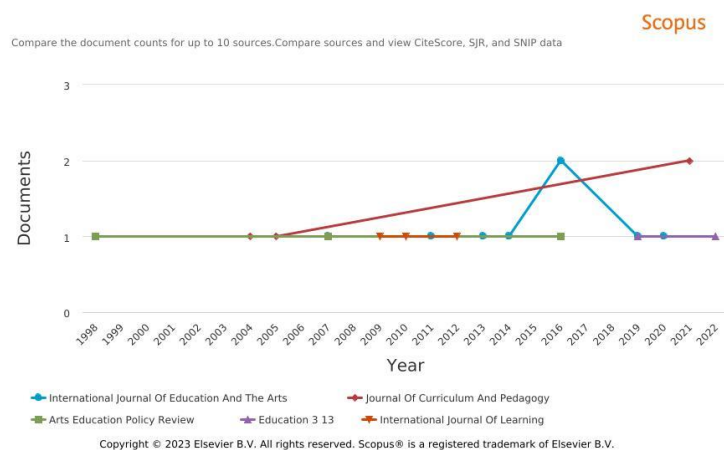
Figura 01: Fontes de publicação acadêmica

Fonte de publicação	Nº de publicações
International Journal Of Education And The Arts	8
Journal Of Curriculum And Pedagogy	4
Arts Education Policy Review	3
International Journal Of Learning	3
Education 313	2

Fonte: Scopus

A relevância da análise desses dados nos permite avaliar possíveis fontes de publicação futuras além de servirem de base de análise para buscas sobre a temática dessa natureza. Cruzando a base apresentada anteriores com os anos de publicação (figura 02) podemos perceber uma descontinuidade no interesse das temáticas aqui trabalhadas iniciando em 1998 e só voltando a ser publicado em 2004 seguindo posteriormente uma frequência média de 01 publicação por ano até 2022.

Figura 02: Documentos publicados por ano nas base de publicação



Fonte: Scopus

A produção anual de 2018 até 2022 apresentada em nossa busca, uma média

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO aproximada de 16 publicações, tendo em 2022 um pico de 18 publicações.

Dos países que mais publicam, Estados Unidos é o que apresentou o maior número de publicações 85, seguido por Austrália com 16, Reino Unido 08, Canadá 06 e Brasil junto com a África do Sul, Espanha e Turquia com 05 documentos. Analisando os trabalhos do Brasil encontramos as temáticas voltados à discussão sobre o corpo enquanto uma relação de gênero com uso de tirinhas, ensino de química com o uso de quadrinhos, ensino de educação física a partir de imagens de jornal, ensino de física com o uso de quadrinhos e discussão de percepção de conceitos na formação em artes visuais, porém não encontramos referências à geografia.

As cinco afiliações que mais publicaram (figura 03), nos demonstra um outro dado importante quanto as temáticas e abordagens, o interesse da área das ciências médicas e da saúde. Analisamos os títulos e *abstracts* de cada afiliação para entendermos a perspectiva de abordagens em termos do campo de interesse de cada artigo totalizando 16 documentos.

Figura 03: Documentos por afiliação

	nº de publicações
Harvard Medical School	4
Pennsylvania State University	3
The Ohio State University	3
Queensland University of Technology	3
Georgia State University	3

Fonte: Scopus

Os trabalhos relacionados ao ensino de geografia foram 02 sendo Gomez (2014) e Reumont; Budke (2021). Como já afirmamos anteriormente, foram escolhidos por estarem diretamente ligados ao objetivo desta pesquisa. Ambos tratam da interação entre as hqs e o ensino de geografia. O primeiro é da Nova Zelândia e segundo da Alemanha.

No texto de Gomez (2014), compõe-se como um relato de experiência quanto à prática do professor Christopher Gomez, que objetiva demonstrar com base em sua experiência as possibilidades de uso de quadrinhos produzidos feitas por ele. O autor supracitado apresenta e discutir a experiência do uso de quadrinhos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO para o ensino de geografia física produzido desde 2011 e aplicado na formação em geografia. As temáticas estavam relacionadas aos temas forças da natureza, processos naturais de formação da paisagem além de desastres naturais. Gomez (2014), busca incentivar a produção autoral de hqs com fundamentos nos conteúdos da geografia, independente do estilo do traço do professor.

As ilustrações apresentadas em seu artigo, narram processos e conjugam a associação entre texto e imagens deixando alguns espaços para anotações que permitissem que os estudantes fizessem os seus próprios apontamentos. Além dos desenhos as imagens eram compostas com a associação de fotografias para aumentar a aproximação com o fato ou fenômeno real estudado. O autor narra a importância do uso desse recurso, aproveitando uma conjuntura de integração de uma geração mais voltada para o consumo de imagens, bem como da facilidade que esse recurso traz no que concerne à sua dinâmica e didática. Como preconiza Serafini (2015), a caminhada para a interpretação está relacionada à sabermos trabalhar as leituras das múltiplas imagens e suas relações com as intertextualidades promovidas pelos aprendizados que viemos aprendendo ao longo da vida.

A publicação de Christopher Gomez (2015), pode ser uma ferramenta interessante para a sua aplicação na formação docente, pois o domínio de uso desses recursos são fundamentais e emergem como um alicerce vital na preparação de profissionais da educação, capacitando-os para enfrentar os desafios multifacetados do ambiente escolar contemporâneo. Creemos que investir em programas de formação pedagógica que amalgamam teoria e prática é imperativo para capacitar os educadores com competências essenciais, permitindo-lhes responder às exigências diversificadas dos alunos e às dinâmicas em constante evolução no cenário educacional tais como a indissociável relação entre o conteúdo estudado no contexto do uso de imagens.

No texto de Reumont; Budke (2021), os autores tiveram como objetivo fazer uma abordagem para o ensino de geografia como forma de descobrir as possibilidades de ensinar o pensamento espacial com quadrinhos. Eles discutem sobre a importância de examinarmos como os quadrinhos podem estimular o pensamento espacial dos alunos, buscando não apenas entender seu impacto imediato na sala de aula, mas também lançando luz sobre a possibilidade de uma abordagem educacional mais dinâmica, engajadora e eficiente no contexto do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO aprendizado.

A metodologia aplicada pelos autores supracitados foi realizada durante um seminário sobre métodos inovadores de ensino. Os alunos tiveram que criar seus próprios quadrinhos como materiais de ensino de geografia para crianças na escola e dessa forma, eles avaliaram a capacidade dos estudantes universitários que estudam educação em geografia, de usar a linguagem dos quadrinhos para o pensamento espacial antes e depois de uma breve intervenção sobre diferentes conceitos de espaço. Além dessa produção, discussão e acompanhamento dos resultados foram aplicados pelos autores em análise, questionários para avaliar as opiniões dos alunos de forma verbal, fazendo uma correlação entre os conceitos, temas e produção dos quadrinhos realizados.

Segundo Reumont; Budke (2021), os alunos envolveram-se em um processo de aprendizado profundo, buscando se familiarizar com o método de ensino proposto para a atividade. Os autores ainda colocam a importância de buscarmos ser professores inovadores para as aulas de geografia e criar quadrinhos, os quais podem levar a uma discussão rica e um reflexão concisa sobre o que está sendo estudado.

A prática pedagógica efetiva transcende a simples transmissão de informações, ela abarca estratégias inovadoras de ensino, avaliação formativa e a criação de ambientes de aprendizado estimulantes para os estudantes. Os educadores desempenham um papel central ao estimular o envolvimento dos alunos, promover a criatividade e fomentar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, por serem tarefas rotineiras em nossa sala de aula. Dessa forma, os quadrinhos colocam-se como ferramenta metodológica de ensino valioso, embora pouco explorado, para o desenvolvimento do aprendizado mais significativo. O uso de imagens em conjunto com texto estimula o pensamento criativo e permite que os alunos abordem os conceitos espaciais de forma mais holística do que apenas com palavras que nem sempre compreendem o seu significado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo preliminar destaca o caminho promissor das histórias em quadrinhos como um recurso didático, sinalizando a importância da combinação única de narrativa visual e textual como ferramenta para o desenvolvimento de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
aprendizado dos alunos. Ao explorar continuamente esse potencial, educadores podem abrir portas para um aprendizado mais significativo, promovendo assim um ambiente educacional mais estimulante e que entregue melhores resultados em termos qualitativos. Além disso, observou-se que as hqs, não apenas facilitam a compreensão de conceitos complexos, mas também, promovem o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e pensamento crítico dos estudantes. A interação visual e textual dos quadrinhos, permitiu uma absorção mais profunda dos conteúdos segundo os textos analisados, estimularam o raciocínio espacial, a criatividade e desenvolveram melhor qualidade no trato com o conteúdo de forma mais ativa.

Os dados coletados também destacaram as múltiplas áreas possíveis de aplicação dos quadrinhos. Foi possível também entender quais são os países e fontes mais interessadas pelo assunto, além de termos tido a possibilidade de perceber a evolução da temática no tempo. Embora esses resultados iniciais sejam promissores, é crucial enfatizar a necessidade contínua de investigação aprofundada para entender de forma mais apurada o impacto das HQs no processo de ensino-aprendizagem em outras fontes de pesquisa como forma de analisarmos outras modelagens e aplicações do tema.

REFERÊNCIAS

- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Espaço geográfico, escola e os seus arredores: descobertas e aprendizagens. In: CALLAI, Helena Copeti et al. (Org.). **Educação geográfica: reflexão e prática**. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2011. 320p. (Coleção ciências sociais).
- CIRNE, Moacy. **A explosão criativa dos quadrinhos**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977.
- COSTELLA, Roselane Zordan; REGO, Nelson. Em que momento o aluno aprende Geografia. In: REGO, Nelson et. al. (Org.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 104-118.
- FEIJÓ, Mário. **Quadrinhos em ação: um século de história**. São Paulo: Moderna, 1997.
- GOMEZ, Christopher. **Teaching Physical Geography at University With Cartoons and Comics strips: motivation, construction and usage**. New Zeland Geographer. 2014. 70. 140-14 pp.
- LUYTEN, Sonia Maria Bibe. **O que é história em quadrinhos**. 2. ed. São Paulo:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Brasiliense, 1987.

MCCLOUD S. 1993. **Understanding Comics: The Invisible Art.** New York, NY:
HarperPerennial. 215p.

MOYA, Álvaro de. **História da história em quadrinhos.** São Paulo: Brasiliense,
1993.

RAMA, Angela. Os quadrinhos no ensino de geografia. In: RAMA, Angela et. al.
(Org.). **Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula.** 3. ed. São Paulo:
Contexto, 2009, p. 87-104.

REUMONT F von and BUDKE. A Spatial Thinking With Comics in Geography
Education. **Front. Educ**, 2021. 6:702738. doi: 10.3389/educ.2021.702738 p. 1-16.

SERAFINI, F. Expanding Perspectives for Comprehending Visual Images in
Multimodal Texts. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, 2011. 54: 342–350.
doi:10.1598/JAAL.54.5.4.

_____. Paths to Interpretation: Developing Students' Interpretive Repertoires.
Language and Literacy, 2015. 17: 118–133. doi:10.20360/G2459V

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das HQs no ensino. In: RAMA, Angela et. al. (Org.).
Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula. 3. ed. São Paulo: Contexto,
2009, p. 7-29.

VERGUEIRO Waldomiro, (org). **Os pioneiros no estudo de quadrinhos no Brasil.**
São Paulo: Criativo, 2013.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

DA IDEIA AO NEGÓCIO: CEAPE E O MICROCRÉDITO COMO PONTE PARA O EMPREENDEDORISMO

Joel Gomes dos Santos Júnior

Centro de Apoio a Pequenos Empreendedores - CEAPE

jojunior_6@hotmail.com

Leonardo Firmo

Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana - UNEF

leonardofirmoadm@yahoo.com

Gilsimar Cerqueira de Oliveira

Doutorando PPGM-UEFS

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

gcoliveira@uneb.br

RESUMO

Este artigo examina o papel vital do microcrédito no fomento ao empreendedorismo, especialmente em contextos socioeconômicos desfavorecidos. Exploramos como o acesso a pequenos empréstimos são ofertados, quais tipos de serviços são entregues pelo CEAPE – Ba de Feira de Santana. A pesquisa se baseou em levantamento de dados primários fornecidos pela empresa supracitada e serviram de lastro interpretativo para compreender como se dá o fundamento prático dos empréstimos no que concerne a ajuda financeira aos pequenos negócios. Dessa forma, é realizada uma discussão sobre o conceito de microcrédito preconizado por Yunus (2000). Com a análise dos dados, foi possível perceber a importância desse modelo de oferta de crédito para o desenvolvimento local, do valor dele no que se refere ao empreendedorismo feminino, ao desenvolvimento de atividades diversas distribuídas pelos bairros da cidade em estudo, bem como em uma visão preliminar dos impactos positivos promovidos pela instituição.

Palavras-chave: microcrédito; empréstimo; empreendedorismo; CEAPE.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal trazer uma reflexão sobre a importância do microcrédito e o impacto positivo deste no que tange aos processos do empreendedorismo local de forma preliminar. Como base para essa análise trazemos o papel crucial de um agente promotor de crédito que possui mais de 30 anos de atuação, o CEAPE, cujo acrônimo significa (Centro de Apoio a Pequenos Empreendedores). Configura-se como uma instituição brasileira do terceiro setor que oferece serviços de microcrédito para pequenos empreendedores que muitas vezes não têm acesso aos serviços financeiros tradicionais, como empréstimos bancários

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
por lhes faltar as garantias muitas vezes exigidas por essas empresas.

A pesquisar sobre empreendedorismo é fundamental para podermos compreender a dinâmica econômica e social de uma sociedade pois, é possível perceber os seus impactos no que concerne a estruturar, apresentar, os padrões de empreendedorismo, além de servir como modelo propositivo de projetos para desenvolvimento econômico, facilitar a inovação, criar empregos e com isso dinamizar a sociedade local. Sendo assim, a importância deste trabalho está em apresentar o papel de destaque do CEAPE no que concerne ao empreendedorismo e seus impactos na vida de centenas de famílias. A instituição possui sede na Bahia, nas cidades de Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Camaçari.

Neste artigo trazemos uma ambientação introdutória sobre o cenário ao qual se destina a atividade do CEAPE - Ba evidenciando os conceitos básicos de microcrédito e empreendedores com vistas a analisar o *lôcus* da pesquisa, com dados sobre os empréstimos concedidos pela organização em tela, e, sua atuação na cidade de Feira de Santana, ao final tecemos as conclusões com base nos dados levantados

BASE TEÓRICA

Estudos sobre empreendedorismo e microcrédito são vitais para compreender e abordar os desafios vivenciados em nosso país. O empreendedorismo não apenas impulsiona o crescimento econômico, mas também promove a inovação, cria empregos e fortalece a resiliência das economias locais. Sendo assim, como forma de embasar as discussões deste trabalho, trataremos de fundamentar, os conceitos-chaves de nossa pesquisa, deixando claro os significados de microcrédito e do conceito de empreendedorismo.

No contexto do microcrédito um novo modelo foi testado como uma experiência pioneira em 1970 aplicado pelo professor Muhammad Yunus em Bangladesh. O autor supracitado imergiu em uma discussão sobre a necessidade de combate às desigualdades e seus efeitos na condição de vida das pessoas, bem como na busca de ações corretivas e preventivas no âmbito da renda das populações menos abastadas.

Segundo Yunus (2000) e Weber (2008), como economista e empreendedor

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO social, revolucionou a abordagem convencional de concessão de crédito ao introduzir o conceito de microfinanças. Yunus fundou o *Grameen Bank* no início da década de 80, baseado na ideia de fornecer empréstimos pequenos e acessíveis às pessoas de baixa renda. De acordo com Aghion; Yunus (2005), Essa teoria se baseia na crença de que mesmo os indivíduos mais pobres têm habilidades empreendedoras latentes, e ao fornecer-lhes acesso ao crédito, eles podem iniciar pequenos negócios, melhorar suas condições de vida e romper o ciclo da pobreza. Dada ao impacto da sua teoria em termos prático, Yunus recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Como citado anteriormente, a base de sustentação do projeto teve como grande diferencial o público alvo em uma modalidade de incursão financeira que atendesse às necessidades da população em uma faixa de renda desprivilegiada. Com isso é fundamental que pensemos o conceito de microcrédito como nos coloca Corsini (1999), quando afirma que: *“são operações creditícias de programas que emprestam pequenos valores destinados ao fortalecimento de iniciativas produtivas geralmente integrantes da economia informal da área urbana”* (Corsini, 1999, p.9). Ainda nesta direção, o microcrédito aplicado por Muhammad Yunus, estabelece que este conceito, consiste na concessão de empréstimos pequenos tendo como público alvo os pobres e os microempreendedores de baixa renda, com empréstimos de pequenos e médios valores e ausência frequente de garantias reais e tangíveis. (Yunus, 2000). Barone et al (2002), tomando como base as condições estabelecidas por Yunus afirma que:

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (Barone et al, 2002, p. 14).

No Brasil, teremos na década de 2000 a busca pelo estabelecimento do conceito de microcrédito. Instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), além de outros objetivos aponta a necessidade de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO prestação de serviços aos empreendedores populares (MTE, 2018). Em 2010, com vistas a ampliar o número de agentes financeiros que atuavam com a população de baixa renda e fortalecer a relação com os bancos comunitários, uma importante alteração foi realizada nove anos depois e se consolidava com 103 bancos comunitários no Brasil de acordo com dados do (Instituto Banco Palmas, 2019).

Como nos aponta Neri (2011), no Brasil o desenvolvimento do microcrédito ocorreu nas zonas mais pobre do país, o que reflete o espelho das preocupações em trabalhar a base da nossa pirâmide social com o intuito de reduzir de alguma forma, em associação com outras estratégias, as disparidades econômicas e o *déficit* de postos de trabalho e renda que abrangesse à todos. Para tanto, ainda segundo ao autor supracitado é fundamental para conceder o microcrédito, avaliar de forma detida os indicadores que possam apresentar tanto a equidade quanto a eficiência.

O crédito é fundamental para toda a economia, é considerado como uma das ferramentas mais importantes para o desenvolvimento dos micros e pequenos negócios, sendo sua grande relevância na área principal da empresa, que é a financeira proporcionando aos microempresários investirem em capital ou estoque para assim o negócio fluir (Aghion 2005; Yunus 2005). Dessa forma, é indispensável perceber que para trabalhar os potenciais empreendedores apresentados na condição estrutural no qual vivemos, as questões financeira apresentam-se como uma das principais questões à serem estabelecidas de forma planejada.

A pesquisa sobre microcrédito no Brasil pode nos revelar um melhor entendimento sobre o desenvolvimento econômico e social de um país. Trabalhos como os de Vasconcelos; Lima (2022), assim como Lima et ali (2021), nos guiam à compreensão dos desafios e sucessos do microcrédito de forma a nos ajudar na compreensão e contextualizada de nossa condição para que possamos implementar estratégias mais direcionadas às nossas necessidades. Sendo assim, é mais provável que possamos criar melhores oportunidades para o desenvolvimento de negócios locais dentro de seus contextos, promovendo assim um impacto social positivo que em médio e longo prazo pode nos render bons frutos.

A nossa realidade local está circunscrita por condições de cunho específico, mas que se relaciona com a conjuntura do país como um todo. De forma geral temos devido aos fluxos das questões que abrangem a nossa economia, uma flutuação de altos e baixos que muitas vezes acirra as condições de vida da população, cabe

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dessa forma, a busca por gerar uma renda de subsistências mediada pelo empreendedorismo, seja ele por oportunidade ou por necessidade. Entendemos esse conceito como o postulado por Dornelas (2005) que afirma que “é o *envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades.*” Dornelas (2005, p. 39).

Ao entender os mecanismos do empreendedorismo, podem ser identificados padrões de sucesso e áreas de melhoria, proporcionando *insights* essenciais para políticas públicas e estratégias empresariais das mais diversas. No entanto, é indispensável que entendamos a complexidade dada pelas intrincadas relações, envolvendo não apenas questões voltadas às finanças, mas também questões sociais, culturais e políticas em suas mais variadas escalas de abrangência.

Analisar as complexidades do microcrédito oferece oportunidades para entender como as relações de poder, as normas sociais e as condições econômicas influenciam a eficácia desses programas como preconiza Mballa (2017). Isso pode levar à abordagens mais eficientes e éticas, garantindo que o microcrédito cumpra sua promessa de capacitar os menos privilegiados e oportunizar uma dinâmica do fluxo econômico com vias a reduzir as disparidade de quem não possui estrutura que permita conseguir financiamento em instituições bancárias tradicionais.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A pesquisa foi realizada com base nos dados primários fornecidos pela instituição aqui analisada, o CEAPE – Ba de Feira de Santana, bem como na troca de experiências com integrantes da equipe gestora, nos atendo às atividades desenvolvidas pela unidade do CEAPE da cidade de Feira de Santana, Bahia. Para tanto, buscamos analisar os dados dos levantamentos da relação entre as comunidades atendidas e os serviços prestados para entender a dinâmica do microcrédito e na consolidação das necessidades de empreender da população alvo. Por fim, buscamos interpolar os dados e analisá-los com base na literatura especializada, focando em tecer um panorama geral das ações da organização em tela.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O CEAPE atua com base no microcrédito produtivo orientado, que envolve não apenas o fornecimento de crédito, mas também o acompanhamento especializado aos empreendedores para que possam utilizar os recursos de forma eficaz e sustentável em seus negócios. O microcrédito tanto quanto o acompanhamento desempenham um papel crucial na vida de muitas famílias, e dessa forma, os agentes de crédito buscam avaliar o investimento, a situação do grupo e se não está ocorrendo dificuldades que possam levar a problemas de honrar as parcelas negociadas para o investimento solicitado. Em média 95% dos clientes empreendem por necessidade e 5% por oportunidade de diversificar a sua renda. O crédito inicial concedido pelo CEAPE é de até R\$ 5000,00.

É fundamental entender como o CEAPE chega até o cliente e busca analisar a necessidade para criar a oportunidade, e potencializar o desenvolvimento da atividade já em curso. Sendo assim, é necessário apontar o papel de importância exercido pelo trabalho de busca ativa do agente de crédito, que consiste inicialmente na promoção dos serviços nos mais diferentes bairros com o intuito de encontrar novos clientes e clientes em potencial. Trabalha-se também com a indicação fornecida pelos clientes, os quais ganham incentivos de bonificação financeira que mesmo sendo um valor simbólico, segundo dados da própria equipe, atrai de forma significativa à participação.

Diante dos processos promovidos pelas disparidades sociais nas quais passamos em nosso país, o empreendedorismo apresenta-se como fundamental para a dinâmica da economia. De acordo com Carvalho (2013), o surgimento e desenvolvimento de novas organizações promove a geração de novos empregos, aumento da renda e um crescimento e diversificação econômica.

O empreendedorismo feminino apresenta-se como destaque no que concerne aos empréstimos, onde 58% são destinados às mulheres e 42% para os clientes homens. Segundo Wilians (2021, p.12),

Uma pesquisa feita em 2019 pelo Sebrae revelou que o empreendedorismo feminino em geral cresceu 200% nos últimos cinco anos. Um avanço importante se considerarmos que o preconceito contra as mulheres encabeçando negócios ainda é fato incontestável em pleno século 21. A mesma pesquisa constatou que as mulheres estão à frente de 34% dos negócios atuais, e 45% delas são mantenedoras da família.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Com base em dados do Sebrae¹⁹ e valendo-se do levantamento feito pelo

IBGE, em 2022 mais de 34% dos empreendedores do país eram mulheres, um dado que expressa a estrutura social e cultural de nosso país, onde temos números elevados de mulheres como chefes de família que caminha para 50% segundo dados do IBGE²⁰.

Segundo as informações fornecidas pela instituição em análise, atualmente eles possuem quase 3.000 clientes com os mais diferentes empreendimentos, na qual a maior frequência é destinada a atividade de confecções no varejo. Um dado interessante que coloca-se como crucial para entender a importância da instituição analisada é de que 90% dos empréstimos são destinados à clientes de baixa renda e com situação de pobreza, em grupos solidários, o que se expressa na característica do modelo de empreendedorismo de necessidade citado anteriormente, e se modela à experiências de outras instituições que possuem a mesma função como o exemplo do *Grameen Bank* desenvolvido por Yunus, já referenciado em outro momento neste texto.

A Bahia, de acordo com o mapa de inadimplência do Serasa de 2022²¹ apresentou um quantitativo de 36,98% e em 2023²² o quantitativo ainda maior que subiu para 41,36% de inadimplentes. Segundo dados do CEAPE, em Feira de Santana a inadimplência está na casa 5,46% da carteira ativa de 2.600.000 aproximadamente. O índices relativamente baixos de inadimplência apresentados pela empresa se assemelham aos que podem ser encontrados em outras experiências com clientes da mesma faixa de renda segundo Yunus (2000).

É *mister* dizer que os microcréditos estão alicerçados na relação de confiança estabelecida pela empresa fornecedora do crédito como nos apresenta Neri (2011) ao discutir sobre o CrédiAmigo. Uma característica fundamental desse modelo de empréstimo, está no acompanhamento proximal que busca direcionar os valores investidos no intuito de alcançar o sucesso pelo esforço despendido, bem como pela facilidade de pagamento por se tratarem de valores menores e proporcionais às condições e perfil de cada cliente, além das taxas mais convidativas e menos

¹⁹ <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>.

²⁰ <https://www.ibge.gov.br/>.

²¹ Dados disponíveis em <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2022/Mapa-da-inadimplencia-Janeiro.pdf>.

²² Dados disponíveis em <https://investnews.com.br/financas/inadimplencia-no-brasil-2023/>.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO burocratização como nos aponta Vasconcelos (2022). De outra forma, é possível perceber que os valores éticos dos clientes dessa faixa de renda, unidos à concessão acompanhada da equipe do CEAPE, por exemplo, apresentam-se como elementos fundamentais para a manutenção dos baixos índices de insucesso no retorno e retroalimentação dos empréstimos.

O CEAPE de Feira de Santana possui como zona de atuação em toda a cidade e sua região circunvizinha, atendendo os mais diferentes tipos de atividades tais como: salões de beleza, bares, mercearia, comércio de confecções dentre outros. Na cidade de Feira de Santana, *lócus* desta pesquisa, a empresa possui mais de 800 clientes com um crédito médio que gira ao redor de pouco mais de 3.000,00 reais. Na distribuição por localidades atendidas segundo dados da própria empresa, apresenta-se expressos nos bairros, por exemplo, como Cidade Nova 26 clientes, Parque Ipê 18, Centro 41, Tomba 44. Segundo o Anuário Estatístico 2012²³, este bairro apresentava uma população de mais de 55 mil habitantes e um comércio variado de produtos e serviços sendo ele em si, um centro comercial na periferia da cidade.

O CEAPE possui alguns serviços direcionados para atender as mais diversas necessidades tais como: o capital de giro individual destinado, o crédito para capital de giro para grupo solidário, ambos necessitando que os empreendedores e empreendedoras possuam um negócio com funcionamento de seis meses. A empresa aponta como benefícios desses serviços a possibilidade de uso do recurso para a comprar mercadorias e matérias-primas à vista, obtendo descontos junto aos fornecedores; renovar e diversificar os estoques suprindo as necessidades dos seus clientes; reforçar o valor do caixa, bem como estabilizar as contas além de outros benéficos²⁴ tais como a orientação técnica e consultoria gratuita para o negócio ao qual se destina o empréstimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre o empreendedorismo e o microcrédito, podemos interpretar

²³ Disponível em WWW.gov.br

²⁴ Informações contidas no site oficial do CEAPE – Ba, disponível no site oficial <http://ceapeba.org.br/>

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO as interconexões entre fatores econômicos e sociais, desmistificar mitos tais como os que indicam altos índices de inadimplência e de baixo sucesso, bem como descobrir estratégias mais eficazes para promover o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Dessa forma, esse estudo não apenas buscou alargar o conhecimento acadêmico, mas também analisar um exemplo de uma ONG que vem impactando para o alavancamento de soluções práticas para criar um impacto positivo real nas vidas das pessoas e nas comunidades do seu entorno.

É percebido também com base nos dados que o empreendedorismo, por sua vez, não é apenas um meio de subsistência, mas uma força motriz capaz de gerar uma condição mais favorável, promover a autonomia e criar um ciclo virtuoso de crescimento econômico, utilizando-se do potencial de cada um. O trabalho que o CEAPE vem desenvolvendo mobiliza esforços para a adequação do capital disponível com uma variedade e modalidades de microcréditos que abrangem o público de baixa renda.

Ao capacitar os indivíduos a saírem da pobreza, entregam condições possíveis às comunidades, para criarem laços econômicos e sociais mais sólidos, contribuindo para o desenvolvimento e cumprindo com o seu propósito.

Portanto, é fundamental que novos olhares sejam lançados sobre o estudo do microcrédito e do empreendedorismo no contexto social, não apenas para expandir o conhecimento acadêmico, mas também para entender possíveis projetos e políticas públicas, bem como de práticas empresariais que impulsionem o progresso social local.

REFERÊNCIAS.

AGHION, P., YUNUS, M. **Microcréditos y pobreza: teoría y evidencia empírica**. Barcelona: Centre d'Estudis Antoni de Capmany. (2005).

BARONE, F. M.; et.al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidário, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**, (2018). Disponível em <http://www.trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/seguranca-no-trabalho/dados-e-estatisticas>. Acessado em 31/10/2023.

CARVALHO, Raimundo Nonato. **Empreendedorismo: importância econômica e social**. 2013. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/academico/empreendedorismo->

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
importanciaeconomica-e-social/74380/. Acesso em 13/10/2023.

CORSINI, José Nélio Monteiro. **Fatores que impulsionam a recuperação de microcréditos em organizações, sem fins lucrativos, especializadas na promoção de microfinanciamentos.** (Monografia) Curso de Especialização em Contabilidade Decisória, promovido pelo Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana. 1999.

Instituto Banco Palmas. **Bancos Comunitários no Brasil.** Disponível em <http://www.bancopalmas.org.br/bancos-comunitarios/> (2019). Acessado em 30/10/2023.

LIMA, Mario Bruno do Nascimento; et ali. O impacto do microcrédito e sua função social – saúde financeira do trabalhador. **Brazilian Journals of Business.** Curitiba, v. 3, n. 5, p. 3874-3886, out./dez.. 2021.

MBALLA, Louis Valentin. Desarrollo local y microfinanzas como estrategias de atención a las necesidades sociales: un acercamiento teórico conceptual. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, v. 62, n.229, p. 101-127, abr. 2017

NERI, M. C. **Crediamigo**: um programa inovador de microcrédito. In Souza, P. H. G., & Santos, M. E. M. (Orgs.), **Programas de transferência de renda no Brasil e o Ceará Brasília**: IPEA, 2011. pp. 133-148.

VASCONCELOS, Lindson Douglas de Sousa; LIMA, Luis de Sousa Junior. O microcrédito no Brasil e o seu papel no desenvolvimento dos pequenos negócios. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v.8.n.01.jan. 2022.

WEBER, K. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. 1. ed. Paulo: Ática, 2008.

WILIANS, Anne. **Empreendedorismo Social Feminino.** Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786558100751. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558100751/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

YUNUS, Muhammad, **O Banqueiro dos Pobres.** 1a Edição. São Paulo: Editora Ática. 2000.

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TEA – TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: SERÁ QUE É POSSÍVEL?

Dr. Levi Menezes Varjão

lmvarjao@uol.com.br

Professor e coordenador Pedagógico SEC

Professor e Reitor da Faculdade Brasileira de Teologia

RESUMO

O ambiente escolar se fundamenta como relevante espaço para o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas de crianças, abrangendo aquelas com TEA - Transtorno do Espectro Autista. Convivendo de perto com um menino que hoje tem 3 anos de idade com TEA, acompanho o seu desenvolvimento desde 6 meses de idade. Nesse ano, os pais decidiram, com o apoio da terapeuta que já poderia ser o momento de ele começar a frequentar a escola. Para tanto a mãe foi orientada, pela terapeuta que a criança tem direito à inclusão escolar, e até poderia exigir do poder público esse direito. Mas, nada é assim tão fácil. Nesta conjuntura, este artigo buscou analisar como ocorre na prática da inclusão de uma criança com TEA na escola pública, uma criança que nunca antes frequentou uma escola. Será que de fato essa inclusão ocorre? Nesse caso a criança já frequenta uma terapia particular, o que fez com que ela melhorasse o convívio dela em casa, socialmente, e em sociedade. Para que exista de fato a inclusão escolar é necessário o envolvimento da escola, comunidade e família para atender as necessidades e garantir o acesso/permanência da criança com TEA. Sendo necessário para tanto de adaptações no currículo com vistas à sua autonomia, a superação dos seus déficits sociais, para que novos conhecimentos e comportamentos sejam desenvolvidos no aluno. Estudar e entender o TEA e a inclusão contribuindo assim para a ampliação do conhecimento na área, imprescindível a formação de profissionais da educação básica numa perspectiva da inclusão escolar. Confirma-se com isso, a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, e possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Palavras-chave: TEA; inclusão escolar; comportamentos; habilidades.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais-NEE e ou com deficiência é um processo que segue ganhando notoriedade nos últimos anos. Neste cenário, um recorte temático que tem despertado debates é a inclusão escolar de alunos autistas, pois na lógica inclusivista, tem-se o objetivo de incluir crianças e adolescentes no âmbito escolar independente do seu grau de desenvolvimento e necessidade de suporte.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ressalta-se que a educação inclusiva para crianças com TEA- Transtorno do espectro autista deve ser realizada nas escolas regulares, embora nem sempre isso seja de fato realizado em todas as escolas, principalmente em instituições particulares, conforme relatos que obtemos de diversos familiares de crianças na condição do TEA.

De tal modo, verificamos uma indagação acadêmica que norteou a investidura na edificação de um estudo científico: Qual perspectiva tem sido anunciada pelas publicações científicas, dos cinco anos (2019) quanto ao processo de inclusão de crianças com TEA?

O objetivo da inclusão escolar da criança é proporcionar condições acadêmicas para que ela possa conviver com outras crianças sem preconceito na sala de aula. Diante de tal assertiva, é que este artigo faz uma análise da inclusão de crianças autistas na educação escolar na região da Amazônia.

Para tanto foram nossos objetivos: refletir sobre aspectos como: inclusão educacional de alunos com TEA, tecendo ponderação sobre as considerações sobre O TEA e da forma como essa inclusão pode ser feita nas escolas, á luz das releituras de textos publicados em periódicos científicos entre os anos de 2019 aos dias atuais.

Em relação aos aspectos metodológicos, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa, considerando que tal perspectiva foi a mais adequada para tratar o objeto de estudo. O tipo de pesquisa se direcionou aos estudos bibliográficos. A pesquisa foi do tipo do estado do conhecimento, sendo um estudo exploratório inicial, por se tratar de uma investigação inicial através da leitura de periódicos científicos, sobretudo tendo como recorte os circulantes em meio eletrônico, posto que atravessamos o período da pandemia e assim, houve, de certo modo, uma maior evidências para as revista eletrônicas a exemplo da Revista ELITE, a qual tem publicado artigos e reflexões acerca da inclusão, datando seus números exatamentos entre os anos de 2019 (data do número inaugural) aos dias contemporaneos.

Dialogamos com autores como: Cavaco (2015), Czermainski (2012), Santos (2011), Silva (2009), Carvalho (2023), entre outros. Serão considerados documentos, resoluções referentes a fontes como: sites do Ministério da Saúde, Educação e demais documentos técnicos.

A partir do estudo efetivado, pudemos constatar que as escolas ainda não

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO conseguiram implementar políticas públicas de inclusão que se voltem para a inclusão de crianças com TEA, levando em conta a falta de experiência, da maioria dos profissionais para atuar junto e diretamente com crianças com TEA.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEA

A palavra autismo tem sua origem do grego que quer dizer, auto que significa “de si mesmo”. E foi utilizada pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, que tentava referir-se a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. (Cunha, 2012, p.20).

O Transtorno do Espectro do Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as pessoas de diferentes formas na área da socialização, comunicação e comportamento (Dra. Fabiele Russo, 2019).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), existem mais de 70 milhões de pessoas no mundo que apresentam o TEA, que apresenta como características principais a dificuldade de promover uma interação social, dificuldade com linguagem e um comportamento repetitivo. O autismo se apresenta mais em pessoas do gênero masculino (sendo 4 meninos autistas para cada menina), e as suas causas, até a atualidade, em si não são bem determinadas.

Pesquisas sugerem que são muitos os fatores podem tornar uma criança mais propensa a desenvolver um quadro de TEA, sendo que os mais evidentes têm relação com os fatores genéticos e até mesmo ambientais. De acordo com estudiosos neste tema, a palavra espectro se refere ao fato de envolver situações que podem variar diante da intensidade dos sintomas, existindo, contudo, uma graduação que vai desde mais leve até um quadro mais grave. São muitos os casos de autismo que não dependem da utilização medicamentosa, no entanto, é comumente indicado que exista indispensavelmente um acompanhamento terapêutico com psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos entre outros profissionais. O tratamento deve ocorrer de forma regular – consultas regulares à um neuropediatra ou psiquiatra infantil também pode ser indicado.

Para muitas famílias, existe uma ausência de informações sobre o autismo, e esse fato ainda traz muitos impasses que dificultam na maneira de encarar essa realidade, pois, essa condição pode levar à dificuldade no que se refere à socialização da criança. E isso leva muitos pais a terem dificuldade na interação com

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
outras crianças e com a sociedade, porque ainda existe uma grande incompreensão
das crianças e das outras pessoas.

No geral, a leitura que se faz de pessoas que apresentam TEA é que existe uma falta de capacidade de brincar (não sabem), falta de empatia, são chatas, repetitivas e outros aspectos negativos. Tudo isso acaba gerando uma reação negativa em ambientes coletivos, como nas escolas, por exemplo, onde a criança com autismo acaba sendo coagida e até mesmo destrutada. Para a Dra Fabiele Russo, (2019, p.26),

O Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as pessoas de diferentes formas na área da sociabilização, comunicação e comportamento, mas se a intervenção terapêutica é realizada de maneira correta e responsável, é possível desenvolver as habilidades sociais e capacidade de aprendizagem, garantindo uma melhor qualidade de vida para os autistas e seus familiares.

Observa-se que o comportamento da criança pode prejudicar no seu desenvolvimento, e também interferir no meio social onde se encontram. O autista exibe muitas repetições de movimentos, vivem no mundo imaginário, e expressam comportamentos obsessivos no cotidiano. Ressalta-se também, que algumas crianças apresentam muita dificuldade de aprender, uma vez que não tem atenção necessária para o seu melhor desenvolvimento.

Para que a aprendizagem seja de fato concretizada, é necessário estimular a comunicação e a interação, pois para uma criança autista a maior dificuldade é a falta de concentração. O desenvolvimento de aprendizagem do indivíduo autista tende-se a ser de uma forma lenta e repetitiva. Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o autismo é:

Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, é três vezes maior, se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (Mantoan, 1997, p.13).

Até a atualidade não existe cura para o autismo, mas ele tem tratamento; para que isso ocorra é necessário que a criança seja acompanhada de diversos profissionais, com uma avaliação interdisciplinar realizada com a participação de médicos neurologista, psicólogos, pedagogos, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, professores a família também precisa ser ouvida para que seja feita uma avaliação e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diagnóstico geral. E o laudo médico só poderá ser concedido após observação e escuta da equipe interdisciplinar.

Os indivíduos que apresentam os indivíduos com TEA é protegido com a lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, que concede às pessoas com autismo todos os direitos destinados às pessoas portadoras de deficiência. Tais direitos incluem aspectos como, educação profissionalizante e ainda o direito à inserção no mercado de trabalho e atendimento prioritário.

No ano de 2015, foi publicada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que também é conhecida pela sigla LBI (Lei número 13.146/2015), da qual destacamos excertos quanto a pessoa com TEA:

- Inclusão escolar: a criança com autismo tem direito de ingressar e permanecer em uma escola regular. A instituição de ensino não pode se recusar a realizar a matrícula da criança autista e nem pode cobrar qualquer valor a mais por isso. Além disso, o aluno autista precisa ter um acompanhamento profissional, adaptações de espaço e nos materiais didáticos para que seu ensino seja efetivo, caso seja necessário. Atendimento prioritário: a pessoa com autismo tem prioridade no atendimento, ou seja, o direito de ter um atendimento imediato e diferenciado das demais pessoas em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
- Mercado de trabalho: o autista tem a possibilidade de participar do programa de aprendizagem para a pessoa com deficiência, a partir dos 14 anos. E não é necessário preencher requisito relativo a grau de escolaridade. Ele pode ser contratado como jovem aprendiz.
- Isenção de Impostos para a Aquisição de Veículos: quem tem autismo pode adquirir veículos com isenção de impostos. Por isso, o valor do automóvel acaba saindo com mais desconto. Uma questão importante aqui é que o autista não precisa necessariamente ser o condutor, mas deve indicar três condutores habilitados.
- Transportes: os autistas carentes, assim como suas famílias, também têm direito ao transporte gratuito em ônibus, barco ou trem. Em relação ao transporte aéreo, o acompanhante do autista tem um desconto de 80% do valor da passagem.
- Saúde: o autista tem direito a atenção integral à saúde por intermédio do Sistema Único de Saúde, o SUS, com atendimento universal e gratuito. Os autistas também têm direito aos medicamentos, à nutrição adequada e de informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.
- Direito a prestação continuada: a pessoa com autismo tem o direito de um salário mínimo, desde que comprove que ele, ou a família, não tem condições financeiras para se sustentar.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Apesar de todo o aparato legal e dos avanços na identificação, o discurso da inclusão dos autistas ainda gera desconfianças, incertezas e inseguranças na percepção das famílias.

O TEA sempre é visto como uma situação nova para cada família, que tem um filho diagnosticado, ou que apresenta características do autismo. Essa condição gera resistências dos familiares em manter a inclusão do filho autista, desmotivados pelo preconceito e despreparo da escola ao incluir esses alunos, como também dificuldades e desafios na busca por uma escola, que garanta os: “[...] direitos do filho enquanto pessoa em desenvolvimento e com necessidades a serem consideradas e atendidas” (Minatel; Matsukura, 2015, p.435).

São histórias semelhantes de lutas e sacrifícios, que começam em casa com a família e entram em conflitos, quando a criança se integra à sociedade, sendo a escola o primeiro lugar. Segundo Minatel e Matsukura (2015, p.431), dentre “os contextos de desenvolvimento que marcam a vida da pessoa com autismo, a escola é um espaço que se destaca, tanto para eles como para seus familiares”.

INCLUSÃO – ASPECTOS GERAIS

A Inclusão não significa promover a adequação ou a normatização seguindo para isso as características de uma maioria, mas, é a possibilidade de fazer parte, conviver e não se igualar, de uma minoria.

No âmbito da educação brasileira, a inclusão representa uma situação que não prevê a existência de salas e esquemas de atendimento especial para os deficientes. Eles passam a frequentar as salas de aulas regulares, e participam, de acordo com suas capacidades e habilidades, das atividades propostas pelos professores. Incluir uma criança com necessidades especiais na escola regular significa proporcionar aos alunos a possibilidade de aprender a conviver com a diversidade, sem, contudo, anulá-la. Isso porque, não é possível apagar as diferenças, principalmente no que se refere ao aprendizado.

Desfazer antigos paradigmas é intuito da Educação Inclusiva, tais modelos que sempre existiram na sociedade e que por muitos anos não buscou transformações, mas, no decorrer dos tempos, uma visão inovadora, surge buscando atender as necessidades de todos os indivíduos para que possam aprender mesmo com as suas singularidades, independente das suas diferenças

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO que os determinam, com o objetivo de conquistar um aprendizado satisfatório, que contemple suas necessidades e o seu desenvolvimento individual.

Com esse intuito é que hoje a educação inclusiva já é uma realidade, e quando se fala sobre a inclusão, está remete às pessoas com deficiência, como observa Carvalho (2011, p. 27):

Parece que já está condicionada a ideia de que a inclusão é para os alunos da educação especial passarem das classes e escolas especiais para as turmas do ensino regular. Esse argumento é tão forte que mal permite discutir outra modalidade de exclusão: as do que nunca tiveram acesso às escolas, sejam alunos com ou sem deficiência e que precisam nelas ingressar, ficar e aprender (Carvalho, 2011, p.27).

No entanto, para esta inclusão ocorra de fato, é preciso um olhar mais atento para as práticas pedagógicas implementadas, partindo do conceito de que todos os indivíduos estão aptos para aprender independente das suas necessidades, desde que, para isso sejam oferecidas condições favoráveis para seu o aprendizado.

Para que isso ocorra, é necessário, novas diretrizes em prol da Educação Inclusiva, uma vez que as leis em vigor garantem que todas as crianças sejam matriculadas na educação básica, no entanto, as escolas em sua grande maioria não estão preparadas para receber esses alunos, e oferecem a eles um ensino que muitas vezes não contentam as necessidades dos educandos.

Neste aspecto, o Ministério da Educação está consciente e reconhece que a inclusão não se refere apenas á matrícula desses alunos nas escolas, mas, à mudanças significativa que contemple as necessidades educativas especiais no ensino regular, não desconhecendo as suas necessidades peculiares, mas provendo professores e escolas com a atenção necessária para que possa exercer sua prática pedagógica (Brasil, 1998).

Deste modo, a escola necessita estar organizada e bem planejada para que as suas atividades tenham como objetivo principal receber as variadas formas de aprendizagem, para todos os indivíduos que têm os direitos à educação oferecendo assim um ensino proveitoso.

Os objetivos da educação especial são: desenvolvimento global das potencialidades dos alunos; incentivo à autonomia. cooperação, espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades educativas especiais; preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social cultural, dos desportos, das

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
artes e do trabalho; frequência à escola em todo o fluxo de escolarização respeitados os ritmos próprios dos alunos; atendimento educacional adequado às necessidades especiais do aluno, no que se refere a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciados, ambiente emocional e social da escola favorável à integração social dos alunos, pessoal devidamente motivado e qualificado; avaliação permanente, com ênfase no aspecto pedagógico. considerando o educando em seu contexto biopsicossocial, visando a identificação de suas possibilidades de desenvolvimento; desenvolvimento de programas voltados à preparação para o trabalho.

A Secretaria de Educação Especial do MEC entende que a Educação Especial não é uma modalidade de educação direcionada para um sistema paralelo. Ela deve ser vista como um sistema contínuo de ajuda e recursos específicos ao serviço da escola comum. Podendo ser oferecida tanto em classes ou escolas especiais quanto em salas de ensino regular.

Na atualidade, busca-se, na medida do possível, integrar alunos com necessidades educacionais especiais, em escola regular, para tanto, oferece-lhes apoio pedagógico que julguem necessário.

De forma progressiva as escolas especiais devem evoluir para centros de recursos da comunidade, abrigando como alunos aqueles que demonstrem problemas mais graves em relação a sua deficiência.

A educação inclusiva é entendida como um processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os graus, desde a pré-escola ao terceiro grau. Esse tipo de educação apresenta como características, um direcionamento para a comunidade - Na escola inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as pessoas portadoras de necessidades especiais e de distúrbio têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Vanguarda - Uma escola inclusiva é uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

O objetivo maior da inclusão é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte. Altos padrões - Há em relação às escolas inclusivas altas expectativas de desempenho por parte de todas as crianças envolvidas. O objetivo é fazer com que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança. Colaboração e cooperação - Há um privilegiamento das relações sociais entre todos os participantes da escola, tendo em vista a criação de uma rede de autoajuda. Mudando papéis e responsabilidades - A escola inclusiva muda os papéis tradicionais dos professores e da equipe técnica da escola. Os professores tornam-se mais próximos dos alunos, na captação das suas maiores dificuldades. O suporte aos professores da classe comum é essencial para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

Partindo de tais características, a inclusão escolar busca assim favorecer a integração dos portadores de necessidades especiais à sociedade, expandindo o atendimento na rede regular governamental de ensino, com ingresso em turmas do ensino regular, com apoio ao sistema de ensino regular para criar as condições de integração, conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno de educação especial em escolas da rede regular de ensino, integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aulas do ensino regular e os que atendem em salas do ensino especial, integração das equipes de planejamento da educação comum com os de educação especial, em todas as instâncias administrativas e pedagógicas do sistema educativo além de desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação saúde e trabalho.

Com isso, o intuito da escola inclusiva é pensar uma sociedade para todos, respeitando a diversidade da raça humana, e buscando atender às necessidades das maiorias e minorias. Não se trata de criar uma estrutura especial para o atendimento de quaisquer educandos, mas buscar fazer com que a estrutura educacional que já existe se torne eficiente para que possa atender a todos nos seus diferentes níveis de ensino.

Existe a necessidade de se repensar o processo de integração social, que não tem ultrapassado os limites do muro da escola, criando estratégias e mobilizando discussões no sentido de viabilizar um processo real de inclusão social (SEED, 1997, p.9).

Os preceitos constitucionais determinam que o direito à educação das pessoas portadoras de deficiência deverá ser garantido pelo Estado através de um "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO preferencialmente na rede regular de ensino" (artigo 208, Inciso 111 da Constituição Federal).

Esses direitos já são contemplados nas principais leis brasileiras, mas eles precisam ser assegurados na prática, através de medidas mais concretas.

A educação inclusiva tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da educação que busca beneficiar todos os alunos. Buscando desse modo, atender às necessidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, com um direcionamento para pessoas ou grupos de pessoas que estão excluídas da efetivação do direito à educação e que estão fora da escola ou que enfrentam barreiras que não o deixam participar dos processos de aprendizagem escolar.

A organização do sistema educacional orientada dentro dos princípios da educação inclusiva possibilita quebrar o ciclo de exclusão, desafiando preconceitos, dando visibilidade às pessoas com deficiência e oportunidade para que essas construam o seu próprio futuro. Ao compreender que todas as crianças devem estar com suas famílias e em suas comunidades, a política de inclusão afirmar os direitos humanos e fortalece a participação superando os preconceitos que ainda persistem dentro da sociedade.

A transformação dos sistemas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais significa uma mudança na gestão da educação que possibilita o acesso às classes comuns do Ensino Regular. Significa também a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado que propicia a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo. Desse modo, atua com a previsão de ações de ampliação do acesso à Educação Infantil, ao desenvolvimento de programas para a formação de professores e a educação arquitetônica dos prédios escolares para a acessibilidade assim dos portadores de deficiências.

O movimento em defesa da Educação Inclusiva trouxe uma discussão sobre a finalidade da Educação Especial, onde induz em seu contexto a necessidade de uma especialização. A diversificação de diferentes tipos de deficiências começou a ser colocada em segundo plano na definição geral de pessoas com necessidades educacionais especiais (Ferreira; Glat, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto no decorrer deste artigo, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado pela alteração da capacidade de socialização e comunicação contribuindo para a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. Dessa forma, identificou-se que na escola Pequeno Príncipe os professores em meio a tantas dificuldades buscam estratégias metodológicas que contribuam com à aprendizagem das crianças autistas. O contato direto com os outros alunos ditos “normais” contribui segundo os pesquisados na construção da linguagem, relações sociais e no seu próprio desenvolvimento.

Na Atualidade o autismo, é considerado como uma deficiência que desafia no delineamento de uma gestão escolar e de práticas pedagógicas que considerem suas possibilidades e a especificidade de sua forma de aprender.

Nesse sentido, alunos diagnosticados com autismo podem e devem ser inseridos em escolas regulares, pois estudos e pesquisas realizadas por estudiosos neste assunto comprovam que essas crianças têm todas as possibilidades de aprender e se desenvolver de forma significativa.

Hoje, o aluno com autismo, já pode ser visto como um indivíduo, pois, sua inclusão nas escolas regulares vem sendo observada com mais constância, o que representa ganho para todos, que compartilham esse ambiente educativo.

No entanto, o essencial é acreditar que a criança tem potencial para aprender e cabe aos pais e profissionais envolvidos e engajados, nesse processo, enfrentar os desafios, trazendo possibilidades, buscando novos métodos e técnicas para contribuir, da melhor forma possível, no processo de aprendizagem e de desenvolvimento dessas crianças.

Essa inclusão já está acontecendo em todas as partes do país, e na região amazônica essa prática não deve ser diferente, a inclusão de autistas deve ser buscada e concretizada com a ajuda todos, educadoras, corpo docente e principalmente da família, que deve estar ao lado da escola para que o desenvolvimento da criança autista seja feito de forma correta e assertiva.

REFERÊNCIAS

ASPERGER. In: Psicologia.pt - **O Portal dos Psicólogos**. [Em linha]. 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0140.pdf>. Acesso: 07 de maio de 2023.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia – Secretaria da Educação. **Resolução CEE nº79 de 15 de setembro de 2009**. Disponível em: [Resolução CEE Nº 79.2009 - Homologação \(mec.gov.br\)](#)

BRASIL. **Lei Nº 12.764**, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012, 2012. Disponível em:. Acessado em: 07 mai. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 28/fevereiro/2020

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/Consed/Undime, 2017. Disponível em: [Base Nacional Comum Curricular \(BNCC\) - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#)

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

CARDOSO, J. M. O. de C. **Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas inclusivas na cidade de Serrinha**, Brasil, 2017. Tese (Doutorado) Universal Internacional Tres Fronteras. Programa de Doutorado em Ciências da Educação. Asunción. 420p, 2018.

CARVALHO, Maria Cezarela Oliveira; CARDOSO, Jusceli Maria O. de C. **Projeto de Extensão Interdepartamental: Educação Inclusiva, Fundamentos, Práticas e Vivências no AEE**. Projeto de extensão, SPGU, UNEB, Bahia, 2023.

CARVALHO, R.E. A incorporação das tecnologias na educação especial para a construção do conhecimento. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. **Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil**, Campinas, p. 57-84. 2001.

CAVACO, N.A. **Autismo: Uma perspectiva Neuropsicológica**. VER.OMNIA, v.3, p.21-31, 2015. Disponível em [http://omnia.grei.pt/n03/\[3\]20cavaco.pdf](http://omnia.grei.pt/n03/[3]20cavaco.pdf). Acessado

CUNHA, E. **Autismo e inclusão escolar: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 8.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CUNHA, Eugênio, **Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na
escola e na família.** 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2012.

CZERMAINSKI, Fernanda Rasch. **Avaliação neuropsicológica das funções
executivas no transtorno do espectro do autismo.** Porto Alegre: RS, 2012. 54p.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/63201#:~:text=Resumo%20Essa%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20teve%20como%20objetivo%20investigar%20as,2011%2Cem: 07 de maio de 2023.>

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno
com necessidades especiais no contexto da municipalização.** In: Souza, D. B. &
Faria, L. C. M. (Orgs.) Descentralização, municipalização e financiamento da
Educação no Brasil pós -LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCIA, P.M.; MOSQUERA, F.F. Causas neurológicas do autismo. **Rev.
OMosaico.** v. 5. P. 106-10. 2011.

LEON, V.C. **Práticas baseadas em experiência para aplicação de TEACH nos
Transtornos do Espectro do Autismo.** São Paulo: Memnon, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para
uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5
/[American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento... et
al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados
eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MINATEL, M.M.; MATSUKURA, T.S. **Familiares de crianças e adolescentes com
autismo: percepções do contexto escolar.** Rev. Educ. Especial, v.28, n.52, p.429-
442, 2015

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um
processosócio – histórico.** São Paulo: Scipione, 2006.

PEREIRA, Cíntia Bonfante. **Linguagem, Funções Executivas e Teoria da
Linguagem no Autismo sem déficit intelectual:** estudo de caso. Porto Alegre,
2012

RUSO, Fabiele Dra. **Manual sobre autismo.** NEUROCONNECTA. Acesso:
28/02/2020. WWW.neuroconnecta.com.br.

SANTOS, Jose Ivanildo F. dos. **Educação Especial: Inclusão escolar da
criança autista.** São Paulo, All Print, 2011.

SANTOS, Neide Pereira. **O desenvolvimento intelectual da criança com autismo
e o método.** TEACCH. 2013.

SILVA, M; Mulick, J.A. **Diagnosticando o transtorno autista:** aspectos
fundamentais e considerações práticas. Psicol. Cienc. Prof.v.29, n.1, p.116-121,
2009.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

SILVA, Marília Marluce da; NUNES, Cícera Alves; SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. **A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades.** Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 151-163. ISSN: 1981-1179.

TCHUMAN, Roberto, Rapin, Isabelle. **Autismo abordagem neurológica.** PortoAlegre: Editora Artmed, 2009.

VILA, Carlos; DIOGO,Sandra; SEQUEIRA, Sara. AUTISMO E SÍNDROME DE

**GESTÃO ESCOLAR: INTERSEÇÕES ENTRE FUNDAMENTOS, AÇÃO
PROFISSIONAL E CONTEXTO PANDÊMICO NO MUNICÍPIO DE NOVA
SOURE-BA NO ANO LETIVO DE 2020**

Caroline Biscardi de Araújo

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
biscardecaroline@gmail.com

Selma Barros Daltro de Castro

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
scastro@uneb.br

RESUMO

O trabalho desenvolvido nas escolas foi duramente impactado pela pandemia da COVID-19 em 2020 e trouxe implicações também para a gestão escolar. Sendo assim, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: como se deu a atuação do gestor escolar nas escolas municipais de Nova Soure-Ba no ano letivo de 2020 frente ao cenário da pandemia da Covid-19? Objetivo geral é: analisar a atuação do gestor escolar nas escolas municipais de Nova Soure-Ba no ano letivo de 2020 frente ao cenário da pandemia da Covid-19, e como objetivos específicos contextualizar a gestão escolar, a atuação dos profissionais da gestão na pandemia da Covid-19; e identificar desafios e as estratégias profissionais desenvolvidas pelos gestores escolares da educação municipal durante o ano letivo do ano de 2020. Está fundamentado nos estudos de Luck (2006); Libânio (2003). Foi utilizada a abordagem quanti-qualitativa com análise documental e aplicação de formulário online. Os resultados revelaram que as atividades foram desenvolvidas de forma presencial e remota. Algumas dificuldades apresentadas dizem respeito a falta de acesso à rede de internet e equipamentos das famílias. Devido ao distanciamento social foi impedida a realização de algumas ações importantes para a escola.

Palavras-chave: gestão escolar; ação profissional; pandemia da covid-19.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar no Brasil passou por diversas reformulações e transformações ao longo do tempo, porém, foi a partir de 1988 com a implementação da nova Constituição Federal que ficou estabelecido em todos os níveis a Gestão Democrática, que é uma gestão pautada na autonomia e participação coletiva (coordenadores, professores, pais e comunidade externa) nas tomadas de decisões no processo de organização e funcionamento da escola. Sendo assim, a gestão escolar deve buscar através de um coletivo pedagógico, organizar esforços conjuntos para uma transformação e otimização da devida instituição.

Assim, embora enfrente vários desafios, a gestão escolar é considerada um

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dos principais destaques para a educação inovadora, pois, além de ter como função o desenvolvimento de atividades administrativas e financeiras, tem como responsabilidade o desenvolvimento da função pedagógica, ou seja, essas funções caminham juntas dentro das especificidades do cargo de diretor.

O mundo passou por grandes desafios frente ao contexto atual da pandemia da Covid-19²⁵, fenômeno que atingiu negativamente a todos os setores, não sendo diferente no setor educacional, compelindo aos profissionais da área a busca por alternativas e formas de ressignificar as suas decisões e práticas para atender de forma eficaz o processo de ensino e aprendizagem em um cenário em que todos foram “pegos” despreparados.

Este trabalho apresenta um estudo da gestão escolar no cenário da Covid-19, contextualizando a gestão escolar, a forma e decisões tomadas por diretores da rede municipal de Nova Soure-BA no ano letivo de 2020, visto que Libâneo e Toschi (2003, p. 293), afirma que “a organização e gestão da escola correspondem à necessidade de a instituição escolar dispor das condições e dos meios para a realização de seus objetivos específicos”. Dessa forma, a pesquisa busca apresentar as realizações e ações desenvolvidas por esses profissionais de acordo com a realidade atual.

É importante evidenciar que essa temática partiu das experiências de estudos realizados no Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), com a elaboração do Projeto de Extensão intitulado: “Gestão no Mural: Compartilhando Experiências das escolas Públicas do Território do Sisal” no ano de 2021. Além disso, o interesse desse tema surgiu a partir das vivências na educação, contemplando o cenário da pandemia causada pela Covid-19 em que estamos vivenciando, visto que, assim como nas outras áreas, a educacional também sofreu vários impactos, fazendo com que os profissionais da educação, dentre eles, os gestores escolares se reinventem criando novos mecanismos em meio aos vários desafios que a educação já enfrenta para que possa atender ao

²⁵ Os coronavírus (CoV) são uma ampla família de vírus que podem causar uma variedade de condições, do resfriado comum a doenças mais graves, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV). O novo coronavírus (nCoV) é uma nova cepa de coronavírus que havia sido previamente identificada em humanos. Conhecido como 2019-nCoV ou COVID-19, ele só foi detectado após a notificação de um surto em Wuhan, China, em dezembro de 2019

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO processo de ensino e aprendizagem nesse contexto.

Reconhecendo a importância sobre o tema proposto, a pesquisa traz a seguinte questão norteadora: como se deu a atuação da gestora escolar nas escolas municipais de Nova Soure-BA no ano letivo de 2020 frente ao cenário da pandemia da Covid-19?

O objetivo geral deste estudo consistiu em: analisar a atuação da gestora escolar nas escolas municipais de Nova Soure-BA no ano letivo de 2020 frente ao cenário da pandemia da Covid-19. Os objetivos específicos: a) contextualizar a gestão escolar, a atuação dos profissionais da gestão e as suas implicações na pandemia do covid-19; b) caracterizar o perfil profissional da gestora escolar de Nova Soure-BA; c) identificar desafios e as estratégias profissionais desenvolvidas pelas gestoras escolares da educação municipal durante o ano letivo de 2020.

O presente escrito está dividido em 4 (quatro) seccionamentos: fundamentação teórica, trazendo discussões dos seguintes autores: Heloísa Lück (2006), Libânio e Toshi (2003), dentre outros; a metodologia que apresenta o caminho e estratégias metodológicas traçadas para atingir os objetivos da pesquisa; a análise de dados, que busca apresentar os resultados colhidos no campo de pesquisa; e a conclusão que traz a reflexão de tudo que foi visto e problematizado.

FUNDAMENTOS E ATRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR

O contexto histórico e político da gestão escolar no Brasil passou por vários estágios para chegar até então a gestão democrática, que se estabeleceu através das lutas pelos movimentos de resistências em favor da redemocratização do país, e com isto, foi instituído e promulgado através da Constituição Federal de 1988 o princípio da gestão democrática, em todos os âmbitos políticos e sociais do Brasil, sendo assim, um dos princípios também da educação que está amparado pela própria constituição no art.206, inciso VI citando que o ensino precisa ser ministrado considerando a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Além disso, a gestão democrática está amparada pela lei maior da educação, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB/ nº 9.394/1996, sustentada no art.3, inciso VIII. Ainda, no art.14 a lei ampara essa ministração de acordo com a particularidade de cada instituição, desde que tenha a participação da equipe escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP, a participação da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO comunidade escolar e local para os conselhos.

No que diz respeito a gestão no Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), lei de nº13.005/2014, com vinte (20) metas a serem alcançadas até 2024, sendo uma das diretrizes e objetivos a gestão democrática em todo o sentido do ensino educacional, com criação de estratégias, planos de ações e dentre outros, o que fica bem claro em várias metas do PNE, principalmente na décima nona (19ª) que estabelece

assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (PNE, 2014, p. 83).

Sendo assim, a gestão escolar democrática é uma temática que vem sendo muito discutida nas últimas décadas, principalmente depois de sua promulgação, trazendo também como características de destaque os vieses da descentralização e autonomia, e que segundo Menezes e Oliveira (2008, p. 880), "inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos" nas tomadas de decisões da escola.

Neste sentido, o gestor precisa assumir um papel administrativo e pedagógico juntamente com a coordenação e comunidade escolar. Sobre isso, Lück (2006), apresenta quatro dimensões da gestão escolar que tem funções diferentes, porém caminham interligadas e dependem das tomadas de decisões para atingir o objetivo da escola, que é a qualidade no processo de ensino e aprendizagem: Dimensão pedagógica; Dimensão administrativa, Dimensão política; e Dimensão financeira. Assim, essas quatro dimensões precisam caminhar juntas, porque embora cada uma tenha o seu papel, uma influência a outra, e essas dimensões interferem diretamente o ambiente escolar.

As escolas e, por consequência a gestão escolar, sofreram os impactos no final do ano de 2019 do advento que afetou diretamente todos os setores e âmbitos da vida humana em prospecto mundial que foi o surgimento do novo coronavírus (Sars-CoV-2), um vírus que provocou a doença Covid-19 e que se espalhou rapidamente causando uma pandemia mundial.

Neste contexto, as aulas precisaram ser suspensas a partir do mês de março de 2020, visto que o vírus afetou diretamente o convívio humano, ocasionando a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
necessidade automática do distanciamento social, até que uma solução fosse encontrada, pois muitas pessoas estavam morrendo diariamente em função da contaminação deste vírus.

Dessa maneira, para que as consequências não fossem tão arriscadas para os estudantes, os profissionais da educação precisaram ressignificar e reorganizar o trabalho pedagógico, ou seja, o modo de atuar (presencial X distância), como estratégia de ações emergentes.

Seguindo o que foi discutido e como já foi citado anteriormente, essa pesquisa buscou estudar as ações das gestoras escolares no período de pandemia no ano letivo de 2020 no município de Nova Soure-BA e saber quais estratégias foram adotadas para atender a essa nova realidade do ensino remoto. A gestão escolar do município supracitado está amparada nos seguintes documentos: Lei de nº 384 e 385/2010 (Estatuto do Magistério e Plano de Carreira); Regulamento Escolar Unificado; e Lei de nº 449/15(Plano Municipal de Educação-PME). Sendo assim, as ações expostas nos documentos que rege a gestão escolar deste município, precisaram ser desenvolvidas e readaptadas ao contexto atual.

Com isso, a primeira ação do município de Nova Soure-BA, foi:

- A suspensão das aulas presenciais a partir do Decreto Legislativo Nº 6, de 20 de março de 2020, em que foi decretado estado de calamidade e estabelecido em seu art. 2, inciso II, que os trabalhos precisaram ser desenvolvidos a partir do distanciamento social.
- A partir do decreto Legislativo Nº6, de 20 de março de 2020, foi sancionada a lei nº14.040 de 18 de agosto de 2020, que estabeleceu normas a serem adotadas pelo Conselho Nacional de Educação-CNE estabelecendo como o processo educacional precisava ser ministrado neste período.

Assim, o Conselho Nacional de Educação (CNE) precisou estabelecer as diretrizes a partir desta lei para o ano letivo de 2020 fazendo com que, às decisões das escolas fossem ministradas em meio à realidade do contexto enfrentado.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho foi desenvolvido a partir da abordagem quanti-qualitativa por sua relevância no contexto deste estudo, que é a pesquisa qualitativa e quantitativa.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Sendo assim, segundo Prodanov e Freitas (p.69/70, 2013) a abordagem quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” já a qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito”, eles ainda citam, que são duas abordagens que não se desassociam, pois estão interligadas. Assim, é uma abordagem que além de possibilitar aproximação do pesquisador com o objeto a ser estudado, de forma que facilita a identificação e caracterização do sujeito e objeto de estudo, ainda é possível acompanhar estatisticamente os dados. Sendo a pandemia da Covid-19 algo atual/novo, é de suma importância analisar como está persistindo a educação nesse cenário, e por isso, o tipo de pesquisa qualitativa é o ideal, por estar lidando com todo um contexto social.

Acresce ainda que como instrumento de coleta de dados foi utilizado a análise documental, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 157) “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se domina de fontes primárias”, portanto, essa técnica é uma forma de coleta de dados de documentos que traz registro e embasamento de algo “legalizado”, a exemplo, das leis. Assim, os documentos analisados foram: Lei Nº384 dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Nova Soure - Bahia e de outras providências; Lei Complementar N.º 385/2010, de 23 de setembro de 2010 - Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargo, Remuneração e Funções Públicas dos Servidores do Magistério e Apoio à Educação do Município de Nova Soure e dá outras providências; Lei Nº 449/2015 que dispõe do Plano Municipal de Educação de Nova Soure-Ba-PME e Regulamento Escolar Unificado que dispõe da organização e regimento de todo corpo educacional do município.

Além da análise documental houve a necessidade da aplicação de um questionário via Google Forms para o alcance do objetivo proposto e complementação dos resultados da pesquisa. Sobre essa ferramenta, Mota (2019, p. 373) aponta ser “um aplicativo que pode criar formulários, por meio de uma planilha no Google Drive. Tais formulários podem ser questionários de pesquisa elaborados pelo próprio usuário, ou podem ser utilizados os formulários já existentes”. Com isso, esse formulário foi elaborado pela pesquisadora e enviado individualmente via WhatsApp para as 8 diretoras que assumem a direção das 17 escolas municipais (escolas da zona rural e urbana) de Nova Soure-BA, visto que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO cada diretora assume entre duas escolas ou mais.

A pesquisa foi realizada no período de julho de 2021 à dezembro de 2021, momento em que foram recolhidos os documentos a partir da disponibilização da Secretaria Municipal de Educação, esta que foi muito solícita, facilitando o contato com os diretores das escolas municipais para encaminhamento do formulário com o questionário. É importante salientar, que neste questionário além de cada diretor escolher um nome fictício para preservar suas identidades, foram elaboradas perguntas envolvendo tudo que correspondem aos objetivos específicos desse estudo, desde a caracterização das gestoras e os desafios enfrentados nesse período de pandemia no ano de 2020 por esses profissionais, sendo dividido em 7 (sete) categorias: caracterização pessoal; carreira profissional; organização da escola; formação; forma de provimento; atribuições; e práticas da gestão na Pandemia da Covid-19.

ANÁLISE DOS DADOS: ASPECTOS DO TRABALHO DO(A) GESTOR(A) ESCOLAR NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NO ANO LETIVO DE 2020

O formulário foi respondido pelos 8 (oito) diretores pertencentes a rede municipal e constatou que 6 (seis) são mulheres e 2 (dois) homens, ou seja, 75% dos diretores das escolas municipais de Nova Soure são mulheres. Em relação a formação profissional destas diretoras, a maioria (37,5%) tem em média entre 15 a 20 anos de experiência na docência; 25% de 10 a 15 anos; 12,5% tem de 25 a 30 anos; 12,5% de 1 a 5 anos; e 12,5% até 1 ano. Assim, pelo tempo, é um grupo de professoras com bastante experiência, o que significa que conhece bem a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem e o universo escolar. Referente ao tempo de função como diretora, a maioria 5 (62,5%) das diretoras executa essa função há mais de um ano até cinco anos; 2 (25%) mais de 30 anos; e 1 (12,5%) mais de 20 anos. Além disso, o 6 (75%) diretoras são concursadas na rede de educação efetivos; 12,5%/1 diretora atua na educação através da Consolidação das leis trabalhistas - CLT e 12,5%/1 é contratação temporária. Além disso, é importante salientar que todas as diretoras dessa rede assumiram/assumem ao cargo de diretora escolar através de indicação, o que contradiz ao que está posto tanto no regulamento escolar unificado, quanto no regimento da Lei Nº 384 e 385/2010, que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO trazem em seus parágrafos e incisos, que a implementação da gestão escolar precisa ser de forma democrática, sendo que essa forma de provimento não é uma característica da gestão democrática, característica esta regulamentada nos regimentos escolar das escolas do município.

No entanto, no Plano Municipal de Educação-PME/ 2015-2025, há uma discussão abordando que uma das principais necessidades de metas a serem alcançadas, é a implementação da gestão democrática. Evidenciando que o município é consciente da necessidade de sua adaptação previsto nas legislações educacionais Nacional.

Em relação à organização, existem 17 escolas municipais e 8 diretoras, na qual, 2 dessas escolas a gestão é compartilhada com a polícia militar (gráfico 09), que segundo Mendonça (2020), são duas vertentes com responsabilidades iguais e sem hierarquização entre a gestão Militar e a gestão pedagógica, submetidas à Gestão de Estratégia.

Além disso, essas escolas estão localizadas entre zona rural e zona urbana, sendo que 50% dessas escolas estão situadas na zona rural e 50% na zona urbana.

Em relação ao acesso à internet, a maioria tem acesso, porém, 25% das escolas tem somente em parte, ou seja, os 25% sofreram/sofrem impactos para poderem realizarem as suas atividades com mais eficiência neste contexto

Quanto a questão do acesso a equipamentos à disposição da gestão para desenvolver suas atividades, 50% tem e os outros 50% possuem somente em parte. Ou seja, outro fator desafiador enfrentado neste período, pois aparelhos tecnológicos e acesso à internet, são as duas principais ferramentas na excursão das atividades neste contexto remoto.

Acerca da formação destas gestoras, 5 possuem graduação de Licenciatura em Pedagogia (uma dessas fez História e outra física); as outras três fizeram licenciaturas em Geografia, Matemática e Letras, sendo uma gestora para cada uma área dessas apresentadas.

Referente as especializações, 5 possuem e 3 não, sendo que desses cinco, 3 possuem especialização em gestão escolar e os demais, em outras áreas, tais como coordenação pedagógica, libras, língua portuguesa, didática e etc.

É importante salientar que no regimento da Lei Nº384 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Nova Soure – Bahia, emite que para concorrer às eleições de diretor ou vice-diretor, uma das condições é que o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO candidato precisa dispor do curso de graduação de licenciatura em pedagogia ou licenciatura em áreas específicas, mas acompanhada de cursos de especialização na área da gestão escolas (Art.75, Parágrafo II)

Sobre as práticas, atribuições e dificuldades da gestão escolar na pandemia da Covid-19 no ano de 2020, os gestores precisaram ressignificar suas práticas a partir do distanciamento social, modificando suas ações para atender ao processo educacional fazendo jus ao que está nos regimentos do município.

Sendo assim, para auxiliar nesse processo de análise, no quadro 01 são abordadas as atribuições que foram retiradas do Regulamento Escolar Unificado do Município de Nova Soure-BA e que as gestoras precisaram desenvolver, e o que ainda vigora atualmente.

Quadro 01: Atribuições retiradas do Regulamento Escolar Unificado do Município de Nova Soure-BA desenvolvidas no ano letivo de 2020.

ATRIBUIÇÕES	Nº DE DIRETORES
I. promover uma política educacional que desenvolva relações intra e interpessoais entre os corpos Docente, Discente e Administrativo;	7
II. cumprir e fazer cumprir as leis educacionais e demais determinações legais das autoridades competentes;	6
III. representar o estabelecimento perante os órgãos do Poder Público;	7
IV. convocar e presidir reuniões dos profissionais de educação, alunos e pais de alunos;	7
V. elaborar, anualmente, a proposta de escala de férias de seus servidores, a ser encaminhada à Secretaria Municipal da Educação;	5
VI. coordenar todo o processo de planejamento do estabelecimento;	5
VII. proceder a programação e distribuição da Carga Horária Curricular;	6
VIII. emitir folhas de frequência dos funcionários;	7
IX. assinar atos e portarias disciplinadoras da administração e funcionamento de cada Unidade Escolar;	5
X. visar os diários de classe e registro de atividades extraclasse;	5
XI. examinar e aprovar, com os demais órgãos, relatórios pelos setores estruturais da unidade de ensino;	4
XII. emitir certificados, atestados e guias de transferência assinando-os conjuntamente com o Secretário Escolar;	6
XIII. zelar pelo patrimônio físico e material da escola do qual é o principal responsável;	7
XIV. adotar decisão de emergência em caos não previstos neste Regimento, dando ciência, posteriormente, às autoridades superiores;	3
XV. decidir quanto a execução das normas gerais, após ouvir os órgãos competentes previstos neste Regimento;	6
XVI. aplicar penalidades disciplinares aos professores, funcionários e alunos das Unidades Escolares, conforme a Legislação vigente e segundo as disposições deste Regimento;	6
XVII. baixar portarias e circulares internas;	4

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

XVIII. analisar, conferir e assinar o inventário anual dos bens patrimoniais e do estoque do material de ensino;	7
XIX. coordenar as atividades conduzindo e executando a política pedagógica e administrativa, seu programa social de acordo com a filosofia educacional e as determinações das atividades do ensino e da atividade mantenedora;	5
XX. interpretar, para uso prático e “per modum actus” todas as determinações contidas no presente Regimento Escolar, bem como tomar medidas de caráter urgente não previstas neste Regimento;	3
XXI. delegar poderes e atribuições no âmbito de sua competência aos diversos setores da escola;	8
XXII. abrir e encerrar matrículas, mediante publicação de ato competente;	6
XXIII. emitir ata de resultados finais;	6
XXIV. coordenar a elaboração, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE – a Proposta Pedagógica da Escola e outros projetos de cunho administrativo, financeiro e pedagógico;	6
XXV. divulgar e assegurar o cumprimento deste Regimento; e	8
XXVI. aplicar as penas disciplinares de advertência verbal e escrita, depois de ouvido o servidor envolvido e o conselho de classe;	7
XXVII. outras emanadas pela legislação e pela entidade mantenedora.	5

Fonte: Quadro produzido a partir das informações retiradas do formulário

Assim, como pode ser acompanhado, embora nem todas as atribuições tenham sido atendidas por todos os diretores no ano letivo de 2020, nenhuma atribuição deixou de ser desenvolvida.

Além das atribuições, várias ações que é função do diretor foram executadas neste período. Das ações: Implementação do PPP, 1 diretor; Reunião de colegiado Escolar, 4 diretores; Reunião com os pais, 6 diretores; Prestação de contas à comunidade, 6 diretores; Reunião com os demais diretores, 8 diretores; Reunião com os professores, 7 diretores; Participação da comunidade escolar, 4 diretores; Busca ativa de estudantes, 6 diretores; Entrega de kit de merenda escolar, 8 diretores; (dados coletados do formulário)

Destas ações, apenas a “reunião com os demais diretores” e “a entrega de kit de merenda escolar” foram atendidas por todos, além disso, outras ações foram executadas por eles, como por exemplo: organização de aulas remotas e eventos para os alunos e colaboradores; visita aos pais ausentes orientando sobre a busca e devolução de atividades dos filhos; entregas de mimos para os alunos; implementação e execução dos projetos Cidadão Mirim e curso de libras.

Atribuições e ações foram desenvolvidas e diante desse contexto, é de suma importância sondar as dificuldades e desafios enfrentados nesse período por estas gestoras e todas as falas tiveram em comum a dificuldade de desenvolver as ações

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO por ser algo totalmente “novo” /desafiador e por demandar, principalmente, de outras estratégias, e isso é afirmado na fala de (Genó, 2021) quando ela cita que “A situação causada pelos impactos da pandemia, impossibilitou a execução de diversas atividades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem.”

Dentre essa realidade de ensino remoto, outras dificuldades foram abordadas por (Irá, 2021) afirmando ter sido “Dialogar com equipe de professores, reunião com famílias, pois alguns não possuem celular, ou têm equipamentos quebrado, acesso à internet caindo, tempo corrido para impressão de módulos” foram alguns dos principais desafios enfrentados nesse período, ela ainda cita como um outro desafio, a dificuldade de os pais acompanharem o processo de aprendizagem dos filhos. Além disso, “A distância dos pais por conta do processo remoto dificultou muito” (BETA, 2021), o processo de desenvolvimento das ações.

Maior parte das ações foram desenvolvidas de forma remota (gráfico 13), porém algumas ações ainda foram desenvolvidas das duas formas (presencial e remota). E não só o gráfico afirma isso, mas como Nicelma (2021) traz em sua fala que:

“A sequência de nossas ações durante o período da pandemia se deu de forma presencial e remoto, a presencial demandou cuidado dobrado na execução, então a dificuldade de realizá-las foi grande, a insegurança e medo atrapalhou um pouco. Mas nos possibilitou buscar novas maneiras de superação para as situações vivenciadas. O impacto foi se deparar com o novo normal!” (Nicelma, 2021)

Vários foram e são os desafios e riscos enfrentados tanto por gestoras, quanto por toda a comunidade escolar, pois elas chegaram a atuar de forma presencial e, além disso, por motivos de distanciamento social, várias foram as barreiras, não apenas por tentar manter o ensino nesse contexto tão difícil, mas por atender várias outras demandas neste período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na gestão escolar, o gestor precisa assumir uma função administrativa e pedagógica juntamente com a coordenação e comunidade escolar, papel esse, muito desafiador e que se tornou mais desafiante na pandemia da Covid-19, pelo fato da necessidade de reinventar e ressignificar as suas ações para seguir o que está posto nos regimentos e principalmente, para atender a um objetivo maior: a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO qualidade no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Em relação ao provimento, embora os regimentos de Nova Soure-BA estabeleçam a Gestão democrática, todos provem da função através de indicação, mas que, no entanto, no PME há uma das metas para essa mudança.

Sobre a forma de contratação dessas profissionais 6 (Seis) são concursadas, ou seja, a maioria, um é contratada através da CLT e outro é contrato temporário. Além disso, embora tenha gestora que ocupe o cargo há mais de 20 (vinte) anos, a maioria exerce essa função de 1(um) a 5 (cinco) anos, acresce também que essas gestoras trabalham assumindo a responsabilidade de pelo menos duas escolas cada um. No que se refere aos desafios enfrentados no ano letivo de 2020 devido ao contexto da pandemia da covid-19, além do processo de se reinventar ao momento atual e de criar estratégias para efetivar as suas ações pelo motivo do distanciamento social, tiveram as demandas oriundas da comunidade escolar. A exemplo do pouco diálogo com a equipe de professores; a falta de equipamentos tecnológicos e conexão ruim de internet; falta de reunião com os pais, pelo fato de a maioria não ter aparelho tecnológico; e também a falta de acompanhamento dos pais em relação às atividades dos filhos.

Salienta-se que mesmo com tantos percalços e riscos enfrentados pelas gestoras escolares, sujeitos desta pesquisa, notou-se que houve muito esforço da parte dessas, para que o processo educacional no município continuasse resistindo.

A conclusão desta pesquisa não acaba aqui, pois há muito o que ser abordado referente a esse objeto de estudo, como por exemplo, o contexto da gestão escolar no município de Nova Soure – BA no pós covid-19; os reflexos da covid-19 na atuação da gestão escolar, dentre outros. Logo, afirma-se ainda sobre a importância e relevância dessa escrita em termos de contribuição para a área, tanto para os pedagogos, quanto para os especialistas da gestão escolar, e especialmente para os profissionais da educação do município de Nova Soure-BA e Território de Identidade do Semiárido Nordeste II.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Silvaneide Santos. CASTRO, Selma Barros Daltro de. **A GESTÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO DO SISAL: O DITO NOS DOCUMENTOS LEGAIS DE SERRINHA E SANTALUZ – BA.** Colegiado de pedagogia da Universidade do Estado da Bahia- *Campus XI*. Ano 2020.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CUNHA, Eudes Oliveira; CUNHA, Maria Couto. **CULTURA DA ESCOLA, GESTÃO
E DESEMPENHO: ANÁLISE EM DUAS ORGANIZAÇÕES ESCOLARES**. Eixo 2 -
Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO
TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020.
Disponível em: Acesso em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> 07 nov.2021.

_____. **Lei de nº 14040.de 18 de agosto de 2020**. Disponível em:
https://www.coronavirus.saude.mg.gov.br/images/legislacoes/19-08_LEI-N14040.pdf

LIBÂNEO, J.C., OLIVEIRA, J.F., TOSCHI, M.S. **Educação escolar**: políticas,
estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**.
Petrópolis, RJ: Vozes,2006. Série: Cadernos de Gestão

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES, Ione Vasques-. **Revisão de literatura**: o
conceito de gestão escolar. Cad. Pesqui. 48 (169) • May-Aug 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/198053145341>. Acesso em: 04 nov.21.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do
trabalho científico** [recurso eletrônico]: – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

O LÚDICO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM: JOGOS E CARTOGRAFIA APLICADOS AO ENSINO DE GEOGRAFIA

Jéssica Jesus de Melo

UNEB

Bruna Mota

UNEB

Poliana Santos

UNEB

RESUMO

Os jogos estão presentes na nossa vida desde a época da infância, contudo após esta etapa da vida esta ferramenta pode ser usada como um importante potencializador do ensino e da aprendizagem, não só com crianças, mas também com jovens e adultos. Este artigo busca destacar uma experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPEs, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI, com estudantes de ensino médio de uma escola pública, onde a proposta do projeto teve como objetivo articular o ensino de Geografia a atividades lúdicas, neste caso o jogo destacando como ele pode ser um potencializador para o processo de ensino aprendizagem

Palavras-chave: jogos; PIBID; geografia; ensino; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito destacar o uso de jogos cartográficos como recurso didático capaz de potencializar o ensino de geografia. Demonstrando como a aplicação dele pode tornar as aulas de geografia mais atrativas e desenvolver uma maior interação e motivação por parte dos alunos. A utilização dos jogos na esfera escolar trata-se de um recurso pedagógico importante para auxiliar no processo de aprendizagem tornando o ensino mais prazeroso e espontâneo.

Com o avanço da tecnologia e o acesso dos jovens cada vez mais recorrente a recursos tecnológicos e digitais, o jogo trata-se de algo que está cada vez mais presente na vida das pessoas. Segundo Rizzi (1997, p. 13) “jogar educa, assim como viver educa: sempre sobra alguma coisa.”

Jogar permite a realização de atividades em grupo, garantindo uma melhor interação entre os estudantes, despertando o senso de competitividade saudável e de responsabilidade. Segundo Fernandes ,2010 “O brincar e o jogar são atos indispensáveis à saúde física, emocional e intelectual e sempre estiveram presentes

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO em qualquer povo desde os mais remotos tempos”. Contudo para a utilização de jogos nos espaços educacionais é importante que o docente possua uma organização prévia e defina quais as finalidades e os objetivos deseja alcançar com a utilização do mesmo para que uma aprendizagem significativa seja alcançada. Para Alvares (2004) os jogos educacionais possuem dupla finalidade de entreter e possibilitar a aquisição de conhecimento.

Assim apresentamos neste trabalho as ações propostas pelo subprojeto do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI, intitulado Cartografia e jogos: ensinar e aprender Geografias com ludicidade vinculado ao IV Ateliê de Educação geográfica. As ações foram realizadas no Colégio Estadual de Barrocas, na cidade de Barrocas, Bahia.

Tendo como público-alvo, alunos do primeiro ano do turno matutino. As Atividades foram desenvolvidas pelas bolsistas IDS PIBID/CAPES, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, estudantes do curso de licenciatura em geografia. Como metodologia buscou-se relacionar as temáticas abordadas em sala de aula com jogos cartográficos, ressaltando assim, como os mesmos podem ser recursos metodológico e didático que contribuem para o trabalho docente e auxiliam no processo de aprendizagem dos conteúdos trabalhados nas aulas de geografia. .

O JOGO NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Com o avanço da tecnologia e acessibilidade, os jovens, cada vez mais, estão conectados ao mundo dos jogos, especialmente os virtuais. Diante desta afirmação cabe ao professor estar atento e investigar essas novas tecnologias e identificar formas de inseri-las no cotidiano escolar. Os jogos pedagógicos são ferramentas que estão ganhando gradativamente mais espaço nas aulas de Geografia, por se tratar de uma inovação metodológica no ensino, uma vez que auxilia no desenvolvimento do aluno além de estimular o raciocínio e a participação do mesmo na atividade lúdica. Como afirma Sawczuk e Moura (2012, p.3)

O uso de jogos favorece a participação ativa dos alunos em atividades escolares, sendo uma ferramenta eficaz no combate ao baixo rendimento escolar e a falta de interesse dos estudantes no processo educativo, levando em conta o seu desempenho com jogos referentes aos conteúdos programados. (Sawczuk; Moura, 2012,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
p.03)

Deste modo deve-se considerar a importância do lúdico no ensino de geografia, como instrumento capaz de facilitar e motivar a aprendizagem, levando em conta os conceitos e os aparatos teóricos e metodológicos da geografia. No processo de ensino aprendizagem o jogo pode desenvolver capacidades e habilidades importantes para o desenvolvimento do aluno, como curiosidade, criatividade, imaginação, interpretação, criticidade tais de suma relevância para a evolução do raciocínio, do interesse e da compreensão dos conteúdos propostos, tornando o ensino mais significativo. Assim pode-se afirmar que

A atividade com jogos rompe com as práticas tradicionais mantidas pelos professores, tirando o aluno da acomodação para a assimilação, dando a oportunidade de aprimorar a sua capacidade cognitiva, construindo um raciocínio lógico, tornando o processo de aprendizagem mais significativo. Com a participação do aluno na confecção do material, a visualização e o contato com o mesmo proporcionarão o desenvolvimento com o trabalho em grupo, a maturidade intelectual, a concentração, o respeito e as noções de espaço geográfico, entendendo o que se passa no mundo, relacionando situações do cotidiano com a realidade. (Sawczuk; Moura, 2012, p. 2)

Apesar de se tratar de um recurso metodológico potencializador para o processo de ensino- aprendizagem, muitos professores ainda apresentam resistência quanto ao uso do lúdico em sala de aula, por considerar o mesmo como apenas uma brincadeira, ou por não disponibilizarem de tempo suficiente para a sua aplicabilidade durante as aulas ou por não possuírem conhecimento acerca de determinadas ferramentas para desenvolver os jogos propostos, no entanto Sawczuk e Moura reforçam quanto o jogo pode ser um instrumento muito eficaz no processo de ensino aprendizagem.

Há, no entanto, ainda uma grande desvalorização no jogo no processo de ensino-aprendizagem, dado que há, no universo docente, ainda muitos professores que consideram o jogo como sinônimo de brincadeira, não lhe atribuindo, qualquer valor. Porém, tal pode não ser justo, visto que para que o jogo seja eficaz é necessário que se reflita bastante sobre o jogo e que se sigam alguns critérios para que se atinjam objetivos. (Sawczuk; Moura, 2012, p..21)

Levando em consideração as abordagens aqui apresentadas, a proposta do ateliê, vinculado ao PIBID, teve como objetivo principal realizar como o uso de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diferentes linguagens, neste caso os jogos, podem despertar o interesse dos alunos pela geografia e uma maior aproximação e facilidade com os conteúdos trabalhados. As práticas que serão mencionadas, posteriormente, neste artigo, evidenciam os pontos abordados acima, como os jogos podem ser um instrumento didático eficiente aplicado no ambiente escolar, especificamente nas aulas de geografia, salientando as possibilidades e também as dificuldades para a execução e elaboração, diante dos problemas que assolam a esfera educacional, especialmente na rede pública de educação.

As atividades foram realizadas no Colégio Estadual de Barrocas, localizado na cidade de Barrocas, no território do sisal, interior da Bahia, com alunos do ensino médio. Especificamente com duas turmas do primeiro ano do turno matutino. O primeiro contato com a turma realizamos uma coparticipação, onde junto ao professor supervisor auxiliamos a turma a desenvolver uma atividade, esta que tinha como objetivo reforçar as características do relevo brasileiro, identificando as diferenças e semelhanças apresentadas nas classificações do relevo defendidas por Aroldo de Azevedo, Aziz Ab'Sáber e Jurandy Ross. Assim, além do processo de observação, desenvolvemos uma interação proveitosa com a turma, estabelecendo com isso uma relação importante para as intervenções que estavam por vir.

Apesar da atividade em que auxiliamos estivesse direcionada a temática relevo, o professor findava o conteúdo, com isso os assuntos geográficos que abordamos para o desenvolvimento dos jogos neste ateliê foram solos e clima. Com o conteúdo solos foi desenvolvido um jogo de cartas, o mesmo teve como objetivo reforçar o processo de aprendizagem acerca da temática abordada e destacar com base nas questões propostas a importância e os aspectos do solo, que apesar de ser um elemento da natureza extremamente relevante para a vida humana ainda é discutido de forma muito superficial nas aulas de geografia para Almeida e Falcão

O solo é um componente do ambiente natural que merece destaque dado a sua importância para a manutenção dos ecossistemas, no entanto, atualmente, este vem sendo utilizado de maneira inadequada pela ação antrópica. E apesar do solo ser um elemento da natureza de necessidade a todos os seres vivos, no que diz respeito a sua influência à vegetação, aos alimentos que proporciona, às águas que recebe e armazena, etc. este não vem recebendo a devida atenção nas disciplinas escolares, principalmente no que diz respeito à educação nas escolas para sua preservação e conservação. (Almeida; Falcão, 2012)

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para a realização do jogo subdividimos a turma em três equipes, assemelhando-se a um jogo de baralho distribuimos as cartas entre as equipes. Conteúdo das cartas retratam questões relacionadas ao solo e como as ações antrópicas podem impactar o mesmo. Assim, algumas cartas apresentavam perguntas e outras respostas à medida em que fosse jogada uma pergunta por um membro da equipe, alguns dos demais participantes precisavam lançar a resposta para esta pergunta caso possuísse a carta correspondente ou retirá-la em um montante de cartas. Logística assemelhava-se a um jogo de baralho convencional. Ganhava o jogo a equipe que conseguisse eliminar todas as cartas que estavam em suas mãos desde que associam as mesmas as respostas ou perguntas correspondentes.

Apesar de objetivar salientar para os estudantes a importância de se estudar o solo, levando questões através de um jogo de cartas, ocorreram alguns problemas durante a execução dele. As duas turmas tinham cerca de trinta e cinco alunos cada, o jogo foi executado na sala, sobre a mesa do professor. Os grupos se aglomeraram ao redor da mesa, gerando um ambiente conflituoso. Muitos não conseguiam ver as perguntas ou respostas das cartas jogadas, a sala era muito barulhenta.

Apesar disso muitos alunos se envolveram no jogo, queriam ganhar a competição, acertar as respostas, em contrapartida muitos outros nem conseguiram encostar na mesa para acompanhar ou entender o jogo, como fica evidente nas imagens. Este aspecto mostra a importância de abordar conteúdos geográficos através de metodologias mais dinâmicas, contudo destaca também a importância de uma programação e organização prévia levando em consideração a realidade da turma na qual deseja aplicar a atividade, neste caso o jogo.

Outra problemática foi o tempo, começamos a atividade com a turma do primeiro C quase vinte minutos após o início da aula, passamos as regras, organizamos a sala, e todos esses aspectos demandam tempo, com isso o sinal indicava o término da aula, no entanto, a atividade não havia sido finalizada. A segunda turma a qual aplicamos o mesmo jogo após o intervalo o andamento em relação ao tempo não foi diferente, contudo, foi possível definir algumas modificações para a melhoria da aplicabilidade do jogo.

Levando em consideração a realidade da escola pública evidenciamos algumas problemáticas da utilização deste recurso metodológico em sala de aula,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO destacando assim que para a utilização de jogos se faz necessário pensar em estratégias que contemplem toda a turma garantindo a interação e participação de todos. Estas problemáticas aqui destacadas podem ser pontuadas como um dos motivos pelo qual os professores muitas vezes não utilizam esses tipos de recurso em sala de aula. Salas cheias, pouco tempo e uma demanda de conteúdos a ser cumprida. Muitos educadores infelizmente ainda consideram essas novas metodologias como perda de tempo isto

...devido ao fato de serem atividades que fogem da prática cotidiana da escola. Para alguns profissionais da área de educação, atividades que não fazem parte da dinâmica professor-lousa-livro didático não apresentam contribuição real para o ensino, e muitas vezes são consideradas como mera “perda de tempo”. (Breda, 2013, p.1)

As dificuldades apresentadas foram exemplos para que realizássemos uma melhor análise para os jogos a serem realizados nas próximas intervenções. Estas podem ser evidenciadas em parte nas imagens a seguir que mostram a execução do jogo, e como alguns alunos participaram efetivamente enquanto outros devido ao pouco interesse ou pela própria logística e problemas apresentados pela atividade acabou não interagindo.

Figura 1 – EXECUÇÃO DO JOGO DE CARTAS EM SALA DE AULA



Fonte: Acervo pessoal Bruna Mota, 2019

Para a segunda intervenção buscamos desenvolver um jogo que contemplasse toda turma, assim desenvolvemos um bingo temático. Desta vez o assunto trabalhado seria o clima e seus aspectos. Foram desenvolvidas questões

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sobre o assunto e distribuídas as tabelas por grupo, formando cinco grupos na sala.

Esta atividade foi realizada apenas no primeiro B, turma com a qual tivemos uma melhor interação.

Assim como o jogo de cartas do solo este foi um jogo introdutório, logo desenvolvemos as questões tendo como base o livro didático, o qual serviu para consulta pelos estudantes, durante o bingo. A regra era simples, seguia o bingo tradicional, aquele que completasse primeiro a cartela de forma correta, ganharia o bingo e um brinde no final do jogo.

Nosso objetivo ao desenvolver esse jogo foi fazer com que os alunos se aproximam da temática a ser trabalhada em sala pelo professor, descobrindo alguns conceitos e características do clima, despertando nos mesmos um possível interesse pelo assunto. Diferente da primeira experiência, este jogo funcionou, contemplando toda a turma. Conseguimos ver o empenho e participação de todos. Os alunos demonstraram-se motivados e empolgados com a dinâmica da sala.

O desenvolvimento através do jogo tem como finalidade estimular o empenho do aluno nos conteúdos apresentados de forma agradável. O lúdico desperta o interesse de forma interativa (Sousa, 2012, p.07).

As imagens a seguir evidenciam alguns pontos de melhoria na realização desta segunda intervenção, os alunos ficaram mais organizados, todos tiveram uma participação mais ativa, o jogo permitia a consulta ao livro didático, todos estavam empenhados realizado a busca pelas respostas, além disso tivemos também uma melhor visualização e contato com a turma.

Para a última proposta de intervenção foi desenvolvido um Quiz sobre o clima. Desta vez a atividade foi realizada com a turma do primeiro C. Desenvolvemos slides com imagens e questões relacionadas à temática, onde os alunos em grupo precisavam responder se os questionamentos eram verdadeiros ou falsos.

Para a aplicação da atividade ocorreu dificuldade com os equipamentos, pois o slide preparado com a questões não abriu no notebook da escola, pois não tinha um programa necessário para a exibição dele. Como alternativa foi preciso ler as questões no aparelho celular para que a turma pudesse acompanhar e responder, apesar dos contratempas a atividade foi bem-sucedida.

A turma se envolveu bastante, houve uma boa interação e conseguimos englobar a todos. As imagens abaixo mostram a execução da atividade, na imagem nove pode-se ver nitidamente a organização em grupos e a participação dos alunos.

Figura 2: Realização do quiz geográfico



Fonte: Acervo pessoal Bruna Mota, 2019.

Com o uso dos jogos tivemos uma participação mais ativa e uma melhor aceitação por parte dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização das atividades fica evidente a importância dos jogos como recurso didático, pois estes podem apresentar conteúdos e conceitos geográficos de forma lúdica e interativa, contribuindo desta forma para uma melhor compreensão dos alunos, despertando o interesse destes pelo assunto abordado. Esses pontos ficaram evidentes durante as intervenções realizadas neste ateliê, no qual percebemos a interação dos alunos, a curiosidade por estar em contato com algo novo nas aulas de geografia, o despertar de um espírito de competitividade de forma saudável, fazendo com que a vontade de vencer os jogos os levasse a pesquisar, estudar mais e a estar mais atentos às aulas.

Os pontos negativos também ficaram claros, nem todos os jogos contemplarão toda turma, isso é um problema, assim o professor demandará um maior tempo para desenvolver as aulas na qual queira utilizar o mesmo como recurso. Nas nossas atividades o grande número de alunos por turma acabou prejudicando a execução de algumas atividades, alguns alunos acabaram considerando apenas como um momento de brincadeira, desprezando a relevância do conteúdo e como já citado a duração da aula acaba por prejudicar o andamento do jogo, pois se faz necessário explicar as regras para a turma, fazer com que se organizem e fiquem atentos, o que acaba consumindo bastante tempo.

Contudo, o uso de novos métodos e linguagens no ensino de geografia tem

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO se mostrado cada vez mais relevante para a construção de um ensino mais crítico e dinâmico. As dificuldades sempre estarão presentes especialmente diante de algo novo, no entanto os professores devem buscar alternativas que viabilizem sempre a introdução desses novos métodos e práticas em sala de aula. É evidente que o uso de métodos diferenciais é fundamental para ensinar de forma mais prazerosa. A interação dos alunos no desenvolvimento dos jogos nos proporciona uma aula mais dinâmica, interativa despertando nos mesmo o prazer pela aprendizagem e uma nova forma de se descobrir e aprender os conceitos e conteúdos geográficos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização das ações propostas pelo IV Ateliê de Educação Geográfica no Colégio Estadual de Barrocas, buscamos evidenciar a utilização dos jogos como alternativa didática-metodológica nas aulas de Geografia na Educação Básica. Quando as brincadeiras e os jogos são trabalhados corretamente no ambiente escolar, oportuniza a aprendizagem do sujeito, de seu conhecimento e amplia a sua compreensão. Tudo evidenciamos também alguns problemas durante aplicação das atividades, turmas cheias demais o curto tempo das aulas em uma demanda de aplicação de conteúdos a cumprir por parte dos professores o que pode acabar implicando na não aplicação de novas metodologias como neste caso o uso dos jogos. Porém apesar destas implicações é importante que o professor esteja sempre atento a novas propostas didáticas para estimular a participação do estudante, propondo uma aula mais dinâmica garantindo que o aluno tenha uma melhor relação e compreensão com o conteúdo geográfico abordado.

Neste sentido conclui-se que apesar das limitações e dificuldades apresentadas, fica evidente que as atividades lúdicas acrescentam envolvimento e favorece a construção de significado por parte dos alunos, além disto, a utilização de metodologias apenas teóricas causam desinteresse nas aulas de Geografia, nesse sentido os jogos podem ser uma ótima sugestão para estimular o interesse. Entretanto é de extrema importância que professores e estudantes em processo formativo, desenvolvam metodologias inovadoras para trabalhar na escola, em busca de uma maior aproximação dos discentes com a ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carliana Lima; FALÇÃO, Cleire Lima da Costa. **O Lúdico como um instrumento facilitador da aprendizagem**: uma abordagem ao estudo do solo no ensino de geografia. IN: Revista Homem, Espaço e Tempo. ISSN 1982-3800. Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA. Setembro de 2012. Disponível em: <http://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/download/124/111>. Acesso em 08 de novembro de 2019.

ALVAREZ, Ana Maria Torres. **Estudo dos Jogos Educativos Computadorizados (Aspectos Técnicos, Educacionais e Valorativos)**. 2004. 152 pgs. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Católica de Santos. Santos, 2004.

BREDA, Thiara Vichiato. **O uso de jogos no processo de ensino aprendizagem na geografia escolar**. Campinas: UNICAMP, 2013. Dissertação de Mestrado. 164 páginas. Disponível em: https://www.academia.edu/34357208/Disserta%C3%A7%C3%A3o_O_uso_de_jogos_no_processo_de_ensino_aprendizagem_na_Geografia_escolar_2013_?auto=download. Acesso em 10 de novembro de 2019.

FERNANDES, Naraline Alvarenga. **Uso de jogos educacionais no processo de ensino e de aprendizagem**. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul Centro Interdisciplinar De Novas Tecnologias Na Educação Curso De Especialização Em Mídias Na Educação. Alegrete - RS 2010

RIZZI, Leonor e HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. Ed. Ática, 6º edição, Série Educação. 1997

SAWCZUK, Márcia Inês Larenzet; MOURA, Jeani Delgado Paschoal. **Jogos Pedagógicos para o Ensino da Geografia**. IN: O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense – Vol. I. Paraná, 2012. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uel_geo_artigo_marcia_ines_lorenzet_sawczuk.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2019.

SOUSA, Zilmar Rodrigues de. **Jogos no Ensino em Geografia**: Ferramentas que contribuem no ensino-aprendizagem. Goiás, UAB/UNB, 2012. Monografia. 43 páginas. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11283/1/2012_ZilmarRodriguesdeSousa.pdf. Acesso em 20 set 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O USO DE JOGOS COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA NO PIBID: UMA EXPERIÊNCIA NA EJA

Genilson da Silva Santos

UNEB/DEDC XI

sousa2016genilson@gmail.com

Édila Damiao da Mota

UNEB/DEDC XI

edilamota13@gmail.com

Laviny dos Santos Costa

UNEB/DEDC XI

lavinicosta18@gmail.com

Marize Damiana M.B. e Batista

UNEB/DEDC XI

marizeuneb@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma experimentação prática do uso de jogos enquanto recurso metodológico em sala de aula embasado na pedagogia histórico-crítica. O objetivo geral foi analisar a importância do trabalho com atividades e temas no ensino de Geografia em turma de EJA relacionadas ao uso de jogos e implicações na formação dos licenciandos em Geografia no PIBID. Para isto, realizou levantamento da produção bibliográfica sobre o trabalho com atividades e temas na formação dos licenciandos em Geografia no PIBID e analisou o caráter formativo das atividades e temas desenvolvidos no âmbito do PIBID de Geografia da UNEB Campus XI. A metodologia foi de base qualitativa e articulou os fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica à prática experimental dos jogos no ensino de geografia na EJA. Os resultados apontam a viabilidade do uso de jogos enquanto recurso didático no ensino de geografia apresentando como desafio sua articulação com a pedagogia histórico-crítica.

Palavras-chave: PIBID; pedagogia histórico-crítica; uso de jogos; ensino de geografia.

INTRODUÇÃO

O subprojeto "O PIBID na defesa da Geografia nas escolas do Território do Sisal, Ba: Contribuições ao ensino na abordagem histórico-crítica", Núcleo PIBID do Curso de Licenciatura em Geografia do Departamento de Educação de Serrinha, UNEB/Campus XI, atua em duas escolas estaduais do ensino médio nos municípios de Serrinha e Conceição de Coité, Território do Sisal. No âmbito das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas no referido subprojeto, os bolsistas são levados a problematizar a educação pública ofertada para a classe trabalhadora e buscar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
estratégias epistemológicas, metodológicas e didáticas, articulando as teorias educacionais e os conteúdos científicos estudados na universidade e aplicando tais conhecimentos no ensino de geografia, a partir de intervenções pedagógicas nas escolas da educação básica parceiras do subprojeto.

As bases do supracitado subprojeto se estruturam nos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, “teoria pedagógica revolucionária” que se situa a serviço da emancipação humana da classe trabalhadora. Esta teoria está fundamentada em uma práxis pedagógica questionadora, crítica e emancipadora, cujo propósito é que os indivíduos superem a visão imediata dos fenômenos da realidade no modo de produção capitalista. A pedagogia histórico-crítica defende projeto de educação e de sociedade comprometido com a transformação social, e visa uma prática educativa que possibilite o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade (Batista; Lima, 2015).

Entendemos que esta pedagogia está fundamentada na visão crítica da sociedade capitalista, não se resumindo a um mero reformismo no âmbito pedagógico que mantém incólume a estrutura societária. Constitui-se numa concepção pedagógica transformadora, embasada no materialismo histórico-dialético, que por sua práxis revolucionária, choca-se frontalmente com as tendências ditas “pós-modernas”, tornando-se um importante instrumental na superação da unilateralidade humana. Por manter a centralidade da categoria trabalho, coloca-se em desencontro com os interesses do grande capital, que se pauta em teorias conservadoras transvestidas em modismos educacionais que impossibilitam a compreensão da realidade (Batista; Lima, 2015, p. 1).

Assegurar um processo de ensino-aprendizagem com finalidade de apropriação dos conteúdos do ensino como sendo a expressão das relações estabelecidas na sociedade no modo de produção capitalista, é tarefa da escola da classe trabalhadora. Assim, para alerta Saviani (2011, p. 84) na defesa da pedagogia histórico-crítica que, “a tendência a secundarizar a escola traduz o caráter contraditório que atravessa a educação, a partir da própria sociedade”. Com isto, o referido autor destaca o papel da escola no desenvolvimento do que ele chama de atividades essenciais do currículo, que a escola não pode deixar de realizar, para não desviar da sua finalidade educativa e função social.

Fundamentado sob esta perspectiva teórico-metodológica, o presente artigo aborda experiência no contexto de atividades desenvolvidas no subprojeto PIBID Geografia em turma de EJA, em um colégio estadual do município de Serrinha, cuja

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO prática envolve o uso de jogos no ensino de geografia enquanto instrumento que se articula à prática crítico-superadora. Analisa as contribuições dessa experiência na formação docente na licenciatura em Geografia e a importância de trazer uma abordagem histórico-crítica para a sala de aula, pelos futuros professores que se encontram em formação inicial.

A experiência desenvolvida parte do pressuposto que o problema do ensino escolar está marcado especialmente pelo esvaziamento dos conteúdos da formação humana dos indivíduos, entendido enquanto atividades essenciais do currículo da escola da classe trabalhadora. Neste sentido, o trabalho educativo é processo da práxis pedagógica mediador do ensino de geografia na abordagem histórico-crítica. Por meio deste vão se movendo intencionalmente os processos de apropriação dos conteúdos da humanização. Tais processos se desenvolvem ancorados sob a mediação de jogos.

Assim, a abordagem histórico-crítica do ensino requer que o docente acrescente a seu arsenal didático e pedagógico recursos de caráter crítico, criativo com a finalidade de envolver os estudantes na aula e desenvolver consciência a partir do processo de ensino-aprendizagem. O uso de jogos enquanto estratégia metodológica no ensino de geografia contribui para a aplicação histórico-crítica do ensino-aprendizagem. Assim, para Oliveira e Lopes (2019):

O jogo pode ser empregado no processo de ensino e aprendizagem de Geografia como instrumento mediador das práticas docentes e como uma forma de contribuir para construção do conhecimento pelo aluno ajudando-o a desenvolver habilidades geográficas (Oliveira; Lopes, 2019, p. 02).

No que tange ao objetivo geral desse texto, pretendeu analisar a importância do trabalho com atividades e temas no ensino de Geografia em turma de EJA relacionadas ao uso de jogos e implicações na formação dos licenciandos em Geografia no PIBID. Os objetivos específicos trataram de realizar levantamento da produção bibliográfica sobre o trabalho com atividades e temas na formação dos licenciandos em Geografia no PIBID, analisar o caráter formativo das atividades e temas desenvolvidos no âmbito do PIBID de Geografia da UNEB/Campus XI.

Ensinar geografia na escola da classe trabalhadora é estratégia fundamental para a formação humana dos sujeitos. No que se refere ao ensino de geografia na EJA, esta condição é mais uma vez validade, pois trata-se do ensino para

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estudantes-trabalhadores que vivem processos de exploração e alienação.

Fundamentado sob esta perspectiva teórico-metodológica, o presente artigo aborda experiência no contexto de atividades desenvolvidas no subprojeto PIBID Geografia em turma de EJA, em um colégio estadual do município de Serrinha, cuja prática envolve o uso de jogos no ensino de geografia enquanto instrumento que se articula à prática crítico-superadora. Analisa as contribuições dessa experiência na formação docente na licenciatura em Geografia e a importância de trazer uma abordagem histórico-crítica para a sala de aula, pelos futuros professores que se encontram em formação inicial.

Assim, destaca-se a importância do trabalho com atividades e temas no ensino de Geografia em turma de EJA relacionadas ao uso de jogos, pois além da necessária garantia de apreensão dos conteúdos da humanização, é necessário definir as formas de desenvolvimento do ensino, que neste caso, será dada pelo uso de jogos. Frente a esta questão, o tema deste artigo apresenta relevância no que se refere às possibilidades de desenvolver um ensino de geografia comprometido com a formação crítico-superadora dos alunos da EJA, o que oportuniza aos licenciandos de Geografia que atuam como bolsistas no PIBID, uma formação alicerçada no desenvolvimento de uma práxis pedagógica emancipadora, crítica, criativa e propositiva na defesa do ensino de geografia, enquanto conteúdo essencial da formação em EJA.

BASE TEÓRICA

A pedagogia histórico-crítica fundamenta-se no ensino de caráter crítico superador, onde cabe ao docente instigar o estudante a pensar enquanto ser social situado em uma sociedade de classes sociais antagônicas, levando em conta sua posição no meio social e como deve se inserir nas lutas e movimentos políticos. De acordo com Saviani (1983) a escola se consolida enquanto um Aparelho Ideológico do Estado – AIE:

O AIE escolar, em lugar de instrumento de equalização social, constitui um mecanismo construído pela burguesia para garantir e perpetuar seus interesses. Se as teorias do primeiro grupo (por isso elas bem merecem ser chamadas de não críticas) desconhecem essas determinações objetivas e imaginam que a escola possa cumprir o papel de correção da marginalidade, isso se deve simplesmente ao fato de que aquelas teorias são ideológicas, isto é,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
dissimulam, para reproduzi-las, as condições de marginalidade em que vivem as camadas trabalhadoras (Saviani, 1999, p.27).

Atuando na perspectiva da superação do problema da marginalidade, a pedagogia histórico-crítica propõe em sua dimensão teórico-prática um ensino que possibilite tratamento dos conteúdos por meio de uma práxis pedagógica voltada para o exercício do pensamento crítico frente a realidade dos problemas da sociedade burguesa. A aprendizagem dos conteúdos da prática social, no processo da instrumentalização dos conceitos na escola, tem como finalidade a problematização e identificação de estratégias para compreensão da realidade, onde o estudante possa se situar enquanto sujeito da sociedade, participe da produção do espaço geográfico.

A pedagogia histórico-crítica no ensino da Geografia legitima o caráter libertador ideológico da ciência geográfica. Para Moreira (1978) "a geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo". Desse modo questiona-se, a quem serve esse movimento teórico instrumentalizado na pedagogia histórico-crítica? No mais geral, serve à classe trabalhadora, e de maneira particular, insere-se aí os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente os estudantes que vivenciam a experiência do trabalho, muitas vezes sob condições de alienação.

No trabalho educativo com a EJA, cabe ao ensino de geografia instrumentalizar os estudantes para compreender-se enquanto sujeito do espaço social que o aliena, identificando os agentes sociais responsáveis por esta alienação e suas intencionalidades.

[...] trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2012, p.13).

No que se refere ao ensino de conteúdos da Geografia com estudantes da EJA, considera-se o caráter superador da classe trabalhadora, frente a produção espacial da sociedade burguesa. Qual ou quais as formas mais adequadas para

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
atingir esse objetivo no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos
geográficos?

Uma das formas é o uso de jogos. O uso de jogos enquanto recurso metodológico no ensino de geografia possibilita a superação de modelos tradicionais de ensino, dando ênfase ao trabalho educativo por mediação da produção prática do jogo, uma construção sequencial de conhecimentos e indagações, voltando as discussões para a problematização crítica do conteúdo trabalhado. Em se tratando das aulas de Geografia, segundo Oliveira e Lopes (2019) apud Castellar Vilhena (2011), destaca:

O professor dessa disciplina, para alcançar seus objetivos, desenvolve modos próprios de ensinar os diferentes conteúdos geográficos, ou seja, uma didática própria da Geografia fazendo uso de múltiplos instrumentos, dentre os quais os recursos didáticos como o jogo, o qual possui uma função pedagógica que [...] pode ser usada para romper com práticas tradicionais no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que o professor consiga traçar etapas na construção e na produção do jogo (Castellar; Vilhena, 2011, p.07).

Dessarte, Oliveira e Lopes (2019) apud Lopes (2016) defendem o pensar investigativo durante a utilização de jogos em sala no ensino de Geografia. Para estes autores, o exercício do jogo na sala de aula faz com que os alunos pratiquem uma determinada atividade e assim interiorizam o método científico, sendo capazes de movimentar o pensamento investigativo.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

No que tange a metodologia deste trabalho, centrou-se em uma abordagem qualitativa, levando em consideração os aspectos articulados ao contexto que envolve a temática, relacionando a teoria científica da pedagogia histórico-crítica e a prática experimental do uso de jogos no ensino de geografia com turma de EJA.

Em primeira instância foi elaborado e aplicado um jogo de tabuleiro como recurso pedagógico crítico-superador em uma intervenção dos bolsistas PIBID ID em turma da EJA para experimentação prática, com o intuito de analisar o desempenho de aprendizagem dentro do conteúdo exposto na intervenção. No contexto da pedagogia histórico crítica, a ação metodológica, citada acima, aplicada na sala de aula, auxilia na problematização dos conteúdos curriculares, defendendo uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO educação que valorize o trabalho coletivo, o diálogo, a reflexão e a participação ativa dos alunos. Enfatiza a importância da mediação dos conceitos pelos professores no processo educativo, o qual deve atuar como um facilitador, estimulando a formação da consciência crítica dos estudantes. Propondo então uma educação mais dialógica onde o conhecimento é construído coletivamente, por meio da interação entre professores e alunos, apresentando aos alunos múltiplas dimensões de análises. De acordo com Roselma Lopes (2020) apud (Souza e Yokoo, 2013, p. 2).

Os jogos e as atividades que têm por objetivo a interação do aluno precisam ir além do processo de avaliação, devendo ser utilizados como objetos indispensáveis para o desenvolvimento intelectual do mesmo. Sendo assim, por meio da utilização dos jogos no processo de ensino, a atividade pode tornar-se mais interessante, atraindo o aluno e provocando no indivíduo o desenvolvimento, diversificando modos e habilidades que visam compor o processo de aprendizagem (Souza; Yokoo, 2013, p. 2).

Em segunda instância, o levantamento bibliográfico e sistematização textual de artigos retirados do periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) teve como finalidade a utilização de referencial teórico para embasamento científico na elaboração deste artigo. O propósito era dar ênfase para as contribuições sobre o uso de jogos como estratégia metodológica no ensino de geografia fundamentado em uma abordagem histórico-crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, foi realizada uma aula expositiva sobre o conteúdo Combustíveis fósseis, com anotações no quadro para serem transcritas pelos estudantes a fim de fixar e aproveitar melhor o conteúdo abordado. Seguindo foi feita uma problematização e explicação sobre as instâncias capitalistas que atuam na exploração e apropriação dos combustíveis e como tais ações refletem em seu cotidiano. Também foi questionado sobre onde tais combustíveis podem ser encontrados, onde podem ser empregados e os impactos ambientais proporcionados pelo seu manuseio.

Imagem 01: Bolsistas PIBID na escola parceira, expondo o conteúdo



Fonte: Atividade de intervenção. Bolsista PIBID da escola parceira (2023).

Após aula expositiva, foi aplicado um jogo de tabuleiro contendo perguntas estratégicas sobre o conteúdo trabalhado em sala, como forma de avaliação instantânea acerca do conteúdo abordado, por parte das reflexões propostas pelo questionário de perguntas empregado na gênese do jogo. Conforme mostrado na imagem 02 e 03.

Imagem 02: Jogo de tabuleiro.



Fonte: Atividade de intervenção. Bolsista PIBID da escola parceira (2023)

Imagem 03: Aplicação do jogo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO



Fonte: Atividade de intervenção. Bolsista PIBID da escola parceira (2023).

Passo a passo do jogo de tabuleiro

- Divisão da turma em duas equipes.
- Seleção de grupo inicial para começar o jogo.
- Utilização de dados para determinar a quantidade de casas que serão avançadas.

Nº	PERGUNTAS	RESPOSTAS
1	O petróleo é uma fonte de energia renovável?	Não
2	Cite três tipos de combustíveis fósseis.	Carvão mineral, petróleo, gás natural
3	Cite alguns derivados produzidos a partir dos combustíveis fósseis.	Gasolina, querosene, solvente dentre outros
4	A gasolina é um derivado de qual combustível fóssil?	Petróleo
5	Entre gás natural, petróleo, e carvão natural, qual destes é mais utilizado na aplicação comercial da atualidade?	Petróleo
6	Qual combustível fóssil causa menos impacto ambiental?	Gás natural
7	Os combustíveis fósseis são provenientes da decomposição de seres vivos?	Sim
8	Quais são as consequências ambientais do uso	O efeito estufa,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

dos combustíveis fósseis na produção de seus derivados (subprodutos)?	aquecimento global e a poluição do ar
---	---------------------------------------

Fonte: Atividade de intervenção. Bolsista PIBID da escola parceira (2023).

Ao concluir a intervenção tornou-se notório que o ensino-aprendizagem de geografia dentro da sala de aula obteve um êxtase de apropriação e aprimoramento do conteúdo através da estratégia didática aplicada. Oliveira e Lopes apud Castellar e Vilhena (2011, p. 19), assinalam que:

Ensinar geografia significa possibilitar ao aluno raciocinar geograficamente o espaço terrestre em diferentes escalas, numa dimensão cultural, econômica, ambiental e social". Nesse âmbito, indaga-se: Como efetivar essa ambiciosa ação? Como enfrentar o desafio de fazer da Geografia uma disciplina interessante para o aluno e superar definitivamente a ideia de um amontoado de conteúdo sem sentido para a vida? Como construir uma didática para a Geografia? (Castellar; Vilhena, 2011, p. 19).

O uso de jogos em sala de aula de geografia, disciplina que pelas suas diversas dimensões de análise física e social, e reflexão do ser humano enquanto produto do espaço a sua volta, movimentam relações que refletem as marcas, implicações e interesses da sociedade capitalista. Tal metodologia auxilia os docentes na problematização de relações sociais de desigualdade e manipulação, e nos diferentes preceitos de violência simbólica enraizado estruturalmente na sociedade, com o intuito de promover e aguçar o pensamento crítico

Foram abordadas as relações sociais por trás da produção, exploração e consumo dos variados tipos de combustíveis energéticos e os impactos dessas práticas sociais no meio ambiente. No que tange às análises e reflexões obtidas com êxito da intervenção e metodologia aplicada, ao concluir a atividade, os discentes conseguiram compreender e discorrer oralmente sobre os condicionantes sociais e capitalistas que influenciam na escolha da exploração de certos combustíveis onde ocorrem de maneira desproporcional. Observou-se como na maioria das vezes os impactos ambientais não são levados em consideração, e como o capitalismo centraliza essas ações e interferem no cotidiano das diferentes classes de estratificação social *linkando* o assunto abordado com diferentes arcabouços teóricos de discussão de outras áreas do conhecimento como a química, física, biossegurança e bioética. Outrossim, após a conclusão da intervenção, conforme a imagem 04 do momento interventivo, ficou explícito por indagações dos discentes o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO quanto o conteúdo e abordagem utilizada, fomentou a aquisição de conhecimento dos alunos sendo indagados a pesquisarem e se aprofundarem no conteúdo em ambientes não escolares.

Imagem 04: Conclusão da intervenção



Fonte: Atividade de intervenção. Bolsista PIBID da escola parceira (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embasado no estudo realizado seguido pela testagem prática, se fez evidente a pertinência do uso de jogos enquanto estratégia didática e metodológica no ensino de geografia escolar com alunos da EJA. A atividade expressa-se enquanto alternativa para o alcance do caráter de ensino crítico-superador, atuando de maneira positiva nestas aplicações, fomentando o pensamento estudo, a participação e a aprendizagem.

Com essa prática de iniciação docente, os bolsistas pibidianos conseguiram abordar e problematizar a exploração e uso dos combustíveis fósseis sob o viés da pedagogia histórico-crítica, dando embasamento para o pensamento sobre as forças sociais atuantes dentro do modelo de sociedade hodierna, onde existe uma dicotomia de classes sociais e seus interesses.

A atividade voltou-se ao propósito de promover a conscientização dos alunos sobre quem são eles nesta sociedade, e qual o seu papel dentro dela. Este estudo pode ser continuado através da aplicação em sala de outras vertentes do conteúdo da ciência geográfica aplicados ao uso de jogos enquanto recurso metodológico, a fim de permitir compreender o papel do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
recurso supracitado nas práticas de ensino de geografia em EJA, articulando
atividades de análise do espaço geográfico em seu campo físico e humano.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo Leme e LIMA, Marcos Roberto. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica revolucionária. **Laplace em Revista**, vol. 1, núm. 3, pp. 67-81, 2015. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756337008/html/>. Acesso em: 03 de nov. de 2023.

DIVERSITAS JOURNAL. Santana do Ipanema/AL. vol. 5, n. 4, p. 3, out./dez. 2020. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal, acessado em: 10 out 2023.

MOREIRA, Ruy. **A geografia serve para desvendar máscaras sociais** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/122895863/Ruy-Moreira-A-GEOGRAFIA-SERVE-PARA-DESVENDAR-MASCARAS-SOCIAIS>>. Acesso em: 10 out. 2023

OLIVEIRA, T. P. de; LOPES, C. S. **O uso de jogos por professores de Geografia na Educação Básica. Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 05-07, 2019. DOI: 10.5216/ag.v13i3.55143. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/55143>. Acesso em: 10 out. 2023. Todos os autores e teóricos utilizados na escrita, em ordem alfabética e em conformidade com as orientações da escrita acadêmica contidas na ABNT.

RIBEIRO, R. L. (2020). **A disciplina de Geografia e o uso de jogos pedagógicos enquanto recurso metodológico de ensino: uma experiência com 9º ano e PG IV.** *Diversitas Journal*, 5(4), 3081–3089. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i4-1224>, acessado em: 10 out 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. **ESCOLA E DEMOCRACIA: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!** Dermeval Saviani. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

PIBID EM GEOGRAFIA: FORTALECENDO A FORMAÇÃO DOCENTE PARA UM ENSINO CONTEXTUALIZADO E CRÍTICO

Thifany de Jesus Oliveira

Universidade do Estado da Bahia- UNEB

oliveirathifany202@gmail.com

Jozeane Pereira da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

pereirajozeane17@gmail.com

Marize Damiana M. B. e Batista

Professora UNEB, CAMPUS XI

pibidgeografiacampusxi@gmail.com

RESUMO

No âmbito educacional torna-se imprescindível uma formação de professores que preza por educadores comprometidos com o pensar criticamente. Nesse sentido, os programas de formação docente são essenciais, visto que promovem a integração entre a teoria e prática. O presente artigo foi escrito sob a perspectiva de analisar a influência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no contexto do ensino de Geografia e na formação dos futuros docentes. Teve-se por objetivo investigar de que forma a participação no Programa PIBID influencia e enriquece a formação de licenciandos. Para a fundamentação teórica trouxemos abordagens que dialogam com os trabalhos de autores como Dantas (2013), Gatti (2014), Lima (2007), Pontuschka (2009), Tardif (2002). A abordagem metodológica se deu a partir de pesquisas de revisão bibliográfica em leituras que foram realizadas por meio de consultas a artigos disponíveis em acervos eletrônicos para o embasamento teórico da discussão. Diante disso, compreende-se o PIBID no curso de Geografia essencial para o aprimoramento da formação dos licenciandos em Geografia, proporcionando experiências práticas e oportunidades de reflexão sobre a prática pedagógica.

Palavras-chave: PIBID. geografia; formação. ensino.

INTRODUÇÃO

A Geografia apresenta-se enquanto uma disciplina interdisciplinar por natureza, envolvendo elementos sociais, físicos, econômicos, políticos e dentre outras áreas. A formação docente muitas vezes incorpora essa interdisciplinaridade, preparando os professores para integrar diferentes perspectivas em suas aulas. O ensino da Geografia desempenha um papel essencial ao proporcionar aos estudantes as ferramentas necessárias para compreender e interpretar o mundo e suas dinâmicas. Ao fornecer explicações para as transformações que ocorrem ao

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO nosso redor, a disciplina não apenas enriquece o entendimento do meio social, mas também estimula a reflexão crítica sobre questões globais e locais. Além disso, ao apontar soluções e perspectivas, a Geografia contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de interagir de maneira crítica com o seu entorno e a sociedade em geral. Portanto, é inegável a importância da Geografia como uma área do conhecimento que empodera os indivíduos a compreender e atuar de forma efetiva no mundo contemporâneo.

Tornar-se professor de geografia também inclui a aprendizagem sobre métodos de avaliação e fornecimento de retorno dos alunos, algo que é fundamental para medir o progresso dos estudantes e adaptar o ensino conforme necessário. A formação docente em Geografia proporciona aos futuros educadores um arcabouço conceitual sólido, permitindo a compreensão das complexidades do espaço geográfico e preparando-os para uma prática educativa enriquecedora e reflexiva. Ela é fundamental para capacitar os professores a promoverem uma educação geográfica de qualidade e relevância para os alunos.

Nesse sentido, a maioria dos programas de formação docente inclui estágios supervisionados em escolas ou outras instituições educacionais. Essa prática é essencial pois oferece aos futuros professores a oportunidade de aplicar o que aprenderam no meio acadêmico e pôr em prática nas salas de aula. O Programa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa do governo brasileiro que tem como objetivo incentivar a formação de professores para a educação básica, promovendo a integração entre a teoria aprendida na instituição de ensino superior com a prática vivenciada nas escolas, proporcionando uma formação mais completa e contextualizada. Ao participar de atividades de formação continuada e reflexão sobre a prática, os bolsistas PIBID são incentivados a analisar criticamente as situações educacionais e a buscar soluções criativas e eficazes.

O PIBID no curso de Geografia contribui significativamente para a formação de professores mais capacitados e engajados na promoção de um ensino de geografia que visa estimular a compreensão crítica dos espaços e das relações sociais nos contextos educacionais. Ao promover a articulação entre a academia e instituições da rede pública, o programa potencializa a formação inicial dos estudantes do curso de licenciatura em geografia, pois viabiliza as vivências acadêmicas com as vivências em sala de aula, a troca de experiências com o professor regente da turma de uma forma mais lúdica e facilitadora do processo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ensino-aprendizagem, assim o bolsista PIBID tem um contato frutífero com alunos e a realidade da educação básica.

As vivências acadêmicas no PIBID possibilitam a expansão intelectual do graduando, pois a partir dessa realidade é possível realizar escritas sobre o cotidiano e experiências proporcionadas. Ao se organizar com coordenador e supervisor do programa, os estudantes precisam elaborar planos de intervenção, a sistematização do que será realizado, onde partindo dessa premissa, uma publicação em revistas sobre essas experiências é fundamental na realização profissional de um docente em licenciatura.

Diante disso, buscou-se neste artigo traçar uma análise de forma abrangente e crítica acerca da influência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no contexto do ensino de Geografia e na formação dos futuros docentes.

Tem-se por objetivo investigar de que forma a participação no Programa PIBID influencia e enriquece a formação do licenciando em Geografia. Para isso, se buscou identificar e discutir as principais contribuições e desafios proporcionados pela participação no PIBID para os estudantes de Geografia e para a qualidade do ensino dessa disciplina. Para fins de organização, o presente trabalho se estrutura em base teórica, trazendo contribuições pertinentes de autores engajados no âmbito da educação bem como em programas institucionais de formação docente. Em seguida trata-se das perspectivas metodológicas, posteriormente apresenta-se os resultados e discussões de tais análises, e por fim, as considerações finais.

BASE TEÓRICA

Ao refletirmos sobre as contribuições do subprojeto de Geografia da UNEB-campus XI – “O PIBID na defesa da Geografia nas escolas no Território do Sisal, Ba: contribuições ao ensino na abordagem Histórico-Crítica”, vinculado ao Programa de Iniciação à Docência - PIBID, busca-se compreender a importância do contato dos licenciandos na formação inicial de professores, vinculada à pedagogia histórico-crítica. Trata-se de uma teoria pedagógica que tem um embasamento teórico no materialismo histórico-dialético.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Essa formação deve ser contínua, pois ao ser vinculada com o seu futuro local de trabalho os futuros professores observarão as práticas docentes realizadas pelos supervisores em seu processo de ensino e aprendizado para docência.

O grupo de bolsistas do PIBID do Edital Nº 23/2022 é composto por 24 discentes divididos em três grupos que atuam em escolas Estaduais, Colégio Rubem Nogueira (Serrinha-Ba) e Colégio Polivalente (Conceição do Coité). No Rubem Nogueira possui a subdivisão do grupo com dois supervisores, onde semanalmente são desenvolvidos planejamentos e intervenções acompanhadas do supervisor, possuindo também o acompanhamento com a coordenadora do projeto.

A iniciação à docência também acontece quando o bolsista realiza planejamento na universidade, com a troca de experiências, com docentes da educação básica que participam da sala do educador, com a confecção de materiais didáticos, apostilas, roteiros de aula experimentais, avaliações, planejamentos de ensino, jogos didáticos, entre outros que variam com a necessidade diagnosticada pelos bolsistas e supervisor no contexto da sala de aula (Dantas, 2013, p. 71).

Um embasamento reflexivo acerca da formação docente se faz necessário, pois o desempenho do professor em sala de aula é fundamental para o sucesso da vida escolar do aluno, ao adentrar em uma sala de aula o discente se depara com a realidade do seu embasamento teórico acadêmico, fazendo com que aquilo que lhe foi transmitido seja passado de acordo com a realidade da escola básica em que exerce o papel de bolsista pibidiano.

Nesse sentido, a complexidade de variáveis presentes no cotidiano da escola revela que não basta ao professor possuir apenas conhecimentos científicos para transmitir aos alunos. É preciso uma série de outras competências relacionadas à didática do saber ensinar, uma vez que “o saber transmitido não possui, em si mesmo, nenhum valor formador: somente a atividade de transmissão lhe confere esse valor” (Tardif, 2002, p. 44).

No processo de formação docente, o PIBID busca aproximar universidade e escola, articulando teoria e prática:

Nesse sentido, o Pibid apresenta novas possibilidades para a organização da formação docente, pois visa a superação de antigas práticas dicotômicas marcadas entre teoria e prática, pesquisa e ensino, escola e universidade. Ao possibilitar aos licenciandos uma imersão mais contínua e prolongada nas diversas dimensões e contextos do campo de trabalho docente: a escola. A formação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO docente, o Pibid, contribui para o reconhecimento da complexidade que envolve a constituição do sujeito professor (UNIOESTE, 2013, p. 2).

A formação de professores de Geografia é crucial na garantia de uma educação de qualidade nesta disciplina, possibilitando aos alunos uma compreensão mais profunda do mundo em que vivem e das complexas interações que se desenvolvem no espaço geográfico, uma vez que

O espaço é construído ao longo do processo de construção da própria sociedade. As relações sociais que ocorrem se materializam em edificações que podem ser observadas fisicamente. São as paisagens dos lugares. E se existe uma materialização física da vida, concretizada no espaço, cabe-nos na Geografia fazer o estudo e a interpretação desta realidade, a partir da análise espacial, sem ficar na aparência apenas (Castrogiovanni et al, 2005, p. 94).

Nesta perspectiva, um ensino de geografia crítico e libertador desempenha um papel fundamental na formação dos cidadãos na sociedade. Essa abordagem vai além da mera transmissão de conhecimentos geográficos descritivos e busca-se estar comprometido a uma compreensão mais profunda e reflexiva do espaço, promovendo a participação ativa na sociedade e a conscientização sobre as dinâmicas socioespaciais.

O professor tem um papel importante nesse processo, como mediador entre o aluno e a informação recebida, promovendo o “pensar sobre” e desenvolvendo a capacidade do aluno de contextualizar, estabelecer relações e conferir significado às informações (Pontuschka; Paganelli; Cacete, 2009, p. 262).

Ser professor numa sociedade globalizada significa muito mais que fazer a transmissão de conteúdo. É necessário construir habilidades e competências para atuar num mundo recheado de tecnologias, privilegiando práticas transformadoras e fazendo da escola um espaço de resistência à exclusão e à seletividade. “O autêntico professor acredita no homem que está no aluno, a quem busca conferir o imenso privilégio de acreditar em si, desde a segurança afetiva até as capacidades adquiridas” (Marques, 1995, p. 155).

Os programas de iniciação à docência desempenham um importante papel na formação e no aprimoramento dos futuros professores, pois oferecem uma série de benefícios que contribuem para a qualidade da educação e o desenvolvimento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO profissional dos educadores, nessa perspectiva o programa tem uma grande relevância no currículo do licenciando, pois proporciona experiência empírica e teórica.

O PIBID promove a colaboração entre as universidades e as escolas, criando uma ponte direta entre a teoria e a prática da educação. Isso fortalece os laços entre essas instituições e permite a troca de experiências e conhecimentos, pois “é inútil propor uma qualificação baseada na investigação e parcerias entre escolas e instituições universitárias se os normativos legais persistirem em dificultar esta aproximação” (Nóvoa, 2009, p. 20).

Deste modo, faz-se necessário uma construção coletiva do tornar-se professor onde “[...] capitaneada pela escola enquanto instituição. Especificamente em relação às professoras iniciantes, a instituição escolar é decisiva no suporte que lhes dá (ou deixa de dar), a fim de os alunos não serem os grandes afetados pelas evidentes e inescapáveis dificuldades que caracterizam o início da docência” (Lima et al, 2007, p. 158).

Uma das principais propostas do PIBID é promover a integração entre os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade e a prática pedagógica nas escolas. Isso é fundamental para que os futuros professores compreendam a realidade do ensino e estejam preparados para atuar de forma eficaz em sala de aula. Assim, “[...] estimula a iniciativa e a criatividade, incentivando os Licenciandos a buscar soluções, planejar e desenvolver atividades de ensino e a construir diferentes materiais didáticos e pedagógicos” (Gatti et al, 2014, p. 104).

Os bolsistas do programa são incentivados a elaborar planos de aula, considerando os objetivos de ensino, os conteúdos a serem abordados, as estratégias de ensino e as formas de avaliação. Isso contribui para o desenvolvimento das habilidades de planejamento e organização do ensino. Trabalhando em parceria com os professores das escolas onde estão inseridos, essa colaboração permite trocas de experiências, conhecimentos e práticas pedagógicas, enriquecendo a formação dos bolsistas e fortalecendo o ambiente escolar.

As propostas de ensino desenvolvidas no PIBID visam proporcionar uma formação mais completa e qualificada para os futuros professores, preparando-os para os desafios e demandas do ambiente escolar. Além disso, contribuem para a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
melhoria da qualidade do ensino nas escolas e para o fortalecimento da educação
no país.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O presente trabalho é apresentado como uma pesquisa de revisão bibliográfica em leituras que foram realizadas por meio de consultas a artigos disponíveis em acervos eletrônicos para o embasamento teórico da discussão sobre a importância do PIBID no curso de Licenciatura em Geografia para formação docente. Além desse embasamento teórico foi levado em conta experiências vivenciadas pelas autoras deste artigo, para relatar a importância do PIBID nos cursos de licenciatura, visto que o programa possibilita ao docente uma realidade que será seu local de trabalho.

Em um primeiro momento para organização do trabalho foi realizada uma revisão da temática escolhida e trajetória a ser traçada para a escrita, posteriormente a busca por fontes foi realizada em bases de dados acadêmicos. As palavras-chave utilizadas incluíram "PIBID", "ensino de Geografia", "formação docente" e variações relacionadas, focando principalmente em pesquisas que exploram a relação entre o PIBID e a formação docente em Geografia.

Essa abordagem metodológica proporcionou uma revisão bibliográfica sobre o impacto do PIBID no ensino de Geografia e na formação docente. Com isso, foi possível apresentar uma análise crítica e fundamentada sobre o tema intercalando com as experiências vivenciadas no programa, contribuindo para o entendimento mais aprofundado dessa relação crucial na formação de futuros professores de Geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das análises, compreende-se o PIBID no curso de Geografia como uma prática essencial para o aprimoramento da formação dos licenciandos em Geografia, proporcionando experiências práticas e oportunidades de reflexão sobre a prática pedagógica. Uma das contribuições mais notáveis do PIBID é o aprimoramento das habilidades pedagógicas dos bolsistas. A vivência em sala de aula, aliada à orientação de professores experientes, proporciona um ambiente

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO propício para o desenvolvimento de estratégias de ensino eficazes. Além disso, a oportunidade de planejar e ministrar aulas de Geografia contribui para a consolidação de competências essenciais para a prática docente.

A integração entre teoria e prática é outro ponto relevante uma vez que o programa proporciona aos licenciandos a chance de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade em um contexto real, enriquecendo sua formação de maneira significativa. Essa integração não apenas fortalece a base conceitual, mas também estimula uma abordagem crítica e reflexiva sobre a Geografia enquanto disciplina e campo de estudo.

A participação no PIBID estimula a reflexão crítica sobre a prática docente em Geografia. Os bolsistas têm a oportunidade de analisar e discutir os desafios e dilemas enfrentados no processo de ensino, o que contribui para uma formação mais consciente e fundamentada. Em suma, o ensino de Geografia neste âmbito representa uma oportunidade valiosa para os licenciandos aprimorarem suas habilidades pedagógicas, integrarem teoria e prática e contribuir para a melhoria do ensino da disciplina nas escolas parceiras. Essa experiência enriquecedora prepara os futuros professores para enfrentar os desafios educacionais e desempenhar um papel ativo na formação dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Geografia é muito mais do que a simples transmissão de conhecimentos sobre o espaço geográfico. Trata-se de uma disciplina que se articula de maneira interdisciplinar, que envolve aspectos sociais, físicos, econômicos e políticos, proporcionando aos estudantes uma compreensão abrangente e crítica do mundo que os cerca. Ao explicar as transformações e dinâmicas do ambiente, a Geografia não apenas enriquece o entendimento do meio social, mas também instiga a reflexão sobre questões globais e locais.

A partir disso, os programas institucionais de formação docente proporcionam uma imersão gradual no ambiente escolar, permitindo que os futuros professores se familiarizem com a dinâmica, os desafios e as particularidades do contexto educacional, além de estimularem a reflexão sobre a prática docente, incentivando os futuros professores a analisar e questionar suas abordagens pedagógicas, buscando constantemente aprimoramento, visto que o “ser professor” perpassa uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO formação continuada.

Deste modo compreende-se programas como o PIBID de relevância substancial no que tange o contexto social e colaborativo, já que o conhecimento profissional do professor vai além do conhecimento acadêmico, envolvendo a habilidade de traduzir esse conhecimento para a prática educativa. Assim o PIBID contribui para a construção desse conhecimento profissional ao oferecer experiências práticas e orientação de professores experientes.

A participação no PIBID no curso de Geografia é uma experiência enriquecedora para os bolsistas. Ela permite a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na universidade, a troca de experiências com professores da educação básica e a reflexão sobre o papel do educador na formação dos estudantes. No contexto do subprojeto apresentado, a abordagem da pedagogia Histórico-Crítica busca desenvolver nos estudantes a capacidade de analisar de forma crítica a realidade social, identificando contradições e desafios, isso alinhado ao PIBID de Geografia pode servir como um espaço para a aplicação desses princípios, incentivando os bolsistas a promoverem a conscientização crítica entre os alunos.

Conclui-se, portanto, que a Geografia e a formação docente, aliadas ao PIBID, têm o poder de empoderar os indivíduos a compreender e atuar de forma efetiva no mundo contemporâneo, promovendo uma sociedade mais consciente e participativa. Essa interação entre teoria, prática e experiência é essencial para a construção de uma educação de qualidade e para a formação de cidadãos críticos do espaço do seu tempo histórico.

REFERÊNCIAS

CASTROGIOVANNI, A. C. (Orgs.) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª Ed. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal de Porto Alegre, UFRGS, 2005.

DANTAS, Larissa Kely. **Iniciação à Docência na UFMT: Contribuições do Pibid na Formação de Professores de Química**. Cuiabá, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Educação – IE, Universidade Federal do Mato Grosso, julho de 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. et al. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)**. São Paulo: FCC/SEP, 2014.

LIMA, Emília Freitas de. et al. Sobrevivendo ao início da carreira docente e permanecendo nela. Como? Por quê? O que dizem alguns estudos. **Educação &**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Linguagem, ano 10, n. 15, p. 138-160, 2007.

MARQUES, M. O. **Escola, aprendizagem e docência**: imaginário social e intencionalidade política. In: VEIGA, I. P. A. (Org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas. SP: Papyrus, 1995.

NÓVOA, Antônio. O futuro ainda demora muito tempo? In: **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. PAGANELLI, Tomoko. CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. Editora Cortez. São Paulo, 2009.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UNIOESTE. **Subprojeto de Geografia**. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. 2013.

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CONCEIÇÃO DO
COITÉ/BA: INTERVENÇÕES URBANAS E SEUS DESDOBRAMENTOS
SOCIOESPACIAIS**

Tâmires Lima da Silva Morais²⁶
tamiresmorais2@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender os processos de produção e reprodução do espaço urbano de Conceição do Coité/BA a partir da análise das principais modificações ocorridas na cidade entre 2013 e 2017, procurando identificar também as implicações dessas ações na dinâmica da cidade e para os agentes sociais envolvidos. Para tanto, recorreu-se a alguns procedimentos metodológicos, como levantamento bibliográfico; revisão de literatura em monografias, dissertações, artigos científicos e livros; observação direta e registros fotográficos; além do uso de questionários e entrevista; por fim, foi feita sistematização e análise dos dados coletados. A partir das análises, constatou-se que as intervenções ocorridas no espaço urbano de Conceição do Coité, de caráter político e urbanístico, foram motivadas, sobretudo, pela preocupação com a questão da estética, organização e higienização, e que essas intervenções, para além das mudanças nas formas urbanas, alteraram os usos do espaço. Foi possível averiguar alguns rebatimentos na esfera econômica, social e espacial incididos pelas mudanças ocorridas nas três áreas estudadas, principalmente com o remanejamento da feira de alimentos para o novo Centro.

Palavras-Chave: intervenção urbana; (re)produção do espaço urbano; remanejamento; feira de alimentos.

INTRODUÇÃO

O processo de produção e reprodução do espaço urbano, atrelado ao crescimento constante das cidades, se dá a partir das intervenções de diferentes agentes, entre eles os gestores públicos que através de iniciativas de renovação urbana alteram as formas e às vezes as funções que antes os objetos exerciam, modificando a paisagem e a dinâmica das cidades a partir de tais ações. Essa é uma situação comum nas cidades de pequeno e médio porte como no caso de Conceição do Coité, localizada na Mesorregião do Nordeste Baiano e é um dos 20 municípios que integram o Território de Identidade do Sisal. A referida cidade passou nos

²⁶ Tâmires Lima da Silva Morais, Graduada em Licenciatura em Geografia UNEB, Pós Graduada em Ensino de Geografia, *Pró Saber UCAM*, tamiresmorais2@hotmail.com.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO últimos anos, principalmente entre 2013 a 2017, por diferentes mudanças em pontos específicos de sua área central, sendo uma delas a transformação na estrutura física do Centro de Abastecimento, onde hoje é realizada a feira livre de alimentos, uma vez que esta passou por um processo de remanejamento, ou seja, foi transferida das ruas onde era realizada para esse novo recinto.

Diante de tais modificações na cidade, esse trabalho traz o seguinte questionamento: quais fatores foram determinantes para as mudanças ocorridas no espaço urbano de Conceição do Coité/BA, e quais as implicações socioespaciais ocasionadas por essas intervenções, com destaque para o remanejamento da feira livre de alimentos?

A pesquisa proposta a partir das intervenções no espaço urbano focaliza e indaga a respeito das práticas de gestão e planejamento do poder público, que tem reverberado na produção e reprodução do espaço urbano em Conceição do Coité, bem como suas implicações para os moradores desse município. A pesquisa, assim, poderá trazer uma contribuição para os estudos da ciência geográfica, visto que possibilitará uma compreensão da dinâmica e das diferentes transformações no espaço urbano, sobretudo ao avaliar as concepções e práticas dos agentes promotores de tais mudanças e suas consequências para determinados segmentos da coletividade, notórias preocupações no campo de estudo da Geografia. Com isso, tem como objetivo compreender os processos de produção e reprodução do espaço urbano de Conceição do Coité a partir da análise das principais modificações verificadas na cidade entre 2013 e 2017, procurando identificar também as implicações dessas ações na dinâmica da cidade e para os agentes sociais envolvidos. Além disso, traz como objetivos específicos: compreender os fatores que influenciaram a gestão municipal realizar o remanejamento da feira livre de alimentos; verificar as percepções dos sujeitos que foram afetados com as mudanças ocorridas a partir das intervenções do poder público.

Para a concretização deste trabalho recorreu-se a alguns procedimentos metodológicos, como levantamento bibliográfico; revisão de literatura em monografias, dissertações, artigos científicos e livros; observação direta e registros fotográficos; além do uso de questionários e entrevista; por fim, foi feito sistematização e análise dos dados coletados.

Este artigo irá apresentar apenas uma parte da pesquisa realizada para a escrita da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Universidade do Estado da Bahia -

UNEB/Campus XI. Assim, além dessa introdução, o presente trabalho versa a respeito de discussões teóricas do conceito de espaço e espaço urbano, além de conceitos correlatos, como produção e reprodução do espaço urbano. Aborda o remanejamento da feira de alimento e apresenta uma análise interpretativa dos dados que foram coletados em campo a partir da aplicação da entrevista e dos questionários, buscando destacar as percepções dos agentes sociais acerca do remanejamento da feira de alimento. As considerações finais trazem uma breve retomada das questões abordada nesse trabalho e algumas reflexões em relação aos resultados da pesquisa que proporcionou o alcance dos objetivos traçados.

BASE TEÓRICA

A discussão que aqui será apresentada será com base em obras que são referências na abordagem de temas como espaço, espaço urbano, produção e reprodução, como Santos (2004), Corrêa (2002, 2005), Carlos (2008, 2011).

Na corrente da geografia crítica, que emergiu a partir da década de 70 do século XX, tendo suas bases no materialismo histórico e na dialética, o espaço aparece [...] “como lócus das reproduções das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (Corrêa, 2005, p. 26). Diferentes autores colaboraram com as discussões do conceito de espaço nessa corrente, a exemplo das obras do geógrafo Milton Santos, especialmente em seu livro *A natureza do espaço* (2004), utilizado aqui como uma das principais referências para discussão do referido conceito.

Pensar o espaço geográfico numa perspectiva integradora é tratá-lo como resultado de uma conexão mútua entre as formas concretas, materializadas na superfície da Terra e as ações e relações dos sujeitos sociais. Dessa forma, para Santos (2004),

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
como uma máquina. [...] (Santos, 2004, p. 63).

Sendo assim, a construção da ideia de espaço trazida por Santos perpassa por uma indissociabilidade do que ele chama de “sistemas de objetos e sistemas de ações”, ao passo que a própria ideia de sistema já faz referência a esse conjunto formado a partir da materialidade dessas ações, sendo que um condiciona a existência do outro, contribuindo para garantir a dinâmica e a transformação do espaço (Santos, 2004).

Ao propor uma análise do espaço, Santos (1985 apud Corrêa, 2005, p. 28) busca fazer isso a partir de quatro categorias que são indissociáveis, pois estas possuem uma relação dialética, a saber: *estrutura, processo, função e forma*. Desse modo, Santos define a *forma* como um aspecto visível, exterior de um objeto, podendo ser representada por uma casa, cidade ou uma rede urbana.

Santos (2004, p. 54) assinala que: “A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social”. Essas alterações ou renovações podem ser observadas, tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa, a intervenção ocorrida no Centro de Abastecimento que foi reinaugurado após passar por reformas que modificaram sua estrutura física, onde hoje está sendo realizada a feira livre de alimentos.

Conforme Santos a *função* encontra-se atrelada a uma tarefa, atividade ou um papel que a forma desempenha, como o habitar, o trabalho, lazer, etc.. Neste caso, fazendo uma relação com a realidade empírica do remanejamento da feira livre da referida cidade, a área que antes era ocupada, principalmente as sextas-feiras pelos feirantes, hoje está atendendo a outra função, pois passou a ser utilizada para estacionamento de carros e motos, especialmente para atender aos consumidores que vão fazer compras no novo recinto onde se encontra a feira livre. Neste sentido, a partir do momento em que o espaço geográfico é produzido pelas ações dos diferentes grupos sociais, passa a adquirir diferentes formas e funções, sendo que essas funções podem ser alteradas ao longo da história, enquanto algumas formas poderão ser tanto alteradas, como mantidas.

Outro estudo que também contribui para a análise do espaço geográfico é o de Carlos, que discute a noção de “produção do espaço”, como sendo resultado de uma “produção social” (Carlos, 2011, p. 63, 64). Assim, “[...] O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
apropriação [...]” (Carlos, 2011, p. 63).**

Diante dessa discussão sobre espaço, emerge também nesse campo o espaço urbano, visto que é constituinte do espaço geográfico, podendo ser analisado ao considerá-lo como “forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas” (Corrêa, 2002, p. 6). Ainda segundo Corrêa (2002, p. 9), “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e de campo de lutas [...]”. Desse modo, as diferentes atividades realizadas pelos sujeitos sociais terão como produto final o espaço urbano, pois este “[...] é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (Corrêa, 2002, p. 8). Assim, à medida que a sociedade produz bens, serviços, mercadorias e se desenvolve, está simultaneamente produzindo e reproduzindo o espaço urbano.

Ao discutir o espaço como produto social e histórico, Carlos (2008) diz ser necessário fazer uma articulação com dois processos já citados: o de produção e o de reprodução.

Segundo a autora:

Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão social do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. [...] a reprodução, que se constrói a partir de particularidade, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca e consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e reproduz) (Carlos, 2008, p. 34).

Nota-se que pelo fato do espaço está sempre se constituindo e, nesse sentido, reconstituindo as condições de sua produção, não se deve separar esses dois processos, visto que é passível de uma nova produção, pois está em um constante movimento de reprodução, recriando-se a partir das ações humanas ou mais especificamente, a partir do trabalho humano e das relações sociais de produção.

Partindo desse pressuposto, esses dois processos darão direcionamento teórico à pesquisa que se segue, tendo em vista que busca compreender como estes estão presentes no contexto do objeto de estudo - o espaço urbano de Conceição do Coité. Assim, mantendo uma correlação da análise teórica com a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
realidade empírica, essa abordagem busca evidenciar como os processos de
produção e reprodução estão se dando no espaço urbano desta/nesta cidade sob a
ótica do planejamento e gestão pública.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Para a concretização deste trabalho foi adotada uma metodologia alicerçada em uma abordagem de natureza qualitativa, esta abordagem se caracteriza por um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico.

Como procedimentos metodológicos foi tomado como ponto de partida o levantamento bibliográfico, seguido por uma revisão de literatura em monografias, dissertações, artigos científicos e livros que abordam o estudo do espaço urbano, com suas particularidades, como sua produção e reprodução, que se encontra vinculado, dentre outros questões, às práticas de gestão urbana, contribuindo para desenvolver novas considerações sobre o tema.

Como forma de investigação empírica, foram realizadas observações *in loco* por meio de uma pesquisa de campo, auxiliando para melhor compreensão da realidade local. Essa etapa do trabalho também envolveu registros fotográficos dos principais pontos onde houve as intervenções pelo poder público.

Como instrumentos de coletas de dados e informações, foram utilizados questionários, de forma direta, compostos de perguntas abertas e fechadas, sendo estes aplicados a três categorias diferentes: 22 feirantes, 40 consumidores e 16 comerciantes do entorno do Centro de Abastecimento.

Também foi realizada uma entrevista estruturada com o Sr. Francisco de Assis, prefeito do município, com o objetivo de compreender as motivações e justificativas alegadas por este para a realização das referidas intervenções na cidade

A pesquisa documental foi outro procedimento realizado nesta pesquisa, sendo analisados documentos oficiais do município de Conceição do Coité, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e leis complementares, buscando, sobretudo, compreender os instrumentos normativos que regulamentam as atividades realizadas pelo poder público local. Por fim, foi realizada a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
sistematização e análise dos dados, com construção de gráficos e tabelas que possibilitaram cotejar e esquadrihar as informações obtidas, auxiliando na interpretação e desenvolvimento das discussões dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O remanejamento da feira de alimentos de Conceição do Coite foi objeto de estudo nesta pesquisa que investiga o processo de (re)produção do espaço urbano. Esse processo de remanejamento foi resultado de uma intervenção no espaço urbano ocorrida na gestão do prefeito Francisco de Assis Alves dos Santos no final do ano de 2017, quando realizou uma reforma no antigo Centro de Abastecimento. A feira livre de alimentos funcionou e permaneceu na rua professor Olavo Pinto até a referida data, quando o poder público municipal realizou sua transferência. A intervenção realizada pelo poder público no espaço da feira livre trouxe para a discussão os ensejos que contribuiriam para a realização do referido remanejamento. Além disso, foi possível identificar os rebatimentos que essa intervenção ocasionou para o cotidiano dos sujeitos envolvidos.

A mudança da feira livre apresenta impactos diretos e indiretos sobre a dinâmica de usos, acesso e circulação no centro da cidade, bem como para categorias sociais específicas, como a dos comerciantes com estabelecimentos na área afetada pela intervenção em foco e, sobretudo, a dos feirantes, cujas percepções acerca da mudança da feira foram levantadas e avaliadas a partir da pesquisa de campo.

A discussões aqui apresentadas abordarão o remanejamento da feira de alimentos de Conceição do Coite trazendo uma análise dos dados obtidos na pesquisa de campo realizada com os feirantes, consumidores e comerciantes do entorno do Centro de Abastecimento. A pesquisa teve como principal objetivo identificar suas percepções acerca da mudança da feira a fim de entender as implicações socioespaciais e econômicas impulsionadas por esta intervenção. As questões serão analisadas relacionando algumas das respostas obtidas das três categorias citadas.

Os questionários foram aplicados com 22 feirantes, em relação a um universo de 150 feirantes que trabalham no referido Centro de Abastecimento. Foram também aplicados questionários com 40 consumidores incluindo homens e mulheres

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de diferentes faixas etárias. Por fim, foram aplicados 16 questionários com os comerciantes do entorno do Centro de Abastecimento. Os estabelecimentos comerciais escolhidos para a pesquisa foram de diferentes seguimentos, como: açougues, frigoríficos, supermercados, minimercados, panificadora, produtos de embalagens, casa de rações, casa de produtos de limpezas e casa de produtos de beleza. A pesquisa foi realizada nos dias 03, 04 e 31 de outubro de 2019. Todos os questionários foram enumerados visando, sobretudo, não fazer a identificação dos participantes, porém facilitar a sistematização e análise dos dados.

Com base nos dados colhidos, 86% dos feirantes consideraram necessária a mudança da feira livre para o novo Centro de Abastecimento; 9% disseram que não era necessária; enquanto que 5% ficaram entre sim e não. Quanto aos consumidores, 83% disseram que sim, 13% acharam que não era necessária, e 4% ficaram entre sim e não, demonstrando pelos feirantes e os consumidores uma conformidade favorável sobre como avaliam a necessidade da mudança da feira.

Ao buscar saber como as três categorias entrevistadas avaliavam a mudança da feira as opiniões foram bem variadas. 67% dos feirantes consideraram a mudança boa; 19% acharam que foi ruim e 14% ficaram entre boa e ruim. Para os consumidores, a maioria, 80%, avaliaram a mudança como boa; 10% analisaram como ruim e 10% disseram boa e ruim. Quanto aos comerciantes, 31% avaliaram a mudança como boa, 38% disseram que foi ruim; já 31% ficaram entre boa e ruim.

Os consumidores que acharam boa a mudança, assim como alguns feirantes, apontaram a questão da organização, higiene, área coberta, pois protege os produtos, e os usuários, da chuva e do sol. Os que acharam a mudança ruim falam que muita gente ficou sem trabalhar, o pessoal dos povoados foi proibido de vender; e os que ficaram entre boa e ruim, apesar de apontar a questão da proteção no Centro e organização, destacam que na rua tinham mais acesso aos produtos.

Com relação aos comerciantes as opiniões ficaram bem divididas, os que avaliaram como boa a mudança alegaram duas das questões mais apontadas durante a pesquisa - higiene e organização - pois segundo eles, as ruas agora estão limpas, o trânsito livre, com espaço para os carros dos clientes poderem estacionar. Esses pontos também foram citados pelos comerciantes quando questionados se observavam melhorias no espaço urbano após a remoção da feira para o Centro. Os que avaliaram a mudança como ruim, relatam a redução nas vendas, condição também citada até pelos que consideraram a mudança como boa. Os comerciantes

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO falaram ainda que a mudança da feira contribuiu para o fechamento de alguns estabelecimentos comerciais situados no entorno do Centro, e que mesmo havendo a abertura de novos, a maioria já havia fechado devido as vendas serem poucas.

Além desses questionários, foi realizada uma entrevista com o representante do poder público municipal, o prefeito Francisco de Assis, no dia 09 de novembro de 2019. Em relação à reforma do Centro de Abastecimento o prefeito alegou alguns problemas que existiam, apontando ser necessária a higienização para melhor comercialização dos produtos. Ao falar da situação em que se encontrava o Centro, antes da reforma, relatou que dos boxes existentes, poucos eram aproveitados, pois estavam fechados servindo como depósitos para guardar mercadorias, porém atraíam ratos, baratas, além de serem utilizados pelas pessoas para fazerem suas necessidades fisiológicas. Falou ainda que outros boxes estavam sendo utilizados de modo inapropriado como para venda de bebidas alcoólicas e barbearias, revelando que o Centro deveria ser utilizado para a comercialização de frutas, verduras, legumes e cereais, e não para estes serviços.

Quanto à feira, a gestão viu como problemas o fato das mercadorias estarem sendo expostas nas ruas, sujeitas a sol e chuva, em um espaço “completamente insalubre”. Segundo o prefeito, após a reforma do Centro e remoção da feira, além da higiene, facilitou a realização de compras por causa da desobstrução das ruas antes ocupadas nos dias de feira, possibilitando o estacionamento de veículos e acesso livre no entorno do Centro. Para ele, após a mudança da feira houve melhorias no espaço urbano, e que embora mudanças possam acarretar perdas, na percepção dele houve apenas ganhos.

Diante dessa situação, e a partir das informações obtidas por meios dos questionários aplicados aos feirantes e comerciantes, foi possível perceber a preocupação demonstrada por essas duas categorias ao evidenciar que estão tendo impacto econômico após a mudança da feira, especialmente no dia do fechamento do Centro.

Além disso, ficou claro a forte relação que existia e ainda existe entre a feira e os estabelecimentos comerciais, visto que estes têm sofrido com impactos negativos após a sua mudança, pois os consumidores da feira tinham acesso direto e eram atraídos a outros estabelecimentos. Ou seja, ao passo em que comprava suas frutas, verduras e temperos, aproveitavam para comprar carne e aves nos açougues e frigoríficos, rações para animais, fazer lanches nas panificadoras, compras no

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO supermercado, em casa de produtos de beleza e outros. Além disso, essa relação existente entre esses comércios, também contribuía para maior sociabilidade entre esses sujeitos, à medida que se encontravam nesses espaços.

Apesar dos feirantes terem sido consultados pelo poder público para tratar sobre o remanejamento da feira, com realização de reuniões, mudanças quase sempre geram divergência de opiniões e conflitos, pois favorecem uns em detrimento de outros, principalmente uma mudança nessa magnitude, uma vez que afetou sujeitos de diferentes seguimentos, ficando essa realidade notável após as informações obtidas com as três categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a problemática que se propôs investigar nesse trabalho acerca das intervenções ocorridas no espaço urbano de Conceição do Coité de 2013 a 2017, tendo destaque neste artigo o ano de 2017, pelo poder público municipal, a pesquisa esteve embasada nos conceitos de espaço e espaço urbano, bem como nos conceitos correlatos, produção e reprodução desse espaço, visto serem de suma relevância quando buscou compreender a dinâmica e as transformações que ocorreram no espaço da referida cidade.

Além disso, essa pesquisa tornou possível suscitar questões importantes ao investigar as implicações geradas por meio das práticas de gestão municipal na dinâmica social, espacial e econômica da cidade, buscando refletir como isso afetou direta ou indiretamente a vida dos agentes sociais envolvidos. Além disso, a pesquisa viabilizou um contato direto com esses agentes sociais que são produtores de espaço urbano, como o representante do poder público municipal, e as diferentes categorias como os comerciantes do entorno do Centro de Abastecimento, os feirantes e os consumidores. Essa aproximação se fez a partir da realização de entrevista e aplicação de questionários que possibilitaram dar voz aos participantes, podendo, com isso, averiguar suas percepções diante dessas questões, bem como verificar quem são esses agentes sociais que produzem e reproduzem espaço cotidianamente, sendo essas informações de grande relevância para elucidação dessa pesquisa.

As observações feitas *in loco*, a sistematização e análise dos dados coletados no campo permitiram compreender a atual situação em que se encontra feira de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO alimentos de Coité, além de possibilitar refletir acerca dos desdobramentos socioespacial e econômico que a mudança da mesma gerou para as categorias entrevistadas – feirantes, consumidores e comerciantes.

Além disso, ao investigar sobre a intervenção do poder público no espaço da feira, a aplicação dos questionários com os feirantes e consumidores foram de suma importância, sobretudo por ter possibilitado conhecer quem são esses agentes sociais que produzem e reproduzem espaço cotidianamente, e perceber como se comportam diante de mudanças que podem afetar determinados setores da sociedade local, no que se referem à reprodução social, seus hábitos e práticas cotidianos. Assim, possibilitou ampliar a visão sobre esse processo de mudança pelo qual esses sujeitos passaram, buscando refletir e entender a feira também enquanto prática socioespacial, ou seja, não limitando-a apenas a uma prática econômica, nem reduzindo as análises apenas a morfologia do novo Centro.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI V.4, n. 2, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **A (re) Produção do Espaço Urbano**. 1. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 1. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. **Pensando o Espaço do Homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

**EXPERIÊNCIAS FORMACIONAIS NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR**

Mariana Moreira dos Santos

UNEB

marriana001@gmail.com

Fabiele dos Santos Ferreira

UNEB

fabieledsfeira@gmail.com

Rita de Cássia Santana de Oliveira

UNEB

rcsantana@uneb.br

RESUMO

O presente relato visa abordar experiências formativas de duas estudantes do curso de Pedagogia, residentes do Programa de Residência Pedagógica (PRP), vinculado à Capes em parceria com a UNEB, em uma escola-campo vinculada à rede municipal de ensino de Salvador do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Assim, este trabalho tem o intuito de narrar as impressões, caminhos percorridos até o momento do Programa e ações desenvolvidas para permanência escolar dos estudantes, inclusive a inclusão da pessoa com deficiência nas atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar. Destarte, dialogamos com Larossa (2001) ao discutir o conceito de experiência e Montoan (2015) ao contribuir com reflexões acerca do conceito de inclusão escolar. Portanto, refletir sobre essa experiência em andamento corroborou para realçar a relevância de maior aproximação da Universidade com a Educação Básica, no intuito de fortalecer a formação de futuras professoras.

Palavras-chave: programa de residência pedagógica; educação inclusiva; vivências, atendimento educacional especializado; formação pedagógica.

INTRODUÇÃO

O projeto tem como propósito levar aos licenciandos do curso de pedagogia a pertinência da participação de todos nos Programas de Residência Pedagógica. Apesar, da insuficiência de apoio aos projetos impulsionamos os estudantes a se envolverem aos que forem aprovados

Com isso, trazemos as experiências alcançadas durante a residência pedagógica e reflexões sobre a importância da escolha de ser um docente inclusivo, que esteja a frente em uma educação emancipadora para todos e dispostos a utilizarem das inúmeras metodologias construtivas em todo o processo pedagógico.

Sendo assim, esta obra teve como problemática a importância da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
comunicação entre a Universidade e a Educação Básica, para que com o apoio da
residência pedagógica juntos possam refletir e preparar os futuros pedagogos para
os desafios e experiências existentes na efetivação da inclusão escolar.

Com isso, objetiva-se descrever as vivências do projeto Núcleo Docência na
Educação Básica: (micro) políticas de permanência de estudantes nos cotidianos
das escolas, do Curso de Pedagogia do DEDC I, desenvolvido para o Programa
Residência Pedagógica (PRP) vinculado à Capes em parceria com a UNEB, de duas
estudantes de pedagogia, até o mês de maio de 2023, além de refletir sobre a
inclusão social e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo durante e depois de
suas formações.

Diante disso, teve como metodologia a pesquisa descritiva, assim, utilizou-se
de uma perspectiva qualitativa ao empregar o método hipotético-dedutivo, através de
pesquisas bibliográficas. Buscou-se através da pesquisa identificar o valor
significativo experiência durante o processo de formação causa em um estudante e
reflexões acerca do conceito de inclusão.

Logo, verifica-se que no primeiro capítulo desta pesquisa será narrado as
ações desenvolvidas na escola-campo. No segundo capítulo, veremos conceitos e
reflexões sobre a importância da inclusão escolar. E o terceiro capítulo abordará o
sentimento de gratidão em poder participar do programa de residência pedagógica, e
o certeza que construímos ao longo do caminho do nosso desejo em sermos
pedagogas.

METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa este trabalho busca de maneira
descritiva e exploratória, utilizar uma perspectiva qualitativa ao empregar o método
hipotético-dedutivo, através de pesquisas bibliográficas, documental e participante.
Busca-se através da pesquisa identificar como as experiências formativas no
programa de residência pedagógica se comunica com a inclusão escolar.

A princípio, buscou-se o suporte teórico de Larossa (2001) ao discutir o
conceito de experiência, a necessidade de ser tocada e sentir o que nos
propusemos a fazer, dialogamos com Macedo (2018) que nos inspira ao tratar das
questões vinculadas à formação e Montoan (2015) ao contribuir com reflexões
acerca do conceito de inclusão escolar nas observações feitas durante o programa

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de residência pedagógica, além da realização de fichamentos de obras doutrinárias e trabalhos acadêmicos mais atuais.

Além de realizar um levantamento documental, no que se refere às leis contidas na Constituição vigente e sua interpretação oficial sobre a inclusão escolar, considerada no espaço da legislação dos Tribunais Federais.

Não somente, procurou-se encaixar no texto os aspectos sustentados por Duarte e Furtado (2014, p. 26) que declaram que uma pesquisa descritiva deve observar o já existente, se precisa narrar ao conhecer suas particularidades e suas construções.

Diante disso, também é identificado na pesquisa um cunho exploratório, ao compreender conforme Gil (2010, p. 27), que pesquisas exploratórias precisam propiciar ao escritor uma maior intimidade com o problema, e assim torná-lo com vistas a torná-lo mais evidente para se construir as hipóteses.

Assim, acordamos com Marconi e Lakatos (2011, p. 73), quando nos apresentam o método hipotético-dedutivo, ao declarar que se precisa eliminar os erros de uma hipótese para assim eliminar tudo que for falso.

Desse modo, a construção desse trabalho contempla a reflexão sobre nossa experiência em concretização por meio dessa estrutura metodológica, ao definir em três capítulos bem definidos, realçando realçar a relevância de maior aproximação da Universidade com a Educação Básica intuito de fortalecer a formação de futuras professoras, sendo o primeiro dedicado a experiências formacionais alcançadas no programa de residência pedagógica, o segundo voltado a reflexões adquiridas sobre inclusão escolar e o terceiro contemplando como o programa de residência pedagógica fortaleceu a nossa formação como um docente inclusivo.

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E AS EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA-CAMPO

Este capítulo apresentará as experiências formacionais de duas estudantes do curso de Pedagogia residentes do Programa de Residência Pedagógica (PRP), vinculado à Capes em parceria com a UNEB, em uma escola-campo vinculada à rede municipal de ensino de Salvador. Com o intuito de narrar os caminhos percorridos até o momento do Programa e ações desenvolvidas para permanência escolar dos estudantes, inclusive a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito escolar.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Escrever este projeto precisou de tempo, tempo esse que nos levou a conhecer onde estávamos e os inúmeros sujeitos em que fomos apresentados ou conhecemos nos corredores da escola-campo, e assim foi possível sair da teoria de como é a vivência de uma rede de ensino e partir para o real conhecimento de como ela é. E para isso, foi preciso sentir, concordar com Larossa (2001) quando diz que a experiência é o que nos move a perceber e a apropriar o que nos rodeia.

Então, o Programa de Residência Pedagógica, um projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, fez dar sentido ao aprimorar a nossa formação como futuras pedagogas, ao apoiar o projeto Núcleo Docência na Educação Básica: (micro) políticas de permanência de estudantes nos cotidianos das escolas, do Curso de Pedagogia do DEDC I da UNEB, orientado pelas professoras Rita de Cássia Santana de Oliveira e Maria Almeida de Oliveira.

E assim, nós licenciandas hoje fazemos parte desse projeto, citado acima, aprovado pela CAPES, atuantes na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, na Escola Municipal Comunitária da Histarte. Com o objetivo de desenvolver ações para a permanência escolar dos alunos e inclusão da pessoa com deficiência nas atividades pedagógicas, com a orientação da preceptora Valéria Oliveira.

A unidade escolar, Escola Municipal Comunitária da Histarte, fica localizada na Rua Miguel Gustavo, S/N, no bairro de Brotas, uma das maiores região do município de Salvador, estado da Bahia, e é cercada por uma extensa área composta por empreendimentos e condomínios. Embora o bairro seja considerado de classe média e figure como um dos maiores da cidade, tanto em números de moradores – com cerca de 70 mil habitantes –, quanto em extensão, a escola não se está bem localizada ao ser construída no final de uma rua completamente deserta e cercada por muros de prédios.

O bairro que abriga a escola é formado por diversas subdivisões como “sub-bairros” e subdistritos divididos entre os públicos de classe baixa e de média renda. Assim, este fenômeno contribui para que escola receba alunos de diversas regiões das proximidades, tanto de áreas mais precarizadas e carentes, como de áreas mais organizadas ao oferecer educação especial, com ensino fundamental do 6º ao 9º ano.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Atualmente é composta por 9 salas de aula, uma sala de atendimento educacional especializado – AEE, 01 sala de regularização de fluxo para os turnos matutino e vespertino, secretaria, cozinha, banheiros e uma área livre para recreação.

Com isso, ela ampara 300 alunos, nos turnos matutino e vespertino, estes são de classe média baixa, moradores do entorno e de bairros periféricos. Não somente, essa unidade possui equipamentos básicos, como máquina de xerox, impressora, notebook, som e TV, materiais de apoio para os estudantes com deficiência recebidos de doação e confeccionados pelas professoras do departamento, e livros didáticos enviado recentemente pelo Ministério da Educação. No entanto, conserva a mesma estrutura física desde sua última reforma em 2008, com apenas algumas manutenções realizadas pelos profissionais que trabalham no local.

À vista disso, a nossa primeira ação prática como residentes foi participar do ato já organizado pelos colaboradores da escola o "ô abre ala que queremos estudar", uma manifestação pacífica com o intuito de comunicar à sociedade à Prefeitura de Salvador a necessidade de reforma/melhorias nas estruturas da unidade.

Não havia dúvidas de que a instituição de ensino precisava de uma manifestação em buscar da atenção da Prefeitura, pois assim que fomos a primeira vez tivemos grandes dificuldades em encontrá-la, mesmo com a ajuda de um GPS. E ao chegarmos, percebemos a falta de uma faixa de identificação, isto é, ainda não há uma sinalização apontando a existência de uma escola naquele local e até mesmo os moradores próximos desconheciam totalmente a existência da escola.

No momento em que fomos convidados a participar dessa mobilização, e começamos a fazer alguns cartazes e até mesmo o convite para que os pais e a comunidade pudessem participar, confesso que foi espantoso saber que não havia reforma na escola há uns 15 anos. Em virtude disso, nos faz refletir o quanto as crianças das periferias precisam lutar para ter uma instituição de ensino com qualidade.

Quer dizer, enquanto os filhos da classe dominante têm acesso para estudar em escolas pavimentadas, com salas de dança, de química, uma quadra de qualidade, e outros, os filhos da classe proletária mal têm acesso a um letreiro com o nome da própria escola. Assim, precisam empenhar-se em conseguir do Município

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO um pouco de atenção para as deficiências postas, e com isso, esperar sabe-se lá quando serem atendido.

Dessa forma, é muito fácil culpabilizar um sujeito pelo fracasso escolar dele, ao não considerar que um dos motivos pelo qual ocorrerá o seu afastamento das dependências educacionais é pelo desinteresse em querer frequentar um local que nem mesmo o Prefeito eleito por voto popular deseja comparecer.

Assim, quando caminhávamos: os estudantes, professores, gestores, funcionários e residentes, dizendo palavras de ordem, compreendemos a grande realidade de desvalorização de muitos professores da rede municipal e estadual. Bem como, a luta diária deles, também, em pelear por um local de trabalho digno, de qualidade e de valorização pelo ser humano que são.

Portanto, a favela, mesmo estabelecida em um bairro de categoria alta, precisa pausar suas atividades pedagógicas para utilizar de toda a sua criatividade, e ajuda populacional, para fazer com que os responsáveis pela administração pública olhem para ela.

Apesar disso, a instituição tem uma grande dedicação na inclusão escolar, é possível perceber pelo número de alunos com deficiência que participam atividades do dia a dia e pela mobilização dos profissionais em atender a todos os estudantes, os colocando como protagonistas, trabalhando sempre com projetos de conscientização, liderança, família e tantos outros que buscam valorizar o crescimento e o desempenho do aluno não só como discente, mas como sujeito.

Logo após o Carnaval, e com o retorno total das aulas, iniciamos com as observações do dia a dia da preceptora professora Valéria, na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, em que pudemos participar de duas entrevistas com a família, com o intuito conhecer o comportamento e como são os alunos que também farão parte do AEE, através das informações, inicialmente, fornecidas pelos pais entrevistados.

No segundo momento do dia, organizamos os detalhes para levar aos estudantes o projeto replanejado no período da jornada pedagógica, Eleição dos representantes de turma 2023. Então, já com uma esquematização preparada pela professora no ano anterior, e com alguns acréscimos dos residentes do turno matutino, pudemos realizar algumas modificações e preparos no projeto, para podermos apresentar aos estudantes na semana seguinte.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Dessa forma, conversamos com a preceptora como seria a ideia do projeto, qual era a finalidade proposta para que os estudantes pudessem se sentir incentivados a participar. Logo, identificamos e definimos que a ideia principal era promover o empoderamento juvenil, fazendo com que os (as) alunos (as) se envolvam nas ações realizadas na escola, contribuindo, assim, para uma gestão mais democrática e participativa.

Após feito todo preparativo, fomos de sala em sala do turno vespertino para apresentar a proposta do projeto Eleição dos representantes de turma 2023. Conforme a cada sala que identificávamos, nos apresentávamos e solicitávamos permissão aos professores para conversarmos com os discentes.

Nesse meio tempo, comemoramos o Dia Internacional da Síndrome de Down, em que as professoras do AEE promoveram em algumas salas uma dinâmica em que a maioria dos alunos participou e mesmo aqueles que no início não quiseram participar acabaram gostando e entrando na brincadeira de jogar bexigas para o alto sem deixá-las cair, caso caísse ela seria retirada da jogada, e assim foi até a última cair. Dessa forma, as professoras conseguiram mostrar aos estudantes a importância da união e solidariedade de todos que com empenho fizeram o possível, mesmo sentados, para a bola não cair, com isso ficou a deixa para conversar sobre a importância do acolhimento, respeito e dignidade às diversas pessoas ao nosso redor.

Ao longo dos dias presenciamos o trabalho das professoras, principalmente da nossa preceptora, e o envolvimento de cada aluno conforme foi se criando ambientes para a evolução e a adaptação deles a cada dia. Com isso, a sala de recursos multifuncionais tornou-se um local não só de ensino e aprendizagem, mas também de troca de emoções e de conhecimentos compartilhados. E assim, foi possível entender o quanto é relevante não se manter distanciada dos sujeitos, mas sim solícita e capaz de proporcionar a todos um lugar agradável e participativo.

À proporção que os dias passavam, coletamos os nomes dos candidatos a representantes de turma 2023 e, juntos com as respectivas turmas dos candidatos, selecionamos aqueles que se encaixavam nas características que eles mesmo tinham escrito na pesquisa realizada. Assim, após já termos os nomes dos candidatos e chapas formadas levamos todos ao conselho de classe da escola para que fossem aprovados.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

As semanas passaram e, com isso, planejamos e organizamos os materiais que seriam utilizados para o dia da eleição. E assim, no dia tão esperado recebemos a todos os eleitores e candidatos com máxima organização e orientação das etapas a seguir.

Após ocorridos os dias da votação, nos preparamos para a tomada de posse daqueles que foram eleitos. A fim de que tudo fosse preparado conforme um empossamento de qualidade, sistematizamos e produzimos diversos aparatos que se assemelhassem ao uma posse, e todo o processo com a ajuda e participação dos alunos do AEE.

Por fim, após todas essas ações desenvolvidas estamos ansiosas para os próximos passos; os encontros que serão promovidos com os representantes de turmas, as intervenções e planos de aulas que faremos com os estudantes com deficiência e todas as participações nos projetos desenvolvidos durante o ano letivo de 2023.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: INCLUSÃO E CIDADANIA NA ESCOLA

A Constituição Federal, publicada em 5 de outubro de 1988, é um símbolo dos direitos dos cidadãos brasileiros, ao garantir liberdade civil e os deveres do Estado. Nela temos o artigo 3º, incisos I e IV, o qual declara o dever de estabelecer uma sociedade livre, justa e solidária, para o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em vista disso, Montoan (2015) ressalta a ideia de inclusão escolar quando declara que todos os sujeitos, independente de quem seja, frequentem as salas de aula do ensino regular. Ensino esse que acredita em seus alunos e disponibiliza aos seus professores estrutura e capacitação suficiente com perspectiva educacional que os levem a um progresso.

Também está previsto na BNCC, conforme Parecer CNE/CEB nº 7/20106, a relevância da inclusão e o respeito às diferenças e a pluralidade cultural manifestada em cada povo. Para que assim, toda criança, jovem, adultos e idosos possam estudar dignamente.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Na sequência, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 05 de outubro de 2009, estabelece que

“Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.” (Brasil, 2009)

Assim, as unidades escolares devem possuir um atendimento educacional especializado – AEE e uma sala de recursos multifuncionais com a função de identificar, construir e planejar atividades pedagógicas, com o acesso de todos os estudantes com deficiência para que possam participar de se desenvolverem dentro e fora dos muros da escola.

Nessa perspectiva, a Escola Municipal Comunitária da Histarte atende a essa demanda quando acolhe um número bastante significativo de crianças e jovens com deficiência, esses alunos, embora estude na mesma sala que os demais, têm atendimentos específicos uma vez por semana na sala do AEE, com o suporte de 03 professores manhã e tarde e 03 profissionais auxiliares de desenvolvimento infantil, na qual há acesso a jogos e a atividades adaptadas que visam atender às necessidades de cada um, o que provoca resultados positivos no processo de aprendizagem.

E com isso, a instituição faz valer a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) que garante, em seu artigo 27, que a educação é:

“direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.” (Brasil, 2015)

Dito isso, conforme os dias de práticas na escola-campo observamos o papel da universidade e a sua contribuição social, do quão se precisa se soltar do modelo ultrapassado de educação e abrir os horizontes de seus docentes e discentes ao instruir sobre a importante da inclusão. Conforme Libâneo (2010), necessitam-se reajustar os cursos com novos conceitos e abordagens, segui o tempo a sua frente,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO recordar que os diversos seres humanos precisam ser valorizados, dessa forma, ressignificar os docentes diante das mudanças e progresso social é fundamental para o reconhecimento da pessoa com deficiência.

Dessa maneira, as universidades precisam se comprometer com Educação Básica ao instruir seus estudantes sobre a diversidade humana que está a cada dia mais visível em nossa sociedade. De acordo Montoan (op.cit.), a formação de um docente inclusivo precisa ser eficaz para entender que independente da deficiência, cada estudante pode aprender e progredir social e pedagogicamente, cabe ao professor ter as habilidades e competências necessárias para essa possibilidade.

A IMPORTÂNCIA DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA VIDA DE DUAS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Com o propósito de possibilitar aos licenciandos de pedagogia uma formação profissional mais preparada o Programa Residência Pedagógica oportunizou o vislumbre de novas perspectivas relacionadas à formação, visto que no intercâmbio entre a universidade e a escola; ocorreram as atividades teóricas e burocráticas – participação em palestras e reuniões, discussões de textos, elaborações e planejamentos – e a prática de ensino.

Assim, a partir da Residência Pedagógica, percebemos a importância prática de muito do que vinha sendo debatido dentro da academia, discussões sobre a didática, educação, sociedade e desigualdade; educação e o capital; educação inclusiva e o processo de ensino-aprendizagem e muito mais.

Dessa forma, propõe a nós residentes uma velha pergunta popular: “e aí, vai continuar ou vai desistir?”, confessamos que a primeira impressão é assustadora: os desafios, a importância do nosso trabalho e as aventuras que nos aguardam, mas conforme o passar dos dias e o amparo e a experiência de profissionais qualificados, ao nosso redor, nos fortalece e nos garante que estamos no curso certo.

Como bem coloca Santos (2020), todo o tipo de experiência que o curso de licenciatura oferece é importante, para dessa forma contribuir na afirmativa de escolha de carreira. A partir dessas experiências, desse contato direto com a sala de aula, forma no estudante o que Souza chama de identidade.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

“Nesse sentido, acredita-se que programas de formação à docência, como residência pedagógica podem contribuir para o processo de construção da identidade. Uma vez que, essa construção identitária demanda saberes e conhecimentos peculiares da formação docente.” (Souza, 2023, p. 03)

Além disso, em diálogo com autores como Souza (2023, p. 03) e Marcelo (2020, p. 112), a identidade não é algo inato ao ser humano. Pois, ela é construída conforme as experiências e vivências. Com isso, ninguém pode dizer que ama determinada coisa sem nunca ter vivido ou experimentado.

Dessa forma, é a partir do contato e das vivências que construímos essa identidade, e é o que a RP proporciona, a oportunidade de o formando conhecer na prática a sua profissão e a partir daí decidir se fez ou não a escolha certa.

Dessa maneira, a vivência na escola-campo promoveu a oportunidade de experimentar o contato com os estudantes da sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE, sempre com o apoio e mediação da professora preceptora. E com isso, possibilitou ter a perspectiva de desenvolver diversas atividades pedagógicas, tanto jogos como questões ilustradas, com esses alunos.

É evidente que tudo à primeira vista é um desafio, a responsabilidade de envolver o aluno à uma atividade proposta, prender a sua atenção para o que está sendo desenvolvido não é tão simples assim; requer habilidade, paciência e experiência, principalmente com alunos que possuem alguma deficiência.

Diante disso, a participação em um Programa de Residência Pedagógica nos possibilitou vivenciar na prática os processos do ano letivo que corrobora para a inclusão escolar. Como exemplo, a educação para surdos, tema que está sendo discutido na academia aos termos aula de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e vivenciado na escola-campo.

Por fim, podemos vislumbrar que a Residência Pedagógica, além de ampliar os horizontes de um discente de Pedagogia, proporciona novas perspectivas e contribui para a sua formação de forma absurdamente intensa, como também constrói no licenciando a aspiração de explorar as suas potencialidades, superar dificuldades e empenhar-se por uma educação inclusiva e cidadã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Esta pesquisa teve como objetivo principal relatar como as experiências formacionais no programa de residência pedagógica reflete sobre a inclusão escolar e em como nos possibilitou mais preparo profissional para a Educação básica.

Não há dúvidas, que todos os professores já foram alunos da Educação Básica, portanto, vivenciaram muitas das dinâmicas de uma sala de aula. Entretanto, ao retornarmos à escola como docente, temos, com efeito, outras percepções e perspectivas. E assim, acabamos por nos surpreender, encantar e se enfurecer com elementos que até então não tínhamos tomado consciente de sua real dimensão.

À vista disso, mediante as inúmeras observações e práticas pedagógicas realizadas até o momento na sala de Recursos multifuncional do atendimento educacional especializado – AEE e fora dela, podemos considerar que para haver efetivamente a educação inclusiva e a permanência dos estudantes com deficiência nas escolas, é preciso além de uma estrutura física escolar de qualidade, também uma construção e uma preparação continuada dos diversos profissionais que entram e dos que já estão nas instituições de ensino.

Para que assim, cada docente tenha em mente que toda e qualquer ação realizada na escola ela precisa ser inclusiva, ou seja, cada proposta escolar precisa envolver e beneficiar, requerer deles participação e torná-los visíveis a cada momento, deixando-os ciente que não são crianças e jovens rejeitados por possuir alguma deficiência.

Além de, intensificar nas atividades pedagógicas a estimulação, curiosidade e capacidade de entendimento deles. Não somente, o envolvimento e o apoio a família são essenciais, pois se os filhos desejarem ir às escolas, mas os pais/responsável não tiverem condições psicológicas ou financeira, não haverá essa possibilidade. Então, pensar em ações para a permanência dos alunos com combinações de estratégias variadas que potencialize cada sujeito em sua diversidade e dificuldade, e assim evoluir a cada passo.

Por fim, tudo o que experienciamos até aqui tem sido muito novo e extremamente magnífico. Confessamos que foi surpreendente, encantador e emocionante cada momento. Em suma, acompanhar de perto e na prática todo planejamento interno e as demandas escolares têm ampliado a nossa visão e amadurecido o nosso processo de formação na docência.

Alguns quesitos perduraram-se em aberto após a realização deste texto, pois ainda estamos no meio do programa de residência, mas consideramos que esse é

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
um bom começo para sentir o chão da escola e sentir o processo da construção de
um docente ciente da importância da inclusão nas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

- AGHTA PANTANO SOUZA, G.; GUIMARÃES, O. M. **Construção da Identidade Docente no Âmbito do Programa Residência Pedagógica**. Revista Debates em Ensino de Química, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 46–69, 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2016.
- _____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência) nº 13.146/2015, de 7 de julho de 2015. Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: Brasília, DF, 02 de outubro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 03 jul. 2023.
- _____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 7/20106. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica: Brasília, DF, 14 de dezembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12a. São Paulo, SP: [s. n.], 2010. OLIVEIRA, M. A. A. D. Educação de jovens e adultos: a relevância da formação do professor. Salvador, BA, p. 78, 2021.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2015. ISBN 85-16-03903-X.
- SANTOS, Eliane Barcelos. E.; MARTINS, M.; SILVEIRA RAMOS, M.; NETO, H.; MAZOCCO PANIZ, C. **A importância do Programa de Residência Pedagógica na formação de professores no Instituto Federal Farroupilha**, Campus São Vicente do Sul. Revista Insignare Scientia - RIS, v. 3, n. 1, p. 42-56, 4 jun. 2020.
- SOUZA, Gahelyka Aghta Pantana; GUIMARÃES, Orliney Maciel. **Construção da identidade do docente no âmbito do programa Residência Pedagógica**. revista debates em ensino de química.

NARRATIVAS E GEOGRAFIA: UMA HISTÓRIA REESCRITA POR MÃOS NEGRAS

Manuela Evangelista da Silva

Universidade do Estado da Bahia
manuelaevangelista9@gmail.com

Jussara Fraga Portugal

Universidade do Estado da Bahia
jportugal@uneb.br
jfragaportugal@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo é uma construção teórica oriunda das apreensões e análises bibliográficas construídas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (Proet), Universidade do Estado da Bahia (UNEB/*Campus I*), por meio do trabalho titulado “Redes, conexões e narrativas: o racismo contra mulheres negras no ciberespaço”. Propomos enquanto objetivo narrar a história escrita por mãos negras, como propõe Nascimento, B. (2021[1974]), construindo caminhos e possibilidades para uma de(s)colonialidade, que evidencia a necessidade do enfrentamento epistemológico. Para isto, utilizamos a abordagem qualitativa aliada à uma pesquisa bibliográfica, com um construto teórico baseado em produções de artigos, livros, dissertações, teses e outras obras. Portanto, narrar a história da trajetória de pessoas negras, é um caminho para descolonizar o pensamento e contribuir para que tais abordagens tenham maior visibilidade no âmbito da ciência geográfica.

Palavras-chave: narrativas; geografia; de(s)colonialidade; história negra.

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica por um longo período teve suas contribuições, no campo científico, relacionadas a uma concepção epistêmica europeia e, por conseguinte, colonial. As bases epistemológicas e metodológicas estiveram alinhadas com as percepções de Colonialidade e Modernidade, que iam formando as sociedades cujas raízes foram alijadas na Colonização.

Saberes de pessoas negras, indígenas, latino-americanas foram sendo silenciados nos espaços considerados de escolarização formal, estabelecendo quais conhecimentos seriam apreendidos na escola e, como estes seriam abordados. Esta dimensão recai no perigo de uma história única, como aponta Adichie (2019), na qual nos deparamos com uma visão única dos fatos, como aqueles narrados sobre o processo de colonização do Brasil. Quando a história é narrada sob um único

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
prisma, vivemos atrelados a esta concepção de verdade e, por muitas vezes, desconhecemos as realidades que estão associadas a ela.

Todavia, outros lugares de fala emergem como possibilidade de descentralização na produção do conhecimento, pois “O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um lado só, que suprimiram outras memórias [...]” (Mignolo, 2005, p. 40). Logo, narrar estas memórias que foram suprimidas, sobre outras perspectivas, é um caminho para revelar a força da história silenciada.

Este escrito é um recorte teórico da pesquisa “Redes, conexões e narrativas: o racismo contra mulheres negras no ciberespaço”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (Proet), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus I), vinculada ao vinculada ao Grupo de Pesquisa Geo(bio)grafar – Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores e atrelada à pesquisa-âncora Geo(grafias) em múltiplos contextos territoriais: identidades, memórias e narrativas²⁷.

A intenção foi analisar os enredos das narrativas racistas contra mulheres negras, construídas e disseminadas no contexto do ciberespaço, por meio das redes sociais *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* e suas interconexões com o racismo estrutural.

Assim, este artigo tem por objetivo narrar a história escrita por mãos negras, como propõe Nascimento, B. (2021[1974]), com ênfase na trajetória da mulher negra, construindo caminhos e possibilidades para uma descolonialidade, que evidencia a necessidade do enfrentamento epistemológico. Apropriamo-nos de uma pesquisa de cunho qualitativo, pela proximidade da pesquisadora, uma mulher negra, com as histórias que serão descritas a seguir.

ESCREVER POR MÃOS NEGRAS: TECENDO OUTRAS NARRATIVAS

²⁷ Esta pesquisa demarca um objeto instituído pela relação de uma tríade que entrelaça memórias (individuais, coletivas e subterrâneas ou marginais), expressões identitárias e narrativas sobre acontecimentos, vivências, experiências que compõem as histórias vividas por grupos diversos de sujeitos sociais em múltiplos contextos geográficos, evidenciando acervos experienciais, os quais comportam o repertório de vivências e as experiências que compõem o mosaico de memórias e de histórias narradas pelos colaboradores da pesquisa em seus contextos de vida.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

O continente que conhecemos como América Latina é uma formação histórica constituída a partir do período colonial. Anterior a isto, em 1492, a América não aparecia nos mapas, embora este território já existisse, sendo nomeado pelos povos que aqui habitavam de Abya Yala²⁸. O novo conceito está associado a uma cosmologia cristã, que silencia as demais denominações construídas pelos nativos, associada a uma divisão tripartida do mundo (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

A construção de uma narrativa histórica na qual a Europa é o centro da humanidade e de que todos os povos são subjugados à sua concepção de civilização nos conduziu ao equívoco de uma história única que discorresse mediante a abordagem eurocêntrica. Para isto, há uma sequência ideológica que converge a partir dos gregos e se constitui com a noção de universalidade, sendo que até 1492 não existia uma história mundial, mas partes justapostas que versavam sobre distintos acontecimentos, não tendo a concepção eurocêntrica forjada como a primazia para narrar os fatos em escala global (Dussel, 2000).

Todavia, temos uma história “[...] tradicionalmente divulgada na perspectiva dos vencedores, pode ser escrita a contrapelo, dando vez a versões, mínimas, fragmentárias de vidas comuns, nem heróicas, nem exemplares [...]”, mas que denotam as “[...] derrotas advindas de sua condição social, racial e de gênero.” (Schmidt, 2017, p. 187) Desse modo, a propositiva é des-re-construir outras tantas narrativas sobre a historicidade negra no Brasil, apresentando-a sob outros olhares e novas significações.

O tempo e o espaço são categorias fundamentais para compreender as dimensões apresentadas no decurso deste trabalho. Um tempo que é tanto cronológico, quanto o tempo da narrativa, permeado pelo interlocutor. O espaço precisa ser analisado em sua multiplicidade e coexistência de trajetórias, pois está sempre em construção, de acordo com a intencionalidade do sujeito que o modifica (Massey, 2008).

É importante reiterarmos que a partir da linguagem (as narrativas) o europeu

²⁸ Abya Yala é uma palavra da língua do povo Kuna, que significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento, sendo utilizado como sinônimo de América, para contrapor este termo forjado no período colonial. O povo Kuna é originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia, tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas). Fonte: **Instituto de Estudos Latino-Americanos**, Universidade Federal de Santa Catarina.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO foi construindo um caminho unilateral para descrever os acontecimentos históricos: o eurocentrismo. Ainda assim, é possível pensar que as matrizes de racionalidade construídas em diferentes locais podem estabelecer diálogos, sem que se tenha uma única história sobre todos os fatos; pois ao debatermos a concepção de uma unicidade no pensamento universal “[...] o que visamos é o deslocamento do lugar de enunciação [a Europa] e, assim, proporcionar que outros mundos de vida ganhem o mundo, mundializando o mundo” (Porto-Gonçalves, 2006, p. 38), permitindo que outras narrativas sejam evocadas.

A primeira narrativa construída no que concerne ao início da escravização na colônia foi a docilidade e aceitabilidade de indígenas e negros, que pouco resistiram a esse processo, fato que também justifica a mesma visão construída em relação aos brasileiros (Gonzalez, 2018; Santos, 2015). Atrelada a esta, estava a noção de sujeitos a-históricos, irracionais, sendo tratados praticamente como animais, com referências a bestialidade e a ferocidade, sendo “[...] uma tônica muito comum do racismo e, portanto, do processo de *desumanização* que antecede práticas discriminatórias ou genocídios” (Almeida, 2021, p. 29) até os dias atuais.

Outra justificativa empregada para legitimar o processo de escravização no Brasil colonial é o fato da “instituição escravidão” ser “[...] conhecida e utilizada desde a Antiguidade africana [...]” (Nascimento, B. 2021 [1985], p. 160), porém, não havia um sentido de propriedade do sujeito escravizado, já que existiam alguns fatores que direcionavam estes processos, a saber: guerras entre grupos étnicos vizinhos, castigo por descumprimento de normas dentro de um grupo, “escravidão voluntária” como medida protetiva, entre outras questões.

Tão somente pode-se confrontar estas narrativas a partir da formação dos primeiros quilombos na então Colônia Portuguesa em 1559 como forma de resistência à escravização, sendo distribuídos em distintas porções do espaço geográfico. Além do mais, o primeiro estado livre de todo o continente americano foi constituído no Brasil, a República Negra dos Palmares (1595 – 1695), na capitania de Pernambuco (Gonzalez, 2018).

Palmares não somente era um refúgio para pessoas escravizadas que fugiam do trabalho forçado, mas também era formado por indígenas, brancos de classes sociais com pouco *status*, os quais possuíam enquanto objetivo comum formar um estado com bases comunitárias, reproduzindo as experiências advindas do continente africano.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Desta narrativa surgem os mitos que afirmam “[...] os negros escravizavam a si mesmo” e, de modo mais recente, “[...] os primeiros a terem atitudes racistas são os negros”. A visão unilateral dos fatos (re)cria estas falácias que asseguram uma posição de inferioridade das pessoas negras na sociedade, justificando ações que reafirmam o privilégio branco construído no decurso da história do país.

Outro fato narrado consiste no processo de catequização de não-brancos neste processo colonial, com o intuito de apagar seus cultos, tradições, relações com a natureza. Neste período, a concepção religiosa postulada pela Igreja Católica, a qual estabelecia uma correlação das pessoas negras, por serem adeptos do politeísmo, enquanto não dotadas de alma e, portanto, poderiam ser escravizadas.

As tentativas de catequização deram origem ao sincretismo religioso, não de forma harmônica, mas como um mecanismo de re-existência construída pelos povos negros para assegurar que o culto prestado aos orixás, não seria esquecido nas paredes da memória de uma terra longínqua, o continente africano. A associação dos orixás com os santos católicos era uma das formas de continuar prestando os cultos sem que os senhores pudessem se opor às suas relações com a espiritualidade, já que o catolicismo era a concepção religiosa oficial do Estado.

Afinal,

[...] como que poderia uma religião oficial, locupletada no poder, misturar-se num mesmo plano de igualdade, com a religião do africano escravizado que se achava não só marginalizada e perseguida, mas até destituída de sua qualidade fundamental de religião? (Nascimento, A. 2016 [1976], p. 134)

Um dos objetivos desta imposição era uma construção invisível de correntes, no plano espiritual, com o batismo compulsório assim que adentravam em terras brasileiras, continuando com um processo de catequização para que fossem “purificados” do pecado. Um verdadeiro “[...] proselitismo à sombra do poder armado” (Nascimento, A. 2016 [1976], p. 134) que se perpetua de outros modos no decorrer dos séculos.

Estes construtos narrativos também possuem sua égide baseada na concepção de Modernidade, a qual por meio de dois pilares que asseguram sua concretização e perpetuação: a Racialização e a Racionalização. O primeiro, diz respeito a uma sociedade categorizada em raças, expressa inicialmente pelo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
conceito biológico do termo. A Racionalização refere-se ao controle do trabalho e dos recursos disponibilizados na então colônia cujas vidas e matérias-primas eram exploradas (Quijano, 2005). Portanto, a escravização era pautada por essa relação biológica de hierarquização entre as raças, potencializando práticas racistas até os dias atuais e, evidenciando esse controle da mão de obra de pessoas não brancas, seja pela submissão em relação aos cargos ocupados, seja pelos salários inferiores.

Outro diálogo que pode ser estabelecido no intuito de rever estas narrativas é por meio dos conceitos de Colonialidade e Colonialismo, os quais não são sinônimos, apresentando diferentes dimensões do período colonial, mas correlacionadas. A colonialidade refere-se às relações sociais que se articulam ao processo capitalista por meio da concepção de raça. Já o colonialismo articula a soberania de uma nação ao modo como esta exerce poder sobre outros povos. Diante disso, é possível afirmar que o colonialismo precede a colonialidade, mas esta sobrevive ao colonialismo nos modos de vida, nos padrões estéticos, culturais e acadêmicos, nas aspirações dos sujeitos, na forma como a modernidade influencia as relações cotidianas (Maldonado-Torres, 2008).

O que persiste e se retroalimenta nas relações sociais estabelecidas, tanto no espaço geográfico quanto em plataformas digitais, é a percepção de colonialidade, à medida que suas distintas facetas estabelecem um padrão de conduta a ser seguido pela sociedade.

Para auxiliar neste processo, Quijano (2005) propõe a análise da Colonialidade por meio de três percepções, a saber: a Colonialidade do Poder é uma estrutura de dominação a partir da conquista. Há um discurso que é reproduzido e incutido no imaginário de colonizado, de inferiorização e subalternização, sendo fundada na classificação racial. Esta influencia na perpetuação de práticas racistas, seja com pessoas negras ou indígenas, devido às características fenotípicas.

A segunda vertente é a Colonialidade do Saber que representa o silenciamento/repressão dos conhecimentos construídos por pessoas não brancas, reduzindo-os a noção de primitividade e irracionalidade. Aqui cabe destacar que a intenção deste artigo é construir caminhos para pensar novas epistemologias, na busca por tecer narrativas sobre uma história que foi escrita e vivida por pessoas negras, mas tem sido negada e silenciada em diversos espaços.

Por fim, a Colonialidade do Ser, a qual representa a negação do outro, da sua humanidade. Assim, surge a concepção de Outridade, daquele que é diferente, mas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
em uma perspectiva pejorativa, de inferioridade, por sua cor da pele, classe social,
identidade de gênero, opção sexual e outras diversidades.

Portanto, é importante ratificar que as narrativas revelam o pensamento interseccional que nos possibilita reescrever a história e as memórias da população negra no Brasil, desfazendo esses mitos e evidenciando um olhar que ratifica o modo como o nosso país, social, economicamente, em termos de estrutura da cidade e do campo foi construído por mãos negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo, cuja intenção foi possibilitar uma reescrita da história narrada sobre pessoas negras nos espaços formais de educação, permite analisar que este escrito é uma busca por de(s)colonizar o pensamento, a escrita e o modo como teorizamos sobre esta história e, por vezes, reproduzimos narrativas repletas de equívocos e estereótipos.

A unicidade das histórias que descrevem a trajetória da humanidade, bem como de pessoas não brancas na América Latina, silenciando as nomenclaturas que foram construídas pelos povos ameríndios, seus modos de territorializar, produzir, constituir suas comunidades, se relacionar com os elementos naturais e organizar sua espiritualidade.

Portanto, a de(s)colonialidade é mais que o resultado de uma exigência teórica, é um pensar cotidiano para a construção de outras possibilidades. É analisar os processos históricos, de modo a compreender como as relações sociais têm sido estabelecidas e a influência da relação tempo-espaço neste percurso. Desse modo, “[...] de(s)colonizar – mais como verbo do que como substantivo – é, ao mesmo tempo, uma perspectiva de olhar/ler e de vivenciar/praticar o mundo” (Haesbaert, 2021, p. 9) em distintas dimensões da sociedade.

Logo, falar em uma história única é compreendê-la por meio das relações de poder construídas através da colonização. Adichic (2019, p. 12) utiliza uma palavra do igbo, *nkali*, a qual “É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’” para expressar o modo como o poder, sobretudo centralizado, narra histórias a partir de um único viés. A autora acrescenta ainda que, “Assim, como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contadas depende muito de poder.”

Essas relações de poder que envolvem a Colonialidade em sua tríade – do Poder, do Saber e do Ser –, subsistem e se retroalimentam nas relações sociais e espaciais, tanto no espaço concreto quanto no virtual. Sendo assim, é imprescindível repensarmos e reconstruirmos essa história feita por mãos negras, em diáspora forçada, mas que em terras distantes souberam criar modos de reexistência, por meio de comunidades organizadas coletivamente, a exemplo dos quilombos, resgatando a espiritualidade em novos moldes e buscando caminhos e criando estratégias diversas para resistir.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Feminismos Plurais – coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 41-53.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia: Universidade Federal Fluminense, 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71-144, 2008.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda P. Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO 2005. p. 35-50.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos.** Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, v. 8, n. 16, p. 37-56, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis Revista Latinoamericana**, 31, p. 1-34, 2012.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significados.** Brasília: INCTI/UnB, 2015.

LINGUAGENS, ALFABETIZAÇÃO E EXPERIVIVÊNCIAS DE LETRAMENTOS

Prof.^a Dr.^a Dilzete da Silva Mota Ramos²⁹
Universidade do Estado da Bahia
dmota@uneb.br

RESUMO

Este artigo: Linguagens. Alfabetização e Experivivências de letramentos apresenta um relato de experiências em três componente curriculares do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia/ Campus XI: Linguagens e Análises Linguísticas, Processos de Alfabetização e Letramento e Prática de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos. Tem por objetivo evidenciar possibilidades de trabalho com leitura, escrita e compreensão de várias linguagens no ensino fundamental I e na universidade. É desenvolvido através de uma abordagem qualificativa, a partir de estudos de autores que fundamentam este trabalho, como os de Bakhtin (1990), Ramos (2008), Bechara (2008), Luft (2008), Ferreiro (1999), Kleiman (1995). Os resultados apontam contribuições das oficinas pedagógicas para a apropriação e desenvolvimento de letramentos dos participantes a partir do estudo de vários gêneros textuais, verbais e não verbais.

Palavras-chaves: linguagens; gêneros textuais; oficinas pedagógicas; diferenças étnico-raciais; letramentos.

INTRODUÇÃO

O artigo Linguagens. Alfabetização e Experivivências de letramentos é fruto de práticas pedagógicas desenvolvidas nos componentes por mim ministrados: Práticas de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos, do primeiro semestre; Linguagens e Análises Linguísticas, do segundo semestre e Processos de Alfabetização e Letramento, do sexto semestre; do curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação/Campus XI, durante o semestre 2023.2, em curso. As questões que nortearam este trabalho foram:

- 1) Atividades planejadas, contextualizadas e significativas, elaboradas a partir de vários gêneros textuais, contribuem com o processo de aquisição da escrita alfabética e de desenvolvimento de letramentos?
- 2) A escola, através de práticas pedagógicas cotidianas, pode promover uma educação antirracista, utilizando a literatura negra, desenho

²⁹Graduada em Letras (UEFS), Especialista em Alfabetização (UEFS), Especialização em Administração e Projetos Sociais (UFBA), Mestre em Linguística (UNICAMP), Doutora em Linguística (UNICAMP), Professora da UNEB.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO gráfico, dentre outros suportes, tendo em vista contribuir para efetivar a Lei 10.639/23?

- 3) A leitura e estudo de características estruturais e linguísticas dos gêneros acadêmicos: artigo e resenha, a partir de discussões sobre diferenças étnico-raciais, desperta o interesse da turma pela temática e pela produção de outros gêneros, a exemplos dos resumos simples e expandidos?

As duas primeiras questões nortearam o trabalho com os componentes que discutem linguagem e alfabetização. A última questão guiou o trabalho com o componente que aborda leitura e produção de textos acadêmicos.

Para contemplar essas indagações, o objetivo geral visa realizar reflexões e ações que desenvolvam a leitura, a compreensão do lido no processo de construção de sentido(s) e do entendimento do funcionamento da escrita alfabética através de gêneros textuais diversos e adequados às situações de comunicação. Os específicos são: 1) Elaborar oficinas explorando gêneros textuais, enfatizando os que abordam questões indígenas e étnico-raciais; 2) Produzir resumos simples e expandidos, oriundos de relatos de experiências do trabalho com as oficinas e apresentá-los no NUPE; 3) Apresentar as oficinas em escola municipal da cidade de Serrinha e no XI Seminário do NUPE (Núcleo de Pesquisa e Extensão) do Campus XI, que ocorrerá nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2023.

A necessidade de contribuir com a elevação do nível de letramento dos pedagogos em formação justifica este trabalho; por um lado, por viabilizar o encontro deles com leituras variadas na sala de aula. Por outro, por propiciar a alunos da escola básica o contato com a leitura literária, explorando a compreensão de temas distintos, dentre eles a cultura indígena e as diferenças étnico-raciais. Tais fatos evidenciam a relevância profissional e social desta experiência.

A metodologia usada para desenvolver o trabalho foi a pesquisa bibliográfica, realizada a partir de livros, tese e artigos de autores que abordam essa temática. É feita uma abordagem qualitativa dos materiais usados, assim como das interações entre os sujeitos que protagonizaram essa experiência. Os teóricos usados para fundamentar o trabalho foram: Bakhtin (1990); Ramos (2008); Bechara (2008); Luft (2008); Ferreira (1999); Kleimam (1995); Cosson (2018) dentre outros.

O trabalho segue a seguinte estrutura: Introdução, onde são feitas as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO apresentações do tema, questões norteadoras, objetivos, justificativa, metodologia e dos autores que embasam as discussões travadas durante o percurso. Em seguida, na seção: *Linguagens e o trabalho com gêneros textuais*, apresento concepção de linguagem que direciona as discussões e orienta a elaboração das oficinas. Logo após, encontram-se *As oficinas e os processos de Letramentos*, onde são mostradas as contribuições das oficinas para o desenvolvimento de letramentos literário, escolar, racial e acadêmico. Por último, *Algumas Considerações* sobre a relevância e contribuições do trabalho são apresentadas.

LINGUAGENS E O TRABALHO COM GÊNEROS TEXTUAIS

Os componentes foram iniciados com reflexões sobre língua e linguagem. A língua foi apresentada numa perspectiva apontada nos estudos de Bechara (2008), Luft (2008), entre outros que a consideram como resultado da ação do uso que o homem faz dela. Nesse sentido, a fala se apresenta como realização da língua, portanto, varia no tempo histórico (variações diacrônicas), no espaço geográfico (variações diatópicas), no estilo do uso (variações diafásicas) e, ainda a depender da condição socioeconômica desse homem que a usa (variações diastráticas). Assim, existe um arcabouço regido por regras semânticas, sintáticas, fonológicas que se materializa no uso, isto é, fala situada e contextualizada. A linguagem foi vista enquanto fenômeno que constituiu todas as formas, verbais e não verbais, usadas para transmitir pensamentos, ideias, sentimentos, etc, enfim, usadas para traduzir a complexidade do ser. Isso ocorre num processo interativo e constitutivo. No momento dialógico em que me expresso, me transformo e sou transformado, conforme postulados de Bakhtin (1990).

Esse entendimento é importante porque mostra a língua e o homem em transformação permanente. Ela não é estática e depende de um sujeito que a utilize para que possa continuar viva e não ser apenas um conjunto dessas regras citadas anteriormente. No curso de Pedagogia, preocupado com o processo de aquisição, apropriação e domínio do sistema de escrita alfabética e do letramento de alunos do ensino fundamental I, tal abordagem contribui, de um lado, para fortalecer o pertencimento da língua materna falada por todos brasileiros e, de outro, para impulsionar um investimento em um estudo que busque garantir a apropriação e o domínio dessa língua em todas suas complexas diversidade.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Nessa perspectiva, a criança, que já domina uma variedade linguística (a língua usada nas comunidades), precisa na escola, especificamente nos três anos iniciais do ensino fundamental I, adquirir, se apropriar e dominar outras variedades linguísticas, além da que ele já conhece e usa. Eis a função da escola, agência de letramento, como afirma Kleuman (1995). Para tal função, nas aulas dos três componentes com os quais ensino e aprendo, tenho insistido no trabalho em sala de aula a partir de gêneros textuais por compreender que não há fala aleatória que não se apresente por meio de gênero. A comunicação humana se dá através de gêneros, os quais são mutáveis, adaptáveis a situações e ou contexto socioeconômicos e históricos. Segundo Marcuschi (2010, p.19), “os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia”. Enfatizo o trabalho com gêneros também por considerar que os alunos em processo de alfabetização precisam conhecer, compreender e produzir os gêneros que circulam dentro e fora da escola. A prática proposta e exercitada nos componentes curriculares, voltados para formação de pedagogos, contribui para que o aluno se alfabetize a partir de práticas comunicativas contextualizadas, significativas e planejadas.

Com esse intuito, nos componentes Linguagens e Análises Linguísticas e Processos de Alfabetização foram estudadas características linguísticas e estruturais dos gêneros: receita, poesia, fábula, letra de música, cartaz, desenho gráfico, mensagem de WhatsApp, história infantil e história infantil negra. Os alunos foram provocados a produzir e a apresentar oficinas na Escola Municipal Creunite Brizolara, que atende ao ensino fundamental I. As oficinas foram planejadas para envolver alunas do primeiro ao quinto ano. Elas tinham como objetivos gerais apresentar o gênero textual, compreender o lido, desenvolver a capacidade de fazer inferência a partir de uma situação dada, desenvolver a oralidade, a leitura, a escrita e a análise linguística.

As oficinas foram organizadas, observando contextualizar os gêneros que dariam margens a situações de comunicação, como ocorre em todo ato de uso da língua.

Ressalto que os alunos do componente Processos de Alfabetização elaboraram atividades de escrita capazes de fornecer material escrito para que pudessem identificar (diagnosticar) fase de escrita alfabética, segundo Ferreira

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO (1999), visando em outro momento, apresentar proposta que contribuísse para ajudar os alfabetizados a avançarem no processo de aquisição do sistema de escrita alfabética.

Cabe registrar que as oficinas produzidas pelos alunos do componente Linguagens e Análises Linguísticas não puderam ser aplicadas na Escola Municipal Creunita Brizolara, por conta de um contratempo com o transporte municipal que se comprometera a buscar os alunos no Campus XI, para conduzi-los até a escola. O atraso do transporte inviabilizou o desenvolvimento das atividades programadas para a data combinada com a escola. Por conta disso, as oficinas serão aplicadas no XI Seminário do NUPE para os alunos da referida escola, os quais foram convidados com esse fim.

Todas as oficinas aplicadas na referida escola foram transformadas nos gêneros textuais: resumo simples e resumo expandido para serem apresentadas no XI Seminário do NUPE do Campus XI, que teve como tema: CAMPUS XI, UNEB-35 ANOS DE(RE)EXISTÊNCIA DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO.

A produção do gênero resumo simples e resumo expandido nos põe diante dos gêneros secundários, conforme Bakhtin(1990), que são aqueles exigidos por situações de comunicação mais complexas.

“Os secundários surgem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: Artística, sócio-política (o romance, a tese de doutorado, etc.). Os gêneros secundários, no processo de sua formação, absorvem e transmutam os gêneros primários, estes transformados dentro daqueles (secundários), perdem sua relação imediata com a realidade e só se entregam à realidade quando considerados enquanto parte de uma obra como um todo (literária, científica, etc.), realidade existente.” (Ramos, 2008, p. 63)

Pode-se observar que a situação real, isto é cotidiana, a vivência de sala de aula foi transmutada, foi desprendida do real e se constituirá em outra realidade quando os resumos simples e expandidos forem produzidos e apresentados no NUPE. Os gêneros primários, segundo Bakhtin, são aqueles resultados de comunicação espontânea cotidiana. Podemos exemplificá-los com as mensagens se *whatsapp*, as conversas espontâneas e informais.

AS OFICINAS E OS PROCESSOS DE LETRAMENTOS

Dentre os gêneros textuais selecionados, cinco textos abordam temas relativos a questões étnico-raciais através de linguagens variadas: desenho gráfico. “Todo menino é um rei” de Nilcley Rocha³⁰; histórias infantis que abordam o universo de crianças pretas: O cabelo de Lelê, de Valeria Belem; Menina bonita do laço de fita, de Ruth Rocha; Cada um com seu jeito, cada jeito é de um, de Lucimar Rosa Dias; a poesia O pequeno Príncipe Preto de Marcelo Serralva. As discussões foram voltadas para a construção de sentimentos de representatividade e identidade através da valorização de traços e elementos da cultura afro-brasileiras. Nesse sentido, cartazes e painéis foram construídos pelas crianças com os títulos: “Viva às diferenças”, Autorretrato, etc. Para representar os cabelos das crianças, os professores em formação distribuíram vários tipos de linhas e lãs com texturas e cores variadas

Os alunos envolvidos no processo de construção das oficinas e das discussões sobre a existência de diferenças étnico-raciais demonstraram compreender a importância de afirmações favoráveis para construção e /ou desenvolvimento de autoestima de crianças pretas, o que pode reverberar em sentimentos e atitudes de empoderamento e identidade, ao se evidenciar positivamente outra estética. A identidade, como veremos abaixo, é permeada num processo interativo e dialógico, no qual envolve a ideia que o sujeito tem de si e como é visto pela ótica do outro que o reconhece através de suas ações.

O cientista social Jacques d'Adesky (2001:76) destaca que a identidade, para se construir como realidade, pressupõe uma interação. A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos outros em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante a vida toda por meio o diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto. Estas dependem de maneira vital das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é o movimento pelo qual passa todo e qualquer identitário e, por isso, diz respeito, também, à construção de identidade negra.

³⁰ Historiador, artista gráfico, serrinhense.

Essas discussões propostas por todos os gêneros trabalhados promovem letramento literário tanto dos pedagogos em formação como dos alunos do ensino fundamental I, que tiveram oportunidade de entrar em contato com este trabalho. Letramento literário diz respeito a experiências com linguagens literárias. Desse modo, a leitura; a compreensão do gênero; a identificação de estrutura composicional e linguística do gênero; as reflexões sobre ações dos personagens e das temáticas abordadas conduzem a um reconhecimento sobre como, por exemplo, as histórias são construídas e narradas; sobre formação de variados personagens e sobre aspectos característicos da poesia. Todas essas informações contribuem para construir um repertório de conhecimentos que o capacita a identificar uma gama diversificada textos literários: fábula, poesia, conto, história infantil, história infantil negra, dentre outros tantos.

Além disso, oportunizam o debate sobre temas universais, como amor, racismo, morte, respeito etc., ao mesmo tempo que ajudam o leitor a ampliar sua experiência ao se deparar com formas diferentes com que os personagens lidam com os conflitos humanos. Quando isso ocorre a leitura cumpre sua função primordial.

A abordagem de uma temática específica, como as diferenças étnico-raciais, educação antirracista, Lei 10639/02, representatividade e identidade do povo preto acabam por promover o letramento racial. Isso pode tornar os sujeitos familiarizados com terminologias e estudiosos da causa, e implicados com políticas públicas voltadas para o respeito e luta desse povo.

Os pedagogos em formação pesquisaram a lei 10639/02 para fundamentar sua prática política pedagógica no espaço escolar e vislumbrar formas de contribuir com a efetivação dessa lei, para além da aplicação das oficinas.

Os alunos do componente Práticas de Leitura e Produção de Textos Acadêmicos vem desenvolvendo estudo sobre características linguísticas: resumo simples, resumo expandido, artigo, edital. O tema escolhido para estudar o gênero artigo foi Diferenças étnico-raciais a partir de um artigo de Munanga (2014). A implicação da turma com a temática deu origem à organização, produção e futura apresentação de um júri simulado, com realização prevista para 29/11/2023. Além disso, o desdobramento da temática possibilitou a produção de outros gêneros discutindo o mesmo tema da diversidade racial: resumo simples e expandido,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO minicurso, oficinas trabalhando charges e literatura infantil negra. Todos esses trabalhos foram submetidos ao XI Seminário do NUPE do Campus XI, enfocando o respeito às diferenças raciais, a necessidade de uma pedagogia multicultural e a urgência de uma educação antirracista” (Munanga, 2014).

A elaboração dos resumos pelos alunos se configura em letramento acadêmico na medida em que atende a uma demanda comunicativa, através de uma prática social, permeada por leitura e escrita, a qual exige -lhes conhecimentos específicos referentes à estrutura, à linguagem e às normas de apresentação do gênero em um seminário, evento de natureza acadêmica. Portanto, pode-se afirmar que essa atividade possibilita e ou amplia o letramento acadêmico ao oportunizar o conhecimento e o exercício de formas apropriadas para a sua realização.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os desafios do trabalho nos componentes se traduzem no enfrentamento da pouca crença da capacidade de produção internalizada pelos alunos. Isso aliado a pouca experiência com a leitura e a escrita e ao pouco comprometimento com o ato libertador de estudar. O letramento dos estudantes precisa ser elevado com atividades cotidianas que levem a ler mais e a se apropriar de conhecimentos, para que conquistem cidadania plena e criatividade. A leitura é um instrumento indispensável no processo de constituição de uma postura política pedagógica alinhada e comprometida com melhores condições de vida e com a formação de sujeitos mais humanizados e mais respeitoso com as diferenças, sejam elas quais forem.

Outra dificuldade contatada para o desenvolvimento do trabalho, diz respeito à necessidade de ampliação de transporte para o nosso departamento, o que garantirá uma frequência maior de nossos trabalhos nas escolas públicas do município de Serrinha, lócus de nossos estudos e aprendizagens.

As experiências, através das oficinas produzidas e apresentadas dos professores em formação, assim como dos alunos da escola básica evidenciam o exercício de letramentos variados, como o literário, o social, o acadêmico. Apontam ainda a urgência de se ampliar atividades que concorram para a efetivação de uma educação antirracista através da consolidação da Lei 10.639/2003, que estabelece o ensino da cultura afrodescendente e afro-brasileira nas escolas estaduais e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
particulares de ensino fundamental e médio, no Brasil.

A relevância deste trabalho reside na oportunidade de contribuir para o desenvolvimento acadêmico e profissional do pedagogo em formação, tanto no que se refere à produção e apresentação de trabalhos escritos no NUPE, quanto à experivivências de atividades planejadas, oficinas, visando potencializar os letramentos de alunos da escola básica. Letramento é entendido como todas práticas sociais que envolvem a leitura e escrita, como nos ensina Street (2014).

REFERÊNCIAS

BAKTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética. A teoria do romance.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC 1990.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?** 8ª ed. São Paulo, Atica, 1998.

BELEM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** Ilustradora: Adriana Mendonça.

BRASIL. **Educação antirracista:** caminhos abertos para Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, 2005 (Coleção Educação para todos)

COSSO, Rildo. **Letramento literário:** Teoria e prática. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2018.

DIAS, Lucimar Rosa. **Cada um com seu jeito, cada jeito de um.** Ilustradora: Sandra Beatriz Lavandeira. Alvorada: 2012.

KLEIMAM, Angela (org.) **Os significados do letramento.** Uma nova perspectiva sobre a prática social da escola. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade:** o gíglô das palavras: por uma nova concepção da língua materna. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do laço de fita.** Ilustrador: Claudio Ceccon. Ática, 2014.

MARCUSCHI, L. Antonio. **Definição e funcionalidade.** In: gêneros textuais e ensino. Angela Paiva Dionísio; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.) SP: Parábolas, 2010.

RAMOS, M.R. Dilzete. **A música popular em foco:** Contribuição para a categorização do Pagode como gênero discursivo. Capinas, SP. 2008 (Tese de doutorado)

ROCHA, Nilcley. **A pivetada é realeza.** Serrinha, Bahia, Brasil. 12 de março de



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
2021. @nilclemotion. <https://www.instagram.com/p/CMUlfuuAHCs>

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo, Contexto, 2003.

STREET, Brian. V. **Letramentos sociais**: Abordagens do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação: Tradução: Marco Bagno. – 1ed. – São Paulo: Parábola Editorial: 2014.

A IMPORTÂNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL

Bianca de Araújo Ferreira

Universidade do Estado da Bahia
biantina_46@hotmail.com

Wallefe Santana Silva Oliveira

Universidade do Estado da Bahia
wallefesantanaoficial@gmail.com

Marize Damiana M. B. e Batista

Professora UNEB, CAMPUS XI
pibidgeografiacampusxi@gmail.com

RESUMO

Este artigo foi produzido a partir da necessidade de ressaltar a importância do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) para a formação de professores de geografia na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha-Ba, bem como a importância da bolsa para a permanência na universidade. Teve caráter bibliográfico e exploratório, fundamentado por autores cujos trabalhos se baseiam na perspectiva da Pedagogia Histórico Crítica, e no ensino de Geografia, que faz a crítica ao ensino de geografia fragmentado e descontextualizado da realidade concreta, tendo como parâmetro analítico o arquétipo N-H-E. Foi aplicado um questionário elaborado na plataforma *google forms* utilizando o aplicativo Whatsapp com intuito de compartilhar o formulário com todos os pibidianos. Através do resultado dos questionários podemos perceber a importância da bolsa para garantir a permanência do estudante na universidade, bem como a aproximação escola/universidade proporciona experiências fundamentais para a formação profissional do licenciando.

Palavras-chave: PIBID; geografia; educação; experiência; professores.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) tem como objetivo proporcionar aos bolsistas dos cursos de Licenciatura a oportunidade de, nos primeiros momentos da graduação, vivenciar o ambiente da sala de aula. Ele permite aos licenciandos bolsistas aprofundar os conhecimentos teóricos e ao mesmo tempo se encontrar durante a sua formação enquanto profissional da educação.

O objetivo do presente trabalho é compreender a importância da participação no PIBID para a formação de professores do curso de licenciatura em Geografia na Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, sendo realizado um questionário

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO entre os bolsistas e voluntários do programa, no subprojeto **“O PIBID na defesa da Geografia nas escolas no Território do Sisal, Ba: contribuições ao ensino na abordagem histórico-crítica”**, Edital CAPES nº 23/2022, Chamada Interna nº 001/2022 – PROGRAD. As análises se fundamentaram nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica, cuja referência filosófica é o materialismo histórico dialético.

O presente artigo aborda em suas discussões o ensino de Geografia como uma ferramenta crítico-superadora de modelos de ensino desarticulados com a realidade dos estudantes da rede básica de ensino, e como a pedagogia histórico-crítica surge no âmbito educacional para superar arquétipos que estão enraizados nos conteúdos de ensino da Geografia escolar, sendo objetivo final de um professor, contribuir para a criação de práticas pedagógicas contextualizadas que estejam em consonância com os desafios impostos pelo espaço.

BASE TEÓRICA

O presente trabalho baseou-se no referencial de autores que discorrem sobre o ensino da Geografia escolar na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, cuja referência filosófica é o materialismo histórico-dialético. A premissa é considerar as condições objetivas de atuação na sociedade capitalista e que educação é possível neste contexto. Saviani destaca os desafios teóricos da pedagogia histórico-crítica:

Desafio teóricos que nós poderíamos sumariar talvez, grosso modo, em duas grandes direções: uma implicaria desenvolver aspectos da teoria que ainda requerem maior elaboração; a outra direção seria sistematizar, explicitar aspectos que a teoria já contém, até mesmo já elaborou, mas ainda não deu a eles uma forma sistematizada, articulada em termos de uma formulação orgânica, ampla, totalizante e coerente (Saviani, 2014, p. 89).

Quando tratamos do ensino de geografia, um dos desafios é o modelo do arquétipo N-H-E (Natureza, Homem e Economia), discutido através da perspectiva de Silva (2019), que apresenta modelo de Geografia de forma desestruturada, desligada do espaço físico; outro desafio enfrentado é a redução da carga horário no ano letivo, em virtude da reforma do ensino médio. Segundo Moreira (2014), o ensino de Geografia tem vindo a perder o seu contexto crítico e a sua metodologia. Portanto, Moreira (1982) diz que a geografia, através da análise dialética do arranjo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO do espaço, serve para desvendar máscaras sociais, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo. Entendendo que a geografia é parte fundamental para o processo de produção social e do mecanismo de controle da sociedade. Por isso é fundamental a formação crítica dos estudantes da classe trabalhadora, para quebrar a hegemonia do modelo de educação que serve aos interesses da classe dominante.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A pesquisa teve caráter bibliográfico e exploratório, fundamentada por autores cujos trabalhos se baseiam em uma perspectiva crítica da sociedade burguesa e da superação da luta de classes. Sua natureza é de cunho qualitativo e com alguns dados quantitativos. Utilizamos para o embasamento do artigo, revistas e artigos científicos, livros voltados a temática deste trabalho. As análises se fundamentaram nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica, cuja referência filosófica é o materialismo histórico-dialético. Este método compreende a realidade em seu conjunto, nas contradições do processo histórico, reconhecendo possibilidades de transformação social. Assim, a educação como dimensão da sociedade, é produzida sob tensões e disputas.

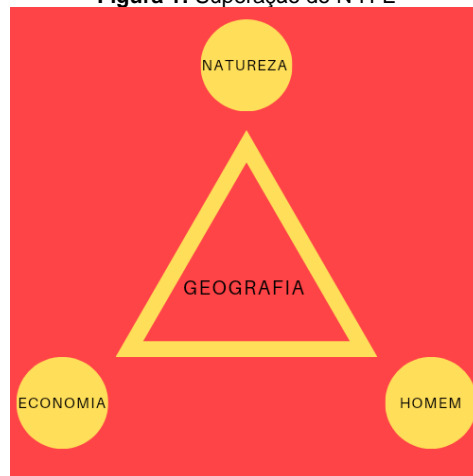
O PIBID do curso de Geografia tem 24 integrantes dentro deles bolsistas e voluntários no semestre 2023.2, no qual estamos elaborando esta pesquisa. Para caracterizar o projeto foi aplicado um questionário elaborado na plataforma *google forms* utilizando o aplicativo Whatsapp com intuito de compartilhar o formulário em *chat* de grupo geral do PIBID onde se encontram todos os pibidianos. Optamos por essa forma de aplicação por conta da logística de horários na universidade e pelo fato do subprojeto contar com estudantes de turmas e turnos diferentes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: GEOGRAFIA E O MÉTODO N-H-E

A Geografia, que é o ramo científico que estuda as conexões e relações humanas dentro de uma sociedade que perpetua o sistema capitalista, é altamente significativa para desmascarar o desmantelamento de um modelo que marginaliza e segrega as relações socioespaciais. Isto é notório no âmbito da educação, onde, segundo Moreira (2014), o ensino de Geografia tem vindo a perder o seu contexto

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO crítico e a sua metodologia. Isto se deve em parte à redução do tempo letivo destinado à Geografia nas escolas secundárias e em outras modalidades de ensino. O modelo de Geografia, que se estrutura em torno do N-H-E (Natureza, Homem e Economia), apresenta-se de forma desarticulada, desligada do próprio espaço geográfico em que se movimenta sob uma sociedade de classes em disputa. Esta estrutura aliena os indivíduos e reforça os estilos de vida dominantes e burgueses. Com base no que diz o professor Ruy Moreira descrevendo o arquétipo N-H-E, a Figura 1, é uma forma de representar graficamente como está estruturado o arquétipo. Nota-se na Figura 1 que há três extremidades em formato de círculo como partes isoladas e outra que é um triângulo. Nela está situado cada um dos elementos do arquétipo, a saber: natureza, homem e economia, porém esses elementos estão separados sem uma forma de ligação. Isto representa o modo de organização da sociedade.

Figura 1: Superação do N-H-E



Fonte: Elaborado pelos os autores.

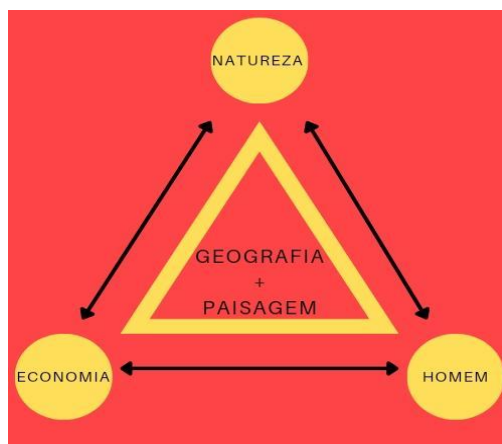
Contextualizando o arquétipo N-H-E segundo Moreira (2014), a geografia tem sido objeto de estudo desde o século I com Estrabão e o século II com Ptolomeu. No entanto, a metodologia utilizada para estudar geografia enfrentou numerosos problemas e resultou numa abordagem fragmentada e descritiva que atende às necessidades imediatas. O Tratado de Geografia Física de De Martonne é considerado um texto fundamental na geografia física, enquanto os Princípios de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Geografia Humana de Paul Vidal de La Blache servem como referência para o estudo da geografia humana. Desde então, outros autores desenvolveram esses trabalhos para avançar ainda mais no campo.

A divisão da realidade em partes distintas tem um grande impacto na forma como a geografia é ensinada. O modelo N-H-E foi integrado em currículos e livros didáticos, separando Natureza, Humanidade e Economia com o objetivo de categorizar, listar e definir. Ao examinar um determinado livro didático com essa estrutura fica claro que esse modelo se reflete na forma como a natureza é apresentada como um recurso valioso a ser investigado, explorado e utilizado pela humanidade. Para superação desse arquétipo, faz-se necessário usar a Paisagem na Figura 2, como elemento unificador desse modelo estrutural. Segundo a professora Renata da Silva “Para desengavetar o N-H-E, a Paisagem será retomada vista da seguinte forma em consonância com os elementos da tríade” (Silva, 2019, p. 9) concordando com ela o professor Ruy Moreira no diz:

Portanto, pela paisagem, a tríade N-H-E consegue dissolver-se e encontrar o fio condutor para uma visão ao mesmo tempo incisiva e também totalizante. “Sem paisagem não se pode explicar o mundo como uma integralidade de coisas” (Silva, 2019, p.11 apud Moreira, 2014, p. 154).

Figura 2: Superação do N-H-E



Fonte: Elaborado pelos os autores.

Segundo Lacoste 2007, através da análise dialética dos arranjos espaciais, o estudo da geografia serve para desvendar as máscaras sociais, ou melhor, as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

conexões hierárquicas que dão origem a essas estruturas. Toda configuração espacial está inextricavelmente ligada a conexões sociais e, no contexto atual, as conexões estão baseadas nas relações de classes. O conhecimento geográfico é de extrema importância para a criação do pensamento crítico, e a geografia na educação básica garante aos alunos a capacidade crítica de se reconhecerem como cidadãos e reprodutores da vida nas relações sociais e de se questionarem sobre elas. Para Saviani (2014), é preciso superar o preconceito desse ensino reducionista e considerar o valor do conhecimento sistemático produzido ao longo da história humana como um fator relevante para alcançar uma aprendizagem de alta qualidade nas escolas. Couto (2017), ao apontar para a formulação do currículo de geografia ensinado nas escolas, considera a geografia como uma ciência das práticas e conhecimentos espaciais, propondo um novo modelo de organização curricular clássico baseado em práticas espaciais e na apropriação dos alunos, conhecimentos sistematizados como uma forma de ocupar um lugar na luta de classes.

A IMPORTÂNCIA DO PIBID PARA FORMAÇÃO DOCENTE

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) busca a qualificação e aperfeiçoamento na formação de estudantes de licenciatura, bem como uma aproximação da universidade com as escolas públicas, além da oportunidade de colocar a teoria aprendida na universidade em prática, vivenciando a dinâmica escolar. O PIBID foi criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Portaria Normativa nº 122, de 16 de setembro de 2009 (Brasil, 2009), tendo como objetivos:

- I. incentivar a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública;
- II. valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente;
- III. elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições públicas de educação superior;
- IV. inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- V. proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, levando em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
consideração o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB, ENEM, entre outras;
VI. incentivar escolas públicas de educação básica, tornando as protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros professores (portaria n.122, de 16 de setembro de 2009).

O PIBID é um programa que oportuniza uma experiência única no processo de formação docente, antecipa o contato com o ambiente escolar. Esse contato dos futuros docentes com a realidade do espaço escolar é fundamental em seu processo de formação. É através do contato com a escola proporcionado pelo programa que o licenciando vai refletir se é o caminho da docência que ele quer seguir.

A partir da aplicação de um questionário, obtivemos a resposta de 14 licenciandos que são beneficiários da bolsa PIBID de Geografia. Metade desses se identifica com sexo masculino e a outra parte é do sexo feminino. 71,4% dos licenciandos são do turno vespertino e 28,6% estão no turno matutino, porém não responderam o questionário, que ficou disponível do dia 31/10/23 a 02/11/23. Os pibidianos que responderam o questionário residem nas cidades de Barrocas, Biritinga, Capim Grosso, Euclides da Cunha, Santaluz, Serrinha e Valente. A atuação dos bolsistas é em duas Escolas: na Escola Polivalente de Conceição do Coité em Conceição do Coité-Ba e no Colégio Estadual Rubem Nogueira em Serrinha, Ba, onde fica o Campus XI da UNEB.

Cerca de 50% dos pibidianos disseram que dispõem de outras bolsas que auxiliam na permanência, dentro dessas bolsas estão a Residência Universitária e o Mais Futuro que são bolsas de permanência que são cumulativas com PIBID, as demais como Residência Pedagógica, Partiu Estágio, monitoria de ensino/extensão e Iniciação Científica (IC) não tem essa característica. Por virem de outras cidades, os pibidianos responderam que têm alguns gastos, dentre eles, Alimentação, Transporte, Aluguel e material de apoio. Todos os licenciandos disseram que a bolsa do PIBID é de suma importância para a garantia de sua permanência na universidade, 78,6% responderam que sem a bolsa do programa não conseguiram se manter na universidade, pois deste público-alvo apenas um realiza outro tipo de atividade econômica no setor da segurança pública.

Foi identificado nos relatos dos entrevistados sobre a importância do PIBID para sua formação, que o programa funciona como um espaço de convívio e aprendizado e a relevância do estudante de licenciatura, a partir do contato com a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sala de aula. “A partir do contato com a sala de aula, através do PIBID o licenciando pode adquirir conhecimento, aprendizados e experiência para a sua futura profissão. Esse contato deixa o licenciando mais conectado com a Geografia” (PIBIDIANO, OUT., 2023). Ademais, comentam também a importância da bolsa para sua permanência, “Na minha opinião, o PIBID é importante porque oferece oportunidade para permanecer na universidade” (Pibidiano 8, out., 2023).

Assim, a bolsa PIBID é um recurso valioso para estudantes de graduação, pois permite que eles estudem e trabalhem na área de conhecimento e pesquisa escolhida enquanto estiverem na universidade, processo que se dá por meio de diversas atividades como reuniões, observações, regências em sala de aula e pesquisas. “Além de me proporcionar a pesquisa e extensão no meio acadêmico, ele me proporcionou vivenciar experiência na docência que irão me ajudar na escolha da minha área de atuação” (Pibidiano 3, out., 2023).

Fica claro que a identidade do professor se forma por meio de sua prática docente e as experiências que vão adquirindo no caminho. É fundamental que os professores em formação estejam presentes no ambiente escolar como pesquisadores, para assim compreenderem plenamente a profissão docente assim comenta um dos entrevistados: “O PIBID é de extrema importância para a minha qualificação profissional pelas experiências proporcionadas em sala de aula precocemente na licenciatura, reforçando aspectos importantes para o processo de estágio futuramente” (Pibidiano 4, out. 2023).

Em relação a aproximação dos pibidianos à escola pública, foi observado em suas respostas que a “aproximação contribui não só para a formação do estudante, mas também para a formação dos professores supervisores, que têm a oportunidade de analisar e/ou mudar suas concepções sobre as práticas de sala de aula” (PIBIDIANO 1, OUT. 2023). Ajudam na compreensão do “chão da escola” e a realidade da mesma. Um dos entrevistados comenta que essa aproximação é importante para dar o retorno do valor investido em sua formação.

“Tem uma importância crucial em múltiplas instâncias, a primeira que você tem a devolutiva do dinheiro de impostos investidos na educação, o licenciando tem a aproximação com o campo de atuação, possibilitando a prática e trazendo a realidade da educação brasileira que em momentos ele não tem dentro da universidade.” (Pibidiano 3, out., 2023)

O objetivo final de um professor é contribuir para a criação de práticas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO pedagógicas contextualizadas que estejam em consonância com os desafios impostos pelo espaço escolar.

Ao buscarem se especializar e aprimorar sua metodologia, e ao compartilhar conhecimentos historicamente construídos pela humanidade, os professores podem superar as limitações de uma educação voltada ao ideário neoliberal. A partir da pergunta sobre o método da Pedagogia Histórico-Crítica que é utilizado no subprojeto, alguns entrevistados responderam que este método auxilia a formação de um pensamento crítico do estudante e supera o ensino de viés tecnicista da Geografia. Porém alguns ressaltaram que “Quando tem a aplicação de maneira completa, vejo a diferença no entendimento dos alunos, entretanto tem momentos em que os alunos se dispersam e não consigo seguir a metodologia proposta pela PHC.” (Pibidiano 3, out. 2023).

Vale ressaltar que método da Pedagogia Histórico Crítica, não é um passo a passo, os momentos como prática social inicial, problematização, instrumentalização, Catarse e prática social final, não necessariamente devem seguir uma ordem, além disso, os professores devem se esforçar para desenvolver uma abordagem de ensino ampla na área de Geografia que vá além de uma narrativa única e dominante e de práticas que envolvam a mera transposição de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo discute a importância do ensino de geografia com base na Pedagogia Histórico-Crítica, visando assim quebrar o modelo do arquétipo Natureza-Homem-Economia, que apresenta a geografia de forma fragmentada, desmantelada, desarticulada da realidade e do próprio espaço ao qual ela está inserida. Esse modelo de divisão tem o objetivo de categorizar, listar e definir. E o conhecimento geográfico sob a abordagem da PHC exerce um papel na perspectiva de romper com essa corrente, assumindo o seu papel social, de formar cidadãos críticos e reprodutores da vida nas relações sociais e de se questionarem sobre elas.

A partir da aplicação do questionário, obtivemos a resposta de quatorze discentes que são beneficiários da bolsa PIBID. Eles relataram suas experiências vividas a partir do contato com a dinâmica escolar, bem como a importância do programa para a formação e permanência na universidade. Os bolsistas em sua

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO maioria são oriundos de cidades do Território de Identidade do Sisal, salvo poucos que migraram de outros territórios exclusivamente para ingressar na universidade. Dentre outros aspectos, com a bolsa recebida, relatam ser importante para garantir a permanência na universidade, que segundo observou-se, cerca de 78,6% não conseguiriam permanecer na universidade sem a bolsa. Identificamos que o programa proporciona experiências que vão além da aproximação universidade/escola, é um espaço de convívio e aprendizado, proporciona a construção do seu caminho profissional, ajudando assim o licenciando a decidir se vai seguir ou não o caminho da docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID**, Disponível em: [/http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid](http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid). Acesso em: 27 de outubro de 2023.

COUTO, Marcos Antônio Campos. A geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais - por um novo modelo clássico de organização curricular. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 13, n. 2, págs. 5-25, jul-dez 2017.

MOREIRA, Ruy (org). **Geografia: Teoria e Crítica. O Saber Posto em Questão**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. 2ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo. Contexto, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. Universidade de Campinas-SP, **Revista RBBA**, 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1405/1214> acessado 24/10/2023.

SILVA, Renata da Silva Fernandes. **Um arquétipo chamado N-H-E – Para um entendimento epistemológico geográfico**. São Paulo, 2019.

***RELACION ENTRE ENVEJECIMIENTO Y ACTIVIDAD FÍSICA:
POSIBILIDADES Y DEMANDAS PARA EL EDUCADOR FÍSICO***

Valdir Santos Jaques
Universidad San Lorenzo
Assunció, PyE-
valdir_bomber@hotmail.com

RESUMO

O envelhecimento promove alterações biológicas, fisiológicas, sociais e psicológicas. Optar por um estilo de vida ativo proporciona vários benefícios à saúde, sendo que é considerado como um relevante componente para uma melhor qualidade de vida e de independência funcional do idoso. Tão importante quanto pesquisar acerca de benefícios biopsicossociais obtidos pela prática da atividade física, é observar e entender os fatores vinculados que influenciam tanto sua adesão quanto sua manutenção. É primordial o trabalho realizado por educadores físicos no que diz respeito à prescrição e orientação adequada de exercícios físicos a serem realizados com a população idosa, pois deste modo podem ser beneficiados com melhoria e manutenção da saúde, tendo o envelhecimento menos incapacitante funcionalmente, com a promoção de saúde. Objetivo: A partir de uma revisão da literatura, este trabalho tem como proposta analisar a relação entre adesão da prática da atividade física e a funcionalidade do idoso. Método: Para que fosse possível abordar acerca do tema proposto, este estudo foi embasado em artigos publicados em revistas especializadas, livros e pesquisas na internet, referentes a publicações efetivadas no período de 2008 a 2018. Melhor esclarecendo, foram utilizados onze livros, dezesseis revistas digitais, oito artigos científicos publicados na internet e três sites governamentais ou de organizações. Concluiu-se que para os idosos a prática de exercícios físicos é primordial, pois se forem praticados com regularidade melhoram a qualidade de vida. Observou-se, ainda, que o educador físico é responsável por informar sobre os benefícios da prática de exercícios físicos. Toda prática de atividade física porta aspectos positivos para o envelhecimento, tanto físico como psicossocial, promovendo saúde, autonomia, e qualidade de vida para pessoas idosas.

Palavras-chave: idoso; atividade física; educação física.

RESUMEN

El envejecimiento promueve cambios biológicos, fisiológicos, sociales y psicológicos. Elegir un estilo de vida activo proporciona varios beneficios para la salud y se considera un componente importante para una mejor calidad de vida e independencia funcional de las personas mayores. Tan importante como investigar beneficios biopsicosociales que se obtienen al practicar actividad física es observar y comprender los factores relacionados que influyen tanto en la adherencia como en el

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO manutenção. La labor que realizan los educadores físicos es fundamental en cuanto a la prescripción y orientación adecuada de los ejercicios físicos a realizar con la población mayor, ya que de esta forma pueden beneficiarse de la mejora y mantenimiento de la salud, siendo el envejecimiento menos incapacitante funcional, con la promoción de la salud. Objetivo: A partir de una revisión de la literatura, este trabajo tiene como objetivo analizar la relación entre la adherencia a la actividad física y la funcionalidad de las personas mayores. Método: Para poder abordar el tema propuesto, este estudio se basó en artículos publicados en revistas especializadas, libros e investigaciones en Internet, abarcando el período de 2008 a 2018. Para esclarecer, se publicaron once libros, dieciséis revistas digitales, ocho artículos científicos. en internet y tres sitios web gubernamentales u organizaciones, se concluyó que el ejercicio físico es fundamental para las personas mayores, ya que si lo practican regularmente mejoran su calidad de vida. También se observó que el educador físico es responsable de informar sobre los beneficios de practicar ejercicio físico. Toda práctica de actividad física tiene aspectos positivos para el envejecimiento, tanto físicos como psicosociales, promoviendo la salud, la autonomía y la calidad de vida de las personas mayores.

Palabras clave: adulto mayor; actividad física; educación física.

INTRODUÇÃO

No decorrer de todo processo histórico observa-se as mudanças pelas quais o comportamento da sociedade passou. Apesar dos avanços tecnológicos, constata-se que a sociedade tem sofrido modificações; estas modificações afetam o estilo de vida e o comportamento dos indivíduos.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2012), atualmente a população idoso Brasil tem aumentado significativamente; a expectativa de vida destes hoje é de 73,4 anos de idade; tal dado denota ser indispensável o desenvolvimento de programas vinculados à saúde, devendo atender as necessidades desta população que possui certas peculiaridades e anseios apropriados de sua idade. Constata-se, através da mídia, de pesquisas realizadas e de recomendações médicas, que a atividade física propicia vários benefícios à saúde de pessoas portadoras de doenças, principalmente as relativas ao coração. Julga-se a discussão sobre temade sua importância, sendo que o sedentarismo vem tomado conta das crianças, adultos e principalmente de idosos.

Deste modo constata-se ser primordial a realização de pesquisas na área em questão, uma vez que, mesmo observando aumento de interesse por parte da população com relação à prática de atividades físicas, ainda há muito que ser pesquisado sobre o assunto.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Segundo Okuma (2009), sendo que a expectativa de vida tem aumentado

visivelmente, é de suma importância que as pessoas que estão vivendo mais, preocupem-se com a qualidade de vida e pratiquem atividades físicas para, deste modo, obter mais saúde e, conseqüentemente, bem estar. Diversos são os indivíduos que não têm consciência da importância da atividade física para a saúde; a referida atividade não é apenas uma questão de estética, mas sim de saúde e sobrevivência. É nítido que a inatividade física é causa de debilidade, de enfermidades variadas, de baixa qualidade de vida e morte prematura de algumas pessoas. Okuma (2009) ainda salienta que mesmo com informações acerca do sedentarismo e suas conseqüências para a saúde, ainda é pequeno o número de pessoas que realizam atividades físicas. Assim, não basta falar sobre importância da atividade física para a manutenção da saúde, é necessário estimular os indivíduos a procurarem meios diminuir o sedentarismo.

Corazza (2012) considera que é importante que o educador físico motive o idoso para que este sinta prazer, alegria, leveza, e que observe o quanto melhora sua qualidade de vida com os exercícios propostos.

Silva (2012), por sua vez, menciona que o crescente número de idosos existente nos dias atuais necessita de atenção de toda a sociedade, sendo que quando se tem pessoas saudáveis, o gasto é menor com a saúde e o melhor meio de não adoecer é prevenir doenças. Deve ser considerado que o sedentarismo pode ser um fator de risco para diversas doenças, independentemente da idade, independente da idade. Sendo assim a sociedade necessita de maiores esclarecimentos sobre os benefícios que a atividade física pode propiciar.

Levando-se em consideração o valor do idoso para a sociedade, este trabalho se justifica pela relevância em estudar os benefícios que a atividade física propicia à saúde de indivíduos que a praticam de modo regular.

O objetivo geral do estudo consistiu em discutir sobre a relação existente entre o envelhecer com melhor capacidade física e a realização de atividade física. Foram objetivos específicos: verificar os benefícios dos exercícios físicos na vida dos idosos; buscar esclarecimentos sobre um envelhecimento saudável; analisar a importância do educador físico na relação idoso X qualidade de vida.

Em se tratando de metodologia, para a realização deste estudo foram utilizados como fonte de pesquisa artigos científicos, livros e sites eletrônicos; deste modo enquadra-se como metodologia do tipo bibliográfica. Foram utilizadas palavras

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
chave como envelhecimento, atividade física, capacidade física e educação física
para facilitar a busca de materiais que tratem sobre o tema proposto considerando
recorte cronológico para as produções acadêmicas publicadas nos dez últimos anos
(2018-2008).

Por fim, as reflexões anunciadas ao longo do presente artigo, pontuam sobre
o processo natural do envelhecimento da população, em especial a brasileira,
podendo sobre os reais benefícios das atividades físicas, obviamente
orientadas pelo profissional da Educação física, para promoção da saúde física e
mental das pessoas.

O EDUCADOR FÍSICO: COMPETÊNCIAS

Ao se discutir sobre a competência profissional, em qualquer tipo de área de
estudo, indaga-se questão como: qual conhecimento o profissional deve ter para
atuar apropriadamente no mercado de trabalho e, assim, ser competente e
diferenciado?

A referida questão é polêmica e qualquer profissão, especialmente quando se
trata da Educação Física, sendo que envolve preparação profissional, seja na
Licenciatura ou Bacharelado, e trata da relevância das disciplinas teóricas e práticas
nos currículos dos cursos de formação profissional em Educação Física.

Há diversas divergências envolvendo tal questão, uma vez que coloca em
conflito posições evidentes e antagônicas dos intelectuais da área, as quais se
posicionam como “práticos ou teóricos”. Pergunta-se se há realmente esta dicotomia
teoria X prática na Educação Física, e se o conhecimento teórico é a sustentação
para a atuação do profissional. Ainda há indagações como: a experiência prática é o
referencial e a maneira pela qual o profissional oferece um serviço mais qualificado?
Existem condições de ambas se vincularem na busca de uma melhor formação?

Ghilardi (2008) cita que as respostas para as referidas questões são
complicadas, mas o intuito de tais questionamentos é viabilizar uma discussão sobre
qual é a formação profissional mais apropriada que supra as falhas perceptíveis na
atuação dos profissionais em Educação Física no atual mercado de trabalho.

Antes de mais nada é necessário definir os conceitos de “teoria” e “prática”
para se verificar do que se trata e qual a diferença primordial entre eles. A seguir
observa-se se as diferenças existem, verificar se os profissionais estão cientes

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO destas diferenças para, posteriormente, poder traçar os pontos positivos e negativos de ambas. Tojal (2005), conceitua teoria e prática da seguinte maneira citando que:

Teoria - conjunto de conhecimentos sistematizados que se propõe explicar a ocorrência de determinados fenômenos de acontecimentos. Prática- conhecimento aplicado resultante de um saber advindo de um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre determinados fenômenos. (Tojal, 2005, p. 18).

Ainda de acordo com Ghilardi (2008) há diferenças entre a teoria e prática, isto é, a teoria refere-se aos conhecimentos produzidos e prática à aplicação destes conhecimentos. Porém observa-se que as diferenças só ocorrem a nível conceitual, sendo que tanto a teoria quanto a prática se referem ao conhecimento, sendo ele aplicado ou não. Porém, é importante que o profissional tenha ciência conscienciado disso, uma vez que o que falta ao profissional é o conhecimento e a compreensão do que é teórico, como é formulado, como pode ser usado e quais implicações no que tange à aplicabilidade para a solução de problemas práticos.

Observa-se a existência de uma dicotomia, uma separação, um distanciamento entre teoria e prática na Educação Física que, segundo alguns autores, interfere na formação profissional.

Tani (2005) salienta que a especialização e a fragmentação do conhecimento na preparação profissional propicia uma separação entre disciplinas teóricas e práticas, impedindo que elas se comuniquem e se interajam. Consequentemente tem-se profissionais com capacidade de análise, porém com dificuldade em sintetizar conhecimentos, impedindo a solução de problemas práticos. Tal fator tem causado abandono da teoria enquanto instrumento de auxílio à prática.

Segundo Mola (2005) alguns autores consideram a teoria como perda de tempo, refinada, mas inútil; outros acreditam que a prática é uma repetição acrítica, que não é capaz de fornecer algo de novo para a construção do conhecimento.

Por sua vez Wisterstein (2005) comenta que até mesmo os docentes que preparam profissionais sustentam esta dicotomia, sendo que ministram disciplinas que têm esta divisão entre teoria e prática, separando e isolando as disciplinas uma das outras como se não tivessem nada em comum.

Isto quer dizer que entre o próprio corpo docente existem especialistas que ou só produzem conhecimento ou só aplicam o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

conhecimento, não sendo capazes de integrar e associar o conhecimento para o próprio enriquecimento profissional. O que está sendo dito é que não existe uma correspondência direta entre as disciplinas ditas práticas e teóricas no curso de preparação profissional. Muitas vezes o que é abordado numa aula na quadra não está relacionado ao conhecimento produzido em sala de aula, ocorrendo isso até mesmo em disciplinas ministradas pelo mesmo professor (Ghilardi, 2008, p. 6).

O que foi abordado não significa que dentro da quadra não se produz conhecimento, e sim que não há um elo entre as várias disciplinas que pertencem a grade curricular, não atingindo os objetivos dos alunos de graduação, uma vez que as disciplinas são transmitidas de modo isolado, ficando sem sentido.

Existe um ditado que denota bem a referida situação: “A teoria explica tudo e nada faz. A prática tudo faz e nada explica. Aqui se concilia a teoria e a prática. Nada se faz e ninguém explica nada” (Kokubun, 2005, p. 95).

Wisterstein (2005) acredita que para acabar com esta dicotomia entre teoria e prática na Educação Física deve haver uma integração entre ambas por meio da práxis, isto é, a prática refletida, teorizada, pois não são termos contraditórios, opostos, e sim dialéticos, complementares, formando uma unidade. O referido autor ainda cita que “... a teoria sem a prática é oca, a prática sem a teoria é cega” (p.39).

Esta citação denota que a unidade teoria/prática, na medida em que se complementam, são duas faces de uma mesma moeda. A teoria, separada da prática, mais cedo ou mais tarde tem a tendência de cair no subjetivismo.

É necessário discutir como devem dispor no currículo de curso de formação profissional em Educação Física as disciplinas teóricas e práticas, para, deste modo, oferecer um conjunto de conhecimento necessário e inerente ao graduado etambém como as disciplinas práticas vão enriquecer o repertório intelectual do discente e não ser caracterizadas apenas como aquisição de habilidades motoras. Não é fácil definir que tipo de conhecimento é necessário para a prática profissional. Para pessoas de tendências acadêmicas, os profissionais que dominam o conhecimento advindo de pesquisas básicas sobre o movimento humano e o queo envolve encontram-se mais preparados que os que têm conhecimentos aplicados, sendo que os conhecimentos aplicados são específicos e difíceis de serem generalizados. Por outro lado, as pessoas com tendência mais profissional crêm que os conhecimentos aplicados são mais primordiais, pois os conhecimentos básicos são elaborados de modo fragmentado, sem correspondência com uma situação real de prática.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Tani (2005) considera que isto ocorre porque os conteúdos das disciplinas práticas constituem-se de atividades motoras próprias do esporte, dança e ginástica, devendo serem constituídos de conhecimentos estruturados sobre essas atividades. Do contrário, torna-se difícil diferenciar uma aula prática de um curso de preparação profissional de uma aula curricular de Educação Física.

O autor em questão pondera que uma disciplina com estas características é considerada um luxo, pois mantém o aluno de graduação executando atividades motoras com um fim em si mesmo, sem contar com o alto custo financeiro de um curso superior.

Ghilardi (2008) cita que as vivências práticas não relacionadas com a aquisição de conhecimentos, básicos ou aplicados, não são fáceis de serem justificados num curso de preparação profissional que visa ser de nível superior.

Em um curso de graduação, que visa formar profissionais especializados em motricidade humana, é necessário discutir e analisar como ocorre o movimento em suas várias formas de manifestações, seja no esporte, dança, recreação e, sobretudo no dia a dia do indivíduo, especialmente com um cuidado maior com o idoso. Deve evidenciar quais as implicações do movimento para as pessoas, o que ele proporciona, quais seus benefícios, adequações, inadequações, propriedades e impropriedades do movimento e em que este interfere na vida das pessoas, pensando em saúde, bem estar e longevidade.

Deste modo encontra-se em questão, a importância, a validade e a necessidade das disciplinas esportivas como voleibol, basquetebol, natação, judô, handebol, ginástica, etc., nos moldes de treinamento e especialização. Conforme relatado por Pellegrini (2008) ao assumir que um profissional tenha experiência motora e domine todas as habilidades para que possa trabalhar em diversos segmentos da Educação Física, os currículos dos cursos de graduação devem garantir um grande número de experiências motoras.

A mencionada questão raramente será resolvida num curso de graduação ou em uma disciplina de poucas horas semanais, uma vez que o acervo motor é fruto de anos e anos de trabalho.

Tani (2005) constata que as vivências práticas sem vínculo com a aquisição de conhecimento não fazem sentido em curso de preparação profissional, contudo depende de um processo contínuo de produção de conhecimento que a sustente com novas informações, isto é, a produção de conhecimento deve estar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO constantemente justificando as vivências práticas.

Argumentos mencionados pelo autor citado fundamentam sua colocação que podem ser adquiridas em um curso de preparação profissional, qual sua utilidade, sendo que saber executar para demonstrar não foi considerado, de acordo com estudos recentes, o melhor meio para que alunos aprendam novas habilidades.

Tais estudos denotam que as características dos modelos atingem a demonstração, isto é, a demonstração feita por modelos aprendizes pode ser tão efetiva ou melhor que a demonstração de modelos de excelência. Além do mais, a demonstração juntamente com instrução e conhecimento de resultados pode ter efeitos positivos sobre a aprendizagem, pois a aprendizagem implica conhecimentos teóricos-científicos sobre as condições em que ela ocorre.

Sendo assim é melhor os alunos se espelharem num modelo aprendiz quando, por exemplo, aprenderão a executar uma parada de mãos, e o professor analisar a demonstração e passar as instruções do que ele mesmo realizar a execução.

Outro argumento usado é que ter passado por experiências em executar não tornou profissional a melhor passar as instruções, uma vez que a habilidade é uma capacidade pessoal adquirida e, assim, subjetiva. Ela necessita de objetividade, isto é, transformar a habilidade em conhecimento declarativo, em informações verbalizadas, sendo que para que as habilidades possam ser transmitidas, é necessário que elas sejam transformadas em palavras, sejam descritas. Em se tratando de habilidade, a intenção pode estar evidente, mas o modo pelo qual se vai atingir a meta é deficiente. Sendo assim, é necessário o domínio teórico de mecanismos e processos envolvidos na execução e aprendizagem de habilidades motoras.

Para trabalhar com crianças, e especialmente com idosos, a capacidade de execução designa um fator irrelevante; o mesmo acontece com esporte de alto nível, sendo que se a capacidade de execução fosse indispensável, os profissionais deveriam de ser eles próprios os melhores executores.

Neste sentido Tani (2005) enfatiza que as disciplinas consideradas práticas, em vez de privilegiar a execução, dêem oportunidades para que o aluno desenvolva sua capacidade diagnóstica, sua capacidade de observação, para que este conheça, antes de passar instrução, o que o aluno necessita aprender. Em vez dos docentes nas aulas práticas transmitirem métodos e técnicas de ensino em forma de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
sequências pedagógicas preestabelecidas, é melhor discutir conceitos de como o aluno se move, se desenvolve, como aprende e como se estrutura as atividades e as tarefas a serem repassadas.

Neste sentido, princípios fundamentais, conceitos teóricos básicos e estratégias flexíveis de ensino formam instrumentos indispensáveis que viabilizam que o profissional formule seus problemas práticos.

Concordando com as idéias mencionadas, Manoel (2006) cita que as disciplinas práticas em um curso de graduação, deveria desenvolver nos alunos a capacidade de julgamento dos problemas cotidianos, considerando a variabilidade, a complexidade e a incerteza do mundo real.

Tal fator designa que os profissionais não devem se ater a programas e modelos fixos pré-determinados de aprendizagem, sendo que na atuação profissional o público é heterogêneo, as necessidades são diferentes, as estratégias se modificam, os problemas mudam constantemente.

Deste modo os profissionais precisam estar atentos e observar as várias necessidades, manipulando com as estratégias de ensino que ele crê ser ideal para certos problemas e que poderá não servir para outras situações.

Constata-se que Okuma (2009) mostra uma outra visão sobre as vivências práticas em um curso de formação em Educação Física. Ela denota que tão importante quanto o ganho de conhecimento, são as vivências práticas a medida que tais vivências dêem subsídios necessários para que o graduando aprenda a lidar com indivíduos e possa conduzir sua ação profissional em um nível de excelência.

Justificando sua posição, Okuma (2009) comenta sua experiência de trabalho com idosos, afirmando que dominar um corpo de conhecimento sobre a atividade motora não foi suficiente para demonstrar como trabalhar com idosos, porém a capacidade de lidar com pessoas através de amadurecimento pessoal e profissional que adquiriu a partir da vivência prática foram primordiais para alcançar o amadurecimento de seus conhecimentos.

Nota-se que Okuma (2009) concorda com as colocações de Tani (2005) com relação às vivências práticas na formação profissional em Educação Física. Contudo a autora acredita que também é de suma importância as disciplinas práticas propiciarem ao graduando, além do conhecimento cognitivo, o conhecimento em nível pessoal, isto é, entender o significado da vivência pessoal como auto-

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
conhecimento, saber lidar com o desconhecido e saber lidar com as pessoas.

Tani (2005) comenta as ideias de Okuma (2009), concordando que as vivências práticas são primordiais para a aquisição da capacidade de lidar com os indivíduos. Porém, ele acredita que tal capacidade é obtida ao longo do exercício da profissão e não em um curso de formação profissional.

Tani (1996) julga que a sensibilidade pessoal é uma característica própria de pessoas, a qual é adquirida desde o nascimento em suas relações sociais e culturais, não se justificando, deste modo, num curso de graduação, cuja preocupação é desenvolver a sensibilidade profissional, específica, que se refere ao conhecimento de uma área de estudo.

Por sua vez Proença (2006) considera a experiência um recurso de grande valia. Contudo a maneira de garantir o aproveitamento desta experiência centra-se em dominar uma sólida fundamentação teórica que norteia a atuação, caso contrário, será vista como uma pedagogia embasada no empirismo, não explicando os porquês disto ou daquilo. Aqui não se coloca em dúvida a importância e a necessidade das disciplinas práticas em um curso de formação profissional, e sim o modo como tais disciplinas são ministradas e o quanto vão se transformar em instrumento de ação profissional e não apenas uma aquisição e prática de tarefas motoras.

Para Ghilardi (2008) deve ocorrer uma interdisciplinaridade entre as disciplinas do currículo da graduação, levando o aluno a estabelecer correspondências entre as várias disciplinas, sejam elas advindas de conhecimentos básicos ou aplicados, para propiciar um conhecimento amplo, completo, mas específico sobre o objeto de investigação da Educação Física.

O referido autor ainda destaca que se perde muito tempo com práticas de atividades motoras próprias de certas modalidades esportivas que não acrescentam nada ao repertório de conhecimento que um profissional deve dominar.

Nos dias atuais sabe-se que Educação Física e Esporte são fenômenos diferentes, com objetivos particulares, porém possuem como base primordial o movimento humano. Sendo assim, devem ser estudados em cursos separados, com formação diferenciada e não como ocorre nos dias atuais, onde as disciplinas esportivas constituem-se geralmente nos quatro anos de duração de um curso de Educação Física.

Se houver compreensão que o fenômeno Esporte pode contribuir para a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
formação de profissionais de Educação Física, devem existir modalidades esportivas em um curso de formação profissional, porém tais disciplinas devem ter a função de fornecer subsídios e instrumentos para uma melhor compreensão de tal conteúdo para a Educação Física.

Em geral podem surgir questionamentos sobre a qualificação do serviço oferecido pelo profissional para facilitar seu trabalho caso este, além de ter conhecimento, também for bom executor da atividade que ministra, podendo deste modo, demonstrar o gesto adequadamente executado pelo aluno.

Contudo um curso superior de Educação Física com duração de quatro anos na Universidade não transmitirá um mínimo de conhecimento necessário para a formação de um profissional e, simultaneamente, oferecer “cursos” de aperfeiçoamento de habilidades motoras apropriadas. Sendo assim, aluno, para enriquecer seu lado profissional, dominar os movimentos referentes a alguma habilidade ou modalidade esportiva, deve ingressar em curso de especialização, ou em treinamento especial em algum clube, academia, etc., para complementar a sua formação.

Ghilardi (2008) evidencia que um bom profissional de Educação Física não é o que pratica e sabe executar certa tarefa motora e sim aquele que compreende as necessidades do cliente, respeitando as suas limitações, pois seu conhecimento viabiliza que detecte seu nível de aprendizagem e suas capacidades e também é capaz de despertar nas pessoas a consciência de que a atividade física é uma arma eficaz para propiciar um nível de excelência em sua qualidade de vida.

Segundo Soriano (1997), o curso de graduação em Educação Física deve proporcionar uma capacitação técnico científica, como qualquer outra profissão exige e não confiar em uma ação profissional embasada na improvisação ou simples intuição natural e imaginação de momento.

É necessário rediscutir e orientar melhor as disciplinas que compõem parte da formação profissional em Educação Física para fomentar o conhecimento sobre o movimento humano e sua relação com a área de estudo e não perder tempo com matérias que apenas levarão à realização de tarefas motoras usadas mais em pré-escola e 1º e 2º graus. Não se deve sobrevalorizar as disciplinas taxadas de teóricas, sendo que muitas vezes estas disciplinas, que se aproximam de disciplinas como a filosofia, psicologia, fisiologia, sociologia, produzem um conhecimento básico, fragmentado, longe de uma situação aplicada na atuação profissional em Educação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Física.

Assim pode-se encontrar alunos da graduação em Educação Física que sabem explanar tão bem quanto um fisiologista, por exemplo, como funciona o processo de captação de glicose pelo hormônio insulina em diabéticos e suas implicações ou como se processa, metabolicamente, a remoção do ácido láctico após uma sessão de exercícios extenuantes, demonstrar o valor das atividades físicas para idosos, porém não aplica este conhecimento na elaboração de certo programa de exercícios apropriado para um cliente que se encontre em qualquer uma dessas situações.

Sendo assim tanto o conhecimento retirado de disciplinas “teóricas” quanto o conhecimento advindo de disciplinas “práticas”, devem servir para solucionar questões referentes à Educação Física e sua relação com a atuação profissional.

É evidente que o trabalho do educador físico é de suma importância, especialmente quando se trata de idosos, pois estes, recebendo atividades adequadas melhorarão, sem dúvidas, sua qualidade de vida, propiciando a longevidade.

Perante as questões aqui apresentadas sobre a relação teoria e prática na formação do profissional de Educação Física, pode-se notar que a dinâmica do conhecimento e da sociedade necessita de uma profissão e de seus profissionais maduros e responsáveis, isto é, que os profissionais tenham ciência da importância da necessidade de uma atuação profissional embasada em conhecimentos científicos que justifiquem suas atitudes perante o cliente ao qual prestam serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de atividades físicas, feita de modo regular, correto e principalmente contínuo, traz diversos benefícios, sendo que tende a proporcionar ao idoso ou a qualquer outra pessoa as pratique, maior autonomia para desempenhar atividades cotidianas e uma melhor qualidade de vida. Para que se alcance os objetivos desejados, um programa de atividade física para o idoso deve advir de uma avaliação que contenha diferentes componentes da aptidão física, como força, flexibilidade e equilíbrio, os quais são importantes no dia a dia.

Observou-se que para os idosos a prática de exercícios físicos é importante; se feitos com regularidade melhoram a qualidade de vida. O educador físico tem

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO como responsabilidade informar acerca dos benefícios da prática de exercícios físicos. Toda prática de atividade física porta aspectos positivos para o envelhecimento, tanto físico como psicossocial, promovendo saúde, autonomia, e qualidade de vida para pessoas idosas.

Conclui-se destacando que todo educador físico deve aprender para poder prescrever exercícios, os quais devem ser direcionados para as modificações causadas pelo envelhecimento.

REFERÊNCIAS

ARGENTO, R.S.V. **Benefícios da Atividade Física na Saúde e Qualidade de Vida do Idoso**. 2010. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000806280>>. Acesso em 07 de agosto de 2015.

BELLIENY, N. **Armadilhas urbanas**. 2015. Disponível em <<https://fmanha.com.br/blogs/nino/category/cidade/page/4/>>. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

BEMBEN, M.G. et al. **Isometric intermittent endurance of four muscle groups in men aged 20-74 yr**. *Med Sci Sports Exerc* 1998; 28(1): 145-54.

BENEDETTI, T. B. et al. **Exercícios físicos, autoimagem e autoestima em idosos asilados**. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*. v. 5, n. 2, p. 69 – 74, 2008.

BOMPA, T. O. **Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento**. 5 ed. São Paulo: Phorte, 2012.

BRANDÃO, A. **Saiba tudo sobre o sedentarismo**. 2015. Disponível em <http://nadafragil.com.br/sedentarismo/>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

BRASIL. **Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, DE 1º de outubro de 2003**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 22 de julho de 2015.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção de População do Brasil: 1980-2050**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 26 de dezembro de 2015.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais. 2012**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoreminimos/sinteseindicsoais2004/indic_sociais2004.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2015.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CAROMANO, F. A.; IDE, M. R.; KERBAUY, R. R. **Manutenção na prática de exercícios por idosos**. Revista do Departamento de Psicologia UFF, Niterói, v. 18, n. 2, p. 177-192, jul./dez. 2009.

CHIAVENATO I. **Gestão De Pessoas**: O Novo Papel Dos Recursos Humanos Nas Organizações. 3 ed. Elsevier. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

CIVINSKI, C.; MONTIBELLER, A.; BRAZ, A.L.O. **A Importância do Exercício Físico no Envelhecimento**. Revista da Unifebe (Online) 2011; 9(jan/jun):163-175. Disponível em www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/2011/artigo028.pdf. Acesso em 07 de agosto de 2015.

CORAZZA, M. A. **Terceira idade & atividade física**. 3 ed. São Paulo: Phorte, 2012.

CORTEZ, J.A.A. **Condicionamento físico para idosos e grupos especiais**. 2011. Disponível em www.professorcortez.com.br/2011/04/25/condicionamento-fisico-para-idosos-e-grupos-especiais/. Acesso em 13 de dezembro de 2015.

COSTIL, D. L. **Inside running**: basics of sports physiology. Indianapolis: Benchmark Press, 1996.

CRESS, M. E. et al. **Relationship between physical performance and self-perceived physical function**. *J. Am. Geriatric. Soc.*, v. 43, n. 2, p. 93-101, 2005.

DEBERT. A. P. **O exercício físico no tratamento da depressão em idosos: revisãosistemática**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v.29, n1, p.70-79, 2008.

DRINKWATER, B. L.; HORVATH, S. M.; WELLS, C. L. **Aerobic power of females. ages 10 to 68**. Journal of Gerontology, v. 30, n. 4, p. 385-394, 2005.

DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. **O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos**. Revista Escola Enfermagem/USP, 41(2):317-25, 2009.

FAVORETTO, F. **Homem subindo em ônibus**. 2008. Disponível em http://www.criarimagem.com.br/gal_mostra.asp?id=5220. Acesso em 11 de dezembro de 2015.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W.J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FLETCHER, G. F. et al. **Exercise standards for testing and training: a statement for healthcare professionals from the American Heart Association**. *Circulation*, v. 104, n. 14, p. 1694-1740, 2001.

GHILARDI, R. **Formação profissional em Educação Física**: a relação teoria e prática. 2008. Disponível em http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/04n1/4n1_ART01.pdf. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

GRAZIELA, C. **CCI amplia opções para bem-estar físico e mental de idosos com aula de pilates.** 2015 .. Disponível em www.sas-aracatuba.blogspot.com.br/2015/09/ci-amplia-opcoes-para-bem-estar-fisico_21.html. Acesso em 10 de dezembro de 2015.

GODOY, M. et al. **I Consenso Nacional de Reabilitação Cardiovascular (Fase Crônica).** Arq Bras Cardiol. 69(4):267-291, 1997.

JACOB FILHO, W.; COSTA, G. A. **Atividade física e menopausa:** relação mais que perfeita. 2009. Disponível em: <http://www.afrid.fae.fi.ufu.br/artigo_af_e_menopausa.php>. Acesso em 29 de julho de 2015.

JORFELDT, L.; WAHREN, J. **Leg blood flow during exercise in man.** *Clinical Science*, v. 41, s. n, p. 459-473, 2001.

JUNQUEIRA, A. **Educação Física para Grupos Especiais.** Manual da Universidade do Oeste Paulista, 2014.

KAMEN, G. et al. **Motor unit discharge behavior in older adults during maximal-effort contractions.** *Journal of Applied Physiology*, v. 79, s. n, p. 1908-1913, 1995.

KOKUBUN, E. **Qualidade da Pesquisa da Educação Física.** ANAIS III Semana de Educação Física - Universidade São Judas Tadeu - São Paulo, p.95-104 2005.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M; GIATTI L. **Condições de saúde, capacidade funcional, uso de serviços de saúde e gastos com medicamentos da população idosa brasileira:** um estudo descritivo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. *Caderno de Saúde Pública*. 2008; 19(3):735-43.

MACIEL, M.G. **Atividade física e funcionalidade do idoso.** *Motriz*, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5016/1980-6574.2010v16n4p1024>>. Acesso em 03 de julho de 2015.

MANOEL, E.J. **Movimento Humano: considerações acerca do objeto de estudo da Educação Física** - Boletim FIEP, 56(1):33-9,2006.

MATSUDO, S. M. **Envelhecimento e Atividade Física.** Londrina: Midiograf, 2008.

MATSUDO, S. e MATSUDO V. **Prescrição e benefícios da atividade física na terceira idade.** *Revista Brasileira Ciência e Movimento*. Vol. 06. n.04. Brasília. out. 2008.

MCARDLE, W. **Fisiologia do exercício:** energia, nutrição e desempenho humano. Riode Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MEURER, S. T.; BENEDETTI, T. R B.; MAZO, G. Z. **Aspectos da autoimagem e autoestima de idosos ativos.** *Motriz*, Rio Claro, v.15 n.4 p.788-796, out./dez. 2009.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

MILANEZ, V. **EF 3ª idade**. 2013. Disponível em <<http://cev.org.br/comunidade/ef-esporte/biblioteca/>>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 5 ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010.

NEGRÃO, C. E. et al. **O papel do sedentarismo na obesidade**. Revista Brasileira de Hipertensão, v. 7, n. 2, p. 149-155, São Paulo, abr./mai. 2009.

NIEMAN, D. C. **Exercício e Saúde**. São Paulo: Editora Manole, 2009.

NÓBREGA, A. C. L. et al. **Posicionamento Oficial da Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia: atividade física e saúde no idoso**. Rev Bras Med Esporte, 2009.

OKUMA, S. S. **O idoso e a atividade física: Fundamentos e pesquisa**. Campinas – São Paulo. 5 ed. Papyrus, 2009.

OLIVEIRA, P. C. **Terceira Idade**. 2015. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/rosimeiresantos3154/atividade-fsica-idosos-48732931>>. Acesso em 27 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, M. M. M.; TROCOLLI, B. T. **Saber envelhecer**. *Principia*, Paraíba, v. 4, n. 8, p. 1-7, set. 2002.

OMS - Organização Mundial de Saúde. **Physical Activity and Older Adults: Recommended levels of physical activity for adults aged 65 and above**. 2014. Disponível em <http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_olderadults/en/>. Acesso em 01 de julho de 2015.

PARAHYBA, M. I.; VERAS, R. **Diferenciais sociodemográficos no declínio funcional e mobilidade física entre os idosos no Brasil**. Ciências e Saúde Coletiva. vol.13, n.4, pp. 1257-1264, 2008.

PELLEGRINI, A.M. **A Formação Profissional em Educação Física**. In PASSOS, Olange C.E. (org.) - Educação Física e Esportes na Universidade Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desporto, 2008.

PITANGA, F. **Testes, medidas e avaliação em Educação Física e esportes**. 5 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

POLLOCK, M.; WILMORE, J. **Exercícios na saúde e na doença: avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. In: Bado, F.V. *Perfil dos hábitos de vida e composição corporal dos participantes de um programa de reabilitação cardíaca na cidade de Caxias do Sul, RS*. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, Nº 155, Abril de 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em 06 de agosto de 2015.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

POLLOCK, M. L. et al. **Twenty-year followup of aerobic power and body composition of older track athletes.** *Journal of Applied Physiology*, v. 82, n. 5, p. 1508-1516, May 2000.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho.** 6 ed. São Paulo: Manole Editora, 2009. 668 p.
Raso, V. **Envelhecimento saudável – manual de exercícios com pesos.** São Paulo: San Designer, p. 31-59, 2009.

ROCHA, P. **Medição e avaliação em ciências do esporte.** 4 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

RODRIGUES, A. C. F. et al. **Depressão no idoso.** Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, 2009. Disponível em: <<http://www.infomedgrp19.famerp.br/>>. Acesso em 30 de julho de 2015.

SALTIN, B. **Aging, health and exercise performance.** Muncie: Ball State University, 2000.

SANTOS, M. A. M. dos; PEREIRA, J. S. **Efeito das diferentes modalidades de atividades físicas na qualidade da marcha em idosos.** Revista Digital, Buenos Aires, n. 102, 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd102/marcha.htm>>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

SANTOS, I.C.R. et al. **Prescrição do treino de força na terceira idade.** 2011. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, Nº 155, Abril de 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

SERPEJANTE, C. **Fraturas na terceira-idade têm recuperação mais difícil e pedem cuidados.** Disponível em <<http://www.minhavidacom.br/saude/materias/18540-fraturas-na-terceira-idade-tem-recuperacao-mais-dificil-e-pedem-cuidados>>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

SILVA, N.L.; FARINATTI, P.T.V. **Influência de variáveis do treinamento contra-resistência sobre a força muscular de idosos.** Disponível em <http://vovofitnessaude.blogspot.com.br/2015/06/influencia-de-variaveis-do-treinamento.html>. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

Sociedade Brasileira de Cardiologia/Sociedade Brasileira de hipertensão/Sociedade brasileira de nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol. 2010.

SOUZA, T. **Terceira Idade: uma nova fase e o desafio de entender as mudanças.** 2015. Disponível em <<http://webrun.uol.com.br/h/noticias/terceira-idade-uma-nova-fase-e-o-desafio-de-entender-as-mudancas/16164>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
SOUZA, G. Z.; GALANTI, M. A.; FIGUEIREDO, T. B. **Atividade física e o idoso**. Conceção gerontológica. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SPIRDUSO, W. W. **Dimensões físicas do envelhecimento**. São Paulo: Manole, 2005.

TANI, G. **A Dicotomia Teoria/Prática na Educação Física**. Anais III. Semana de Educação Física - Universidade São Judas Tadeu – São Paulo, p.7-16, 2005.

TAVARES, T.B.; NUNES, S.M.; SANTOS, M. O. **Obesidade e qualidade de vida**: revisão de literatura, 2010.

TOJAL, J.B.G. **A dicotomia Teoria/Prática na Educação Física**. Anais III Semana de Educação Física - Universidade São Judas Tadeu – São Paulo, p.17-21, 2005.

TRIBESS, S; VIRTUOSO, J. S. Jr. **Prescrição de Exercícios Físicos para Idosos**. Revista Saúde, 2008.

VAZ, R.C.R. **Envelhecimento e Atividade Física**: Influências na Qualidade de Vida. 2014. Disponível em
<<https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4608/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20Rosana%20da%20Costa%20Rodrigues.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

VELASCO, C. **Aprendendo a envelhecer**: a luz da psicomotricidade. São Paulo: Phorte, 2008.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. 7 ed. São Paulo: Manole, 2005.

WINTERSTEIN, P.J. **A dicotomia Teoria-Prática na Educação Física**. ANAIS III Semanade Educação Física - Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, p.38- 45, 2005.

www.afrid.faefi.ufu.br/node/57. Acesso em 19 de dezembro de 2015.

www.atribunamt.com.br/2013/10/perda-de-massa-magra-em-idosos/. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

www.centrodeterapiaocupacional/atividades-basicas-de-vida-diaria. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

www.clicrbs.com.br/rs/noticia/2010/07/pesquisa-aponta-que-40-dos-idosos-com-mais-de-80-anos-sofrem-com-quedas-2981194.html. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

www.cuidandodocorpo.com/page/49. Acesso em 13 de dezembro de 2015.

www.cuidadoscomidosos.blogspot.com.br/2013_02_01_archive.html. Acesso em 19 de dezembro de 2015.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

www.doutissima.com.br/2013/07/26/os-beneficios-da-hidroginastica-para-idosos-10631/. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

LUDICIDADES: PRÁTICAS FUNDAMENTAIS TAMBÉM NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS EDUCADORES

Solange MarquesRodrigues

marquesrodrigues@prof.educacao.sp.gov.br

Instituição: Diretoria de Ensino –

Região de Mirante do Paranapanema – SP

Vila Vasconcelos - Mirante do Paranapanema - SP -

RESUMO

Neste artigo, pretendeu-se explicitar as interfaces da ludicidade nos processos de formação dos professores, com intento de demonstrar como as inserções de movimentos lúdicos nos processos formativos dos educadores favorecem a gestação de práticas educativas pautadas na alegria, nos movimentos criativos e prazerosos para as infâncias. O estudo efetivado buscou evidenciar os fatores que estão presentes na formação docente, com ênfase nos processos de apreensão das ludicidades. O processo interventivo, inspirado que foi na pesquisa-ação se constituiu na criação dos ateliês de ludicidades, sendo que se assumiu um caráter eminentemente pedagógico e resulta de uma demanda do seu corpo docente e administrativo, a qual se expressava na necessidade de aprofundamento teórico docente quanto as interfaces entre docência e ludicidades. Teve-se como objetivo geral conhecer como ocorreram as práticas efetivadas com a ludicidade durante os percursos formativos dos professores atuantes na educação infantil, buscando dialogar com esses educadores na tentativa de compreender como os processos formativos vivenciados trataram a importância da ludicidade como premissa educativa para assim, compreender as práticas e o uso de atividades pedagógicas que promovam a ludicidade no cenário da Educação Infantil. O diálogo teórico efetivado se deu pela interlocução com diversos pensadores, autores que discutem sobre os processos formativos dos professores além daqueles que pensam sobre a ludicidade. Aprender as diferentes abordagens e perspectivas de formação que têm fundamentado as práticas e os processos formativos, de modo a analisar as apropriações, os significados e os sentidos atribuídos tanto no campo conceitual da área, quanto nas práticas aí efetivadas. E, a partir do estudo, da pesquisa ação, os atores e atrizes sociais dialogando, perceberam a importância da imersão lúdica, das experiências lúdicas permearem todos os processos formativos dos educadores, tanto nas etapas iniciais quanto nas contínuas, posto que os desafios de educar as infâncias demandam movimentos constantes de apropriação cultural do brincar, e as ludicidades se constituem em dispositivos transversais aos atos educativos e todas as suas dimensões.

Palavras-chave: formação de professores; práticas pedagógicas; ludicidades. experiências.

INTRODUÇÃO

O ser humano é, por essência um ente que tem a ludicidade como base para ações de vida, de interações e aprendizagens. É essencial, para a espécie humana, desde a mais tenra idade, o cultivo aos movimentos e manifestações lúdicas, como sendo aquelas atividades, muitas espontâneas, que promovem o prazer, o entretenimento, a diversão, o que se traduz como elementos cruciais à existência humana.

Costumeiramente, se associa o brincar, o entretenimento a infância, como se apenas a infância se beneficiasse dos manifestos lúdicos. Ludicidade é condição humana, para inclusive libertar a expressão, a criatividade, a arte e o prazer.

Sendo educadora, com experiência na educação infantil, durante uma trajetória formativa que me tangencia a reflexão constante, tenho me deparado, sobretudo nos momentos coletivos de encontros com pares, outras educadoras, sobre as dificuldades que muitas enfrentam em termos de não saberem fazer uso de metodologias lúdicas, tão reclamadas como condutoras dos processos de ensino das infâncias.

Diante das muitas questões levantadas em nossos momentos de formação continuada, tenho indagado por que, muitos professores mantem um certo distanciamento das ludicidades, se já é sabido o tanto e tamanho dos benefícios que trazem as abordagens lúdicas para o aprendizado infantil? Assim, em diversos movimentos de escuta, tenho percebido que a ludicidade, como elemento transversal a formação do educador, muitas vezes tem sido eclipsado nos currículos de formação de licenciados.

Diante de tal ponderação e inquietações como: Os cursos de licenciaturas, sobretudo aqueles que se voltam a formação de professores para educação infantil têm potencializado e favorecido experiências lúdicas para os graduandos? Os professores conseguem se apropriar do brincar, brincadeiras, dinâmicas lúdicas como dispositivos didáticos para suas aulas? Diante de tais indagações e em razão de tal posição, vislumbramos a questão científica que conduziu o estudo feito: De qual modo, os docentes que atuam na educação infantil, tiveram e/ou têm contato com os manifestos lúdicos nos seus processos formativos, sejam eles iniciais e ou continuados?

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Tal questão científica emergiu, quando da nossa caminhada como educadora, atuante na rede pública de educação no estado de São Paulo, como professora da educação infantil, que constantemente se depara com necessidade de construir artefatos lúdicos durante o exercício docente, para fomentar a docência como ato construtivo.

De tal maneira, percebemos, que boa parte dos educadores das infâncias têm distanciamentos com as práticas lúdicas, o que nos levou a investigar e propor, uma pesquisa ação que, dialogicamente, promoveu ateliês de ludicidades, como encontros docentes para que em colaboração todos e todas fossem partilhando conhecimentos sobre ludicidades e assim promovendo nossos processos formativos.

Este estudo pretendeu explicitar as interfaces da ludicidade nos processos de formação dos professores, com intento de demonstrar como as inserções de movimentos lúdicos nos processos formativos dos educadores favorecem a gestação de práticas educativas pautadas na alegria, nos movimentos criativos e prazerosos para as infâncias.

Assim, o estudo efetivado buscou evidenciar os fatores que estão presentes na formação docente, fazendo uma leitura das práticas educativas que proponham mudança, quanto à sistematização de pesquisas sobre práticas educativas e sociais considerando que a formação de professores se dá permanentemente e tendo como foco o ensino. O processo interventivo assume um caráter eminentemente pedagógico e resulta de uma demanda do seu corpo docente e administrativo, a qual se expressava na necessidade de reestruturação curricular e no aprofundamento teórico do seu corpo docente.

Este estudo teve como objetivo geral conhecer como ocorreram as práticas efetivadas com a ludicidade durante os percursos formativos dos professores atuantes na educação infantil, buscando dialogar com esses educadores na tentativa de compreender como os processos formativos vivenciados trataram a importância da ludicidade como premissa educativa para assim, compreender as práticas e o uso de atividades pedagógicas que promovam a ludicidade no cenário da Educação Infantil.

Como objetivos específicos, buscamos: conhecer as concepções de ludicidade dos colaboradores, todos eles atuantes no cenário da Educação Infantil em umas escolas públicas na cidade do interior de São Paulo; registrar os processos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
formativos docente, com relação ao uso de atividades promotoras de ações lúdicas
presentes na prática da professora da Pré-escola; identificar os aspectos da
ludicidade feitas pelo professor com o uso das atividades lúdicas.

Na condução dos trabalhos que culminaram na produção do presente texto,
foi essencial traçar o diálogo teórico com autores que subsidiaram a discussão dos
achados do estudo. Portanto, foi crucial também fazer um levantamento das
produções acadêmicas sobre a temática em tela, ressaltando a produção de textos
publicados nos últimos cinco anos.

Nesse sentido, esta pesquisa trilhou por um caminho metodológico, de
abordagem qualitativa, através de uma pesquisa participante do tipo pesquisa-ação,
como técnica, de coletas de dados, usamos a entrevista com colaboradores da
pesquisa, e o *locus* de pesquisa como campo empírico foram escolas públicas, na
cidade do interior paulista. Os sujeitos para a pesquisa foram: quinze professoras
que atuam, na data da pesquisa na dimensão da educação infantil. Para efeitos de
respeito aos princípios éticos da pesquisa, no estudo não mencionamos nomes das
instituições e dos colaboradores. De tal modo, ao longo do texto, aos nos referirmos
as educadoras colaboradoras, nomeamo-las de X1 a X15.

Para efetivação da pesquisa, optamos pela abordagem da pesquisa-ação
posto que, nosso itinerário de estudos se fez pela dialogicidade com os
interlocutores, ouvindo suas narrativas formativas, escutando mediante rodas de
conversas suas narrativas e memórias formativas, tendo como foco como a
ludicidade foi ou não oferecida como suporte para reflexões e promoção de práticas
lúdicas junta as infâncias.

Por meio da pesquisa ação, foi possível promover os círculos de debates e
escuta, promovendo a ideia da elaboração das oficinas formativas de ludicidades,
que intitulamos ateliês de ludicidades, que promovemos durante a pesquisa, ocasião
em que construímos colaborativamente os ateliês de ludicidades, onde cada
colaborador da pesquisa iria ministrar uma oficina ensinando aos outros docentes
técnicas e artefatos lúdicos que poderão ser replicados nas vivências e experiências
na educação infantil.

Com os ateliês de ludicidades, visamos a edificação de outros
caminhos diferentes a pesquisa contribuirá tanto na relevância acadêmica, e social,
para que os sujeitos interessados encontrem respostas para suas inquietações sobre

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO a temática em busca de respostas para outras reflexões surgidas sobre o lúdico na Educação Infantil, e procurar desempenhar um papel fundamental no aprendizado, buscando possibilidades do exercício da criatividade humana.

E por fim, evidencia a importância de se trabalhar com a ludicidade para a construção da aprendizagem de forma prazerosa e criativa. De forma significativa para todos que se interessam pela temática, e acredita que a ludicidade deve fazer parte da formação das crianças e principalmente na Educação Infantil, que é uma das etapas mais importantes, é nessa fase, que a criança inicia a sua vida escolar, e o ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento das mesmas, sendo notória a aceitação, e satisfação nas atividades de leitura e comunicação, obtendo um prazer na realização dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos.

Procuramos, para além de tudo, com a pesquisa ação, demarcar em síntese o processo de formação, o qual é analisado sob a dimensão de elemento organizador, considerando assim que a formação em serviço – ação/reflexão/ação das professoras perpassa toda a trajetória da assessoria e da própria reestruturação curricular.

A formação dos professores perpassa pelos conceitos de ensino e currículo, e pressupõe uma atividade dos professores como profissionais reflexivos, que buscam superar a relação linear e mecânica entre a teoria e a prática da sala de aula. A necessidade de formar professores que refletissem sobre sua própria prática era um dos objetivos dessa pesquisa, por entender que a reflexão é um instrumento essencial ao desenvolvimento do pensamento e a ação docente.

Assim, a partir das memórias de cada educador participante do estudo, buscamos o exercício da reflexão, como tem sido ultimamente o conceito mais adotado por pesquisadores e formadores de professores, para se referirem às tendências de formação do educador. Segundo Garcia (1995, p. 59), “a sua popularidade é tão grande que se torna difícil encontrar referências escritas sobre propostas de formação de professores que de algum modo não incluam este conceito como elemento estruturador”. Ou, como afirma Freire (1997, p. 43), “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”

LUDICIDADE: DO QUE MESMO ESTAMOS FALANDO?

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Inicialmente, consideramos importante ressaltar que o termo ludicidade etimologicamente é derivado do latino “*ludus*” que significa jogo, divertimento, e que se refere à função de brincar, de forma livre e individual, de jogar utilizando regras referindo-se a uma conduta social da recreação. Assim, pode-se dizer que, o lúdico é uma parte inerente do ser humano. Entretanto, o jogo ou outras atividades recreativas é utilizado como recurso pedagógico em várias áreas de estudo, a partir do pressuposto de que ela pode oportunizar a aprendizagem do indivíduo na construção do conhecimento.

Este tipo de atividade pode ser utilizado na prática pedagógica como estratégia de ensino e aprendizagem, para promover o desenvolvimento escolar das crianças, na busca do aprender com prazer. Porém, o uso de uma atividade dirigida pode ou não gerar ludicidade. No brincar livre ocorre a ludicidade, permitindo o sujeito ser espontâneo e compreender o mundo a sua volta, gerando ações transformadoras, pessoais e coletivas, contribuindo para sua formação e personalidade, permitindo ao sujeito fazer suas escolhas, promovendo o desenvolvimento humano.

As atividades de manifestação lúdicas proporcionam uma melhor aprendizagem em vários aspectos independentemente da idade, pois o brincar é fundamental, e muito importante na vida das crianças para a construção do seu desenvolvimento.

Segundo Luckesi (2000),

A educação lúdica é uma orientação adequada para a prática educativa que esteja atenta à formação de um ser humano ou de um cidadão saudável para si mesmo e para a convivência com os outros, seja na vida pessoal ou pública (Luckesi, 2000, p. 22).

A ludicidade é a experiência plena que o ser humano realiza por meio de atividades que acontecem no seu cotidiano, não são apenas as brincadeiras ou jogos que são consideradas lúdicas, mas todas as ações que transmitem alegria e prazer. Ao observarmos uma criança desenhando, ouvindo música, percebemos a ação lúdica que acontece naquele momento.

Luckesi (2002) destaca que, a ludicidade é uma atividade, “ experiência interna do sujeito que a vivencia, e define como aquela que propicia a plenitude da experiência” (Luckesi, 2002, p. 27). Na mesma obra, o autor questiona se uma atividade lúdica é sempre pensada como uma atividade divertida, sugerindo que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO pode ser ou não, a depender de cada indivíduo que o vivencia.

Compreende-se a ludicidade como uma experiência prazerosa vivenciada pelo indivíduo, independentemente de ser divertida ou não. Para a criança, trabalhar a partir de brincadeiras, músicas, teatro e outras formas de manifestações de ludicidades. Tornando-se mais leve, e absorve a aplicação das atividades, sendo algo satisfatório, preenchendo seus desejos em aprender e de brincar ao mesmo tempo, o que facilita sua aprendizagem e comunicação.

São muitas as potencialidades existentes em um momento lúdico: a criança manifesta de maneira espontânea a aprendizagem acontecendo por meio da brincadeira, e se sentem estimuladas a realizarem atividades prazerosamente, e as manifestações do imaginário vêm à tona, como as representações simbólicas, e este momento de fantasia adentram na vida da criança trazendo novos significados para o momento de aprendizagem, e ajudam a formar um conceito positivo do que acontece a sua volta. Para Santos:

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. (Santos, 2004, p. 12).

A ludicidade é de extrema importância para o desenvolvimento integral da criança, pois ao participarem das atividades lúdicas, a criança estará em contato direto com o outro interagindo, e neste meio vivenciam as relações de trocas que acontecem em um espaço de diversidades.

Por meio das atividades lúdicas direcionada com qualidade do aprender brincando, permitem compreender que o trabalho desenvolvido por ações lúdicas, é significativo para a criança poder conhecer, compreender e construir seus conhecimentos como cidadão deste mundo, ser capazes de exercer sua cidadania com dignidade e competência. Sua contribuição também atenta para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria, sabendo resolver problemas, e compreender um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para a realização da análise de dados, foi necessária uma organização das informações adquiridas durante as etapas de escuta, entrevistas e ateliês de ludicidades, onde pudemos efetivar a observação e escuta cuidados dos colaboradores que participaram do estudo. Foi preciso, antes de qualquer coisa, a reflexão epistemológica quanto ao trabalho com as memórias e narrativas de cada um posto que, a ludicidade em atos, provoca a evocação de memórias afetivas.

A Educação Infantil é umas das etapas mais importantes na vida escolar das crianças, e deve favorecer as aprendizagens e o desenvolvimento global dos sujeitos, respeitando as fases de vida, e buscando atender as necessidades, mas assegurando a construção de habilidades necessárias para a geração das competências necessárias para que os sujeitos tenham o pleno domínio social das linguagens e das funções sociais inerentes a vida humana.

Ser professor da Educação Infantil requer uma determinação pessoal-profissional com as crianças dessa faixa etária. Segundo Estrela:

Leccionar na Educação Infantil é acima de qualquer coisa identidade pessoal. A Educação Infantil representa o início da vida escolar das crianças, portanto o professor que atua nessas turmas deve caracterizar-se de afetividade, responsabilidade, criatividade, paciência entre outros aspectos, formação pedagógica que assegure essa prática. (x1, 2018).

Para atuação pedagógica nos cenários da Educação Infantil, chamamos atenção para captação, construção e adequação dos jogos e brincadeiras, os quais precisam ser levados a sério na construção do conhecimento prazeroso e significativo para que o professor possa realizar suas atividades da melhor forma possível, com a finalidade de que consigam sanar suas dificuldades, e tenham interesse para desenvolver novas atividades pedagógicas e fazendo novas descobertas. Para a professora X2:

Os jogos e brincadeiras são ferramentas importantes para o ensino e aprendizagem das crianças e oportunizando momentos de expressão, criação e troca de informações. Proporcionando maior interação entre colegas e professores, pois, através das brincadeiras a criança pode expressar seus sentimentos, dúvidas, alegrias, desenvolver a concentração e também adquirir novos conhecimentos. Os jogos e atividades lúdicas não são apenas diversão, mas também um instrumento metodológico muito

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
importante no desenvolvimento da criança como um todo. Porém o professor precisa planejar suas aulas para que os jogos e as brincadeiras tenham intencionalidade e não só o brincar por brincar.

Os jogos, brinquedos e brincadeiras, possibilitam ao professor criar e recriar novas oportunidades de melhorar suas aulas, e refletir a partir das experiências e realidade de sua prática, e buscar mecanismos para que as crianças aprendam e tornar suas aulas mais dinâmicas e prazerosas.

Por meio da ludicidade como estratégias de ensino para a construção de novos conhecimentos vão surgindo, através do repensar pedagógico, com isso, reconhecer o lúdico como metodologia eficaz e eficiente para o desenvolvimento do sujeito, é também compreender que sua significação vai para além do que se pensa como dito pela colaboradora X5:

A ludicidade na Educação vem se mostrando como uma grande aliada. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras têm uma importância muito grande no desenvolvimento integral dos educadores, principalmente das crianças, pois atividades lúdicas desenvolvem a concentração, a criatividade, a comunicação e o aprendizado de forma prazerosa. O uso do lúdico na educação, proporcionam que a criança crie, recrie, invente e use sua imaginação, tornando a escola, um espaço mais atrativo. O "ponto negativo fica apenas na não interpretação correta da palavra LÚDICO", o mesmo não deve ser visto apenas com o "deixar fazer", o brincar por brincar, não deve apenas ser visto como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino- aprendizagem.

A colaboradora X 5, afirma que contribui com o seu grupo de professores, levando no ambiente escolar novas práticas que os ajudem em seu trabalho, nos processos de aprendizagem e nos processos de avaliação das crianças percebendo a ludicidade com um olhar diferenciado e amplo de educação. Portanto, a coordenadora ela tenta da melhor forma motivar o trabalho do professor com novas práticas através do lúdico, por acreditar na importância do mesmo para a Educação para o processo da aprendizagem das crianças.

Para X11 da pesquisa, as atividades lúdicas que o professor aplica na Educação Infantil têm um propósito significativo que eleva a aprendizagem a uma qualificação necessária as diversas vertentes do conhecimento:

Porque auxiliam no processo da aprendizagem dos alunos, pois o professor pode trabalhar a atenção, a imaginação, os aspectos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
motores e sociais, visando pleno desenvolvimento da criança que aprende de forma significativa, tornando o ensino de qualidade. Os jogos, brincadeiras, são um importante veículo de aprendizagem, o lúdico promove uma prática educacional um importante conhecimento de mundo, da oralidade, do pensamento e sentido.

A colaboradora X12 afirma que o lúdico, principalmente na Educação Infantil é uma ferramenta importante e que dessa maneira a criança vai aprender muito mais, sendo assim, elas vão imaginar e acredita que será bem mais prazeroso, e que vai ser muito bom e muito mais proveitoso. Dessa maneira, quando a criança está imaginando, ela vai explorando o mundo ao seu redor e fazendo imitações pelo faz de conta, que é muito importante para seu aprendizado, desenvolvendo da comunicação e assumindo papéis que gostaria de ser na vida real. Portanto, a criança que brinca, aprende a ser mais flexível, enfrentar as diversas situações do cotidiano, aprende a pensar, criar e recriar, e modificando conforme a sua necessidade.

A colaboradora X15, que não atua como professora, o seu olhar a respeito da ludicidade se diferencia, pois ela ressalta que a falta de estrutura das famílias das crianças, causa muitos problemas, principalmente na aprendizagem e acredita que a escola deveria ter um assistente social pelas situações que sempre presencia. Ressaltando que muitas crianças são revoltadas e outros se fecham no seu próprio mundo, e que a ludicidade é uma forma de facilitar a aprendizagem das crianças na escola, até mesmos as maiores como do Fundamental I. A colaboradora X10 também complementa que:

Esses tipos de aulas diferentes os alunos amam, e se interessam e interagem mais uns com os outros colegas, e com o professor também. Essas aulas por meio da ludicidade é um meio de ensinar de uma forma mais interessante e que é muito válida não só para a Educação Infantil. Essas aulas é uma forma de segurar a atenção dos alunos, já que muitos vêm de uma realidade não muito boa, causando déficit no aprendizado e que ele aprende de forma prazerosa.

É importante conhecer as necessidades e intenções dos participantes, para poder ajudá-los na realização dos seus objetivos e interagir uns com outros, para que o local se torne agradável e interessante, a fim de permitir maior desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Desta forma, torna-se pertinente a implementação de novas propostas de atividades lúdicas com o intuito de inserir

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO como ferramentas importantes no sentido de diminuir a agressividade e falta de atenção nas aulas, e tornar o ambiente escolar mais agradável e motivante para as crianças, uma vez que, a educação extrapola os bancos, inserindo-se para além dos muros escolares, especialmente quando há experiências significativas.

A ludicidade na prática pedagógica é de suma importância para o processo de ensino aprendizagem por poder oferecer maior disciplina, confiança, organização, respeito mútuo entre as crianças, prazer, oportunizando aos educados momentos de autonomia na escolha, participação e organização dos jogos, brinquedos e brincadeiras.

Finalizando, de acordo com as concepções de ludicidade dos colaboradores da pesquisa, fica evidente a importância das atividades lúdicas na prática do professor em qualquer faixa etária, e de estar sempre buscando mecanismos inovadores que promovam a aprendizagem, e motivem as crianças a aprenderem e melhorar a educação como um todo.

Uma das formas de entrar em contato com o conhecimento, por meio da memória das narrativas é acionar os momentos afetivos, na busca pela recordação. Neste momento, a pesquisa efetivou uma escuta sensível aos colaboradores, buscando a evocação das memórias e recordações de cada um na busca das memórias lúdicas que tiveram contato durante a formação acadêmica.

Para nossa surpresa, a maior parte dos entrevistados pouco se recordaram de momentos lúdicos importantes vividos na graduação. Em alguns casos, houve momentos de emoção, quando se recordaram dos encontros, das conversas com colegas e de alguns professores que marcaram os movimentos formativos. Dentre as quinze interlocutoras apenas a docente X7 assim lembrou:

Ah... Eu, graças a Deus tive uma professora. Bem pequena. As aulas dela eram imperdíveis pois toda aula tinha uma coisa diferente. Ela mostrava, fazia conosco dobraduras, construções, coisas simples mas que marcam minha memória afetiva. Era tão bacana a aula que, começava e terminava num piscar de olhos. Lembro que todos levavam na bolsa, cola, tesoura e ela, sempre tinha uma mala de coisas. Muito bom lembrar o quanto ela me ensinou como podemos chegar mais rápido a mente da criança, ativando a afetividade por meio do lúdico. (Colaboradora X 7, 2018)

Foi um dos nossos intentos maiores ao promover o estudo com os professores, sobre os contatos ou não contatos com a ludicidade quando dos seus

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
processos formativos, sendo eles iniciais e mesmo continuados.

Assim foi imperiosa a escuta destes quinze educadores, para uma oitiva cuidadosa, em termos de promover o encontro destes educadores com suas memórias afetivas, fazendo-os recordar dos seus movimentos formativos iniciais, ainda nas graduações, sobretudo porque todas as quinze fizeram curso de Pedagogia, sendo que treze delas cursaram em Instituições privadas e apenas duas fizeram em Universidades públicas.

Assim, traremos alguns trechos selecionados quanto ao objetivo previsto:

Eu, sou professora da educação pública tem já seus dezessete anos. De lá para cá, tenho atuado sempre na educação infantil, como professora regente de classe. Os desafios são muitos, principalmente porque leciono na periferia e as condições são precárias demais. Eu tento de tudo para minhas aulas serem atrativas. Uso tintas, lápis de cores, músicas. Mas não me lembro muito das minhas aulas na Faculdade. Pelo que me lembro foi bem pouca prática, pois era Ead, então era muita conversa, muita teoria. O vamos ver foi na prática quando assumi o estágio[...] (Colaboradora X, 20218)

Já a professora X4 assim reportou:

Minha Graduação foi presencial, mesmo assim ao que me lembro foram poucos os componentes que trabalharam e ou aproximaram das práticas lúdicas. Uma professora de Metodologia da Língua Portuguesa que deu algumas dicas. Oficinas práticas, infelizmente quase nenhuma[...] o que me faz agora refletir: como poderia dar aula abraçando o lúdico se não fui preparada para isso. Quando penso na formação continuada, são poucos momentos. Eu penso que os ateliês que participamos deu um sopro de alegria e me encheu de ideias boas [...]

No decorrer dos estudos na realização desse trabalho, identifica-se que a ludicidade é uma das maneiras mais eficazes de envolver as pessoas e as crianças nas atividades pedagógicas, elas aprendem com mais prazer, alegria e se satisfaz. As professoras disseram sempre procuram trabalhar o lúdico em suas aulas, e se preocupam com a qualidade e aprendizado das crianças, experiências vivenciadas através do lúdico são notórias e isso torna suas aulas mais atraentes e dinâmicas.

Todavia, percebeu-se o quão é muito importante esse tipo de atividade para os alunos, porque além deles aprenderem de forma prazerosa, se diverte ao mesmo tempo. Ressaltando em sua fala que, “não é fácil trabalhar com o lúdico em sala de aula, pois além da falta de recursos, também falta apoio pedagógico para a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
realização das atividades, que na sua maioria, são minhas piores dificuldades”.

Outras experiências muito interessantes também foram citadas pela professora X14, como por exemplo, o fato de ter trabalhado com alimentação saudável, e desenvolver com os alunos o processo de criação de um cardápio, e após foi observado os diversos tipos de frutas que tinham. Em suas narrativas a professora afirma que:

Depois da observação dos tipos de frutas, foram trabalhados quais os tipos de frutas que tinham as sementes, quais as frutas em que as sementes eram grandes ou pequenas, após foi analisado como essas frutas chegam até nossas casas, como são plantadas, o que elas precisam e necessitam para crescerem e se desenvolverem.

Assim, nossas reflexões vão ao encontro do brincar, considerando um ato natural, inerente ao ser humano e em todas as etapas das vidas, é ato vital, capaz de nutrir as pessoas com a boa energia, a liberação de energias estagnadas, promovendo o bem-estar, o contato, a criatividade dentre outros tantos benefícios. O brincar é um termo complexo carregado de significações e interpretações, que variam a sua concepção de acordo a época e a cultura. Na tentativa de aproximarmos de uma definição, na atualidade, concordamos com Lukesi, quando diz que o brincar é:

Uma atividade própria da criança e, por isso, elas aprendem, brincando: brincam de correr, de dar saltos, de fazer curva, de escorregar, de falar de brigar, de comer, e dar comidinha as bonecas, de maternar, de paternar, de esconder-se, de lutar, de nadar, de andar, e, de tudo o mais que se possa elencar. A criança aprende brincando, por tanto, pela ação (2015, p. 133).

Para Lukesi (2015) a criança aprende pela execução das coisas, da representação no ato da brincadeira, no fazer. É neste sentido que Moyles (2002), corrobora com essa ideia, e a amplia quando faz uma ressalva que é motivador, que proporciona um clima especial para aprendizagem, não só para a criança como também para os adultos.

Dito isso, reafirmamos a importância de que os cursos de formação de educadores insiram práticas lúdicas, aproximem os graduandos de experiências lúdicas no decorrer de todo o curso, assim como sinalizamos para a importância de termos instalações físicas nos espaços acadêmicos instando as brinquedotecas universitárias como espaços pedagógicos potentes para exercícios de docências,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO mas como espaço fértil para a pesquisa.

Neste espaço de possibilidades diversas, a formação didática do professor da educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental encontra eco, pois serve não apenas como lugar de formação, mas de análises, reflexões e construções proficuas, além de ter o aporte de experiências e materiais pedagógicos, que favorecem o planejamento de diversas ações que envolvem o brincar, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade da formação do educador, servindo como ambiente de pesquisa, de estímulo ao desenvolvimento de projetos e estudos sobre a cultura lúdica.

De acordo com Rezende (2008 apud Souza, Figueiredo e Silva, 2017) definir o brincar é uma tarefa complexa para pesquisadores e teóricos devido a divergências apresentados na literatura, mas todos concordam que é uma atividade inerente às crianças, por meio do qual ela se constitui e constrói seu mundo, gerando competências levadas para vida adulta.

O processo de brincar com o outro permite a criança desenvolver algumas habilidades como “[...] experimenta a partilha, a rivalidade, a colaboração, a interação e o afrontamento, aprendendo, de alguma forma, a encontrar o seu lugar, tornando-se um ser social” (Ferland, apud Souza, Figueiredo e Silva, 2017)

CONCLUSÕES

As instituições escolares, ou seja, toda a equipe, precisa construir/pensar/planejar brincadeiras que sejam inclusivas, não apenas a partir da visualização das crianças com deficiência mas das excluídas de maneira geral, que ficam no cantinho da sala, que se recolhem, que apresentam dificuldade de interação social, por vezes, sofrendo *bullying*. Assim é preciso aproveitar todos os momentos para construir um mundo de imaginação, de prazer, de ludicidade.

O brincar para a criança com deficiência não é importante somente porque desenvolve habilidades sociais, emocionais e psicológicas, mas também porque a auxilia nas habilidades motoras, cognitivas, afetivas, comportamentais, físicas, dentre outras. Ela se sente incluída, assume um compromisso com o outro e consigo mesmo. Se sente incluída, se esforça, quer participar e ser reconhecida como capaz. Não devem existir barreiras, nem discriminações. A existência de brinquedos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO acessíveis e com acessibilidade garantem a equidade das condições do brincante com deficiência ao outro sem deficiência.

Pular, correr, jogar transformam-se em condições únicas para todos. O equilíbrio físico e emocional é 'treinados', por assim dizer. A paciência e empatia são desenvolvidas. Os alunos aprendem a se respeitar e observar o cuidado que se deve ter com o outro, ao tempo em que a criança com deficiência ao ser estimulada por seu círculo social, traz o sentimento de pertencimento, de inclusão e principalmente de satisfação.

Então, poderemos sobre a necessidade dos cursos de Graduação, sobretudo os de licenciaturas se voltarem a edificação de estruturas curriculares flexíveis, abertas a permeabilidade lúdica, permitindo maiores e mais densas experiências e vivências lúdicas pelos educadores, com efeito para que eles e elas, libertem suas emoções, destravem seus corpos, tão condicionados e aprisionados pela cultura e mundo adulto das regras e contenções dos movimentos do corpo.

A ludicidade, precisa ser incorporada como premissa, como transversal a todos dos componentes curriculares nos cursos de Graduação assim como precisa ser cultivada em atividades diárias, nos encontros formativos, nos cursos de atualização e na vida diária dos educadores e educadoras que, precisam a todos instantes de serem nutridos pela força e potência que o brincar potencializa nas vidas humanas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica**: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. **O lúdico na Educação Infantil**: jogar, brincar, uma forma de educar. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em: 20 out. 2016.

DEMO, Pedro. **Educação e conhecimento**: relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. **Educar pela pesquisa**. 7 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

EXCESSO DE OBRIGAÇÕES NA INFÂNCIA PODE PREJUDICAR O DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS. Disponível em:

<<https://www.nsctotal.com.br>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LARA, Isabel Cristina Machado de. **Jogando com a matemática na Educação Infantil e séries iniciais**. 1 ed. Catanduva, SP: Editora Respel: São Paulo: Associação Religiosa Imprensa da Fé, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos, 2002. In: **Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1, jan./jun. 1992**. Salvador: UNEB, 1992 – Periodicidade Semestral.

_____. Ludicidade e atividades lúdicas. In: PORT, Bernadete (Org.). **Educação e ludicidade**. Salvador: UFBA, 2004.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, ano 3, n. 12, abr. 2000.

MOREIRA, D. A. **O Método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NIGRO, Rogério G. **Ciências: soluções para dez desafios do professor, 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental**. São Paulo: Ática, 2012. 96p.

OLIVEIRA, Maria Edilene Pinheiro. **A importância do lúdico na Educação Infantil**, 2011, Serrinha-BA.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo da Criança**. Imitação, jogo, sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar 1978.

RAMOS, Sandra Lima de Vasconcelos. **Jogos e brinquedos na escola: orientação psicopedagógica**. Editora Respel, 2014. 192 p.

_____. **Jogos e brinquedos na educação inclusiva: orientação psicopedagógica**. Editora Respel, 2016. 170 p.

SANT'ANNA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto do. A história do lúdico na educação. **REVEMAT**, e ISSN 1981-1322, Florianópolis (SC), v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1981-1322.2011v6n2p19>>. Acesso em: 21 out. 2016.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **A ludicidade como ciência**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

_____. **O lúdico na formação do educador.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WAJSKOP, G. Brincar na pré-escola. 3 ed. São Paulo, 1999.

_____. **O brincar na Pré-Escola.** São Paulo. Edif., 1995.119 pp.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA: O QUE NOS DIZEM OS DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Andreciane Calçada de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia/Brasil
andreciane@hotmail.com

Telma Regina Batista Nascimento

Universidade do Estado da Bahia/Brasil
trbatistian@uneb.br

RESUMO

O presente trabalho, reflete sobre as possíveis contribuições da literatura infantil afro-brasileira para uma formação antirracista no ambiente escolar e em especial nas classes da Educação infantil. Nesse sentido, orientou-se pelo seguinte problema: Pode a literatura infantil afro-brasileira, contribuir para a formação de crianças na perspectiva do antirracismo? A investigação teve como objetivo geral: Refletir sobre as possíveis contribuições da literatura infantil afro-brasileira para uma formação antirracista. E como objetivos específicos: Investigar como os professores da Educação infantil costumam trabalhar a literatura afro-Brasileira; identificar as possíveis contribuições dessa literatura para uma educação antirracista. O trabalho fundamentou-se em autores como: André (1995), Ludke e André (1986), Monteiro (2010) Cardoso (2016), Cavaleiro (2016), Conceição (2019), Santos (2020), Scheffer, entre outros. metodologicamente orientou-se pela abordagem qualitativa, pesquisa de campo. Onde os principais instrumentos mediadores da coleta de informação foram: entrevista semiestruturada e um questionário. Entre as colaboradoras do trabalho tivemos quatro professoras do da Educação Infantil de uma escola Municipal da área rural de Serrinha-Ba. Os resultados obtidos através da investigação evidenciaram a importância da literatura infantil afro-brasileira na formação das crianças numa perspectiva antirracista. No entanto, diante da falta de recursos e materiais da escola, esse trabalho fica limitado a datas específicas e com abordagens superficiais. Diante disto , é preciso um maior investimento das políticas públicas para que a Lei 10639/2003 de fato seja cumprida e com base em metodologias críticas. Que visem integrar escola, família e comunidade na busca por uma educação e uma sociedade antirracista.

Palavras chaves: educação infantil; literatura afro-infantil; antirracismo.

ABSTRACT

This work reflects on the possible contributions of Afro-Brazilian children's literature to anti-racist training in the school environment and especially in early childhood education classes. In this sense, it was guided by the following problem: Can Afro-Brazilian children's literature contribute to the training of children from the perspective of anti-racism? The general objective of the investigation was: Reflect on the possible contributions of Afro-Brazilian children's literature to anti-racist education. And as specific objectives: Investigate how early childhood education teachers usually work with Afro-Brazilian literature; identify the possible contributions of this literature to

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO anti-racist education. The work was based on authors such as: André (1995), Ludke and André (1986), Monteiro (2010) Cardoso (2016), Cavaleiro (2016), Conceição (2019), Santos (2020), Scheffer, among others. methodologically, it was guided by the qualitative approach, field research. Where the main mediating instruments for collecting information were: semi-structured interview and a questionnaire. Among the collaborators of the work we had four Early Childhood Education teachers from a municipal school in the rural area of Serrinha-Ba. The results obtained through the investigation highlighted the importance of Afro-Brazilian children's literature in training children in an anti-racist perspective. However, given the school's lack of resources and materials, this work is limited to specific dates and with superficial approaches. In view of this, greater investment in public policies is needed so that Law 10639/2003 is actually complied with and based on critical methodologies. That aim to integrate school, family and community in the search for an anti-racist education and society.

Keywords: early childhood education; afro-children's literature; antiracism.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O ato de contar histórias é uma maneira lúdica de construção de conhecimentos, além de ser um importante fator de estímulo à imaginação. Sendo que ele pode auxiliar no desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional das crianças; como dispositivo didático de fundamental importância ser trabalhada na Educação infantil. Para Cardoso (2016), O ato de contar histórias instrui, socializa e diverte as crianças. É uma ferramenta que desperta o interesse pela leitura. Ajuda no desenvolvimento psicológico e moral, auxiliando na manutenção da saúde mental das crianças em fase de desenvolvimento, a construção das identidades culturais através da memória e da linguagem oral.

No Brasil, segundo Oliveira (2015), pensar as questões relativas à literatura infantil e suas contribuições para o ensino é algo que data de mais de um século. Seu surgimento, conforme Scheffer (2010), se deu no início do século XVIII, a partir desta época a criança passou a ocupar lugar de destaque no contexto familiar e na escola. Foi nesse contexto que surgiu a literatura infantil como gênero escrito, servindo à proposta burguesa de formar mentalidades. Conforme Caldeira (2008), eram atribuídas a criança modos de pensar e de agir segundo aos bons costumes daquela época. Cabia aos adultos desenvolver nelas o caráter e a razão. No lugar de procurar entender e aceitar as diferenças e semelhanças das crianças, pensava-se nelas como páginas em branco a serem preenchidas, preparadas para a vida adulta.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Havia nesse contexto histórico social, um tratamento diferenciado para a criança do sexo masculino e do sexo feminino. Os meninos, filhos de homens superiores, deveriam ser preparadas, moldadas para serem reis que governassem a pólis no futuro. (Lustig *et al* 2014). As meninas ficavam restritas ao lar e não tinha o direito de frequentar uma escola para se melhor processo formativo.

Dependiam da vontade dos pais e que segundo os costumes daquela época, deviriam se aperfeiçoar nas atividades domésticas com o intuito de ser uma boa esposa. Apesar desse tratamento diferenciado, ambos sexos eram vistos como mini adultos e o conceito de infância não existia. Em relação a criança negra que conviveu com a sociedade daquele período, o olhar era ainda mais negligente. Estas eram inseridas no mundo do trabalho logo cedo e não eram enxergadas pela política social da época. Na verdade, essa foi uma prática que surgiu no contexto da escravidão.

A pouca visibilidade da criança negra só se justificaria em função da sua exploração. E isto parece que foi o que aconteceu no Brasil, mesmo depois da dita Abolição. Ao longo da minha vida escolar, raras foram as imagens de negras e negros nos livros didáticos. A única exceção só ocorria quando o assunto era escravidão. Então, acesso a literatura infantil afro-brasileira era impensável. Essa situação só começou a ser questionada através das lutas históricas dos movimentos negros, que dentre outras conquistas culminaram no sancionamento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. As quais determinaram a obrigatoriedade, das instituições de ensino oferecerem respectivamente o estudo obrigatório de conteúdos relacionados a "*História e Cultura Afro-Brasileira*" e dos conteúdos relacionados com a "*História e Cultura Indígena*". No entanto, decorridos vinte anos da promulgação da Lei nº 10.639/03 e quinze anos da Lei nº 11.645/08 ainda é um desafio a aplicação destas em sala de aula.

Assim, o interesse pela temática relacionada a literatura afro-infantil se intensificou a partir da vivência do componente Pesquisa e Estágio II: Educação Infantil. Onde pude perceber o quanto essa literatura afro-infantil não fazia parte do cotidiano escolar. E a partir daí resolvi realizar meu projeto de estágio tomando como referência a literatura afro-infantil. Pois, neste estágio foi possível notar como as histórias que trouxeram questões identitárias foram importantes para aquelas crianças, através das falas e atitude que foram se modificando no cotidiano escolar.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
O conjunto desses acontecimentos auxiliou na construção dessa investigação

que se fundamentou no seguinte problema: Pode a literatura afro brasileira infantil, contribuir para a formação de crianças na perspectiva do antirracismo? O trabalho tem como objetivo geral: Analisar sobre as possíveis contribuições da literatura afro-infantil para uma formação antirracista. E como objetivos específicos: Investigar se os professores da educação infantil costumam trabalhar a literatura afro-brasileira; identificar as possíveis contribuições dessa literatura para uma educação antirracista.

No intuito de conhecer outras produções no campo da temática, realizei um levantamento do estado da arte entre os anos de 2022 a 2023 nos repositórios dos Campi II e VI, da Universidade do Estado da Bahia. E, selecionei os trabalhos de Luciano (2022), Souza e Oliveira (2015). A produção de Luciano (2022), discute a importância da utilização da literatura como meio de dialogar com crianças sobre sua relação com sua autoimagem. Pois, ao falar exclusivamente sobre a literatura infantil, percebe-se o quanto os textos literários podem promover o contato com outras realidades fictícias. E, ao mesmo tempo aguçar a imaginação, gerando sentimentos de identificação com a narrativa; ajudando a criança a desenvolver o senso crítico.

Souza e Oliveira (2015), realizaram uma investigação com o objetivo de analisar o livro *"A Cor da Ternura"*, de Geni Mariano Guimarães (1994). Isto no intuito de discutir a possibilidade da literatura em romper com padrões e valores eurocêntricos e hegemônicos que marcaram, ao longo do tempo, a literatura infantil brasileira. As autoras destacam que livro infantil funciona como um dos elementos que contribui para a formação da criança ; contribuindo também para absorção de padrões ideológicos hegemônicos.

Ainda que breve, esse levantamento do estado da arte me auxiliou a ter uma perspectiva das pesquisas sobre as questões das contribuições da literatura para o antirracismo, bem como, vislumbrar a importância da literatura infantil afro-brasileira na formação do sujeito que se reconhece na sua ancestralidade. Foi importante constatar a crescente visibilidade que os personagens negros estão ocupando na literatura. Tendo em vista, abordagens apresentadas pelas graduandas, este trabalho se difere dos outros por investigar como a literatura infantil afro-brasileira pode contribuir para uma formação antirracista; averiguando as possíveis

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contribuições dessa literatura para uma educação antirracista.

No intuito de dar forma ao trabalho, o organizei em cinco seções. Na primeira, apresentei as notas introdutórias, momento em que a partir das reflexões de Cardoso (2016), Silva (2021), Scheffer (2010), Oliveira (2015). E, teci as primeiras considerações sobre o tema, incluindo aí as minhas implicações com o estudo. Nas notas introdutórias também apresentei a problemática, os objetivos e um brevíssimo estado da arte, com base nos trabalhos de Luciano (2022), Souza; Oliveira (2015). Na sequência, trouxe a fundamentação teórica, onde discuti: *A aplicação da Lei 10.639/2003: no ambiente escolar em busca de uma educação antirracista no contexto da Educação infantil*”, tomando como referência a Lei 10.639/03, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), Santos (2020), Osório (2001), Nascimento (2020), entre outros. Na sequência, descrevo a metodologia, fundamentada em autoras/es como, André (1995), Ludke; André (1986), Monteiro (2010). Nessa seção apresento a abordagem, o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta utilizados. Além dos resultados e discussões. Por fim as considerações finais, que trazem as conclusões do trabalho e respondem se os objetivos foram alcançados e a questão de pesquisa respondida.

Espero que através desse artigo possa contribuir com o debate sobre as possíveis contribuições da literatura infantil afro-brasileira para a construção de uma postura antirracista por parte das crianças no espaço acadêmico e escolar. E que possa inspirar pesquisas futuras no Campus XI da UNEB; como também em outras universidades, profissionais da educação, professores (as) em formação que pretendem atuar na área. Além de professores que assim como eu, sintam a necessidade de um olhar minucioso sobre questões afro-brasileira dentro da sala de aula, reforçando o direito garantido por lei que a temática seja abordada nas escolas.

A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003: NO AMBIENTE ESCOLAR EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O histórico de racismo que se propaga até os dias atuais na sociedade brasileira é resultado de mais de três séculos de escravidão e por comportamentos racistas que fizeram parte da construção da identidade nacional. Após a abolição da escravatura, o Estado não desenvolveu uma integração da população negra por

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
meio do fornecimento de condições materiais para sua participação em uma
sociedade livre.

“O Brasil foi o país do Mundo ocidental que sustentou o regime escravocrata por maior período na História Moderna e, embora se tenha construído intelectualmente e socialmente a ideia de uma escravização pacífica, com a apresentação da imagem do escravo-negro como afável e do senhor-branco como benevolente, as atrocidades típicas de um regime escravocrata, combinadas com as atrocidades típicas de determinado grupo humano- particulares que serviram à lógica colonial portuguesa-, foram praticadas sem deixar nada a desejar, contudo muito a resistir e reparar”. (Silva, 2018, p.11).

A escravização de africanos e afrodescendentes ocorridas em nosso país, de acordo Osório (2001), foi o ponto principal para que a cultura racista nascesse. O racismo pode ser classificado como a discriminação contra indivíduos ou coletivos por sua etnia ou cor, sendo retratada atualmente como uma questão estrutural, com ações excludentes que privilegiam um grupo, hostilizando outro. Por considerar a sua cultura e sua cor superior a outras etnias e a outros lugares, o homem branco europeu, julgou-se capaz de comercializar e escravizar indivíduos com origens opostas à dos mesmos, assim, a partir da década de 1530 chegaram os primeiros grupos africanos escravizados em nosso território:

Parte das perversidades desse regime de escravização do Outro encontram-se entranhadas no pensamento intelectual e social celebrado no Brasil ainda hoje, isso porque a sociedade brasileira da época combinou a escravização e o tratamento degradante dado ao escravo com as características raciais e fenotípicas dos africanos e seus descendentes – o negro –, permitindo a generalização de uma conduta discriminatória com essa população. (Silva, 2018, p.11).

Com o crescimento da população preta ao longo do tempo, muitas foram as estratégias de branqueamento, a exemplo do que destacou Conceição (2019), do estímulo a vinda de imigrantes europeus. Já no meio científico do século XIX, pode-se constatar teses racistas que defendiam a superioridade branca. No Brasil, segmentos do meio científico defendiam a ideia de que o país só avançaria se fizesse uma limpeza étnica; através do, desestímulo a presença destes imigrantes, prevalece a maioria branca, como é o caso do Paraná. Na atualidade a população preta no Paraná é maior do que a população branca.

E, em nome de uma suposta democracia racial, consolidou-se nas palavras de Conceição (2019), um preconceito velado, que precisa ser questionado. Nesse

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sentido, resultado da intensa luta dos movimentos negros, a Lei 10.639/03, surgiu como uma oportunidade de reparação frente aos mais de três séculos de predomínio de uma cultura racista, sustentada em teorias racistas e imperialistas europeias.

A criação da Lei 10.639/03, que faz alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 a obrigou implantar o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio e no Ensino Superior. A Lei estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra. (Brasil, 2003).

Com isso, abre-se o espaço para que a escola se constitua, num ambiente de fortalecimento da resistência ao racismo. E essa resistência precisa despontar desde a Educação Infantil. Como destacou o Plano Nacional de Educação:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e para a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. Isso faz com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira. (Brasil, 2013, p. 48;49)

Nesse sentido, como apontaram as DCNERER (2004), desponta a relevância do trabalho com a inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola. Além do trabalho com livros e de materiais didáticos, que abordem a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE).

A literatura afro-brasileira, de acordo Santos (2020), é uma produção literária cujo sujeito da escrita é o próprio negro. Ela relaciona-se com a produção de textos literários que buscam apresentar personagens negros como protagonistas em histórias que valorizem sua cultura e ancestralidade. E, a partir das particularidades das negras e negros e de suas vivências é que são tecidas as narrativas que compõem essas produções.

Desse modo, a literatura afro-brasileira, surge como forma de se contrapor a literatura clássica hegemônica de influência europeia que se expressa por meio dos ideais de beleza dos personagens que ressaltam a brancura da cor da pele, os olhos claros e cabelos lisos, que em nada retrata a diversidade cultural presente em nosso país. (Santos, 2020, p.3).

Decorrentes das lutas dos movimentos negros, Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e seus desdobramentos em nível federal, estadual e municipal, de acordo Silva (2010), contribuíram para a efervescência no campo editorial no que se refere a traduções de textos de origem africana e no estímulo de autores nacionais em escreverem sobre o tema étnico-racial. Estas publicações serviriam de apoio para as estratégias de combate ao racismo e ao preconceito que acontece dentro e fora do espaço escolar.

De acordo com Gomes (2003), construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio. Então, a educação:

[...] antirracista tem um papel fundamental na formação de crianças e jovens, apoiando-se, atualmente, na Constituição Federal de 1988, que prevê a educação como obrigatória para todos e na posterior Lei nº 10.639, de 2003, que insere nos currículos escolares a educação sobre a história afro-brasileira, conquistada pelo movimento negro. Ambas apoiam a ideia de que a escola é um espaço de diversidade e que deve propor uma educação voltada para a equidade, fazendo com que os alunos sejam incluídos nos espaços escolares e sejam preparados para a vida social, como cidadãos que formam uma nação igualitária e fortaleçam os ideais que visam a melhoria da qualidade de vida para todo. (Nascimento, 2022, p.11).

Desse modo, inserir a reflexão antirracista do espaço escolar é de suma importância para a quebra de paradigmas existentes desde o período colonial e que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO perpassa até os dias atuais. É de extrema importância que o professor comece a trabalhar o antirracismo nas crianças já na primeira infância. Silva (2023). Dentro do contexto escolar é papel do professor ensinar as crianças valorizar o seu corpo, suas características e sua cultura, fortalecendo sua autoestima e autoconfiança.

Assim, a contação de histórias nas classes da Educação Infantil, e em particular a literatura afro-infantil, tem a capacidade de ajudar na construção da identidade das crianças; desenvolver a autoestima e aceitação dos seus aspectos físicos. A literatura infantil quando presente no ambiente escolar auxilia o desenvolvimento da criança, uma vez que incentiva a formação de leitores, desenvolve a imaginação, a criatividade e a capacidade crítica dos alunos. (Silva, 2021, p.82).

Nesse sentido é de suma importância a discussão sobre a valorização das características negra dentro das salas de aula, desde os primeiros anos da criança na escola pode desenvolver novas visões sobre a pessoa negra desconstruindo estigmas e preconceitos. Em relação as práticas pedagógicas, devem trabalhar com base no respeito as diversidades. Para Silva (2010) com metodologias e debates que impulsionem o protagonismo de crianças negras, para que desde a infância tenham uma visão positiva sobre suas características e sua cultura.

OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

A fim de compreender as indagações em torno da investigação, que versa sobre as possíveis contribuições da literatura afro-brasileira na Educação Infantil para uma formação antirracista, apresento agora a perspectiva metodológica que orientou esse trabalho. Tendo em vista a sua especificidade, optei pela abordagem qualitativa. Haja vista que de acordo André (1995), se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa, que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente; defendendo uma visão holística dos fenômenos. Isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influencias recíprocas.

Como forma de acessar as informações, optei pela pesquisa de campo, porque a interface com as colaboradoras exigiu que eu fosse a campo. Mais precisamente em seus locais de trabalho, na escola de Educação Infantil localizada respectivamente na comunidade rural do município. Para o nosso estudo foi

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO relevante ir à realidade; entrar em contato com professoras/es da Educação Infantil e conhecer suas percepções e experiências no contexto da temática investigada. Para tanto, utilizei como instrumentos mediadores da coleta de informações um formulário on-line. O qual segundo Monteiro (2010, p.35), possibilita a personalização e facilitação da coleta e análise de informações. Através dele, obtive o perfil das colaboradoras dessa pesquisa. Também realizei uma entrevista semiestruturada, que me permitiu acessar as informações reclamadas pelo problema dessa investigação.

As colaboradoras da investigação foram quatro professoras da Educação Infantil, de uma escola pública da área rural, do município de Serrinha-Ba. A entrevista foi agendada com antecedência, como combinando, sendo realizada no turno matutino, em uma sala de apoio, acontecendo de forma individualizada. Assim, as duas primeiras colaboradoras foram no intervalo das aulas. E, as outras duas, foram no final do turno. Todas as professoras foram muito receptivas, estavam tranquilas e atentas as indagações, o diálogo fluiu de forma espontânea. As mesmas narraram que as pesquisas são muito importantes e que elas também, já passaram por essa experiência. Para obter o perfil dessas colaboradoras da pesquisa, foi encaminhado o questionário online. Assim, para nos referirmos a essas professoras colaboradoras, utilizamos nomes fictícios de origem africana, para preservar suas identidades, tais como: Aganju (significado do nome: “área despovoada” ou “terra firme”), Chiamaka (significado do nome: “Deus é lindo”), Jameelah (significado do nome: “Bonita ou bela”) e Lovellie (significado do nome: “Adorável”)

Tabela com as características das professoras colaboradoras da pesquisa

Professora	Idade	Gênero	Raça	Religião	Residência	Formação	Tempo de docência	Tempo de docência na educação infantil
Aganju	32 anos	Feminino/ Cisgênera	Auto declara Preta	Não possui	Área rural de Serrinha	Pedagogia	1 ano	1 ano
Chiamaka	50 anos	Feminino/ Cisgênera	Auto declara Parda	Cristianismo	Área rural de Serrinha	Magistério	15 anos	6 anos
Jameelah	49 anos	Feminino/ Cisgênera	Auto declara Parda	Cristianismo	Área rural de Serrinha	Magistério	29 anos	9 anos
Lovellie	37 anos	Feminino/ Cisgênera	Auto declara Preta	Cristianismo	Área rural de Serrinha	Pedagogia	4 anos	3 anos

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção faço a análise e contextualização dos resultados levantados durante a presente pesquisa. Iniciei, portanto, retomando o objetivo e as perguntas de pesquisa que nortearam este estudo. As perguntas foram organizadas em seis seções para um melhor entendimento do leitor. Busquei estabelecer um paralelo entre as respostas obtidas e o pensamento de alguns teóricos que discutem a temática.

A importância do trabalho com a literatura afro infantil na Educação Infantil.

A literatura infantil afro-brasileira é uma importante ferramenta no auxílio da construção da identidade das crianças, principalmente aquelas que apresentam características físicas condicentes com a herança africana, além disso, são favoráveis ao desenvolvimento do sujeito.

Para as professoras Aganju e Jameelah 2023, o trabalho com a literatura afro se faz necessário na maneira em que...

“A literatura na educação infantil se faz importante porque desde pequeno a gente já introduz as crianças no mundo da leitura e isso faz despertar o gosto pela mesma, além de trabalhar a questão da imaginação e da oralidade que para eles nessa fase de desenvolvimento é muito importante. o fato de ler obrigatoriamente quando se vê diante de uma situação forçada, como por exemplo ler para fazer uma prova, realizar um concurso, para um vestibular e etc.” (Aganju e Jameelah, 2023).

De acordo com a fala da professora Aganju, a literatura trabalhada desde a infância contribui no desenvolvimento do prazer pela leitura e na formação de sujeitos autônomos. Nessa perspectiva, a literatura afro-brasileira propicia à criança a construção de valores e aprendizagens, que contribuiriam para o desenvolvimento da identidade infantil. Também é um meio pelo qual a criança desenvolve a imaginação, a oralidade, as emoções e o sentimento de forma prazerosa. (Iansen, 2015).

A professora Jameelah trouxe um questionamento importante ao citar que o gosto pela leitura deve ser despertado nas crianças desde o seu ingresso no

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO universo escolar, quebrando a visão da mesma como uma obrigação. Além disso, está é uma maneira lúdica de demonstrar através das narrativas contadas nas histórias, que os desafios e problemas do cotidiano podem ser superados. Cada personagem pode apresentar características ou narrar situações que a criança se identifique, fazendo-a se colocar no lugar do interprete. A professora Chiamaka 2023, salienta:

“O trabalho com a literatura afro-infantil é importante porque essa literatura traz histórias com aprendizados, que prende a atenção e o interesse das crianças, ao modo que literatura infantil proporciona a educação.” (Chiamaka, 2023).

Cada narrativa é única e pode despertar na criança diversas emoções, pensamentos e sentimento. O trabalho lúdico com literaturas diversificadas torna a aula mais atrativa, dinâmica e mais próxima da realidade dos alunos. Além de ser um recurso rico e fundamental para ser trabalhado na educação infantil. Pois é nessa fase que as crianças passam a perceber o mundo e despertam a curiosidade investigativa, sempre questionando sobre os fatores que lhe despertam essa curiosidade. Haja vista que como a professora Chiamaka citou, a literatura promove a educação. Para a professora Lovelie 2023, o trabalho com a literatura afro-infantil se faz importante a medida que; “[...] *aguçar a mente de uma criança, através de uma história, poder trabalhar o lúdico e fazer com que eles possam usar sua imaginação a partir do que foi lido ali naquele momento.*”

Nesse contexto, a literatura infantil pode proporcionar a criança, o desenvolvimento de sua identidade de maneira positiva, assimilação de valores e respeito ao outro. Através da literatura ela pode entender as diferenças culturais, através de novos conhecimentos e aprendizagens, desenvolvendo atitudes e valores, respeito que contribuem com seu desenvolvimento integral.

A escolha do livro literário a ser trabalhado na sala de aula da educação infantil.

De acordo Rosa e Guimarães (2021), é importante ressaltar que no trabalho com a literatura afro-infantil é necessária uma cuidadosa seleção dos livros para a contação de histórias. O livro pode interferir de maneira positiva ou até mesmo negativa, de acordo com a forma que for apresentado. É preciso levar em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO consideração as estruturas que englobam a literatura infantil, primeiramente o público-alvo, proporcionando a criança uma leitura prazerosa e criativa. Nesse sentido, a professora Aganju 2023, salienta que, leva em consideração na escolha do livro literário a faixa etária dos seus alunos:

“Eu gosto de trabalhar muito com contos de fada, a literatura clássica, só que a gente tem dificuldade de encontrar esse material na escola, mas, dentro dos livros que é disponibilizado, os de fada, que as crianças mais gostam, pela questão da idade deles e relacionado ao mundo dos animais.” (Aganju, 2023)

É notório que dentro da prática da professora Aganju não havia a opção inserção da literatura afro-infantil. Isso ocorreu pelo fato da escola não dispor de materiais necessários para que essa prática aconteça. Levando-a a ficar limitada ao uso das obras clássicas, adquiridas por ela mesma. Diante disso, Oliveira e Soares (2021), problematizaram o modelo literário que até hoje exerce força no acervo bibliográfico das escolas:

“[...] o padrão de boa literatura que foi estabelecido no Brasil a partir da produção literária europeia no século XIX e anteriores. Refere-se aos aspectos de linguagem, de temas, de valores morais, culturais, religiosos entre outros, que podem ser merecedores de se apresentarem numa obra escrita. Defende-se, obviamente, não o apagamento desse passado e do que está estabelecido, mas a incorporação de textos que tragam proposições diversas do olhar eurocêntrico. Nesse sentido, é preciso rediscutir os critérios unilaterais utilizados para a construção de um modelo literário de prestígio no Brasil.” (Oliveira; Soares, 2021, p. 5).

É necessário que haja um olhar mais cuidadoso e crítico nas escolas, em relação aos materiais que abordam as questões raciais e a resignificação que a mesma pode dispor, e assim tornar a escola um espaço mais acolhedor e transformador. Vale ressaltar que, os modelos clássicos não devem ser abandonados. Mas sim, abrir um leque de novas possibilidades aos alunos, condizentes com a sua realidade, para que estes façam suas interpretações e desenvolvam um novo modo de pensar. Nesse sentido, as professoras Chiamaka e Jameelah (2023), ressaltam que, em suas práticas pedagógicas buscavam sempre fazer um paralelo entre obras, desde as tradicionais até as voltadas a questões raciais:

“O Cabelo de Lelé”, “Menina bonita do laço de fita”, “Amarelinha”,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
“Branca de Neve”, “Rapunzel”, “Os três porquinhos” entre outras. São muito interessantes as histórias, que estes livros trazem, a sua ilustração faz com que os alunos prestam bastante atenção, quando levamos esses tipos de literaturas para a aula. São livros, com histórias bonitas e engraçadas que são de fácil compreensão para os alunos.” (Chiamaka; Jameelah, 2023)

Conforme Iansen (2015), a literatura afro-infantil vem passando por constantes modificações de maneira positiva, e gradativamente está oferecendo informações ricas, para que as crianças adquiram novos conhecimentos e valores, refletindo sobre a igualdade do ser humano. As histórias também podem ajudar no desenvolvimento emocional, social e cognitivo, como bem destacou a professora Lovelie:

“Gosto de livros com histórias onde haja empatia, respeito e amor ao próximo, onde eu possa perguntar aos meus alunos o que eles acharam e saber deles o que para eles é certo ou errado para que eu possa lhes ensinar a forma correta de tratar as pessoas. Para mim essa é a base de tudo.”(Lovelie, 2023).

Desse modo, ressaltaram Rosa e Guimarães (2021), a escolha do livro afro-infantil para ser trabalhado nas classes da Educação Infantil, deve levar em consideração o perfil do aluno, a faixa etária, os valores, ensinamentos transmitidos e a linguagem abordada sempre de fácil compreensão. A literatura pode contribuir em outros aspectos, por exemplo: dando prazer a uma nova construção da linguagem, da oralidade, de ideias, valores e sentimentos, assim como formação pessoal da criança.

O trabalho com a literatura afro-infantil dentro da sala de aula, como ele acontece?

A Educação Infantil é uma etapa em que a criança pode explorar em diferentes perspectivas o mundo do imaginário e assim desenvolver a sua concepção de mundo e de realidade. Nesse sentido é importante trabalhar com ampla e diversificadas obras literárias, que a auxiliem no desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, dos mesmos. Uma vez que utilizada como ferramenta pedagógica, promove o desenvolvimento social, cognitivo e afetivo da criança. Ao questionar a professora Aganju, (2023), se a mesma trabalhou ou se trabalha com a literatura afro-infantil, a mesma salientou

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

“Eu já trabalhei com a literatura afro, mas foram mais pontuais, na semana do novembro negro mesmo. Porque a escola infelizmente não dispõe desse material. Foi só dentro do projeto que é realizado nesse período que a gente trabalhou com a literatura Cabelo de Lelé, foi o livro disponibilizado. Eu também trabalhei com o filme da “Moana”, mas, foi um recurso que eu conseguir, porém na escola não tem literaturas, tão diversificada nesse sentido.” (Aganju, 2023).

A professora Chiamaka (2023), também aponta a maneira como trabalha a educação afro-infantil na sala de aula, e conta como essa literatura foi significativa para os seus alunos:

“Já sim, e foi um momento grandioso. As crianças queriam participar dando sua contribuição, cantando junto e fazendo perguntas e foi assim com o livro. O refrão eles amaram, ficaram só cantando, menina bonita do laço de fita, o que faz para ser tão pretinha.” (Chiamaka 2023)

Falando da literatura afro- infantil, a história da “Menina bonita do laço de fita”, fica entre as mais citadas pelos professores. Pode-se observar essa informação na fala de outra professora colaboradora da entrevista:

“Já trabalhei com a história da “Menina bonita do laço de fita”, pois é muito bonita e representa a cor “preta” com muito carinho e bastante alegria. Inclusive, quando trabalhei com esse livro as crianças ficaram muito felizes, porque o coelhinho queria muito ficar pretinho, a todo custo.” (Jameelah, 2023).

É importante que os professores busquem outras histórias, pois compreende-se que, o trabalho com literatura deve ser diversificado na construção da personalidade da criança. Percebe-se que, a literatura infantil afro-brasileira é trabalhada pelas professoras, em momentos comemorativos não sendo algo presente na rotina pedagógica das mesmas.

Não é o bastante trabalhar os temas africanos e afro-brasileiros apenas em datas significativas como o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) e o 13 de maio (dia da abolição da escravidão). Essas datas devem permanecer, sim, no calendário de atividades e devem ser vistas não apenas como datas comemorativas ou ocasiões de reprodução de estereótipos, mas como momento de reflexão crítica a respeito da condição da população negra do Brasil. (Oliveira; Soares, 2021, p.12).

A escola é um espaço de estímulo as manifestações do pensamento e de reflexões que leva à formação de cidadãos. Nesse sentido, precisam contemplar no

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO currículo e nas atividades pedagógicas cotidianas de sala de aula a temática da diversidade étnica que compõe a sociedade brasileira e a humanidade, e por conseguinte, presente no ambiente escolar. (Matos *et al*, 2022). Nesse contexto a professora Lovelie, 2023, enfatizou:

"[...] eu trabalho em uma comunidade quilombola onde a maioria dos alunos pertencem aquela comunidade, acho importante falar com eles a importância das suas origens, suas tradições dentre outras coisas importantes, em como ressaltar para todos eles que devemos respeitar as pessoas independente da sua cor ou tipo de cabelo."
(Lovelie, 2023)

Nesta perspectiva, a professora Lovelie identificou com assertividade a relevância da literatura afro- infantil diante do urgente debate da temática antirracista, especialmente numa classe onde a maioria dos alunos são de uma comunidade quilombola. Comunidade onde o resgate das origens e tradições seriam fundamentais também para fortalecer a identidade; mas também para aprender a conviver com as diferenças.

Oportunidades e/ou dificuldades geradas pelo trabalho com essa literatura afro- infantil.

A homologação da Lei 10639/2003 determinou que as escolas da rede pública e privada de ensino, passassem integrá-la em seus projetos políticos-pedagógicos e por consequência, em seus currículos a História e cultura afro-brasileira. Porém , ainda persistem muitos desafios a implementação dessa Lei e da formação de uma cultura antirracista. A começar pela falta de livros didáticos e literários adequados a esse fim. Diante disso, a professora Aganju ressaltou:

"A escola não dispõe de livros da temática e nem os recursos tecnológicos são tão acessíveis. Minha sala por exemplo, não tem acesso à internet, e quando a escola da oportunidade que se traga recursos audiovisuais, isso gera dificuldade de trabalhar com o tema". (Aganju, 2023).

Essa situação acontece devido à falta de cursos de formação continuada, currículos escolares deficientes e pela escassez de material de publicação de autores negros, que evidenciem a literatura afro-brasileira. Ainda assim, destacou lansen (2015), a literatura afro-infantil possibilita que à medida que os personagens

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO negros se evidenciam, reafirmam a própria história e identidade afro-brasileira das crianças. Pois, do ponto de vista da professora Lovelie ...

“A escola é um espaço de socialização e pode ser o primeiro local onde as crianças passam a conviver com as diferenças. Também é um lugar de construção de identidade, portanto falar sobre este assunto além de importante temos uma grande chance de formar pessoas antirracistas.” (Lovelie,2023)

Segundo Nascimento (2022), os processos formativos desencadeados na Educação Infantil para além da reprodução de conhecimentos, permite as crianças os recriem. A primeira infância é uma fase extremamente oportuna para que os agentes educacionais e a família possam realizar suas primeiras intervenções antirracistas. Então, o trabalho com literatura afro-infantil, oportuniza as crianças conhecerem obras literárias diferentes dos habituais. Pois permitem a aproximação com a realidade do aluno. As professoras Chiamaka e Jameelah vivenciaram essa rica e feliz oportunidade:

“Foi gratificante, trabalhar com os alunos essa literatura e muitos deles compreenderam a história, as situações que o coelhinho passou para ser pretinho e as crianças refletiram sobre a sua cor da pele. Que cada um tem sua cor, e nem sempre é igual a cor do coleguinha.” (Chiamaka, 2023).

“Foi oportunidade, porque eles não conheciam essa literatura, que por sinal gostaram da atitude do coelhinho em querer, se tornar preto e como não conseguiu, acabou, casando-se com uma coelhinha preta e tendo os seus filhotes de várias cores: marrom cinza preto e etc.” (Jameelah,2023).

O trabalho com a história *“Menina bonita do laço de fita”*, permitiu que as crianças aprendessem um pouco mais sobre a hereditariedade e a beleza do negro; permitindo a construção de uma visão positiva sobre suas características físicas . Além de estimulá-las a conhecer e valorizar a cultura africana, rompendo o mito da sua suposta inferioridade. Nesse sentido, a escola deve oportunizar o trabalho com essa literatura; proporcionando momentos significativos para a aprendizagem; relacionando fatos a experiência; resolvendo conflitos; aprendendo sobre valores e manifestado sentimentos.

A literatura infantil afro-brasileira e suas contribuições com a formação de uma atitude antirracista já na infância.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A escola por ser um contexto multicultural, destacou Pestana (2023), acaba sendo o primeiro espaço que muitas crianças vivenciam o racismo, seja por parte dos colegas, dos professores e dos funcionários da escola. Ou ainda meio da literatura presente em sala de aula. Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem ser voltadas para uma metodologia antirracista que deve ser trabalhada desde a Educação infantil:

“A literatura afro-infantil tem muito a contribuir com a formação antirracista da criança, pois é nessa etapa que elas se reconhecem e afirmam a sua identidade. É uma temática que contribui muito para formação do indivíduo, desde a infância porque é a base para eles se reconhecerem e de entenderem sua identidade e principalmente o seu lugar no mundo.” (Aganju, 2023).

A professora Aganju, salientou a importância da literatura afro-infantil na educação de crianças, enquanto caminho para o rompimento de comportamentos racistas já na infância. Diante disto, a professora Lovelie, 2023, reforça *“Creio que sim, acho que inserir essa temática anti-racismo ainda na educação infantil visa garantir uma educação que supere o racismo num futuro bem próximo”*.

Para as professoras Chiamaka e Jameelah a literatura afro-infantil deveria ser incluído na grade curricular da escola. E, não apenas trabalhado somente no mês da conscientização negra:

“Essa literatura contribui sim, pois elas trazem lições que as crianças vêm a compreender, que o racismo, não é algo bom e sim algo ruim, desde de pequenos, seria bom trabalhar, também o ano inteiro e não só na semana da consciência negra.” (Chiamaka, 2023).
“Contribui sim, principalmente se fosse trabalhado durante todo ano letivo e não somente na semana da consciência negra, precisa que a secretária de educação compre mais livros afro e fiquem disponíveis para nós.” (Jameelah,2023).

É na infância, salientou Araújo (2021), que os problemas raciais começam a ser enfrentados pelas crianças. Esse tipo de situação é aprofundada pelo racismo e outras práticas preconceituosas oriundas de um padrão cultural que continua preso à concepção de que negras e negros são inferiores. Nesse sentido, o papel da Educação Infantil é trabalhar essas questões. E, a literatura é uma maneira lúdica de mostrar para as crianças, a importância de diferentes culturas e grupos étnicos presentes na sociedade.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Os caminhos metodológicos para um trabalho com a literatura numa perspectiva antirracista

A metodologia utilizada pelo professor deve transmitir uma visão positiva sobre a aparência, a ancestralidade e o direito das pessoas negras serem o que quiserem. Bem como , ocuparem qualquer lugar na sociedade, buscando materiais que favoreçam a representatividade dentro da sala de aula:

É necessário que haja disponibilidade e diversidade dos materiais para podermos trabalhar, não apenas em datas pontuais, e sim durante o ano todo, tendo em vista que a maioria dos alunos presente na escola são negros. (Aganju, 2023)

Tendo em vista que a maioria dos alunos são afro-brasileiros , a questão da representatividade é necessária. Pois é fundamental que as crianças possam se enxergar e se reconhecerem. Além disso, é de extrema importância na Educação Infantil. Pois é nesse momento que as crianças reconhecem seus espaços e constroem uma imagem da sua identidade, aprendendo sobre as diferenças:

Os caminhos metodológicos devem ser voltados a um trabalho em que essa literatura seja abordada com mais frequência e leveza apontando as diferenças de cada criança e que somos iguais na condição humana e devemos respeitar uns ou outros. (Chiamaka, 2023)

O trabalho com as questões raciais é uma obrigatoriedade garantida por lei, a ser aplicada na educação, devido ao Brasil ser um país comprovadamente racista. A metodologia abordada pelo professor pode transformar o ponto de vista do aluno. Isso pode permitir que todos tenham a sua identidade e história reconhecida e valorizada pelo ambiente escolar. Todavia, ressaltou Oliveira e Soares (2021), esse processo precisa ser mobilizado através de metodologias críticas. Portanto, é importante que a escola e sobretudo o professor tenha plena consciência da sua prática. A esse respeito, a professora Mameelah (2023) salientou que essa literatura [deve ser trabalhada] com mais frequência e leveza, apontando as diferenças de cada criança e que somos iguais na condição humana e devemos respeitar uns aos outros.

O respeito pelas diferenças presentes na sociedade é o ponto crucial para uma educação antirracista. De modo que, o trabalho de combate ao racismo precisa ser expandido para além de sua sala de aula, com o objetivo de promover essa

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
transformação urgente e necessária:**

“Seria interessante que, escola e família, juntos se conscientizassem que esse problema existe deve ser combatido. Pensar em executar um trabalho de conscientização, iniciar uma pesquisa de história e cultura afro-brasileira junto com os alunos para que possam participar e aprender a valorizar as pessoas, suas histórias e origens.” (Lovelie, 2023)

A professora Lovelie destacou a importância de uma metodologia baseada na inclusão da família e da comunidade nas temáticas desenvolvidas na escola. De forma que, a metodologia da educação antirracista aborde as questões raciais como um problema estrutural da sociedade. Que pode e deve ser refletida em todos os lugares, inclusive na escola porque pauta as relações entre os indivíduos desde a infância.

As respostas obtidas na entrevista realizada com as professoras evidenciam que todas têm consciência da importância da literatura infantil afro-brasileira na formação das crianças. Porém, diante da falta de recursos e materiais da escola, esse trabalho fica limitado, realizando apenas em datas específicas e com abordagens superficiais. Não sendo explorada durante todo o decorrer do ano letivo

Diante dessa constatação, é necessário que a escola tenha um olhar mais atento com essa questão. Pois ela é um local em que todos devem trabalhar em conjunto em prol da melhor qualidade de ensino, formação do cidadão, construção da autonomia e respeito à diversidade.

Assim sendo, essas reflexões mostram que é preciso um maior investimento das políticas públicas para fazer com que a Lei 10639/2003 de fato seja cumprida dentro dos espaços escolares através de metodologias críticas. Que visem integrar escola, família e comunidade na busca por uma educação e uma sociedade antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi ocasionada devido a inquietação pessoal em saber como o antirracismo pode ser combatido através da literatura afro- infantil dentro do contexto da sala de aula, analisando a minha própria jornada estudantil,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO em que não me recordava do contato com literaturas afro-infantil. Contato fundamental não apenas para mim, como para outras/os estudantes, no sentido de contribuir para quebra de um paradigma cultural que tanto contribuiu para uma sociedade racista, fato marcante em nosso país desde a era colonial. Os relatos e fundamentações teóricas aqui apresentados foram de grande valia para ampliar minha compreensão sobre o papel da literatura no enfrentamento antirracista.

Com a investigação foi possível identificar que as professoras estão habituadas a trabalhar com a literatura afro-infantil apenas em datas específicas. A realização da pesquisa ainda possibilitou a constatação que mesmo depois da promulgação da lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, ainda há uma carência muito grande em relação a abordagem do tema em sala de aula, principalmente pela escassez de obras literárias que abordam a questão afro-brasileira entre o público infantil.

Fica evidente a importância urgente da disponibilização de materiais e recursos para se trabalhar questões étnico-raciais dentro da sala de aula. As crianças da Educação Infantil têm um imaginário propício a responder o mundo de encantamento presente na literatura Infantil. Então, quanto maior for a diversidade dos recursos literários, também maior será a construção do conhecimento e principalmente de uma postura antirracista já na primeira infância. Daí a relevância da mediação docente na utilização de metodologias críticas.

Diante de tudo que foi discutido, considero que os objetivos do estudo foram alcançados. Espero que esse estudo contribua com o debate da temática não apenas nos espaços acadêmicos, mas principalmente nos contextos onde se desenrolam a Educação Infantil. Por fim, gostaria de destacar aqui a minha felicidade em poder ter investigado essa que é uma temática tão cara para mim, para minha ancestralidade e para as gerações que virão. Espero que quando aqui chegarem, essas novas gerações encontrem uma sociedade mais justa e inclusiva. Espero também que este trabalho seja uma pequena contribuição para que esta sociedade justa e inclusiva se consolide o quanto antes.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

ARAÚJO, Débora Kelly Pereira De et al. **Educação antirracista e o protagonismo infantil: tessituras cotidianas na vivência escolar**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/80694>>. Acesso em: 10/07/2023 11:57

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em : 1º.05.2023.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O CONCEITO DE INFÂNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA 2008**. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/o_conceito_de_infancia_no_decorrer_da_historia.pdf. Acesso em: 08/06/2023

CAVALEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes da. **O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03**. Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 31, ago. 2019 – ISSN 1983-2354. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0030082019.pdf>. Acesso em: 08/06/2023

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. 2003, v. 29, n. 1, p. 167-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Epub 22 Set 2003. Acesso em: 04 de Julho de 2023.

IANSEN, Verginia Aparecida. **EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL DE MANEIRA POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICORACIAL**. CURITIBA, 2015.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras em imagens do século XIX** / Ione da Silva Jovino. -- São Carlos : UFSCar, 2010.

LUCIANO, Emanuele Micaele Chaves. **A construção da identidade da criança negra em Sulwe**, de Lupita Nyong'ó./ Emanuele Micaele Chaves Luciano –

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Alagoinhas, 2022. 24f.il. Acesso em: 08/06/2023.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. L975p **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** | Menga. Lüdke,... - São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino)

LUSTIG, Andréa Lemes; CARLOS, Rinalda Bezerra; MENDES, Rosane Penha; OLIVEIRA, Maria Izete de. **Criança e infância: contexto histórico social**. 2014. p 1-14. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/693/o/TR18.1.pdf>. Acesso em 03/07/2023

MATOS, A. dos S.; SOUSA, J. da C. L.; ARAÚJO, J. de A. QUEM CONTA UM CONTO, AUMENTA UM PONTO: literatura afro-brasileira na educação infantil. **Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros**, [S. l.], v. 5, n. 12, 2022. DOI: 10.18764/2595-1033v5n12.2022.5. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/18644>. Acesso em: 9 jul. 2023

MONTEIRO, R. L. S. G.; SANTOS, D. S. **A utilização da ferramenta Google Forms como Instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra**. Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação, v. 4, n. 2, 2019. Disponível em <<https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/72>>. Acesso em: 08/06/2023.

NASCIMENTO, Samantha dos Santos. **Educação antirracista na Educação Infantil** [manuscrito] : Embates e possibilidades de enfrentamento. / Samantha dos Santos Nascimento.- 2022. 49 f.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de. **História do ensino da literatura infantil na formação de professores no estado de São Paulo (1947-2003)** [recurso eletrônico] / Fernando Rodrigues de Oliveira. – 1. ed. – São Paulo : Cultura

OLIVEIRA, N. da S. de .; SOARES, A. N. **Literatura afro-brasileira e exclusão: dificuldades enfrentadas na materialização da Lei 10.639/2003**. Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, Manaus, Brasil, v. 7, p. e133521, 2021.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS**. Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10623/1/td_2657.pdf. Acesso em: 08/06/2023

PESTANA, Leyliane Neto. **A LITERATURA INFANTIL AFRO-BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL**. Goiás, 2023

R. L. S. G.; SANTOS, D. S. **A utilização da ferramenta Google Forms como instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra**. Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação, v. 4, n. 2, 2019. Disponível em: < <https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/72>>. Acesso em: 08/06/2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

ROSA, Adriana Soares da Silva Lindozo. GUIMARÃES, Maria da Silva. **A LITERATURA COMO ALIADA NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM.** Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia. GRAVATÁ. 2021

SANTOS, Wedja Maria da Conceição. **O PAPEL DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL AFRO-BRASILEIRA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia. Recife, 2020.

SCHEFFER, Cristina Sebastião. **A LITERATURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia. Três Cachoeiras, 2010.

SILVA, Caroline Campos da. **A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES DO DISCURSO JURÍDICO EM FACE DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS RACISTAS/ CAROLINE CAMPOS DA SILVA SILVA –** Salvador, 2018- 71p; 30 cm. Orientador: Prof. Tiago Silva Freitas. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25784/1/CAROLINE%20CAMPOS%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 08/06/2023

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro** Como possibilidade reflexiva. 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SILVA, M. R. P. da. **Literatura afro-brasileira na educação infantil: desafios à formação docente.** Educ. Form., [S. l.], v. 8, p. e10060, 2023. DOI: 10.25053/redufor.v8.e10060. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10060>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SILVA, Santuza Amorim; FREITAS, Daniela Amaral Silva. **Representações dos negros na literatura infantil e juvenil.** Educ. Puc. [online]. 2016, vol.21, n.3, pp.311-322. ISSN 2318-0870. <https://doi.org/10.5965/151939932112016311>.

YUNES, Eliane. **Pelo avesso: A leitura e o leitor.** Curitiba: UFPR, 1995. P. 1851.

**PROTÓTIPOS DIDÁTICOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO: O QUE SÃO? A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM?**

Jusceli Maria O. de C. Cardoso

Professora UNEAD- LIBRAS
Professora Dra. Departamento de Educação
UNEB-CAMPUS XI

RESUMO

Os desafios de construir a educação inclusiva, sobretudo as práticas no AEE- Atendimento Educacional Especializado demandam dos pesquisadores, estudiosos, profissionais a busca constante pela pesquisa. De tal modo, entre os anos de 2018 aos dias contemporâneos, temos desenvolvido uma pesquisa matricial: tecnologias educacionais e acessibilidade: tecendo os fios das práticas interdisciplinares inclusivas a qual investiga a questão: Quais tecnologias educacionais estão sendo criadas pelos profissionais (docentes, mediadores escolares, psicólogos, psicopedagogos) que atuam no AEE no sentido da acessibilidade e inclusão? Nosso objetivo foi difundir os conhecimentos sobre protótipos didáticos, dialogando com as práticas dos profissionais que colaboraram com o estudo, compartilhando conosco, nas oficinas formativas, dos construtos que edificam nos cenários da educação que desejamos inclusiva. OS resultados apresentados neste artigo, são frutos da pesquisa engendrada, no campo dos estudos qualitativos, e da inspiração na etno pesquisa formação. A tessitura do referencial teórico se constituiu com os diálogos com a teoria dos Multiletramentos, sobretudo com os trabalhos de Rojo (2012) e Souza (2015). O estudo feito revelou que os profissionais, mesmo com tantas dificuldades enfrentadas, conseguem construir protótipos didáticos, com potencial para replicação didática, sendo que os que mais se destacaram foram as dinâmicas ludo interativas, as brincadeiras e os jogos pedagógicos.

Palavras- chave: protótipos; didática; AEE; educação; inclusão.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A palavra protótipo, de início, parece ser uma expressão estranha ao contexto da educação, sobretudo porque remete a questões e discussões no escopo de engenharias e áreas de tecnologias. No sentido mais rápido nos remete a ideia de algo provisório, um esboço, um produto ainda em processo de feitura. Entretanto, a expressão protótipo didática, ganha relevância ímpar, no seio das discussões sobre os Multiletramentos, pontuados principalmente nos trabalhos de Rojo (2012) que trazem à baila o debate sobre a necessária apropriação dos diversos e difusos arranjos textuais que a contemporaneidade vai anunciando aos nossos olhos.

De tal modo, emerge a partir de Rojo (2012) e outros autores que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO acompanham o pensamento dos Multiletramentos que anuncia a necessária interlocução fecunda entre a educação e as tecnologias da informação e comunicação, fomentando a ideia da possibilidade de criação de estruturas, constructos didáticos entrelaçados e gestados a partir do uso das multilinguagens, com intento de ensinar e aprender. Nesse sentido, nos apropriamos da ideia dos protótipos para alavancar discussões, pesquisas e edificações de recursos, tecnologias educacionais para uso em situações didáticas quando do AEE- Atendimento Educacional Especializado a pessoas com NEE e ou deficiências, no sentido de construir artefatos pedagógicos acessíveis numa abordagem de educação que se deseja inclusiva.

Com tal perspectiva, temos efetivado estudos de abordagem qualitativa, (derivados do percurso de estudos doutorais) no sentido da observação, diálogos com educadores e profissionais do AEE, na cidade de Serrinha, quanto a identificação, classificação de protótipos didáticos construídos pelos atores e atrizes sociais, no ofício do atendimento educacional especializado a crianças com NEE e ou com deficiências.

A pesquisa matricial que desenvolvemos e a qual de agregaram outros subprojetos de estudantes graduandos e orientandos, desde o ano de 2018, é intitulada: tecnologias educacionais e acessibilidade: tecendo os fios das práticas interdisciplinares inclusivas, cadastro no SPGU: 20.2023.12. Com esta pesquisa, de natureza colaborativa, no campo da etnopesquisa formação, desenvolvemos oficinas formativas envolvendo estudantes, graduandos e profissionais que atuam no AEE com sentido de construir espaços formativos e fomentar a construção de protótipos (com potencial de reuso e replicação) que se voltem a acessibilidade e inclusão de todos e todas na escola.

Assim, o objetivo do presente artigo foi dialogar com os leitores sobre o conceito de protótipo didático, assim como fomentar nos profissionais o desejo e inspiração para apropriação de ideias, ressignificações que caminhem na direção da edificação de recursos, materiais, suportes para o AEE

DIÁLOGOS TEÓRICOS COM OS MULTILETRAMENTOS

Os estudos sobre os Multiletramentos surgiram no ano de 1996, em um

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO manifesto de professores e pesquisadores americanos, no colóquio do grupo de Nova Londres (GNL), com discussões na perspectiva da educação e quanto aos letramentos procedentes na nova sociedade. O documento aponta para a necessidade de inserir, na prática escolar e nas diversas ações e movimentos em sociedade, as diversas mídias, linguagem e culturas constituídas e veiculadas pelas tecnologias da informação e da comunicação e na contemporaneidade, pelas tecnologias digitais de informação e comunicação-TIDICS.

[...] para abranger esses dois “multi” - a multiculturalidade característica das sociedades globalizadas e a multimodalidade dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa, o grupo cunhou um termo ou conceito novo: Multiletramentos (Rojo, 2012, p.13).

A definição de Multiletramentos abrange mais que noções de letramento e de letramento múltiplos, portanto, evidencia diferentes abordagens de ensino, com as quais a escola ajuda a construir cidadãos capazes de explorar e argumentar a respeito da diversidade de culturas e de canais de comunicação, permitindo assim a participação ativa nos ambientes públicos ou no âmbito pessoal e profissional. De acordo com Carvalho:

A Pedagogia dos Multiletramentos nos estimula a pensar sobre educar numa sociedade cultural, linguisticamente diversa e “Cada vez mais globalizada, das culturas multifacetadas que se inter-relacionam e da pluralidade de textos que circulam” (GNL, 1996, p. 4, tradução nossa). Como a diversidade é uma característica forte da EJA, considerando as experiências edificadas ao longo da vida dos sujeitos, as TIC configuram-se como elementos fortíssimos das vidas em sociedade de redes atuais; os diálogos com a Pedagogia dos Multiletramentos tornam-se um imperativo para compreensões de dimensões dos atos de ensinar e de aprender. (Carvalho, 2019, p.18)

Neste caminho, é crucial discutirmos com aprofundamento sobre o conceito do Multiletramentos, em razão de a priori, nos parece mais um nome criado, no cenário de tantos discursos pedagógicos. Entretanto, não se trata de mais uma nomenclatura, mas sim um novo e vasto campo teórico em que se busca discutir os modos de interação dos sujeitos com a sociedade cada vez mais estruturada pelas tecnologias digitais e os necessários arranjos metodológicos que se fazem necessários para ensinar e aprender no contexto dos dias da globalização e emergência de tantos fenômenos e expressões da chamada cibercultura.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ainda no escopo de entender a teoria dos Multiletramentos, não podemos

deixar de contemplar a realidade social que permeia a vida dos sujeitos contemporâneos: Podemos dizer que estes são dias em que, todos os sujeitos precisam a reaprender a usar, cada dia mais novos dispositivos que desafiam a inteligência humana a criar mapas, modos, redes de compreensão e produção de culturas e conhecimentos.

As tecnologias digitais têm possibilitado intensamente a prática de ler e escrever fazendo uso integrado dos diferentes recursos comunicativos. Os smartphones se tornaram verdadeiros aliados da vida atual, podendo significar um caminho para a abertura de novos conhecimentos no universo pedagógico da EJA. Daí emerge um importante desafio que é a relação que docentes e discentes estabelecem entre essas tecnologias e a produção de conhecimentos. Portanto, conscientes das capacidades tecnológicas em nossos dias, entendemos ser importante trazer para o centro do debate as múltiplas linguagens como elemento pulsante da sociedade do conhecimento. (Carvalho, 2019, p,18)

Deste modo, pensar e discutir sobre os impactos das tecnologias digitais na vida dos cidadãos, demanda também, e com certa urgência, que ponderemos quanto às ressonâncias dos usos das TICs na e pelas escolas, sobretudo quando a tônica do pensamento da escola está na perspectiva de incluir e atender pessoas com algum tipo de deficiência, em especial os sujeitos surdos.

A questão dos Multiletramentos nos impõe a necessidade de repensar os modelos de escola, de aulas, e de produção de conhecimentos que, até então tínhamos como norte. Multiletrar é um desafio complexo pois, envolve todos os sujeitos da escola numa grande comunidade de aprendizagens, que paulatinamente deverá se edificar com a agregação de mãos, solidárias a tecer os fios das aprendizagens.

Os dias contemporâneos se mostram cada vez mais, complexos, sobretudo quando refletimos sobre os fenômenos sociais, culturais emergentes a partir da ciber cultura, evidenciando-se, sobretudo os aspectos positivos como a conectividade, produção de conhecimentos e difusão em redes de colaboratividade e dissolvência das fronteiras geofísicas entre os povos.

São dias em que a sociedade se reconfigura, adotando novos padrões, modelos e arranjos de coletividade, dentre os quais, salientamos a urgência de pensarmos a configuração do espaço-tempo escolar como local privilegiado para

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO construção de conhecimentos.

Entretanto, a nova ótica proposta pela Pedagogia dos Multiletramentos demanda dos sujeitos à adoção da ideia de uma escola que se desenha como uma comunidade de aprendizagens. Tal proposição para pensar e construir as ações da escola contemporânea se sustenta na ideia das redes de colaboração, sendo uma proposta de transformação educacional que busca melhorar a aprendizagem e a convivência de todas e todos os estudantes.

Diferentemente do conceito de letramento (múltiplos), que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades em geral, o conceito de multiletramentos – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica (Rojó; Moura, 2012, p. 13).

Os desafios de implementar práticas educativas pautadas pela ótica dos Multiletramentos nos convida também a enxergar possibilidades fecundas de apropriação de dispositivos diversificados para a educação de pessoas com deficiência auditiva e surdez, visuais e outras.

Neste sentido, torna-se evidente a necessidade de pensarmos um pouco mais sobre o conceito de deficiência, alargando a discussão para além da dificuldade, das lacunas, para o discurso das potencialidades pedagógicas. Logo, o potencial pedagógico da Pedagogia dos Multiletramentos, se constituiu num promissor caminho para orientar a elaboração de recursos de ensino, tecnologias educacionais voltadas para o processo de letramentos dos sujeitos que têm algum tipo de NEE e ou deficiência. Um caminho promissor é a edificação de **protótipos didáticos**, que no campo da educação bilíngue e inclusiva se anunciam como potentes construtos colaborativos, capazes de agregar esforços promotores das aprendizagens.

O QUE SÃO OS PROTÓTIPOS DIDÁTICOS?

Á luz dos Multiletramentos entendemos os protótipos como constructos, ou seja, artefatos elaborados pelos profissionais cujo intento se volta a atender as demandas específicas de um coletivo de sujeitos e ou mesmo para atenção a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
questões individuais dos discentes.

No campo da Educação Especial inclusiva ou nos cenários do AEE- Atendimento Educacional Especializado, ou mesmo em espaços de atenção social e de saúde pode-se apropriar da ideia dos protótipos e construir recursos, materiais, estratégias implicadas com a inclusão. Pode-se dizer, no sentido mais amplo que um protótipo se constituiu em:

Como “estruturas flexíveis e vazadas que permitem modificações por parte daqueles que queiram utilizá-las em outros contextos que não o das propostas iniciais”. Assim, o protótipo didático é composto por muitas linguagens (é multimodal) e exige capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer sentido no cotidiano do aluno. (Souza, 2015, p.1)

De tal modo, pode-se entender que o protótipo didático se trata de uma construção, um modelo preliminar de algo inovador, edificado pelo pesquisador, professor, profissional com a intenção de atender demandas dos sujeitos, no tocante à imersão e cidadania. Pode ser um jogo construído de maneira artesanal, uma atividade, pranchas de comunicação, pastas, arquivos interativos, uma folha de tarefa impressa, uma brincadeira, um conjunto de ações arquitetadas de modo intencional e didática ou seja: uma sequência didática entre outros. Assim, um protótipo didático pode ser construído sobre vários modelos e suportes, sendo físicos, de baixo custo, ou mesmo em suportes digitais.

Nesse sentido, o protótipo didático faz referência a um modelo preliminar, uma atividade em processo de construção e em fase de experimentação, que tende a assumir o ponto de partida de um projeto maior e mais elaborado (ROJO, 2012). Ademais, segundo Rojo (2012) são características essenciais do protótipo:

1.Ter traço e desenho e inovadores, 2.Favorece a integração de vários gêneros textuais e a intertextualização,3.Favorece a interlocução de textos multimodais, 4.Promove inúmeras possibilidades de usos e diálogos com a prática pedagógica e profissional,5.Desenvolve e fomenta a formação profissional em pesquisa,6.Promove a formação continuada do professor, 7.Possibilidades de reuso e replicação em outros cenários e outros contextos,8.Flexibilidade e colaboratividade,9.Fomenta e proporciona aos estudantes contato com atividades diversificadas, promovendo autonomia dos discentes e promove interlocuções e exercícios interdisciplinares. (Rojo, 2012)

Assim, a partir de estudo que efetivamos no ano de 2017 a 2018, por meio de pesquisa de campo que originou a tese de Doutorado, tivemos acesso a um conjunto

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO amplo de constructos ou protótipos criados pelos sujeitos nas escolas inclusivas, e assim, devido a necessidade de sistematização das informações que obtivemos, decidimos criar uma espécie de catálogo descritivo-metodológico dos protótipos construídos adotando o critério da similaridade apresentada entre eles, quanto a: 1. Suporte textual, 2. Linguagem predominante, 3. Processo de produção, 4. Funções a que se destinam, 5. Potencial para desenvolver habilidades e competências, 6. Potencial de reuso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do estudo, com a análise, sistematização dos construtos, foi possível catalogação dos protótipos criados distribuindo, classificando e descrevendo-os, a partir dos grupos a saber:

1. Jogos Pedagógicos (digitais/suportes impressos/ou em multimídias);
2. Releituras pedagógicas de Filmes acessíveis;
3. Atividades impressas derivadas do uso/suporte das novas Tecnologias da informação e comunicação;
4. Releituras de obras literárias/produção de literatura acessível;
5. Produção de sequências didáticas amplas para contexto de AEE;
6. Produção de objetos e aprendizagem com o uso de Dicionários on line/ digitais, aplicativos *Android* (*Prodeaf* e *TALKBACK*) e por meio das redes sociais: Chamadas de vídeo (*Whatszap*, *instagram*) *Skype*, *Messenger*, *facebook*, *telegrama*. *Viber*, *snap chat*;
7. Recursos imagéticos em suporte digital/uso do *Power point* na produção de slides pedagógicos: vocabulário, expressões fisionômicas gramaticais e afetivas, classificadores, narrativas acessíveis;
8. Brincadeiras e artefatos ludo – interacionais.

A partir da análise global dos construtos/ protótipos (conteúdos elaborados pelos atores sociais da pesquisa), organizamos todo o material produzido, sistematizando a caracterização de cada tecnologia ou protótipo criado, através de um conjunto específico constitutivo e preponderante em cada tipo de recurso ou seja, cada objetos de aprendizagem consolidados. Cumpre reiterar o conceito de objeto de aprendizagem, que para Macedo et all:

Os estudos sobre OA são recentes, de forma que não há um consenso universalmente aceito sobre sua definição. Os OA podem ser criados em qualquer mídia ou formato, podendo ser simples como uma animação ou uma apresentação de slides ou complexos como uma simulação. Os Objetos de Aprendizagem utilizam-se de imagens, animações e applets, documentos VRML (realidade virtual),

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO arquivos de texto ou hipertexto, dentre outros. Não há um limite de tamanho para um Objeto de Aprendizagem, porém existe o consenso de que ele deve ter um propósito educacional definido, um elemento que estimule a reflexão do estudante e que sua aplicação não se restrinja a um único. (Macedo,2007, p.20).

Os autores apontam para os elementos e características abertas e inerentes ao chamado objeto de aprendizagem, pois tanto podem ser simples quanto ter estrutura mais complexa; usam múltiplas linguagens, sendo, pois, considerados de formatação híbrida cuja linguagem também pode ser tida como multimodal, ou seja, podem congregam mensagens verbais e não verbais. Há porem a necessidade de ter um propósito pedagógico, ou seja, deve ser organizado em torno de uma ideia de reflexividade e produza a aprendizagem.

Levando em consideração os argumentos dos pesquisadores como Macedo(2007) quando definem e estabelecem as características dos chamados objetos de aprendizagem, pudemos refletir que os construtos feitos ao longo da pesquisa, podem ser nomeados de objetos de aprendizagem, como tipo específico de tecnologia educacional construída.

Logo, a partir de uma leitura densa, cuidadosa sob os aspectos e características dos construtos elaborados colaborativamente na/pela pesquisa, a seguir reunimos nossa análise num quadro síntese no qual estabelecemos a caracterização geral das tecnologias educacionais construídas em formato de objetos de aprendizagem, pelos atores/atrizes sociais durante a pesquisa, tendo como suporte as novas tecnologias da informação e comunicação.

Quadro Síntese: Protótipos construídos colaborativamente durante a pesquisa, com subsídiodas novas TIC.

Tipo de Recurso	Linguagens	Funções	Interfaces/processo de produção	Suporte Tecnológico	Classificação/Potencial pedagógico/reuso*
Jogos /brincadeiras pedagógicas	Imagética/ Multimodal	Entretenimento Pedagógica	Possibilidades de interfaces com mdigital/analógico/udicidade	Papel Internet/v Mídias híbridas	Potencial para estimulação linguística, cognitiva e social=E; Reuso E
Slides	Imagética/ multimodal	Pedagógica	Possibilidades de interfaces com digital/analógico	Digital eimpresso	Potencial para estimulação cognitiva e social=E Reuso E

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Atividades impressas	Imagética	Entretenimento Pedagógica	São veiculadas no ciberespaço (blogs, sites, repositórios e delá capturadas/adaptadas	Impressão em papel	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial=E Reuso E
Filmes acessíveis/ Releituras	Multimodal	Entretenimento Pedagógica	São veiculadas no ciberespaço e de á capturadas/adaptadas	Internet	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial=B- Reuso B
Literatura Surda Releituras	Multimodal	Entretenimento e pedagógica Pedagógica	São veiculadas pelas editoras, mídias impressas e também no/pelo ciberespaço e delá capturadas/adaptadas para novos formatos híbridos.	Internet Mídia impressa/bl ogs e portfólios digitais	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial=E Reuso E
Sequências didáticas (englobando vários recursos tecnológicos híbridas)	Multimodal	Pedagógica	São construídas pelos atores/atrizes sócias, a partir de pesquisas e apropriação de conteúdos digitais.	Mídia impressa podendo ser disponibilizados no ciberespaço em blogs pedagógicos.	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial=E; reuso E
Construção de eOAS com uso de aplicativos digitais/Sistema Android-PRODEAF	Multimodal	Lúdica Pedagógica Social	São emergentes a partir da apropriação de aplicativos digitais	Internet com adaptação podem ser usados impressos	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial=B; Reuso B
Construção de OAS com uso de redes sociais	Multimodal	Lúdica Pedagógica Social	São emergentes a partir da apropriação de aplicativos digitais	Internet com adaptação podem ser usados impressos	Potencial para estimulação linguística, cognitiva esocial.=B; Reuso B

Fonte: CARDOSO, Jusceli. Produzido pela pesquisadora, 2018

De acordo com o exposto no quadro resumo, há uma gama ampla de construto edificados pelos profissionais, no percurso dos trabalhos no AEE, no entanto, observamos que dentre todos os tipos apontados de protótipos, houve o destaque para as dinâmicas ludo interacionais (aquelas que são disparadas a partir do brincar, seja dirigido ou livre) e aos jogos pedagógicos os quais que são artefatos que visam ao entretenimento, entretanto com potencialidades para produção do ato educativo, enfocando o ensino-aprendizagem, a partir de uma abordagem lúdica. A maioria dos jogos construídos nas oficinas de formação da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO pesquisa, foram pensados, discutidos coletivamente, com intento de serem apropriados por todos, sobretudo pelo potencial de uso em situações do AEE, no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades linguísticas, cognitivas e sociais.

Dentre vários jogos, mencionamos aqui, o destaque para os classificados como logopédicos. Estes jogos, visarão à estimulação da expressão oral dos sujeitos surdos, pela estimulação da palavra a nível de audibilização na dupla articulação: Impressividade que é a capacidade de receber, compreender mensagens orais e a expressividade que se constitui na capacidade de dizer, expressar ideias pelo código verbo-oral a nível de expressão, de exteriorização das ideias, de interlocução discursiva. Para Cardoso:

Os jogos logopédicos são construções, produto do estudo empírico teórico, principalmente inspirados na Logopedia (Ciência pedagógica especial que investiga, orienta e intervém pedagogicamente nos casos o de sujeitos com NEE na linguagem) principalmente nos instrumentos logopédicos de investigação dos transtornos linguístico comunicativos. A partir destes instrumentos, foram feitas adaptações a fim de se colocar os pressupostos teórico-metodológicos da Logopedia a serviço da Didática Especial/oralidade. (Cardoso, 2006, p.176).

Desta maneira, os conhecimentos veiculados na/pela Logopedia Cubana foram fonte inspiradora para a elaboração, compilação, em formato de jogos socializados, de um conjunto de jogos, os quais, apresentar-se-ão, segundo seus objetivos e seu funcionamento em sub-grupos, quais foram estruturados da seguinte forma; I – Jogos para estimulação da linguagem impressiva; II - Jogos para estruturação da linguagem expressiva; III – Jogos para estimulação da atenção auditiva; IV – Jogos para estimulação da memória auditiva; V – Jogos para estimulação oralidade-escrita; VI – Jogos para estimulação e expansão do vocabulário; VII – Jogos potencializadores da criação/construção discursiva: ampliação textual.

As dinâmicas logointerativas, assim como os jogos, constituirão, também, como momentos importantes para a mediação/interação social no processo de ensino-aprendizagem, onde o professor poderá ter a seu favor situações para observar o comportamento/o desenvolvimento da oralidade dos sujeitos, de forma não “tão” demarcada.

CONCLUSÕES

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Através da utilização da linguagem lúdica os sujeitos sociais estabelecem relações humanas e interações as quais geram sentimentos, provocam emoções, dúvidas, questões e o desejo de conhecer e transformar a realidade onde estão inseridos.

É graças à ação do pensar que tudo isso se efetiva, constituindo assim, o homem como ser racional, diferentemente dos outros animais. Neste sentido, as atividades lúdicas (dinâmicas e jogos) além de favorecerem a expressão livre, o entretenimento, o prazer e comunicação favorecem as interações sociais importantes para a ampliação da cognição, possibilitam também as experiências sociais, interações que mobilizam aprendizagens e sobretudo a consolidação do desenvolvimento amplo do sujeito. Sociais.

Desta forma, não negando o potencial interativo das redes sócias, tampouco dos dispositivos e aplicativos disponíveis no ciberespaço, os educadores partícipes da pesquisa, propuseram a, partir das novas Tic, disponíveis de modo aberto a criação de interfaces lúdicas interativas, criar dinâmicas que podem ser desenvolvidas nas salas de aulas. Deram o nome de dinâmicas ludointeracionais, agregando diversas linguagens ao fazer pedagógico.

Deste modo, as dinâmicas ludo interativas, se constituem num conjunto de atividades polimorfo de (dinâmicas) postas ao alcance das crianças (aqui entendidas como sujeitos ativos e construtores das suas aprendizagens) pautadas, sobretudo na concepção teórica Vygotskiana sobre o brincar, não apenas como diversão, mas como meio que contribui e enriquece o desenvolvimento sócio afetivo e cognitivo dos sujeitos.

Os protótipos criados (em forma de dinâmicas, brincadeiras, jogos dentre outros) agregam, na medida em que foram sendo construídas de uma aproximação cuidadosa, feita através do estudo empírico-teórico, onde se procurou indexar ao corpus deste grupo de atividades, brincadeiras de cunho regional captadas do imaginário e do coletivo social que edificou a pesquisa. Ao propormos trazer tais dinâmicas para salas de aula, imagina-se a potencialização do uso da palavra oral/visual (bilinguismo e multiculturalismo) em discurso, em, sobretudo pelo direcionamento didático discursivo e coletivo, onde, propor-se-ão momentos livres/e direcionado para a interação coletiva.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
REFERÊNCIAS

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho. **Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas públicas inclusivas na cidade de Serrinha**, Brasil, 2017. / Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso. – Asunción.420 f, 2018.

QUIRINO DE SOUSA, R. M. R. **Multiletramentos em aulas de LI no Ensino Público**: transposições e desafios. Tese de doutorado, 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/2011_RenataMariaRodriguesQuirinoDeSousa>.

ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOUZA, Ester Maria Figueiredo e SILVA, Nelma Teixeira. **O USO DO PROTÓTIPO DIDÁTICO COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**. (Universidade estadual do Sudoeste da Bahia) In: Pensares em Revista, São Gonçalo-RJ, n. 7, pág. 127-143, jul. / dez. 2015

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos.

VIGOSTKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins. Fontes, 1989.

A GEOGRAFICIDADE DO CIBERESPAÇO

Diego Calçada Rigaud Felix
Universidade do Estado da Bahia
diegogeo90@gmail.com

Renato Leone Miranda Léda
Universidade do Estado da Bahia
rleone@uneb.br

RESUMO

Objetivamos, neste artigo, explicitar algumas reflexões e análises do ciberespaço no século XXI, a partir das caracterizações e concepções feitas pela Geografia e de outros campos científicos como a Filosofia e a Sociologia. A evolução tecnológica e informacional é responsável pelo surgimento de novas formas de interações entre os indivíduos, que possibilitam que o ciberespaço seja meio predominante das representações e relações humanas na contemporaneidade. Esse processo vem constituindo várias discussões no meio científico, com o interesse de realizar estudos que expliquem os efeitos dessa mediação do meio virtual na estrutura da sociedade no século XXI. A indagação a respeito da interação dos indivíduos com o meio virtual no período pandêmico (COVID-19), e as consequências causadas por essa intensificação do uso da virtualidade nas interações humanas nas diversas atividades, nesse período proporcionaram o interesse em pesquisa/analisar o mundo virtual. A expansão e aprofundamento da complexidade que constitui a internet, configurou-se uma nova ordem de interações espaciais.

Palavras-chave: ciberespaço; geografia; meio técnico-científico-informacional e contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da tecnologia de telecomunicações, da internet e dos meios digitais, nas últimas décadas, transformou a forma que o ser humano interage com o mundo. Essa onda de desenvolvimento técnico-científico se deu por etapas. Vemos, por exemplo, o surgimento da internet. Seus primeiros usuários eram leitores que tinham a possibilidade do acesso à informação através de textos, onde as interações eram basicamente unidirecionais, de consulta a documentos publicados para estudo ou trabalho. Na virada do século XX para o XXI se tem um novo avanço com a introdução de novas tecnologias no meio digital, onde os usuários passam a ter acesso a redes sociais, ao lazer através de streaming, banda larga de 1G no início do século ao 5G em 2020 nos telefones móveis e as trocas de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
mensagens, imagens e conteúdos cada vez mais rápidas, ampliando
exponencialmente o fluxo de informações entre os indivíduos.

O ciberespaço se configura em expressões simbólicas de mensagem, imagens, sons, informações que se tornam fluidas e que conectam os diversos territórios virtuais. Esses territórios são usados para diversas finalidades, desde o lazer como filmes, séries e desenhos, trabalho, estudo e interação social com as diversas redes sociais como *Facebook, TikTok, Whatsapp, Instagram e Twitter*. A limitação física do deslocamento e conexão das informações sobre as diferentes localidades reduz-se drasticamente ou mesmo “deixa de existir”, as trocas de informações são cada vez mais fluidas e constantes entre os diferentes pontos do globo.

Apesar de possuir um caráter imaterial, o ciberespaço se insere nas dinâmicas materiais das relações/interações individuais e coletivas, sendo assim, o sujeito precisa estabelecer suas relações no meio tradicional como escolas, parques, praças, locais trabalho, para ensejar suas relações no meio imaterial, virtual. Não se trata somente de o usuário frequentar lugares específicos para acessar a internet. Muitas vezes pode fazê-lo em miríades de lugares, sem quase nenhum outro vínculo existencial/social com estes lugares. A questão é que a vida real do ser humano obviamente não prescinde de um substrato material que a sustente, nem de um meio social técnico-científico que lhe forneça as infraestruturas necessárias para fazer o ciberespaço “funcionar”.

Um adolescente viciado em games, enfiado em seu quarto, precisa de uma infraestrutura de geração e distribuição de energia elétrica, além de todas as necessidades básicas que um ser vivente precisa satisfazer, e que alguém tem que lhe fornecer. Uma vez que a relação construída no espaço virtual não substitui, obviamente, o “espaço real” em termos de necessidades objetivas, pode, todavia, vir a substituir fantasmagoricamente como necessidade subjetiva de sujeitos que se isolam ou repelem contatos sociais “banais”, podendo, inclusive, vir a manifestar sintomas de adicção, no sentido de dependência psicológica ou compulsão (Lima; Antunes da Silva; Soares Martins, 2021). Porém, em qualquer caso, o sujeito conectado não pode escapar dos condicionamentos socioespaciais materiais, sendo portanto, essas dimensões complementares uma da outra, em maior ou menor grau de entrelaçamento das relações. Além disso, o tempo e o espaço do fluxo de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
informações são modificados pelos hardwares das máquinas computacionais, da infraestrutura de torres telefônicas, cabos submarinos de internet e equipamentos diversos, inclusive satélites que compõem o meio concreto e material, dando suporte aos softwares e à densa circulação de terabytes e mais terabytes de dados no mundo virtual.

Com a evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o século XXI vem se caracterizando pela maior imersão no meio virtual. O que proporciona criar novos tipos de relações sociais, que se utilizam de várias formas de linguagem na produção e destinação de informações de cunho econômico, social, cultural e político, o que vem fazendo o ciberespaço ter notoriedade na estruturação de como as relações espaciais vão se constituir. É necessário demarcar, porém, que em uma sociedade capitalista nem todos os indivíduos estão no mesmo processo de interação com o meio virtual, pois uma parcela da sociedade desfruta das novas tecnologias que possibilitam a inserção nesse novo “mundo” enquanto a maioria, principalmente nos países subdesenvolvidos, tem uma participação limitada nesses meios virtuais.

Os meios digitais constituem na atualidade uma eficiente ferramenta de informação, conhecimento, entretenimento e socialização. Essa ferramenta tem um impacto na estruturação das interações sociais e dos fluxos de informação e conhecimentos, aproximando os usuários dos mais variados conhecimentos que são produzidos no globo. Para além dos fluxos de informações que circulam no ciberespaço, há constituição de redes e serviços de bate-papos e interações sociais (*instagram, facebook, telegram, whatsapp, discord* e entre outros) que constituem canais de interações que formam comunidades e grupos virtuais de pessoas que têm afinidades de diversos tipos. Não ficando restrita à localidade de vivência do indivíduo, esses canais de interações estão se constituindo e se conectando em vários pontos do globo.

No período de pandemia houve uma aceleração da digitalização das atividades profissionais, sociais e educacionais. Os estudantes durante a pandemia, estiveram longo tempo conectados à rede mundial de computadores. Com esse processo de digitalização do conhecimento historicamente produzido, mudar a forma de realização do fazer educacional, do modo tradicional para novas práticas de ensino e de obtenção/construção do conhecimento, tornou-se um imperativo. O uso

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dos meios tecnológicos possibilita uma nova dinâmica nas práticas educativas, através da aplicação e adaptação das técnicas e inovações didáticas, acarretando mudanças nas relações de ensino e aprendizagem.

Em função disso, as mudanças proporcionadas pela digitalização dos meios educativos têm os dois aspectos: o primeiro é a facilidade de acesso a vários tipos de informações e conhecimentos de forma instantânea em qualquer localidade do globo, tornando a internet um meio onde as pessoas podem encontrar todo tipo de informações, desde o âmbito acadêmico ao informal, rompendo as barreiras espaciais "físicas" do tempo e do espaço, adentrando em um "espaço fluido" entre as localidades. A consolidação do ciberespaço e da cibercultura na educação vem alterando as relações educacionais, ampliando-se através da possibilidade de acesso aos fluxos de informação cada vez mais diversificados e sem barreiras físicas, possibilitando o acesso em qualquer localidade do globo terrestre dos diversos tipos de conhecimentos produzidos.

O segundo aspecto é a quantidade de informações que circula no meio virtual e a autonomia com que são produzidas essas informações, o que propicia a disseminação de informações falsas, difundidas e compartilhadas em uma velocidade tremenda. Outra questão é o uso de algoritmos da rede, que traça o perfil de conteúdo que o usuário acessa com mais frequência, e passa a disponibilizar com maior regularidade esses conteúdos, numa espécie de assédio virtual personalizado ao usuário. Com o passar do tempo o indivíduo vai se fechando em seu mundo, não entrando em contato com outras informações, pensamentos e opiniões. Além da vulnerabilidade e dos ataques aos dados pessoais e organizações anônimas, ocorrem também 'coletas' de dados pelas *bigtects* onde os usuários, em sua maioria, não têm noção dessas ações.

Este trabalho reúne as reflexões fundamentais, no plano teórico-conceitual, acerca do tema, como parte de uma pesquisa em andamento que tem o intuito de verificar as relações dos estudantes com o ciberespaço no cenário pós-pandemia, analisando as consequências e proveitos dessa imersão no mundo virtual, e suas novas espacialidades a partir das relações que são estabelecidas pelos sujeitos nesse ambiente, face a espacialidade convencional. A metodologia adotada se concentra, nesta primeira etapa, na pesquisa bibliográfica/revisão de literatura, cujos resultados parciais aqui apresentamos, e na coleta de dados secundários e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO primários. A fundamentação teórica está pautada em discussões e argumentos desenvolvidos no diálogo com diversos autores e obras, que contribuem para melhor análise do objeto de estudo. A pesquisa no plano empírico de coleta de dados em campo será realizada através de questionários e formulários para melhor análise das concepções e vivências dos universitários no recorte territorial da cidade de Serrinha-BA.

A segunda etapa consistirá no levantamento e seleção de dados sobre os estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), considerando o número de estudantes de acordo com os cursos existentes na instituição, bem como dados complementares necessários à identificação do perfil desses sujeitos sociais, de acordo com a investigação proposta. Com base nesses levantamentos será definida uma amostra por quotas (estratificada), de acordo com um percentual a ser definido.

Numa terceira etapa, será realizada a elaboração e aplicação de questionários com estudantes segundo as cotas definidas por modalidade/curso/instituição. Em tais questionários serão incluídas perguntas sobre a quantidade de tempo que o indivíduo passa na internet, a percepção de mudanças em suas relações pessoais no período pandêmico e no pós-pandêmico, as relações estabelecidas no mundo virtual são transpostas para o espaço real, a frequência de utilização do espaço virtual no seu dia a dia, e para que finalidade ou tipo de uso. Desse modo, há o intuito de traçar o perfil de utilização e das relações estabelecidas que o indivíduo tem entre o meio virtual e o real.

Após as etapas de coleta de dados iniciaremos a fase de sistematização e posterior análise dos referidos dados. Para tal sistematização, as respostas são divididas em dois tipos; i) dados básicos relativos ao perfil socioeconômico e sociocultural do estudante e, ii) respostas às questões “qualitativas” referentes ao cerne do objeto da investigação. Para sistematização e análise desse segundo tipo de respostas será construída uma matriz na qual tais respostas serão classificadas em categorias que permitam uma aproximação mais adequada à realidade observada.

Com a realização dessa pesquisa pretende-se verificar as dinâmicas de inserção dos indivíduos universitários no ciberespaço e das ações desse sujeitos no ambiente virtual na pandemia e no pós-pandemia, em uma caracterização teórico-bibliográfica com aporte da pesquisa de campo para a abrangência de toda a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
investigação científica e de operacionalidade da mesma, na análise dos diversos
lugares presentes no ciberespaço: instituições governamentais, educacionais, sites
corporativos, redes sociais, plataforma de streaming, blogs, vlogs, software e entre
outras opções de acesso e inserção a esse "novo mundo".

DISCUSSÕES TEÓRICAS SOBRE CIBERESPAÇO

A conceituação do ciberespaço é uma tarefa que exige muito esforço de análise de sua conjuntura de constituição como objeto de pesquisa e dos processos de desenvolvimento dessa rede de fluxos de informação, que se desenvolvem através da evolução técnico-científica. Um esboço inicial de conceituação do ciberespaço, se dá na utilização do termo pelo romancista Willian Gibson, que fórmula primeira vez em 1984 o termo ciberespaço, em sua novela *Neuromancer*.

Dodge e Kitchin (200, p.01) observa o fato que:

O termo ciberespaço significa literalmente "espaço navegável"; é derivada da palavra grega Cyber (navegação). Na novela *Neuromancer* de 1984 de Willian Gibson, a fonte original do termo, o ciberespaço refere-se a um espaço digital navegável de computadores em redes acessíveis a partir de console, um *datascape* visual colorido, eletrônico e cartesiano, conhecido como *A Matrix* "onde companhias e indivíduos interagem e comercializam informações. (apud Silva, 2013, p. 36).

Desde a formulação feita por Willian Gibson, o termo vem passando por várias transformações. Diversas áreas, das ciências e artes, vêm utilizando e modificando o termo para que se adeque à sua perspectiva. Nesse processo de teorização e conceituação do espaço virtual, vários autores expressam consensualmente que a evolução tecnológica e informacional tem um papel fundamental para constituição e desenvolvimento dessa espacialidade.

Koslleck (2006) aborda que:

O conceito de ciberespaço, está intimamente ligado ao desenvolvimento tecnológico do último século, notadamente ao fim do século XX e início do século XXI, quando a era da informação passa a ser uma realidade mais factível do que projetável, quando ela passa a ser o próprio espaço de experiência vivenciado. (apud Silva, 2013, p. 29).

O mundo virtual conecta e aproxima os sujeitos de várias localidades dos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diversos pontos do globo, de forma rápida e contínua. Apesar de ser um espaço abstrato em seus fluxos de informação, o ciberespaço conecta várias localidades dos mundos digital e real, “real” na medida em que potencializa relacionamentos entre pessoas e instituições “reais” localizadas em diferentes contextos socioespaciais descontínuos, facilitando o acesso a informações tanto econômicas, quanto políticas e científicas. Essa representação da própria realidade se dá através das interconexões e estruturas que estão presentes no espaço concreto.

Azevedo e Monteiro (2010, p.140) traz a perspectiva que:

Ao apresentar a construção do ciberespaço, não é possível negligenciar a questão da técnica, totalmente atrelada às bases da construção desse ambiente artificial.

Com o processo de aprimoramentos das técnicas e das tecnologias, vem proporcionar novas ideias da noção de espaço, o espaço não passar a ser um lugar restrito ao real, o espaço começa a ganhar uma conotação abstrata dos seus fluxos de informações e das relações humanas com o advento da internet e das redes sociais. Carlos Silva e Michéle Tancman (2009) estabelecem o ciberespaço como uma dimensão da sociedade em rede, onde os fluxos de informações definem as novas relações sociais. Com a invenção e aprimoramento dos meios eletrônicos de comunicação, que redimensionam as relações sociais no período contemporâneo, o meio virtual começa a fazer parte indissociável do cotidiano da vida humana no século XXI, estando presente nas relações interpessoais, nos meios de produção, nas práticas sociais, no meio cultural e nos espaços formativos e informativos.

Na abordagem de Andréa Lapa (2006, p.11) caracterizar o ciberespaço também costuma ser entendido como uma rede, uma matriz, um lugar de encontros e relacionamentos, construído por informações, para pessoas fisicamente separadas. A constituição desses relacionamentos, através dos fluxos de informações molda o ciberespaço a essa possibilidade de se comunicar, interagir, trocar informações interpessoais que estão separados fisicamente, mas ao mesmo tempo estão próximos virtualmente um do outro, no qual as relações não deixa de acontecer por causa do tempo (a velocidade das trocas de informações) e do espaço (as distâncias das interações) que no mundo virtual deixa de “existir”.

Nesse aspecto o mundo virtual se constitui a partir das relações sociais que estão também presentes no mundo real, mas não seria o ciberespaço uma extensão

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO do espaço geográfico? Essa indagação é o cerne da questão das discussões sobre a caracterização do ciberespaço, muitos teóricos vão caracterizar esse objeto de pesquisa de forma distinta, uns colocando com parte de uma categoria geográfica e outros como uma extensão do próprio espaço geográfico.

TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DO CIBERESPAÇO

Na era atual as informações e as relações se constituem amplamente através das redes de computadores e telecomunicação conhecido como mundo virtual, ambiente digital ou ciberespaço. A ideia de ciberespaço está entrelaçada pelo processo de desenvolvimento tecnológico das telecomunicações, que transforma as relações humanas em seu meio físico-natural. Assim as análises do ciberespaço devem considerá-lo como uma categoria geográfica, pois pode ser objeto de estudo desta ciência que possui seus princípios e métodos de análises, assim como aplicáveis às outras categorias da geografia. O espaço virtual é dotado de certa autonomia para compreender as relações e interações sociais que são no presente momento característica do século XXI, especificamente da década de 20 deste século.

A complexidade de se analisar essa categoria geográfica, advém da sua abstração como objeto de análise. Guilherme Silva (2013) apresenta, que essa complexidade advém, provavelmente, de suas peculiaridades de constituição, que dão a ele fluidez de forma, conteúdo, estrutura e abstração. Já que os fluxos de informações e relações se dão no meio imaterial, dificulta-se o entendimento da constituição e influência do ciberespaço, mas ao mesmo tempo que é imaterial também se torna material, já que suas estruturas de funcionamento se dão no, e por intermédio do, meio físico.

Com isso, há uma grande variedade de definição do ciberespaço, por causa dessa densa complexidade de sua constituição, e do entendimento desse objeto que foi materializado totalmente no período contemporâneo. Assim o ciberespaço se constitui como um objeto de pesquisa em geografia, em decorrência das relações e dos fluxos de informação que são estabelecidos nessa espacialidade virtual. Sua apreciação como artefato de pesquisa dá-se por essa complexidade das relações e os fluxos que circulam na rede de internet, proporcionando mudanças no cotidiano

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dos sujeitos, ocorrendo confluência desse meio imaterial para as interações do cotidiano, seja através dos amigos e familiares, do trabalho, educação e entretenimento, além da dinamização das relações econômicas, culturais e políticas na sociedade contemporânea.

Esse processo de analisar e estudar o meio virtual surgiu em decorrência do processo de disseminação e popularização da internet para outros setores da sociedade. Esse processo de definição (ou consolidação) desse “fenômeno” ocorreu quando essa virtualidade passa a dar uma nova dinâmica na estrutura da sociedade, sendo que nos anos 1970, 80 e 90 isso se dava de forma que ainda não influenciava na dinâmica do cotidiano dos sujeitos, tendo em vista que essas as estruturas técnicas do ciberespaço estavam se constituindo nessas décadas. Mas no século XXI, com aprimoramentos dos meios técnicos (dos hardware) e da programação (dos softwares), e sua crescente disseminação em diversos campos da vida social e das atividades econômicas, as redes passam a influenciar cada vez mais o cotidiano dos indivíduos, assim como as estratégias de empresas e instituições. Com isso, o processo de compreensão da virtualidade das relações e os fluxos de informações traz à tona a necessidade de interpretar os efeitos dessas redes na estrutura dinâmica da sociedade contemporânea, que está cada vez mais imersa nesse ambiente virtual. Assim, as várias vertentes da ciências sociais buscam dar uma definição que explique o que é essa espacialidade virtual.

De acordo com Silva (2013, p. 31):

Numa linha não preditiva, mas sim analítica, é preciso ponderar acerca das diversas visões que ciências distintas possuem do conceito ciberespaço no mundo contemporâneo, bem como a sua caracterização específica nos trabalhos geográficos recentes.

Nessa perspectiva, o ciberespaço passa a ter diversas visões de sua constituição, visto que esse objeto, vai possuir diferentes conceituações de acordo com as diferentes ciências que o analisam. Trazendo em suas caracterizações desse objeto suas concepções e paradigmas, ligadas às análises e visões de mundo que essas vertentes científicas produzem.

Já na perspectiva do romancista William Gibson (2003, p. 67), em sua obra *Neuromancer*, o ciberespaço vai se constituir como “uma alucinação consensual vivida diariamente por bilhões de operadores autorizados [...], uma representação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO gráfica de dados abstraídos dos bancos de dados de todos os computadores do sistema humano.” (*apud* Monteiro, 2007, p.03). Nessa percepção o ambiente virtual seria uma válvula de escape da realidade para um mundo novo, cheio de possibilidades, onde as alucinações de cada sujeito poderiam se tornar realidade, mesmo que seja só uma representação de algoritmos de dados.

Nas observações dos geógrafos Carlos Silva e Michéle Tancman (2009), que retratam o mundo virtual como, “uma região abstrata invisível que permite a circulação de informações na forma de imagens, sons, textos, movimentos; um espaço virtual que está em vias de globalização planetária e já constitui um espaço social de trocas simbólicas entre pessoas dos mais diversos locais do planeta.” Nessa ótica o ciberespaço seria um emaranhado de rede que está interligado por todo globo, onde os fluxos de informação circulam de forma dinâmica e também se constituem como um espaço de interação social dos sujeitos, além de um ambiente de lazer, trabalho e educação.

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS TÉCNICAS

Para maior entendimento do ciberespaço, precisamos fazer uma recapitulação dos principais processos históricos que propiciaram o desenvolvimento das técnicas que vão possibilitar o surgimento do meios virtual no final do século XX e início do século XXI. O pontapé inicial dá-se entre meados do século e final do século XIX, onde com o desenvolvimento técnico e a necessidade de estabelecer fluxos de comunicações cada vez mais rápidos, para os parâmetros desse período, ocasionou no avanço técnico dos meios de comunicação, com a invenção do chamado telégrafo elétrico que revolucionou os meios de comunicação do século XIX. O telégrafo elétrico foi criado por Samuel Morse em 1837, e utilizava correntes elétricas para o envio de mensagens codificadas. Esse artefato possibilitou a comunicação a longas distâncias, onde as mensagens pudessem ser enviadas e recebidas de forma rápida sem interrupções. Com isso foi inaugurado em 1844 a primeira linha de telégrafo elétrico que interligava a cidade de Washington à cidade de Baltimore nos Estados Unidos. Anos mais tarde, as linhas telegráficas já interligavam uma ponta a outra do país. Vale ressaltar que para o desenvolvimento desse aparelho foi necessário o maior entendimento da eletricidade (enquanto

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO fenômeno físico) que possibilitasse os meios técnicos para construção de um aparato, que por meios de ondas elétricas, fizesse fluir a comunicação entre pontos distantes do território. Essa invenção foi, talvez a pioneira, para a constituição de um meio onde os fluxos de informação ocorram em uma dimensão "imaterial" do espaço, onde as trocas das informações de um ponto a outro ocorram de forma rápida e simultaneamente.

Ainda no século XIX, em meados de 1876 foi patenteada a invenção do telefone por Alexander Graham Bell. Assim como telégrafo, é um equipamento de comunicação que foi essencial para o processo de construção de redes de trocas e fluxos de informação para os diversos pontos terrestres. O telefone foi uma invenção revolucionário para o período, tendo em vista que possibilita converter vibrações sonoras em impulsos elétricos que podem ser transmitidos a longa distância e de novo convertidos em vibrações sonoras e, dessa maneira, interligar pessoas em lugares distintos, levando a voz humana quase instantaneamente, sem contato presencial entre os interlocutores. Assim as mudanças nas relações e interações na sociedade começam a ganhar novos contornos, onde a rapidez dos fluxos de informação reduz a dependência do meio físico, como cartas transportadas por navios ou trens, e passa ao meio imaterial de códigos numéricos e ondas elétricas. Também fica evidente que para o funcionamento dessas invenções foi essencial a descoberta e o entendimento da eletricidade, e o desenvolvimento de técnicas para seu uso e controle, visto que se tornou o condutor do funcionamento e canal de transmissão das informações, sendo que na contemporaneidade a eletricidade é essencial para estruturação do ciberespaço, já que possibilita o funcionamento desses aparelhos eletrônicos que compõem a infraestrutura desse meio virtual.

Com esse cenário de transformação das trocas de comunicação entre meados e final do século XIX, vão ocorrer mudanças na estruturação da sociedade e dos meios produtivos da indústria, que vão possibilitar o desenvolvimento de várias novas técnicas, decorrentes da necessidade da sociedade e das forças produtivas da segunda revolução industrial, que propiciam maior dinamismo e alterações relevantes das relações sociais.

Silva (2013) acrescenta o fator que:

A relação que havia antes da revolução industrial entre conhecimento científico, domínio técnico e estrutura social, era mediada por relação de produção ainda baseada em um capitalismo incipiente. Somente

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
após a criação de um sistema técnico determinado, o industrial, que o capitalismo pode se afirmar de modo mais estruturado, a ponto de modificar profundamente a estrutura social e espacial existente. (2013, p. 30)

Nesse âmbito, a evolução e desenvolvimento das TICs (tecnologia da informação e da comunicação) vai estruturar o ciberespaço como hoje reconhecemos. Esse processo da constituição do meio virtual, se fez aos poucos, com a evolução das técnicas de comunicação do século XIX, com o telégrafo e telefones, já mencionados, primeiros passos para a construção do emaranhado de redes de comunicações. Daí em diante, o surgimento e o aprimoramento de inúmeras novas técnicas comunicacionais, até o advento e disseminação do *personal computer* (PC) nas últimas décadas do século XX, proporcionaram as condições para o surgimento do que concebemos como meio virtual. E no século XXI o aprimoramento e desenvolvimento de novas tecnologias trazem a possibilidade de uso cada vez mais generalizado e banal das TICs e, conseqüentemente, um crescente número de pessoas que vivem a experiência de uma maior imersão nesse mundo virtual.

PASSOS INICIAIS DE UMA CONCLUSÃO

A busca por maior compreensão dessas abordagens e concepções a respeito desse novo espaço de representações e interações da sociedade do século XXI, é um desafio para o pesquisador. A complexidade de analisar o ciberespaço é a sua (abstração, fluidez e sua velocidade) que esse meio possui, que dificulta a compreensão dessa categoria de análise. O desenvolvimento dessa pesquisa se encontra nos processos iniciais, onde, no exato momento da escrita deste artigo estão sendo aplicados questionários que possibilitem maior compreensão da inserção do ciberespaço no cotidiano dos estudantes universitários. A partir dessa pesquisa de campo e das leituras bibliográficas e reflexões, espera-se chegar a uma análise compreensiva do que é, e de que se constitui o ciberespaço na contemporaneidade e suas influências positivas e negativas que afetam o sujeito que usufrui desse meio.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, H. L.; MONTEIRO, H. P. F. **O ciberespaço em uma reflexão geográfica.** Revista Vértices, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 139–148, 2010. DOI: 10.5935/1809-2667.20100026. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20100026>. Acesso em: 25 Jun. 2023.
- DUTRA, Vítor Martins. **Metaverso como produto do ciberespaço, da cibercultura e da regulamentação.** Migalhas, 03, Jan 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.migalhas.com.br/amp/depeso/357355/metaverso-como-produto-do-ciberespaco-e-da-cibercultura>. Acesso em: 28, Jun. 2023.
- EBIOGRAFIA. E Biografia:** quem inventou o telefone? 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/quem_inventou_o_telefone/. Acesso em: 21 de set. de 2023.
- HISTÓRIA DO MUNDO. **História do mundo:** Telégrafo. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/telegrafo.htm>. Acesso em: 20 de set. de 2023.
- LAPA, Andrea Brandão. **O conceito de ciberespaço à luz da teoria lefebvriana.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2006. 23 f. (Série estudos e debates; n. 43).
- LIMA, M. E. F., Antunes da Silva, H. M., & Soares Martins, C. (2021). Adicção por internet e suas implicações para o transtorno de ansiedade social. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, 8, e021032. Recuperado de <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/496> Acesso: 09/10/2023
- MONTEIRO, S. D. **O ciberespaço:** o termo, a definição e o conceito. v. 8, n. 3, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6089>. Acesso em: 19 out. 2023.
- SILVA E MICHÉLE TANCMAN, C. A. F. DA. **A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço:** Uma nota. GEOgraphia, v. 1, n. 2, p. 55-66, 16 set. 2009.
- SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica.** 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- UOL. **Estudo folha:** Entramos na era digital e online, saiba o que isso muda para você. ano de pub. 30, mai. 2022. Disponível em: https://estudio.folha.uol.com.br/unico/2022/05/entramos-na-era-digital-e-online-saiba-o-que-isso-muda-para-voce.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em 22 de mai. de 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E SEU USO NO CONTEXTO DA ADAPTAÇÃO DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA ESCOLA NA CIDADE DE ÁGUA FRIA, BA.

Vanessa Pereira de Cerqueira

Universidade do Estado da Bahia

vanessalvm88@gmail.com

Ana Cristina de Mendonça Santos

Universidade do Estado da Bahia

acmendonca@uneb.br

RESUMO

O presente artigo apresenta como temática a mediação pedagógica e seu uso no contexto da adaptação das crianças na educação infantil numa escola pública na cidade de Água Fria, BA. O problema que fomentou o estudo foi: Como acontecem as ações de mediação pedagógica no processo de adaptação das crianças da educação infantil? Teve como objetivo geral: Investigar de que modo os professores de educação infantil realizam mediações pedagógicas na adaptação escolar vividas pelas crianças. Quanto aos objetivos específicos foram pontuados: Identificar os métodos utilizados pelos professores de educação infantil para mediar situações na adaptação escolar vivenciados pelas crianças; apontar sugestões e encaminhamentos para auxiliar na adaptação escolar da criança. Para fundamentar o estudo, houve o diálogo com autores como: Balaban (1988), Davini (1999), Freire, (1997) Martins (2017), Oliveira (2002), Piccinin (2012), Rizzo (1991), Santana (1998), Vygotsky (1995), dentre outros que dialogam sobre esta temática. A abordagem metodológica qualitativa, sendo do tipo exploratório. O estudo apontou que o modo de mediação mais utilizado pelos profissionais da escola se dá através do diálogo direto e individualizado e das dinâmicas realizadas desde a "semana de acolhimento", até a criança se sentir integrada na rotina escolar podendo ocorrer em tempos diferentes. Outro aspecto relevante foi o importante papel da família durante este processo.

Palavras-chave: mediação; adaptação; educação infantil.

INTRODUÇÃO

Todas as fases na vida do ser humano são importantes para o seu desenvolvimento, entretanto a criança requer uma atenção especial, pois está no início das suas descobertas. A sua inserção e adaptação no ambiente escolar é muito importante para seu crescimento e evolução e, para tanto, será preciso uma relação de confiança com todos que compõem esta convivência, em especial o professor, o qual precisa estar preparado para mediar esta etapa, podendo também

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
ocorrer situações de conflitos, que podem implicar em seu processo social, e refletir
no seu futuro.

Assim, o presente trabalho trata-se das discussões sobre a mediação pedagógica no processo de adaptação da criança na educação infantil em uma instituição educacional na cidade de Água Fria, Ba. Trata-se de um tema importante para o cenário social e pedagógico, pela possibilidade de contribuir com a prática de adaptação infantil mais coerente e contextualizada para assim melhor acolher as crianças em suas necessidades.

É também um tema de relevância sócio-pedagógico para o cenário social por discutir sobre a criança ao adaptar-se ao novo ambiente social, abordando a devida articulação entre os professores com a família, para que estes participem de forma consciente do processo, cientes sobre o que querem e esperam para seus filhos, e também para os professores juntamente com a instituição que para recebê-los precisam estar preparados.

Desta forma, esta investigação científica busca analisar a mediação pedagógica em situações de conflito da criança em sua adaptação escolar e levantando sugestões de que forma o professor intervém nas situações de conflito, trazendo impactos positivos para o campo da educação no que diz respeito à permanência com sucesso da criança na escola, facilitando a vida do professor para que este possa pôr em prática o planejado.

Diante dessa esfera, aflora a questão de pesquisa: Como acontecem as ações de mediação pedagógica em situações de conflitos no processo de adaptação das crianças da educação infantil? O propósito deste trabalho é de contribuir para o aprofundamento das análises pautadas e, de cooperar com práticas mediativas nas situações conflituosas na adaptação escolar da criança.

O objetivo geral proposto foi Investigar de que modo os professores de educação infantil realizam mediações pedagógicas em situações de conflitos na adaptação escolar vividas pelas crianças. Quanto aos específicos pontuamos: Identificar os métodos utilizados pelos professores de educação infantil para mediar situações de conflitos na adaptação escolar vivenciados pelas crianças; apontar sugestões e encaminhamentos para auxiliar na adaptação escolar da criança.

Para uma melhor construção, este trabalho de pesquisa científica fundamentou-se em estudiosos como Balaban (1988), Davini (1999) no campo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO teórico da adaptação, Freire,(1997) Martins (2017), Oliveira (2002) no campo teórico da mediação, Piccinin (2012), Rizzo (1991), Santana (1998) no campo teórico da adaptação, Vygotsky (1995) no campo teórico da mediação, dentre outros que dialogam sobre esta temática, discutindo no campo teórico sobre os conceitos chaves abordados neste estudo

A abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa, por compreender que no âmbito da educação é importante construir uma pesquisa que possa atender a subjetividade humana, que permita também, uma melhor aproximação com o evento averiguado, indicando elementos sobre a análise, compreendendo os fatos, buscando explicar o objeto de pesquisa. Seu desenvolvimento foi do tipo exploratório e usamos como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que nos permitiu a coleta de informações dos entrevistados a partir do seu livre discurso. Por fim, utilizamos como técnica de coleta de dados a análise de conteúdo de Bardin, organizando os resultados da investigação a partir de suas inter- relações com os objetivos da pesquisa.

Como resultado o estudo apontou que o modo de mediação mais utilizado pelos profissionais da escola se dá através do diálogo direto e individualizado e das dinâmicas realizadas na “semana de acolhimento” e também durante o ano letivo.

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EO PAPEL DO PROFESSOR NA ADAPTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para entender um pouco mais sobre mediação pedagógica e a adaptação na educação infantil, iremos abordar sobre alguns autores que nortearão o estudo pleiteado. A pesquisa científica fundamenta-se em estudiosos como Balaban (1988), Davini (1999), Martins (2017), Oliveira (2002), Piccinin (2012), Rizzo (1991), Santana (1998), Vygotsky (1995), dentre outros que contribuirão de forma significativa para o conhecimento e o avanço deste trabalho.

É interessante compreender a importância do processo de adaptação da criança no ambiente escolar, levando em consideração a mediação dos professores da educação infantil nesse processo difícil que, na maioria das vezes, ocorre com pais e filhos no período letivo.

Para tanto, Davini afirma que:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A intensidade com que cada um vai experimentar, ou a forma como vai atravessar esse período, ou a forma como vai atravessar esse período, vai depender dos aspectos particulares de cada personalidade participante do processo e, também, da dinâmica familiar. Um fato a ser admitido é que essa separação é algo inevitável na vida de cada um de nós e, ainda que seja um processo doloroso, costuma trazer crescimento para todos os envolvidos. (Davini, 1999, p.45)

Desta forma, o sucesso do processo de adaptação escolar da criança vai depender das formas e situações criadas pelos professores com o apoio da família. Importante que todos tenham uma visão desta ação partilhada, voltado para a educação dos pequenos, e mesmo que inicialmente apresente certo desconforto, com o tempo, e a atuação adequada, se tornará algo enriquecedor para os pequenos, e também, gratificante para pais e professores.

A mediação pedagógica dispõe sobre como o professor deve desempenhar o seu papel, atuando como intermediador dos métodos educativos para a criança, sendo um profissional criativo que se preocupa com o aprendizado e bem-estar de seus educandos. Para Oliveira:

Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento (Oliveira, 2002, p. 26)

Ou seja, o ser humano faz uso de instrumentos mediadores para todas as ações realizadas sobre o mundo, desde o aprender um conceito, que usa-se a mediação das palavras, a preparar um alimento, que ao cozinhá-lo precisa-se fazer uso do fogo para aquecê-lo e chegar à temperatura desejada, assim Vygotsky afirma que para que haja interação é preciso a troca de palavras entre pelo menos duas pessoas. Logo, a principal ferramenta para a mediação é a interação entre professor mediador e aluno mediado. Dessa forma, percebe-se o uso da mediação em praticamente toda ação humana, assim como na aprendizagem que se faz necessário o uso de linguagens verbais e não verbais como meio de interação.

Não é na mera manipulação de objetos que a criança vai descobrir a lógica dos conjuntos, das seriações e das classificações; mas é na convivência com os homens que ela descobrirá a razão que os levou a conceber e organizar dessa maneira as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO coisas. Evidentemente, nesse processo de apropriação cultural o papel mediador da linguagem (a fala e outros sistemas semióticos) é essencial. (PINO 2001, p. 41).

Neste sentido, o autor afirma que a linguagem se destaca no processo de apropriação cultural com um papel importante, cabendo ao professor fazer uso dessa ferramenta no processo de aprendizagem dos alunos de educação infantil, realizando mediações através dos diálogos, das canções, leituras e brincadeiras que atraiam a atenção da criança para uma maior compreensão e participação nas ações realizadas.

Rego (1995, p. 115) afirma que “[...] a função que ele desempenha no contexto escolar é de extrema relevância já que é o mediador e possibilitador das interações entre os alunos e das crianças como os objetos de conhecimento”. Nessa perspectiva, o professor atua como agente direto no processo de aprendizagem e interação do aluno, tendo como responsabilidade planejar desde o ambiente, para que este seja acolhedor, ao plano das aulas que irá executar. Segundo Oliveira, (2002):

Considerando a criança um agente ativo de seu processo de desenvolvimento, o professor infantil faz a mediação entre ela e seu meio, utilizando os diversos recursos básicos disponíveis: o próprio espaço físico da creche ou pré-escola com seu mobiliário, equipamentos e materiais, as tarefas e instruções propostas e, particularmente, sua maneira de se relacionar com a criança: como a observa, apoia, questiona, responde-lhe, explica-lhe, dá-lhe objetos e a consola. (Oliveira, 2002, p. 204).

Neste sentido, a atuação do professor é tão importante quanto o ambiente, os materiais e objetos presentes em sala, pois ele deve saber fazer uso de tudo que lhe está acessível para contribuir no procedimento de aprendizagem. No processo de adaptação, cabe a esse professor intermediar a ambientação do aluno no espaço. Ao professor cabe criar prioritariamente um ambiente propício em que a curiosidade, as teorias, as dúvidas e as hipóteses das crianças tenham lugar, sejam realmente escutadas, legitimadas e operacionalizadas para que se construa a aprendizagem. O professor deve criar um ambiente de acordo a idade das crianças, pois estas aprendem não apenas ouvindo, mas também vendo e vivenciando atividades diversificadas nas quais todas as suas potencialidades sejam estimuladas, fazendo assim, com que sintam que a escola é um espaço habitual e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO agradável.

Ser professor na educação infantil não tem relação com transmitir conteúdos, mas como estar atento e ser sensível às reais necessidades de cada criança, possibilitando enriquecer suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem na coletividade. (Borsa e Bandeira, 2014, p.11).

Atuar na educação infantil é priorizar o desenvolvimento integral da criança e a atenção do professor deve ser voltada diretamente para ela, com cuidados no falar, no agir, respeitando sempre sua especificidade, trabalhando com atividades lúdicas, sendo um facilitador do início de convívio do alunado com as experiências de aprendizagens sejam elas individuais ou coletivas.

[...] ensinar não é transferir conteúdo a ninguém, assim como aprender não é memorizar o perfil do conteúdo transferido no discurso vertical do professor. Ensinar e aprender têm que ser com esforço metodicamente crítico do professor de desvelar a compreensão de algo e com o empenho igualmente crítico do aluno de ir entrando, como sujeito de aprendizagem, no processo de desvelamento que o professor ou professora de deflagrar. (Freire, 2002 apud Souza; Sartori; Roesler, 2008).

O professor como mediador encontra vários desafios em sua jornada de trabalho, na educação Infantil, por exemplo, o mesmo deve conduzir a criança a situações de aprendizagem através do lúdico, sendo criativo a ponto de despertar nela o interesse de estar no espaço escolar. Para Martins (2017) Refletir, acerca da Educação Infantil, enquanto etapa primordial da escolarização é fundamental na busca pela sistematização da prática docente, de forma a proporcionar o acesso ao conhecimento e mediar a construção dos saberes. Nesta perspectiva, é preciso que o docente se perceba como alguém que não é o único detentor do conhecimento, e saiba desempenhar o seu papel ao auxiliar seus alunos no processo de aprendizagem, conduzindo-os a se tornarem sujeitos criativos, autônomos e pesquisadores desde suas primeiras etapas na escola.

A mediação pedagógica é um processo de interação, diálogo, no qual tanto o professor quanto o aluno aprendem e ensinam, em construção, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 1997, p.25).

Neste sentido, entende-se que a mediação é um processo de ensino/aprendizagem, o qual é benéfico tanto para o professor quanto para o aluno, no entanto, é preciso também que o docente esteja consciente que esse processo

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO começa a partir de uma boa adaptação, ou seja, desde o processo de acolhimento da escola para com a criança.

A mediação pedagógica deve promover o envolvimento, a participação, o respeito, a inter-aprendizagem, além do amadurecimento intelectual, epistemológico e emocional do educando, uma vez que propicia a aquisição e significação de novos conceitos no desenvolvimento das capacidades formadoras, individuais e coletivas do sujeito. (Mori, 2013, p. 04)

Neste contexto, o processo de acolhimento nos primeiros dias da criança em sala de aula é uma fase importante, porém não é um processo fácil tanto para a criança quanto para o professor e para os pais, é por isso que torna-se tão importante a união e participação da família na escola, juntos criando estratégias para uma boa inserção do discente no seio escolar, produzindo meios para que este se sinta familiarizado.

Do ponto de vista metodológico, o professor precisa aprender a equilibrar processos de organização e de “provocação” na sala de aula [...] Compreender é organizar, sistematizar, comparar, avaliar, contextualizar. Uma segunda dimensão pedagógica procura questionar essa compreensão criar uma tensão para superá-la, para modifica-la, para avançar para novas sínteses, novos momentos e formas de compreensão. Para isso o professor precisa questionar, tensionar, provocar o nível da compreensão existente. (Moran, 2004 apud Martins, 2017).

Para o docente o planejamento continua sendo seu forte aliado nas propostas de organização de suas aulas, e este, deve ser constante, uma vez que possibilita até mesmo a interação entre aluno/professor, por meio da rotina criada em seu plano que ocorre desde a organização da sala, aos conteúdos aplicados de maneira amistosa, estimulando a participação por meio de provocações (perguntas sobre determinados assuntos), acolhendo suas dificuldades e compreendendo qual a melhor forma que cada um aprende, criando meios de despertar sua atenção e seus interesses,. Neste sentido, para que o professor esteja preparado para enfrentar uma sala de aula e acolher de forma prazerosa seus estudantes, se faz necessária uma formação continuada.

Promover a formação continuada dos professores em parceria com os demais profissionais da Unidade de Ensino é uma proposição fundamental para a melhoria dos processos de ensino, e conseqüentemente, de aprendizagem das crianças e jovens ao longo da educação básica. (Martins, 2017, p. 261).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A formação continuada do docente o permite enxergar além da sala de aula, dando ênfase a uma educação não mecânica, priorizando a aprendizagem e o bem estar de seus alunos, além de adquirir auto controle no processo de adaptação da criança no ambiente escolar, possibilitando às mesmas a terem um excelente acolhimento. Ao buscar mais conhecimento sobre sua área de atuação, o docente demonstra comprometimento e preocupação com a qualidade do seu trabalho, pois seu interesse em estar se qualificando, buscando conhecimentos científicos e o principal que é colocá-las em prática, enriquece ainda mais as suas aulas.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A ação da pesquisa está contida diariamente na vida de cada indivíduo, desde os atos mais simples aos mais complexos. A pesquisa acontece como ato de busca, ou exploração.

Dessa forma, no tocante à educação, a pesquisa é uma ação necessária, uma vez que as práticas de ensino e aprendizagem estão interligadas inseparavelmente. No que compete a pesquisa no cenário educativo, é preciso que se estabeleçam relações, conexões e escolhas que impulsionem o caminho a ser percorrido pelo estudante. Para tanto, torna-se crucial a escolha da abordagem, o tipo de pesquisa, bem como as técnicas e dispositivos a serem destinados para a elaboração da pesquisa.

A abordagem deste trabalho é de caráter qualitativo, pois exige uma maior aproximação do fenômeno investigado, procurando analisar, compreender e explicar o objeto de pesquisa, onde os envolvidos puderam se expressar de forma livre, espontânea e objetiva sobre a mediação pedagógica nas situações de adaptação da criança na educação infantil, trazendo uma reflexão sobre os benefícios que a mesma traz.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor compreensão e junção das entrevistas, foi elaborado um panorama comparativo com as principais respostas das entrevistadas, no qual foram

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO registradas suas falas e opiniões separadamente por meio de transcrição de suas principais ideias, partindo das leituras exploratórias de cada transcrição. No início da entrevista, houve uma breve apresentação das participantes, e a exposição dos objetivos da pesquisa para uma melhor aproximação entrevistador/entrevistado, uma das entrevistadas se identificou como avó e responsável legal de uma aluna do G4, o diálogo foi rápido, pois ambas aguardavam o transporte para a condução às suas residências na zona rural, porém foi o suficiente para a realização da coleta de dados.

Quadro 1: Como foi a primeira semana de adaptação de sua criança no ambiente escolar? Você percebeu algum conflito (dificuldade) para se adaptar?

Respostas	
Violeta	“No começo ela chorava que só, não queria vim (sic) para a escola, parecia que era um castigo, mas hoje ela já gosta (sic)”.
Orquídea	“Super tranquilo, minha neta gosta da escola. A única coisa que deixa ela chateada é eu atrasar em trazer ela e também em vir buscar”.

Fonte: Autora, 2023.

Os primeiros dias numa instituição escolar podem causar sentimentos de entusiasmo em algumas crianças, bem como a sensação de abandono em outras, pelo fato destas estarem adaptadas no seio familiar. Para tanto Balaban (1988) afirma que:

A separação dos pais ou daquela pessoa que é a principal fonte de atenção torna as crianças pequenas frequentemente muito infelizes. Elas muitas vezes se sentem abandonadas, deixadas de lado e desprezadas. (Balaban 1988, p.13).

De acordo o autor, esses sentimentos são causados pela separação que causam a sensação de abandono, que pode ser no momento em que se deixa a criança na escola ou no atraso em ir buscá-la, como conta uma das entrevistadas.

Diante dos relatos expostos sobre a primeira semana de integração e adaptação da criança no ambiente escolar, **Violeta** comentou sobre o conflito do choro vivenciado por sua filha, já em contrapartida **Orquídea** abordou sobre o fato da neta gostar do ambiente escolar, a mesma argumentou: “sempre converso muito com ela sobre muitas coisas e sobre a escola também” (Orquídea, 2023).

Quadro 2: De que forma você participa e contribui para que sua criança tenha uma boa adaptação na escola?

Resposta	
Violeta	“Sempre que dá eu converso com a pró, e nas reuniões”.
Orquídea	“Através do diálogo, estou sempre me informando sobre como está minha neta nas aulas. Converso sempre com as professoras e com o pessoal que trabalha na escola. Minha neta é super tranquila e não me dá dor de cabeça”.

Fonte: A Autora, 2023.

A participação da família se faz necessário em todas as fases de desenvolvimento da criança. O processo de adaptação à escola nos primeiros anos de vida requer a parceria entre os profissionais atuantes na instituição escolar e familiares. O DCNEB confirma o quanto é enriquecedor e saudável essa parceria da família com a escola, participando ativamente, dando sugestões e compartilhando as percepções de comportamento da criança.

[...]Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto as crianças não se fragmentam. (Brasil, 2013, p. 92).

O diálogo constante entre a família e a escola é uma ferramenta poderosa para compreender o processo da criança, esse ato contribui para melhorar não apenas a estadia da criança na instituição, mas também seu desenvolvimento como um todo.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (Parolim, 2003, p.99 apud Marcolan, et al. 2013, p.5).

As entrevistas permitiram refletir que a relação entre a família e a escola permite uma educação mais eficaz, essa interação aponta fatos da metodologia quanto as mudanças que ocorrem durante o período de adaptação do aluno algo que também pode implicar na sua aprendizagem, e que não deve passar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO despercebido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação pedagógica na educação infantil constitui-se na relação entre professor e aluno, em constante interação, buscando transformar o ambiente escolar em um lugar acolhedor, confiável em que a criança no período de adaptação se sinta confortável, facilitando seu processo de socialização e aprendizagem.

As informações levantadas neste trabalho apontam o quanto é importante uma mediação pedagógica assertiva para o processo de adaptação nos primeiros anos da vida escolar, pois é a partir dela que a criança amplia a socialização, aprende e se desenvolve. Com isso, o diálogo se torna uma ferramenta bastante utilizada, ao dialogar com a família para conhecer a realidade da criança, a professora mediadora terá uma possível noção de como interagir com o máximo de precisão, criando ambientes e situações adequadas à criança que está sendo inserida no meio escolar para que esta se familiarize no novo espaço.

Por meio deste estudo, entende-se que o objetivo do mesmo foi alcançado, em que buscou investigar e identificar de que modo os professores de educação infantil realizam mediações pedagógicas em situações de conflitos na adaptação escolar, que na maior parte foi buscando o diálogo com a família para conhecer um pouco sobre a realidade de cada criança e trazer uma aplicação prática e individualizada de meios que a façam sentir a escola um lugar familiar.

Vale ressaltar, que para contribuir com a mediação pedagógica em situações de conflitos na adaptação da criança no seio escolar, é interessante que a professora mediadora esteja sempre em formação continuada, que seja sensível aos sentimentos das crianças, estejam em constante diálogo com os pais, seja ao levar a criança ou em reuniões de pais, responsáveis e mestres, está sempre se reinventando, pesquisando e se informando, trazendo novidades para a sala de aula, se manter calmo, seguro e consciente de que os conflitos fazem parte da adaptação e que mediando corretamente logo é superado.

REFERÊNCIAS

BALABAN, Nanci. **O início da vida escolar**: da separação à independência. Porto Alegre: Artes Médicas. 1988.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

BARDIN, Laurence. **Análise de Conflitos de Conteúdo**. Lisboa edições, 70, 225.

BORSA, J.; BANDEIRA, D. **Comportamento agressivo na infância: da teoria à prática**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC; SEB, 2010.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC; SEB; DICEI; 2013.

DAVINI, Juliana; FREIRE, Madalena (Org). **Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1999. (Série Cadernos de Reflexão).

MORI, Katia Gonçalves. **A mediação pedagógica e o uso das tecnologias da infomação e da comunicação na escola**. São Paulo 3.

MARTINS, Tatiana Costa. **Um Olhar Psicológico Sobre a Mediação da Aprendizagem na educação Infantil**. Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 2 – 2017

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. (Coleção Docência em Formação) 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002, p.204.

PINO, A. **O biológico e o cultural nos processos cognitivos**. In: MORTIMER, E.F.; SMOLKA, A.L.B. (Org.). Linguagem, cultura e cognição: reflexões para o ensino e a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REGO; T. C. Vygotsky: **Uma Perspectiva Histórica-Cultural da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO; Zara Liane Schuantes Rodrigues. **Adaptação das Crianças na Educação Infantil**. Santa Catarina, 2020.

SOUZA, Alba Regina Battista de; SARTORI, Ademilde Silveira; ROESLER, Jucimara. **Me- diação Pedagógica a Distância: entre enunciados teóricos e práticas construídas**. Ver. Diálogo Educ. Curitiba, v. 8, n. 24, p. 327-339, maio/ago. 2008.

TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ESCOLA PÚBLICA EM TEMPOS DE AULAS REMOTAS

Noélia Aragão de Almeida
noeliaaragao0@gmail.com
Ana Cristina Silva de Oliveira Pereira
acpereira@uneb.br
UNEB/Campus XI

RESUMO

Este artigo é um recorte do TCC de Pedagogia, Campus XI, desenvolvido a partir das seguintes inquietações: Como acontece a transposição didática na turma do 4º/5º ano (multisseriada) do Ensino Fundamental de uma escola pública em Barrocas em tempos de aulas remotas? Quais são os desafios e perspectivas? Objetivo geral: compreender desafios e perspectivas no processo da transposição didática na classe do 4º/5º ano (multisseriada) do Ensino Fundamental I, de uma escola pública em Barrocas/BA em tempos de aulas remotas. A metodologia foi qualitativa, inspirada no estudo de caso, a partir da observação e entrevista semiestruturada. Fundamentos teóricos: Chevallard(1991); Libâneo (1994); Almeida (2007); Pais (2011) dentre outros. Os resultados sinalizam a importância da Transposição Didática; a professora tenta vivenciar/proporcionar estratégias que envolvam os alunos nas aulas e na aprendizagem; encontra desafios diversos, desde o acesso a tecnologia as limitações dos alunos; tem perspectivas animadoras; faz uso do que está disponível e busca aperfeiçoamento para transformar o conhecimento científico em perspectivas de aprendizagem ao estudante.

Palavras-chave: transposição didática; aulas remotas; desafios; perspectivas.

NOTAS INTRODUTÓRIAS: PERCURSOS DA PESQUISA

O modelo remoto de ensino foi um dos desafios mais urgentes impostos pela pandemia do novo coronavírus, em 2020, impactando na vida de professores e de pessoas envolvidas nos processos educativos. Foi necessário pensar novos métodos, novas práticas e posturas desenvolvidas para garantir a continuidade dos estudos, o que foi dificultoso nas regiões em que os estabelecimentos de ensino estão distantes das tecnologias digitais, a exemplo das escolas do campo, o que contribui para ampliar as desigualdades socioeducacionais.

Aqui vale ressaltar a jornada intensa de trabalho dos professores, a falta de aparelhos tecnológicos e de uma infraestrutura adequada; ausência de formação dos docentes para trabalhar de forma remota no atual momento, especialmente se considerarmos que a qualidade da educação depende de investimentos em

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estrutura física, pedagógica e tecnológica. O professor precisou pensar a mediação do conhecimento de forma online, apropriando-se das ferramentas que possui, aprimorando e aprendendo, buscando suporte da equipe gestora e do poder público.

Assim, no cenário de pandemia, as tecnologias passaram a ser utilizadas no favorecimento da aprendizagem, em que o professor foi ousando novas metodologias e estratégias, vídeos, jogos; delegando tarefas aos estudantes, tomando-as como possibilidades encontradas para garantir que os alunos aprendam de forma significativa; mantendo o engajamento e colocando, de fato, os alunos no centro do processo, como protagonistas de sua aprendizagem, sendo mais autônomos e motivados para suas buscas. O papel do professor foi imprescindível.

Diante disso, o trabalho pedagógico requisitou o repensar da transposição didática, sendo necessário reelaborar, contextualizar, ressignificar reinventar; aprender a lidar com o novo, entender as possibilidades proporcionadas pelas tecnologias e buscar superar os tantos desafios encontrados.

Foi esse contexto de discussões que provocou as inquietações desta produção, desenvolvida na zona rural do município de Barrocas/BA, a qual compreende a transposição didática como “[...] o meio pelo qual o saber científico é transformado em saber escolar pelo professor; consiste em estratégias de ensino que auxiliam o profissional na sua prática pedagógica” (Chavallard, 1991. p.39).

Para desenvolvimento da pesquisa a sustentação metodológica foi qualitativa, por requerer maior aproximação com o fenômeno investigado, e por possibilitar “[...] um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, em busca de maior compreensão e interpretação do assunto” (Ludke; André, 2014, p.30), indicando o caminho para conseguir informações mais reais e concretas na busca de interpretação, análises, e os significados dos seus resultados.

Um dos dispositivos de recolhimento das informações foi à entrevista semiestruturada, que possibilita uma conversa mais aberta entre pesquisador e entrevistado, a partir de um roteiro previamente elaborado, permitindo maior autonomia junto à colaboradora, uma professora, atuante na zona rural do município de Barrocas-BA, identificada neste estudo como Mandacaru, que simboliza resistência e adaptação ao clima árido, por trazer consigo um sentimento de esperança, resistindo aos desafios postos, principalmente em tempos de pandemia e se adaptando as circunstâncias. Outro dispositivo foi a observação, cuja escolha

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO está atrelada a possibilidade de estar no espaço estudado, buscando acompanhar e conhecer melhor alguns detalhes da rotina da turma observada, para ter maior aproximação da realidade investigada. O lócus foi a turma virtual *whatsapp*, onde as aulas foram realizadas, do 4º/5º ano (multisseriada), composta por 13 estudantes, entre 11 a 15 anos de idade, com nível socioeconômico muito baixo.

Para melhor compreensão, esta escrita está organizada em três seções, além destas *notas introdutórias; breve incursão histórica da transposição didática; a transição entre o presencial ao remoto; as práticas docentes em aulas remotas e algumas perspectivas existentes na transposição didática*. Por fim, as últimas considerações, com as reflexões em torno das descobertas da pesquisa.

TRANSPosição DIDÁTICA: UM POUCO DE HISTÓRIA, UMA BUSCA CONCEITUAL

Numa incursão histórica para compreendermos os diversos momentos da transposição didática, é válido destacar que a prática pedagógica, de modo geral, historicamente, nunca foi pauta de discussões, isso porque quem sempre fez educação escolar, ao longo dos tempos, não foram pessoas formadas para tal.

No período primitivo, a educação era desenvolvida a base de experiências vivenciadas, proporcionando as crianças adaptação ao seu ambiente físico e social; Na antiguidade greco-romana, os filósofos eram responsáveis pela educação, e surge à ideia pedagógica associada à formação do cidadão, com o propósito de formar indivíduos críticos, responsáveis e ativos na sociedade. Na Era Medieval a educação desenvolvia-se subordinada à igreja, a escola continuava sendo para poucos, com a função pedagógica da evangelização; na Idade Moderna surgem reflexões sobre a educação e é notória a presença do professor como “transmissor do conhecimento”, ser cabido de inteligência, centro do saber e do conhecimento.

“A Educação do século XVII esforça-se pela obrigatoriedade da escola, criando leis, programas e níveis para tal” (Ribeiro *et al.*, 2017,s/p), mesmo assim, a Companhia de Jesus continua com o monopólio das escolas. Nas últimas décadas dos séculos XVII e XVIII, o século das luzes, o pensamento pedagógico progride e era defendido o ser humano como senhor de si mesmo e as decisões deveriam ter como base a razão. Teve como alicerce o pensamento dividido em três vertentes:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO enciclopedistas, Rousseau e Kant, porém, ainda não se vislumbrava uma discussão centrada na prática pedagógica. Só nos fins do século XIX e, sobretudo no século XX, é que, de fato, as discussões voltadas para a formação de professores e à prática pedagógica vão ganhando visibilidade. E foi na segunda metade do século XX, nos anos de 1970 que o termo Transposição Didática passou a ser discutido e trouxe para a sociedade, sobretudo para o âmbito educacional, outra perspectiva.

Em 1974 com a publicação do trabalho “*La transposition didactique*”, de Ivys Chevallard, com foco na estruturação e organização do conceito de transposição didática. Apesar dos elogios e considerações, houve também, críticas e polêmicas. Em 1975, a tese de doutorado, “*Le temps des études*”, com o Sociólogo Frances Michel Verret, indicava para a articulação dos saberes. Nesse contexto Chavellard (1974) conceitua transposição didática como:

Um conteúdo do saber tendo sido designado como saber a ensinar quando sofre, a partir daí, um conjunto de transformações adaptativas que o levam a tomar lugar entre os objetos de ensino. O trabalho em tornar um objeto do saber a ensinar em objeto do saber ensinado... (Chavellard, 1991, p.45)

Em 1982 a publicação, “*Un exemple d’analyse de la transposition didactique – la notion de distance*”, por Chevallard e Joshua, baseada no trabalho de Verret, amplia o campo de discussão, a partir da análise das transformações sofridas com a noção matemática de distância, feita por Frecher, (1906), sendo ele a desenvolver a ideia de noção matemática. E em 1991, pensando em desmitificar algumas críticas, Chevallard publicou a segunda edição do trabalho “*La transposition didactique*”, com devidas explicações, de modo mais explícito sobre Transposição Didática e sua aplicação/desenvolvimento nos espaços pedagógicos com eficácia.

Em pesquisas mais recentes, ele expande seus estudos, tratando de questões mais específicas do “chão da escola”, as quais têm grande influência na prática pedagógica e requer análises contínuas. São questões ligadas a um novo olhar para a prática pedagógica, visando um currículo que atenda as especificidades dos estudantes e que exerça influência na prática do professor em sala de aula. Aborda ainda sobre o sistema didático, constituído por três elementos imprescindíveis e articulado entre si, a saber: o professor, os alunos e o saber. Outros autores também contribuem com estudos sobre transposição didática, a

**35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
exemplo de Anhorn (2003) que aprofunda essa discussão explicitando que:**

Chevallard insiste que o termo transposição didática deve ser apreendido no sentido de reconstrução, recriação de saberes, ações necessárias quando ocorre a mudança de *habitus* ou esferas de problematização, isto é, quando os saberes mudam, são transpostos de um tipo de instituição de saber a outro (Anhorn, 2003, p.40)

Nessa direção e pensando em reconstruir e recriar saberes, buscando a reelaboração da prática, em 2020, com as inúmeras mudanças geradas pela COVID-19, para a vida dos professores, estudantes, famílias e equipe gestora, foi necessário conhecer e se aprofundar novos jeitos de ensinar, aprender, mediar o aprendizado para a garantia da igualdade de condições e oportunidades para todos ou a grande maioria dos estudantes. Nesse contexto, a professora Mandacaru (2021), destacou seu conceito de transposição didática: “[...] *forma que o professor ensina e consegue chegar a todos os alunos, utilizando uma maneira que contemple a todos em suas diferenças e limitações*”. São muitas reflexões e questionamentos para que o repensar da prática pedagógica possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes e também a inclusão.

TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: DO PRESENCIAL AO REMOTO NA ESCOLA

De repente as rotinas foram transformadas! Não se escutava mais o barulho de sirene na escola, nem os abraços e beijos aconchegantes dos estudantes, nem as relações construídas no momento do intervalo; grupos brincando, lanchando, se reinventando, aprendendo. Esse contexto deu lugar ao ensino remoto, estratégia adotada como meio de continuar oferecendo aos estudantes um espaço de aprendizagem escolar, proporcionando a continuidade dos estudos.

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. O ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estão impedidos por decreto de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus. É emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2020 teve que ser engavetado (Behar, 2020 s/p)

Com este novo formato, as salas de aula ganharam outro espaço proporcionado pelos dispositivos tecnológicos. Agora são aulas online com

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO estudantes em plataformas (*whatsapp, google meet, teams*) e espaços virtuais diversos. Tais espaços, cada um com suas regras, limites e possibilidades, oportunizam aos envolvidos, acompanhar em tempo real o planejamento que seria colocado em prática no espaço físico da escola, em tempos de aulas presenciais. Neste sentido, o professor teve um papel fundamental como mediador do conhecimento, aquele que incentiva e orienta os alunos a construírem conceitos, habilidades, valores, atitudes, que lhes permitam crescer como cidadãos, capazes de agir e intervirem na sociedade. Para Libâneo (1994, p.47) a característica mais importante da atividade profissional do professor é a mediação entre o aluno e a sociedade, entre as condições de origem do aluno e sua destinação social na sociedade, papel que cumpre provendo as condições e os meios (conhecimentos, métodos, organização do ensino) que assegurem o encontro do aluno com as matérias de estudo.

Para o autor o professor deve garantir a mediação didática, como ressaltou a professora Mandacaru (2021), ao enfatizar sua responsabilidade frente a profissão para assegurar a aprendizagem dos estudantes, [...] *independente da situação atual devo levar conhecimento aos meus alunos e assegurá-los novas práticas e habilidades de acordo com o plano de ação e sua realidade familiar* .

Essa análise foi visível nas observações, em que a professora fazia paralelo do conteúdo com aspectos da realidade dos estudantes, facilitando a compreensão e maior participação na aula, mesmo pelo *whatsapp*. Ela buscava contextualizar conceitos considerados importantes, do convívio dos estudantes e transformava essas informações, inserindo dentro do conteúdo trabalhado, evidenciando que “[...] a contextualização é a arma mais poderosa em favor da transposição [...] deixa claro para o aluno que o saber é sempre mais amplo, que o conteúdo é sempre mais complexo do que aquilo que está sendo apresentado (Almeida. 2007, p.39),.

É válido destacar que, antes da pandemia, os professores explicavam o conteúdo olhando o “rosto” de cada um, escreviam, liam e apagavam o quadro, iam até a carteira do estudante, acompanhava de perto seu desenvolvimento. Em aulas remotas, a exposição é feita pela tela do computador/celular, através de slides, vídeos, conversas, aulas gravadas. Alguns estudantes não realizavam a tarefa no horário da aula, dando a devolutiva à noite ou no dia seguinte, para revisitar a aula, que ficava registrada no grupo de *whatsapp* e realizar o que foi solicitado.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
O deslocamento do presencial para o remoto foi registrado pela professora

Mandacaru, ao salientar que houve mudanças no planejamento dela e que é muito importante considerar vários fatores. A mesma ressaltou que:

[...] praticamente o plano foi totalmente modificado, devido à carga horária e com isso alguns conteúdos não são trabalhados. A gente participa de uma reunião e tem que escolher alguns conteúdos que devem ser trabalhados e outros são excluídos devido o tempo não suportar a quantidade proposta... é visível que quanto mais se cobra e acarreta os alunos eles acabam não participando e não dando retorno das atividades solicitadas... (Mandacaru, 2021).

Essa seleção não significa excluir os assuntos complexos, mas transformá-los em algo que possa ser ensinado. Nesse sentido, a transposição didática em aulas remotas requisita um planejamento mais cuidadoso, sendo necessária uma constante busca de melhoria, a partir da reflexão sobre a prática, especialmente por que, para mediar o conhecimento, o professor precisa ter estratégias definidas; selecionar material de estudo; pensar no tempo síncrono das aulas e no tempo de estudo dos estudantes; desenvolver atividades; pensar em como chegar aos alunos que não possuem aparelhos tecnológicos e não acompanham as aulas remotas, etc.

A professora explanou essa preocupação, inclusive por que, na turma tinha aluno que não possuía aparelho tecnológico, dificultando o acompanhamento diário da sua evolução, para ele era disponibilizado atividades xerocopiadas e atividades no livro didático. Ficou evidente o quanto os alunos, mesmo com dificuldades, precisaram se disciplinar, organizar seu tempo e cumprir as tarefas solicitadas. Essa devolutiva era uma das poucas formas de acompanhar se o estudante está ou não avançando. Tais desafios requisitam uma mudança de cultura, dos professores e dos alunos, em que o apoio e acompanhamento da família são imprescindíveis.

Assim, a transposição didática exige do professor uma busca constante, que requer um profissional qualificado para lidar com a diversidade de sala de aula. Nessa busca, Mandacaru (2021) destacou desafios vivenciados, a saber;

Falta de interesse dos alunos em participar das aulas, aumentando assim o índice de evasão; Falta de concentração e atenção durante as aulas, demonstrando pouco aprendizado; Falta de incentivo e acompanhamento familiar; Falta de um ambiente adequado, no qual o aluno tenha suporte para realizar as atividades incluindo o silêncio; Falta de domínio da tecnologia - professores, alunos e responsáveis.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ainda vale ressaltar que a formação é outro grande desafio que nas aulas remotas evidenciou que a [...] *a maior dificuldade é não ter domínio dos equipamentos tecnológicos o que dificulta o desenvolvimento da prática no processo de ensino, além de conviver com constantes comentários que não estou fazendo "nada", já que, ensino de casa* (Mandacaru, 2021). Vale ressaltar que aliar o uso da tecnologia à prática pedagógica é muito dificultoso, muitas vezes, o professor sequer possui um celular de boa qualidade e tem que se reinventar e aprender a aprender, fazendo uso daquilo que possui e buscar estratégias que contemplam os estudantes com suas especificidades. Pensando nesse pressuposto Mandacaru (2021) diz que:

É desafiador! Fiquei sem saber de que forma atuar, e como acrescentar no desenvolvimento dos alunos diante de tantos desafios enfrentados nesse processo. Tinha de trabalhar tentando sempre ofertar um ensino prático e variado aos discentes, devido a muitos ainda não conseguirem se desenvolver nesse formato de ensino, isso ocorre por falta de compreensão e suporte familiar..., sem contar que meu celular não tem uma boa memória, dificultando assim armazenamento de muitas produções.

Oliveira (2014, p. 175) aborda que a transposição didática

[...] exige do professor um conhecimento profundo do conteúdo que será transposto ou ensinado. Não dominar esse conteúdo implica um risco muito sério de a transposição não acontecer realmente, ou não se realizarem, levando o aluno a uma visão sem aprofundamento e sem consistência e, ainda, o professor ao desgaste em sua atuação

Enfim, o ensino presencial sofreu alterações, adaptações para o ensino remoto, requerendo dos professores uma transformação e um novo jeito de pensar e conduzir a transposição didática, pois, a mesma deve ser condizente ao momento vivenciando, favorecendo aos estudantes um outro olhar para a sua aprendizagem e contemplando as suas particularidades.

PRÁTICAS DOCENTES EM AULAS REMOTAS: PERSPECTIVAS NA TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

Diante do contexto de pandemia, professores e todos que fazem parte do processo educacional se uniram para minimizar os impactos e experimentar novas maneiras de aprender e ensinar, cabendo ao docente ousar outras metodologias e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
estratégias, para assegurar a continuidade dos estudos com o máximo de qualidade
possível, num cenário que requisitou novos olhares necessários e de forma urgente..

Ao estender um olhar analítico à turma, professora Mandacaru (2021) teceu
alguns comentários do como percebe seu lugar de atuação e assim expôs:

A turma é multisseriada, alunos de 4º e 5º ano... de 11 a 15 anos, onde ocorre a distorção de série e idade, sendo que alguns deles são repetentes e não são alfabetizados, o que dificulta o desenvolvimento, principalmente, com essa modalidade de ensino remoto... em situações de leitura não se permitem desenvolver, me deixando, muitas das vezes, impossibilitada de ajudá-los (...).

Isso denota a necessidade de uma comunicação dialógica, proporcionando maior proximidade com o conteúdo, usando exemplos da realidade do aluno.

[...] Quando proponho desafios ou sugiro práticas com habilidades já desenvolvidas por eles, costumam realizar, mesmo com timidez (...) gravam vídeos demonstrando interesse e satisfação pela atividade. Já solicitei que praticassem um boliche matemático, onde os mesmos confeccionaram com matérias recicláveis e convidou um membro da família pra jogarem com eles... (Mandacaru, 2021)

Vale ressaltar que na atividade desenvolvida é possível perceber o processo da transposição didática, tem-se aí o “saber a ensinar” que é a prática em sala, a forma que a professora desenvolveu a atividade e transformou o “saber sábio”, definido por Chevallard (1991, p.39), como o conteúdo científico. Assim, as tecnológicas são suporte no desenvolvimento das atividades, as quais podem ser utilizadas visando à interação dos alunos, pois, os mesmos percebem a forma como o conteúdo é trabalhado, “[...] são ofertadas diversas práticas pedagógicas, como: vídeos, áudios, fotos, chamadas de vídeos, entre outras” (Mandacaru, 2021)

Os estudantes, com a mediação da professora tornam-se autores da sua aprendizagem, como aponta Almeida (2008, p. 72) ao abordar que a aprendizagem

[...] é um processo de construção do aluno – autor... o professor, além de criar ambientes que favoreçam a participação, a comunicação, a interação e o confronto de ideias dos alunos, também tem sua autoria. Cabe ao professor promover o desenvolvimento de atividades que provoquem o envolvimento e a livre participação do aluno, assim como a interação que gera a co-autoria e a articulação entre informações e conhecimentos, com vistas a construir novos conhecimentos que levem à compreensão

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO do mundo e à atuação crítica no contexto.

Pensando no desenvolvimento da oralidade e aprender com a experiência do outro, o professor pode solicitar dos estudantes, vídeos, áudios, *podcast*, etc, das atividades desenvolvidas, fazendo a socialização das produções, ocorrendo o que Chevallard (1991) denomina como Transposição Didática Interna (TDI), em que professor e aluno constroem saberes e transformam o “saber ensinar” em “saber ensinado”. Assim, na prática pedagógica desenvolvida na turma, é possível perceber essa transformação do saber, o que denota que o professor é um incentivador para que seus alunos tornem-se autônomos e trilhem de forma independente.

Uma alternativa encontrada pela professora, foi a chamada de vídeo individual, utilizada de forma frequente, especialmente quando percebe que algum estudante não conseguiu atingir o objetivo proposto da atividade. Assim, depois de explicar, orientar os estudantes na realização da atividade, ela liga para aquele que percebe que tem maior dificuldade e explica o conteúdo com uma linguagem mais clara e trazendo aspectos da realidade do estudante. O aluno que não “participa” das aulas para tirar dúvidas, sente-se mais a vontade na chamada de vídeo.

Outra perspectiva foi trabalhar com pequenas atividades de forma frequente, analisando se o aluno está compreendendo o conteúdo, para só assim fazer as inferências possíveis e continuar na medida em que a turma avança. Diante disso, Mandacaru (2021) frisou: “[...] *tenho que me limitar para não cobrar tanto ou fazer exigências como se estivesse em sala de aula, pois, não é da mesma forma. Os estudantes não podem se sentir sobrecarregados, pode ocorrer evasão das aulas*”.

O ensino remoto alertou para a necessidade de estreitamento da relação entre família e escola, em que os pais, de certa forma, puderam conhecer e acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, além de compartilhar experiências e conhecer melhor o professor, essa parceria trouxe benefícios para o alunado e “[...] *os que têm apoio familiar é visível o avanço, o comprometimento em entregar as atividades em dias, daí percebo a importância da parceria entre escola e família*” (Mandacaru, 2021). E quando essas duas instituições trabalham em parceria contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos estudantes.

Contudo, pensando no desenvolvimento de todos, já que a turma é multissérie, com distorção de idades e necessidades de aprendizagens diferenciadas, a professora adotou em sua prática pedagógica a divisão de grupos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO para assim poder alcançar a todos nas suas especificidades. Ela enfatizou que acredita que contribui na aquisição de conhecimento dos alunos.

Adoto nas aulas uma prática simples, as vezes dinâmicas para facilitar o melhor entendimento de acordo com a realidade da minha turma (...). Como mencionei, a turma tem muitas dificuldades e tento solucionar de acordo a realidade de cada um, inclusive a turma é dividida em três grupos: O avançado, o médio e o limitado, pois, da mesma forma que tento avançar o limitado, não posso paralisar o avançado, com isso as atividades, atende, as particularidades para que de forma processual eles venham evoluindo e cheguem todos a um nível que eu venha abranger todos. (Mandacaru, 2021)

A análise expõe aspectos importantes para contemplar as especificidades.

Nesse contexto, o educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. Ele precisa construir conhecimento a partir do que faz e, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. (Gadotti, 2000, p.8)

Assim, pudemos perceber que as alternativas foram diversas, cabendo ao docente buscar as que melhor contemplam sua turma e possam se adequar as possibilidades do alunado. Na prática pedagógica o planejamento deve abranger os processos de formação que o conhecimento perpassa, e se os mesmos entendem essa dinâmica da Transposição didática, sua prática provavelmente será um ato consciente e contínuo que abrange todos os estudantes nas suas especificidades.

SEM CONCLUIR... REFLEXÕES FINAIS

No percurso vivido ao longo da pesquisa em que os objetivos e as inquietações norteadoras da pesquisa foram contemplados, ficou evidente que a transposição didática perpassa várias ações realizadas pelo professor, profissional responsável pela didatização e que procura estratégias para sanar as necessidades de aprendizagem dos estudantes, fazendo assim uma transformação de saberes.

Diante das análises tecidas ao longo do percurso, várias descobertas e achados merecem destaque, especialmente por compreender, no percurso, o quanto professor e alunos têm um papel fundamental no processo da transposição didática, para que se percebam autônomos e protagonistas da sua aprendizagem.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Ficou visível que a professora Mandacaru tem ciência do conceito aqui discutido e na sua prática tenta experimentar uma ação pedagógica diferenciada, com aproximação da realidade dos estudantes e visando sempre a aprendizagem dos mesmos. Por se tratar de uma turma multissérie, localizada em zona rural, com níveis de aprendizagem diferenciados e de forma remota, muitos desafios são encontrados, do acesso às tecnologia aos limites pessoais de cada indivíduo. Aqui vale destacar que o acesso às tecnologias digitais em espaços rurais é ainda mais dificultoso, extremamente escasso, o que limita a oferta das aulas remotas.

A formação para atuação no ambiente virtual merece destaque, já que os professores não foram preparados, tendo que aprender a buscar alternativas para sanar as lacunas formativas e superar os tantos desafios: devolutivas das atividades atrasadas, alunos desmotivados, falta de aparelho tecnológicos; falta de acesso a internet, falta de organização da rotina de estudo; falta de parceria com a família.

Enfim, o percurso da pesquisa trouxe à tona o quanto é necessário repensar o fazer pedagógico, a partir da compreensão da Transposição didática efetivada pelo professor, principalmente em tempos de aulas remotas. Nesse sentido, o professor deve resignificar e aprender a lidar com o novo, entender as possibilidades proporcionadas pelas tecnologias e buscar superar os desafios encontrados.

Por tudo isto, esta pesquisa torna-se uma possibilidade de reflexão, já que os achados apontam que é possível reinventar os processos pedagógicos, embora haja necessidade de mais investimentos na educação e em favor da valorização, apoio e suporte aos professores e alunos que vivem na realidade do campo. Ainda, tem-se a necessidade do professor refletir sobre a sua prática buscando estratégias que venham contemplar e somar as particularidades dos estudantes. Assim, essa pesquisa abre leques para novos olhares e possibilidades de novos estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição didática**: por onde começar? São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, M^a Elizabeth B. de. **Tecnologia na escola**: Criação de redes de conhecimentos. 2008. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>> Acesso em 22/06/2021

ANHORN, Carmem T. Gabriel. **Um objeto de ensino chamado história**: a disciplina de história nas tramas da didatização. PUC Rio de Janeiro. Programa de Pós-

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
graduação. Tese de Doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC, 2003.

BEHAR, Patrícia A. Artigo: **O Ensino remoto emergencial e educação a Distância**.
UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensinoremoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>> Acesso em: 07.05. 2021.

CHEVALLARD, Y. **La transposition didactique**: du savoir savant au savoir
enseigné. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas,
2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2º edição. Editora Cortez, 1994.

LÜDKE, M e ANDRÉ, M. E .D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas.
8º ed. São Paulo: EPU, 2004.

OLIVEIRA, Márcia Donizete Leite. **Trabalho docente**: A transposição didática, como
fazê-la? São Paulo. n 20. 2014; P.167-190.

RIBEIRO, Elisabete da S.; AZEVEDO, M. Silveira, SAGGIOMO, Thais G.; VIEIRA,
Bruno A.; RIBEIRO, Lory S. Breve história da educação. **Rev. Gestão Universitária**.
Disponível em: < <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/breve-historia-da-educacao>> Acesso em: 13.04.2021

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE MONITORIA VOLUNTÁRIA: APRENDENDO A LER A MIM MESMA

Aline Matos Santos

alinem12.am@hotmail.com

Adriana Carneiro da Silva

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

adriana@riachao.com

RESUMO

A monitoria voluntária é uma experiência concebida durante o curso de graduação que possibilita aos acadêmicos vivenciarem na prática os saberes da docência. Dessa forma, o presente artigo objetiva-se relatar como foi desenvolvida a monitoria voluntária na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico - MCTC, vinculada à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XI, Serrinha-Ba, no período de cinco meses, ofertada aos discentes do 1º semestre do curso Bacharelado em Administração, correspondendo à turma 2019.2. Assim, este estudo buscou tematizar, a partir de uma revisão bibliográfica, a importância da monitoria voluntária para os graduandos de ensino superior, cujo objetivo é apresentar através de uma abordagem descritiva o relato de experiência vivenciada como monitoria voluntária. Desse modo, a monitoria proporcionou a discente monitora uma aproximação com as atividades de ensino, para, além disso, experiência que contribuíram para conhecer a si mesma no exercício profissional futuro da docência.

Palavras-chave: Monitoria voluntária. Experiência. Saberes da docência.

INTRODUÇÃO

A monitoria acadêmica é uma experiência que se constitui como um instrumento de ensino aprendizagem que possibilita aos discentes vivenciar os saberes da docência. Nesta perspectiva, a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, estabeleceu normas que determina o ensino superior brasileiro e designou em seu art. 41 a monitoria acadêmica como parte fundamental no currículo acadêmico do estudante, de modo que esta, além de oportunizar aos acadêmicos a experiência do exercício profissional da docência nas universidades, também servirá como título para uma futura carreira profissional enquanto docente do ensino superior.

Matoso (2013) fomenta essa Lei quando afirma que a prática da monitoria é o momento oportuno para que o(a) monitor(a) discente possa aprender e se aprofundar nos conhecimentos da disciplina específica e assim, contribuir com o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
processo de ensino a aprendizagem dos alunos monitorados.

Ainda seguindo esse pensamento, Lira e Nascimento (2015), ressaltam que a monitoria é uma atividade que se consiste no apoio à construção do processo de ensino aprendizagem ajudando na preparação para a formação docente, sendo essa a experiência o ponto inicial para os graduandos, sabendo que as atribuições ao que se refere o auxílio das atividades são realizadas sob orientação de um docente. Dessa forma, torna-se nítido que o (a) discente terá contato frequentemente com seu orientador para que juntos possam rever posicionamentos que visam melhorar a sua formação acadêmica.

Assim, ser monitor(a) independente da disciplina ofertada no ensino superior é uma experiência de vasta importância, pois além de adquirir vivência para a formação acadêmica de futuros profissionais, permite aos discentes que desejam seguir na área acadêmica, desenvolver habilidades intrínsecas. Para, além disso, o aluno(a) monitor(a) torna-se uma ferramenta essencial para que mudanças de melhoria possam acontecer no ensino de graduação.

Contudo, este estudo buscou tematizar, a partir de uma revisão bibliográfica, a importância da monitoria voluntária para os graduandos de ensino superior, cujo objetivo é apresentar através de uma abordagem descritiva o relato de experiência vivenciada pela autora como monitora voluntária na turma 2019.2 com a disciplina de Metodologia Científica do Trabalho Científico - MCTC, ministrada professora Ma. Adriana Carneiro da Silva – coautora aqui apontada, aos estudantes do 1º semestre do curso Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Educação - DEDC, Campus XI, Serrinha-Ba, no período de cinco meses, iniciado em 10 de outubro de 2019 e finalizado em 12 de março de 2020.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo classifica-se em uma abordagem descritiva, realizando a partir de um relato de experiência enquanto aluna monitora voluntária da disciplina de Metodologia Científica do Trabalho Científico - MCTC, a qual foi ofertada aos discentes do curso de graduação do 1º semestre dos bacharelados em Administração, sob orientação da professora Ma. Adriana Carneiro da Silva. A

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO experiência ocorreu Universitária do Estado da Bahia - UNEB, no Departamento de Educação - DEDC, Campus XI, na cidade de Serrinha – Ba, no período de cinco meses, com início em 10 de outubro de 2019 a 12 de março de 2020, correspondendo à turma 2019.2.

Malhotra (2001) descreve a pesquisa descritiva como a metodologia cujo objetivo principal é identificar a descrição de algo. De tal modo que, se obtenha informações sobre determinada questão, assim como algum problema e dessa forma poder descrever o comportamento dos fatos. Assim, Oliveira (2005) diz que, o estudo descritivo é utilizado com intuito de compreender os diferentes comportamentos existentes em grupos e/ou comunidades, com os aspectos que variam entre sociais, políticos e econômicos, o qual requer um rigoroso planejamento quanto à definição de métodos e técnicas para obter coleta e análises de dados.

Esse estudo ainda é resultado de uma revisão biográfica, utilizada para compreender o surgimento da monitoria voluntária dentro das universidades brasileiras, bem como sua importância no âmbito acadêmico para o desenvolvimento de aptidões à docência. Vergara (2009, p. 43) diz que a metodologia bibliográfica é “[...] desenvolvida com base em materiais publicados em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público.” Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é relevante para se obter uma ampla visão sobre os assuntos abordados baseados em fatos.

Nessa conjuntura, a monitoria voluntária aconteceu em etapas, dentre elas apresentações, observações em sala de aula e as participações diretas, que consiste no auxílio das atividades e trabalhos acadêmicos.

As atividades desenvolvidas foram realizadas com base nos planos de aula e os conteúdos programáticos do referente disciplina, as quais foram elaboradas pela professora antes das aulas. Assim, através das aulas ministradas pela docente orientadora juntamente com a discente monitora buscou-se ensinar aos alunos a importância de, e por que fazer ciência, uma vez que, a disciplina MCTC dispõe de observações e conhecimento a respeito da ciência para a construção do conhecimento acadêmico, assim como os percursos que norteiam a pesquisa e o contato com os métodos que comprovem e garantem a cientificidade de estudos analisados.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Assim, com o intuito de enriquecer e instigar o interesse dos alunos, usando ferramenta metodológica sobre os tipos de trabalhos acadêmicos, a discente monitora explana em uma das aulas as Normas de ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sob orientação da docente titular da disciplina, a qual foi ministrada no laboratório de informática da UNEB, desenvolvendo desse modo uma interação da monitora com os alunos e conseqüentes identificações acerca das aptidões à docência.

APRENDENDO A LER A MIM MESMA

“Prepare seu coração pra as coisas que eu vou contar, eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão e posso não te agradar”.³¹

Leitoras(es), trago, do verbo trazer, essa música que me faz reviver todos os dias. Suponho que você já a escutou e devo ressaltar que aos meus ouvidos está murmura como um hino, como uma canção de desobediência, talvez de cisma, esperança, e é disso que essa pesquisa se trata. Esse capítulo tem como intuito resgatar o véu do pensamento – educação – diante da minha trajetória.

Diante disso, desde criança me ensinaram que a educação é a principal arma que obtemos para que possamos resistir, lutar, sermos e ocupar qualquer lugar, desde então, nunca por sequer um instante discordei do que haviam me dito, confesso que faço questão de lembrá-la sempre para continuar seguindo com os meus objetivos.

Ao nascer, meus pais foram morar em outra cidade, anos depois retornamos para a minha cidade natal, no ano de 2007 quando tinha 11 anos, mas antes disso foram longos anos de muita viagem, indo e voltando à passeio. Por isso, meu primeiro contato com o mundo da educação escolar foi aos 5 anos quando minha mãe resolveu me matricular ainda em uma creche e aos 6 anos em uma escola. Lembro que os primeiros dias foram bastante assustadores e ao mesmo tempo cheio de encanto. Mas não demorou para me acostumar com a nova rotina, e

³¹ Estrofe da música *Disparada*, cantada por Geraldo Vandré (1966 1966). É possível ver a letra pelo link: <https://www.cifraclub.com.br/geraldo-vandredre/disparada/letra/>

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
supreendentemente, não sentir tanta dificuldade com os conteúdos.

É oportuno nesse momento salientar que, nome da minha primeira professora era Adriana, uma docente extremamente paciente, doce e leve, que me conquistou com tanto carinho, e embora não tenha concluído aquele primeiro ano escolar com ela, seu legado fora disseminado, ela despertara em mim uma imensa vontade de ser e fazer educação com tanto amor. Paulo Freire (2015) diz que, a educação é um ato de amor, bem como um ato de muita coragem, pois não nos basta ter apenas o amor se não tivermos coragem para lidar com tantos desafios. Assim, ao longo desses anos tive várias professoras(es) e de cada um aprendi que fazer educação é umas das atividades mais difíceis, porém, a mais lindas de todas e se faz através da solidariedade, além disso, que cada dia ser educador é ter certeza que em 24 horas muitos desafios vão surgir. Foi assim que me desfie bem pequena que, independentemente do curso de graduação que fizesse iria exercer o exercício da docência.

No ano de 2014 prestei o meu primeiro vestibular, a primeira opção letras vernáculas e a segunda, pedagogia, ainda estava cursando o 3º ano do ensino médio, feliz e confiante que poderia passar. No entanto, este ano fora marcado por diversas dificuldades, perdi as aulas do primeiro semestre devido a um acidente. Neste período aprendi que nem sempre iremos encontrar pessoas empáticas ou até mesmo que os profissionais da área que você quer seguir terá atitudes que você julga como correta. Uma professora da época, que até hoje é uma inspiração enquanto profissional, disse-me que era uma perda de tempo prestar vestibular visto que passei tanto tempo longe das salas de aula. Ouvir estas palavras de alguém que você admira é desconfortável e desmotivador ao ponto que você não consiga olhar o resultando do vestibular com medo do pré-julgamento e até da auto cobrança que fazemos em nós mesmos.

Cerca de dois anos depois, percebi que estava deixando um sonho de lado, e como diz Paulo Freire (2015), não poderia deixar que ditassem minha presença no mundo, afinal, a minha presença no mundo não é sobre quem se adapta a ele, mas sim, a quem nele se insere. Portanto, resolvi novamente prestar um novo vestibular. Desta vez, a primeira opção foi o curso Bacharelado em Administração e a segunda, Letras Vernáculas, novamente. O medo e a insegurança um dia antes do resultado se fazia presente como de anos atrás, a ansiedade a flor da pele e múltiplos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
pensamentos se por caso o regulado não fosse o esperado, mas uma ligação
desesperada de uma amiga dizia: “O seu sonho precisa continuar”.

O curso escolhido administração, conhecido por muitos com o curso de “quem
não sabe o que quer fazer administração”, não sei bem se esse foi o meu caso, mas
estava pronta para iniciar uma nova etapa que se iniciava no segundo semestre do
ano de 2016, um universo novo, cheios de pessoas de culturas e ideologias
diferentes, sem falar na maturidade e imaturidade de cada um, mas um universo que
todos desejam uma única coisa, ser quem quiser ser.

Aprendendo a ler a mim mesma, surge quando mais uma vez não encontro
forças para lutar em busca de quem sou e de quem quero ser, afinal educação é
umas das atividades que lhe exige coragem e em mim só tinha amor, o que não era
o suficiente para dar continuidade. As decepções, as dúvidas foram surgindo e eu já
não sabia mais o que fazer, não me enxergava mais no curso e muito menos se a
docência continuava a fazer parte de mim, uma vez que, eu não me via em nenhuma
outra profissão, mesmo assim optei em continuar.

Assim, passaram-se dois anos, cheios de frustrações, de incertezas e com o
sentimento de que a educação havia sido codificada. O início de mais um período, o
considerado o mais tenso de todos, o 5º semestre, eis que uma nova docente chega
para ensinar a minha turma, o seu nome, Adriana, e com ela veio à esperança, a
leveza do que é ser e fazer educação, que vai sendo confirmada em cada aula o seu
amor e o quanto ela acredita na educação, reanimando minha coragem, a confiar
mais em mim e não desistir do acredito, a educação.

Freire (2015) diz que às vezes não temos a dimensão do que se pode passar
a representar na vida de um aluno (a) um gesto simples do professor. Contudo, foi o
amor, o acreditar na educação que se construiu uma relação mútua de aluna-
professora, que a fez perceber em mim a capacidade de participar, de querer
disponibilizar conhecimento, assim me fazendo o convite em ser monitora voluntária
da sua disciplina.

Esse convite me permitiu, além da experiência, a enorme satisfação em ser
monitora voluntária, bem como ter a oportunidade de aprender mais sobre a
importância de se fazer e como se faz ciência, tendo como orientadora alguém que
acredita em mim, assim como permitindo vivenciar o exercício da docência, a
desenvolver e ensinar habilidades, para, além disso, proporcionando ter a certeza

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO sobre o meu futuro profissional. Devo dizer que tal experiência foi um importante troca de conhecimento entre ambas, o qual me mostrou que ainda tenho muita coisa a aprender, mas é isso que a educação é, uma construção de conhecimento e só são válidas quando se existe troca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A monitoria é uma experiência que proporciona aos discentes desenvolver habilidades intrínsecas à docência, bem como participar do processo de ensino aprendido dos alunos monitorados e assim, facilitar a comunicação entre aluno-professor. Nesta perspectiva, a maioria voluntária exerce um papel além de auxiliar o (a) professor (a) titular da disciplina em sala de aula e atividade extracelular.

Conforme Matoso (2014), às experiências ao desenvolver a monitoria possibilita ao monitor (a) consolidar as práticas de aprendizado, compromisso, responsabilidade, respeito e dedicação que são pontos essenciais para a formação acadêmica. Logo, a monitoria possibilita uma grande escala de melhoria no aprendizado dos alunos, sendo este o mecanismo de grande importância para aprimorar conteúdos que são abordados dentro da disciplina facilitando a aplicabilidade dos conhecimentos para os alunos monitorados, assim como para o discente monitor (a), com o auxílio extraclasse.

Frison e Moraes (2010) ressaltam que a prática da monitoria possibilita ao discente monitor (a) de se tornar mais autônomo e, conseqüentemente, se posicionar frente às determinadas situações referentes ao aprendizado. Desse modo, a monitoria permite que o monitor (a) discente viva a experiência do exercício da docência na universidade, onde aprende a lidar na prática com a turma, bem como tirar dúvidas no início do curso de graduação.

A monitoria voluntária desenvolvida na disciplina de MCTC foi realizada por partes, a princípio a docente titular me apresentou como monitora para a turma juntamente com os meus contatos (WhatsApp e e-mail) em caso de dúvidas sobre as aulas. Desse modo, no início da disciplina optei por fazer algumas observações, com o intuito de conhecer a turma, à vista que os alunos monitorados tenham personalidades distintas, sendo uns mais flexíveis e outros mais rígidos. Essas observações serviram de oportunidade para serem usadas no decorrer das aulas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO utilizando como estratégias para disseminar meus conhecimentos para como lidar com cada aluno.

A professora da disciplina no decorrer das aulas solicitou leituras de capítulos de livros e artigos referentes à área de metodologia do trabalho científico, onde foram surgindo algumas dúvidas entre os alunos (as), permitindo que os mesmos me procurassem para esclarecer tais dúvidas, sob a supervisão da professora orientadora. Assim, com base nos planos de aula da professora, foi sugerido por ela que eu também pudesse, juntamente com ela ministra uma aula sobre os tipos de trabalhos acadêmicos, tendo a minha participação sobre o conteúdo das Normas da ABNT. Neste momento, pude experimentar o ser docente, assim além da aprendizagem dentro do conteúdo da disciplina, foi solicitado aos alunos que fizessem uma resenha crítica sobre um Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, apresentados na própria universidade, sendo que foram sugeridos três títulos diferentes para que escolhessem o qual mais se identificavam. Assim, nesta atividade como requisito parcial para a segunda nota os auxiliei esclarecendo objeções.

A partir deste mesmo trabalho foi realizada uma discussão em sala de aula sobre os referentes trabalhos de conclusão, com base no que foi explanado na resenha crítica. Neste momento de argumentação entre os discentes foi possível notar mais um ponto importante sobre a monitoria voluntária, a oportunidade de olhar de outro ângulo ainda no papel de aluna que ser docente é entendermos que ensinar vai além do repassar conhecimento, é o aprender ensinando.

Dessa forma, a monitoria voluntária me permitiu adquirir mais conhecimento na área acadêmica, bem como o entendimento sobre as metodologias, normas e demais conteúdo referente à disciplina, além disso, me possibilitou a conquista de uma boa relação interpessoal com os discentes, por meio de orientações em sala de aula e encontros para esclarecimentos, ressaltando que, os mesmos são meus colegas da graduação. Ainda foi possível acompanhar de perto a prática da docência, métodos de ensino que serviram de experiência e aprendizado para a minha carreira acadêmica e profissional, bem como a identificação das aptidões à docência.

CONCLUSÃO

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A monitoria no ensino de graduação tem sido uma ferramenta utilizada com o intuito de colocar e oportunizar aos discentes a realidade a qual está inserido e que, futuramente poderá atuar se seu objetivo for estar inserido na área de educação, para, além disso, é uma forma de melhorar a formação acadêmica.

Desse modo, pôde-se perceber que a prática da monitoria voluntária é uma troca de conhecimento entre aluno-aluno e aluno-professor, uma vez que, a monitoria é uma experiência bastante significativa para a formação do (a) discente-monitor (a), bem como para o discente monitorado. Assim é evidente que monitoria foi e é uma oportunidade de grande notoriedade para os acadêmicos, pois é a partir deste que o discente tem a autonomia para buscar desenvolver suas habilidades para a docência. À vista disto, as atividades desenvolvidas por estes ficarão marcadas no intelecto de quem tenha vivenciando essa realidade.

A partir destas ações os mesmos poderão desenvolver atividades didático-pedagógicas que proporcionam conhecimento sobre o processo ensino aprendizagem ao monitor, bem como o aprimoramento de conhecimento da disciplina e, conseqüentemente auxiliar na melhora da aprendizagem dos alunos, aumentando o interesse do aluno-monitor pela carreira de educador.

Contudo, no instante em que o aluno (a) se dispõe às atividades de monitoria precisa estar sempre se atualizando sobre os conteúdos do referente disciplina, para que o (a) mesmo (a) seja capaz de passar segurança e domínio nas atividades com os monitorados, assim passando a ser um agente ativo na procura pelo conhecimento e colaborando no processo de ensino aprendizagem.

Nesta perspectiva, os monitorados por sua vez, têm a oportunidade de tirar dúvidas referentes às aulas, assim como rever o conteúdo aplicado em sala de aula, o que lhe permite desenvolver um grau maior de aprendizado dos conteúdos. Deste modo, é perceptível a importância da monitoria e como o seu uso pode ser usado como instrumento didático-pedagógico no processo de ensino e aprendizagem em qualquer curso de graduação.

Por fim, a monitoria voluntária me permitiu vivenciar uma experiência bastante significativa, que contribuíram para meu progresso acadêmico, bem como meu crescimento e amadurecimento como discente a partir do contato direto das experiências conquistadas. Além disso, pude participar do processo de ensino que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contemplem os conteúdos da metodologia científica que é enriquecedor, pois me possibilitou vivenciar e perceber o valor do exercício docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Senado Federal, Lei Federal nº 5540, de 28 de novembro de 1968.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – 51ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FRISON, L. M. B.; MORAES, M. A. C. **As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes.** Poiesis Pedagógicas, Catalão, v. 8, n. 2, 2010.

LIRA, M. O; NASCIMENTO D. Q; SILVA, G. C. L; MANAN, A. S. **Contribuições da monitoria acadêmica para o processo de formação inicial docente de Licenciados em Ciências Biológicas da UEPB.** II Congresso Nacional (ISSN 2358-8829) – Campina Grande, out. 2015.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATOSO, L. M. L. A Importância da Monitoria na Formação Acadêmica do Monitor: um Relato de Experiência. In: **Revista Científica da Escola da Saúde.** Repositório Científico, 2013.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL: DISCUSSÃO SOBRE O EFEITO PÓS PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Janine Carvalho dos Santos¹
Universidade do Estado da Bahia
janinecarvalho30@gmail.com
Maria da Paz de Jesus
Universidade do Estado da Bahia
mprodrigues@uneb.br

RESUMO

Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida, referente às políticas de habitação, em específico o Conjunto habitacional Casulo que fica localizado a um bairro às margens da Ba-120 com um distanciamento a cidade de Conceição do Coité. O objetivo é avaliar o conjunto habitacional, após algum tempo da chegada do Programa Minha Casa Minha Vida, já que esse foi o primeiro conjunto habitacional a ser entregue na cidade. Com avaliação procura-se observar a inserção social desse conjunto na cidade, se há infraestrutura adequada e mais adiante dessa pesquisa, saber se os moradores estão satisfeitos com as condições em que foram inseridos nos conjuntos e a situação atual. O embasamento teórico buscou teóricos da geografia, discutindo acerca da questão urbana, Corrêa e Carlos, além das autoras Moura e Ferreira que estão inseridas na investigação do cenário pós PMCMV. Como se trata de uma pesquisa em andamento, ainda não há resultado e conclusões, mas é um espaço que foi inalterado por 11 anos pelo poder público e apenas neste momento está em obras para pavimentação das ruas.

Palavras-chave: políticas habitacionais; programa minha casa minha vida; direitos a cidade.

INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos nas cidades brasileiras possuem dinâmicas específicas, de modo que espaços próximos ao centro possuem valor imobiliário elevado, essa realidade faz com que a população de menor poder aquisitivo se refugie em áreas que são afastadas de serviços públicos e áreas que não são os principais focos de interesse dos promotores imobiliários, que também atuam afastados do centro, porém articulam os espaços para fazer funcionar seus empreendimentos com base na lógica da terra como valor de troca, e adotam estratégias de marketing para difundir ideias sobre as vantagens de morar em um lugar tranquilo e silencioso,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO longe da agitação do centro da cidade. Esses espaços seriam vistos como áreas periféricas se fosse levar em conta a distância do centro, mas mesmo afastados, são áreas que recebem uma infraestrutura com rede de serviços, nesse caso, a uma participação do Estado, em colaboração com os agentes imobiliários, fazendo as instalações nesses pontos estratégicos. Essas construções são condomínios destinados à classe média alta. Para Corrêa (2004) esses espaços são periferias com amenidades, pois o autor entende que esses bairros, com o distanciamento do centro, seriam caracterizados como espaços periféricos, mas ao concentrar uma pequena população com maior renda na construção de um bairro seletivo, com a construção de casas luxuosas, então, o autor usa o termo para esses locais de ex periferias urbanas enobrecidas.

Então, quando o setor imobiliário se utiliza de espaços que por muito tempo eram vistos como periféricos, esses espaços passam a ter uma valorização fundiária e alteram suas formas de organização. Deixam de ser espaços, nos quais as classes de menor poder aquisitivo eram excluídas do resto da sociedade. Para essas famílias os únicos espaços que restam são espaços que foram deteriorados, aqueles onde os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância das "zonas privilegiadas" da cidade, onde há possibilidade de autoconstrução, ou seja, de casas construídas em mutirão. (Carlos, 1994.).

Dessa forma, as desigualdades nos espaços refletem na pobreza, fazendo com que o número de famílias brasileiras que não possuem moradia seja alto, e esse problema da moradia afeta diretamente essas famílias de menor renda. Diante disso, para buscar maneiras de minimizar o déficit habitacional brasileiro, o Estado, em ação federal, tem criado ao longo dos anos políticas nacionais de habitação que buscasse suprir as famílias no que se refere à necessidade de moradias. Conforme documento publicado pela Caixa Econômica Federal em 2012, destaca que o déficit habitacional não se encaixa apenas para pessoas que não possuem moradias, mas engloba um grupo de pessoas que não possuem moradia, pessoas que habitam em moradias precárias e moradias em áreas de risco e vulnerabilidades como deslizamentos e enchentes.

A primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional de abrangência nacional com objetivos e metas definidos, fontes de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento ocorreu em 1964, com a edição da lei nº 4.380/64. Esta lei instituiu o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Sistema Financeiro de Habitação - SFH, o Banco Nacional da Habitação - BNH e a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, dentre outras medidas. (Caixa, 2012, p.11).

Essa foi a primeira iniciativa do governo na elaboração de políticas habitacionais de moradia através de financiamentos, voltados a famílias de baixa e média renda, já com metas definidas sobre as fontes para esses financiamentos. Segundo a Caixa (2012), além de garantir acesso à moradia própria, a iniciativa ainda desenvolvia a economia através do setor de construção pela iniciativa pública e privada. O documento da Caixa (2012) sobre as demandas habitacionais continua dizendo que nas metas de financiamento definidas, os recursos foram extraídos do Sistema Nacional financeiro proveniente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. A forma de financiamento utilizando o FGTS, foi o mesmo adotado durante o Governo Lula durante suas primeiras gestões (2003-2010) para suprir o déficit habitacional na criação de políticas nacionais de habitação. Mas, antes de fazer referências sobre as medidas adotadas por esse Governo, é importante lembrar que o BNH foi extinto em novembro de 1986, o que foi gerado após um desequilíbrio do SFH, devido à crise iniciada nos anos 1970, o que ocasionou desemprego e queda de salários. (Caixa,2012).

Após a extinção do BNH, o país só veio a iniciar uma política de habitação com grande impacto durante o primeiro mandato do atual presidente Lula que buscou atuações que fossem significativas para diminuir o déficit habitacional.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 é considerada o ponto de partida para a solução dos problemas advindos do processo de urbanização, como a falta de moradia, saneamento urbano e os assentamentos precários. A criação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) representou um importante marco no que se refere ao setor habitacional, uma vez que em 2004 foi lançada uma nova Política Nacional de Habitação (PNH), responsável pela criação e organização do PlanHab.(Moura; Ferreira, 2015, p.2)

Essa iniciativa que buscava moradia digna às famílias brasileiras só foi possível após medidas de avanços no setor macroeconômico brasileiro, pois medidas foram tomadas para que mais pessoas tivessem acesso ao crédito com mais facilidade e melhoria de renda da população. Procurando promover, uma articulação com as demais políticas públicas e com os órgãos e as entidades

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO direcionados para o desenvolvimento urbano, regional e social, visando à universalização do acesso à moradia, incluída a rural. (Ministério das cidades,2023).

Os Programas do Sistema de Habitação de Interesse Social contemplam ações de urbanização de favelas, realocação de famílias em áreas de risco, alagados, cortiços, etc . São utilizados recursos originários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Orçamento Geral da União OGU. (Caixa, 2012).

Então, créditos foram criados para atender a população média alta, por meios de Construtoras e também um sistema que oferecesse a população média baixa.

Nesta linha de atuação, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi um marco criado no governo, para driblar a crise internacional de 2008, que poderia afetar o desenvolvimento do país, que estava em ritmo de crescimento. Dessa forma, a criação do PMCMV, operado pela CAIXA, além de atender uma demanda do PlanHab, estimulou o setor de construção em território nacional. Outros benefícios do programa segundo o Ministério das Cidades (2023), é gerar trabalho e renda, promover o desenvolvimento econômico e social e ampliar a qualidade de vida da população. Dessa maneira, as habitações podem ser oferecidas sob forma de concessão, doação, locação, comodato, arrendamento ou venda, mediante financiamento ou não. Essas são as seguintes condições para atender os requisitos do programa:

“ - Famílias que tenham uma mulher como responsável pela unidade familiar. - Famílias que tenham na composição familiar pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes » Famílias em situação de risco e vulnerabilidade - Famílias em áreas em situação de emergência ou de calamidade. - Famílias em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais. - Famílias em situação de rua. (Ministério das cidades, Programa minha casa minha vida,2023). ”

Além dos requisitos mencionados acima, a prioridade das moradias é para as mulheres e a família precisa ter renda de 0 a 3 salários mínimos. Esse programa além de construir moradias durante o governo Lula, continuou na gestão da Presidente Dilma (2011-2016) a qual fazia parte do PT(Partido dos Trabalhadores), mesmo partido pertencente a Lula. O programa criou moradias através de conjuntos habitacionais em grande parte do território nacional, com parceria entre o Estado nas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
3 esferas, sendo eles federal, estadual e municipal. O PMCV ganhou vida através dos recursos disponibilizados principalmente no federal e estadual, já o município além de investir é o setor político que vai colocar em prática a construção de moradias. Nesse papel, o município é responsável pela compra do terreno, cadastro da população através da Secretaria de Assistência Social, contratar a construtora responsável pela obra e entregar as moradias. Ainda sobre o PMCMV, Moura e Ferreira (2015) destacam as diretrizes gerais do programa:

Salienta-se que a Portaria nº 435 de outubro de 2011 estabelece ao PMCMV diretrizes gerais tais como,
a) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias; b) provisão habitacional em consonância com os planos diretores, municipais, garantindo sustentabilidade social, econômica e ambiental aos projetos de maneira integrada a outras intervenções ou programas da União e demais esferas do governo; c) criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, especialmente por meio da cadeia produtiva da construção civil; d) promoção de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso por pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e idoso, conforme disposto no art. 73 da Lei 11.977/2009. (Moura; Ferreira, 2015, p.73).

Então, a partir das diretrizes mencionadas se faz necessário entender que, além da moradia, o programa deve proporcionar às famílias de classe média baixa, uma vida de qualidade e digna. Dessa forma, se faz necessário a existência dos programas habitacionais para suprir a necessidade da grande parte da população brasileira, além de ser um direito constitucional o direito à moradia, é essencial que a população que foi negligenciada durante vários períodos do Brasil, se sinta pertencente a cidade.

Ao destacar a parte negativa referente ao programa, primeiro é necessário destacar a exclusão social que ocorre na produção desses espaços, são escolhidos terrenos afastados do centro urbano da cidade e esses locais são promovidos a perímetro urbano sem haver uma infraestrutura incorporada. A distância que permeia esses locais, após a entrega das moradias a exclusão socioespacial se destaca, onde os residentes dos conjuntos são vistos como inferiores e marginalizados. Diante do que já foi mencionado, além de viver com estereótipos negativos, as famílias ainda vivem com dificuldades de acesso a serviços básicos, sem áreas de lazer, áreas de práticas de esporte ou áreas verdes. E quando há um

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO desses serviços é deteriorado com o tempo por não possuir manutenção por parte do município.

A pesquisa que fundamenta esse artigo, ainda se encontra em fase de andamento, e vai avaliar um conjunto habitacional em Conceição do Coité, buscando tecer análises em um cenário de pós entrega das moradias, para uma avaliação direcionada para saber quais medidas tomadas pelo município foram realizadas neste conjunto. Se buscará investigar ainda se essa ascensão a direitos básicos e uma relação de pertencimento existem para a população e se o conjunto atende infra-estrutura básica, áreas de lazer, áreas de esporte e áreas verdes.

BASE TEÓRICA

A fundamentação teórica na escrita deste trabalho, buscou teóricos da geografia, que discute acerca da questão urbana, um cenário que é presente no cotidiano de boa parte dos brasileiros, que habitam ou migram para trabalhar na cidade, um local em que a fragmentação espacial é visível pela população, mas sem o olhar crítico, que tudo se justificar por uma resposta, se o mundo já era assim, então necessariamente a lógica é permanecer dessa forma. Corrêa e Carlos abordam, que os espaço urbano é um reflexo tanto de ações que realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente, isso porque o modo como a sociedade vive hoje é determinado pelo modo como o capital se reproduz, uma reprodução que fragmenta e articula o espaço urbano. Trata-se de uma fragmentação espacial, em que o solo é uma mercadoria para aqueles responsáveis pela produção do espaço, que são o Estado, proprietários fundiários e promotores imobiliários, em que na maioria das vezes suas ações são articuladas.

Então dessa maneira, moram em melhores condições de espaço aqueles que detém o capital, em que são planejadas as localizações na cidade que vão receber boa parte dos serviços, áreas de lazer e comércio. Para o resto da população são destinados espaços deteriorados. Portanto, não há muitas opções em áreas de moradia a grande parte das famílias que não ganha o suficiente para despesas básicas, seu refúgio é encontrar aluguéis de valores abaixo do preço em áreas afastadas e pequenos espaços na residência ou se refugiando em áreas de risco.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Também foi necessário a utilização do site do Gov.com e do Documento de demandas habitacionais da Caixa Econômica para um detalhamento das medidas que foram tomadas por alguns governos sobre a política de habitação nacional, e ainda explicar de que forma essas medidas são feitas através dos programas habitacionais.

Por fim, foi utilizado na construção dessa pesquisa o artigo "PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO: ATUAL CENÁRIO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA" de Gerusa Gonçalves Moura e Leilaine de Fátima Ferreira que é a referência que mais se aproxima no objetivo na construção desse trabalho, que trata detalhamento referente às medidas através das políticas de habitação, além de analisar espaços após a instalação dos conjuntos habitacionais em particularidades na discussão das autoras relacionado ao PMCMV.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

Conceição do Coité é o município em que tem como uma das principais atividades econômicas a utilização do sisal, em um processo de plantio e extração da fibra, que é destinado a importação. Além dessa atividade econômica, a cidade concentra boa parte do comércio no centro, o que facilita quando a população de alguns municípios se locomove para cá visto a variedade de lojas e produtos de diferentes tipos, diversidade em serviços de saúde e de agências bancárias. Então se nota que é uma cidade em que gira o capital bem rápido devido essa demanda, ocasionando um desenvolvimento na cidade que a cada dia vai buscar novas necessidades. O projeto casulo que fica localizado em Conceição do Coité, se trata do primeiro conjunto habitacional do PMCMV instalado na cidade. Esse conjunto habitacional é localizado ao redor das casas populares, uma área com distanciamento do centro que foi construída casas através de um mutirão, concentrando a população de renda média baixa, então ao se analisar o local após a instalação é constar se o casulo apresenta alguma evolução espacial por ser um programa derivado do MCMV, porque o que dá a entender é um descaso do Estado em relação aos residentes daquela área, o município construiu o conjunto habitacional em um local em um local que não havia calçamento, nem medidas para inserção social da população. Então, ao observar um conjunto habitacional dentro de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO uma cidade que está em constante desenvolvimento, surgiu o interesse em observar se esse desenvolvimento ocorre de forma em que reflita na parte da classe mais baixa. Ao observar o conjunto habitacional o Casulo, como é conhecido, se nota outra face de uma cidade que atende a demanda de tantos municípios, mas não é responsável por produzir um grande impacto em desenvolvimento social dentro desse espaço.

A metodologia até o momento da pesquisa, foi através de pesquisas bibliográficas/revisão de leitura, através de publicações de outros autores que fazem discussão referente ao PMCMV. Além de uma observação em campo, no qual se foi utilizado a imagens para fazer a comprovação do que foi apontado. Em uma próxima etapa dessa pesquisa, se busca seguir com as pesquisas bibliográficas /revisão de literatura, mais observações no campo e entrevistas para fazer a análise do Casulo após a instalação, para saber se os moradores estão satisfeitos com as atuais condições que estão inseridos nos conjuntos ou se conhecem os seus direitos além do direito à habitação que constam nas diretrizes do PMCMV.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de realizar uma discussão acerca da temática, é importante salientar que esse é um recorte de uma pesquisa em andamento referente a uma avaliação do pós-instalação dos conjuntos habitacionais do PMCMV.

Através de pesquisas bibliográficas, foi possível ver que a existência do programa foi um marco brasileiro que permitiu a construção de milhares de moradias, para pessoas que pagavam aluguel ou moravam em situação de risco.

Mas, a realidade é que as moradias são construídas em espaços que não possuem infraestrutura e não integram essa classe social como parte da cidade, mesmo sendo caracterizada muitas vezes de perímetro urbano. As imagens abaixo exemplificam o cenário de um conjunto habitacional do município de Conceição do Coité que é chamado de Projeto Casulo com um comparativo do conjunto de quando foi instalado e as mudanças do local até os dias atuais.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Imagem 1: Entrega das moradias do Projeto Casulo - Conceição do Coité/Ba



Fonte: Calila Notícias, 2011.

Imagem 2: Após 11 anos de entrega do Projeto Casulo - Conceição do Coité/Ba



Fonte: Autor, 2022.

Imagem 3: Ruas em processo de pavimentação - Bairro Casulo - Conceição do Coité



Fonte: Autor, 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

As imagens apresentadas discorrem um cenário de um bairro de Conceição do Coité, local onde já possuía casas que foram construídas através de mutirão pelos moradores no espaço conhecido como Casas Populares, o conjunto habitacional casulo foi inserido nesse espaço.

Ao avaliar as imagens, elas descrevem que alterações são encontradas nesse conjunto habitacional, onde é possível ver que a única diferença entre as imagens 1 e 2, são alterações na estrutura das casas que passaram a ter muros de proteção e algumas foram ampliadas. Em relação às ruas, é possível ver que mesmo em um intervalo de 11 anos, as ruas não possuem calçamento e nem asfalto, uma problemática em que se torna difícil a passagem em dias de chuva pelos pontos de alagamento, dificultando a passagem das pessoas, principalmente crianças e idosos. Já na terceira imagem, demonstra uma mudança de cenário após uma mudança de gestão municipal, após a derrota do antigo gestor. Na imagem 3, as ruas do Casulo estão em processo de implantação de asfalto.

O local onde foi inserido o conjunto habitacional possui uma unidade de posto de saúde, uma escola que atendia o Ensino Fundamental I e II completos e uma creche, atualmente só possui o fundamental 1 e uma creche que funciona no espaço da escola. Foi prometido em uma entrevista de balanço de gestão da prefeitura de Conceição do Coité no dia 5 de abril de 2023, que o bairro ganharia um espaço próprio para funcionamento da creche. A construção da creche visa atender um maior número de crianças em um espaço mais adequado no modelo de estrutura padrão, já que os espaços da atual creche que funciona na escola são pequenos e não é suficiente para atender a demanda do número alto de mães, já que a creche atende além do Casulo, as casas antigas do bairro, o conjunto habitacional conhecido por Mário da Caixa e atende a demanda das famílias que moram em áreas rurais do entorno do bairro. Já se passaram 6 meses da promessa da creche, e até o momento nenhuma obra foi iniciada no bairro casas populares com esse intuito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

É necessário defender a existência dos programas habitacionais, principalmente do então programa MCVV que retorna agora com a terceira gestão do Governo Lula. Porém, defender a existência do programa habitacional não significa que o programa na prática esteja realizando o que foi proposto em seu projeto de facilitar a habitação para a camada mais pobre da população. O programa foi responsável por entregar milhares de moradias em todo o país, mas também é responsável por promover uma exclusão da camada mais pobre da população que teve toda sua geração negada pelo direito à cidade. Pode se justificar com o fato de que o centro da cidade não teria espaço o suficiente para atender a demanda das moradias dos conjuntos, mas o direito à cidade não significa apenas colocar essa população no centro urbano, e sim fazer com que os moradores pertençam a cidade de modo em que haja uma infraestrutura nos conjuntos habitacionais, para atender os serviços básicos de educação, saúde e acesso a transporte público.

Ao contrário disso, os conjuntos habitacionais reforçam um cenário de exclusão social nos espaços construídos destinados a pessoas de 0 a 3 salários mínimos, onde reforça a exclusão socioeconômica a essa classe. Diante disso, se faz necessário ajustes na execução do PMCMV, para haver direitos à moradia, mas também à integração social dos direitos à cidade.

A respeito do conjunto habitacional escolhido para embasar as análises dessa pesquisa, se nota que passou por longos anos sem nenhuma alteração na estrutura por parte do poder público. Após a mudança de partido na gestão municipal algumas mudanças estão sendo realizadas, resta saber se o bairro continuará tendo atenção se ocorrer uma possível reeleição. Além disso, durante a realização da pesquisa se buscará averiguar se as pessoas se sentem inseridas na comunidade e tem noção dos seus direitos como população e como contemplados do programa estão sendo atendidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Competências da Secretaria Nacional de Habitação. Ministério das Cidades**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias/competencias-das-secretarias/competencias-da-secretaria-nacional-de-habitacao>. Acesso 4 nov, 2023.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
_____. **Programa minha casa, minha vida.** Ministério das Cidades. 2023.

Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 04, nov,2023.

CARLOS, Ana Fani. **A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.** 1º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

DEMANDAS HABITACIONAIS, Caixa, 2012, PDF Disponível em:
https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/demanda_habitacional.pdf. Acesso em: 29 de out de 2023.

MOURA, G. G.; FERREIRA, L. de F. **Plano nacional de habilitação:** atual cenário do programa minha casa minha vida. CaderNAU, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 65–80, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4832>. Acesso em: 4 nov. 2023.

ESTUDANTES CAMPONESAS/ES NA ESCOLA URBANA: SOBRE DESAFIOS E RUPTURAS

Iara Neres da Silva³²
Telma Regina Batista Nascimento³³
UNEB

RESUMO

Através desse artigo, me debrucei sobre os desafios vivenciados por jovens camponesas/es na luta pela escolarização. Para tanto, tomei como referência o seguinte problema: As/os jovens camponesas/es conseguem acesso a escolarização em suas próprias comunidades? Quais os possíveis desafios enfrentados por essas/es jovens camponesas/es para acessar a escola? Como esses jovens lidam com esses desafios? O objetivo geral ficou assim demarcado: Desenvolver um estudo sobre como se dá o acesso a escolarização de jovens camponesas e camponeses, discutindo os possíveis desafios daí decorrentes; bem como as prováveis formas de enfrentamento construídas por essas/es jovens em tal contexto. E os específicos: discutir o acesso as escolas urbanas como forma de garantir o acesso a escolarização; identificar se estas/es estudantes camponesas/es sofrem preconceito nas escolas urbanas e possíveis formas de enfrentamento a ele. Para fundamentar este trabalho, consultei autores como: Holanda (1995); Oliveira (2015); Santos (2009); Fagundes (2019); Fernandes (1995); Pegoretti (2004); Akaishi (2013); Silva (2020); entre outros. Quanto a metodologia, consultei autoras/es como Gil (1999), Marconi e Lakatos (2002), Laville e Dionne (2010); entre outros. E, optei pela abordagem qualitativa e pesquisa de campo. Onde, os principais instrumentos mediadores da coleta de informação foram questionário via Google forms e entrevista semiestruturada. Tive como colaboradores quatros estudantes oriundos do campo, matriculados em uma escola urbana, na etapa do Ensino Médio do município de Água Fria- Ba; sendo estas duas meninas e dois meninos. Tendo em vista a análise das informações coletadas em campo, concluí pela existência do preconceito na escola urbana. Mas que este, é por vezes minimizado pelas/os estudantes camponesas/es, como forma de não entrar em confronto e se sentirem incluídos no contexto da escola urbana. O estudo também demonstrou o papel da referência familiar na identificação dos jovens com o campo. Outros aspectos importantes foram os desafios representados pelo fechamento das escolas em comunidades camponesas; as longas distâncias percorridas a pé em razão da falta e/ou precarização dos transportes para chegar à escola; mais a falta de acesso à internet como obstáculos a escolarização dessas/es jovens. A partir desses elementos tive como compreender o motivo pelo qual a grande maioria deles tenham demonstrado uma considerável inclinação para vida no contexto urbano. Bem como, constatar que no âmbito das rupturas com o contexto de desafios vividos

³² Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XI/ Serrinha-BA. Yaranery5@gmail.com

³³ Professora Doutora do Departamento de Educação- Campus XI/UNEB trbatistian@uneb.br

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO por essas/es jovens camponesas/es na garantia do direito a educação, desponta a relevância das políticas públicas de valorização das/os jovens camponesas/es e da educação no e do campo, proporcionando meios de permanência destas/es no seu lugar de origem, se assim o desejarem.

PALAVRAS-CHAVE: jovens camponesas/es; escolarização; desafios; rupturas.

RESUMEN

A través de este artículo, me centré en los desafíos vividos por los jóvenes campesinos en la lucha por la escolarización. Para ello tomé como referencia el siguiente problema: ¿Las jóvenes campesinas tienen acceso a la escolarización en sus propias comunidades? ¿Cuáles son los posibles desafíos que enfrentan estos jóvenes campesinos para acceder a la escuela? ¿Cómo enfrentan estos jóvenes estos desafíos? El objetivo general se definió de la siguiente manera: Desarrollar un estudio sobre cómo los jóvenes campesinos y campesinas acceden a la escolarización, discutiendo los posibles desafíos derivados de ello; así como las probables formas de afrontamiento construidas por estos jóvenes en dicho contexto. Y las específicas: discutir el acceso a las escuelas urbanas como forma de garantizar el acceso a la escolarización; identificar si estos estudiantes campesinos sufren prejuicios en las escuelas urbanas y posibles formas de enfrentarlo. Para sustentar este trabajo consulté a autores como: Holanda (1995); Oliveira (2015); Santos (2009); Fagundes (2019); Fernandes (1995); Pegoretti (2004); Akaishi (2013); Silva (2020); entre otros. En cuanto a la metodología, consulté a autores como Gil (1999), Marconi e Lakatos (2002), Laville e Dionne (2010); entre otros. Y, opté por el enfoque cualitativo y la investigación de campo. Donde, los principales instrumentos que mediaron en la recolección de la información fueron un cuestionario a través de formularios de Google y una entrevista semiestructurada. Tuve como colaboradores a cuatro alumnos del campo, matriculados en una escuela urbana, en la etapa de bachillerato del municipio de Água Fria-Ba; siendo estos dos niñas y dos niños. Teniendo en cuenta el análisis de la información recolectada en campo, concluí que el prejuicio existe en las escuelas urbanas. Pero que esto a veces es minimizado por los estudiantes campesinos, como una forma de no entrar en confrontación y sentirse incluidos en el contexto de la escuela urbana. El estudio también demostró el papel de la referencia familiar en la identificación de los jóvenes con el campo. Otros aspectos importantes fueron los desafíos que representó el cierre de escuelas en comunidades campesinas; las largas distancias recorridas a pie por la falta y/o precariedad de medios de transporte para llegar a la escuela; más la falta de acceso a internet como obstáculos para la escolarización de estos jóvenes. A partir de estos elementos pude entender por qué la gran mayoría de ellos han mostrado una inclinación considerable hacia la vida en el contexto urbano. Así como verificar que en el marco de las rupturas con el contexto de los desafíos vividos por estas jóvenes campesinas en la garantía del derecho a la educación, la pertinencia de las políticas públicas de valorización de las jóvenes campesinas y la educación en y del campo, proveyendo medios para estas permanecer en su lugar de origen, si así lo desean.

PALABRAS CLAVE: jóvenes campesinos/es; enseñanza; desafíos; rupturas.

INTRODUÇÃO

No Brasil é muito comum os estudantes que moram no campo, precisar se deslocar para o centro da cidade para dar continuidade aos estudos. Isto ocorre devido a uma série de fatores, seja pelo fechamento de escolas ou porque em muitas comunidades quando há escola, atende apenas ao Fundamental I. Para Oliveira (2015) além da falta de escolha para continuar a estudar na sua comunidade, os estudantes são obrigados suportar longas horas no transporte escolar, ferindo o artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Brasil, 1996, p.1), que determinou o direito a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Ainda Segundo Oliveira (2015), os direitos de quem mora no campo são feridos quando ocorre o fechamento de escolas, falta de transporte escolar e falta de políticas públicas de permanência desses jovens na escola. Essa problemática não é diferente no município de Água Fria- BA, onde muitos estudantes precisam se deslocar para a cidade para dar continuidade aos estudos.

Enquanto camponesa, a minha história não foi diferente: passei por muitas dificuldades para garantir escolarização. A qual teve início na primeira série do Ensino Fundamental. Acordava bem cedo e andava longas distâncias para poder pegar o transporte e chegar à escola, que ficava em um povoado chamado Baixio. Essa rotina permaneceu ao longo de todo Ensino Fundamental - enfrentei sol e chuva, retornando para casa só no início da noite. Com a chegada do Ensino Médio, tive que me deslocar para a cidade. Nesse período, outras dificuldades surgiram: necessidade de me adaptar a linguagem, as avaliações e principalmente aos desafios do entrosamento com os estudantes da zona urbana. Os quais, algumas vezes riam por eu estar com a roupa suja de lama devido as chuvas. Ou ainda “brincavam” dizendo que eu falava errado por ser da “roça”. Essa rotina de “brincadeiras”, produziu em mim um bloqueio, onde passei a ter dificuldade em falar em público.

Essa situação só melhorou a partir do segundo ano do Ensino Médio, quando o entrosamento com os colegas aconteceu e as “brincadeiras” foram desaparecendo. Tais acontecimentos marcaram de forma intensa a minha itinerância

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO na Educação Básica. Daí o meu interesse por esse tema relacionado a socialização de jovens camponesas/es em escolas urbanas. Interesse este que ganhou formato investigativo através do seguinte problema: As/os jovens camponesas/es conseguem acesso a escolarização em suas próprias comunidades? Quais os possíveis desafios enfrentados por elas/eles para acessar o direito a educação? Como esses jovens lidam com esses desafios?

Tendo em vista problemática acima descrita, optei pelo seguinte objetivo geral: Desenvolver um estudo sobre como se dá o acesso a escolarização de jovens camponesas e camponeses, discutindo os possíveis desafios daí decorrentes; bem como as prováveis formas de enfrentamento construídas por essas/es jovens em tal contexto. E como objetivos específicos: discutir o acesso as escolas urbanas como forma de garantir o acesso a escolarização; identificar se estas/es estudantes camponesas/es sofrem preconceito nas escolas urbanas e possíveis formas de enfrentamento a ele.

Para concretização deste estudo e estabelecer um diálogo com outras produções, fiz um levantamento do estado da arte no repositório institucional virtual da UNEB- Universidade do Estado da Bahia, onde encontrei os trabalhos de Santos e Silva (2021) intitulado “*Memorial: as dificuldades de migração/deslocamento dos estudantes da zona rural à urbana*”. Este trabalho teve por objetivo analisar as dificuldades vividas por estudantes residentes da zona rural que migram para as instituições de ensino localizadas na zona urbana de Juazeiro-Ba. Realizado em instituições como Instituto Federal da Bahia- IFBA, Colégio estadual Luís Eduardo Magalhães- Modelo e o Colégio estadual Rotary Club- anexo; a pesquisa apontou que não é fácil a realidade vivida pelos jovens pesquisados. Ao relatarem as lutas diárias em busca de uma educação, as/os estudantes apontam os vários desafios enfrentados como estradas de má qualidade, falta de transporte de qualidade, de professores nas escolas do campo e da efetivação da políticas públicas para educação no e do campo.

Outro trabalho consultado foi o de Silva e Santos (2021), intitulado “*O olhar narrativo de alunas da multisseriada: percorrendo caminhos, revelando histórias*”. O qual teve como objetivo central analisar as salas multisseriadas; buscando compreender como se dava o processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva contextualizada no âmbito de classes multisseriadas. Em suas narrativas, as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO professoras revelaram o esforço para realizar uma Educação Contextualizada, mesmo com os livros didáticos totalmente fora do contexto do campo. Um dos aspectos que me chamou atenção no trabalho de Silva e Santos (2021), foi a ênfase nas classes multisseriadas e a sua relevância para evitar o fechamento de escolas no campo. Bem como, prorrogando a necessidade dos estudantes se deslocarem para a cidade para dar continuidade aos estudos.

Com base nesse levantamento, identifiquei que o meu trabalho apresenta um recorte que poderá trazer contribuições ao debate da temática. Dando visibilidade no contexto do município de Água Fria -BA. Pois pode contribuir para o debate dos profissionais da área da educação sobre os conflitos relacionados ao possível preconceito vivido por jovens oriundos do campo. Além de favorecer as discussões no campo das políticas públicas no que diz respeito a realidade destes estudantes que precisam se deslocar diariamente para a escola urbana buscando continuar os estudos, enfrentando não raras vezes, muitas dificuldades.

Como forma de organizar esse trabalho, o estruturei da seguinte forma: introdução fundamentação, metodologia e considerações conclusivas. Na introdução, descrevi os caminhos percorridos para elaboração deste trabalho. Além de apresentar o problema e os objetivos que o nortearam. Na fundamentação discuti as bases históricas e teóricas que embasou o trabalho. Para tanto, recorri aos seguintes autores: Holanda (1995); Oliveira (2015); Santos (2009); Fagundes (2019); Fernandes (1995); Pegoretti (2004); Akaishi (2013); Silva (2020).

Na busca por compreender as indagações em torno da investigação, defini assim o percurso metodológico: abordagem escolhida- qualitativa; pesquisa de campo; instrumentos de coleta de informações - entrevista e questionário. Seção fundamentada em autoras/es como : André (1995), Marconi e Lakatos (2002), Laville e Dionne (2010), Monteiro e Santos (2019). Além de apresentar breve perfil dos colaboradores da pesquisa; mais as análises das informações. Por fim, com base nos fundamentos teóricos e nas análises das informações, teçi as considerações do trabalho.

Espero que este trabalho possa contribuir para com o debate dos profissionais da área da educação a respeito dos desafios enfrentados pelas/os jovens camponesas/es para assegurar o seu direito a educação. Bem como , sensibilizar as/os gestores quanto a necessidade urgente de assegurar não apenas

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO o fortalecimento; como a garantia de uma educação no e do campo.

PROJETO CIVILIZATÓRIO BRASILEIRO E EDUCAÇÃO NO CAMPO: NO CONTEXTO DA CIDADE DE ÁGUA FRIA- BAHIA

A construção histórica brasileira quase sempre enxergou o campo como lugar de atraso e sem perspectiva de vida . E, que a cidade era o lugar desenvolvimento, onde o indivíduo poderia se desenvolver , crescer e enriquecer. Algo que pode ser considerado contraditório, segundo Holanda (1995), uma vez que o estado brasileiro teve suas origens históricas no campo. Pois que ...

“[...]No Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem aos festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral.” (Holanda,1995, p.90)

Os que detinham o poder, de acordo Holanda (1995), nada mais eram do que os grandes fazendeiros que passavam grande parte do tempo em suas fazendas cuidando de suas lavouras ou da criação de animais. A ida cidade só ocorria em casos de extrema necessidade, deixando suas casas na cidade por vezes abandonadas. Portanto...

“Sucedia, assim, que os proprietários se descuidavam freqüentemente de suas habitações urbanas, dedicando todo o zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo e onde podiam receber, com ostentosa generosidade, aos hóspedes e visitantes”. (Holanda,1995, p.90).

Basicamente, foi dessa maneira que se deu a construção histórica brasileira, onde praticamente toda a sua riqueza veio do campo. Segundo Holanda (1995), só após a abolição, os grandes centros passaram a receber uma grande parcela da população rural. Ainda de acordo Holanda (1995), as cidades também receberam os donos de fazendas/senhores de escravos que não tinham mais condições de manter suas propriedades sem o uso trabalho escravo. E, que viram nas cidades um local para manter seu status de grandes senhores, preservando suas riquezas. Nesse sentido, o ano de 1888 representou um marco divisório ...

“[...] entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO assume significado singular e incomparável. Na Monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio." (Holanda, 1995, p.73).

Os grandes donos de terras que dominavam o poder na época, passaram a se adaptar buscando manter seu legado, dominando à política e conseqüentemente todas as posições de mando. Algo possível de se perceber nos dias atuais. Os grandes senhores que permaneceram campo após a abolição da escravatura; instaurada no Brasil por mais de trezentos anos; além de dominar as posições de mando, buscavam meios de enriquecer ainda mais explorado seus trabalhadores. Foi então que surgiu:

"[...] a figura do meeiro, trabalhador que morava nas propriedades dos fazendeiros e vendiam sua força de trabalho em troca de parte da produção. Esses meeiros, ex-escravos, indígenas aldeados e mestiços preparavam a terra, plantavam, cuidavam e colhiam, recebendo parte produção como pagamento. Eram totalmente dependentes dos patrões, geralmente homens brancos e grandes proprietários de terra." (Fagundes, 2019, p.141)

Essa nova forma de exploração fez com que muitos trabalhadores ficassem a mercê desses grandes proprietários de terras. Já que, de acordo com Fagundes (2019), essas pessoas em épocas de seca acabavam vivenciando situações de miséria; que, muitas vezes, os obrigava a migrar para outras regiões do país. Ainda segundo Fagundes (2019), essas relações acabavam por produzir um rural excludente e desigual. Marcado pela concentração da terra nas mãos de uma minoria branca e pela exploração e exclusão de uma maioria negra, indígena e mestiça. O fato é que a luta do povos camponeses pela sobrevivência e pela terra em nosso país não é algo recente. E, que quase sempre foi marcada pela violência e exclusão dos povos do campo:

"Durante toda a história do Brasil, os camponeses, bem como todos os trabalhadores, foram mantidos à margem do poder, por meio da violência. Nos grandes projetos nacionais não foram considerados. Ao contrário, foram julgados como obstáculos que precisavam ser removidos." (Fernandes, 1999, p. 5)

O que acabou causando, a expulsão do povo do campo para a cidade. "Esse

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO *processo gerou uma extraordinária migração rural, por meio da expulsão de 30 milhões de pessoas, entre 1960 - 1980, sendo que 16 milhões migraram somente na década de 70*". (Fernandes, 1999, p. 44). Tal acontecimento, apontou Fernandes (1999), fez com que a cidade passasse a ser considerada um lugar de prosperidade. E, o campo foi sendo deixado de lado, assumindo a condição de lugar de "atraso". O que acabou criando a visão estereotipada do camponês como preguiçoso e sem perspectiva de vida. Segundo Fernandes (1999), a partir daí criou-se uma visão de dependência irrestrita do camponês em relação ao urbano. Diante disso...

O fato é que as grandes cidades, muito em função da opressão econômica aos mais pobres, incentivaram as famílias a buscarem nas cidades a garantia de sustento, nem sempre alcançadas. Muitas foram as consequências deste êxodo rural. A ilusão de conseguir uma vida melhor nas grandes cidades trouxe a elas um problema social antes inexistente. Estas famílias antes de zona rural viviam no campo em condições difíceis, mas possuíam alguns poucos recursos para garantir a sobrevivência de sua prole. (Oliveira, 2015, p.27)

Então, essa lógica que promoveu a migração dos povos do campo para cidade, também parece ter influenciado de modo decisivo o acesso deste a educação. Leite (2002), ressaltou que durante décadas a educação no meio rural no Brasil foi relegada ao desprezo pelas elites agrárias. Pois, graças ao regime escravista, aos latifúndios e a predominância da produção agrícola em larga escala, o processo de escolarização do campo sofreu com o descaso que repercutiu até os dias atuais. Haja vista, os estudantes do campo terem que deixar sua comunidade de origem para dar continuidade aos estudos. Uma vez que, *"O ensino no perímetro urbano foi intensificado e milhares de construções na zona rural, antes educacionais, tornam-se inutilizadas, obsoletas, levando a educação na zona rural a ficar à mercê de sua própria sorte"*. (Ferreira; Brandão, 2011 sp). Uma consequência disso foi a necessidade de deslocamento destes estudantes para a sede dos municípios:

Atualmente, os alunos da zona rural freqüentam escolas urbanas na sede do município, nos povoados, aglomerados locais e distritos que, mesmo sendo mais próximos, muitas vezes não dispensam os serviços do transporte escolar. Mesmo contando com um transporte gratuito para o acesso às escolas, as crianças e adolescentes têm severas restrições de acessibilidade ao sistema escolar devido a seu isolamento geográfico, suas condições sociais e econômicas e às limitações do serviço de transporte que lhes é oferecido. (Pegoretti, 2004, p.1)

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A saída dos jovens camponeses de suas comunidades para as escolas da zona urbana pode trazer consequências inclusive para o aprendizado. Haja vista que de acordo Barat (2001), o longo tempo de viagem provoca cansaço, aborrecimento e queda de produtividade. No município de Água-Fria-BA a saída de estudantes do campo para estudar na sede, também parece ser um fato recorrente . Visto que:

A cidade possui inúmeros povoados, que podem ser entendidos como pequenos aglomerados sem autonomia administrativa, formados em local onde havia, geralmente, uma escola, igreja ou sítio em torno dos quais se formou um pequeno núcleo de habitantes. Os principais povoados de Água Fria são: Maracaiá, Curral de Fora, Santa Terezinha, Jacaré, Catana Novo, Catana Velho e Assentamento Menino Jesus. (Akaishi, 2013, p. 68).

Em alguns destes povoados as crianças estudam até o Ensino Fundamental. Porém, quando chega a etapa do Ensino Médio precisam se deslocar para a zona urbana – local onde fica única escola de Ensino Médio do município. Esse deslocamento foi regulamentado pela Lei Estadual de nº 11.359 de 19 de janeiro de 2009 que:

Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia - PETE/BA, no âmbito da Secretaria da Educação, com o objetivo de transferir recursos financeiros diretamente aos Municípios que realizem, nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos de ensino médio da rede pública estadual, residentes no meio rural. (Bahia, 2009).

É através do transporte escolar que estes estudantes chegam à escola na zona urbana. A rotina desses jovens parece ir muito além do deslocamento campo-cidade. O espaço escolar além de ser um espaço educacional e multicultural é um ambiente composto de aprendizagens, trocas entre os jovens. *“Uma fase em que a construção das Identidades está aflorando, é um momento em que se inicia a busca pela autonomia, marcada pela construção da Identidade, pessoal e coletiva, por uma atitude de experimentação.”* (Mesquita; Lelis, 2015, p. 824) Uma vez que estes jovens trazem em sua bagagem aspectos do seu lugar de convivência. E é nestas estas relações e interações presentes no cotidiano escolar que os marcarão e farão parte de sua trajetória de vida.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para os jovens rurais a distância entre as localidades onde moram, as dificuldades de acesso a outras formas de lazer que, majoritariamente se encontram nas sedes dos municípios, configuram-se como entraves para a experiência da sociabilidade juvenil. O espaço escolar é apreendido também como ponto de encontro, onde fazer amigos e resenhar ocupa uma dimensão importante do cotidiano escolar. (Iriat, 2012, p. 10).

De acordo Silva e Dourado (2009), é preciso compreender a relevância dessa dinâmica existente na cultura escolar para favorecer a socialização destes jovens tendo a escola o papel fundamental nisto. O espaço escolar da cidade precisa ser vivenciado de distintas formas. E, desse modo, ressaltou Dourado (2009), constituir-se um espaço de relações sociais, de reafirmação das singularidades dos/as estudantes do campo e de valorização de seus interesses e expectativas. Um aspecto que precisa ser considerado nesse processo é a socialização deste estudantes. A qual tem papel fundamental para que os mesmos possam se sentir acolhidos e incluídos, que nem sempre se mostra acolhedor :

Portanto, pensar sobre socialização nesses termos significa também incorporar a esse processo a cidadania, pois quando o indivíduo aprende sobre seu povo, sobre quem é, aprende também que merece todo respeito, compreende ainda que todo ser humano, independentemente de sua condição econômica, deve e merece respeito e justiça. (Lopes, 1995, p.10).

A socialização das/os estudantes camponesas/es nas escolas urbanas não raras vezes pode implicar-se a situações de conflito. Pois que, conforme Silva e Dourado (2009), esse momento expõe os/ as jovens às diferenças espaciais, temporais e de convivência existentes entre a escola do campo e a da cidade. E, ao mesmo tempo, possibilita encontrar e se relacionar com colegas de outros universos socioculturais; instaurando uma fase de tensões e negociações no processo de inserção e adaptação na nova realidade escolar. Realidade muitas vezes essas/es jovens enfrentam conflitos ...

[...] para se sentirem acolhidos, aceitos não apenas como estudantes em um novo ambiente/espaço escolar, mas principalmente como sujeitos de direitos, com uma história, uma cultura, saberes e experiências que trazem da vida no campo. Então, é muito mais que sair do campo para chegar à cidade, é um novo ambiente cultural e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
social que exige deste ser um outro jeito de estar no mundo. (Silva,
2020 p.117)

Os desafios enfrentados por estes sujeitos vão muito além do transporte, deslocamento, da vida no campo que costuma ser bastante dura. É preciso pensar na socialização dos mesmos, já que este novo ambiente proporciona uma etapa de adaptação esta necessita ser realizada de modo que estes jovens não se sintam excluídos. Pois este é um momento que poderá marca-los para o resto de suas vidas. Sendo assim, as experiências vivenciadas pelas estudantes camponesas/es precisam trazer significado positivo para a vida destes estudantes.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Diante da singularidade da pesquisa "*Estudantes camponesas/es na escola urbana: sobre desafios e rupturas*", exigiu cuidadosas escolhas metodológicas. Em face disto, esta seção pretende apresentar não apenas essas escolhas, como o caminho percorrido na realização da investigação. Inicialmente apresentarei a abordagem, o tipo de pesquisa, os dispositivos de coletas de informações, os colaboradores e o *lôcus* da pesquisa.

No intuito de alcançar os objetivos traçados optamos pela a abordagem qualitativa . Isto porque de acordo com André (1995), o pesquisador precisa antes de tudo saber conviver com as dúvidas e incertezas que inerentes a pesquisa. Daí a necessidade de um esquema de trabalho aberto e flexível, em que as decisões são tomadas na medida e no momento em que se fazem necessárias. Além disto, a abordagem qualitativa, segundo André (1995), possibilita a consideração das dimensões sociais, culturais, institucionais que envolvem as situações investigadas. Desse modo o investigador tem mais compreensibilidade na leituras da situação investigada.

Esse trabalho se caracterizou como uma pesquisa de campo, que segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 169) é utilizada com o objetivo de conseguir informações *in locu*. E isto foi feito em uma escola da Rede Estadual no Município de Água Fria- Ba. A escolha do *lôcus* da pesquisa ocorreu em função de ser a única escola da cidade que oferece Ensino Médio. E, em razão disto recebe o maior contingente de estudante oriundos do campo. Trata-se de uma escola pública,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO localizada na área urbana do referido município, com capacidade para matricular de quinhentos a mil estudantes. Ela oferece o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O primeiro contato com as/os colaboradoras/es se deu através de um questionário via *Google forms*³⁴, com a finalidade de obter o perfil identitário dos participantes da pesquisa. No *lôcus* da pesquisa realizamos uma entrevista semiestruturada; como diriam Marconi e Lakatos (2010), essencial para coletar as informações, necessárias para atingir os objetivos aqui delimitados.

Os colaboradores da pesquisa foram quatro estudantes, (duas meninas e dois meninos) do Ensino Médio, visto que é importante para a pesquisa compreender pontos de vistas diferentes sobre a problemática. Haja vista que pode afetar meninas e meninos de formas distintas. Por fim, esse percurso metodológico permitiu demonstrar como ocorreu as etapas da nossa investigação, buscando compreender as situações esperadas e inesperadas no percurso investigativo. A escolha do percurso metodológico se deu no intuito de captar de modo mais rigoroso e consistente as informações que nos permitissem a elucidação da nossa problemática.

Após definição do percurso metodológico, estando com o roteiro da entrevista em mãos, a ida a campo se deu de forma tranquila. E, ocorreu posteriormente a entrega do ofício na instituição, onde informamos o objetivo da pesquisa. Feito isto, marcamos as entrevistas, que ocorreram na sala reservada aos professores, ao final da aula. Com autorização prévia das/os estudantes, utilizei o celular para gravá-las.

Os estudantes foram identificadas/os com nomes fictícios para preservação de suas identidades. O critério utilizado para escolha dos nomes dos participantes foi algo que representasse a capacidade de resistência e superação dos povos do campo. Então optamos pelos nomes de vegetais e árvores do semiárido. Desse modo, as meninas foram identificadas como Palma e Juazeiro e os meninos Cacto e Umbuzeiro.

Iniciamos o diálogo com Palma estudante de dezesseis anos. Moradora da zona rural, comunidade Varjota, ela se autodeclarou parda, crista e não participante de nenhuma organização camponesa. Contou que desde pequena estudou em escola pública e que sua casa fica a (6 km) quilômetros de Água Fria, onde estudou.

³⁴ Conforme Monteiro e Santos (2019), o Google Forms é um aplicativo que permite a elaboração de questionários on-line. Os quais permitem a coleta organizada das respostas, poupando tempo no processo de coleta e análise de dados.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
E que sempre enfrentou dificuldades para estudar por causa do transporte. E que já aconteceu de faltar aula, devido a falta do transporte.

Juazeiro, a segunda entrevistada tem dezesseis anos de idade, moradora do município de Água Fria -BA, Fazenda Jenipapo. Se autodeclarou parda e crista. Contou que não participava de nenhuma organização camponesa. Relatou que fez a Educação Infantil na comunidade onde mora. Depois passou a estudar em outra escola no município vizinho - Irará. Transferiu-se para a escola onde a entrevistei, na zona urbana do município de Água Fria- BA para dar continuidade aos estudos.

Cacto, o terceiro entrevistado tem quinze anos de idade. Residente na zona rural, Fazenda Pedra Furada, município de Água Fria- BA, se autodeclarou pardo e cristão. Afirmou não participar de nenhuma organização camponesa. Disse que chegou ao município de Água Fria aos três anos de idade. Estudou no colégio da Vigia, comunidade em que mora. Depois estudou em uma escola situada em outra comunidade. E posteriormente foi estudar no colégio onde o entrevistei.

Umbuzeiro, último entrevistado tem quinze anos de idade. É da Fazenda Vigia, zona rural do município de Água Fria – BA. Se autodeclarou pardo, católico. E, também afirmou que não participava de nenhuma organização camponesa. Relatou que, desde pequeno sempre estudou na sua comunidade. No entanto, já estudou em quatro escolas diferentes que por serem pequenas, foram fechadas. Fato que fez com ele tivesse sempre que mudar de escola.

Ao iniciarmos a entrevista com os sujeitos, observamos que inicialmente a primeira entrevistada se mostrou um pouco nervosa. Mas, aos poucos foi ficando tranquila e respondeu às perguntas subsequentes. A segunda aparentou tranquilidade e respondeu os questionamentos de forma leve. O terceiro entrevistado respondeu os questionamentos de forma sucinta. O quarto entrevistado muito simpático, respondeu as questões de forma muito breve.

Diante das perguntas, os jovens discorreram sobre suas vivências nas escolas urbanas. As quais para alguns começaram muito cedo, já na etapa da Educação Infantil. Essa foi uma oportunidade única poder estar em contato com estas/es jovens e poder compreender os desafios enfrentados por eles no seu cotidiano escolar e poder entender a realidade vivenciada por cada um dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A educação dos povos do campo enfrentou diversos desafios ao longo dos anos e um destes foi a saída de crianças e jovens para estudar fora de suas comunidades. No esforço de compreender o cotidiano destes jovens nas escolas urbanas e os desafios enfrentados por eles, foi que realizamos entrevista. Com base nas respostas das/os entrevistadas/os, estruturei a análise que segue. A qual inicialmente buscou entender o que estes jovens achavam do campo e se identificavam ou não como camponesas e camponês.

“Viver no campo, É bom, né? Principalmente para quem não gosta de barulho. Eu não gosto muito de barulho, então é muito bom e me identifico sim, porque desde pequena eu ajudava, eu ajudava minha avó no campo. Eu vim de uma família que trabalhava no campo e ainda trabalha. Então eu me considero.” (Palma, 2023).

“Eu acho que não muito, tipo a minha família é sim, mas eu acho que eu não sou muito voltada pra esse lado.” (Juazeiro, 2023)

“Não me identifico.” (Cacto, 2023)

O campo é um lugar bom de viver? (Pergunta adicional)

“Um pouco algumas coisas são difíceis para quem mora na zona rural mas também é um lugar bom. É meio termo.” (Cacto, 2023)

Eu gosto do campo porém não me identifico muito pois eu acho que eu preciso da vida com mais movimento algo que não encontro no campo. (Umbuzeiro, 2023).

Na primeira resposta, Palma diz que o campo é um lugar que ela se sente bem, acontece uma valorização do lugar em que ela vive. A valorização de atributos de qualidade de vida, como sossego, tranquilidade, ausência de barulho e do trânsito, presença da família, nas palavras de Magno (et al., 2011), justificaram o desejo de sustentação de valores tradicionais. Se identifica plenamente como camponesa, e isso é evidenciado quando ela fala que desde pequena ajudava a avó no trabalho no campo e que toda sua família sempre trabalhou e ainda trabalha no campo. Fato que de acordo Breitenbach e Corazza (2009), revela a ligação emocional; bem como, a valorização das tradições familiares. Fatores fundamentais quando os jovens e as jovens pensam em permanecer no campo. O que observa se na fala dela é que existe uma grande influência geracional que faz com que ela se sinta plenamente pertencente aquele espaço e conseqüentemente a identificação com o mesmo, fica evidente que ela gosta de viver no campo.

Pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou comunidade, sente que faz parte daquilo e conseqüentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse uma continuação dela própria. (Morconi, 2014, p. 14).

Sendo o vínculo familiar o grande agente influenciador para que Palma se auto identifique como camponesa. Já para Juazeiro a identificação é parcial, pois afirma que sua família é sim camponesa, mas que ela não se sente pertencente. É perceptível que há uma influência geracional, mas que ela não é forte o suficiente para ela possa se identificar como camponesa. Segundo Sousa (2009), a sucessão geracional camponesa é prioridade para dar continuidade aos movimentos sociais camponeses e de assentados. É fundamental para dar continuidade a lutas dos povos do campo. Essa influência familiar permite que esses jovens fiquem cada vez mais envolvidos nas lutas e questões ligadas ao campesinato brasileiro.

Quando questionado a Cacto revela que as dificuldades da vida no campo desestimulam muitos jovens. Para Cacto as dificuldades apresentadas são mais fortes do que as coisas boas que existe no campo. Fato que revela que:

"[as] condições desfavoráveis, carências de projetos e incentivos educacionais, a permanência do jovem no campo sofre também influências do desenvolvimento industrial e a crescente urbanização, gerando um alto índice de migração da população rural para os centros urbanos." (Felipe e al, 2016, p. 246)

Umbuzeiro revela que há uma identificação parcial. Mas não é forte o suficiente para assegurar sua permanência. Ele fala que precisa de mais movimento, e não encontra no campo. Na fala dele é perceptível a influência da urbanização própria da educação rural. Para Novaes (2006), o jovem rural brasileiro coloca a migração como alternativa na busca por melhores infraestruturas e condições dignas de vida, estudo e trabalho. São muitas questões que afastam esses jovens do campo, muitas delas é a falta de perspectiva de vida e de um futuro. Tal fato que revela a necessidade de mais políticas públicas de investimento em Educação do Campo e para a permanência da juventude no campo.

No intuito de confirmar se de fato as/os colaboradoras/es estudavam na comunidade onde residiam, os questionamos e obtivemos as seguintes respostas:

"Não, lá tem escola mais, [...] nunca estudei na comunidade onde eu moro." (Palma, 2023)

"Não." (Juazeiro, 2023)

"Não." (Cacto, 2023)

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

*“Não, Porque não há escola para ensino médio, nem para ensino fundamental dois, então eu só frequentei do pré ao quinto ano.”
(Umbuzeiro, 2023).*

Sobre estudar na mesma comunidade em que mora, Palma, revelou que nunca. Assim como Juazeiro e Cacto. Umbuzeiro trouxe uma informação significativa, ao ressaltar que só frequentou até o Fundamental I - Anos iniciais e que na sua comunidade não tem escola que ofereça o Ensino Médio, algo que em alguma medida é corriqueiro nas comunidades rurais do Brasil. Onde os estudantes são obrigados a irem para a cidade para dar continuidade aos estudos e em busca de oportunidades, que não encontram em suas localidades. Isto porque como afirmou Rodrigues (2017), estudantes oriundas/os de comunidades com baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas; ou ainda devido à precária infraestrutura são alocadas/os em escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas.

“[...] para não ficarem totalmente excluídos desse direito, [as/os estudantes se deslocam] campo–cidade–campo, registrando em suas trajetórias, como vimos acima, marcas do descaso das políticas públicas que não possibilitam aos sujeitos do campo escolas no local onde vivem e moram, estradas adequadas para locomoção, entre outros direitos. É preciso compreender que sair do campo não é uma opção, é a única via de acesso ao processo de escolarização que os estudantes do campo têm, ou é isso ou nada.” (Silva, 2020, p.122)

Novamente, o que aparece no relato deste estudante é a falta de escola que ofereça o ensino que eles precisam na sua comunidade, o que faz com que este se desloque para o centro urbano para estudar. Essa falta de escolas nas comunidades rurais está cada vez mais comum, o que é muito questionado pelos povos que lutam pela valorização da educação do campo e o fortalecimento da mesma, visto que uma escola na comunidade fortalece a mesma e quando ocorre o fechamento de uma escola conseqüentemente acontece o enfraquecimento da mesma.

Como forma de discutir os desafios enfrentados cotidianamente para garantir o acesso aos estudos, perguntei as/aos colaboradoras/es se enfrentavam dificuldades e quais. Feito isto, obtive as seguintes respostas:

*“[...]Tipo enfrentar o problema de transporte que quebrava e era meio difícil chegar até aqui. Essa parte sim.” (Palma, 2023)
Sim, A princípio eu saí. Na primeira vez, na primeira escola, eu saí de lá justamente porque estava tendo problema com os transportes. Teve uma vez que eu inclusive cheguei aí a pé pra casa e era um*

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
pouco distante, pequeninha. Justamente por causa dessa questão do transporte. (Juazeiro, 2023)
Não. (Cacto, 2023)
Bom em questão de dificuldades se aconteceu foi em questão de transportes, falta internet mas sempre eu consegui me virar e estudar. (Umbuzeiro, 2023)

A precariedade do transporte presente em quase todas as falas, revela o quanto é difícil para a juventude camponesa estudar. As quebras constantes dos veículos; a falta de acesso à internet; as longas caminhadas tanto para chegar à escola, quanto para retornar para casa, em alguns casos como o de Juazeiro, a obrigou a mudar de escola. Tudo isto acontece num contexto onde a legislação determina que o transporte escolar no campo é um direito garantido pela Lei Federal nº 10.709/2003.

Todas as dificuldades relatadas revelam os motivos que levam alguns desses estudantes a não se identificar ou permanecer no campo. Isto porque...

Um dos maiores prejuízos desta política está relacionado ao tempo de deslocamento da casa (rural) para a escola (urbano), colocando estes alunos em pior condição dos que já moram na cidade e em localidades próximas. Há um gasto de energia por parte do aluno do campo que busca a educação no meio urbano, pois o tempo de deslocamento é, muitas vezes, significativo, além da necessidade de observar o tipo de transporte ofertado, que deve ser regular, em boas condições e seguro, para que o aluno não perca suas aulas e não ocorram acidentes evitáveis. (Pereira; Castro, 2021, p, 33)

Sendo que, esse tempo gasto no deslocamento do estudantes acabam por ser prejudicial ao seu aprendizado. E, muitas vezes torna-se o causador da desistência de muitos que não conseguem manter essa rotina.

No intuito de compreender a possível existência do preconceito ou discriminação na escola urbana, perguntei se no momento que começaram a frequentar a escola urbana, se haviam identificado algum tipo de preconceito ou discriminação em relação as/aos estudantes que moravam no campo. E obtive as seguintes respostas:

“Acho que foi desde o tempo da creche, quando se foi com três ou quatro anos. Mas dentro da creche eu estudo na escola urbana. Eu sempre ouvi piadas sobre o povo da roça. Isso, isso foi normal, se tornou normal, né? Sempre ouvi algo relacionado a isso.”
(Palma, 2023)

“Eu comecei a estudar na escola urbana no 6 ano. Acho que sempre teve um pouco de brincadeira nesse sentido. Mas eu acho que eu

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
nunca considerei como preconceito e nunca levei a sério.” (Juazeiro, 2023)

“Não, eu comecei a estudar no colégio urbano em dois mil e dezenove (2019), no 6 ano, mas nunca enfrentei.” (Cacto, 2023)
“Não, eu não sofri nenhum, foi de boa.” (Umbuzeiro, 2023)

O relato de Palma revelou que ela passou a frequentar a escola urbana desde muito cedo. Algo muito desgastante para um estudante muito jovem. Haja vista não apenas as dificuldades relacionadas com o transporte anteriormente relatadas; mas em função do preconceito em relação aos povos do campo. Juazeiro se referiu ao preconceito como “brincadeira”. Ao minimizá-lo de alguma forma, negou sua existência, permitindo que ele continue acontecendo. Fato que de alguma forma pode trazer muitos desdobramentos na vida das/os estudantes camponesas/es. Já Cacto e Umbuzeiro negaram a existência desse preconceito, afirmando que desde que passou a frequentar a escola urbana nunca enfrentou qualquer situação relacionada. Os estudantes em questão, não se identificaram como camponeses. Em razão disto, é possível que a negação do preconceito, pode ter sido uma estratégia para serem aceitos no meio social urbano. Pois assim, não entrariam em conflito com o meio em que queriam ser inseridos e aceitos.

No esforço de discutir se as/os colaboradoras/es passaram por situações de preconceito, questionei se já tinham sofrido preconceito e como reagiram a isto. Então, obtivemos as seguintes respostas:

“É que tipo assim, era coisa que eu não botava, colocava a minha atenção muito. Então isso pode ter passado despercebido por mim. Então, algo que eu não me recordo muito, mas eu sempre ouvi tanto quanto contra das pessoas.” (Palma,2023)

“Acho que não.” (Juazeiro, 2023)

“Até o momento não.” (Cacto,2023)

“Não, se tivesse sofrido? Bom primeiramente iria tentar resolver da forma pacífica, conversar com a pessoa, avisar a direção da escola caso continuasse infelizmente teríamos que tomar providências maiores.” (Umbuzeiro, 2023).

Sobre já ter sofrido preconceito Palma preferível ignorar. Ao ignorá-lo, passa a não existir. Anteriormente afirmou já ter ouvido piadas a esse respeito, mas que com ela mesmo isso não chegou acontecer. E se aconteceu preferiu não dar atenção. Sobre...

Os relatos de preconceito sofrido pelos alunos que residem no

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

campo demonstram a ideia tida por alguns indivíduos de não pertencimento [...] à escola [...]. Mas, principalmente, por pertencer a regiões onde se realizou reforma agrária, demonstrando a falta de ações que propiciem interação entre os alunos de zona urbana e zona rural, onde seja demonstrada como é rica e diversa a cultura de ambos os lugares, fazendo com que estes percebam o valor de sua própria cultura e, da mesma forma compreendendo o valor das outras. (Oliveira, 2015, p. 39)

Juazeiro não se lembra de ter sofrido preconceito. Mas também não o nega. Sua fala revela um esforço em desviar da questão. Isto possivelmente em função de desejar estar cada vez mais inserida no contexto da escola urbana:

"[...]Não surpreende o fato de um jovem do campo desejar um estilo de vida urbano negando sua origem camponesa para ser aceito ou ser incluído onde há acesso aos variados bens e serviços, dentre eles, aqueles que poderiam garantir a cidadania." (Orsi, 2015 p.96)

Mais uma vez, Cacto e Umbuzeiro afirmaram não terem preconceito. Inclusive os dois em menor ou maior proporção, não se identificaram como camponeses. Aqui o preconceito pode ter corroborado para a desvinculação do sentimento de pertença ao campo.

Diante o sentimento de inferioridade e de vergonha, a tendência é que ele passe a tentar desvincular sua identidade de elementos do campo e do rural, não querendo se reconhecer como camponês. (Capucho, 2020, p. 38)

O conjunto das falas anteriormente analisadas, demonstraram que a vida camponesa se constitui muitas de lutas, pela sobrevivência, educação, saúde, e muitos outros direitos fundamentais. E na questão da educação dos jovens camponeses ainda há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito a valorização da diversidade cultural e principalmente no fortalecimento de políticas públicas de permanência desses jovens no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso de construção do trabalho, *"Estudantes camponesas/ es na escola urbana: desafios e rupturas"*, pude me aproximar da realidade de muitas e muitos jovens que moram no campo e que precisam se deslocar para a cidade em busca de melhores condições de vida através do estudo. Busquei compreender as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO vivências desses jovens na escola urbana. Uma vez que o intuito desta pesquisa é de trazer como foco a este público que muitas vezes é desconsiderado. E, assim busco o despertar o interesse de outras pessoas por esse tema. Haja vista que, entender as questões que envolvem a história das/os estudantes do campo, pesquisa-las e principalmente debatê-las com os professores do contexto onde surgiu o estudo – município de Água Fria- BA, se faz necessário. Pois pode contribuir para o debate dos profissionais da área da educação sobre os conflitos relacionados ao possível preconceito vivido por jovens oriundos do campo. Além de favorecer as discussões acadêmicas no que diz respeito a realidade destes estudantes.

Como forma de aprofundar o estudo, recorri ao suporte teórico, discutindo o projeto civilizatório brasileiro e Educação do Campo, estabelecendo diálogos com o contexto de Água Fria- Ba. Visto que para entender a realidade atual precisamos buscar como se constituiu nossas raízes históricas, as quais se consolidaram fundamentalmente a partir do campo. O qual após os históricos processos de migração para os grandes centros, após a expulsão de muitos povos do campo, constituindo uma luta que acontece até hoje. Já que muitas/os camponeses ainda têm seus direitos arrancados.

Essas questões também encontram elo com o contexto de Água Fria- Ba, município que surgiu dentro da mesma lógica do projeto civilizatório brasileiro e que também deixaram marcas na atualidade, a exemplo das lutas dos camponeses pelos seus direitos como a terra e a educação. Aqui se destacam os desafios enfrentados pelos jovens em busca de uma educação de qualidade.

A questão principal foi ouvir os entrevistados e poder relatar a realidade dos mesmos na busca pela escolarização. E, assim descobrir as formas de enfrentamento criados por elas/ eles, especialmente no que diz respeito as possíveis formas de preconceito vivenciadas no acesso a escolarização no contexto urbano. Quanto a isso podemos concluir assim pela existência do preconceito na escola urbana. Mas que este, é por vezes minimizado pelas/os estudantes camponesas/es, não o considerando como uma questão de discriminação. Ao analisar as respostas podemos inferir que para muitos dessas/es estudantes, a minimização do preconceito seria uma forma de não entrar em confronto e assegurar sua inclusão naquele cenário de escola urbana onde estudavam. Ao entrar em contato com as

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO realidades vividas por elas/eles, fiz descobertas que não estavam diretamente no foco desta pesquisa. Mas que com ela se relacionavam. Um exemplo disto foi como a questão familiar pode contribuir para a identificação do sujeito com o campo. Outros aspectos importantes foram os desafios representados pelo fechamento das escolas em comunidades camponesas; as longas distâncias percorridas a pé em razão da falta e/ou precarização dos transportes para chegar a escola; mais a falta de acesso à internet como obstáculos a escolarização dessas/es jovens. A partir desses elementos tive como compreender o motivo pelo qual a grande maioria deles tenham demonstrado uma considerável inclinação para vida no contexto urbano.

Diante de tudo que foi discutido aqui, espero que no âmbito das rupturas com o contexto de desafios vividos por jovens camponesas/es na garantia do direito a educação, este trabalho possa repercutir em todos os âmbitos. Especialmente no que diz respeito ao debate das políticas públicas de valorização das/os jovens camponesas/es e da educação no e do campo, proporcionado meios de permanência destas/es no seu lugar de origem, se assim o desejarem.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

AKAISHI, A. G. **Planejamento e gestão habitacional em pequenos municípios brasileiros**: o caso de Água Fria no semiárido baiano. Dissertação de mestrado apresentada à UFABC. 2013

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BAHIA. Lei nº 11.359 de 19 de janeiro de 2009. **Institui o Programa Estadual do Transporte Escolar no Estado da Bahia - PETE/BA**. Salvador, BA: Diário Oficial do Estado, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996

BARAT, J. **Transporte e Mobilidade em São Paulo**. Revista dos Transportes Públicos. ANTP – Associação Nacional dos Transportes Públicos, n.93, p.51-74, 2001.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. **Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais**, Brasil. Revista Latinoamericana

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de Ciências Sociais, Niñez y Juventud, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019

CAPUCHO, Alice Aparecida. **Os estigmas sobre o campo e o rural no ambiente escolar.** 2020.

DOURADO, Emanuela Oliveira Carvalho; DE PAIVA SILVA, Edilania. **INTERCULTURALIDADE NA ESCOLA URBANA: A DIVERSIDADE TECIDA POR JOVENS ESTUDANTES DO CAMPO.** Universidade Federal da Paraíba. Revista Temas em Educação, v. 28, n. 2, p. 102, 2019.

FAGUNDES, Mário José dos Santos. **Urbanidades e ruralidades em questão:** um olhar sobre as relações campo-cidade e rural-urbano no povoado do Topo, município de Água Fria/BA, 149 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais – PROET. Departamento de Ciências Exatas e da Terra I. Universidade do Estado da Bahia –UNEB, Salvador, 2019.

FELIPE, Adriana Franco; DA SILVA ARLINDO, Marco Aurélio. **A Educação no/do Campo como possibilidade de permanência do jovem na terra:** os desafios da Escola Municipal Rural São Joaquim em Selvíria (MS). Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 235-259, 2016

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil:** 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura Vozes, v. 2, 1999.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo:** um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.unifil.br/portal/servicos/publicacoes/revista_eletronica_de_educacao/revista_eletronica_de_educacao_ano_iv_n8_janjun_2011/conteudo.asp?cod=413> Acessado em: 02 de junho de 2023. Não paginado

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. Atlas. São Paulo, 2008.

_____. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Schwarcz [Companhia das Letras], 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico do município de Água Fria, Bahia.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=29004. Acesso em: 23 maio 2023

LAVILLE, Christian. **A construção do Saber:** manual de metodologia em Ciências Humanas/ Christian Laville e Jean Dionne. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri - Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARCONI. A, Marina; LAKATOS. M, Eva. **Fundamento de metodologia**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
científica.7. ed- São Paulo: Atlas, 2010.

MAGNO, L., DOULA, S. M., & PINTO, N. M. de A. (2011). «**Todo mundo conhece a gente agora**»: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 1(9), 305-319. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v9n1/v9n1a17.pdf>

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e Identidade**. Campinas: São Paulo, 2014.

LEITE, Sérgio Celani. **Educação Rural: Urbanização e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002

LOPES, Ademil. **Escola, socialização e cidadania**. São Carlos: EDUFCar, 1995.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo; LELIS Isabel Alice Oswaldo Monteiro. **Cenários do Ensino Médio no Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 821-842, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-0821.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023

MONTEIRO, R. L. S. G.; SANTOS, D. S. **A utilização da ferramenta Google Forms como instrumento de avaliação do ensino na escola superior de guerra**. Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação, v. 4, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://recite.unicarioca.edu.br/rccte/index.php/rccte/article/view/72>>.

NOVAES, R. C. R., Cara, D. T., Silva, D. M. da, & Papa, F. de C. (2006). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude.

OLIVEIRA, Cléia Dalcul da Silva. **O aluno do Campo na Escola Urbana e sua Diversidade cultural**. Bagé. 2015.

ORSI, Alexandre. **Jovens do campo na escola e campo na escola dos jovens: estudo de caso** / Alexandre Orsi. -Londrina, 2015

PEGORETTI, Michela Sagrillo et al. **Análise da acessibilidade dos alunos da zona rural que freqüentam escolas urbanas considerando as variáveis distância de caminhada e tempo de viagem**. Latin American Real Estate Society (LARES), 2004.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano**. Texto para discussão, Brasília, n. 2632, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf. Acessado em: 23 de maio de 2023.

PILETTI, Nelson. **Historia da educacao no brasil** . São Paulo: Atica. 1996. . Acesso em: 22 jun 2023.

SANTOS, Andreia Ivaneide dos; SILVA, Laura Monique Pereira da. **MEMORIAL: As**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
dificuldades de Migração/Deslocamento dos Estudantes da Zona Rural à Urbana.
Trabalho de Conclusão de Curso. UNEB/CAMPUS III, Juazeiro- BA, 2021.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva et al. **Nucleação de Escolas no Campo:**
conflitos entre formação e desenraizamento. Educação & Realidade, v. 42, n. 2, p.
707-728, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362017005001108&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 9 jun. 23

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Colonização do Sertão da Bahia e Formação de Quilombos em Irará. Especial - Afro-Brasileiros:** Construindo e Reconstruindo os Rumos da História. Revista África e Africanidades – Ano 2 - n. 7 - Novembro. 2009

SILVA, Cleidiane Ferreira da; SANTOS, Jozely Samara Cardoso. **O OLHAR NARRATIVO DE ALUNAS DA MULTISSÉRIE:** PERCORRENDO CAMINHOS, REVELANDO HISTÓRIAS. Trabalho de Conclusão de Curso. UNEB/ CAMPUS III, Juazeiro- BA, 2021.

SILVA, Maria Girlene Callado da. **Trajetória escolar dos/das estudantes do campo para o ensino médio:** desafios para a garantia de permanência na educação do e no campo e o reconhecimento de suas identidades. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco

SOUSA, Bruno Lacerra de. **JUVENTUDE RURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO.** “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” do IPPRI, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP – São Paulo. Bolsista CAPES, 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: UFSC, 2006.

VAN GENNEP Arnold. **Los ritos de Paso.** Madrid: Alianza Editorial, 2008.

BORDANDO OS FIOS DAS MEMÓRIAS E AFETIVIDADES: UMA VIVÊNCIA EM PESQUISA-FORMAÇÃO NO CENÁRIO DA UATI-CAMPUS XI.

Maria Cezarela Oliveira de Carvalho³⁵

UNEB/CAMPUS XIV

Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso

UNEB/CAMPUS XI³⁶

RESUMO

Esta é uma narrativa sobre uma experiência de pesquisa-formação, desenvolvida de modo interdisciplinar e colaborativo junto a um grupo de graduandos do Curso de Letras do PARFOR-Programa de Formação e Professores, no ano de 2015, da UNEB-Universidade do Estado da Bahia, no CAMPUS XI, envolvendo os componentes curriculares: Teoria da Literatura, Língua Portuguesa e Pesquisa e Estágio Curricular. A pesquisa teve sua origem nas discussões efetivadas nas aulas, quando problematizamos de modo colaborativo, a situação dos idosos em face da emergência dos Multiletramentos e dos diversos gêneros textuais que afloram no seio das sociedades imersas, impregnadas pelas novas TIC. Os acadêmicos dialogaram sobre a possibilidade de tecer uma experiência articulando a pesquisa e a formação, em forma de oficinas pedagógicas com foco na possibilidade de trabalhar práticas de leituras de forma prazerosa e envolvendo poemas e músicas de modo a despertar junto aos idosos, o aflorar das memórias afetivas, e como ferramenta de leitura de entretenimento, de deleite, de imaginação, criatividade. Para além de mero ato acadêmico, a experiência de pesquisa e formação, objetivou fomentar a reflexão –ação-reflexão entre os acadêmicos que atuam na dimensão da EJA, quanto a gestação de práticas inovadoras, ressignificadas e empenhadas com a formação no âmbito dos Multiletramentos necessários para a vida social, no contexto de mundo globalizado e permeados pelas múltiplas linguagens. Quanto aos objetivos específicos: Evidenciar potencialidades encontradas pelos sujeitos nos caminhos trilhados para construção da aprendizagem da leitura com os usos de gêneros música e poemas: Evidenciar as interfaces entre o trabalho com a leitura e o despertar das memórias literárias e afetivas dos sujeitos. Assim, embasados na/pela prática da reflexão, pesquisa e ação, planejamos e realizamos as oficinas as quais aconteceram no CPCT-UNEB, CAMPUS XI e nos possibilitaram tecer profundas aprendizagens, em diálogos polifônicos, intergeracionais, onde as pessoas da terceira idade tiveram espaço de voz para narrar sobre suas memórias afetivas e literárias, demonstrando interesse em apropriar-se das novas TIC como formas de acesso à leitura e a cultura contemporânea.

Palavras -chave: multiletramentos; leituras; memórias; idosos.

³⁵ Professora e aluna do Programa de Mestrado em Educação/PPGEDUC/UNEB

³⁶ Professora e aluna do Programa de Doutorado/Ciências da Educação, UNINTER PY.

INTRODUÇÃO

O trabalho que desenvolveremos colaborativamente, se entranha da cooperação, onde não há início solitário, nem tampouco, a apoteose de uma turma sozinha: O trabalho colaborativo é gestado, pensado, construído, dia-a-dia, com o suor dos sujeitos, que, em atos de partilha, compartilham dúvidas, anseios, perspectivas, sucessos e também os nós que o novelo da prática vão tecendo. Tivemos também o desafio de juntos, inventar, construir materiais, recursos de apoio que fossem de interesse, e que, pudessem potencializar as ações práticas do projeto que desenhamos colaborativamente.

Assim, vinte e dois alunos, do curso de Letras se propuseram a estudar com mais profundidade sobre possibilidades, recursos, materiais que mobilizassem pessoas da terceira idade a desenvolver ações leitoras. Diante de muitos debates produzidos nas aulas, no espaço formativo, emergiu a questão que norteou a proposta de pesquisa articulada ao processo de formação dos educadores-estudantes de Letras: um trabalho de Leitura articulado por gêneros musicais e poemas teria a possibilidade de despertar nas pessoas da terceira idade o desencadear das memórias literárias e afetivas?

Quanto ao objetivo geral buscamos fomentar a reflexão –ação-reflexão entre os acadêmicos que atuam na dimensão da EJA, quanto a gestação de práticas inovadoras, ressignificadas e empenhadas com a formação no âmbito dos Multiletramentos necessários para a vida social, no contexto de mundo globalizado e permeados pelas múltiplas linguagens. Quanto aos objetivos específicos: Evidenciar potencialidades encontradas pelos sujeitos nos caminhos trilhados para construção da aprendizagem da leitura com os usos de gêneros música e poemas: Evidenciar as interfaces entre o trabalho com a leitura e o despertar das memórias literárias e afetivas dos sujeitos.

A perspectiva da pesquisa-formação que edificamos apoiou-se nos trabalhos de Macedo (2000), nomeia de etnopesquisa crítico e etnopesquisa-formação as pesquisas engendradas e inspiradas na abordagem conhecida como Etnometodologia como campo teórico que inspira a edificação dos etnométodos e os desenhos, condução e efetivação do que optamos por nomear por: **pesquisa-**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO formação de abordagem crítico-colaborativa. Propusemos a edificação de um estudo no escopo da pesquisa-formação essencialmente de foco colaborativo no sentido de envolver os participantes, acadêmicos e pessoas da terceira idade num processo que comungou ao mesmo tempo a investigação sobre as demandas e possibilidade construídas com usos e apropriação dos gêneros músicas e poemas junto a pessoas da terceira idade. A pesquisa se desenhou e se constituiu pela articulação promovida através do exercício da docência-pesquisa, através das ações do PARFOR, do qual participamos como atrizes sociais, educadoras, pesquisadoras até o ano de 2015.

As ações pedagógicas que constituíram as atividades dirigidas aos idosos, fundamentaram-se na teoria sobre os Multiletramentos edificada por Rojo (2012), Lenke (2010), que traz contribuições sobre Letramento metamidiático, Canclini (2008), que teoriza sobre culturas híbridas, Snyder (2009), e suas colocações sobre letramentos em tempos digitais, Street (2014), que trata de letramentos sociais.

É nesse sentido que edificamos uma proposta de pesquisa-formação envolvendo alunos graduandos do Curso de Letras, do PARFOR, no percurso da docência dos componentes: Língua Portuguesa e Literatura, constituindo-se num percurso trilhando pelos caminhos de reflexões-ações sobre metodologias fomentadora de práticas de leitura, produção textual, juntos aos de sujeitos da melhor idade, priorizando e buscando construções de metodologias inusitadas, inovadoras que atendam as demandas dos sujeitos da terceira idade, estimulando-os a refletir sobre os necessários redimensionamentos das suas relações de leituras com o mundo, percebendo-se como sujeitos construtores de culturas.

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Vivemos tempos de múltiplas informações veiculadas no âmago de uma sociedade caracterizada pela força que a comunicação tecnológica exerce sobre os sujeitos. As palavras de ordem são: teclar, postar, curtir, reagir. Neste contexto de demandas cada vez mais acirradas e impostas a todos em termos de consolidação de habilidades linguísticas cada vez mais apuradas e mais complexificadas, indagamos sobre a situação das pessoas da terceira idade: Os sujeitos estão “adaptados” a essa ordem de inclusão mediante a velocidade que os dispositivos e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO aplicativos oferecem no contexto da comunicação?

Quais as relações são estabelecidas entre os idosos e a leitura no mundo dos Multiletramentos? O momento contemporâneo sinaliza para uma necessidade de diálogos com um mundo rodeado de informações sendo que os sujeitos acadêmicos, sobretudo aqueles em processo de formação na área das Letras, estão sendo solicitados a criação de rotas, caminhos que aproximem os sujeitos das práticas leitoras. O fato é que, os idosos, estão se reaproximando da sala de aula, em razão de ações, cada vez mais empenhadas na inserção e inclusão dos idosos na dinâmica social. Como dialogar com os saberes multimodais nas salas de aula junto a pessoas idosas? Para Lenke torna-se necessário antes de mais nada um largo processo de reflexão sobre texto, mídia e multiletramentos.

O texto pode ou não formar a espinha organizadora de um trabalho multimidiático. O que realmente precisamos ensinar, e compreender antes de poder ensinar, é como vários letramentos e tradições culturais combinam essas modalidades semióticas diferentes para construir significados que são mais do que a soma do que cada parte poderia significar separadamente. Tenho chamado isto de "significado multiplicador". As opções de significados de cada mídia multiplicam-se entre si em uma explosão combinatória; em multimídia, as possibilidades de significação não são meramente aditivas. (Lenke, 2010, p.37)

Os educadores que atuam junto aos espaços da EJA e em especial junto aos idosos, precisam estar preparados para articular processos de ensino-aprendizagens em diferentes modalidades de linguagem além do texto escrito. A fala, a música, os produtos da cultura escrita e mesmo oral, guardam potencial enorme para propiciar conexão entre os idosos, as suas memórias, sobretudo em processos educativos onde as salas de aulas possam estar conectadas com as tecnologias digitais. "O Desenvolvimento de linguagens híbridas envolve, desafios para os leitores e para os agentes que trabalham com a língua escrita, entre eles, a escola e os professores."

Os Multiletramentos na escola e na sociedade podem redimensionar as ações cotidianas estimulando os sujeitos a construírem amplas descobertas que fortalecem a autoestima e com isso aprendizagens múltiplas, infinitas, e podem se desencadear fazendo a diferença na vida desses sujeitos. Segundo Lemke (2010, p.31):

A próxima geração de ambientes de aprendizagem interativos adiciona [aos hipertextos] imagens visuais e sons e vídeos, além de animação, o que se torna muito prático quando a velocidade e a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

capacidade de armazenamento podem acomodar estes significados densos de informação topológica. [...] Estas mídias mais topológicas não podem ser indexadas e referenciadas por seu conteúdo interno (o que a figura mostra, por exemplo). Devem sim ser tratadas como 'objetos' inteiros. Mesmo assim, como objetos podem se tornar nós para hipertextos e, então, a hipermídia nasce (ver Landow e Delany, 1991; Bolter, 1998). A importância dos letramentos multimidiáticos correspondentes já foi discutida, mas ainda é importante notar que não é apenas o uso da hipermídia que as novas tecnologias tornam mais fácil, mas a sua autoria. Hoje, qualquer um edita um áudio ou um vídeo em casa, produz animações de boa qualidade, constrói objetos e ambientes tridimensionais, combinados com textos e imagens paradas, adiciona música e voz e produz trabalhos muito além do que qualquer editora ou estúdio de cinema poderia fazer até alguns anos atrás (s/p).

Trata-se de um desafio tecido por complexidades visto que não é só saber utilizar é uma questão de criar e nós simpatizamos com tamanha ousadia visto que entendemos a educação como formadora de sujeitos aprendentes ao longo de toda a sua existência. Acreditamos que a prática dos Multiletramentos configura-se como um recurso valioso para o tratamento da diversidade constitutiva da realidade em que vivemos e para o trabalho com vários letramentos de forma crítica e ativa.

REGISTRANDO AS MEMÓRIAS DA PESQUISA-FORMAÇÃO:DIÁLOGOS FECUNDOS ENTRE OS ATORES SOCIAIS

Sistematizamos as ações de pesquisa-formação de modo a apropriar-nos do espaço pedagógico como arena privilegiada para coleta de informações em vista de construção de conhecimentos e tessitura dos processos de formação inicial e continuada dos licenciandos. Logo, optamos pelo planejamento e operacionalização de sequências didáticas articuladas no formato de oficinas pedagógicas encadeadas, tendo o tempo pedagógico focalizado nas aulas de Literatura, Teoria da Literatura e Língua Portuguesa VIII. O exercício da docência em ato interdisciplinar, exigiu dos docentes uma prática dialógica, edificada em encontros de planejamentos efetivos ao longo das semanas que se seguiram para a operacionalização do projeto, além de demandar ,necessidades vitais como: planejamento sistemático, pesquisa intensa por parte da equipe docente, criatividade e elaboração de materiais e recursos necessários a prática a exemplo de exercícios, moldes textuais, cartazes silhuetas, slides em Power point , mostruários textuais

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO entre outros.

Em linhas gerais, as ações efetivadas se configuraram a partir de um eixo inter – relacional, ocorridas nas datas:14/07/2015 com 10 h de atividades, 27/07/2015 com 05 horas de atividades, 04/08/2015 com 10 horas de atividades, e 11/10/2015 com mais cinco horas de trabalhos, o que totalizam 30 horas de estudos, articulação acadêmica. Encontros formativos em cujas ocasiões procedemos aos estudos de textos, planejamento, elaboração e estruturação das oficinas. Nestes encontros os acadêmicos além de aprofundarem teoria, buscaram as interfaces com a prática elaborando os recursos necessários para condução das atividades considerando o público específico: Pessoas da terceira idade.

Assim, a elaboração de textos pautados como do gênero memórias, através da língua escrita (em poemas, letras de músicas) muitas vezes, torna o processo da produção e acesso em um ato permeado por dificuldades e angústias. Diante disso e visando a subsidiar os sujeitos, alunos da UATI, TODOS considerados como da terceira idade, a vencer os obstáculos inerentes ao ato de produzir trabalhos escritos, sobretudo na elaboração de textos do tipo memórias pensamos na execução de laboratórios de expressão escrita como locus de encontros entre os sujeitos, para coletivamente, debaterem e construir conhecimentos quanto a conquista da língua escrita sem contudo, olvidarem da importância da linguagem oral, especificamente, no que tange ao potencial que as narrativas orais/ histórias e vida oferecem como instrumento fecundo de informações e reconto dos fatos.

Pensamos então, na sala de aula, como local de trabalho, de comunicação, como processo de produzir mensagens, tomamos como objeto de uma ação de cunho educativo, a construção de um espaço e tempo para debatermos, estudarmos e aperfeiçoarmos os conhecimentos já elaborados em torno das práticas de leitura e produção textual escrita.

Assim sendo, realizamos uma ação coletiva, de caráter interdisciplinar para discutir amplamente os conceitos, a tipologia, as características peculiares do gênero poesia e músicas, permeando a memória literária, como portador/veículo privilegiado de contar sobre as memórias de cada um e as memórias de um coletivo de sujeitos sociais

Imaginamos o trabalho colaborativo como possibilidade a ser edificada na escola como alternativa para possibilitarmos a travessia da prática solitária para a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
cooperação dialogante, capaz de fertilizar as práticas de escrita no âmbito da escola.

Os desafios impostos por esta nova forma de atuar no cenário da escola são muitos, e talvez muitos entraves ainda tenham que ser demolidos para que, de fato, se construa uma ação interdisciplinar na sala de aula.

O desafio da interdisciplinaridade é talvez um dos grandes bloqueios que tentamos furar no fazer-desfazer dos planos e práticas construídas-desconstruídas na escola reforçado inclusive no/pelos cursos de formação acadêmica inicial produzindo “os especialistas herméticos” dentro da própria escola. Dizemos isso, em razão, de em muitos casos, alguns docentes não se permitirem dialogar com as outras “áreas do conhecimento. Os desafios impostos por esta nova forma de atuar no cenário escolar são muitos, e talvez muitos entraves ainda tenham que ser demolidos para que, de fato, se construa uma ação interdisciplinar na prática.

Afinal, o paradigma interdisciplinar não traz regras, manuais do que se pode ou não fazer, do que se deve ou não encaminhar, como e quando devemos interferir, transgredir, convocar, construir. É no dia-a-dia, no fazer e desfazer das ações que vamos montando, ações que, efetivamente são geradoras da colaboração e mobilizadoras de ações interdisciplinares capazes de congregam alunos, pessoal técnico-administrativo, comunidade e professores no exercício da pesquisa e, consequente, construção crítica reflexiva do conhecimento na escola

Nos dias: 21/10/2015 com 5 horas de atividades e 23/10/2015 com mais cinco horas de atividades, totalizando 10 horas de atividades envolvendo os licenciando em Letras e a turma de alunos da UATI/CAMPUS XI, tivemos a realização das oficinas constituídas pelas práticas de leitura, de dois gêneros em destaque: poesias e músicas, a em forma de atividades assim planejadas:

Ao final as ações totalizaram 40 horas de trabalhos envolvendo diretamente os alunos graduandos em Letras os quais puderam vivenciar dois elementos importantes para seus processos de formação: O diálogo e a reflexão sobre a prática permitiram não apenas aprendizagens teórico- metodológicas, mas para além disso, se traduziu como exercícios profícuos para consolidação da formação do professor pois a construção da postura reflexiva não requer apenas do educador o saber conceitual, ou mesmo o saber fazer. A construção da posição reflexiva demanda do licenciando e futuro Pedagogo o “saber explicar”, o saber argumentar de forma consciente sobre as suas metodologias, sobre os recursos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO didáticos usados e/ou construídos, sobre a prática e sobre as decisões tomadas

Deste modo, cada oficina realizada passou por um processo de criação, onde os alunos foram desafiados a produzir todos os materiais usados. Para tanto, exigiu um exercício de pesquisa intenso, o que demandou tempo, esforço, superação de limites e barreiras inerentes ao processo de formação docente.

CONCLUSÃO

A reflexão sobre a prática permite não apenas aprendizagens teórico-metodológicas, mas para além disso, se traduz como exercícios profícuos para consolidação da formação do professor pois a construção da postura reflexiva não requer apenas do educador o saber conceitual, ou mesmo o saber fazer. A construção da posição reflexiva demanda do licenciando e futuro educador o “saber explicar”, o saber argumentar de forma consciente sobre as suas metodologias, sobre os recursos didáticos usados e/ou construídos, sobre a prática e sobre as decisões tomadas

Logicamente, em relação ao desafio de articular pesquisa e formação, demanda muitas ponderações, muitas reflexões e ressignificações pois, alguns aspectos poderão ser repensados, reposicionados e adequados, sobretudo no que tange a interdisciplinaridade, necessária de ser construída nos espaços acadêmicos, uma vez que, unindo esforços, certamente poderemos tecer novas histórias e novas abordagens para favorecer a formação dos educadores.

Além do mais, o desafio de tecer os fios de uma experiência que congrega pesquisa e formação docente, imprime em nós, professores da educação superior, uma intensa busca pela nossa autoformação, exigindo de nós, renúncias, assunção de novas perspectivas, abandonos de certezas, abraços nas incertezas, o esforço, busca e acima de tudo, esperança em tecermos e ajudarmos a construir uma educação pautada nas ideias de democracia e transformação social.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez, 1979.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Culturas híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2008 [1989].

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

GIROUX, Henry. **Escola crítica e política cultural**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1992

LEMKE, J. L. **Letramento metamidiático transformando significados e mídias**. Revista de trabalhos em Linguística aplicada, vol 49 nº 2 – Campinas 2010;

MACEDO, Roberto Sidnei, **Currículo, Diversidade e Equidade Luzes para uma Educação Crítica**. Salvador: EDUFBA, 2007

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Cap. III: Métodos em Pesquisa-Diário de Campo. Notas de existência e conhecimento/Roberto Sidnei Macedo. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

ROJO, Roxane. **A prática de linguagem em sala de aula**. 2005;

_____. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: parábola editorial, 2009;

_____. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012;

SNYDER, Ilana. **Ame-os ou deixe-os**: navegando no panorama de letramentos em tempos digitais. Tradução de Samuel de Carvalho Lima. In: ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias (orgs). **Letramentos na web: gêneros, interação e ensino**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p.23- 46.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

**USO DO PIXTON PARA PRODUÇÃO DE HQ'S NA DISCIPLINA DE LÍNGUA
INGLESA NA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS: REVISÃO
SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

Fabio Rogerio dos Santos Souza

Licenciatura em Ciência da Computação.
Técnico Universitário/UNEB
Especializando em Educação Digital/UNEB
frogersouza@gmail.com

Alexandre Siles Vargas

Mestre em Música
Professor de Música do Curso
de Licenciatura em Música EaD da Unead/Uneb
guitarrabaiana6@gmail.com

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Pedagoga. Analista Universitária/UNEB
Especializando em Educação Digital/UNEB
marajesu@gmail.com /mjesus@uneb.br
<https://orcid.org/0000-0002-0638-8873>

Rozenilde Lima da Silva

Pedagoga/UNINASSAU
Educadora Física/UNOPAR/UNIASSELVI
Especializando em Educação Digital/UNEB
rose.ray10@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma Revisão Bibliográfica Sistemática acerca do uso do Pixton para a produção de Histórias em Quadrinhos - HQ's na disciplina de Língua Inglesa na perspectiva dos multiletramentos. Serão considerados abordados alguns trabalhos correlatos ao proposto neste artigo, de acordo com a similaridade das ideias, estruturas e tecnologias apresentadas. Para isso, foram utilizadas as seguintes bases de dados como: Capes, BDTD, SciELO, ACM Digital Library, Google Scholar. Durante a pesquisa foram identificadas e analisadas publicações entre artigos, e-books, teses, dissertações, dentre outros, que abordem experiências e práticas multiletradas com a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC. Os resultados apresentaram poucos trabalhos no que diz respeito a utilização do Pixton no estudo de línguas estrangeiras em especial a Língua Inglesa, objeto do presente estudo, o que nos revela a necessidade de mais pesquisas a respeito da sua utilização no processo de ensino aprendizagem nos mais diversos graus da educação.

Palavras-chave: revisão sistemática de literatura; multiletramentos; TICs; processos de ensino-aprendizagem; língua inglesa; pixton.

THE USE OF PIXTON TO PRODUCTION OF COMICS IN THE SUBJECT OF ENGLISH LANGUAGE FROM THE PERSPECTIVE OF MULTILITERATION: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT

The presente article aims to carry out a Sistematic Bibliographic Review about the use of Pixton for the production of Histórias em Quadrinhos - HQ's in the discipline of english language from the perspective of two multiliteraments. Sme works related to the purpose of this article will be considered addressed, according to the similarity of the ideas, structures and technologies presented. xxxx, foram used the following databases such as: Capes, BDTD, Scielo, ACM Digital Library, Google Scholar During the research, publications were identified and analyzed among articles, e-books, theses, dissertations, among others, thar address experiences and multiliterate practices with the use of Digital Technologies of Information and Communication - TDIC. The results wiill show few works that do not respect the use of Pixton in the study of foreign languages, the object of this study, or that reveal the need for more research regarding its use in the teaching its use process, but also in the learning process various degrees of education.

Key-words: multiliteraments; ICTs; teaching learning processes; english language; pixton.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, os professores de línguas, em especial os de Língua Inglesa, vivem um grande desafio que é repensar o seu fazer pedagógico, introduzindo novas metodologias para auxiliar no processo de ensino aprendizagem junto aos estudantes. No que diz respeito à prática de leitura e escrita, esta tem se modificado, de maneira mais impactante, rápida e contínua, uma vez que o sujeito precisa saber mais do que ler e escrever, ou seja, precisa dar sentido e significado ao que se aprende, principalmente num mundo movido pelas tecnologias.

É sabido que no final da década de 80, o termo alfabetização ainda estava bastante em evidência, pois, era suficiente que o indivíduo soubesse apenas ler e escrever podendo ser considerado alfabetizado. Contudo, a partir desta mesma década surge o termo letramento que vem do inglês literacy significando o “[...] resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (Soares, 2010, p. 18). Dessa maneira, o termo letramento

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO buscava mitigar a lacuna existente, com o uso da linguagem associada com as práticas sociais de leitura e escrita e a partir do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's, possibilitaram a ressignificação dessas práticas, trazendo mais interatividade, criatividade, criticidade, dentre outros aspectos.

Assim, essas tecnologias contribuíram para que a noção de letramento fosse mais que ler e escrever, trazendo a cultura ou conceito de multiletramentos, o qual introduz às múltiplas linguagens e culturas presentes na nossa sociedade, mediadas com o uso das referidas tecnologias.

Diante dessas alterações conceituais e uso de tecnologias quase então restritas a outros campos de saberes, o cenário pedagógico foi substancialmente transformado, trazendo novas configurações ao segmento docente que sofreu maior impacto quanto ao nascimento deste novo contexto, mediado pelos aparatos tecnológicos, e assim, todos os professores precisaram adaptar-se, incluindo os de Língua Inglesa, revendo sua prática pedagógica, estruturando uma nova proposta para seu fazer pedagógico, introduzindo novas tecnologias (dispositivos, plataformas, entre outros) que permitirão que as aulas se tornem mais atrativas e estimulantes.

Neste sentido, plataformas, dentre elas a Pixton [1], vem se constituindo um dispositivo com grande potencial para ser usado nas aulas, pois, permite aos alunos através da criação de Histórias em Quadrinhos (HQ's), desenvolver sua criatividade, ludicidade, imaginação, interatividade e interação entre outros, além da sociabilidade, uma vez que as narrativas podem ser construídas através de um trabalho de escrita colaborativa configurando-se, desta forma, num ambiente fértil para letramentos outros.

O uso da Plataforma Pixton na educação tem se constituído como um dispositivo, que permite auxiliar os professores durante suas aulas. O Pixton possui diversas opções para a construção de narrativas sejam HQ's, jornais, Cartoon, Charge dentre outros permitindo assim o desenvolvimento dos alunos na escrita, produção, compreensão e interpretação de textos durante as aulas de Língua Inglesa melhorando de forma fulcral o processo de ensino e aprendizagem, já que as histórias em quadrinhos estão presentes no cotidiano dos alunos.

Dessa forma, esta pesquisa, através de uma revisão do estado da arte, buscou discutir, compreender e identificar como a plataforma Pixton poderá auxiliar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO os professores de Língua Inglesa durante as suas aulas, visto o seu grande potencial para o desenvolvimento de novas práticas multiletradas no processo de ensino e aprendizagem da Língua Inglesa, que possibilitará uma aprendizagem lúdica do idioma e suas regras, despertando assim o interesse pelo conteúdo apresentado durante as aulas.

A partir do contexto apresentado, trouxemos como problema a seguinte questão: Como a plataforma Pixton poderá auxiliar os professores de Língua Inglesa durante as suas aulas? A fim de sustentar essa questão principal, será também considerada a seguinte questão secundária: Quais são as pesquisas mais relevantes no campo da educação sobre a utilização de plataformas como o Pixton para o desenvolvimento de HQ's sob a perspectiva dos multiletramentos?

Nesta perspectiva, o objetivo desta escrita foram vários, como o de realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o uso da plataforma digital pixton para a produção de HQ's sob a perspectiva dos multiletramentos; realizar uma revisão da literatura no que diz respeito às propostas mais relevantes acerca do uso do Pixton como um aparato tecnológico auxiliar nas aulas de Língua Inglesa, aplicando filtros de seleção específicos; analisar os trabalhos levantados, de acordo com critérios de seleção definidos e, concluindo por discutir os trabalhos considerados relevantes para a pesquisa, considerando critérios qualitativos.

O *locus* de pesquisa é o espaço das práticas pedagógicas dos professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio, que estão relatadas em diversas experiências, em artigos científicos balizados e consistentes, que nos permitam inferir os impactos do uso dessa plataforma na prática educativa, em algumas escolas do Brasil, por meio de pesquisas bibliográfica, considerando que em virtude da pandemia, impôs distanciamento físico havendo gradual retorno às atividades presenciais. Contudo, em virtude do arrefecimento, mas não cessação completa do período pandêmico, optamos por realizar pesquisa bibliográfica sistemática, demarcando como limite o uso da plataforma Pixton em disciplinas de Língua Inglesa.

Serão consultados documentos oficiais, sites e literaturas científicas com relatos de experiências pedagógicas com uso da Plataforma Pixon e dos resultados dessas experiências.

O artigo encontra-se organizado em xxxx seções: a primeira traz a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO fundamentação teórica-conceitual sobre a Pixton e, em seguida a atualização da literatura oficial , concernente aos modos de usos da plataforma. A segunda parte apresenta os relatos docentes sobre as experiências pedagógicas da implantação do Pixton em suas aulas e seus impactos no processo de ensino aprendizagem, nas disciplinas de Língua Inglesa. A terceira seção trazemos as principais pesquisas no campo da educação utilizando o Pixton para o desenvolvimento de HQ's sob a perspectiva dos multiletramentos e depois finaliza com as considerações (in)conclusivas sobre o uso do Pixton nas disciplinas de Língua Inglesa.

Destarte, no sentido de contribuir para o diálogo em torno da temática eleita, apresentamos a seguir o quadro teórico que compõe as discussões ora em pauta neste projeto de pesquisa e que darão suporte ao problema proposto, buscando desvelar a realidade pedagógica e os impactos sobre estas a partir do uso da plataforma Pixton.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Plataforma Pixton: conceito, uso e desafios:

O uso de dispositivos digitais, incluindo plataformas as mais diversas, tem se constituído uma prática cada vez mais comum na prática docente, principalmente em virtude do momento pandêmico vivido por toda educação ao redor do planeta, quando precisou alterar o espaço de aprendizagem do presencial para o digital, trazendo novas configurações ao fazer pedagógico.

É possível que estas novas configurações tenham causado grandes impactos, negativos e positivos, à educação, considerando as concepções contrárias e à favor da educação à distância - EaD, defendida por muitos, mas que sofreu resistência por décadas, tornando-se de uma hora para outra a centralidade das discussões, impactando grandes mudanças de perspectivas.

Aos de posicionamento contrários à implantação da educação à distância, tema debatido por décadas e muito utilizado por instituições particulares, foram obrigados a aceitar que a pandemia impingiu um novo *modus operandi* em relação aos espaços docentes e, de forma nada estruturada, a EaD se infiltrou no cotidiano de todos os professores, a gosto ou a contragosto.

Desta maneira, pensando em formas de incrementar a prática docente que já

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO atuava com EaD, somou-se os dispositivos online ou não, o uso de diversas plataformas que buscavam transformar as aulas em ambientes descontraídos e lúdicos mediados por tecnologias educacionais, dentre elas, a Pixton.

Desafios das práticas multiletradas com o uso do Pixton no Desenvolvimento de HQ's na Língua Inglesa sob perspectiva dos multiletramentos

Neste artigo, buscamos pesquisar o processo de ensino aprendizagem dos estudantes da disciplina de Língua Inglesa por meio da plataforma Pixton sob a perspectiva dos multiletramento. Os profissionais têm o objetivo de sempre procurar a melhor maneira de ensinar para que, aprendendo, possa entender e se desenvolver. Segundo a autora Kalantzis (2000):

"O compromisso com a formação docente leva-nos à compreensão de que não podemos pensar mais a sala de aula senão pelos caminhos de ações formativas que contemplem as intensas demandas sociais de leitura e de escrita, considerando as transformações engendradas pelas diversidades linguística e cultural e o modo pelo qual as pessoas se comunicam, produzem saberes e constroem conhecimentos na sociedade tecnológica digital".

Desta forma as transformações e demandas sociais de leitura e aprendizagem vem se transformando, influenciando as diferentes formas de habilitar os profissionais da educação para que o fazer pedagógico seja desenvolvido habilidades e competências necessárias ao exercício da docência.

A formação docente tem a construção de desafios e propostas e deem aos pedagogos a possibilidade de apreenderem e compreenderem o multiletramento e de mudar através dos seus conhecimentos, habilitando-os a uma prática pedagógica pautada no conhecimento tecnológico acerca do espaço digital, conduzindo-os ao bom desenvolvimento de suas atividades pedagógicas. A partir de uma nova forma de aprendizagem e de interatividade que contribua para mudanças efetivas das práticas de letramentos na Educação Básica.

Referimos as mudanças que exigem dos profissionais a refletir de práticas que se delinham em um contexto de transformações e manifestações linguísticas pluriculturais e os convida para discutir de modo a laborado e ampliado, letramentos e multiletramentos, assim entendemos como o processos e as diferentes tecnologias e culturas. Esse estudo representa uma necessidade compartilhada de socializar e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO aprender, uma pesquisa realizada no âmbito da pós-graduação. Mostra que poderá contribuir para a reflexão e o debate a respeito de novas possibilidades e métodos de ensino que possam contribuir e ressignificar as aulas dos professores e que o processo de ensino aprendizagem de leitura e escrita sejam compreendidos para além da sala de aula física, por uma fumaça linguístico-comunicativa para a formação de sujeitos discursivos.

Letramentos, multiletramentos: outras formas de letrar na sociedade contemporânea

No contexto atual a sociedade tem passado por inúmeras transformações, dentre elas destaco transformações no contexto escolar. É sabido que o aluno do século XXI pertence a um novo perfil de aluno que é considerado um nativo digital que está imerso em um mundo cada vez mais multicultural e multissemiótico, devido às múltiplas culturas e linguagens existentes . Segundo Ferraz (2019, p.7)

Na educação – seja no contexto universitário, seja na educação básica –, enfrentamos o desafio de trabalhar com um novo perfil de aluno que, imerso nas múltiplas culturas, é provocado a sistematizar suas leituras e escritas, em um contexto de múltiplas linguagens, propiciadas pelos multiletramentos, os quais têm ganhado novos contornos com as TD [Tecnologia Digital].

Corroborando Hetkowski e Menezes (2019, p. 206) entendem o “multiletramentos como a multiplicidade e variedade das práticas letradas da nossa sociedade”. Neste sentido, Rojo (2012, p. 13 apud hetkowski; Menezes, 2019, p. 214) sinaliza que a juventude utiliza “outras e novas ferramentas de acesso à comunicação e à informação e de agência social, que acarretavam novos letramentos, de caráter multimodal ou multissemiótico”. Dessa maneira é fundamental pensar em uma educação que permita trabalhar além dos conteúdos formais, também os não formais, estabelecendo uma relação com a prática social dos sujeitos aprendentes, nesse sentido ao fazer uso das práticas multiletradas no contexto escolar, o professor irá permitir potencializar suas aulas tornando-as mais atrativas.

Hetkowski e Menezes (2019, p. 214) sinaliza que:

Avançamos em direção aos multiletramentos que consideram a multiplicidade cultural e semiótica, que é a constituição dos textos que circulam nos contextos sociais mediados pelas TIC. Isso traz

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
novas demandas, que são as habilidades de interpretar a linguagem em suas diferentes representações, por conta dos textos multimodais que combinam mais de um modo semiótico em sua organização, como o linguístico, o imagético, o gestual, o sonoro.

Desta forma, devido a essas novas demandas e habilidades que este aluno precisa ter, os professores precisam ressignificar e repensar a sua prática pedagógica, incluindo diferentes formas de acesso à aprendizagem. De acordo com Silva, Anecleto e Santos (2021, p. 16) a prática pedagógica deve incluir todas as formas de letramento proveniente do “repertório” humano. Para as autoras, os estudantes carecem de aprendizagens diferenciadas no sentido de sua interação com o texto - multimodal e semiótico -, através de ações multiletradas.

Neste sentido, diante da tecnologia digital contemporânea, também é necessário o letramento digital. De acordo com Coscarelli (2019, p. 64), “Chamamos de letramento digital o conjunto de habilidades que viabilizem o uso da linguagem para a comunicação em meios digitais”. Assim, o letramento digital seria o desenvolvimento de novas habilidades e competências mediadas pelo uso das TDIC. Coscarelli (2019) aponta que:

O cidadão precisa ser e estar preparado para lidar com os ambientes digitais, seja para lazer, seja para trabalho, em instâncias públicas e privadas. Incorporando a ideia de desenvolver o letramento digital dos alunos, as escolas estarão contribuindo para lidar com uma noção de letramento mais contemporânea e que vai estimular a formação de cidadãos críticos e participativos.

Partindo do contexto escolar, o letramento digital surge como uma proposta inovadora para potencializar as aulas. Permitindo assim, que os alunos possam desenvolver novas habilidades e competências durante as aulas ministradas pelos professores.

De acordo com Magda Soares (2009, p.17) , “A palavra literacy vem do latim littera (letra), com sufixo – cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser [...]. Ou seja: literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever”. Dessa maneira, o professor ao abordar o letramento digital durante as suas aulas, possibilitará que o aluno possa se apropriar, incorporar e aprender novas formas e técnicas em relação às práticas de leitura e escrita que predominam nossa sociedade contemporânea. Assim, o letramento digital de acordo com Buzato (2009a, p.24), “Permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO computadores e outros dispositivos eletrônicos”.

Nesse sentido, quando o professor se apropria do letramento digital durante as suas aulas no contexto escolar, possibilitará aos seus alunos novas formas de interpretação das aulas. Isso ficou bastante evidenciado no contexto pandêmico em que professores do mundo precisaram se reinventar para atender a essa nova demanda imposta pela calamidade pública que se instalou ao redor do mundo, levando com isso os professores a reverem suas práticas e se adaptarem a esse “novo normal”.

Assim, ao introduzir novas formas de ensino como o uso de HQ's durante as suas aulas, os professores de inglês poderão propiciar aos seus alunos novos olhares em relação a disciplina, pois, como o uso de HQ's já fazem parte do cotidiano de muitos alunos, ao introduzir a HQ's no contexto escolar, permitirá que o idioma inglês, tanto no que diz respeito à leitura, quanto na escrita, possa ser compreendido pelos alunos de maneira prazerosa e lúdica, o que irá permitir um melhor desenvolvimento dos alunos na disciplina.

Práticas de multiletramentos no ensino da Língua Inglesa

Em relação às práticas de multiletramento no ensino da língua portuguesa, Kersch e Dornelles (2021. p. 60) sinalizam que os “fanfics” constituem uma nova forma de letramento, que é vivenciada por crianças e adolescentes. As autoras apontam que o interesse em escrever decorre do contato desses jovens “Com o gênero e com cada uma das leituras que fizeram” (Kersch; Dornelles, 2021, p. 60)

Fanfiction é um estrangeirismo do Inglês que remete a fan+fiction, ou seja, ficção de fã. Essas fanfiction, fanfics, ou simplesmente fics, são histórias criadas pelos fãs de algum tipo de mídia, sejam fãs de um livro, de um ator, de uma banda, de um filme, de um Youtuber e de tudo mais que conseguimos imaginar (Black, 2005). Essas histórias são escritas com algo do universo a que esses fãs fazem referência: a história pode ser com o enredo de um livro, como o mundo mágico de Harry Potter ou o mundo mitológico de Percy Jackson; pode ter personagens que já existem, como cantores ou atores, ou pode ter personagens originais, tudo depende da criatividade do autor. (Kersch; Dornelles, 2021, p. 60)

Segundo Kersch e Dornelles (2021. p. 60), a leitura e escrita de fanfics “auxilia no desenvolvimento das competências linguísticas, sejam elas na língua

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO portuguesa ou até mesmo na aquisição de uma língua adicional”. Segundo Black (2005 apud Kersch; Dornelles, 2021, p. 60), “A leitura e escrita de blogs, sites, fóruns proporcionam acesso a ambientes digitais de interações linguísticas e sociais autênticas dentro de contextos significativos para os participantes”. Desta forma, desenvolvem competências e habilidades em algum idioma e estabelecem relações com outros participantes.

Neste sentido, ao utilizar Histórias em Quadrinhos (HQ's) no contexto escolar, em especial no ensino da Língua Inglesa, irá permitir aos professores potencializar o processo de ensino aprendizagem dos estudantes. Em se tratando de um gênero textual que narra a história através de desenhos e textos sequenciados, as HQ's são definidas segundo Silva (2002, p. 54) como “uma forma de linguagem que combina imagem e texto por meio do encadeamento de quadros, narra uma história ou ilustra uma situação”. Assim, ao fazer uso de HQ's na sala de aula os professores por meio da combinação da linguagem verbal e não verbal, irá propiciar o desenvolvimento do aluno na disciplina de língua inglesa, uma vez que um dos maiores desafios durante o ensino da disciplina é a compreensão do idioma.

É sabido que os professores da contemporaneidade precisam se apropriar de novos meios e modos de produzir conhecimento, os quais irão dinamizar suas aulas e atender um público que já faz parte dessa era tecnológica. Por não se tratar da língua materna, o idioma inglês precisa ser ensinado com uma nova abordagem que possa possibilitar aos alunos uma nova forma de conceber a aprendizagem da língua. Para muitos alunos a língua inglesa é considerada algo difícil de ser aprendida, no entanto, entendemos que o professor quando se apropria de novas formas de ensinar mediadas pelo uso das TDIC, como o Pixton por exemplo, dará ao seu aluno uma nova experiência, através da utilização de processos inovadores os quais permitirá que estes possam serem estimulados, desenvolvendo no aluno o desejo de aprender o idioma.

O uso das tecnologias digitais no ensino da Língua Inglesa

Em relação ao uso das tecnologias digitais no ensino da língua inglesa, Del Pupo (2018, p. 10) sinaliza que o professor deve lançar mão do uso de tecnologias digitais pois têm grande potencial educacional, motivando os estudantes a despertar

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO mais interesse nas aulas de inglês. Para isso, a autora aponta o software Pixton como um recurso capaz de tornar a aprendizagem significativa, facilitando a aprendizagem.

O Pixton é uma ferramenta digital interativa de produção de histórias em quadrinhos (HQs) acessível aos estudantes e pode ser usado em português³⁷. Esta ferramenta tem uma versão gratuita disponível, que impõe certas limitações, mas existe a versão paga. Segundo Del Pupo (2018, p. 15), para utilizarem esta ferramenta, “os alunos também precisarão ter algumas noções básicas de informática como ligar o computador, usar o mouse e teclado”.

No Pixton, é possível adicionar planos de fundos para os quadrinhos, personagens customizáveis, objetos, efeitos etc. (Fig. 3). Pelo próprio software já são disponibilizadas muitas opções de edição, então o usuário não precisa se preocupar em procurar por conta própria em fontes como o Google Imagens, planos de fundo ou personagens, nem em desenhar com o mouse. Mas seu uso exige atenção e paciência: o controle é sensível e a pressa pode fazer um personagem ficar todo contorcido. Felizmente, há opção de salvar as edições e “voltar” caso cometa um deslize. (Del Pupo, 2018, p. 15).

Neste sentido, Del Pupo (2018) sinaliza que diante de sua experimentação com o software Pixton, os alunos se mantiveram motivados a desenvolverem “suas tirinhas, inclusive em suas casas e para outras finalidades, aceitação total por eles” (Del Pupo, 2018, p. 19). Assim, fica evidenciado que ao utilizar metodologias inovadoras que possam desenvolver a aprendizagem dos alunos, as aulas se tornam mais atraentes e estimulantes.

Por se tratar de um aparato com grande potencial multissemiótico e multimodal, o Pixton pode ser considerado um valioso recurso no contexto escolar, principalmente durante as aulas de inglês, pois oferece a possibilidade de trabalhos colaborativos, possibilitando uma maior interatividade entre professores e alunos. Ao fazer uso do Pixton, o professor poderá ministrar o seu conteúdo de maneira mais leve, dinâmica e lúdica, trazendo uma nova abordagem que irá permitir transpor os métodos tradicionais que ainda perduram em muitas unidades de ensino.

³⁷ www.pixton.com.br

METODOLOGIA

Revisão Bibliográfica Sistemática

Considerando o objetivo geral da presente pesquisa, que é apresentar uma revisão bibliográfica sistemática - RBS em relação aos levantamentos dos estudos que abordem o uso da plataforma Pixton como dispositivo tecnológico no desenvolvimento da leitura e escrita da língua Inglesa sob a perspectiva dos multiletramentos. Serão avaliados trabalhos publicados no período de 2012 a 2022, trazendo ao leitor um resultado de pesquisas mais recentes sobre a temática em estudo.

Neste sentido, utiliza-se a revisão sistemática da literatura por considerá-la essencial, pois serve de parâmetro norteador para buscar respostas em relação ao problema de pesquisa. Com a revisão de literatura será possível identificar as itinerâncias da pesquisa, tendências, lacunas, dentre outros aspectos relevantes.

A revisão sistemática é uma maneira de avaliar e interpretar toda pesquisa relevante e disponível sobre uma questão de pesquisa específica, tópico ou fenômeno de interesse, fazendo uso de uma metodologia de revisão que seja confiável, rigorosa e que permita auditoria (Kitchenham, 2004).

Ademais, a revisão sistemática se difere da revisão de literatura tradicional de acordo com o rigor e critérios definidos para a seleção de referências bibliográficas.

A revisão de literatura tradicional tipicamente apresenta resultados de investigação relativos a um tópico de interesse [do investigador]. Resumem o que é conhecido sobre esse tópico sem explicarem os critérios utilizados para identificar e incluir esses estudos nem justificar o motivo de alguns estudos serem descritos e discutidos, e outros não. Assim, estudos potencialmente relevantes podem não ter sido incluídos na revisão de literatura por o autor não ter conhecimento deles ou, conhecendo-os, decidir não os incluir por razões que não explica. Se o processo de identificação das fontes bibliográficas não for explícita, consistente e rigorosa, não é possível avaliar a adequação dessas fontes ao estudo em causa (Gough et al., 2012 apud Ramos; Faria; Faria, 2014, p. 20).

Corroborando Levy e Ellis (2006) aponta uma RBS por meio de um processo. Os autores conceituam o processo como sendo a "sequência de passos e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO atividades” (Sethi; King, 1998 apud Levy; Ellis, 2006). Para que os resultados da revisão sistemática sejam alcançados, os autores sinalizam três passos fundamentais, os quais destacamos a seguir: 1- Entrada; 2 - Processamento; e 3 - Saída. Na fase 1, serão considerados para efeito da revisão sistemática da literatura artigos clássicos no campo de estudo, livros que abordam conhecimento na área de estudo do qual se é proposto e artigos considerados fundamentais na academia por especialistas. De acordo com o autor, também nessa fase são informadas as itinerâncias na condução da RBS. Trata-se de um documento descritivo que irá abordar o processo, técnicas e ferramentas que serão utilizadas durante a fase 2, na qual permitirá compor a fase 3, que seria o resultado de toda a análise realizada, através da apresentação de relatórios, análise e discussão de resultados, entre outros. A seguir iremos ilustrar as três fases de uma RBS, proposta por Levy e Ellis (2006), de acordo com a Figura 1.

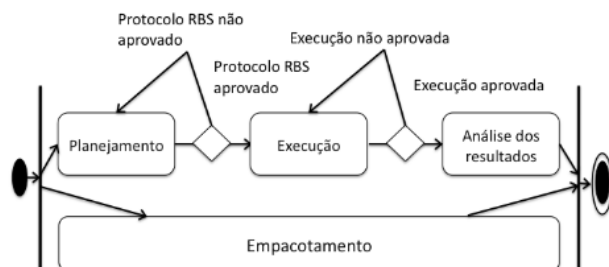
Figura 01: Fases de uma revisão bibliográfica efetiva



Fonte: Adaptado de Levy e Ellis (2006).

O modelo desenvolvido por Levy e Ellis (2006) aborda a necessidade da elaboração do protocolo RBS, através de ciclos compostos por seis fases de acordo com a Figura 1. Revelando que na medida em que o conhecimento é aprofundado acerca da temática, os ciclos se tornam mais eficientes. Aponta também que os ciclos poderão ser repetidos quantas vezes forem necessários até que os objetivos da pesquisa sejam alcançados. Apresentamos também neste trabalho um outro modelo para RBS disponível na literatura, que tem como foco a área tecnológica, proposto por Biolchini et al. (2005), de acordo com a Figura 2 a Seguir.

Figura 02: Principais fases de um processo de condução de uma revisão bibliográfica de acordo com Biolchini et al (2005)



Fonte:

Trata-se de modelos que se assemelham no que diz respeito ao planejamento, execução e análise de resultados, embora o modelo proposto por Biolchini et al. (2005) não a condução da revisão bibliográfica em ciclo, como ocorre no modelo proposto por Levy e Ellis (2006).

Baseado nestes autores a RBS do trabalho aqui exposto será desenvolvida conforme segue:

- Na etapa do planejamento é definida a revisão sistemática, os objetivos, além da criação dos protocolos como: a seleção de fontes, métodos de busca e palavras-chave, critérios de inclusão, exclusão e qualidade dos estudos primários.
- Na etapa de execução busca-se analisar os estudos preliminares, identificando, coletando e catalogando em uma planilha ou lista. Tendo em vista que a organização já foi realizada, são definidos os critérios de inclusão e exclusão que foram informados no protocolo e que serão aplicados em duas etapas: 1 – inicialmente realizando a leitura do título, resumo e conclusões, 2 - em seguida é realizada a leitura do texto na íntegra. Depois de concebida esta etapa o resultado da análise será registrado. Vale ressaltar, que para garantir que estudos relevantes não tenham sido eliminados, a lista poderá ser reavaliada. Ainda nesta etapa, são extraídas as informações que serão incluídas na pesquisa.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

- E, para finalizarmos, seguimos com a Análise dos Resultados em que os resultados dos estudos preliminares são checados e sintetizados para ver se estão aderentes ao propósito da revisão.

Levy e Ellis (2006) descrevem uma revisão sistemática por meio de um processo. Os autores adotam a definição de processo como "sequência de passos e atividades" (SETHI; KING, 1998 apud LEVY; ELLIS, 2006). Para alcançar esses resultados, Levy e Ellis (2006) definem três fases principais: Entrada; Processamento; e Saída. Na fase "entrada" estão as informações preliminares que serão processadas, por exemplo: artigos clássicos na área de estudo, livros-texto que compilam conhecimentos na área, artigos de referência indicados por especialistas. Também inclui o plano de como será conduzida a RBS, ou seja, o protocolo da RBS. Trata-se de um documento que descreve o processo, técnicas e ferramentas que serão utilizadas durante a fase 2 (processamento), que por fim irá gerar as "saídas", relatórios, síntese dos resultados, etc.. A Figura 1 ilustra as três fases de uma RBS, conforme proposta de Levy e Ellis (2006).

DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Realizamos uma pequena análise sobre algumas ferramentas digitais interativas de produção de HQs, conseguindo e objetivando e identificando possibilidades de ensino e aprendizagem, podendo avaliar os recursos disponibilizados que podem promover o aprimoramento dos multiletramentos. Dentre eles o software Pixton verificando assim que é o mais acessível no aproveitamento da aprendizagem dos alunos,. A ferramenta Pixton possui uma interface bastante atualizada com um design avançado e limpo , identificando que é a melhor ferramenta dentre as várias analisadas.

Sob a perspectiva dos multiletramentos na disciplina de Língua Inglesa, alguns trabalhos correlatos ao proposto neste artigo a pesquisa foram identificadas e analisadas publicações entre artigos, e-books, teses, dissertações, dentre outros, tendo como resultados poucos trabalhos no que diz respeito a utilização do Pixton no estudo de línguas estrangeiras em especial a Língua Inglesa.o estudo, nos revela a necessidade de mais pesquisas a respeito da utilização .

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Estamos vivendo num mundo de muitos desafios, nesta concepção de tecnologia que não deve ser vista de forma descuidada, com o objetivo proporcionar uma reflexão sobre a importância da utilização do Pixton para produção de HQ's na disciplina de Língua Inglesa na perspectiva dos multiletramentos. As ferramentas online utilizadas como exemplo o windows ou linux ajudaram bastante nesta pesquisa, os livros em PDF, bem como consultas a vários periódicos, como a plataforma CAPES.

As metodologias e de ações educativas relacionadas com o uso de softwares que fornecem suporte à elaboração no ambiente escolar na aprendizagem considerando o uso das histórias em quadrinhos como recurso didático pedagógico para o Ensino de modo geral na escola nas aulas de Língua Inglesa, assim o uso dos HQs vem sendo encarada como um desafio para os estudantes, que definem esta disciplina como sendo algo de difícil entendimento, sendo que muitos destes não conseguem identificar os conceitos que estudam na prática de seu dia a dia.

REFERÊNCIAS

ANECLETO, Úrsula C.; OLIVEIRA, Maiele dos S. Tecnologias digitais, pedagogia dos multiletramentos e formação de professor: caminhos da pesquisa colaborativa. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

BIOLCHINI, J. et al. Systematic re-view in software engineering: relevance and utility. **Technical Report RT-ES 679/05**. Rio de Janeiro: PESC/COPPE/UFRJ, 2005.

BLACK, R. **Access and affiliation**: The literacy and composition practices of English-language learners in an online fanfiction community. *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, v. 49, n. 2, p.118-128, 2005.

COSCARELLI, Carla Viana. **Multiletramentos e empoderamento na educação**. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

GOUGH, D.; THOMAS, J.; OLIVER, S. Clarifying differences between review designs and methods. **Systematic Reviews**, v. 1, n. 1, p. 28, 2012.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

HETKOWSKI, Tânia M.; MENEZES, Catia Nery. Práticas de multiletramentos e tecnologias digitais: múltiplas aprendizagens potencializadas pelas tecnologias digitais. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

KARWOSKII, A. M.; GAYDECKAL, B. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-32.

KERSCH, Dorotea F.; DORNELLES, Anna J. C. Leitura + escrita + tecnologias digitais: as FANFICS como possibilidade para desenvolver a leitura e a escrita e aproximar os alunos da literatura. In: KERSH, Dorotea F (Orgs.). **Multiletramentos na pandemia: aprendizagem na, para e além da escola**. São Leopoldo, Casa Leiria, 2021.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Technical ReportTR/SE-0401. Keele: University and NICTA, 2004.

LEVY, Y.; ELLIS, T.J. **A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research**. Informing Science Journal, v.9, p.181-212, 2006.

NOVAIS, A. E. (orgs.). **Letramento digital em 15 cliques**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

RAMOS, A.; M. FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 17-36, jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269>. Acesso em 16/01/2022

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (Orgs.) **Multiletramentos na escola**. Parábola Editorial, 2012. Cap. 1.

_____. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (Org.) **Escol@ conectad@: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 13-36.

SIGNORINI, I. Letramentos multi-hipermidiáticos e formação de professores de língua. In: SIGNORINI, I., FIAD, R. S. (orgs.) **Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 282-303.

SILVA, Obdália S.; ANECLETO, Úrsula; SANTOS, Sirlaine. **Educação, formação docente e multiletramento: articulando projetos de pesquisa-formação**. Educ. Pesqui. v. 47, São Paulo: 2021.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

A INFLUÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO USO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Rozenilde Lima da Silva³⁸
Alexandre Siles Vargas³⁹
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva⁴⁰
Fabio Rogerio dos Santos Souza⁴¹

RESUMO

Este texto aborda os conceitos de competências digitais e Objetos de Aprendizagem (OA) na perspectiva de entender melhor como tais competências influenciam a produção do OA. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica e análise textual, buscamos responder à seguinte questão: **em que medida as competências digitais do docente influenciam na produção do objeto de aprendizagem (OA)?** Para isso, o texto apresenta uma descrição sobre os conceitos de competências digitais e OA, analisando os conceitos e traçando aproximações entre eles. O estudo indicou que as competências digitais se relacionam com a OA de formas diferentes. A influência é mais acentuada no campo da EaD e menos no campo da educação presencial. Em ambos os contextos, existe necessidade de consciência sócio-ética. Mas, no campo da EaD, existe a demanda pela capacidade de realizar o cruzamento dos conhecimentos sobre a tecnologia digital com os conhecimentos pedagógicos e didáticos a fim de facilitar a aprendizagem. Contudo, no âmbito presencial, o docente carece menos da competência docente para a produção do OA, demandando do mínimo de habilidade com recursos tecnológicos, os quais podem ser desenvolvidos em cursos de informática básica.

Palavras-chave: competências digitais; objeto de aprendizagem; ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

This text addresses the concepts of digital competences and Learning Objects (LO) in the perspective of better understanding how such competences influence the production of LO. Thus, based on a qualitative approach, bibliographical research and textual analysis, we seek to answer the following question: to what extent do the teacher's digital skills influence the production of the learning object (LO)? For this, the text presents a description of the concepts of digital competences and OA, analyzing the concepts and tracing approximations between them. The study

³⁸Rozenilde Lima da Silva é Pedagoga/UNINASSAU, Educadora Física/UNOPAR/UNIASSELVI.

³⁹Alexandre Siles Vargas é Mestre em Música, Professor de Música do Curso de Licenciatura em Música EaD da Unead/Uneb.

⁴⁰Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva é Pedagoga. Analista e Universitária/UNEB.

⁴¹Fabio Rogerio dos Santos Souza é Licenciado em Ciência da Computação e Técnico Universitário/UNEB.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO indicated that digital skills are related to OA in different ways. The influence is more accentuated in the distance education field and less in the face-to-face education field. In both contexts, there is a need for socio-ethical awareness. But, in the field of EaD, there is a demand for the ability to cross knowledge about digital technology with pedagogical and didactic knowledge in order to facilitate learning. However, in the face-to-face context, the teacher lacks the teaching competence to produce the LO, demanding a minimum of skill with technological resources, which can be developed in basic computer courses.

Keywords: digital skills; learning object; teaching and learning.

INTRODUÇÃO

O mundo digital está presente no dia-a-dia das pessoas seja em casa, na rua ou na escola. No ambiente escolar, a tecnologia é um fator de motivação ao instituir novas formas de aprendizagem, que possuem uma linguagem muito próxima com o cotidiano dos estudantes (Valente, 2002). Vale ressaltar que o cotidiano dos estudantes na era digital envolve a utilização de sites, blogs, redes sociais por meio de celular, tablet, notebook dentre outros equipamentos que são usados para a diversão, mas também podem ser utilizados para a educação formal como recursos tecnológicos para o aprendizado. Cabe ao docente aproveitar estes recursos para levar os conteúdos de sua área de uma forma educativa, como instrumento pedagógico. Contudo, a sua presença continua sendo fundamental para que o ensino e a aprendizagem aconteçam.

Uma forma de trazer o mundo digital para as aulas pode ser com a utilização de Objetos de Aprendizagem (OA), ação que supõe a presença de competências digitais, que são conhecimentos, habilidades, atitudes ligadas ao mundo digital. Vale lembrar que o OA pode ser entendido como qualquer material didático digital ou analógico, que facilite o processo de aprendizagem. No entanto, a possibilidade de ser analógico sinaliza que nem sempre as competências digitais são fundamentais para a produção do OA.

Diante disso, estamos estudando o conceito de competências digitais em diálogo com o conceito de OA, na perspectiva de entender como tais competências influenciam a produção do OA. Nesse sentido, ao revisar a literatura sobre o tema, percebemos a escassez de trabalhos que propõem uma aproximação entre os conceitos de competência digital e OA. Contudo, encontramos autores que tratam

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO destes conceitos de forma isolada como Dias -Trindade (2022), Ranieri e Bruni (2018), que tratam da competência digital. Almeida (2016), Silva e Fernandez (2007), Audino e Nascimento (2010) e Behar, Bernardi, Silva (2009) que tratam do OA. A partir desses estudos, buscamos traçar uma aproximação entre o conceito de competências digitais com o AO, sem interesse em esgotar o debate sobre o tema.

Assim, nesta pesquisa assumimos uma abordagem qualitativa, na qual, por meio de uma revisão de literatura coletamos dados que foram analisados por meio de análise de conteúdo de acordo com Bardin (2016). Neste sentido, buscamos responder à seguinte questão: em que medida as competências digitais do docente influenciam na produção dos Objetos de Aprendizagem (OA)? Para isso escolhemos os seguintes objetivos específicos: a) discutir os conceitos de competências digitais e OA, b) analisar e traçar aproximações entre os conceitos de competências digitais e OA.

Como pressupostos teóricos, acreditamos que as competências digitais se relacionam com o OA de formas diferentes. A influência é mais acentuada no campo da EaD e menos no campo da educação presencial. Em ambos os contextos existem as implicações sócio-ética que o conteúdo pode trazer aos estudantes. Mas no campo da EaD existe a demanda pela capacidade de realizar o cruzamento da tecnologia digital com os conhecimentos pedagógicos e didáticos, a fim de facilitar a aprendizagem e a escolha de formas para comunicar aquilo que se almeja que seja aprendido. Dessa forma, o educador pode construir o OA com influência da competência digital aliada à competência docente tradicional. Contudo, no âmbito presencial, não é preciso ser altamente capacitado digitalmente, mas ter ética, conhecimento sobre a sua área e o mínimo de habilidade com recursos tecnológicos que podem ser desenvolvidos em cursos de informática básica.

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE OS CONCEITOS DE COMPETÊNCIAS DIGITAIS E OS OBJETOS DE APRENDIZAGEM

Neste tópico iremos discutir os conceitos de competências digitais e OA. Desta forma, abordaremos as noções básicas acerca da ideia de competências digitais e em seguida abordaremos o conceito de OA.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO **Competências Digitais**

Entendemos que, em pleno século XXI, as competências digitais são relevantes para a vida de forma geral. Isto ocorre porque o alto grau de informatização que uma sociedade tecnológica demanda, força as pessoas a construir conhecimentos básicos sobre informática. Tais conhecimentos são fundamentais para participar da sociedade e exercer a cidadania digital, mas também para apoiar o processo de educação formal.

Neste texto, focaremos nas competências digitais relacionadas à aprendizagem. Entendemos que “a compreensão da competência digital reforça uma visão mais crítica, responsável, que envolve o desenvolvimento e combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes no intuito de facilitar a aprendizagem.” (Dias-Trindade, 2022, p. 27). Assim, pensamos que compreende as mesmas bases teóricas do ensino presencial, mas adaptado ao mundo digital. Isso faz com que, além das competências docentes, seja necessário entrosamento com o mundo digital.

Educar em uma sociedade em que a tecnologia está presente de forma acirrada compreende o estímulo da construção das competências digitais no docente e no estudante. Desta forma, o professor, além de ter competência digital em sua docência, precisa saber desenvolvê-las nos estudantes. Por isso, Dias-Trindade (2022) sinaliza que, no campo da educação, as competências digitais do docente devem refletir na sua capacidade de trabalho. Entendemos que esse trabalho envolve o uso das competências, pedagogicamente, para ensinar o conteúdo programático, mas, também, para desenvolvê-las no estudante.

Por outro lado, a competência digital pode ser entendida como o domínio das ferramentas digitais para o ensino de uma matéria. Nesse sentido, inclui a habilidade de transpor didaticamente os conhecimentos e competências digitais e midiáticas, a fim de ensinar com a mídia digital, aplicando conhecimentos pedagógicos e didáticos, ou seja a “capacidade de utilizar a mídia para ensinar uma matéria específica” (Ranieri; Bruni, 2018, p. 11). Contudo, as competências digitais devem estar aliadas à ética que rege a escolha da didática, que envolve a escolha conteúdos, metodologia, objetivos e avaliação amparada na ética. Neste sentido, Ranieri e Bruni (2018) sinalizam que a competência digital envolve a capacidade de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO usar, eficazmente, as linguagens e ferramentas digitais midiáticas com discernimento das implicações sociais éticas. Desta forma, compreendemos que a competência digital se reflete na capacidade do docente em utilizar a tecnologia digital consciente das implicações ética e social, juntando conhecimentos pedagógicos e didáticos com a tecnologia digital, utilizando os meios de comunicação para facilitar a aprendizagem de uma matéria específica.

Ambas as autoras concordam que as competências digitais envolvem o uso do aparato do mundo digital. Entretanto, Dias-Trindade (2022) enfatiza o desenvolvimento de tais competências nos estudantes, enquanto que Ranieri e Bruni (2018) enfatizam as implicações ética e social que as competências digitais envolvem.

Objeto de Aprendizagem (OA)

Hoje em dia as pessoas interessadas em aprender qualquer assunto podem utilizar o computador e a internet como meio de construção de seus conhecimentos e habilidade instrumentais, deliberando suas ações, e manipulando as informações disponíveis em materiais didáticos como o OA. Nesse sentido, o OA é idealizado como ferramenta dinâmica, lúdica e interativa que auxilia no ensino através de ferramentas virtuais, facilitando a compreensão de determinados conteúdos. Segundo Almeida (2016), o OA é utilizado durante o aprendizado através das Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) (neste caso possui formato digital). Contudo, apesar de sinalizar a relação do OA com as TDICs, o autor aponta que também pode ter formato não digital, ou seja, analógico.

Independentemente de ser analógico ou digital, o docente deve ser capaz de associar o OA com outros materiais didáticos, trazendo uma diversificação que motiva o aprendizado. Por isso, Audino e Nascimento (2010) afirmam que os objetos de aprendizagem digitais são interativos, dinâmicos e reutilizáveis, que são de fácil manipulação, podendo ser combinados com outros objetos educacionais, seja com uma mídia digital ou por via de hiperligação. Entendemos que esta concepção de OA leva em conta a praticidade e junção com outros objetos educacionais.

O OA pode ser percebido como um material educacional que traz o conteúdo completo sobre uma determinada matéria, contando com uma constituição

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO multimídia. Esta concepção tem apoio na concepção de Behar, Bernardi e Silva (2009), que entendem que o OA é qualquer material ou recurso digital com finalidade educativa. Para os autores, um OA é constituído de recursos autônomos, sendo estes reunidos em módulos tratando de um conteúdo determinado ou abordando uma temática em sua amplitude, em diferentes perspectivas. (Behar; Bernardi; Silva; 2009). Os autores têm uma visão do OA como direcionador da aprendizagem uma vez que pensam em integração em módulos.

No sentido educacional, o OA deve direcionar a reflexão, contextualizando o conhecimento e estimulando a exploração de forma prática. Por isso Silva e Fernandez (2007) apontam que a construção de um OA deve atender a três características: estimular o raciocínio e pensamento crítico (minds-on); trazer questões relevantes aos alunos (reality-on); e oferecer oportunidade de exploração (hands-on). Nesse sentido, esta concepção sobre o OA sinaliza para a importância deste recurso para realizar tarefas que direcionam a reflexão. Para isso, o OA é um meio de apresentar informações que contextualizam o conhecimento a ser trabalhado, apresentando, também, o viés técnico da prática oriunda da exploração dos conteúdos na realidade que se apresenta ao estudante.

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa com natureza descritiva. A coleta de dados ocorreu após uma revisão de literatura em portais como Capes periódicos e Google Acadêmico e a análise dos dados foi efetivada mediante análise de conteúdo segundo Bardin (2016). Com a finalidade de discutir as possíveis inter-relações entre competências digitais e o uso de OA, procuramos estabelecer um diálogo entre os conceitos estudados combinando as concepções de competência digital com as concepções do OA. Dessa forma, neste tópico, iremos analisar e traçar aproximações entre os conceitos de competências digitais e OA a partir das concepções dos autores escolhidos.

Resultados obtidos

Concepção de competência digital

A análise indicou que o conceito de competências digitais envolve um conjunto de valores, crenças, conhecimentos, capacidades e atitudes que influenciam a utilização das tecnologias, incluindo tanto os computadores como os diferentes programas e Internet. Este conjunto permite e possibilita a busca, o acesso, a organização e a utilização da informação a fim de facilitar a aprendizagem. O Quadro 1, a seguir, apresenta as concepções de Dias-Trindade (2022) e Ranieri e Bruni (2018) que foram selecionados na análise de conteúdo. Esses conceitos contribuíram para a nossa compreensão do que vem a ser a competência digital.

Quadro 1 - Concepção de competência digital

AUTOR	CONCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DIGITAL
Dias-Trindade (2022)	Envolve crítica Responsabilidade Conhecimentos, habilidades e atitudes Facilitação da aprendizagem
Ranieri e Bruni (2018)	Conhecimento digital e sobre as mídias Consciência sócio ética Conhecimentos pedagógicos e didáticos Utilização dos meios de comunicação

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Diante das concepções apresentadas, entende-se que as competências digitais estão ligadas ao domínio tecnológico, que mobiliza um conjunto de conhecimentos e habilidades que fundamentam a atitude ética do docente. Para isso, é necessário que o docente utilize a tecnologia digital consciente das implicações éticas e sociais, agregando conhecimentos pedagógicos e didáticos com a tecnologia digital, utilizando os meios de comunicação para facilitar a aprendizagem de uma matéria.

Os dados analisados sinalizam a importância de que as competências digitais sejam desenvolvidas pelos estudantes. Dessa forma, além de ser uma competência relevante para o docente, a competência digital do docente se reflete na sua capacidade de ensinar tais competências aos estudantes.

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, Não Negrito

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, Não Negrito

Concepção de OA

A literatura indicou que todos os materiais didáticos podem ser considerados como OA, desde que facilitem a aprendizagem. O OA pode ser digital ou não, por exemplo: um e-book visualizado no computador é digital e um material feito à mão em cartolina é analógico (não digital). Além disso, o conteúdo do OA deve contribuir no direcionamento para a reflexão, desenvolvimento da criticidade, contextualização do conhecimento e prática com a exploração manual e digital. A pesquisa expressou que, independentemente de ser digital ou analógico, a concepção do OA deve levar em conta a praticidade e junção com outros objetos educacionais.

O Quadro 2, a seguir, apresenta as concepções de Almeida (2016), Silva e Fernandez (2007), Audino e Nascimento (2010) e Behar, Bernardi e Silva (2009).

Quadro 2: Concepção de OA

Autores	Concepção de OA
Almeida (2016)	Pode ser elaborado em formato digital ou não digital; Voltado ao aprendizado; Relacionado com as Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs.
Silva e Fernandez (2007)	Visa desenvolver: a) minds-on - raciocínio e pensamento crítico; b) reality-on - questões importantes; c) hands-on – exploração.
Audino e Nascimento (2010)	Proporciona um aprendizado dinâmico, interativo, podendo ser reutilizável; São de fácil manipulação e combinação com outro objeto ou mídia.
Behar, Bernardi e Silva (2009)	Pode ser qualquer material ou recurso digital; Apresenta finalidade educativa; Elaborado em módulos com conteúdo e temáticas definidas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Este quadro foi relevante para que pudéssemos ter uma visão holística sobre o conceito abordado. Isto possibilitou o entendimento das principais características do OA, levando à compreensão acerca da existência de OA digital e analógico.

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 11 pt, Não Negrito

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 11 pt, Não Negrito

Diálogo entre competências digitais e OA

A partir dos aspectos apresentados nos Quadros 1 e 2, procuramos estabelecer um diálogo entre os conceitos estudados, combinando as concepções de competência digital com as concepções do OA. Dessa forma, com a finalidade de responder à pergunta desta pesquisa: “em que medida as competências digitais do docente influenciam na produção do objeto de aprendizagem (OA)?”. A análise indicou que as competências digitais influenciam mais na produção do OA quando o docente opta por trabalhar com o mundo digital na EaD com as TDICs, do que quando leva o OA para a sala de aula presencial.

O estudo esclareceu que, no contexto da EaD, o docente que trabalha com as TDICs demanda de competências digitais que envolvem conhecimento sobre o mundo digital e domínio das diferentes mídias. Mas, além disso, também precisam da competência docente como sinalizada por Perrenoud (2000). Assim, a inspeção apontou que a concepção de OA é influenciada pela competência digital e competência docente, envolvendo um misto de competências digitais e tradicionais como se a competência digital fosse uma adaptação das competências docentes tradicionais presenciais ao mundo digital. Em ambos os casos, a OA deve prezar pelo desenvolvimento do raciocínio e criticidade. Isto passa pela consciência sócio-ética do docente na escolha da didática com questões relevantes para a atualidade.

Assim, os dados nos levam a compreender que a competência digital passa a ter mais peso na produção do OA quando o docente opta por utilizar o formato multimídias como forma de motivar os discentes, promovendo a exploração do conteúdo que pode ser trabalhado no âmbito EaD e/ou presencial. O formato multimídia do OA demanda a junção de textos, vídeos, imagens e hiperlinks acessados por meio de um computador conectado à internet. Para Moran (2000, p.53), “a internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece”. Portanto, a competência digital com a manipulação das multimídias influencia na produção do OA, proporcionando outras possibilidades de mediação pedagógicas para o ensino e aprendizagem, principalmente no campo da EaD.

A análise indicou que as competências digitais do docente influenciam menos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO na produção do OA que são produzidos de forma analógica como, por exemplo, aqueles feitos à mão com caneta, lápis e papel. Esses materiais são considerados como OA, mas não carecem de competências digitais para serem produzidos. Mesmo assim, podem conter o que Silva e Fernandez (2007) chamam de minds-on - despertar raciocínio e pensamento crítico; reality-on - envolver questões importantes; hands-on - trabalhar a exploração. Esse material pode ser exibido em equipamentos projetores que ampliam a imagem. Conforme Sancho (2001), o uso do retroprojeto proporciona a divulgação dos conhecimentos por fonte visual e auditiva. Segundo a autora, esse tipo de tecnologia requer a utilização de síntese, ou seja, a capacidade de transmitir uma mensagem com interação. Apresenta como vantagens o fato de permitir que o professor permaneça de frente para os alunos, podendo ser utilizado em local iluminado e permitir o reaproveitamento das transparências. No campo da educação presencial, principalmente, no ambiente escolar que não tem recursos tecnológicos e acesso à internet, o OA analógico é uma realidade devido às circunstâncias de carência, que levam os professores a utilizarem mais os recursos analógicos.

Quadro 3: Competências digitais e características do OA

Concepção de competência digital	Concepção de OA
Envolve crítica	Pode ser elaborado em formato digital ou não digital
Responsabilidade	Voltado ao aprendizado
Conhecimentos, habilidades e atitudes	Relacionado com as Novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDICs
Facilitação da aprendizagem	Visa desenvolver: a) minds-on - raciocínio e pensamento crítico, b)
Conhecimento digital e sobre as mídias	reality-on - questões importantes e c)
Consciência sócio ética	hands-on - exploração
Conhecimentos pedagógicos e didáticos	Proporciona um aprendizado dinâmico, interativo, podendo ser reutilizável
Utilização dos meios de comunicação	São de fácil manipulação e combinação com outro objeto ou mídia
	Pode ser qualquer material ou recurso digital
	Apresenta finalidade educativa
	Elaborado em módulos com conteúdo e temáticas definidas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 3 mostra os conceitos e características dos conceitos abordados, possibilitando uma melhor análise sobre as possibilidades de diálogo entre eles. Assim, ressaltamos que a análise sinalizou que as competências digitais influenciam

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 11 pt, Não Negrito

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 11 pt, Não Negrito, Não Realce

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de forma mais incisiva quando o docente trabalha com EaD, utilizando as TDICs, do que em aula presencial.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho envolveu o estudo do conceito de competências digitais e OA na perspectiva de entender melhor como tais competências influenciam a produção do OA. Dessa forma, almejou responder a seguinte questão de pesquisa: “em que medida as competências digitais do docente influenciam na produção do objeto de aprendizagem (OA)?”. Para isso, descrevemos o conceito de competências digitais e OA e, em seguida realizamos a análise dos dados colhidos, traçando aproximações entre os referidos conceitos.

Entendemos que a influência é mais acentuada no campo da EaD e menos no campo da educação presencial. Assim, percebemos que o docente que trabalha com as TDICs precisa mais de conhecimento digital e sobre as mídias. Isto ocorre porque o docente precisa trabalhar com multimídias e softwares especializados, associados a outros softwares voltados para texto, vídeos, imagens, hiperlinks com acesso à internet. Por outro lado, o docente no âmbito presencial não faz uso contínuo das mídias digitais, mas precisa está buscando conhecimento sobre a sua área e o mínimo de habilidade com recursos tecnológicos que podem ser desenvolvidos em cursos de informática básica.

Em ambos os casos a concepção de OA é influenciada pela competência digital e competência docente, envolvendo um misto de competências digitais e tradicionais como se a competência digital fosse uma adaptação das competências docentes tradicionais presenciais ao mundo digital. Além disso, o OA deve prezar pelo desenvolvimento do raciocínio e criticidade. Isso passa pela consciência sócio-ética do docente na escolha do conteúdo programático com questões relevantes para a atualidade. Dessa forma, a responsabilidade do docente está presente em todos os momentos, desde o planejamento, aplicação até a avaliação.

Este estudo aponta que na Era Digital, as competências digitais na Educação têm contribuído com o ensino aprendizagem dos estudantes, mas também dos professores. Isto ocorre porque eles precisam se adaptar com as tecnologias digitais para facilitar o trabalho do professor. Dessa forma, precisam buscar conhecimentos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO na formação contínua, a fim de que estejam conscientes de que a adoção de tecnologias da informação e da comunicação na área educacional tem reflexos na sua prática docente.

Conclui-se que as tecnologias usadas com finalidade educacional/pedagógica em formato de OA ampliam as possibilidades de o professor ensinar e o aluno aprender. Quando utilizada com responsabilidade e critério, a tecnologia pode contribuir tanto para o desenvolvimento da criticidade e ética quanto para a melhoria da produção de conhecimento e processos de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AUDINO, D. F.; NASCIMENTO, R. S. Objetos de Aprendizagem – diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à educação. **Revista Contemporânea de Educação**, 128–148, vol. 5, n. 10, jul/dez 2010.

ALMEIDA, Maria Elisabeth Bianconcini de. ProInfo: Informática e Formação de Professores. **Série de Estudos de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, v. 1., 2000.

ARAÚJO, S. K. **Escolas no Ar**: a gestão de sistemas educacionais para o uso pedagógico do rádio. Natal, Ufrn, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Armando Martins de; CORTES, Erica; BASTOS, Patrícia. **Notas sobre as práticas discursivas ao olhar**: os álbuns de família com motivos escolares. Rio de Janeiro: Epapers, 2003.

BEHAR, Patrícia Alejandra; BERNARDI, Maira; SILVA, Kétia Kellen Araújo da. **Arquiteturas Pedagógicas para a Educação a Distância**: a construção e validação de um objeto de aprendizagem. 2009.

BEHAR, P.A.; PASSERINO, L., BERNARDI, M. Arquiteturas Pedagógicas para a Educação a Distância: a construção e validação de um objeto de aprendizagem. In: **RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação**. Ufrgs, v. 7, n. 1, 2009.

DE MOURA, F. A. A. **Competência Digital: um estudo com alunos ingressantes no ensino superior**. Londrina. 103 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias). Universidade Norte do Paraná. Londrina, 2016.

DIAS-TRINDADE, Sara. **Especialização Educação Digital: competências digitais na educação**. Universidade do Estado da Bahia. Unidade Acadêmica de Educação a Distância. E-Book. Salvador: 2022.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

KENSKI, Vani M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, ed. 8, 2012.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, ed. 6, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000

RANIERI, M.; BRUNI, I.; XIVRY, A. C. O. Teachers' Professional Development on Digital and Media Literacy. Findings and recommendations from a European project. In: **REM - Research on Education and Media**. v. 10, n. 2, 2017, p. 10-19.

RANIERI, M.; BRUNI, I. Digital and Media Literacy in Teacher Education: Preparing Undergraduate Teachers Through an Academic Program on Digital Storytelling. In Cabbage, J. (Ed). **Handbook of Research on Media Literacy in Higher Education Environments**. Hershey, Global, 2018.

ROCHA, Paulo; JUCÁ, Sandro; SILVA, Solonildo; MONTEIRO, Aldayr. Competências digitais na perspectiva da informação, conhecimento e aprendizagem. **Research, Society and Development**. v. 8, n. 8, pp. 01-12, 2019

SILVA, R. M. D. da; FERNANDEZ, M. A. Recursos informáticos projetados para o ensino de ciências: bases epistemológicas implicadas na construção e desenvolvimento de objetos de aprendizagem. In: **Objetos de Aprendizagem: uma proposta de recurso pedagógico**. Organização: Prata, C. I.; Nascimento, A. C. A. A. Brasília: MEC, SEED, 2007.

VERGNA, Márcia e SILVA, Antônio. Formação dos professores para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. In: **Revista Intersaberes**. v. 13, n. 28, 2018

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

**MEMORIAL COLETIVO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DIGITAL
UNEAD/UNEB: UMA REFLEXÃO SOBRE NOSSO PERCURSO ACADÊMICO**

Alexandre Siles Vargas⁴²
Rozenilde Lima da Silva⁴³
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva⁴⁴
Fabio Rogerio dos Santos Souza⁴⁵

INTRODUÇÃO

Este memorial apresenta as experiências construídas nas atividades denominadas como Trabalho Final da Trilha (TFT) do curso de Especialização em Educação Digital promovido pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância (UNEAD), órgão da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Neste sentido, estudamos a nossa produção no decorrer do curso a fim de entendermos “Em que medida nós nos aprofundamos e compreendemos melhor a Educação Digital a partir dos TFTs solicitados ao longo do desenvolvimento do curso de Especialização em Educação Digital da Unead/UNEB”.

Este Memorial é importante como um ponto de reflexão para nós docentes, como um momento para uma avaliação subjetiva acerca de nossa formação continuada. Ele se justifica pela necessidade pedagógica de olharmos para o nosso percurso com uma postura crítica e reflexiva. Assim, é possível perceber melhor o que conseguimos aprender sobre a Educação Digital e visualizar nossos esforços empreendidos na conclusão deste curso.

A produção dessa escrita partiu de um trabalho coletivo, desenvolvemos uma metodologia em que os textos foram produzidos individualmente e, em seguida, foram compilados em uma única produção. Assim, por meio de uma abordagem qualitativa, com objetivos descritivos e interpretativos com dados decorrentes de nossas memórias e consultas as produções acadêmicas no curso, refletiremos sobre todo o processo de aprendizagem vivenciados na realização das atividades coletivas

⁴²Alexandre Siles Vargas é Mestre em Música, Professor de Música do Curso de Licenciatura em Música EaD da Unead/Uneb.

⁴³Rozenilde Lima da Silva é Pedagoga/UNINASSAU, Educadora Física/UNOPAR/UNIASSELVI.

⁴⁴Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva é Pedagoga. Analista e Universitária/UNEB.

⁴⁵Fabio Rogerio dos Santos Souza é Licenciado em Ciência da Computação e Técnico Universitário/UNEB.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO das diferentes trilhas do curso de Especialização em Educação Digital.

Construir uma experiência de escrita coletiva sobre nossas vivências em um projeto demonstrou que cada membro do grupo percebeu de forma única de acordo com seus sentimentos e emoções. Cada um demonstrou esta experiência de uma forma diferente, o que nos levou a produção de um texto com diversos olhares sobre cada etapa da produção escrita. Contudo, apesar disso conseguimos produzir um texto que sintetizou a experiência que passamos nesse período de formação em Educação Digital, na modalidade de educação a distância, desde a seleção até o acesso ao ambiente virtual de aprendizagem.

Os primeiros momentos da seleção e a passagem para cada etapa foi esperada com ansiedade, este talvez tenha sido o principal sentimento que até o momento tem acompanhado o grupo. Este sentimento aflorou que nossos colegas não conseguiram cumprir as demandas do componente curricular. Neste sentido, apesar de não nos conhecermos pessoalmente, o sentimento de tristeza nos tocou, porque gostaríamos que todos seguissem juntos do começo ao fim.

Assim, fazer essa escrita especificamente com a experiência de nós quatro, terminou por gerar sentimentos semelhantes ao longo desse curso. Apenas uma colega, Nélia Monteiro, que não permaneceu conosco até o final por conta de sua aprovação no mestrado da própria UNEB e, claro, ter feito opção pelo programa de *stricto sensu*.

Neste curso, as plataformas disponibilizadas neste curso serviram de base de consulta para a construção de todos os artigos científicos produzidos, somados aos materiais disponibilizados. As plataformas possibilitam pesquisas em materiais científicos como CNPQ, Google Scholar, Google Acadêmico, Scielo dentre outras. Seria bom que essas bases de consultas pudessem continuar disponíveis mesmo após encerramento do curso, incluindo também os materiais do ambiente virtual de aprendizagem.

Apesar de sermos de formações em áreas diferentes, nos tornamos um grupo coeso, unido, solidário e generoso. Apesar de não nos encontrarmos pessoalmente, realizamos encontros virtuais e mantivemos um grupo de whatsapp onde trocamos ideias, marcamos reuniões, desabafamos sobre nossas dificuldades em relação ao desenvolvimento ou algum impedimento em realizar algumas atividades do curso. Assim, a possibilidade de conhecer virtualmente cada um deste grupo, saber das

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO suas dificuldades e alegrias contribuiu de sobremaneira para a humanização do percurso nessa especialização.

Diante disso, cada um de nós pôde contribuir ao longo desta última semana, compartilhando as produções e sintetizando-as em um texto único que é esse Memorial. Neste sentido, neste texto apresentaremos as especificações de cada TFT, detalhando as etapas e procedimentos adotados no processo de desenvolvimento dos TFTs, refletindo sobre as dificuldades e êxitos obtidos no referido curso, além dos impactos sobre cada autor neste processo construtivo.

O NOSSO PERCURSO NOS TFTS

Neste tópico, iremos apresentar as especificações de cada TFT, com detalhamento das etapas, procedimentos adotados para a realização dos trabalhos, complementando com informações sobre as dificuldades e êxitos obtidos, bem como os seus impactos nos respectivos autores.

TFT 1

A Trilha 1 demandou do nosso esforço coletivo a favor da realização do Trabalho Final da Trilha que foi o TFT1. A produção deste trabalho decorreu da proposta lançada pelo curso de Especialização em Educação Digital da Uneb/Unead. Neste sentido, o fato de ter sido escrito por quatro autores de campos de formações diversificadas, contribuiu, de certa forma, para a riqueza dessa construção colaborativa que é esse Memorial.

Essa construção colaborativa foi o nosso maior desafio porque estávamos nos conhecendo, não sabíamos como eram as personalidade de cada membro do grupo, tínhamos medo de sermos mal interpretados uns pelos outros. Mas, no final vencemos e começamos a entender e conhecer o cotidiano de cada um e, a partir daí as contribuições se tornaram fluidas, sem parecer um texto fragmentado, mas com coesão do início ao fim, mesmo que a temática proposta não fosse do conhecimento de todos.

Para a realização do TFT1 realizamos pesquisas nos sites/plataformas disponibilizados pelo curso de onde baixamos os materiais, que foram estudados.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Aos poucos, íamos nos inteirando acerca de como desenvolveríamos a temática proposta que foi o uso do Pixton. Aqueles que sabiam mais sobre o tema iam esclarecendo os demais sobre as possibilidades de seu uso. Essa explanação contribuiu para iniciarmos um rascunho sobre o artigo, o qual foi desenvolvido com nossa metodologia coletiva. Foi um processo prazeroso e de satisfação, onde houve a distribuição das tarefas voltada para a procura pelos artigos que nos davam uma ideia maior sobre as disciplinas que os professores da educação básica usavam com o Pixton, as séries que trabalhavam.

O ponto de partida foi o artigo “O uso do Pixton para produção de Histórias em Quadrinhos - HQ na disciplina de língua inglesa na perspectiva dos multiletramentos” que produzimos anteriormente. A partir daí foi realizado o artigo: *“O uso do pixton para produção de HQ’s na disciplina de língua inglesa na perspectiva dos multiletramentos: revisão sistemática da literatura”*.

Diante da produção deste artigo descobrimos que muitas pesquisas têm trazido discussões e contribuições sobre a utilização do Pixton na educação. Por exemplo, Santos (2014) realizou uma breve análise sobre três ferramentas digitais interativas de produção de HQ objetivando identificar suas possibilidades de ensino e aprendizagem e avaliar quais recursos são disponibilizados para promover o aprimoramento dos multiletramentos. Dentre eles estava o software Pixton. Santos (2014) verificou que ele é mais acessível aos alunos, pois pode ser utilizado na versão em português, além de apresentar uma interface mais atualizada e com design mais “limpo” e avançado. Além disso, descobrimos que essa ferramenta tem uma versão gratuita disponível que apresenta certas limitações, mas existe a versão paga.

Descobrimos também que a plataforma Pixton pode ser usada por várias disciplinas e conteúdos diversificados, trazendo os estudantes para uma aprendizagem mais lúdica e reflexiva a partir das construções pedagógicas, tomando por base a produção de Histórias em Quadrinhos, podendo ser utilizado a produção de jornais, tanto como produção estudantil individual ou coletiva, mas sendo esta desenvolvida a partir do protagonismo estudantil.

Além da maneira como o Pixton pode ser utilizado na escola, observamos que as pesquisas trouxeram muitas experiências exitosas no trabalho pedagógico, visibilizando um trabalho docente e práticas lúdicas que muitas vezes são

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO desconhecidas para quem atua com o trabalho empresarial ou administrativo, como é o caso de alguns participantes deste artigo.

TFT 2

No TFT 2, a tarefa foi produzir um artigo para ser publicado em um *E-book* novamente falamos sobre a Pixton, mas sob uma perspectiva diferente, não mais como um dispositivo a ser incorporado como tecnologia de suporte ao trabalho docente, mas de forma mais aprofundada a fim de conhecermos quais seriam as outras possibilidades de uso dessa ferramenta, como um elemento que auxiliasse na contribuição da criatividade e do pensamento criativo.

Da mesma forma que o trabalho anterior, fomos colocando a “mão na massa” e fizemos a construção do TFT2, onde elencamos uma gama de possibilidades de uso da plataforma Pixton que despertam a criatividade nos estudantes. Esse trabalho fortaleceu a concepção do grupo da necessidade de todo profissional da educação trazer para o ambiente escolar as ferramentas tecnológicas, visto que estas fazem parte do cotidiano estudantil e também do próprio professor.

Assim, produzimos o texto com para o TFT 2 com o título de “O uso da plataforma pixton: possibilidades de aplicações pedagógicas no contexto da educação digital”. Dessa forma, descobrimos que a amplitude do uso dessa plataforma nas mais diversas disciplinas, e os resultados positivos decorrentes de seu uso. A plataforma possibilita, além da criação de HQ, desenvolver a criatividade, ludicidade, imaginação, interatividade e interação com atividades de aprendizagens que envolvem escrita colaborativa. O Pixton na educação tem se constituído como um dispositivo que permite auxiliar os professores, melhorando de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo a inserção das tecnologias educacionais no espaço da sala de aula auxiliando promovendo a interatividade no trabalho docente, possibilitando que os estudantes construam mapas mentais e processem a educação a partir de instrumentos mais concretos, como os Objetos de Aprendizagem.

Devido à multimodalidade ou multissemiose presente, o Pixton no contexto escolar a pesquisa sobre o Pixton sinalizou que esta ferramenta poderá ser utilizada pelos professores como uma prática multi letrada, pelo fato de possibilitar o uso de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO diferentes mídias, o que irá reverberar na ampliação da competência leitora e escritora, auxiliando o sujeito aprendiz na elaboração de diálogos, narração e descrição dos acontecimentos. Neste TFT2, percebemos o uso do Pixton para o desenvolvimento de uma prática multi letrada é essencial, no que tange a promoção de uma experiência de aprendizado enriquecedora, colaborativa e participativa, pois, os discentes são estimulados a trabalharem em equipe, com vistas ao fortalecimento de habilidades que são fulcrais para as demandas impostas pela sociedade atual.

Neste trabalho descobrimos como fazer um *E-Book* com o auxílio do nosso orientador Diorleno S. de Jesus. Mas tivemos algumas dificuldades em reunir o grupo devido às demandas da vida cotidiana de cada um de nós.

TFT 3

Na produção do TFT 3, o desafio foi a construção de um artigo (*paper*) que revelou um trabalho muito enriquecedor. Utilizamos o repositório Rived, um programa da secretaria de educação a distância do Ministério da Educação que se utiliza de um conjunto de atividades voltados para crianças com e sem deficiência, que estão em período ou não de alfabetização, tais como jogos da memória, alfabetização, scrapbook ou diário virtual.

Para todos nós, cada componente curricular que nos era oferecido significava um desafio, seja pelo desenvolvimento das atividades propostas que deveríamos conseguir cumprir com o cronograma do curso, seja pela descoberta de como esses conhecimentos produzidos poderiam ser incorporados em nosso trabalho cotidiano. Mas o fato é que as atividades nos conduziram a reflexões importantes sobre esses desafios.

Neste *paper*, falamos sobre Competências Digitais no Uso de Objetos de Aprendizagem. Diante disso, estudamos o conceito de competências digitais em diálogo com o conceito de OA, na perspectiva de entender como tais competências influenciam a produção do OA. Nesse sentido, ao revisar a literatura sobre o tema, percebemos a escassez de trabalhos que propõem uma aproximação entre os conceitos de competência digital e OA. Contudo, encontramos autores que tratam destes conceitos de forma isolada como Dias-Trindade (2022), Ranieri e Bruni (2018), que tratam da competência digital.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Uma forma de trazer o mundo digital para as aulas pode ser com a utilização

de Objetos de Aprendizagem (OA). Esta ação supõe a presença de competências digitais, que são conhecimentos, habilidades e atitudes ligadas ao mundo digital. Vale lembrar que o OA pode ser entendido como qualquer material didático digital ou analógico, que facilite o processo de aprendizagem. No entanto, a possibilidade de ser analógico (cartolina, posters em material físico e slides para projeção de imagens) sinaliza que nem sempre as competências digitais são fundamentais para a produção do OA.

Nessa experiência, descobrimos, ainda mais, com o auxílio de nosso orientador, os caminhos mais assertivos para a produção textual. Percebemos, com suas orientações, as possibilidades de escrita que satisfaziam o objetivo do *paper*, que era desenvolver nossa prática de pesquisa. Contudo, o grupo teve dificuldades de se reunir, fato que demandou o esforço de parcela do grupo a fim de que todos fossem beneficiados com a efetivação do trabalho avaliativo em forma de *paper*.

TFT 4

No presente TFT 4, refletimos sobre nossa experiência durante o percurso vivenciado na especialização, a fim de compreendermos como foi nossa itinerância acadêmica durante todo o curso experienciado. O TFT 4 foi de extrema relevância para nossa formação, pois, apresentou os componentes curriculares que foram fulcrais para o desenvolvimento dos discentes no que tange a apropriação do conhecimento em relação a cultura digital, tais como: Docência na Educação Digital, Avaliação e Portfólios Digitais, componentes optativos dentre elas Moocs, Canva, Vídeo Aula e, para completar o percurso, realizamos o presente Trabalho Final da Trilha 4 que foi o memorial. Entendemos que tais componentes possibilitaram o alicerce e o aprofundamento dos conteúdos que foram abordados ao longo desta trilha. A Disciplina Docência na Educação Digital, ministrada pelos professores Daniel Mill e Braian Veloso, possibilitou ampliar nosso entendimento acerca de como as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm impactado os atores sociais na sociedade contemporânea, e o modo como estes se relacionam, comunicam e produzem conhecimento. Durante o desenvolvimento do componente, fomos apresentados aos temas relacionados à docência, esses foram: Cultura digital

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO e implicações para a educação; Aprendizagem da docência no contexto da cultura digital; Mediação pedagógica e prática docente no contexto da cultura digital; Planejamento pedagógico com tecnologias digitais e metodologias ativas.

No que diz respeito ao componente Avaliação e Portfólios Digitais, ministrado pela professora Edméa Santos, que teve como objetivo fazer com que compreendêssemos a avaliação da aprendizagem online na prática através do desenvolvimento de portfólios digitais. Também, aprendemos como a educação digital ocorre em rede e como podem ser realizados os processos formativos e de avaliação de aprendizagem por meio do online. Essa concebida em três dimensões, tais como: coavaliação, heteroavaliação e autoavaliação online, dispositivos e interfaces digitais; e práticas de construção de Portfólio e Rubricas de avaliação da aprendizagem online.

Tais estudos nos permitiram ampliar o olhar sobre a importância de ressignificar a forma como se ensina e aprende os conteúdos no cotidiano escolar, bem como a importância do desenvolvimento de processos formativos que possibilitem aos professores se apropriarem desses conteúdos, tendo em vista que a sociedade se encontra imersa no contexto da cultura digital. Nesse sentido, durante as aulas buscamos refletir acerca do papel do educador nesse novo cenário. Todos estes estudos foram fundamentais para a construção e reconstrução de conceitos sobre o universo da cultura digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conteúdo explanado neste memorial e na perspectiva de responder à seguinte questão de pesquisa: *em que medida nós nos aprofundamos e compreendemos melhor a Educação Digital a partir dos TFT solicitados no curso de Especialização em Educação Digital da Unead/Uneb?*, entendemos que nos aprofundamos nas particularidades da cultura digital, percebendo que grande parte da tecnologia digital pode ser utilizada na educação tradicional e digital. Isso nos faz compreender que, praticamente, não podemos viver sem um computador, celular, aplicativos, software, ou seja, não podemos descartar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que o mundo digital nos traz como benefício para o processo de educação libertária e humanística.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Nesse sentido, compreendemos que a natureza da Educação Digital envolve

o docente dialógico que, além de dominar os conteúdos de sua área, possui a pedagogia para ensinar estes conteúdos e a competência digital para manipular e produzir objetos de aprendizagem. Para isso, o docente precisa compreender alguns conhecimentos básicos da educação digital, desenvolver habilidades com a tecnologia digital e atitude para aplicar tais conhecimentos. No nosso referido curso de Especialização, tivemos acesso a tais conhecimentos por meio de leituras e vídeos, e desenvolvemos competência digital baseada em uma postura crítica.

Nós compreendemos que a educação digital está relacionada com uma educação reflexiva e mais participativa, pois pode ser integrada a uma filosofia educacional libertária e humanística. Assim, baseado na visão de Paulo Freire (2005), a educação digital pode ser mediadora e dialógica, de tal sorte que o educador e o educando podem ser considerados como os sujeitos do processo educacional. Nessa cosmovisão freireana na cultura digital, o professor tem liderança mas está no mesmo patamar dos estudantes. Isso requer uma nova visão, a qual reflete na ideia de que na cultura digital o educador pode ser um mediador dos conhecimentos de sua área e da competência digital que se revela na capacidade de criar seu próprio material, utilizando equipamentos digitais e de desenvolver no discente a competência digital. Dessa forma, vivenciamos os nossos conhecimentos prévios, e adicionamos uma outra perspectiva e “tempero” ao cruzá-los com novos conceitos e habilidades da Educação Digital. Isso nos levou a refletir sobre como usar tais conhecimentos no nosso fazer docente. Percebemos que é possível trabalhar mediando, coletivamente, ativamente, com interdisciplinaridade e baseado em conceitos, modelos pedagógicos e de avaliação tradicionais, adaptados à tecnologia digital.

Os TFTs foram relevantes na construção de conhecimentos e competências digitais, porque compreendemos que uma ferramenta digital pode servir para diferentes propósitos educacionais. A era digital envolve a utilização de sites, blogs, redes sociais com celular, tablet, notebook dentre outros equipamentos que são usados para a diversão, também podem ser utilizados como recursos educacionais.

A partir da experiência educacional no curso, entendemos que é fundamental que as escolas abram espaços para o uso das tecnologias. O mundo digital está presente no dia-a-dia, na rua ou na escola e na vida das pessoas em casa. O

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO desenvolvimento humano está em grande parte ligado às tecnologias e ao conhecimento acumulado de cada época. No ambiente escolar, a tecnologia é fator de motivação ao instituir novas formas de aprendizagem, com uma linguagem muito próxima à do cotidiano dos educandos (Valente, 2002).

Nós percebemos que nos aprofundamos e compreendemos melhor a Educação Digital a partir dos TFTs solicitados no curso de Especialização em Educação Digital da UNEAD/UNEB, pois ficou claro que a educação, a tecnologia e a sociedade estão interligadas pelo mundo digital, interligadas pela internet, também chamada web 2.0, que se expressa no nosso contexto de vida. Desta forma, percebemos que o curso foi relevante para nossa formação continuada, deixando evidente que, para o docente do século XXI, é necessário saber manusear as ferramentas básicas para a docência e saber ensinar como se usa tais dispositivos, construindo a sua competência digital e a do discente.

Aproveitamos o ensino para solicitar que a plataforma do curso de Educação Digital permaneça aberta para os cursistas, para que, após a finalização do curso possamos realizar consultas aos materiais, vídeos, livros, aulas, porque a riqueza dessa formação é imensurável, entretanto, considerando a rotina de cada participante, certamente a maioria não conseguiu nessa agenda de formação, fazer o aprofundamento necessário desses materiais que certamente estaremos realizando com menos correria ao final desse processo.

REFERÊNCIAS

DIAS-TRINDADE, Sara. **Especialização Educação Digital: competências digitais na educação**. Universidade do Estado da Bahia. Unidade Acadêmica de Educação a Distância. E-Book. Salvador: 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

RANIERI, M., & BRUNI, I. Digital and Media Literacy in Teacher Education: Preparing Undergraduate Teachers Through an Academic Program on Digital Storytelling. In Cabbage, J. (Ed). **Handbook of Research on Media Literacy in Higher Education Environments**. Hershey, PA: IGI Global. 2018.

SANTOS, A. P. N. **Um estudo sobre a influência da formação nos índices de utilização efectiva das TIC e na autoeficácia dos professores (tese de mestrado)**. Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. Lisboa: 2010. Recuperado de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2459/1/ulfp035878_tm.pdf.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
SILVA, Cleonice Fernandes. **Processo de autoria:** o uso da ferramenta digital
pixton na produção do gênero história em quadrinhos. Sinop, 2015. 66p.

VALENTE, José Armando. **A espiral da aprendizagem e as tecnologias da
informação e comunicação: repensando conceitos.** In: JOLY, M. C. R. A. (Org).
A tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem. São Paulo: Casa do
Psicólogo, 2002.

O USO DA PLATAFORMA PIXTON: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DIGITAL

Alexandre Siles Vargas
Fabio Rogerio dos Santos Souza
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva
Rozenilde Lima da Silva

ENTENDENDO A TEMÁTICA

A produção deste texto para um E-Book decorreu da proposta lançada no curso de Especialização em Educação digital promovido pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância da Universidade do Estado da Bahia - UNEAD. Escrito por quatro autores de campos de formações diversificadas contribui, de certa forma, para a riqueza da sua produção. O seu ponto de partida foi um artigo anteriormente escrito, em cumprimento ao pré-requisito de Trabalho Final – TF1, da unidade anterior do curso, cuja temática foi: o uso do Pixton para produção de Histórias em Quadrinhos - HQ na disciplina de língua inglesa na perspectiva dos multiletramentos. Desta forma, continuaremos com a abordagem do Pixton, entretanto, com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de atividades de aprendizagem que podem ser desenvolvidas com o uso do Pixton em um contexto da Educação Digital.

Assim, ao considerar o atual momento pandêmico em que a educação foi mediada pela tecnologia, uma grande parcela do professorado teve o desafio de transformar suas aulas em atividades pedagógicas atraentes e, quiçá, produtiva, considerando a facilidade que os estudantes utilizam os recursos tecnológicos, com grande habilidade em seu cotidiano, dentro e fora da escola. Tendo a compreensão dos desafios que têm nos cercado na nossa prática pedagógica, o exercício de reflexão sobre nossa própria prática deve ser uma ação constante, conforme pontuado por Shon (2000), sobretudo, quanto ao uso de tecnologias digitais. Dessa forma, temos como questão de pesquisa: *quais atividades de aprendizagem podem ser desenvolvidas com a plataforma Pixton em um contexto da Educação Digital?*

Em virtude dos constantes desafios educacionais, impostos principalmente pela tecnologia, sobretudo no nascimento de novos espaços/tempos de aprender, do cansaço ao constante uso de telas e, também da carência formativa docente na utilização da tecnologia evidenciado no atual cenário pedagógico, é necessário a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
utilização de tecnologias que contribuam para o aprendizado, mas que seja
prazeroso, lúdico e interativo.

Portanto, a incompetência no uso dos recursos tecnológicos, em todos os níveis e modalidades de ensino, é uma queixa constante. Fomos obrigados, pelo menos inicialmente, a “aprender, fazendo”. Desta forma Moran (2007) pontua: “Educar numa sociedade em mudanças rápidas e profundas nos obriga a reaprender a ensinar e a aprender [...], e a escola não pode ficar isolada da realidade que a cerca” (Moran, 2007, p. 70), torna-se imperativo aprender a lidar com plataformas, dispositivos, ferramentas midiáticas, não deu conta da demanda e tem imposto aos profissionais da educação a urgente necessidade de pesquisa-formativa.

OS ALICERCES

Os alicerces desta pesquisa foram os estudos sobre os letramentos e multiletramentos, bem como as tecnologias digitais, trazendo autores como: Moran (2000), Anecleto (2019), Soares (2010), Rojo (2013), Ferraz (2019), Coscarelli (2019) e Biolchini (2005), dentre outros. Assim, abordaremos, os conceitos da plataforma Pixton, incluindo usos e desafios; os desafios das práticas multiletradas no desenvolvimento de Histórias em Quadrinhos - HQ na Língua Inglesa sob a perspectiva dos multiletramentos; as outras formas de letrar na sociedade contemporânea, considerando as práticas de multiletramentos no ensino da Língua Inglesa e o uso das tecnologias digitais no ensino da Língua Inglesa.

De acordo com Moran (2000), o que a tecnologia traz hoje é a integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que chamamos mundo físico e mundo digital. É necessário, então, que o professor lance mão de tecnologias digitais em suas propostas de ensino, pois os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas têm grande impacto na educação, sendo assim defendemos a utilização desse recurso para proporcionar aos alunos maior interesse nas aulas de inglês.

Buscando a compreensão desse recurso, Silva (2015, p. 28) aponta que o “Pixton se configura como um instrumento de aprendizagem muito significativo para a promoção do letramento digital”. A essas características, podemos acrescentar: “[...] como um software de autoria, pois essa ferramenta digital possibilita ao aluno o

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO desenvolvimento da criatividade e o exercício da autoria”, afirma do Ó e Germano (2011, p. 7).

Nesse sentido, é possível perceber a importância desse dispositivo/plataforma como um recurso que traz contribuições para o fazer pedagógico docente, principalmente quando percebemos que o estudante consegue transitar com fluência nesse mundo tecnológico. O Pixton se caracteriza como um software de autoria, pois essa ferramenta digital possibilita ao aluno o desenvolvimento da criatividade e o exercício autoral.

Por isso, muitas pesquisas têm trazido discussões e contribuições sobre a utilização do Pixton na educação. Por exemplo, Santos (2014) realizou uma breve análise sobre três ferramentas digitais interativas de produção de HQ objetivando identificar suas possibilidades de ensino e aprendizagem e avaliar quais recursos são disponibilizados para promover o aprimoramento dos multiletramentos. Dentre eles estava o software Pixton. Santos (2014) verificou que ele é mais acessível aos alunos, pois pode ser utilizado na versão em português, além de apresentar uma interface mais atualizada e com design mais “limpo” e avançado. Além disso, essa ferramenta tem uma versão gratuita disponível que apresenta certas limitações, mas existe a versão paga.

Segundo Del Pupo (2018, p. 15), para utilizarem esta ferramenta, “os alunos também precisarão ter algumas noções básicas de informática como ligar o computador, usar o mouse e teclado”. Nesse sentido, entendendo que o estudante do século XXI pertence a um novo perfil de aluno, sendo considerado um nativo digital, que está imerso em um mundo cada vez mais multicultural e multissemiótico, devido às múltiplas culturas e linguagens existentes, o educador atual precisa estar munido de novas práticas, que permitam transpor os conteúdos tradicionais para práticas inovadoras, com o objetivo de promover sentido e significado ao que é aprendido no contexto escolar.

Nesse sentido, devido ao seu grande potencial multimidiático e multissemiótico, a plataforma Pixton poderá ser uma grande aliada no ensino da língua inglesa, bem como outros idiomas, pois o professor ao fazer uso poderá ministrar o seu conteúdo de maneira mais leve, dinâmica e lúdica, abrindo caminhos para novas formas de aprendizagem, que não se restringem apenas a métodos tradicionais.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Tratando especificamente do aprendizado por meio da plataforma Pixton,

buscamos compreender os contextos de aprendizagem dos estudantes e de que maneira esse dispositivo poderia ser utilizado como uma forma de contribuir para o aprendizado dos estudantes. A plataforma compreende uma ferramenta que favorece a Educação Digital, utilizando meios tecnológicos para que os estudantes desenvolvam conhecimentos, habilidades e atitudes referentes ao letramento, visto que é possível construir histórias em quadrinhos, cartuns, charges, jornalzinho escolar, entre outros materiais didáticos.

Nesse contexto digital, verificamos a amplitude do uso do dispositivo, e em disciplinas as mais diversas, e os resultados positivos decorrentes deste. A plataforma possibilita, além da criação de HQ, desenvolver sua criatividade, ludicidade, imaginação, interatividade e interação com atividades de aprendizagens que envolvem escrita colaborativa, aspectos abordados por autores como Silva (2015), Macedo, Bezerra e Almeida (2021). O Pixton na educação tem se constituído como um dispositivo que permite auxiliar os professores, melhorando de forma significativa o processo de ensino e aprendizagem, já que as histórias em quadrinhos estão presentes no cotidiano dos alunos.

O trabalho de pesquisa desenvolvido se deu, a partir de uma abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica com análise de artigos, e-books, teses e dissertações, dos quais buscamos responder a seguinte questão: *Quais atividades de aprendizagem podem ser desenvolvidas com a plataforma Pixton no contexto da Educação Digital?*

As principais pesquisas no campo da educação apresentam diferentes possibilidades de utilização do Pixton em atividades de aprendizagem. A partir do uso do Pixton no fazer pedagógico, é possível realizar atividades de letramento, multiletramento e outras formas de letrar.

A pesquisa se deu a partir do levantamento de artigos disponíveis em sites reconhecidos pela produção de conhecimento na área acadêmica, como o Google Scholar, Google Acadêmico, Scielo, repositórios diversos dentre outros materiais que apresentam consistência teórica e rigor científico. Os descritores de busca foram as palavras *Pixton - Histórias em Quadrinhos - Tecnologias da Informação e Comunicação - Disciplina de Língua Inglesa / Língua Portuguesa*. Foram analisados artigos a partir do ano de 2015 até a atualidade.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Os itens de inclusão e exclusão ficaram restritos aos objetivos do trabalho, a

metodologia e o contexto docente trabalhado. Alguns elementos de inclusão foram: Disciplina (Língua Inglesa, Língua Portuguesa), Forma de trabalho (Histórias em Quadrinho, Greetings), multiletramentos. Elementos de exclusão: disciplina, atividade didática, série, objetivos.

OS ACHADOS DA PESQUISA

Neste tópico, iremos apresentar os principais dados encontrados no material analisado, pudemos compreender a importância da plataforma no desenvolvimento das atividades propostas pelos professores, principalmente na construção de textos midiáticos, aprendizagem no manuseio da plataforma, construção de histórias em quadrinhos, em disciplinas de Língua Inglesa ou Língua Portuguesa.

Os artigos apontaram que os desenvolvimentos das atividades foram interativos, tendo como objetivo o aprendizado lúdico e criativo dos conteúdos trabalhados, por meio dos quais os estudantes puderam fazer livre uso dos recursos interativos do Pixton, sobretudo trazendo elementos diferenciados como, por exemplo, questões identitárias, questões raciais e possibilidades de livre construção da Plataforma.

O quadro abaixo, denominado **“Pixton e as Atividades Pedagógicas”** referem-se aos artigos encontrados que versam sobre o uso da Plataforma e o resultado das atividades desenvolvidas, bem como os objetivos alcançados e a metodologia que deu suporte às respectivas atividades. Nesses artigos, observamos que a leveza e desenvoltura das atividades requeridas dos estudantes e usuários da plataforma, pôde ir além do uso já estabelecido, demonstrando que a plataforma pode ser direcionada para outras disciplinas e atividades.

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 12 pt, Cor da fonte: Cor Personalizada(RGB(64;61;57))

Formatado: Fonte: (Padrão) Arial, 12 pt, Cor da fonte: Cor Personalizada(RGB(64;61;57))

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Quadro 1. PIXTON E AS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

Quadro das atividades desenvolvidas nas escolas

Artigos	Autores	Formas de uso da Plataforma Pixton	Ano	Objetivos	Metodologia de pesquisa	Resultado	Disciplina
Tecnologias de Informação no ensino de inglês: uso do editor Pixton visando o aprendizado da língua inglesa	DEL PUPO, Nilceia Fabri Rodrigues	Quadrinhos online Greetings Camp vacations	2018	Promover oportunidades para que os alunos desenvolvam habilidades de leitura e escrita na língua inglesa; despertar o interesse do aluno pelo conteúdo apresentado por meio do uso da tecnologia, para enriquecer o processo de aprendizagem	Pesquisa descritiva, exploratória e de caráter qualitativo pois privilegia a investigação e a reflexão do uso da tecnologia no ensino de inglês.		Disciplina de língua Inglesa
Uma proposta pedagógica formativa para o ensino de coesão e coerência relacionada ao gênero quadrinho digital (Pixton)	SILVA, Elisangela Maria	Histórias em quadrinhos	2018	Refletir junto aos professores da instituição as relações existentes entre: HQ, Pixton, coesão e coerência textual e como essa conexão pode estabelecer possibilidades para uma construção de conhecimento cuja compreensão seja realizada a partir da produção textual dos alunos.	Questionário com os docentes de Língua Portuguesa da Escola a respeito dos elementos fundamentais da pesquisa: a HQ, o Pixton e os elementos textuais: coesão e coerência. Em seguida: três oficinas sobre: 1. O gênero textual HQ e o Pixton, 2. A produção de HQs Pixton; e 3. Aspectos de coesão e coerência constitutivos das HQs produzidas no Pixton.	Iniciação do letramento digital de seis professores; promoção de autorreflexões dos professores sobre a didática empregada na produção e na análise de texto durante as aulas de LP; percepção dos professores participantes de que a coesão e a coerência são mais bem compreendidas pelos alunos quando estas são vislumbradas, no contexto de sala de aula, através do que elas representam em	Língua Portuguesa

XI SEMINÁRIO DO NUPE

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO				termos de produção de sentido no texto.			
Multiletramento: o uso da plataforma Pixton como recurso didático na produção de histórias em quadrinhos	MACEDO, Reijane Filho da Silva; BEZERRA, Aluizio Lendl; ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan	Oficina de letramento multissemiótico	s/d	Ensino de escrita de Língua Portuguesa através do uso da ferramenta digital Pixton para produção de quadrinhos (HQ), objetivando a prática do Multiletramento.	Pesquisa em forma de Oficinas de Letramentos Multissemióticos (OLM), em um total de sete (07) OLM, desenvolvidas em oito (8) horas/aula. Após o processo de construção, as produções foram recolhidas e, posteriormente, analisadas	identificamos que o desenvolvimento de habilidades e competências, visto que essas que seguem OLM são mais proficientes por abarcarem questões sociais, culturais, políticas e ideológicas	Língua Portuguesa
Processo de autoria: uso da ferramenta digital Pixton na produção do gênero histórias em quadrinhos	SILVA, Cleunice Fernandes		2015	o presente projeto expõe uma proposta de intervenção que, tendo como base as culturas de referência do aluno, auxiliou no trabalho com os multiletramentos e ampliou a capacidade de agência por parte do alunado		o uso da ferramenta digital Pixton contribuiu para que o aluno, na posição sujeito-autor, produzisse o gênero história em quadrinhos, observando o contexto social e histórico	Língua Portuguesa
História em Quadrinhos como Ferramenta para Desenvolver as Habilidades Discursivas do Leitor de Língua Inglesa.	PINTO, Maryneide de Souza; SABADIN, Marlene Neri	Sequência didática, que se objetivou desenvolver o trabalho com os alunos numa perspectiva acerca da compreensão e da produção do gênero, utilizando os elementos da narrativa; os formatos de balões	2016	Explorar as possibilidades de leitura e produção de História em Quadrinhos, doravante HQ no ensino de Língua Inglesa pelos alunos, por meio do aparato tecnológico disponível na escola. trabalho estratégias para despertar o interesse dos alunos pela leitura, tornando as aulas de inglês proveitosas e participativas.	Sequência didática através que objetivou desenvolver o trabalho com os alunos numa perspectiva acerca da compreensão e da produção do gênero, utilizando os elementos da narrativa		

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão deste texto: *Quais atividades de aprendizagem podem ser desenvolvidas com a plataforma Pixton em um contexto da Educação Digital?* Consideramos que as atividades desenvolvidas por meio da Plataforma Pixton, em contexto da educação digital, têm contribuído para o aprendizado dos estudantes e, desta forma, necessitam ser socializadas e difundidas como importante tecnologia de educação digital.

Assim, a Plataforma possibilita a realização de atividades de aprendizagem, servindo como um excelente suporte na prática docente, sendo, portanto, um elemento que elenca não apenas a possibilidade dos letramentos, multiletramentos, mas incorpora na sua interface a ludicidade, a interação e a interatividade, mas que, infelizmente, não é conhecida por um amplo número de docentes.

A partir dos resultados observados nos artigos estudados, objetiva-se descrever e discutir a respeito da prática de leitura e produção de histórias em quadrinhos (HQs), pensar a leitura enquanto forma de participação crítica e ativa na comunicação considerar as HQs como uma grande mídia de muitas possibilidades visuais e narrativas. Ao pensar que a história pode se desenvolver de várias maneiras, dependendo do processo criativo de cada autor.

REFERÊNCIAS

ANECLETO, Úrsula C.; OLIVEIRA, Maiele dos S. Tecnologias digitais, pedagogia dos multiletramentos e formação de professor: caminhos da pesquisa colaborativa. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

BIOLCHINI, Jorge; MIAN, Paula.; NATALI, Ana; TRAVASSOS, Guilherme. Systematic re-view in software engineering: relevance and utility. **Technical Report RT-ES 679/05**. Rio de Janeiro: PESC/COPPE/UFRJ, 2005.

COSCARELLI, Carla Viana. Multiletramentos e empoderamento na educação. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.

do Ó, Ana Paula; GERMANO, Maria do Rosário G. **Histórias em quadrinhos na**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
web: pixton ferramenta mediadora no processo de ensino aprendizagem. 2011.

FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias:** tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019.

HETKOWSKI, Tânia M.; MENEZES, Catia Nery. Práticas de multiletramentos e tecnologias digitais: múltiplas aprendizagens potencializadas pelas tecnologias digitais. In: FERRAZ, Obdália (Org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias:** tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura. Salvador: EDUFBA, 2019.

KERSCH, Dorotea F.; DORNELLES, Anna J. C. Leitura + escrita + tecnologias digitais: as FANFICS como possibilidade para desenvolver a leitura e a escrita e aproximar os alunos da literatura. In: KERSH, Dorotea F (Orgs.). **Multiletramentos na pandemia:** aprendizagem na, para e além da escola. São Leopoldo, Casa Leiria, 2021.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews.** Keele: University and NICTA, 2004.

LEVY, Y.; ELLIS, T.J. A system approach to conduct an effective literature review in support of information systems research. In: **Informing Science Journal**, v.9, p.181-212, 2006.

MORAN, José Manuel; MASSETO, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas, SP: Papiros, 2000.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos:** novos desafios e como chegar lá. Papiros, 2007, p. 73-86.

NOVAIS, A. E. (orgs.) Letramento digital em 15 cliques. Belo Horizonte: RHJ, 2012.
KARWOSKII, A. M.; GAYDECKAL, B. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R. **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-32.

RAMOS, A.; M. FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 17-36, jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269>. Acesso em 16/01/2022

ROJO, Roxane. Pedagogia dos multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (Orgs.) **Multiletramentos na escola.** Parábola Editorial, 2012. Cap. 1.

_____. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (Org.) **Escol@ conectad@:** os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 13-36.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo.** São Paulo: Artmed, 2000.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

SIGNORINI, I. Letramentos multi-hipermidiáticos e formação de professores de língua. In: SIGNORINI, I., FIAD, R. S. (orgs.) **Ensino de língua**: das reformas, das inquietações e dos desafios. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 282-303.

SILVA, Cleonice Fernandes. **Processo de autoria**: o uso da ferramenta digital pixton na produção do gênero história em quadrinhos. Sinop, 5015. 66p.

SILVA, Obdália S.; ANECLETO, Úrsula; SANTOS, Sirlaine. Educação, formação docente e multiletramento: articulando projetos de pesquisa-formação. In: **Educação e Pesquisa**. v. 47, São Paulo: 2021.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

ENSAIOS

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL: ARGUMENTOS CONTRÁRIOS SOBRE A EXISTÊNCIA DO PRECONCEITO

Camila Ferreira dos Santos
UNEB CAMPUS XI
Camilaferreira0603@icloud.com
Marcia da Silva Bomfim
UNEB CAMPUS XI
bomfimmarcia54@gmail.com
Maria Alice da Silva Xavier
UNEB CAMPUS XI
alicinhaviola@gmail.com

RESUMO

Este ensaio acadêmico discute como tema: diferenças étnico-raciais em julgamento: Vozes de testemunhas, surgiu a partir do estudo das características linguísticas e estruturais do gênero textual artigo, durante aulas, ministradas pela professora Dilzete da Silva Mota Ramos, do componente curricular do primeiro semestre: Leitura e Prática de Textos Acadêmicos, do curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia. O artigo selecionado para discussão e identificação das partes constitutivos foi (A Questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças), do autor: Kabengele Munanga. O envolvimento dos alunos com a temática deu origem a ideia de a professora propor aprofundar as discussões a partir da organização e apresentação de um Júri simulado. A questão mobilizadora do júri foi existem diferenças étnico raciais no Brasil?

PALAVRAS-CHAVE: realidade; sociedade; conhecimento; genética; raças.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo a análise do fenômeno discriminação racial no Brasil, e possíveis argumentos contrários sobre a sua existência. O combate à discriminação racial é um desafio contínuo, e é fundamental reconhecer as demais causas para buscarmos soluções e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O objetivo do texto é questionar a ideia da existência de desigualdade racial no Brasil e enfatizar a importância de considerar a diversidade genética e social em detrimento da divisão racial. Argumenta-se que a sociedade brasileira deveria concentrar seus esforços em questões mais urgentes, como a desigualdade social e a falta de educação acessível e de qualidade, ao em vez de se preocupar com a

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO questão racial. Destaca-se a necessidade de medidas para combater a fome e melhorar a administração do dinheiro público. Portanto, o texto busca desafiar a noção de desigualdade racial como o principal problema do Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia se baseia na análise crítica de conceitos e argumentos relacionados à questão da desigualdade racial no Brasil. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, fundamentando suas afirmações em informações sobre a diversidade genética e social do país, bem como em questões como fome, educação e administração pública.

A metodologia inclui a apresentação de ideias, conceitos e evidências, como o estudo do médico geneticista Sergio Danilo Pena, para argumentar contra a existência de desigualdade racial significativa. Além disso, o autor utiliza argumentos de que o Brasil deve direcionar seus esforços para problemas sociais mais amplos, em vez de se concentrar na questão racial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao pesquisarmos sobre a questão da diferença racial no Brasil, percebemos que uma boa parte da população está imersa em muitos conceitos sem comprovações e sendo guiada pelo saber do cotidiano, formando assim interpretações feitas de acordo com a realidade que os cercam.

Sendo convocados a realizarmos esse trabalho e a estudarmos esse tema tão discutível, notamos que se tratando de raça no Brasil, existe o lado em que muito das vezes não é questionado ou se quer pensado pela sociedade que, por sua vez, preferem acreditar tão somente naquilo que lhes é passado como verdade e assim adotam.

Notamos a necessidade que há na sociedade atual de buscar um conhecimento menos limitado e de forma mais autônoma. Conforme pesquisamos ideias que negam a existência da desigualdade racial no Brasil, conhecemos um pouco do trabalho do médico geneticista Sergio Danilo Pena que retrata muito bem a questão da raça no Brasil, nos permitindo olhar para essa questão, além do que já nascemos ouvindo.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Para o médico, todo brasileiro carrega em seu DNA uma proporção singular de ancestralidade europeia, ameríndia e africana. Seu estudo diz que não faz sentido dividir a população em brancos e negros, pois a conformação humana é muito mais complexa do que isso.

O médico considera o Brasil mais diversos do mundo e afirma que o povo brasileiro se originou da mistura genética de povos originados de três dos velhos continentes da terra: a Ásia, através dos ameríndios; a Europa, através dos colonizadores e a África, através dos escravos. Sendo assim, o Brasil foi formado através desses três grupos.

Sergio Danilo Pena conclui que a maneira de conceituar a enorme diversidade genética da humanidade é considerar que todas as mais de sete bilhões de pessoas que vivem no mundo são únicas em seus genomas e histórias de vida. Qualquer tentativa de dividir essa diversidade com base na formação de raças estará destinada ao fracasso. Hodiernamente já nascemos sendo obrigados a acreditar na existência da divisão da sociedade pela cor da pele, as crianças já nascem ouvindo falar nessas diferenças, sendo que se elas não obtivessem essas informações equivocadas e formadas a partir do senso comum, não existiria tanta conversação a respeito de raça.

Ao desenvolver o trabalho notamos que o Brasil precisa preocupar-se com questões mais urgentes, a criar medidas que combatam por exemplo a fome que segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) assola a vida de mais de 33,1 milhões de brasileiros causada pela desigualdade social, a fome não escolhe a cor da pele.

O Brasil precisa urgentemente investir na educação do país, criar uma educação mais acessível e de qualidade para todos, acreditando no potencial e no intelecto do aluno independentemente da cor da pele.

O Brasil necessita de uma boa administração do dinheiro público, de governantes que olham para o futuro na nação, que tenham um olhar voltado para população. O grande problema do país não é a desigualdade racial e sim a desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a desigualdade racial não deve ser a principal preocupação do

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
Brasil. O país enfrenta desafios sociais mais imediatos e abrangentes, como a desigualdade econômica, a falta de acesso à educação de qualidade e a necessidade de uma administração pública eficiente dos recursos financeiros.

A desigualdade racial é questionada à luz das teorias do médico geneticista Sergio Danilo Pena, que argumenta que a divisão da população em brancos e negros não faz sentido devido à complexa mistura genética de origens europeias, ameríndias e africanas em todo o país. O autor destaca a diversidade genética como um fator que enfraquece a ideia de raças distintas.

O autor também aponta que as crianças nascem ouvindo sobre as diferenças raciais, o que perpetua esses estereótipos e preconceitos desde tenra idade. No entanto, ele argumenta que, se essas informações equivocadas baseadas no senso comum não fossem transmitidas, talvez não houvesse tanta conversa sobre raça.

O texto conclui enfatizando que o problema predominante no Brasil não é a desigualdade racial, mas sim a desigualdade social. O autor chama a atenção para questões urgentes, como a fome que afeta milhões de brasileiros, independentemente de sua cor de pele, e a necessidade de investir em educação acessível e de qualidade para todos os cidadãos.

Além disso, o autor destaca a importância de uma administração pública eficiente e governantes que se preocupem com o bem-estar da população, independentemente da cor da pele. A mensagem central é que, embora a questão racial seja relevante, o foco principal deve ser a melhoria das condições sociais e econômicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

PENA, Sergio. **Raça, genética, identidades e saúde**, local de publicação, volume 12, (p.321-346). Maio-agosto, 2005.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

ARTE E CRIAÇÃO NA TERCEIRA IDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS NA UATI.

Joyce Cruz Pinheiro
UNEB
joycepinheiro111@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um relato de experiências adquiridas durante as práticas de Pesquisa e Extensão, através das oficinas de arte na Universidade Aberta na Terceira Idade (UATI) no município de Serrinha – BA. O Projeto realizado teve um período de um semestre abordando à temática intitulada: “Arte e criação na Terceira Idade”, cujo objetivo deste trabalho é relatar as experiências vivenciadas durante as oficinas, abordando a importância e o papel da arte para os idosos, promovendo discussões sobre a significância do projeto para inclusão desse público para melhorias no lazer e na qualidade de vida. Dessa forma, se faz de extrema relevância por trazer contribuições que ampliam o nosso olhar como pesquisador e principalmente para a prática docente e formação acadêmica.

CONVERSA INICIAL

O contexto no qual o idoso esta inserido hoje no Brasil tem motivado a necessidade na ampliação de políticas públicas para melhor lidar com os efeitos socioeconômicos pelo aumento gradativo quanto ao número de idosos no País.

De acordo com dados do IBGE–Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas a população brasileira esta cada vez mais velha, no ano de 2021, em relação aos anos anteriores o Brasil passou a ter mais de 10% de sua população constituída por idosos com 65 anos ou mais de idade (IBGE, 2022).

Esse indicador reforça ainda mais a importância de programas e projetos que possam atender as demandas das condições sociais para fornecer melhoria no bem estar e na saúde do idoso.

Nesse sentido, visamos à inserção da Universidade Aberta a Terceira Idade (UATI), criado no ano de 1995 é um Programa de Extensão universitária interdisciplinar em conformidade com as normas, planos, políticas nacionais e o estatuto do idoso, com o objetivo de promover a integração social e educacional, em prol da qualidade de vida da pessoa idosa. Em serrinha a UATI foi implantada em 2008 no Centro de Pesquisa e Extensão em culturas e Tecnologias no Território do Sisal (CPCT).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Conforme o autor Fortuna (2000), “a arte é necessária ao homem como uma

forma de equilíbrio e de integração com seu meio”. Portanto, sempre expressou situações vividas pelo ser humano, desde a pré história até os dias atuais, independente do grau de desenvolvimento cultural da sociedade.

Dessa forma, isso significa que a arte traz muitos benefícios, no caso da pessoa idosa se torna muito necessário, visto que o idoso ativo é capaz de desenvolver novas habilidades e recuperar a sensação de autoeficácia, proporcionando maior autoestima (Fortuna, 2000).

CONVERSAS TEÓRICAS

Dialogando com Carvalho (1985) enfatizando que o crescimento pessoal e holístico é favorecido pela arte. “O uso da arte como terapia implica um processo criativo que pode ser um meio tanto de reconciliar conflitos emocionais, que ajuda na autoestima e desenvolvimento pessoal” (Carvalho, 1995).

Ambos os autores reforçam a importância de trazer a arte como recurso de transformação na vida das pessoas e especialmente com a população mais velha onde requer mais cuidado e atenção devido às fragilidades físicas e emocionais do idoso nessa última fase da vida.

As oficinas do projeto Arte e Criação na Terceira Idade foram realizadas no Centro de Pesquisa em Extensão em Cultura e Tecnologias no Território do Sisal-CPCT no município de Serrinha a partir do mês de abril de 2023. O público-alvo desta experiência consiste em torno de 23 alunos inscritos no programa. A execução do planejamento das atividades foi durante as sextas-feiras e nas terças-feiras foram realizadas as aulas no horário das 9:00 hs até as 11:00 hs no turno matutino, sendo contabilizadas 8 horas semanais.

A execução do projeto contou as ferramentas estratégicas incluindo benefícios para promover a criatividade, concentração e estimulação da memória, coordenação motora, e outros benefícios para o desenvolvimento cognitivo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para abordar a temática foram feito através de contação de histórias, dinâmicas, atividades com música e danças, jogos e brincadeiras, pinturas, confecção de cartazes, e artesanatos. Na primeira semana foi desenvolvida uma roda de conversa falando sobre o projeto e logo em seguida a realização da dinâmica “*quem sou eu*” onde houve a apresentação dos

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO idosos, a fim de conhecer cada um deles, apresentando seu nome, lugar, idade e ocupação.

Na semana seguinte foi propôsto para a turma a confecção de um cartaz com a “*Árvore dos sonhos*”, para esse momento foi necessária uma fala reflexiva para compreender a importância de construir projetos para realização dos sonhos. No terceiro encontro foi realizada a “*dinâmica do abraço*”, onde foi preciso abrir uma roda do grupo, utilizando uma caixinha com papéis, cada papel continha um tipo de abraço, para iniciar a dinâmica era necessário rolar uma música enquanto a caixa passava de mão em mão.

Além dessa, outras dinâmicas aconteceram, a exemplo da dinâmica denominada “*autoqualidade*”, momento poético e inclusão da “*dança dos balões*”. O Dia da Árvore e a chegada da primavera promoveram na “*árvore da primavera*” a confecção de quadros decorados com flores no papelão, cada idoso escolhia suas flores favoritas para montar seu quadro, houve um momento em que alguns foram para o jardim para recolher a fim de ter mais opções na hora da montagem da árvore.

Nas semanas seguintes foi desenvolvida a “*arte na dobradura*”, o famoso origami, em sequência a contação de uma história “a menina e o pássaro encantado”, e no final do mês de setembro foi realizada uma montagem de arranjos com flores de E.V.A.

Por fim, foi visto que as oficinas de arte e criação possibilitaram experiências enriquecedoras, sendo eficazes e significantes para o seguimento do projeto, atendendo os objetivos dele.

Durante a realização das oficinas envolvendo a arte foi observado que os idosos se sentiram mais ativos e com mais autoestima, pois foi relatada por eles a satisfação em participar das oficinas, a grande maioria eram constituídos predominantemente por mulheres, que se encontrou em uma nova forma de lazer e momento terapêutico se permitindo desenvolver novas habilidades.

As atividades que envolviam a música, a dança, pinturas, dinâmicas e contação de histórias ganharam bastante destaque por toda turma, as histórias principalmente pelos idosos de idade mais avançada, muitos relataram que essas atividades estimulavam a memória. Já para o grupo de idosos com idade inferior demonstravam mais interesses na confecção de painéis e montagens de arranjos.

POR UMA CONCLUSÃO

Em suma, o projeto foi bastante relevante e aflorou ainda mais na construção de conhecimento e saberes diversos, enaltecendo a arte como uma linguagem fundamental para trabalhar com o grupo de terceira idade, compreendendo a importância que projetos a exemplo deste pode fortalecer pautas que defendem o bem-estar e benefícios aos idosos, contribuindo assim na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERENCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Perfil **de idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**. 2000. [acesso 23 out. 2010]. Disponível em URL:

CARVALHO MMMJ. **A arte cura? Recursos artísticos em psicoterapia**. Campinas: Editoria Psy II; 1995.

FORTUNA SMCB. **Terapias expressivas**. Campinas: Editora Alínea; 2000.

FORTUNA SMCB. **Doença de Alzheimer, qualidade de vida e terapias expressivas: arteterapia**. Campinas: Alínea; 2005.

**MUITO MAIS QUE JOGOS OU INIBIDORES DAS “INDISCIPLINAS”: SIGNOS
COMO ELEMENTOS POTENCIALIZADORES DO DESENVOLVIMENTO E DAS
APRENDIZAGENS**

Antonio Vilas Boas

Universidade do Estado da Bahia

avilas@uneb.br

Ana Clara do Vale Mendes

Universidade do Estado da Bahia-XIV

anaclara2520@hotmail.com

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Historicamente, a disciplina História padece das rotulações e, como sabemos, elas permitem marginalizar, pôr de lado, excluir. Uma dessas é a de uma “pedagogia da memorização”, responsável por estimular o/as aluno/as a decorar os conteúdos, desembocando num [...] “ódio entranhado em relação ao componente curricular” (Mendes, 1935, p.41). Para os defensores dessa ideia, há uma clara correspondência entre ensinar e aprender, uma relação direta entre tais fenômenos, que, convenhamos, nem sempre existe, afinal, mesmo levando-se em consideração a umbilicalidade dos processos “nem sempre eles se confundem” (Weisz, 2001, p.65).

Foi pensando a partir desse processo excludente, mas ainda predominante no cotidiano das aulas de História, que surgiu o nosso desejo de repensar o lugar ocupado pelo aluno do ensino fundamental nas salas de aulas. Isso se deu através do Projeto de Extensão “Repensando as ensinagens em História através das oficinas pedagógicas: um exercício teórico-prático”, executado nas dependências da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, no município de Riachão do Jacuípe, interior baiano. Dentre as atividades realizadas, selecionamos uma delas para comunicação dos seus resultados e, ainda que essa, também, promova um deslocamento do lugar do aluno, quando comparado com outras atividades, o nosso objetivo nesta comunicação é discutir o papel dos signos na potencialização do desenvolvimento e das aprendizagens.

ASPECTOS TEÓRICOS

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Existem inúmeros autores que discutem os signos. Apoiar-nos-emos em Vygotsky e a sua obra “Formação Social da Mente”. Nesta, o psicólogo russo discute as potencialidades desses artefatos para a promoção do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças, mas o fato de privilegiar as crianças não significa excluir os adultos dos seus experimentos.

Oliveira (1992, p.30) define o signo como “[...] elementos que representam ou expressam outros objetos, eventos, situações”. Complementando, Kretzschmar Joenk (2007, p.5), traz como exemplo de signos “[...] a linguagem, os vários sistemas de contagem, as técnicas mnemônicas, os sistemas simbólicos algébricos, os esquemas, os diagramas, mapas, desenhos, placas de trânsito, gestos etc.

Para Vygotski (1991, p. 10) “a atividade simbólica tem uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento”. A análise dos dois excertos abaixo, frutos de uma mesma aula, sedimenta a potencialidade – comprovando a ideia de Vygotski - dos signos para as mudanças de lugares, comportamentos etc.

Assim que entrei na sala, alguns alunos estavam copiando e respondendo uma atividade avaliativa sobre a Mesopotâmia, que ficou no lugar do teste, por causa dos jogos escolares e a gincana ficou complicado manter o teste. (Mendes, 2023, p.1).

É perceptível, que no momento acima ilustrado, os/as estudantes estão sentados nas suas cadeiras, com braços postos sobre as carteiras e, com as mãos, escrevem o texto que foi copiado no quadro de giz.

E assim que foram finalizando a atividade ela pediu para que eles se organizassem em grupos. Eles foram se organizando e eu expliquei para eles como funcionava o jogo. O dominó mesopotâmico possui perguntas e respostas e os alunos deviam encaixar as respostas corretas nas perguntas de cada peça do dominó. Mostrei para eles e percebi que eles ficaram bem animados para mais uma atividade. (Mendes, 2023, p.1).

Ao analisarmos essa parte do depoimento, percebemos existir, imediatamente, outra postura por parte dos estudantes quando do anúncio de uma próxima atividade. Levando-se em consideração que essa transformação acontece em um momento posterior à primeira aula de História e quando do fim de uma atividade – geralmente, os/as estudantes já incorporaram a ideia que o fim de uma

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
atividade significa que nada mais eles e elas terão o que fazer -, essa mudança de comportamento torna-se bem mais significativa.

O “jogo de dominó” ao qual a bolsista faz menção foi uma atividade planejada tomando-se como base os objetos de conhecimentos selecionados para o trabalho em sala de aula, nesse caso específico, os “povos mesopotâmicos”. A ideia de montar esse jogo veio quando da observação do comportamento dos alunos e alunas em ressignificar os espaços e equipamentos existentes no colégio, dando-lhe outra utilidade quando da ausência de professores na sala de aula.

Jogar na aula de História é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas, dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação. (Pereira; Giacomoni, 2018, p.15).

A utilização do signo, materializado na figura do dominó, traz o lúdico para o interior da sala e das aulas, reduzindo o fenômeno da “indisciplina” e deslocando o aluno para outro lugar que não apenas o de um ouvinte ou de um “copiador”, esse último responsável pela paciente escrita das informações registradas no quadro de giz.

Consequentemente e, segundo Vigotsky (1991, p.30) “[...] o processo simples estímulo-resposta é substituído por um ato complexo, mediado, representado da seguinte forma: “S-R” e “X”. O “X”, aqui, estaria representando o signo. Durante a aplicação do “jogo de dominó”, a bolsista anotou que “foram formados quatro grupos, praticamente os mesmos da última atividade, então fui indo de grupo em grupo, entreguei as peças e eles deram início a atividade. **Todos estavam bastante focados**”.

A atenção, aqui, é direcionada para a atividade que será executada e não mais para as conversas paralelas. Conseguir que mais de 25 alunos estejam “focados”, ou seja, com os interesses voltados para determinada atividade, em contextos caracterizados pelo desconforto lumínico, pela dificuldade com a acústica, pelas temperaturas elevadas, ausência de espaços recreativos, além do desconforto causado pela arquitetura dos equipamentos como carteiras e mesas, se torna um elemento extremamente significativo e isso, é claro, devemos atribuir, também, a adoção de procedimentos metodológicos que combinem exposição dialogada do professor com a utilização dos signos necessários e fomentadores das

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO aprendizagens.

CONCLUSÕES

Como o próprio título desse trabalho sugere, os recursos (signos) utilizados pelos professores participantes do Projeto de Extensão “Repensando as ensinagens em História através das oficinas pedagógicas: um exercício teórico-prático”, não se constituem como instrumentos que visam promover o tecnicismo nas aulas de História e muito menos combater o que a escola historicamente denomina de “indisciplina”. A função deles é contribuir para a inserção do aluno/a na construção da aula, promovendo um espaço dialógico, ativo e protagonizador de outras e diferentes, falas, e experiências, suprimindo-se assim, as possibilidades da memorização.

REFERÊNCIAS

GIACOMONI, Marcello; PEREIRA, Nilton Mullet. Flertando com o caos. In: _____. **Jogos e ensino de história** [recurso eletrônico], Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. 129 p. ; pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias).

KRETZSCHMAR JOENK, Inhelora. Uma Introdução ao Pensamento de Vygotsky. Vygotsky. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276>. Acesso em: 23 out. 2023.

MENDES, Ana Clara do Vale. **Relatório Projeto de Extensão**. Conceição do Coité; UNEB, 2023. (digitado).

MENDES, Murilo. **A História no Curso Secundário**. São Paulo: Gráfica Paulista, 1935.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: Piaget, Vygotsky, Wallon - **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre ensino e a aprendizagem**. 2.ed. 5.reimp. São Paulo: Ática, 2001.

**ENTRE LETRAS, MELODIAS E CANÇÕES:
O LUGAR NA MUSICALIDADE DE LUIZ GONZAGA**

Alana Cerqueira de Oliveira Barros

alana.cerqueira.geo@gmail.com

Jussara Fraga Portugal

Universidade do Estado da Bahia

jportugal@uneb.br / jfragaportugal@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho é resultado da experiência com o trabalho dissertativo “Entre letras, melodias e canções: uma leitura geográfica da obra de Luiz Gonzaga”, a qual está ancorada na abordagem qualitativa, no âmbito dos métodos biográfico e fenomenológico. A referida investigação foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (Proet/UNEB), vinculada ao Grupo de Pesquisa Geo(bio)grafar – Geografia, Diversas Linguagens e Narrativas de Professores. Transitamos pelos pressupostos da Geografia Humanista para conceber uma leitura teórica e subjetiva do conceito de lugar, por revelar de forma mais consolidada a compreensão da essência dos lugares, das experiências vividas no/dos lugares, a emoção, a poesia e a arte. As contribuições de autores como Relph (1979); Tuan (1980; 2018); Holzer (1994; 1997) e Dardel (2011), foram basilares para as reflexões tecidas e a possibilidade de construir leituras geográficas a partir do conceito de lugar nas canções de Luiz Gonzaga. Com a Geografia Humanista, um novo horizonte tornou-se possível para a incorporação de “[...] fenômenos tais como ansiedade, comportamento, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição [...]” (Relph, 1979, p. 1). Dessa forma, o lugar é concebido enquanto um conceito-chave, que é dotado de sentimentos, de experiências e de pertencimento. Os objetivos contemplados foram: compreender a abordagem do conceito de lugar que emerge nas letras das canções que compõem o repertório de Luiz Gonzaga, conhecer a história de vida e a trajetória profissional de Luiz Gonzaga; caracterizar a linguagem musical como dispositivo e fonte de pesquisa no âmbito dos estudos geográficos ancorados na abordagem fenomenológica.

PALAVRAS-CHAVE: Luiz Gonzaga; lugar; música; fenomenologia.

DIÁLOGOS

Das experiências vividas, Luiz Gonzaga extrai elementos para a composição das letras de suas canções, com fragmentos biográficos e narrativas valiosas que inspiram trabalhos como fonte de pesquisa geográfica. Muitas letras das canções de Luiz Gonzaga retratam o/os lugar/res onde ele experienciou vivências no contexto da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO vida cotidiana do/no sertão nordestino. As rezas, as festas tradicionais, as vaquejadas e as práticas de adjutórios¹ versejadas em suas canções retratam a imersão nos labirintos das suas memórias e evocam reminiscências dos tempos da vida no sertão. Então, mesmo como migrante em outros contextos, as experiências vividas no Sertão nunca deixaram de ser retratadas em suas canções. A canção *Meu Araripe*, composta por Gonzaga em parceria com João Silva, que retrata, de forma saudosa, os sentimentos que permeiam a relação com o lugar vivido.

Meu Araripe
(Luiz Gonzaga e João Silva; 1968)

[...]
Meu Araripe, meu relicário
Eu vim aqui rever meu pé de serra
Beijar a minha terra
Festejar seu centenário
[...]
Quero louvar
Os grandes desse lugar
Luiz Pereira, Dona Bárbara de Alencar
E o Barão que não sai da lembrança
Que mandou buscar na França
São João e Baltazar
[...]

Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/1561814/>>.

O título que nomeia a canção demarca a relevância do lugar retratado para Luiz Gonzaga. Ao colocar o pronome possessivo (meu) no título, os autores sinalizam o sentimento de apego ao lugar poeticamente retratado, pois, “Como indivíduos e membros de comunidades, nos conectamos com o mundo por meio de lugares que geralmente possuem nomes ou uma identidade específica [...]”. (Relph, 2014, p. 22).

A Chapada do Araripe está localizada geograficamente no domínio da Caatinga, apresenta 180 km de extensão por 50 km de largura, e está orientada entre as coordenadas geográficas 7º e 8º S, 39º e 41º W, abrangendo parte dos estados de Pernambuco, do Piauí e do Ceará, com a maior área, enfatizam (Nascimento; Nascimento; Azevedo Júnior, 2000). Dessa forma,

Sua inclinação drena todas as águas pendentes para o vale do Cariri, região mais nobre e rica do Ceará, zona de cultivo da cana-de-açúcar para a fabricação da cachaça e da rapadura. No entanto, à altura do Exu, essa conformação topográfica muda, e a terra se inclina levemente para o estado de Pernambuco. Daí a riqueza da

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
terra exuense, com suas numerosas fontes de água que protegem a
região das desolações da seca (Dreyfus, 1996, p. 27).

Os compositores, por meio da letra da canção, são capazes de expressar o que há de mais subjetivo nos indivíduos. Tais sentidos revelam as representações e o centro de significações dos autores. A letra da canção destacada contém elementos que particularizam a relação de Luiz Gonzaga com o seu lugar. Primeiramente, o modo como retrata a felicidade em poder acompanhar os festejos dedicados ao centenário da cidade de Exu, no Sertão de Pernambuco, terra natal do artista, situada à altura da Chapada do Araripe, elemento natural e geograficamente demarcado na letra da canção.

O sentimento memorialístico e saudoso, de um lugar ao qual o compositor, no caso específico Gonzaga, se sente pertencente, pode ser contemplado no trecho: *“Meu Araripe, meu relicário / Eu vim aqui rever meu pé de serra / Beijar a minha terra”*, o que demonstra que não desfruta cotidianamente do seu lugar, mas que teve a oportunidade de vivenciar mais uma vez a experiência de estar perto dos seus.

No campo simbólico, a letra da música contém elementos de significados que remetem a uma explícita relação de pertencimento entre o compositor, o lugar e as pessoas retratados. O verso *“Quero louvar/ Os grandes desse lugar/ Luiz Pereira, Dona Bárbara de Alencar”* revela peculiaridades, como o reconhecimento das pessoas que habitam e vivenciam o lugar experienciado.

CONVERSAS CONCLUSIVAS

No devir da pesquisa, mediante análise e interpretação das letras das canções que compõe sua obra, é possível afirmar que o repertório da Luiz Gonzaga permite visualizar e interpretar as geografias que emergem dos contextos nordestinos, da identidade do povo sertanejo, seus modos de vida e das manifestações culturais que demarcam paisagens e lugares que dialogam com as experiências dos espaços vividos, contemplando, assim, uma leitura geográfica do lugar na perspectiva da Geografia Humanista.

REFERÊNCIAS

DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

DREYFUS, Dominique. **Vida de viajante**: a saga de Luiz Gonzaga. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Revista Espaço e Cultura (NEPEC)**, Rio de Janeiro, n. 3, 1997.

_____. **Paisagem e Lugar**: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI. 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas de São Paulo, São Paulo, 1994.

NASCIMENTO, João Luiz Xavier do; NASCIMENTO, Inês de Lima Serrano do; AZEVEDO JÚNIOR., Severino Mendes. Aves da Chapada do Araripe (Brasil): biologia e conservação. **Ararajuba**. 8 (2); p.115-125, 2000.

PORTUGAL, Jussara Fraga. **“Quem é da roça é formiga!”**. Histórias de vida, itinerâncias formativas e profissionais de professores de Geografia de escolas rurais. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013, 352f. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/pdfs/teses/2013/0109141653.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2022.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. *In*: MARANDOLA JÚNIOR. Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 18-32.

_____. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 04, n. 07, p. 01-25, 1979.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, v. 8, n. 1, p. 4-15, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/27150#:~:text=Em%20seu%20texto%2C%20publicado%20em,regi%C3%A3o%20e%20a%20na%C3%A7%C3%A3o%20Destado.>> Acesso em: 12 out. 2023.

**VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ACESSO A COTAS NA UNIVERSIDADE:
EXERCÍCIOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO?**

Jeane Ferreira de Oliveira

jefoliveira@uneb.br

UNEB - Campus XI

Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso

jcardoso@uneb.br

UNEB - CAMPUS XI

RESUMO

Nos últimos anos temos á miúde, temos debatido com certa efervescência sobre a inclusão, fato que conclama todos e todas as reflexões sobre a sociedade que precisa se consolidar como aberta a pluralidade e diversidade. No seio acadêmico, o debate tem se consolidado como frequente e provocando nos sujeitos, reflexões que, obviamente precisam se transformar em ações efetivas. Afinal, a Universidade precisa abrir suas portas para a diversidade, o que promoveu, nos últimos dias, a mobilização da UNEB, Universidade do Estado da Bahia a gestação de prática assertiva pioneira: a abertura do sistema de cotas. É inegável o pioneirismo da UNEB, em estar á frente, sendo a primeira Universidade pública do Nordeste a promover a política de cotas, e atualmente, avançar neste sentido, ampliando-as a partir de sobre vagas, ou seja, vagas somadas as atuais ofertadas. Ademais, a abertura e ampliação das vagas, para contemplar outros grupos sociais, dentre os quais, as pessoas autistas, pessoas com algum tipo de deficiência, se constituiu como avanço importante, para consolidação de fato, da Universidade como casa que acolhe e que possibilita a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos cidadãos, que chegam aos cursos Universitários e conseguem avançar, em ações exitosas no ensino, pesquisa e na extensão.

Palavras-Chave: acesso; cotas; validação; educação.

INTRODUÇÃO

A necessidade de construir a UNEB como espaço inclusivo, abrindo-se a possibilidade de acesso de pessoas plurais ao contexto acadêmico, ganha relevos e propulsão no ano de 2003, quando da implantação efetiva do sistema de cotas destinando vagas para a população negra e somente em 2008, houve a expansão de vagas, para atender também a um grupo historicamente segregado dos espaços acadêmicos: os povos indígenas. Com efeito, a assunção do sistema de cotas como uma das ações de políticas afirmativas elaboradas pela UNEB produziu ecos sonoros na sociedade e dentro da academia, com discursos que iam da aprovação irrestrita das cotas raciais para falas e posições contrárias. Fato é que, passados

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO dezoito anos, a polêmica das cotas continua gerando diversas posições e movendo debates fecundos no seio da sociedade.

Entretanto, no que tange a ampliação da ação afirmativa das cotas, no ano de 2019 a Universidade amplia o leque de grupos a serem contemplados pelo sistema, como anunciou o Canal Futura (2019):

Transgêneros, ciganos e quilombolas vão contar, pela primeira vez, com cotas para ingressar no ensino superior na Universidade do Estado da Bahia. Transexuais, travestis e pessoas com o transtorno do espectro autista e altas habilidades também vão ter direito a cinco por cento destas vagas. (Brasil, Futura, 2019).

Com tal medida, no ano de 2018 aflorou na UNEB a necessidade de constituição das chamadas Comissões de validação de documentos de acesso ao sistema de cotas, com o objetivo de acompanhar, internamente, com a colaboração da sociedade civil, os processos de acesso as cotas, sobretudo pelo grande desafio de levar a diante políticas assertivas antirracistas e anticapacitistas.

E assim, as primeiras comissões foram sendo instauradas, convidando docentes, técnicos, servidores, discentes e sociedade civil, por meio das entidades e sindicatos a se juntarem para fazer valer os direitos de tantos cidadãos de estarem na universidade.

Cabe ressaltar aqui que, por meio de atos administrativos, já em 2018 foi criada a primeira comissão, nos anos seguintes sendo atualizadas, até que no ano de 2022, houve uma nova configuração, nas qual as secretarias acadêmicas foram convidadas a integrarem a referida comissão como articulações necessárias.

NARRATIVAS, DILEMAS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

No ano de 2022 foram nomeados os membros constituintes da Comissão de validação de documentos de acesso ao sistema de cotas, do Campus XI, tendo participação efetiva de docentes, discentes e representantes dos Movimentos Sociais. Entretanto, devido às questões de transporte e choque nos horários dos trabalhos definidos para as ações da comissão com os do ofício/ labor dos membros (todos e todas trabalhadores e trabalhadoras), alguns colaboradores não puderam participar de modo presencial do processo.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Os trabalhos têm se processado de modo sistêmicos, obedecendo sempre aos editais e calendários que se vinculam aos respectivos editais e certames de cada processo vestibular.

Temos percebido como conquistas significativas:

O número de estudantes que temos incluído pelo sistema de cotas, que se consolida como prática inclusiva, assim como, a construção de ações que valorizam as questões de acessibilidade assim como a necessária criação e fortalecimento do NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão deste Campus, que tem sido bússola para muitos outros campis.

Algumas sugestões se fazem necessárias como: rever datas, cronogramas de convocação, assim como mecanismos de ajuda de custo para transporte/alimentação dos membros participantes assim como, possível dispensa/ abono de faltas ao trabalho dos colaboradores para efetivação das ações inerentes as funções da comissão.

CONCLUSÃO

Com as diversas edições e os trabalhos que estão sendo feitos, podemos inferir algumas questões a melhorar como: Baixa adesão de membros a participação dos trabalhos presenciais. Tempo exíguo para convocação e para os trabalhos, Falta de alguns subsídios para apoio aos trabalhos da comissão (ajuda de custo para membros: para transporte e alimentação) Calendário exíguo para movimentação e convocação dos membros da comissão, Dificuldades dos candidatos para providenciar documentos, Dificuldades dos candidatos com internet e acesso as informações do edital. Por fim, como sugestões o coletivo aponta para: Recomposição da comissão com adesão de membros que tenham condições de participação efetiva para evitar sobrecarregar os membros ativos com os diversos trabalhos envolvidos no processo de validação. Ajuda de custo para os membros da comissão posto que precisamos permanecer no Campus durante todo o dia, carecendo de auxílio para transporte e alimentação. Torna-se necessária a concessão de bolsa auxílio para os membros nomeados para efetivação dos trabalhos

REFERENCIAS



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

CANAL FUTURA. **Minuto Futura:** Cotas Ueba. A Universidade do Estado da Bahia vai ter cotas para transgêneros, ciganos, quilombolas, transexuais, travestis e pessoas com o transtorno do espectro autista e altas habilidades. 13 de agosto de 2018. <https://www.facebook.com/canalfuturaoficial>. Acessado em outubro 2023.

<https://veja.abril.com.br/brasil/universidade-da-bahia-cria-cota-para-transgeneros-travestis-e-ciganos>

<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/uneb-44.htm>

**CONSTRUINDO LINGUAGENS ALTERNATIVAS PARA ALUNOS COM
TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTAS (NÍVEL 3 DE SUPORTE) COM
COMPROMETIMENTO VERBAL.**

Milena Caldas

CAPENE – Serrinha-BA
milenaejosemar@hotmail.com

Luciana Peleteiro

CAPENE – Serrinha-BA
luciana@colegiodominium.com.br

Nadjanara Lopes

CAPENE – Serrinha-BA
nadjanaralopes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente resumo visa trabalhar a temática “Explorando linguagens alternativas para crianças com TEA – (Nível 3 de suporte) com comprometimento verbal. Profissionais psicopedagogas atuantes no espaço educativo CAPENE (Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais) em Serrinha, Bahia em atendimentos efetivados junto as crianças com o diagnóstico CID-11 6A02 (CID-10F84) têm se debruçado sobre os desafios de construir alternativas, recursos e tecnologias educativas empenhadas com os processos de aprendizagens dos sujeitos.

Este trabalho se desenvolverá de forma significativa na formação, principalmente no que tange ao trabalho pedagógico ou familiar, descreveremos elementos estruturados, lições específicas, estratégias tanto para monitoramento quanto para generalização encorajando a criatividade e inovação através da tomada de decisões baseadas em dados específicos do sujeito, descrevendo habilidades, criando um sistema de reforços visuais para que a comunicação e linguagem de uso funcional seja criativa e adaptada de forma interativa e instrutiva; utilizando linguagens simples (catálogo), orientação social temporal, língua de sinais, linguagens utilizando recursos adaptados, etiquetas, símbolos, palavras visuais, identificação de ambientes, dicas e suportes.

O objetivo do trabalho se vincula a possibilitar a construção de estratégias e alternativas de linguagens/comunicação para auxiliar o desenvolvimento e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
autonomia de crianças com comprometimento verbal, dentro do diagnóstico de TEA-
Transtorno do Espectro Autista (nível 3 de suporte).

De tal forma, diante da frustração de conviver ou trabalhar com crianças que não se comunicam de modo efetivo, enquanto pesquisadoras, nos mobilizamos a pensar, refletir e a construir possibilidades para efetivação da comunicação com pessoas com TEA. Ademais, sabemos que as pessoas com TEA têm interesses e necessidades que não podem exprimir de maneira social e o impacto devastador que a inabilidade de um indivíduo em comunicar-se provoca nele e ao próximo, instiga a importância de uma estruturação sistemática do ambiente de aprendizado (seja em casa, locais públicos ou escolas) possibilitando estratégias de comunicação e linguagens para favorecer o desenvolvimento e autonomia do sujeito.

DIÁLOGOS TEÓRICOS

Sabemos que uma das demandas maiores que atingem as pessoas na condição do TEA reside no fato dos exacerbados bloqueios ao efetivo ato da comunicação, impelindo a todos que convivem com pessoas na condição do transtorno do espectro autista, desafios de buscas incessantes sobre formas de manter a interação comunicativa. Para isso, pais, educadores, pesquisadores têm se debruçado sobre perspectivas de construir formas de fomentar o exercício da comunicação com as pessoas autistas, com mundo, com a vida. Assim, uma das demandas deste trabalho é demonstrar que há formas alternativas de manter ou estimular a comunicação com pessoas autistas. No entanto, há que se pesquisar bastante sobre formas efetivas de estimular e vivenciar a comunicação com pessoas autista. Assim, esse trabalho tem como intenção fomentar estudos, discussões e práticas assertivas que considerem a neurodiversidade como condição, que não inviabiliza a comunicação, mas requer de todos, criatividade e inventividade nas formas, modelagens e construtos que vamos edificando pela força da vivência e o desejo de inclusão de todos e todas nos processos pedagógicos e sociais.

Durante cada fase do desenvolvimento a linguagem vai aprimorando, não seria diferente com pessoas com limitações; estimular constantemente para que as habilidades se apropriem esforçadamente estruturando ambientes e as pessoas envolvidas.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Como já diziam (Gadotti, et al. 2000, p.7) :”A diferença não deve ser apenas

respeitada. Ela é a riqueza da humanidade, base de uma filosofia do diálogo”. A partir de uma perspectiva comportamental, recorrer a estratégias que leve a comportamentos adequados, enfatizando a utilização de reforços para identificação. Considerando fatores importantes que envolvem o contexto de cada sujeito para melhor aproveitamento e elaboração de estratégias. Interagir de forma ativa para que a aplicação do comportamento e aprendizado aconteça.

Reconhecemos que existem funções para a comunicação acontecer; a interação entre o falante e o ouvinte independente de que forma essa fala seja utilizada. No início do desenvolvimento da linguagem, um tipo de comportamento é aprendido, imitar, falar, chorar, a comunicação é bidirecional ao mesmo tempo, queremos utilizar assim como queremos compreender.

Na nossa sociedade a fala é o modo mais comum, porém utilizamos diversas estratégias de comunicação (verbal-visual-imagética-sinais) as diversas modalidades possibilitam o processo da compreensão da comunicação.

CONCLUSÕES

Com esse trabalho, buscamos pesquisar e demonstrar que há maneiras alternativas de pensar, construir modos e técnicas de comunicação com as pessoas neurodiversas, na condição do TEA. De tal modo, nosso intento será de divulgar, difundir sobre o TEA, estimulando as pessoas a desconstrução do preconceito, estimulando e incentivando-as a buscar edificar práticas e exercícios de comunicação inclusiva.

REFERÊNCIAS

FROST, M. S., CC/SLP e Andy Bondy, Ph. D. **Manual de Treinamento do Sistema de Comunicação por troca de figuras**. Pyramid Educational Consultants. PECS Brasil, 2012.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. Monografia – São Paulo. Fundação Peirópolis 2000. Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar- Universidade de Brasília. Brasília, p. 58. 2011.

SKINNER, B. F. (1957) **Communication for the speechless**. 3ªed.) Boston, MA: Allyn e Bacon.

DESCONSTRUINDO O BULLYING E CYBERBULLYING: DO MUNDO REAL AO VIRTUAL

Arina Junqueira Silva

Universidade do Estado da Bahia/Campus XI
arinaasilva21@gmail.com

Cleidson Alves Rosa

Universidade do Estado da Bahia/Campus XI
cleidson747456639.com@gmail.com

Jusceli Maria Oliveira de C. Cardoso

Docente UNEB, CAMPUS XI
jcardoso@uneb.br

PALAVRAS INICIAIS

O presente texto tem a finalidade de relatar a “experivivência” constituída por meio da realização e efetivação da oficina pedagógica *sobre bullying e cyberbullying* do projeto Diálogos e Diversidades – “Convivendo com as diferenças”, que foi realizada na Escola Teodoro dos Santos Ribeiro, localizada no bairro do cruzeiro na cidade de Serrinha-BA.

A temática foi trabalhada com estudantes do 6ºAno A, tendo em vista o crescente número de *bullying* dentro e fora da instituição. O *bullying* e o *cyberbullying* são formas prejudiciais de comportamento agressivo, geralmente entre pares desiguais em termos de poder. No *bullying* tradicional ocorre em ambientes físicos, como as escolas, enquanto o *cyberbullying* de acordo com a lei nº 13.185 de 6 de dezembro de 2015, caracteriza-se quando:

Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial, (Brasil, 2015).

Atentos a importância e urgência em relação a efetivação de trabalhos com pautas voltadas a disrupturas dos ciclos do *bullying*, edificamos a ação no formato de oficina pedagógica por compreender que tal modalidade se converte como efetiva e atrativa para o público jovem pois segundo Cardoso:

É justamente no sentido de se constituir espaços pedagógicos onde os sujeitos poderão construir, coletivamente, suas aprendizagens,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

que se propõe, como estratégia, método de organização didática as oficinas pedagógicas. Entende-se assim, por oficinas pedagógicas, espaços e tempos de aprendizagem coletiva, onde os sujeitos terão oportunidade de produzir conhecimentos a partir das interações grupais. Nas oficinas pedagógicas, a sala de aula se transforma (física – psicológica e didaticamente) em espaços livres, dinâmicos, abertos. Local para dizer e ouvir coisas, experiências, vivências as quais serão compartilhadas por todos os sujeitos, que efetivamente, tornar-se-ão atores e atrizes sociais das suas histórias e dos seus conhecimentos. (Cardoso, 2006, p.114)

Com a perspectiva de construir um espaço dialogal, em que os estudantes pudessem interagir, falar, debater de modo livre sobre a temática em tela, organizamos a oficina pedagógica a partir de uma pesquisa efetivada em meios eletrônicos para colher ideias, dinâmicas, jogos e outras atividades propícias para efetivar o trabalho de modo prazeroso.

Assim, asseveramos a importância do planejamento sistemático, ao se pensar em uma oficina pois se trata de uma metodologia que requer sempre: inovação, ludicidades e propostas didáticas atrativas para os participantes, além é claro, da interatividade e dinamicidade dos trabalhos. Isso requer uma pesquisa densa e cuidadosa, para criar a pauta didática condutora da oficina além da construção de recursos e materiais a serem usados.

NARRANDO SOBRE A OFICINA

A oficina desenrolou-se por meio de dinâmicas, diálogos e vídeos com relatos de pessoas que sofreram o *bullying* de diversas formas e, como isso impactou em suas vidas. Ao decorrer foi sendo discutido sobre os tipos de *bullying* existentes; as consequências emocionais para as vítimas; e formas de como prevenir o *bullying* e criar um ambiente de inclusão, respeito e aprendizado nos contextos escolares e não escolares.

Antunes & Zuin (2008), denunciam que o conceito de *bullying*, tal como utilizado na maioria dos estudos baseados tão-somente em dados estatísticos e no diagnóstico de sua ocorrência, faz parte de uma ciência instrumentalizada e a serviço da adaptação das pessoas para a manutenção de uma ordem social desigual.

Tendo isso em vista, a discussão sobre o *bullying* e o *cyberbullying* é essencial para a educação desmistificando e rompendo com a manutenção social

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO opressiva influenciando a promoção da diversidade, ajudando a sensibilizar as pessoas sobre o impacto negativo do *bullying* para a vida dos sujeitos, destacando como pode impactar em diferentes origens, identidades e orientações.

Foram então, objetivos da oficina: promover ações para fomentar ambientes escolares mais inclusivos, incentivando o respeito e a valorização das diferenças, criando espaços mais seguros para todos. Educar os alunos sobre a importância da empatia, do respeito e da compreensão das diferenças, ensinando a lidar com as diversidades de forma positiva.

Ajuda a desenvolver habilidades sociais para lidar com conflitos de maneira construtiva, contribuindo para um ambiente mais saudável e tolerante, estimulando o diálogo e a abertura para discutir questões relativas à diversidade, criando oportunidades para a aprendizagem mútua e a resolução de conflitos de maneira saudável.

Abordar essa temática na educação não apenas ajuda a lidar com esses problemas, mas também contribui para a construção de ambientes educacionais mais diversos, inclusivos e empáticos. A complexidade do conteúdo acaba gerando algumas inquietações, principalmente quando não se tem muita experiência e, o público alvo é adolescente.

A insegurança é, de fato, uma palavra que define o momento, em seguida as dúvidas: Como explicar de maneira apropriada a pauta para esses adolescentes, de forma a garantir que eles compreendam sem causar medo ou ansiedade? Como ensinar estratégias de prevenção e empoderamento, de modo que as crianças e os adolescentes se sintam capazes de lidar com situações de *bullying*, criando ambiente onde as crianças se sintam à vontade para relatar as situações, garantindo apoio e orientação adequada? Essas e outras inquietações são fundamentais para orientar a maneira como esses temas são abordados com os estudantes.

A oficina buscou conscientizar os alunos sobre a importância do tema para que eles possam respeitar uns aos outros, fornecer informações para conscientizar e combater essas formas de violência, que causa vários danos na vida de um indivíduo, seja na emocional, física e psicológica. Ajudar os discentes a entenderem o que constitui o *bullying* e o *cyberbullying*, suas formas e impactos, buscando estratégias para prevenir e lidar com situações, incluindo como buscar ajuda e apoiar colegas. A abordagem desses objetivos pode variar, mas o principal é promover um ambiente de aprendizado e apoio para lidar com essas questões

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO delicadas. O *bullying*, especialmente o *cyberbullying*, é cada vez mais comum entre os adolescentes devido ao uso generalizado da tecnologia, tornando crucial abordar essas questões.

Com o propósito de promover um ambiente saudável, desenvolver habilidades sociais e emocionais e prevenir consequências sérias que afetam o bem-estar dos jovens. Por ter sido a nossa primeira experiência aplicando uma oficina, essa, configurou-se em um momento único. Podemos experienciar, o medo, a insegurança, a felicidade e a satisfação de dever cumprido, mesmo com as adversidades de gerir o tempo a realidade corrida do contexto escolar.

NOTAS CONCLUSIVAS

Dizem que a primeira vez a gente nunca esquece, e realmente, essa experiência ficará marcada em nossas vidas. O funcionamento teórico do bullying frequentemente é compreendido através de modelos psicossociais e comportamentais, que consideram fatores individuais, familiares, escolares e sociais. Teorias como a Teoria da Aprendizagem Social proposta por Bandura destacam a influência do ambiente e das interações sociais na reprodução de comportamentos agressivos. Além disso, a Teoria do Ecosistema de Bronfenbrenner enfatiza a interação entre o indivíduo e seus vários ambientes como família, escola e comunidade, na compreensão do fenômeno. A respeito da personalidade dos agressores, Silva (2010) ressalta que:

Possuem traços de desrespeito e maldade e, na maioria das vezes, essas características estão associadas a um perigoso poder de liderança que, em geral, é obtido ou legitimado através da força física ou de intenso assédio psicológico. O agressor pode agir sozinho ou em grupo. O desempenho escolar desses jovens costuma ser regular ou deficitário; no entanto, em hipótese alguma, isso configura uma deficiência intelectual ou de aprendizagem por parte deles. (Silva, 2010, p. 43).

A experiência de trabalhar com o tema *bullying e cyberbullying* traz consigo a necessidade de repensar abordagens preventivas e estratégias de intervenção. No campo profissional, a compreensão desses fenômenos e a adoção de medidas proativas são essenciais para criar ambientes seguros e saudáveis, principalmente ao lidar com crianças e adolescentes.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A reflexão contínua sobre o impacto psicológico, social e educacional dessas formas de assédio online e offline permite o desenvolvimento de abordagens mais eficazes para apoiar vítimas, educar agressores e promover uma cultura de respeito e empatia. Novas possibilidades surgem com a integração de tecnologia, educação emocional e parcerias entre diversos setores para combater e prevenir o bullying e o cyberbullying, visando um futuro onde todos se sintam seguros e valorizados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Deborah Cristina; ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Do bullying ao preconceito: Os desafios da barbárie à educação.** Psicologia & Sociedade; 20 (1) 33-42, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a04v20n1.pdf>
Acesso em: 03/11/2023.

Bandura, A.; Azzi, R. G.; Polydoro, S. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos.** Porto Alegre: ArtMed, 2008, p. 176.

BRASIL, **Lei nº 13.185 de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

BRONFENBRENNER, U. (Ed.). **Making human beings human: Bioecological perspectives on human development.** California: Sage Publications, 2005.

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho. **A criança com dificuldades na oralidade e a prática discursiva na sala de aula. A travessia do silêncio excludente para a didática da oralidade.** Dissertação de Mestrado, Feira de Santana, Bahia, Brasil, 2006

MANZINI, Raquel Gomes Pinto; BRANCO, Angela Uchoa. **O bullying na perspectiva sociocultural construtivista.** Bol. psicol, São Paulo, v. 62, n. 137, p. 169-182, dez. 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000200006&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 03/11/2023.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas.** Rio de Janeiro: E. Objetiva, 2010.

CONSTRUINDO PONTES INCLUSIVAS: A LUDICIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA UMA EDUCAÇÃO DE/PARA TODOS/AS

Nayana Sepúlveda Suzart

Universidade do Estado da Bahia
naysuzart@hotmail.com

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

Universidade do Estado da Bahia
mjesus@uneb.br

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional se desenvolve como um fenômeno social complexo, consequência de lutas, das pessoas historicamente excluídas, de seus familiares, de movimentos sociais e de militância, pelas transformações nas atitudes preconceituosas e segregacionistas que foram se estabelecendo ao longo da história e pela busca de seus direitos na sociedade. Parafraseando a Declaração de Salamanca de 1994 “a educação inclusiva implica em reconhecer a diversidade dos alunos e responder às suas necessidades variadas, promovendo respeito, aceitação e valorização das diferenças no ambiente escolar”. Desde modo, a inclusão escolar focaliza tanto o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, quanto envolve reflexões referente as diferenças e as diversidade, em uma perspectiva de direitos humanos. Aborda também, discussões em torno sobre as formas de sua efetivação, os quais incluem o rompimento de barreiras estruturais, físicas, atitudinais e pedagógicas. Em síntese, propõe adoção de um paradigma apoiado no Princípio Acessibilidade e Equidade garantindo a todos, independentemente das adversidades, as mesmas oportunidades (Aranha, 2004). Busca-se, portanto, reflexões sobre como as pessoas com deficiência podem exercer seus direitos de cidadãos e potencializa-se um repensar sobre a forma de tratar o tema da diversidade e das diferenças. Nesse sentido, partimos das seguintes questões norteadoras: a utilização de recursos lúdicos, como a brincadeira e o jogo, pode mediar a aprendizagem de maneira satisfatória e propulsora de inclusão? Como desenvolver práticas pedagógicas na formação inicial de professores para uma atuação lúdica e inclusiva?

DIÁLOGOS TEÓRICOS

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A concepção histórico-cultural, Vygotsky (1998), considera a aprendizagem e

o desenvolvimento humano por uma perspectiva crítica, histórica e dialética. O dado biológico não é considerado de forma isolado, mas sim culturalmente delineado. Entende-se, portanto, que a concepção de deficiência e do fracasso escolar é uma produção social, assim, o contexto sociocultural serve de parâmetro para normatização do sujeito, da função da escola, do ensino, das formas e condições de aprendizagem (PATTO, 2000). Em vez de pressupor que o aluno deve se ajustar a padrões para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos. O professor ao em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, deverá buscar o tipo de resposta educativa, de recursos e de apoios que a escola pode proporcionar a esse aluno, para que ele desenvolva as funções psicológicas superiores. O desenvolvimento de metodologias coletivas, tais como, atividades que promovam a aprendizagem colaborativa proporciona a criação de zonas de desenvolvimento proximal e a intervenção nelas. Ainda, Vygotsky (1998) afirma que a coletividade é de suma importância para o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, sendo um ponto de apoio básico para toda ação inclusiva na escola. É por meio da inserção na multiplicidade de experiências do meio que a criança pode construir novos nexos, formar novos conceitos, expandir sua vontade e potencial. Desde modo, a equipe pedagógica, em vez de centrar ação na deficiência, deve-se pensar nas possibilidades de compensação. Para tanto, é necessário ver as possibilidades desse aluno acessar os instrumentos da cultura. Vygotsky (1984) afirma que é necessário criar instrumentos culturais especiais, adaptados à estrutura psicológica dessa criança para que ela domine as formas culturais gerais com a ajuda de procedimentos pedagógicos. Nesse sentido, a utilização de recursos lúdicos, como a brincadeira e jogos, pode mediar a aprendizagem de maneira satisfatória e propulsora de aprendizagem e inclusão.

NARRATIVAS DA AÇÃO

A educação inclusiva busca atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências. Neste contexto, a ludicidade pode ser incorporada no processo educativo para mediar a aprendizagem e facilitar a inclusão. Assim, na formação inicial do educador é crucial desenvolver habilidades

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
que promovam práticas inclusivas e lúdicas, garantindo a adaptação do ensino às
diversas realidades dos educandos.

Aranha (2004) ressalta que a ludicidade não apenas cativa, mas também transcende barreiras, tornando-se um veículo para a inclusão efetiva na educação. O presente texto, trata-se de um relato de experiência de ensino ainda em andamento sobre as atividades teórico-práticas realizadas na disciplina Educação inclusiva, ofertada para a turma do 3º semestre do curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha, no semestre 2023.2, que se configurou como uma experiência lúdica e inclusiva para os participantes das ações.

A ação foi realizada na Brinquedoteca Universitária Criação da Universidade do Estado da Bahia e no Centro de Atendimento Pedagógico à Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – CAPENE, em Serrinha. Contou com a participação da professora da disciplina, da turma, juntamente com a Analista Universitária, participante da equipe do Núcleo de Acessibilidade Inclusão – NAI, Coordenadora Administrativa da Brinquedoteca e, também, professora do Atendimento Educacional Especializado no Centro na área da deficiência visual, da pedagoga e professora brinquedista e demais profissionais e das crianças matriculadas no CAPENE. Sendo uma experiência de ensino, desenvolvida fora do contexto universitário e com caráter extensionista, consideramos que este relato está vinculado ao Eixo 6: Outros/novos contextos de aprendizagem.

A ação teórico-prática objetivou conhecer o espaço e as atividades oferecidas pela Brinquedoteca Universitária Criação da UNEB e do CAPENE, participar de roda de conversa ministradas pela professora brinquedista e pelos profissionais do CAPENE, produzir brinquedos inclusivos com material reutilizável e realizar práticas lúdicas e inclusivas com o público infantil. Para tanto, as atividades práticas foram desenvolvidas uma vez por semana, a cada quinze dias, durante quatro semanas nos meses de outubro e novembro do ano de 2023.

Baseado nas afirmativas postuladas por Vygotsky, a ação foi desenvolvida por meio de um roteiro que compôs as seguintes etapas: (1) visita a brinquedoteca Criação e participação de roda de conversa com as educadoras vinculadas à instituição; (2) planejamento teórico e metodológico para a produção de brinquedos realizado coletivamente com a turma; (3) participação de oficina de brinquedos ministrada pela professora brinquedista; (4) atuação com crianças brincantes vinculadas ao CAPENE com o material produzido, realizada na Brinquedoteca e no

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CAPENE, por fim a culminância da ação será a realização da exposição dos brinquedos produzidos no Seminário Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPE/UNEB Campus XI. A primeira etapa proporcionou aos estudantes a participação em dinâmica de grupo, por meio da rememoração de brincadeiras da infância e uma roda de conversa que explicitou o histórico, a função, a concepção epistemológica e metodológica e a contribuição social da Brinquedoteca Universitária Criação para comunidade do território do sisal. Também foi discutido os conceitos de inclusão, diversidade e educação especial. Os graduandos brincaram, manusearam os brinquedos e através de situações hipotéticas adaptaram os jogos e brincadeiras às situações de inclusão.

A segunda etapa foi marcada por uma construção coletiva de um catálogo de brinquedos inclusivos que seriam produzidos, no qual a turma pôde pesquisar e compartilhar material, recursos e conhecimentos por meio da cooperação. Nesta etapa, os/as educandos/as entenderam a função dos brinquedos, seu histórico, os materiais necessários, as possibilidades de estratégias pedagógicas, dentre outras questões. Na terceira etapa, a professora brinquedista conduziu a produção de brinquedos inclusivos com materiais recicláveis e as/os graduandas/os tiveram a oportunidade de trabalhar com recursos e materiais como música, pintura, recorte, colagem, texturas, dentre outros.

Na quarta etapa, realizaram a prática brincante com o público infantil matriculado no CAPENE, que visitaram a brinquedoteca. Nesta etapa, a turma ainda teve a oportunidade de visitar o CAPENE, conhecer toda a equipe de profissionais, os espaços, recursos e materiais, e por fim, fizeram a exposição de brinquedos para as crianças usuárias do serviço e seus familiares.

No lugar de educadoras, como professora da disciplina, como mediadoras da Brinquedoteca e pedagogas do CAPENE, demonstramos a turma nosso estado de ânimo e motivação, se expressando por inteiro, na vivência epistemológica, pedagógica, ética e técnica.

Expressadas plenamente nos momentos lúdicos e inclusivos proporcionados pela atividade de ensino e extensão. Compreendemos que possibilitamos aos futuros professores uma compreensão mais profunda das diferentes formas de aprendizagem e expressão dos alunos. Incentivamos que os graduandos adaptassem os métodos de ensino, através de jogos e brincadeiras, e criassem um

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ambiente mais acolhedor e flexível, onde cada aluno, independentemente de suas habilidades, pudesse participar ativamente.

A experiência lúdica não apenas contribuiu para ampliação da perspectiva dos futuros pedagogos sobre a diversidade, como também os capacitou à criar estratégias pedagógicas inclusivas e inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, concluímos que a experiência lúdica na formação do professor desempenha um papel crucial na construção de práticas inclusivas. Ao integrar a inclusão, a ludicidade e a experiência lúdica na formação inicial de professores, estamos não apenas preparando educadores, mas cultivando agentes capazes de construir ambientes educacionais acessíveis, motivadores e enriquecedores para todos os alunos. A interseção entre inclusão, ludicidade e formação do educador revela, também, a essência transformadora da educação, onde a diversidade é celebrada e a aprendizagem se torna jornada única para cada aluno. Ao vivenciarem o poder transformador do lúdico em sua formação inicial, o futuro professor desenvolve sensibilidade necessária para atender as diversas necessidades dos educandos. Essa abordagem não apenas enriquece a prática pedagógica, mas também promove um ambiente onde a diversidade é celebrada e cada aluno é reconhecido em sua singularidade. Ainda é fulcral destacar, que a parceria entre o componente curricular Educação Inclusiva, a Brinquedoteca Universitária Criação e o CAPENE está, sobretudo, na perspectiva da formação de professores/as inclusivos e brincantes. Revela também a necessidade de constante formação sobre a cultura lúdica e diversidade, nesta relação entre o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e suas potencialidades no campo da educação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F.: **Transformações social oi retórica**. Inclusão: intenção e realidade, Marília: Fundepe, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

PATTO, M. H. S. (2000). **A produção do fracasso escolar**. Histórias de submissão e rebeldia São Paulo: Casa do Psicólogo.



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**, São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

**INCENTIVANDO SABERES: “O LÚDICO COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE
CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL**

Suelen Menezes dos Santos¹

Universidade do Estado da Bahia – Bolsista ID – PIBID - UNEB
suelenmenezesdossantos@gmail.com

Maria Lisiane Oliveira de Queiroz²

Universidade do Estado da Bahia – Bolsista ID – PIBID – UNEB
mliseanebarrocas@gmail.com

Milena Caldas de Assis Souza³

Universidade do Estado da Bahia – Supervisora - PIBID- UNEB

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido discorre sobre uma das ações desenvolvidas através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, alocado no curso de Pedagogia no Departamento de Educação - CAMPUS XI da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na cidade de Serrinha - Bahia, no qual atuamos como bolsistas de iniciação à docência. Essa ação pedagógica aqui relatada está consubstanciada pelo subprojeto “*Criação de tecnologias educacionais e assistiva: tecendo aprendizagens nos cenários do Atendimento Educacional Especializado - AEE junto a crianças com deficiência/Necessidades Educacionais Especiais-NEE nas escolas inclusivas*”, que tem como coordenadora de núcleo do PIBID, a professora, Glauce Maciel Barbosa Pereira. Realizamos o plano de coparticipação na instituição CAPENE - Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Especiais – esse centro que funciona como uma extensão de todas as escolas municipais de Serrinha, vinculado a Escola Monsenhor Democrito Mendes de Barro, atendendo dessa forma todas as crianças com necessidades educativas e ou deficiência matriculadas nas instituições de educação desse município. Essa atividade foi desenvolvida sob orientação da supervisora do PIBID, Milena Caldas de Assis Souza, com diferentes temáticas e metodologias, adaptando - a a cada especificidade da criança. Para o desenvolvimento do plano de coparticipação realizamos atividades distintas como jogos com formas geométricas e números, contação de histórias, aplicação de atividades relacionadas à

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
concentração e raciocínio, tais como jogo da memória e caça palavras, além de brincadeiras lúdicas com música.

O brincar é uma ação indispensável nas etapas do desenvolvimento humano, pode-se citar que traz benefícios para a saúde emocional, física e intelectual pois através do ato de brincar as crianças desenvolvem a linguagem, o pensamento e a socialização, estimulando o crescimento pessoal e educacional. Dessa maneira, o lúdico não se refere apenas ao brincar, jogar e ao movimento espontâneo, ele auxilia no desenvolvimento humano porque facilita a criatividade e auxilia no processo de aprendizagem tornando a criança como centro do seu aprendizado.

As brincadeiras e jogos são de grande importância para o desenvolvimento infantil, pois segundo Piaget (1978): “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais das crianças, colocando o jogo e o brincar como atividades indispensáveis na busca do conhecimento do indivíduo”. Tendo em vista que na educação a criança cria e descobre seu próprio mundo, precisamente através da etapa do brincar, faz-se necessário estabelecer a relevância lúdica para seu aprendizado. O presente resumo expandido tem como objetivo descrever a experiência de aplicar um plano de atendimento educacional especializado com crianças que possuem necessidades educacionais especiais.

A aplicação do plano teve como objetivo promover e evidenciar, através de recursos e atividades dinâmicas, a capacidade de atenção e concentração das crianças durante a realização das atividades desenvolvidas, utilizando a ludicidade como instrumento de ensino aprendizagem na fixação dos conteúdos apresentados.

O presente projeto teve como objetivo estimular o desenvolvimento cognitivo das crianças, a fim de promover a compreensão e percepção referente a conteúdos que servirão como auxílio no processo contínuo de aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

Esse plano proporcionou experiências e interações diante das crianças com deficiência ou necessidades educacionais especiais, estabelecendo contato direto, aprendizagens e vivências. Foi perceptível o quanto as crianças interagiram e realizaram com eficácia as atividades propostas, além de ter proporcionado a nós, bolsistas, a experiência de aplicar na prática o que aprendemos na teoria.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Além do mais, uma vez que a ludicidade desempenha um relevante papel no processo de ensino aprendizagem, promovendo um caráter educativo, tanto na formação psicomotora da criança, quanto na formação de personalidade com autonomia, foi desenvolvido as representações do brincar com a percepção do “eu”, através da contações de histórias, estimulando a imaginação. Esse plano nos possibilitou a percepção de que a criança traz consigo apreciações da realidade, transformando o faz de conta, em momentos vividos intensamente.

Diante do exposto, Vygotsky (1998 p.20) afirma que nesse processo,

Ocorre uma relação recíproca, na qual, a criança desenvolve-se em um contexto de interação social, quando as informações ou experiências são internalizadas; assim reestrutura as ações sobre os objetos, reorganizando o plano interno e resultando em transformações mentais. (Vygotsky, 1998 p. 20).

Em vista disso, é possível que por parte do educador, utilizando o lúdico, seja exercitada uma forma significativa e prazerosa de criar e construir conhecimento.

Segundo Freire (1996, p.47) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.”

Na educação especial a ludicidade é extremamente importante, porque estimula o desenvolvimento das habilidades e capacidades da criança, esse estímulo ocorre através da instigação dos sentidos, pois a utilização dos sentidos faz com que o processo de aprendizagem seja significativo para os alunos da educação especial pois eles se sentem motivados a aprender e participar do processo com autonomia.

Ao realizarmos a aplicação do plano de ação conseguimos perceber na prática os benefícios que a ludicidade produz, porque vivenciamos os alunos respondendo aos estímulos das atividades que foram propostas. Ao utilizarmos o jogo pedagógico com formas geométricas e números conseguimos observar que a associação das figuras e dos números foi facilitada porque eles conseguiam visualizar e encaixar as peças corretamente. Na aplicação do jogo de formas geométricas conseguimos perceber que através da atenção e dos comandos eles conseguiram compreender o objetivo do jogo e realizaram a atividade proposta com êxito. Tal prática foi gratificante, pois conseguimos observar o desenvolvimento e a aprendizagem de acordo com a aplicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, com a aplicação do plano pudemos perceber a importância do lúdico no desenvolvimento de atividades nessa fase infantil para aprendizagem, principalmente no desempenho de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, pois, o lúdico ajuda na estimulação da percepção e das habilidades cognitivas e motoras das crianças. Vivenciar e entender a função do brincar no processo educativo é conduzir e preparar a criança para enfrentar os ciclos na educação, levando o brincar para a base de um bom aprendizado.

Tivemos interações, troca de ideias e pensamentos indispensáveis para a conduta nesse processo tão importante para nossa preparação enquanto futuros docentes. Essa experiência foi extremamente importante para nossa formação acadêmica como graduandas de Pedagogia, porque tal vivência serve de instrumento e capacitação para nossa formação profissional, pois futuramente estaremos inseridas nesses espaços para desenvolver nossa prática.

REFERENCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

**EXPLORANDO HORIZONTES: A EXPERIÊNCIA LÚDICA DO/A EDUCADOR/A
EM CONSTANTE FORMAÇÃO**

Nayana Sepúlveda Suzart
Universidade do Estado da Bahia
naysuzart@hotmail.com
Luciana Lima dos Santos
Universidade do Estado da Bahia
lu.lima.lu@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A experiência lúdica no ambiente de aprendizagem de crianças é constantemente destacada na literatura. A importância dos jogos e brincadeiras para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil é comprovada em diversas pesquisas, o que leva a necessidade de compreender a seguinte questão: como a experiência lúdica pode ser utilizada como recurso de aprendizagem para a formação inicial de professores? Ao considerar que, especialmente, a/o professor/a em suas aulas e práticas poderão proporcionar vivências lúdicas aos estudantes, torna-se importante que na sua formação também vivenciem situações lúdicas. Neste quesito, ao observar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (Brasil/CNE/CPNº05/ 2006), entendemos que a experiência lúdica vivenciada na formação em pedagogia possibilita maiores oportunidades de futuras práticas pedagógicas que valorizem o conhecimento prévio do estudante e seu contexto promovendo, portanto, uma aprendizagem significativa. A DCN (Brasil/CNE/CPNº05/ 2006) sinaliza que o graduando de pedagogia deve estar apto a compreender e educar os educandos de forma a contribuir para seu desenvolvimento. Diante do contexto apresentado, entendemos o lúdico por meio da perspectiva de Gomes (2004) como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto. Por essa razão, o lúdico reflete as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em nossa sociedade. Assim, é construído culturalmente e cerceado por vários fatores: normas políticas e sociais, princípios morais, regras educacionais, condições concretas de existência. Desde modo, compreendemos a importância e a necessidade de que os/as estudantes de pedagogia vivenciem experiências lúdicas no seu processo acadêmico formativo. O presente texto, trata-se de um relato de experiência de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO ensino ainda em andamento sobre as atividades teórico-práticas realizadas na disciplina Educação, Ludicidade e Corporeidade, ofertada para a turma do 4º semestre do curso de Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha, no semestre 2023.2, que se configurou como uma experiência lúdica para os participantes das ações. A ação foi realizada na Brinquedoteca Universitária Criação da Universidade do Estado da Bahia e contou com a participação da professora do componente curricular, da turma de pedagogia, da pedagoga e professora brinquedista, da monitora e das crianças visitantes da brinquedoteca. Sendo uma experiência de ensino, desenvolvida fora do contexto universitário e com caráter extensionista, consideramos que está vinculada ao Eixo 6: Outros/novos contextos de aprendizagem. A ação teórico-prática objetivou conhecer o espaço e as atividades oferecidas pela Brinquedoteca Universitária Criação vinculada à UNEB, Campus XI - Serrinha, participar de rodas de conversa ministradas pela professora brinquedista, produzir brinquedos com material reciclável e realizar práticas com o público infantil. Para tanto, as atividades práticas foram desenvolvidas uma vez por semana, a cada quinze dias, durante quatro semanas, nos meses de outubro e novembro do ano de 2023.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Mendonça (2008) ao trabalhar o lúdico com os professores permite que na prática pedagógica junto às crianças se estimule a criatividade, pois os professores, também foram oportunizados a explorarem sua criação. Santos (1997) compreende que a formação lúdica deve possibilitar ao futuro educador se conhecer, ou seja, refletir sobre suas possibilidades e limitações, trabalhar suas resistências e entender a importância do jogo, do brinquedo e da experiência lúdica para a vida da criança, do jovem e do adulto. Assim, experimentar o lúdico é fundamental para ampliação de experiências formativas do educador. Baseado nessas afirmativas, a ação foi desenvolvida por meio de um roteiro que compôs as seguintes etapas: (1) visita a brinquedoteca Criação e participação de roda de conversa com os educadores vinculados à instituição; (2) planejamento teórico e metodológico para a produção de brinquedos realizado coletivamente com a turma; (3) participação de oficina de brinquedos ministrada pela professora brinquedista; (4) atuação com crianças brincantes com o material produzido e, por fim a culminância

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO da ação será a realização da exposição dos brinquedos produzidos no Seminário Núcleo de Pesquisa e Extensão – NUPE/UNEB Campus XI. A primeira etapa proporcionou aos estudantes a participação em dinâmica de grupo, por meio da rememoração de brincadeiras da infância e uma roda de conversa que explicitou o histórico, a função, a concepção epistemológica e metodológica e a contribuição social da Brinquedoteca Universitária Criação para comunidade do território do sisal. Também foi discutido os conceitos de ludicidade, jogos e brincadeiras, termos que já haviam sido discutidos e contextualizados nas aulas em sala. Os graduandos brincaram, conheceram brincadeiras tradicionais, tais quais: três passará, bambolê, cantigas de roda e manusearam os brinquedos disponibilizados no espaço. A segunda etapa foi marcada por uma construção coletiva de um catálogo de brinquedos que seriam produzidos, no qual a turma pôde pesquisar e compartilhar material, recursos e conhecimentos por meio da cooperação. Entenderam a função dos brinquedos, seu histórico, os materiais necessários, as possibilidades de estratégias pedagógicas, dentre outras questões. Na terceira etapa, a professora brinquedista conduziu a produção de brinquedos e as/os graduandas/os tiveram a oportunidade de trabalhar com recursos e materiais como música, pintura, recorte, colagem, texturas, dentre outros. Na quarta etapa, realizaram a prática brincante com o público infantil visitante da brinquedoteca. Para problematizar o conceito de experiência lúdica, o debate teórico-prático consagrou os seguintes autores: Huizinga (2000), Brougère (1998), Santos (2007; 2008), Cardoso (2008), Piaget (1975), Vygotsky (1984) e Luckesi (1998; 2002; 2015). Já na articulação entre ludicidade e formação docente abordamos os autores Saviani (1996; 2011), Mendonça (2008) e Tardif (2007). Diante das atividades aqui relatada, podemos constatar que a proposta de ensino na disciplina Educação, Ludicidade e Corporeidade centrou-se na promoção de experiências lúdicas para seus envolvidos, as quais propiciaram aos futuros educadores aprendizagens e práticas pedagógicas mais significativas. Embasadas em Santos e Cardoso (2013) entendemos que o crescimento do professor acontece ao longo da vida num movimento fluído que envolve o pensar, o sentir, o ser e o agir. Por tanto, a sua formação é um processo contínuo e coletivo, visa à transformação social. Logo, o que enriquece esta formação é a promoção da autocompreensão, investigação e reflexão de forma indissociável da ação do professor. Neste sentido, a universidade deve tecer novos saberes, com a realidade atual do mundo, da ciência, da arte, ludicidade, com os

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO novos impactos tecnológicos, da informação e da comunicação. Dessa forma, concluímos que através da formação de educadores somos levados a refletir sobre quais são as novas maneiras de participação e o envolvimento com lúdico. Esta é, sem dúvida, uma prática educativa política, moral e gnosiológica, pois possibilita ao educador em sua formação vivenciar atividades que desenvolve o imaginário, a criatividade, senso crítico, o diálogo, e, posteriormente experimentar com os seus alunos (Santos; Cardoso, 2013). Resgatando a conceituação de Luckesi (2015a) sobre a ludicidade, consideramo-la como experiência interna de inteireza e plenitude por parte do sujeito. Ou seja, como um estado interno, só pode ser vivenciada, percebida e relatada pelo próprio sujeito, que pode advir das mais simples às mais complexas atividades e experiências humanas. No lugar de educadoras, como professora da disciplina e como mediadora da Brinquedoteca, demonstramos a turma nosso estado de ânimo e motivação, se expressando por inteiro, na vivência epistemológica, pedagógica, ética e técnica. Expressadas plenamente nos momentos lúdicos proporcionados. Nos permitimos brincar e nos divertirmos ao mesmo tempo em que ensinamos e aprendemos, relacionamos o aprender e o ensinar à brincadeira, ao jogo, à dança e ao canto, redescobrimos os encantos da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que, à medida que nos aproximamos da realidade do/a professor/a, das suas experiências pessoais, profissionais e de suas expectativas, a partir da formação inicial, compreendemos mais sobre a importância dessa profissão e de sua produção subjetiva no contexto da educação, assim como observamos que, os brinquedos e jogos pedagógicos contribuem para experiências mais significativas para os/as professores/as e as aprendizagens das crianças. A relevância desta parceria entre o componente curricular Educação, Ludicidade e Corporeidade e a Brinquedoteca Universitária Criação está, sobretudo, na perspectiva da formação de professores/as brincantes, conscientes da necessidade de constante formação sobre a cultura lúdica e a infância, mas também, nesta relação entre o ensino, a pesquisa, a extensão universitária e suas potencialidades no campo da ludicidade.

Palavras-chave: experiência; ludicidade; aprendizagem; brinquedoteca; formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n o 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____/MEC/CNE. **Parecer nº05/2006**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília. (Mimeo).

BROUGERÈ, Gilles. **Jogo e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CARDOSO, Marilete Calegari. **Baú de memórias**: representações de ludicidade de professores de educação infantil. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

GOMES, Daniela. **A ludicidade na educação**: por uma formação lúdica do professor de língua inglesa. In: PORTO, B. S. (org.). Educação e ludicidade: ensaios 03. Salvador, A: UFBA. P. 141-158, 2004.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. 4. ed. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo, SP: Editora Perspectiva S.A., 2000.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade**. 2015.

_____. **Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade**. In: PASSOS, Elizete Silva (Org.). Cadernos de Pesquisa NUFHE. Vol. 1. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação – FAGED/UFBA, 1998. p.09-25.

_____. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Salvador: GEPEL, Programa de Pós-Graduação em Educação - FAGED/UFBA, 2002.

_____. **Ludicidade e formação do educador**. 2015a.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **Formação de Professores**: a dimensão lúdica em questão. Revista da UFSCAR – Cadernos da Pedagogia, São Paulo, Ano 2, v. 2, n. , p. 353-363, jan./jul. 2008.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes & formação profissional**. Trad. Francisco Pereira. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

PAPEIS E FUNÇÕES ASSUMIDOS PELOS MEDIADORES ESCOLARES⁴⁶: UM ESTUDO NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aiala Carneiro Ramos

Graduada em Pedagogia, UNEB-CAMPUS XI

E-mail: ayalacarneiro22@gmail.com.

Jusceli Maria O. de C. Cardoso

Docente UNEB, CAMPUS XI

E-mail: jcardoso@uneb.br

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as discussões voltadas para a área da educação inclusiva ganharam mais notoriedade no contexto da educação, uma vez que as escolas recebem a cada dia muitos estudantes com necessidades educativas especiais. A ideia de educação inclusiva inquieta e desequilibra as velhas concepções da escola, de tradição excludente histórica, que vê-se diante de uma proposta que implica substituir antigos paradigmas e olhar introspectivamente para si, introjetar novas crenças, assumir posturas condizentes, adotar metodologias diversificadas, fazer usos de ferramentas tecnológicas, investir na formação continuada dos professores e traduzir os novos conhecimentos em práticas pedagógicas que promovam a aprendizagem e a inclusão de todos.

Essas mudanças não dependem apenas do desejo da comunidade escolar em fazer da escola um instrumento e espaço de inclusão social, nem unicamente dos professores e sua profissionalidade, mas, principalmente da responsabilidade do poder público em destinar recursos suficientes para suprir a demanda de investimentos a nível estadual, municipal e em cada escola e a formação continuada do professor. A educação inclusiva requer medidas e ações orquestradas e bem definidas que devem se concretizar em cada escola e especificamente no interior de cada sala de aula.

Diante disso, as escolas vêm enfrentando um grande desafio que é garantir o processo de ensino-aprendizagem desses alunos, visto que eles necessitam de uma

⁴⁶ Termo usado neste trabalho para designar os profissionais da educação que foram, recentemente, inseridos na dinâmica escolar para assumir a função de apoiadores nos processos de inclusão escolar atuando na mediação pedagógica junto a crianças com NEE em especial aquelas na condição do TEA, deficiência intelectual e síndrome de Down.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
atenção mais individualiza. É nesse cenário que surge a presença do mediador escolar como um agente que atuará na facilitação desse processo dos estudantes.

Assim o presente artigo aborda como tema: os papéis e funções assumidos pelos mediadores escolares no cenário da educação com caráter inclusivo.

A aproximação com o tema surgiu a partir de inquietações vivenciadas durante um estágio remunerado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) no ano de 2018 em uma creche de tempo integral no município de Serrinha-Bahia. Dentre essas inquietações destacam-se: entender quem é o profissional mediador escolar? Visto que atuação desse profissional nas escolas de ensino regular estão cada dia, mas frequentes e se mostrando imprescindíveis para os alunos com NEE. Como ele deve desenvolver seu trabalho visando o desenvolvimento do aluno?

Diante dos questionamentos, surgiu o problema a motivar o estudo: de que forma o mediador escolar auxiliar no processo de inclusão das crianças com NEE ou deficiência no contexto escolar?

Tivemos como objetivo geral da pesquisa: compreender como é realizada a função de mediação escolar, tendo como cenário de atuação destes profissionais a escola pública. Na modalidade de objetivos específicos, foram assim desenhados, conceituar o trabalho do mediador escolar; identificar as funções que os mediadores assumem na prática.

Justificamos o trabalho na perspectiva de que ele se constitui de grande valia a discussão e aprofundamento teórico-metodológico sobre a mediação escolar no cenário da educação inclusiva, visto que, a importância desse profissional ainda é pouco discutida no contexto escolar, no entanto é essencial para o processo de aprendizagem dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Em relação aos aspectos metodológicos, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa, pois tal perspectiva foi a mais adequada para atender aos objetivos do estudo. A pesquisa foi do tipo empírico, sendo um estudo exploratório inicial. Foi necessário a ida a campo realizar entrevistas com treze mediadores em atuação nas escolas públicas do município de Serrinha, Bahia.

Para fundamentar teoricamente o estudo, ancoramos nossas discussões baseados na teoria sociointeracionista de Vigotsky (1991) e em leituras de trabalhos já publicados que discutem a temática em foco, papéis e funções assumidos pelos mediadores escolares, destacando-se autores como: Mantoan (2003), Moussinho (2010), Oliveira (2012), Vargas (2017) dentre outros. Foram consultados também

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
documentos e resoluções tais como: sites da educação e demais documentos técnicos.

A partir dos pontos elencados, o presente estudo está estruturado em cinco seções. A partir da segunda seção trazemos nossas discussões acerca do papel do mediador escolar, seção que está dividida em quatro subseções: 2.1 o que é mediação? 2.2 o que é educação inclusiva? 2.3 mediadores!? Quem é esse profissional? 2.4 legislação e dispositivos: condições de trabalho. Na terceira seção é feita a descrição da metodologia e desenho da pesquisa, do procedimento utilizado para coleta e análise dos dados. Na quarta seção apresentamos a análise dos dados coletados pelo estudo e por fim na última seção apresentamos as considerações finais.

A partir do estudo efetivado, pudemos constatar que, há uma complexidade inerente o perfil do mediador, ou seja, nos mostra a necessidade de um olhar mais atento a esse profissional, que vem cada vez mais, se constituindo como peça fundamental no processo de inclusão escolar de alunos com NEE.

No entanto, mesmo ficando evidente a importância dos profissionais mediadores escolares, para o processo de inclusão das crianças com NEE e ou deficiência, percebemos que, na maioria dos casos, são alocados na função de mediadores, sem possuírem formação inicial, o que tem dificultado o trabalho junto a mediação pedagógica, uma vez que, como premissa da educação especial, precisamos conhecer os sujeitos com os quais iremos construir pontes para as aprendizagens escolares.

Logo, por meio deste estudo fica evidente a necessidade de processos formativos iniciais e continuados para os profissionais que assumem a função da mediação posto que, desdobram-se várias funções, que ainda não estão claramente definidas, posto que, na prática, ainda são apresentados desconfortos em razão do delineamento dos papéis de cada profissional na escola que queremos inclusiva.

Sendo assim, pensamos que a presente pesquisa traz reflexões sobre a prática da mediação escolar para os alunos com NEE e com deficiência sendo que, esperamos que possa servir para ampliar as discussões sobre a temática.

DIÁLOGOS INCONCLUSIVOS

Esta pesquisa foi desenvolvida com a finalidade de compreender como é

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO realizada a função de mediação escolar tendo como cenário de atuação destes profissionais a escola pública. Em relação aos objetivos propostos, conclui-se que todos foram alcançados, visto que os resultados da pesquisa mostram que embora não haja clareza sobre o papel do mediador escolar, ele se mostra cada dia mais essencial no processo de inclusão de crianças com NEE ou deficiência.

Conforme os dados obtidos pela entrevista com os treze colaboradores que atuam nas escolas da rede municipal de Serrinha-Bahia, foi possível constatar a complexidade inerente o perfil do mediador, ou seja, nos mostra a necessidade de um olhar mais atento a esse profissional, que vem cada vez mais, se constituindo como peça fundamental no processo de inclusão escolar de alunos com NEE.

Ainda de acordo com os dados foi possível verificar que algumas tarefas exercidas pelos mediadores, na verdade, são, ou deveriam ser, atribuições do professor regente ou do professor responsável pelo Atendimento Educacional Especializado: aplicação de avaliações pedagógicas, adaptações curriculares e de materiais para os estudantes que acompanhavam.

Além disso, os mediadores empreendem diversos esforços e adotam estratégias que melhoram as condições do ensino e da aprendizagem dos estudantes com deficiência, demonstrando uma mobilização de saberes que traz efeitos para o processo de escolarização dos alunos.

Com base da evidente importância do mediador e a visão real de seu papel dentro do contexto escolar, esperamos que este trabalho possa contribuir para futuras reflexões e questionamentos além de servir de estímulo à pesquisa na área.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Imira Fonseca. **Olhares sobre o mediador escolar**: um agente social a serviço da inclusão escolar. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Educação Inclusiva na Bahia**. Salvador, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília/DF: MEC, 2001^a.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

_____. **Lei n. 9493, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Diário Oficial da União, Brasília/ DF, 1996.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** SEESP, Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho. **Utilização pedagógica das novas TIC no atendimento educacional especializado a surdos nas escolas públicas inclusivas na cidade de Serrinha, Brasil, 2017.** / Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso. – Asunción. 405f, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAVIOLI, Camille; RANOYA, Flávia; ABBAMONTE, Renata. **A prática do acompanhamento educacional na inclusão escolar:** do acompanhamento do aluno ao acompanhamento da escola. In: COLÓQUIO LEPSI IP/FE-USP, Anais, Ano 3, São Paulo/SP, 2002

LEAL, Maria Valdicelsia Soares. **Concepções do Acompanhante Terapêutico acerca da sua atuação na Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí/P

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e Atuação dos Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar. 2018.** 168f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna.

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão:** revisão, dicas e reflexões. Rev. Psicopedagogia, São Paulo, vol. 27, n. 82, p.92-108, 2010.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. **Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras.** Revista Diálogos & Saberes, v. 8, n. 1, 2012.

VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares. **Cartografia de Processos Inclusivos:** narrativas sobre o cotidiano da mediação escolar. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Federal Fluminense. Santo Antônio de Pádua/RJ.

YIGOTSKY, **A formação social da mente.** 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MEMÓRIAS DE EDUCADORES SOBRE A LUDICIDADE NOS SEUS PROCESSOS FORMATIVOS

Solange Marques Rodrigues

marquesrodrigues@prof.educacao.sp.gov.br

Diretoria de Ensino – Região de Mirante do Paranapanema - SP,

O ser humano é, por essência um ente que tem a ludicidade como base para ações de vida, de interações e aprendizagens. É essencial, para a espécie humana, desde a mais tenra idade, o cultivo aos movimentos e manifestações lúdicas, como sendo aquelas atividades, muitas espontâneas, que promovem o prazer, o entretenimento, a diversão, o que se traduz como elementos cruciais à existência humana.

Costumeiramente, se associa o brincar, o entretenimento a infância, como se apenas a infância se beneficiasse dos manifestos lúdicos. Ludicidade é condição humana, para inclusive libertar a expressão, a criatividade, a arte e o prazer.

Sendo educadora, com experiência na educação infantil, durante uma trajetória formativa que me tangencia a reflexão constante, tenho me deparado, sobretudo nos momentos coletivos de encontros com pares, outras educadoras, sobre as dificuldades que muitas enfrentam em termos de não saberem fazer uso de metodologias lúdicas, tão reclamadas como condutoras dos processos de ensino das infâncias.

Diante das muitas questões levantadas em nossos momentos de formação continuada, tenho indagado por que, muitos professores mantem um certo distanciamento das ludicidades, se já é sabido o tanto e tamanho dos benefícios que trazem as abordagens lúdicas para o aprendizado infantil? Assim, em diversos movimentos de escuta, tenho percebido que a ludicidade, como elemento transversal

a formação do educador, muitas vezes tem sido eclipsado nos currículos de formação de licenciados.

Diante de tal ponderação e inquietações como: Os cursos de licenciaturas, sobretudo aqueles que se voltam a formação de professores para educação infantil têm potencializado e favorecido experiências lúdicas para os graduandos? Os professores conseguem se apropriar do brincar, brincadeiras, dinâmicas lúdicas como dispositivos didáticos para suas aulas? Diante de tais indagações e em razão

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO de tal posição, vislumbramos a questão científica que conduziu o estudo feito: De qual modo, os docentes que atuam na educação infantil, tiveram e/ou têm contato com os manifestos lúdicos nos seus processos formativos, sejam eles iniciais e ou continuados?

Tal questão científica emergiu, quando da nossa caminhada como educadora, atuante na rede pública de educação no estado de São Paulo, como professora da educação infantil, que constantemente se depara com necessidade de construir artefatos lúdicos durante o exercício docente, para fomentar a docência como ato construtivo.

De tal maneira, percebemos, que boa parte dos educadores das infâncias têm distanciamentos com as práticas lúdicas, o que nos levou a investigar e propor, uma pesquisa ação que, dialogicamente, promoveu ateliês de ludicidades, como encontros docentes para que em colaboração todos e todas fossem partilhando conhecimentos sobre ludicidades e assim promovendo nossos processos formativos.

Este estudo pretendeu explicitar as interfaces da ludicidade nos processos de formação dos professores, com intento de demonstrar como as inserções de movimentos lúdicos nos processos formativos dos educadores favorecem a gestação de práticas educativas pautadas na alegria, nos movimentos criativos e prazerosos para as infâncias.

Assim, o estudo efetivado buscou evidenciar os fatores que estão presentes na formação docente, fazendo uma leitura das práticas educativas que proponham mudança, quanto à sistematização de pesquisas sobre práticas educativas e sociais considerando que a formação de professores se dá permanentemente e tendo como foco o ensino. O processo interventivo assume um caráter eminentemente pedagógico

e resulta de uma demanda do seu corpo docente e administrativo, a qual se expressava na necessidade de reestruturação curricular e no aprofundamento teórico do seu corpo docente.

Este estudo teve como objetivo geral conhecer como ocorreram as práticas efetivadas com a ludicidade durante os percursos formativos dos professores atuantes na educação infantil, buscando dialogar com esses educadores na tentativa de compreender como os processos formativos vivenciados trataram a importância da ludicidade como premissa educativa para assim, compreender as práticas e o uso de atividades pedagógicas que promovam a ludicidade no cenário da Educação

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Infantil.

Como objetivos específicos, buscamos: conhecer as concepções de ludicidade dos colaboradores, todos eles atuantes no cenário da Educação Infantil em umas escolas públicas na cidade do interior de São Paulo; registrar os processos formativos docente, com relação ao uso de atividades promotoras de ações lúdicas presentes na prática da professora da Pré-escola; identificar os aspectos da ludicidade feitas pelo professor com o uso das atividades lúdicas.

Na condução dos trabalhos que culminaram na produção do presente texto, foi essencial traçar o diálogo teórico com autores que subsidiaram a discussão dos achados do estudo. Portanto, foi crucial também fazer um levantamento das produções acadêmicas sobre a temática em tela, ressaltando a produção de textos publicados nos últimos cinco anos. Outrossim, travamos diálogos teóricos fundamentais com os trabalhos de autores tais como: Almeida (1995), Bauer e Gaskel (2010), Dallabona (2016), Kishimoto (2007), Luckesi (1992), Oliveira (2011), Piaget (1978), Santos (1999, 2008) e Wajskop (1999). Asseveramos que a leitura dos textos produzidos pelos autores citados, levou luzes a discussão efetiva sobre a importância da formação lúdica dos educadores, principalmente se eles irão atuar nos processos educativos nos cenários da educação infantil.

Nesse sentido, esta pesquisa trilhou por um caminho metodológico, de abordagem qualitativa, através de uma pesquisa participante do tipo pesquisa-ação, como técnica, de coletas de dados, usamos a entrevista com colaboradores da pesquisa, e o *locus* de pesquisa como campo empírico foram escolas públicas, na cidade do interior paulista. Os sujeitos para a pesquisa foram: quinze professoras que atuam, na data da pesquisa na dimensão da educação infantil. Para efeitos de respeito aos princípios éticos da pesquisa, no estudo não mencionamos nomes das instituições e dos colaboradores. De tal modo, ao longo do texto, aos nos referirmos as educadoras colaboradoras, nomeamo-las de X1 a X15.

Para efetivação da pesquisa, optamos pela abordagem da pesquisa-ação posto que, nosso itinerário de estudos se fez pela dialogicidade com os interlocutores, ouvindo suas narrativas formativas, escutando mediante rodas de conversas suas narrativas e memórias formativas, tendo como foco como a ludicidade foi ou não oferecida como suporte para reflexões e promoção de práticas lúdicas junta as infâncias.

Por meio da pesquisa ação, foi possível promover os círculos de debates e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO escuta, promovendo a ideia da elaboração das oficinas formativas de ludicidades, que intitulamos ateliês de ludicidades, que promovemos durante a pesquisa, ocasião em que construímos colaborativamente os ateliês de ludicidades, onde cada colaborador da pesquisa iria ministrar uma oficina ensinando aos outros docentes técnicas e artefatos lúdicos que poderão ser replicados nas vivências e experiências na educação infantil.

Com os ateliês de ludicidades, visamos a edificação de outros caminhos diferentes a pesquisa contribuirá tanto na relevância acadêmica, e social, para que os sujeitos interessados encontrem respostas para suas inquietações sobre a temática em busca de respostas para outras reflexões surgidas sobre o lúdico na Educação Infantil, e procurar desempenhar um papel fundamental no aprendizado, buscando possibilidades do exercício da criatividade humana.

E por fim, evidencia a importância de se trabalhar com a ludicidade para a construção da aprendizagem de forma prazerosa e criativa. De forma significativa para todos que se interessam pela temática, e acredita que a ludicidade deve fazer parte da formação das crianças e principalmente na Educação Infantil, que é uma das etapas mais importantes, é nessa fase, que a criança inicia a sua vida escolar, e o ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento das mesmas, sendo notória a aceitação, e satisfação nas atividades de leitura e comunicação, obtendo um prazer na realização dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DALLABONA, Sandra Regina; MENDES, Sueli Maria Schmitt. **O lúdico na Educação Infantil: jogar, brincar, uma forma de educar**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em: 20 out. 2022.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Cipriano Carlos, 2002. In: **Revista da FAEEBA: Educação e**

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1, jan./jun. 1992. Salvador: UNEB, 1992 – Periodicidade Semestral.

_____. Ludicidade e atividades lúdicas. In: PORT, Bernadete (Org.). **Educação eludicidade**. Salvador: UFBA, 2004.

_____. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, ano 3, n.12, abr. 2000.

OLIVEIRA, Maria Edilene Pinheiro. **A importância do lúdico na Educação Infantil**, 2011, Serrinha-BA.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo da Criança**. Imitação, jogo, sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar 1978.

RAMOS, Sandra Lima de Vasconcelos. **Jogos e brinquedos na escola: orientação psicopedagógica**. Editora Respel, 2014. 192 p.

_____. **Jogos e brinquedos na educação inclusiva: orientação psicopedagógica**. Editora Respel, 2016. 170 p.

SANT'ANNA, Alexandre; NASCIMENTO, Paulo Roberto do. A história do lúdico na educação. **REVEMAT**, e ISSN 1981-1322, Florianópolis (SC), v. 06, n. 2, p. 19-36, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1981-1322.2011v6n2p19>>. Acesso em: 21 out. 2016.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **A ludicidade como ciência**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **O lúdico na formação do educador**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 3 ed. São Paulo, 1999.

_____. **O brincar na Pré-Escola**. São Paulo. Edif., 1995.119 pp.

**UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE EM SERRINHA-BA: A
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA MEDIADORA DA ENVELHESCÊNCIA**

Fernando de Souza Nunes

fernandodsouzanunes@hotmail.com

Geo(Bio)Grafar / UNEB / Campus XI - Serrinha

RESUMO

Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa cadastrado na UNEB, Departamento de Educação Campus XI – Serrinha, no período de 2022 a 2023, tendo como objeto de estudo o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI). A problemática é apresentada da seguinte forma: Quais as experiências vivenciadas na UATI fazem com que a extensão universitária se torne mediadora da envelhescência? O objetivo é relatar as várias experiências vividas na UATI cuja extensão universitária possibilita o processo de envelhescência. O método utilizado na pesquisa é a abordagem biográfica, a partir da narrativa (auto)biográfica, sob a forma de investigação científica da formação acadêmica, construção dos saberes, da prática social e da (auto)avaliação dos sujeitos. Com base no arcabouço teórico e das narrativas, o trabalho resultou na compreensão do diálogo intergeracional como reconhecimento do envelhecimento ativo e saudável, do mesmo modo, na superação de mitos e preconceitos sobre o viver a velhice. Concluiu que a UATI, vinculada a UNEB em Serrinha, uma extensão universitária em espaços não escolares, é um lugar geográfico privilegiado da envelhescência – preparação e vivência da terceira idade – sob a égide humanizadora e inclusiva.

Palavras-chave: UATI. extensão universitária. (auto)biografia. envelhescência.

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2003, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República o Estatuto do Idoso, alterada recentemente para Estatuto da Pessoa Idosa. Essa lei completou vinte anos tornando-se um marco da jurisprudência nacional e alvo de debate em vários setores da sociedade. Um desses temas discutidos trata do dever do Poder Público em apoiar “[...] a criação de universidades abertas para a pessoa idosa e incentivará a publicação de livros e periódicos de conteúdo e padrão editorial adequados a pessoa idosa [...]”, de acordo com (BRASIL, 2003).

Certamente, quando a lei entrou em vigor, muitas universidades públicas estaduais e federais já haviam criado os seus núcleos, dentre as quais, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio da Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), desde o ano de 1995 quando ainda se chamava Grupo de

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO Trabalho da Terceira Idade (GTTI) segundo Nunes (2018). Esse projeto, mantido pela UNEB, possui certa capilaridade devido a Instituição de Ensino Superior se organizar administrativamente na forma de multicampia – vários Campi implantados em determinados municípios do Estado da Bahia tendo a sede administrativa na capital Salvador.

Dentre os Campi da UNEB, destaco o Departamento de Educação, Campus XI – Serrinha, localizado no chamado Território de Identidade do Sisal⁴⁷, na Mesorregião Nordeste do Estado da Bahia. E neste Campus, funciona o programa de extensão universitária da UATI desde o dia 22 de maio de 2012, vinculada a Direção do Departamento, pertencente ao Núcleo das Universidades Aberta à Terceira Idade (NUATI), sob a tutela da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Entretanto, este trabalho é resultado do projeto de pesquisa intitulado: “Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI): narrativas (auto)biográficas e territorialidades”, devidamente cadastrado nas plataforma administrativas da UNEB, no período de 2022 a 2023, de igual modo, ao texto dissertativo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET) Campus I da UNEB em Salvador.

Saliento ainda que este trabalho possui a seguinte problemática: Quais as experiências vivenciadas na UATI fazem com que a extensão universitária se torne mediadora da envelhescência? O objetivo consiste em relatar as várias experiências vividas na UATI cuja extensão universitária possibilita o processo de envelhescência. O método utilizado na pesquisa é o qualitativo por conter inúmeras variantes que os

⁴⁷ O Território de Identidade é uma unidade de planejamento adotada no estado da Bahia, a partir do ano de 2008 e configura-se como “um espaço físico geograficamente definido, não contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meios de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”. (BAHIA, 2016; 2015). O Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região, dentre estes, o Território de Identidade do Sisal é um espaço geográfico que abrange uma área de 20.454 km², o equivalente a 3,6% do território do estado da Bahia, composto por uma população de 582.331 habitantes (IBGE, 2015), abrangendo 4,15% da população absoluta deste estado. Do total deste percentual da população baiana, 57,20% é residente do espaço rural. Este Território de Identidade é mais conhecido como Região Sisaleira e está localizado no semiárido da mesorregião do Nordeste baiano, distante da capital baiana por aproximadamente 180 km, instituído a partir da política de desenvolvimento rural com abordagem territorial implantada pelo estado, e em consonância com o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PNDSTR) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Os municípios que compõem o Território do Sisal são: Araci; Barrocas; Biritinga; Candeal; Cansanção; Conceição do Coité; Ichu; Itiúba; Lamarão; Monte Santo; Nordestina; Queimadas; Quijingue; Retirolândia; Santaluz; São Domingos; Serrinha; Teofilândia; Tucano e Valente. (BAHIA, 2016; 2015).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
números não são capazes de dar conta e a narrativa (auto)biográfica sob a forma de investigação científica da formação acadêmica, construção dos saberes, da prática social e da abordagem biográfica dos sujeitos.

A justificativa para a elaboração do presente texto perpassa pela relevância social, cultural e acadêmica da temática para a população idosa local e regional, de igual modo, à importância de apoiar projetos e programas dessa natureza. Assim, o texto a seguir está dividido em base teórica contendo as concepções científicas sobre o tema, a metodologia que sustenta o esboço científico do texto; os resultados e discussões apontados pela pesquisa; as considerações finais com as análises apontadas e referências utilizadas na escrita.

BASE TEÓRICA

Escrito sob a premissa qualitativa por trabalhar inúmeras variáveis em que não são traduzidos em números, conforme Silva e Menezes (2005), este trabalho é amparado no método (auto)biográfico, procedimento de pesquisa científica surgido no final do século XIX na Alemanha e aplicada na escola de Chicago em 1920 se contrapondo a Sociologia Positivista, de acordo com Finger e Nóvoa (2014).

O método de pesquisa (auto)biográfico opera com a abordagem das histórias de vida do próprio autor/biografado, narradas em primeira pessoa:

[...] configura-se como um processo de conhecimento. Um conhecimento de si, das relações que se estabelece com o seu processo formativo e com as aprendizagens que construiu ao longo da vida. Através da abordagem biográfica o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, o qual revela-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes, ao narrar com profundidade (Souza, 2006, p. 36).

Dessa forma, a maneira como os sujeitos, no processo educacional e profissional se formam e os caminhos percorridos que resultam em experiências de vida dos sujeitos, ocupam a centralidade da pesquisa analisadas pela abordagem interpretativa-compreensiva preceituado por Ricoeur (1996), revelam a importância do método de pesquisa (auto)biográfico para a Ciência e as humanidades, pois, “[...] permite que cada pessoa identifique na sua própria história de vida aquilo que foi realmente formador” (Nóvoa; Finger, 2014, p. 22).

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A abordagem (auto)biográfica se ampara em determinados instrumentos de recolha das fontes a exemplo dos relatos e das narrativas. Estas últimas, por sua vez, operam na reconstrução dos saberes identitários, via proposição heurística em que os sujeitos se veem em processo de transformação, reinventando-se, reconstruindo os seus saberes, suas atitudes e seus inúmeros pensamentos sobre a trajetória de vida, conforme Meireles (2015).

Por outro lado, para enriquecer a escrita, menciono a envelhescência, dessemelhante de envelhecimento (natural e biológico), tida como

[...] condição do sujeito de se dedicar a ressignificar sua própria história, de forma que possa se encontrar com o corpo que envelhece. Trata-se, portanto, de uma tentativa de lidar com o desencontro entre o inconsciente atemporal — a mente que não está sujeita aos sinais do processo de envelhecimento — e o corpo que apresenta diversas mudanças ao longo desse processo (Berlinck, 1996, apud, Teixeira; Marinho, et. Al., p. 505)

A envelhescência, ligada à psicopatologia fundamental, busca aproximar a aceitação em termos psicológicos, do olhar para si e da sua relação com o grupo em que vive, “[...] de lidar com o desencontro entre o inconsciente atemporal e o corpo, âmbito da temporalidade, ou por um encontro da alma sem idade com o corpo que envelhece, como aponta Berlinck (2000) ao cunhar o termo envelhescência”, conforme (Vilhena; Novaes e Rosa, 2014, p. 253).

Soares (2012), identifica uma “fase de envelhescência”, a partir da crônica de Maria Prata, que abrange a faixa etária dos 45 aos 65 anos de idade, onde o indivíduo sabe que não é mais jovem, porém, não se considera velha, vivendo uma indefinição e vários sentimentos simultâneos de emoções, afetos e alterações do corpo. Identificado esse descompasso, o próprio Berlinck (2000) aponta para uma crise traumática psicológica que exige do profissional da área um trabalho psíquico, procedimento este denominado de envelhescência.

Outra categoria indispensável para a compreensão deste trabalho é o lugar enquanto dimensão geográfica e categoria de análise da Geografia, o qual, concebo como espaço de reprodução das relações cotidianas, compreendida como produção do espaço, seja ele materializado na reprodução do capital e um processo de reprodução da vida humana, conforme Carlos (1996). Esse mesmo lugar pode ser o quarto, a casa, a rua, o bairro, a praça, o parque, desde que haja identificação,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO memória, símbolos, temporalidades, valores em um contexto cultural e de afeto. O lugar está ligado à percepção do vivido e possui múltiplas escalas guardando em si, dentro dele, os movimentos da vida, apreendido pela memória e sentidos, segundo Carlos (1996).

O lugar, também, “[...] é aquele que se estabelece entre o mundo que está imediatamente ao nosso alcance – o lugar vivido – e o mundo que vemos ao nosso redor, a paisagem” (Corrêa, 2016, p. 9). O mencionado autor destaca que o lugar é uma síntese do tempo e da historicidade do fenômeno geográfico, sendo algo concreto, representativo e porque não simbólico, fruto de uma prática social.

PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

A metodologia empregada neste trabalho é a narrativa (auto)biográfica, na perspectiva de Souza (2006), Nóvoa e Finger (2014), escritas por mim (sujeito da pesquisa) narradas em primeira pessoa, as experiências formativas, sob o olhar científico e conceitual de como a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) em Serrinha, projeto de extensão universitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e lugar geográfico, se constitui num rico e poderoso meio de reconhecimento, aceitação e rompimento de paradigmas que negam o envelhecimento – envelhescência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 22 de maio de 2012, após reivindicação de um grupo de idosas a UATI na cidade vizinha a Serrinha (Departamento de Educação, Campus XIV de Conceição do Coité), a UNEB, por meio do Departamento de Educação Campus XI – Serrinha, implantou o programa de extensão universitária da UATI – locús da investigação da pesquisa e uma ação voltada à pessoa idosa sob o princípio da educação continuada, educação de jovens e adultos e educação em espaço não escolares / não formais. Naquela ocasião, assumi a coordenação, com apoio de outras colegas, de forma voluntária e em turno oposto ao meu horário de trabalho. Até então, a minha relação com pessoas idosas estava restrito a familiares e alguns moradores do bairro onde residia, causando inquietação, insegurança e receios de ser aceito ou

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO não, por ser um jovem com 26 anos de idade.

Todavia, ao longo do tempo, os elos foram se construindo e o afeto se fortalecendo com a turma e a troca de saberes foi se tornando cada vez mais intensas e significativas. Em alguns momentos, ao longo desses 11 anos de funcionamento da UATI, pensei em desistir, mas, apesar da indisponibilidade de colegas e alguns desafios administrativos, permaneci na coordenação com eventuais apoios de alguns membros do Departamento.

Inicialmente, percebi que, a exemplo de muitos jovens, possuía determinados preconceitos e dificuldades de aceitação do processo de envelhecimento. Tratava-se do estigma de pensar um dia em ser e se tornar idoso negando o processo biológico do envelhecimento.

Dessa forma, posso atestar que as relações e a convivência na UATI, desenvolvida no formato intergeracional, permitiu-me vivenciar a envelhescência, aceitando o surgimento dos cabelos brancos, das rugas e o acúmulo de experiências de/na vida no presente momento. Observei também que estudantes e demais colaboradores vivenciaram o mesmo processo de envelhescência, partindo de um cenário de negação e estranhamento para o de aceitação e compreensão. Outrossim, algumas idosas e idosos, através da frequência e da participação nas oficinas e demais atividades da UATI em Serrinha, tiveram a possibilidade de vivenciar o envelhecimento ativo e saudável aumentando a qualidade de vida e a sensação de bem estar, a exemplo do relato de alguns deste que passaram a frequentar o programa estando em depressão e que, ao longo do tempo, recuperaram o ânimo de viver e até mesmo sorrir, conforme Nunes (2023).

Narro, também, que coordenar uma extensão universitária, entendida como fonte de pesquisa acadêmica, requer a observância de princípios sendo alguns destes: planejar as ações mensais e organizar as oficinas com base na pedagogia do oprimido e da autonomia de Paulo Freire (2011; 1996). Haja vista que a população idosa ainda é estigmatizada e alvo de muitos preconceitos e violências.

O engajamento com a pessoa idosa me conduziu a militância em defesa dos idosos ao participar ativamente do Conselho Municipal da pessoa idosa em Serrinha, Bahia.

Sob o olhar científico e conceitual, a UATI surge como o lugar privilegiado da vida dessas idosas (na concepção de Carlos (1996)), das relações de afeto,

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO acolhida, congraçamentos, das expressões identitárias, da confraternização, da fraternidade, do respeito às diferenças. Verifico que, para as idosas / estudantes do programa de extensão universitária, a UATI, na concepção de Corrêa (2016), é o lugar simbólico, temporal, social, político, cultural, econômico, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto acima, posso inferir que as narrativas (auto)biográficas revelam breves tessituras ao coordenar a UATI em Serrinha, as experiências vivenciadas na extensão universitária através da relação com o grupo, da convivência e da relação intergeracional cotidiana, auxiliou o processo de envelhecimento, da compreensão de que não se envelhece a partir dos 40 ou 50 anos de idade, e sim, a partir do momento que nascemos disparando o relógio cronológico e biológico da vida.

A UATI, o lugar privilegiado, simbólico, inclusivo e coletivo dos idosos, permite identificar as inúmeras potencialidades socioculturais das humanidades reafirmando que, iniciativas como essa, promovem a valorização e a dignidade da pessoa idosa.

No ensino, reafirmo a importância da extensão universitária para a sociedade pela necessidade de ultrapassar as fronteiras do ensino superior para além dos seus muros e aproximar cada vez mais a academia da sociedade, de modo especial, das camadas mais carentes e populares. Nisso, a UATI estabelece esse elo com a pessoa idosa num processo de inclusão, valorização, defesa e empoderamento de uma parcela da população cada vez mais crescente e significativa.

Destaco ainda que o poder público local e estadual devem não somente apoiar a publicação de periódicos, mas financiar as ações das universidades abertas em todo o território brasileiro.

REFERÊNCIAS

BERLINCK, Manuel Tosta. **Psicopatologia Fundamental**. São Paulo: Escuta, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 03 de nov. 2023.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. Prefácio. In: AMADOR, Maria Betânia Moreira;
BENINI, Sandra Medina (Orgs.). **A complexidade do lugar e do não lugar numa
abordagem geográfica-ambiental**. Tupã: ANAP, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**.
São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mariana M. Entrevista narrativa e hermenêutica de si: Fonte de pesquisa
(auto)biográfica e perspectivas de análises. In: SOUZA, Elizeu C. (Org.)

(Auto)biografias e documentação narrativa: redes de pesquisa e formação.
Salvador: EDUFBA, 2015, 285-296 p.

NÓVOA, Antônio; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto)biográfico e a
formação**. Tradução: Maria Nóvoa. 2 ed. EDUFRN. Natal-RN, 2014.

NUNES, Fernando de Souza. A Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI) e a
extensão universitária: resignificando a práxis acadêmica na UNEB Campus XI -
Serrinha. **CIDADANIA EM AÇÃO: REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA**,
Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 62-73, 2018. DOI: 10.5965/259464122162. Disponível em:
<<https://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/12785>>. Acesso
em: 23 jun. 2022.

RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições
70, 1996.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e
elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005, 138 p.

SOARES, Sylvia S. G. de. S. **Envelhescência: um fenômeno da modernidade à luz
da psicanálise**. São Paulo: Escuta, 2012.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si: estágios e narrativas de
formação de professores**. Salvador: UNEB; Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 184 p.

TEIXEIRA, S. M. de O., MARINHO, F. X. S., CINTRA JUNIOR, D. de F., &
MARTINS, J. C. de O. (2015). REFLEXÕES ACERCA DO ESTIGMA DO
ENVELHECER NA CONTEMPORANEIDADE. *Estudos Interdisciplinares Sobre O
Envelhecimento*, 20(2). Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2316-2171.45346>>
Acesso em: 02 de nov. 2023.

VILHENA, Junia de., NOVAES, Joana de Vilhena., ROSA, Carlos Mendes. *REVISTA
LATINO-AMERICANA DE PSICOPATIA FUNDAMENTAL*, São Paulo, 17(2), 251-
264, jun. 2014. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/f8czPhbz3WPcmZNxJG6Ywgz/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em 03 de nov. 2023.

PARQUE DOS PNEUS: BRINCAR AO AR LIVRE CONTINUA SENDO DIVERTIDO

Elivânia Reis
Isaura Fontes
Andrea Batista dos Santos Lopes
Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva

INTRODUÇÃO

Quando falamos em brincar, brinquedos e brincadeiras, logo nos vêm à mente a imagem de uma criança.

Segundo a Wikipédia a palavra **Criança** vem do latim *creantia*, é um ser humano no início do seu desenvolvimento. São chamadas de recém-nascidas entre o nascimento até os dois anos de idade e criança entre os dois até os doze anos. Neste período ele vive a **Infância**. A infância é um período marcado pelo desenvolvimento físico e psicológico, envolvendo graduais mudanças no comportamento e personalidade. Segundo Vygotsky (1991) :

A criança, enquanto bebê é quem por mais tempo depende de um adulto para sobreviver. A pessoa responsável pela criança durante esse período de dependência é de suma importância para a sobrevivência, pois o bebê é o mais indefeso dos filhotes. Vygotsky admite que, no começo da vida de uma criança, os fatores biológicos superam os sociais. Aos poucos a integração social será o fator decisivo para o desenvolvimento do seu pensamento. Desde que nasce a criança está em contato com os adultos, e estes irão mediar a relação dela com o mundo. Os adultos abrirão as portas da cultura para a criança. O comportamento da criança, com certeza, será influenciado pelos costumes da cultura daqueles que a cercam (Neves, 2004, p. 13).

Para Aries, a criança foi percebida e valorizada como alguém que, por sua “ingenuidade, gentileza e graça, se tornava fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 2014, p. 159). A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência. Sendo assim, só se findava a fase da infância ao se superar a dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência em relação ao adulto.

O QUE É BRINCAR? POR QUE BRINCAR? COMO BRINCAR?

Para Vygotsky (1991), a brincadeira é a porta do mundo adulto. O autor

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
compreende que a brincadeira é:

[...] uma atividade social da criança, e através desta a criança adquire elementos indispensáveis para a constituição de sua personalidade e para compreender a realidade da qual faz parte. Ele apresenta a concepção da brincadeira como sendo um processo e uma atividade social infantil (Neves, 2004, p. 14).

Para a criança, brincar é viver. Esta é uma afirmativa bastante usada e certamente aceita. Poderíamos dizer que todos os adultos, com maior ou menor intensidade, acreditam que as crianças não vivem sem seus brinquedos. A própria humanidade nos mostra que todas as crianças do mundo sempre brincaram, brincam hoje e, certamente continuarão brincando. Este ponto é pacífico. A questão mais intrigante é: Porque e como as crianças brincam?

Para Piaget (1971) quando brinca, a criança assimila o mundo a sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua influência com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da colocação que a criança lhe confere. E o jogo se caracteriza por transformações, como todas as atividades lúdicas, por ser uma atividade dinâmica, capaz de transformar-se com o contexto de um grupo para o outro.

A criança satisfaz algumas de suas necessidades usando o brinquedo. As ações que realiza estão diretamente relacionadas a ela com suas motivações e também de acordo com o seu desenvolvimento. Na inocência do mundo, com suas motivações e também de acordo com o seu desenvolvimento, a criança quer saciar seus desejos e não possui ainda o sentido da temporalidade, e por isso, desconhece a noção de futuro.

Posteriormente, na educação infantil, a criança poderá, satisfazer suas necessidades por meio do brincar. Ela se envolve com o mundo da ilusão, do imaginário. Esse mundo é o brinquedo.

METODOLOGIA

Pensando na importância do brincar na Infância conforme abordado anteriormente, foi pensada a proposta de um **Parque de Pneus na Universidade Estadual Da Bahia – UNEB Campus XI especificamente no Centro de Pesquisa**










35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO em Cultura e Tecnologia- CPCT, com a finalidade de Promover o brincar livre e espontâneo, oferecer oportunidade de vivenciar novas experiências, de interagir com o meio e com o outro, de atuar segundo suas características individuais, necessidades, interesses e possibilidades.

O parque será construído/instalado no espaço aberto, arborizado a fim de favorecer o brincar pedagógico. A construção do Parque será feita pela coordenadora do projeto, com participação voluntária de pessoas interessadas em contribuir com o brincar.

Inicialmente será feita a busca por materiais necessários para a construção do parque. Os pneus serão coletados no órgão da prefeitura, responsável pelo armazenamento de pneus. Será trazido para o local, CPCT e armazenado na sala de coordenação da Brinquedoteca. Deverá passar por processo de higienização antes de serem pintados.

O processo de pintura começará com uma camada de primer para fixar as tintas. Quanto á pintura (cores específicas), será dado duas ou três camadas para fixar bem as cores. As pessoas que participarem da pintura deverão usar os equipamentos de segurança, como máscara e luvas, por se tratar de produtos altamente inflamáveis. As pinturas deverão ser feitas em locais arejados.

A montagem, instalação dos brinquedos e corte dos pneus será feita por profissionais qualificados (Serralheiros voluntários). O parque de Pneus possibilitará acesso a diversos brinquedos como:

-  Trilha para caminhar e Túnel;
-  Moto
-  Balanço com base de ferro ou madeira de dois ou três assentos;
-  Balanço individual na árvore;
-  Balanço individual no chão;
-  Balanço para dois no chão;
-  Playground;
-  Bancos de areia;
-  Amarelinha africana.

A fim de percebermos a funcionalidade dos brinquedos, será feito um agendamento/Convite prévio com escolas e/ou crianças da comunidade Unebianas. As crianças serão convidadas para brincarem livremente e explorarem os brinquedos



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
construídos. Será feito um plano de ação para este dia que ficará anexado ao
projeto. A Diretoria da Uneb, Secretária de Educação, voluntários do projeto serão
convidados para a inauguração do Parque de pneus.

As parcerias e voluntariados serão firmados através de convites e/ou
interesse pessoal. Instituições que desejarem firmar parcerias deverão contactar o
responsável pelo projeto.

REFERÊNCIAS:

CHIARATTI, Fernanda Germani de Oliveira **Fundamentos da ludopedagogia** /
Fernanda Germani de Oliveira Chiaratti. Indaial: EDE, 2015. 103 p. : il.

**AÇÃO PSICOEDUCATIVA NA ESCOLA DO CAMPO: CÍRCULOS DE
ESCREVIVÊNCIAS , MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE VIDA DE JOVENS DA ROÇA,
DA CAATINGA.**

Lucas de Carvalho Cardoso
Psicólogo-NAAPA
Psicopedagogo/ NAI

RESUMO

Anunciamos neste escrito, algumas reflexões derivadas de uma incursão psicopedagógica efetivada no cenário da escola pública campesina, junto a jovens de oitava série, no que tange a uma ação de cunho psicoeducativa, que visou a conhecer, com maior proximidade a realidade vivida por juventude no meio campesino, buscando para isso, desnudar as interconexões com a memória de cada um e a memória coletiva das pessoas que constituem o lugar onde vivem. Tal demanda aflorou em nosso percurso profissional, a partir de práticas psicoeducativas desenvolvidas nas escolas sendo que, percebemos dificuldades dos jovens campesinos quanto ao exercício de identidades e memórias, muitos, manifestando dificuldades com os sentimentos de pertencimento/ não pertencimento ao meio ambiente rural. Assim, no percurso formativo, na seara da formação em práticas inclusivas, imaginamos a ação psicoeducativa feita no cenário campesino, com o sentido inclusivo. De tal modo, imaginamos a elaboração de uma proposta interdisciplinar de ação intitulada Círculos de escrevivências, em que o objetivo principal convergia para estimular os sujeitos a produzirem narrativas orais-escritas, a partir de dados colhidos em experiências reais, dinâmicas, vividas por eles próprios imersos em suas comunidades rurais. De posse dos dados colhidos *in locum*, a proposta de escrever sobre a memória de cada um, enfocando também as memórias da comunidade onde vivem todos, se consolidou, transformando-se numa ação comprometida com a presentificação do passado em face da compreensão da história e de como nos constituímos enquanto sujeitos sociais .Neste sentido, emergiram outras nuances para reflexão, a saber: a identidade coletiva dos sujeitos da roça, o *ser-sentir-se*, pertencer-se ou não ao campo, assim como as estratégias de convivências que as pessoas campesinas vivenciam com os ambientes, biomas nos quais se circunscrevem como sujeitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: memórias; narrativas; história de vida; ruralidade.

**NARRATIVAS E MEMÓRIAS: FORMAS DE DIZER E COMPREENDER
IDENTIDADES**

A construção e a resignificação da história de um povo perpassam pela capacidade dos próprios sujeitos registrarem os fatos, acontecimentos que constituíram a linha de tempo, além da capacidade de retomar a memória individual

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO e coletiva em face de revivificar a história pessoal de cada um, como única, como também a história coletiva do grupo e comunidades do qual os sujeitos fizeram/fazem parte.

Sendo assim, o trabalho em torno da revivificação das lembranças, dos fatos, das histórias pessoais e coletivas de uma comunidade se torna de relevância para a escola, no sentido histórico, social mas também como objeto real de interesse coletivo para as práticas de leitura e escrita, haja visto que, na maioria dos casos, na escola lemos e escrevemos sobre as histórias e as memórias de outros povos e sujeitos relegando a nossa própria memória individual/familiar e social para um plano secundário.

Desta maneira, tomamos como objeto de trabalho a proposta de estimular jovens escolarizados em unidades escolares rurais, na cidade de Serrinha, Bahia, a buscarmos, através de uma ação sistematizada, a revivificação de suas próprias memórias e aquelas ligadas pelos fios da história, a memória do local onde vivem e, conseqüentemente pensarem sobre suas identidades enquanto pessoas camponesas.

Ao mesmo tempo em que realizamos estudos e investigações acerca das memórias de cada um, incentivamos os sujeitos a registrarem também as lembranças os fatos, os acontecidos a partir das memórias individuais e as coletivas dos homens e mulheres que fizeram e fazem parte dos contextos da roça.

Desta maneira, os fios das lembranças foram, pouco a pouco dando lugar a evocação da memória das pessoas e das localidades onde estão inseridas, fato que pode ser registrado quando efetivamos o Projeto Círculos de escrituras efetivado ao longo da nossa incursão como psicólogo escolar, imerso em um cenário contexto, difuso, envolvido por diversas pessoas, com molduras destacadas nas comunidades camponesas. Logo, uma ação psicoeducativa pautada na proposta de escrituras nos levou a buscar leituras de apoio em trabalhos próximos, para desenvolvermos a proposta dos círculos de escrituras como uma pista pelas escritas como ato de terapia e acima de tudo, como forma de expressão.

Neste sentido, a escrita como expressão e forma de dizer pautada na perspectiva terapêutica, mas como forma de registro, mobiliza afetos, emoções que vão diretamente encontrar ecos nas memórias de cada um. Isto nos faz refletir a partir da fala de Chauí:

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. (Chauí; 1996, p.125).

Nesta ótica, um trabalho no campo da psicoeducação, que transite no âmbito da memória, tem um sentido para além do pedagógico, uma vez que pleiteia a construção das ideias de preservação e registro das memórias coletivas da comunidade, ajudando os sujeitos a compreenderem melhor, ao mesmo tempo que terão constituído relações e interpretações, ilações entre o passado, o presente e o futuro, situando-se melhor no local onde vivem, ou seja nos ambientes, sobretudo aqueles que se situam no campo. Ainda utilizando-nos da voz de Chauí:

Como consequência da diferença temporal, passado, presente e futuro, a memória é uma forma de percepção interna, chamada introspecção, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas. (Chauí, 1996, p.126)

Há ainda que se considerar os componentes subjetivos da memória: a importância do fato, da coisa para cada um, inclusive para quem assume o papel do narrador: o significado emocional ou afetivo dos fatos ou a coisa, o modo como os acontecimentos se desenharam. Tudo isso se relaciona a memória construída do indivíduo, mas que se relaciona aos fatos sociais e coletivos, que na Psicologia Social nomeamos como interface do sujeito, do eu com os pares e com a coletividade.

Em face da importância que a memória assume para o eu, indivíduo e para o coletivo maior dos sujeitos comunitários, acreditamos na pertinência de se efetivar um trabalho psicoeducativo, mediado no lócus da escola, em que a tônica seja a busca pelas lembranças, os fatos, as características peculiares do passado contado a partir de atores e atrizes sociais da própria comunidade, transformando o ato de contar a história pessoal e social, como uma experiência rica, viva e singular.

E nestes movimentos, o aflorar da identidade pessoal, individual e coletiva se torna possível. E deste modo, percebemos como relevante a ação desenvolvida, de criar espaço-tempos para que os jovens possam refletir, pensar, expressar suas emoções, suas impressões e suas percepções quanto ao ser do campo, seus

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
sentimentos de pertencimento ou mesmo de não pertencer ao ambiente rural.

CÍRCULOS DE ESCRIVÊNCIAS: O REGISTRO ESCRITO AUTORAL PARTIR DA REVIVIFICAÇÃO DA MEMÓRIA E DAS NARRATIVAS DO EU

Escrever é, para além de um ato mecânico, ação psicolinguística, um exercício que move de modo sistemático as estruturas mentais superiores: atenção, percepção sensorial, memória, raciocínio lógico, conceituação, afetividade e o pensamento além de produzir e necessitar da evocação de memórias individuais e coletivas. Escrever é também ato, exercício de reflexão, de pensamentos e diálogos do eu com o interior e com o coletivo. Escrever é exercício de releituras e de ação do homem no mundo navegando por tempos e espaços ficcionais e/ou verossímeis ao encontro de significações e exteriorização de ideias.

O trabalho que desenvolvemos no tocante aos círculos de escrituração (aqui entendendo a escrita como livre exercício de dizer, expressar sobre as vivências de cada um) se constituiu como experiência também para o pesquisador posto que, no fazer, no planejar de cada movimento, nos entranhamos de vida e de sentidos e sentimentos sobre as realidades de cada um.

Ou seja, os círculos de escrituração se reveste pelas cores do trabalho colaborativo sendo gestado, pensado, construído, dia a dia, com o suor dos sujeitos, que, em atos de partilha, compartilham dúvidas, anseios, perspectivas, sucessos e os nós que o novelo da prática vão tecendo.

Assim, tomamos de empréstimo a expressão escrituração, da autora Evaristo () para denominar ações em torno da escrita como exercícios autorais, onde afloram as vivências “ vividas” por cada um, em seus processos individuais e coletivos de construções de saberes e conhecimentos. Ou seja, os exercícios de escrever sobre vivências, em atos interpretativos da própria vida que se tece pelas ações de cada um, dentro de um coletivo.

Assim, encaremos o termo exercícios de escrituração como fecunda metodologia para o trabalho do psicólogo escolar, posto que, por meio de oficinas dialogais, ateliês de escrituras autorais e reflexivas, podemos ajudar as pessoas a se compreenderem, entendendo seus movimentos, a vida que se edifica, pelos movimentos inter e intrapessoal.

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO

Deste modo, a ação que efetivamos foi alicerçada na ideia dos círculos de escrevivências, como já dito, inspirados nos trabalhos de Conceição Evaristo (2005) como atos sistematizados, criativos que induziram as pessoas ao ato de pensar, refletir e registrar de modo escritos os itinerários próprios, implicados com o coletivo e mesmo, por imersão em comunidades rurais.

A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas, aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si. (Duarte; Nunes, 2020, p. 35)

Construímos as ações que integram os círculos de escrevivências juvenis, a partir de uma lógica interativa, lúdica que se empenharam em despertar a oralidade/ escrita e os registros autorais de cada um, no sentido do tema: identidade de cada um, identidade coletiva, quanto ao ser da roça.

Assim, sistematizamos o planejamento das ações de modo lúdico, por meio de oficinas, as quais se realizaram e se configuraram a partir de um eixo interrelacional de atividades assim planejadas:

1.Oficina de: oficina d Memórias e evocação das lembranças infantis: meu brinquedo favorito ao som de músicas infantis e ciranda. Sensibilização dos alunos sobre o valor das experiências das pessoas mais velhas.

2.Reflexão comentadas a partir dos textos: Causos contados no Sertão. Leitura trabalhada com estudo vocabular. Oficina de imagens e objetos que evocam lembranças colhidas e ambientadas na roça e no sertão.

3.Aula viva: entrevista coletiva a uma pessoa idosa da comunidade rural

4.Montagem de uma exposição de imagens e fotografias, objetos antigos da comunidade alusivos as pessoas e ao bioma caatinga: inventário de plantas, flores e arquiteturas da caatinga.

5.Elaborando texto de reminiscências: minha infância. Inspirados na música velha infância dos Tribalistas. Reolhando/ revisitando o Sertão em leituras poéticas e imagéticas, tecendo olhares reflexivos para o sertão e a caatinga: oficina de xilogravuras

6.Viagem no tempo: lendo textos de memórias: Coletar vários textos que

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
trabalham a evocação da memória: ouvir dos mais idosos causos e recontar de modo oral em ateliês de causos do sertão,

7.Oficina: Elaborando roteiro para entrevista na comunidade: Elaboração de questões norteadoras para a entrevista oral. Montagem do ROTEIRO GERAL.

8.Entrevista na comunidade: Reflexão a partir das informações coletadas. Debate na sala de aula: MEMÓRIAS DA MINHA COMUNIDADE.

9.Elaboração de textos escritos individuais, a partir do material coletado.

10.Sarau literário: socialização dos textos produzidos -Rodas de leitura: eu e a roça, eu e a caatinga.

Planejamos o conjunto de ações supracitadas, no entanto, no decurso do tempo, não nos foi permitida a conclusão do círculo de escriturinhas, ainda não sendo possível fazer análises das produções. No entanto, as primeiras experiências, nos primeiros contatos com escolas do campo, nos direcionam na certeza de que podemos produzir um estudo de largo espectro, posto que, precisaremos de um tempo maior de contato com os jovens para que consigamos efetivar a cabo todas as ações desenhadas.

A PROCURA DA CONCLUSÃO

Ao realizar um ato de comunicação verbal (usando as palavras) o produtor da mensagem (texto) escolhe, seleciona as palavras para depois organizá-las, combinando-as conforme a sua intenção. Todo o trabalho de produzir um texto não é aleatório, não é realizado ao acaso, mas está diretamente ligado aos objetivos do autor do texto em comunicar suas ideias como também, se estabelece a partir das relações históricas que os sujeitos construíram ao longo das suas vidas.

Assim, consideramos que o ato de produzir mensagens escritas, obedecendo ao modelo das produções enfocadas como memórias, poderá ser convertido em ato fecundo, prazeroso e repleto de significações para os sujeitos, que produzem mensagens que revelam um pouco de si e dos outros num jogo interativo mediado pela linguagem oral/ escrita esse veículo importante na transmissão dos fatos, ocorrências do pretérito, ferramenta que favorece a vivificação das memórias de um povo.

Buscar conhecer seu passado histórico, partilhando conhecimentos e

35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
saberes, tendo como ensinamento a experiência dos que são a memória viva. Viver a afirmação étnica baseada no reconhecimento de um povo e lutar por reivindicações que contribuam de certa forma para uma coletividade é nisso que consiste a luta, identidade e a cultura [...] (Kambeba, 2020. p.62)

Assim, levantar uma ação, no âmago da escola do campo, tendo como foco a escrita, mas imbricada e fertilizada pela oralidade é uma ação profícua e que exige do profissional, no caso psicólogo, a travessia da prática solitária para a solidária, num exercício de fecundação das ideais a partir da energia que brota da divergência e da pluralidade de opiniões, o que se instaura pela interdisciplinaridade.

Os exercícios propostos pelo círculo de escrevivências, nos ensinou que atos de escrita, são maiores que exercícios de reprodução. São formas de dizer, de expressão, de colocar para fora, em evidência histórias de vidas, vivências, emoções, experiências. Neste aspecto, lembramos o nos inspiramos na força que brota das palavras de Kambeba: “A escrita é o desenho da memória, do tempo, da história. Por ela aprendemos, partilhamentos guardados no coração”. (Kambeba, 2021).

Sendo assim, asseveramos a importância dos momentos de contato dos jovens e crianças com atos de escrita autoral, livre, promovendo a reflexão, o olhar para dentro de si e das comunidades onde nos inserimos, posto que, há sempre muito a se dizer sobre nossas vivências, nossas histórias de vida e nossa existência na Terra.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2ed. São Paulo, Moderna, 1996

CAHUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. Editora Ática, São Paulo, 1996

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia; Editora Universitária UFPB, 2005.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber ancestral**. Editora Uk'a. Editorial,



Universidade do Estado da Bahia
Departamento de Educação-DEDC XI
NUPE- NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO
XI SEMINÁRIO DO NUPE



35 ANOS DE (RE) EXISTÊNCIAS DA PESQUISA E EXTENSÃO NO TERRITÓRIO DO SISAL BAIANO
2021

_____. **Casa Leria.** São Leopoldo, 2020.